

A GUERRA CIVIL ESPANHOLA E A AMÉRICA LATINA

ORGANIZADORES

HORÁCIO GUTIERREZ

VIVIAN URQUIDI

MARGARDA NEPOMUCENO

MAYRA COAN LAGO

PROLAM-EPAL-USP | ED. TERCEIRA MARGEM | CEDHAL

A GUERRA CIVIL ESPANHOLA E A AMÉRICA LATINA

Organização:

Horacio Gutiérrez

Vivian Urquidí

Margarida Nepomuceno

Mayra Coan Lago


terceira margem


CEDHAL


PROLAM


EPAL
ENCONTRO DE PESQUISADORES DA AMÉRICA LATINA

Copyright © 2018 dos organizadores e autores dos textos

**Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo**

G934g A guerra civil espanhola e a América Latina [recurso eletrônico] /
Horacio Gutiérrez.. [et al.] (Organizadores) – São Paulo : PROLAM-
EPAL/USP : CEDHAL/USP: ECA-USP, Terceira Margem, 2018.
477 p.

ISBN 978-85-7921-101-0

1. Relações internacionais – América Latina 2. Relações
internacionais – Espanha 3. Relações diplomáticas – América Latina
4. Relações diplomáticas - Espanha 5. Guerra Civil Espanhola I.
Gutiérrez, Horacio.

CDD 21.ed. – 303.4828

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888

Organizadores

Horacio Gutiérrez

Vivian Urquidi

Margarida Nepomuceno

Mayra Coan Lago

Instituições e grupos de pesquisa

Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina – PROLAM/USP

Encontro de Pesquisadores da América Latina – PROLAM-EPAL/USP

Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – CEDHAL/USP

Instituições apoiadoras

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP

Informações gráficas

Capa: Camila Antunes Madeira da Silva

Imagens da capa: “Segundo año triunfal, noviembre 1937”; “Segundo año triunfal, enero 1938”; e “Jamás, enero 1938” da Revista Arriba España (números I e III, anos 1937 e 1938). “La Guerra Civil” e “La Guerra Civil en España”, Revista Caras y Caretas (número 1993, 1936); “Niño Español Asesinado”; “El”; “Ella”; “Han pasado las alas negras de la invasión dejando en su pueblo su ‘civilización’” da Revista Facetas de Actualidad Española (ano I, números 5 e 12, 1938). “Chile y el derecho de asilo; Españoles incorporados al progreso de Chile agradecen al C.Ch.A.R.E; Favorecen a Chile inmigrantes españoles; Los refugiados españoles”, Semanario del Comité Chileno (C.Ch.A.R.E.) de Ayuda a los Refugiados Españoles. Santiago: El Comité, 1939, n° 4, 6-8, 10, (1939). As revistas estão disponíveis online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de España e os recortes do Semanario no site Memoria Chilena.

Revisão

Horacio Gutiérrez

Vivian Urquidi

Margarida Nepomuceno

Mayra Coan Lago

ISBN: 978-85-7921-101-0

DOI: 10.29327/5.2908

E-book gratuito e de livre circulação.

Proibida a venda e seu uso com fins comerciais.

Projeto e Edição Gráfica:

Editora Terceira Margem

PROLAM - Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina
Av. Prof. Lucio Martins Rodrigues, 443 - 1º andar - Sala 116 - Cid. Universitária
São Paulo - 05508-080 - Brasil

CEDHAL - Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária

São Paulo - 05508-080 - Brasil

Conselho Editorial Editora Terceira Margem

Dilma de Melo Silva	Universidade de São Paulo
Horacio Gutiérrez	Universidade de São Paulo
Ilana Peliciari Rocha	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Joana de Fátima Rodrigues	Universidade Federal de São Paulo
Juliane Caravieri Martins	Universidade Federal de Uberlândia
Lalada Dalglish	Universidade Estadual Paulista
Lisbeth Rebolo Gonçalves	Universidade de São Paulo
Marcelo Santos Rodrigues	Universidade Federal do Tocantins
Maria da Conceição Silva	Universidade Federal de Goiás
Simone de Rocha Abreu	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Vivian Urquidi	Universidade de São Paulo

Sumário

Apresentação	07
<i>O Brasil na trama do conflito: sociedade e governo diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1939)</i> Ismara Izepe de Souza	10
<i>A Guerra Civil Espanhola e a solidariedade antifascista brasileira</i> Thaís Battibugli	31
<i>Brigadistas internacionales: brasileños en el frente durante la Guerra Civil Española</i> Esther Gambi Giménez	59
<i>Cruzando fronteiras: as experiências de guerra dos voluntários paraguaios e brasileiros durante o conflito civil espanhol (1936-1939) retratadas no álbum fotográfico de Víctor Martínez</i> Marco Antônio Machado Lima Pereira & Gabriela Dalla-Corte Caballero	69
<i>Cuando ellos ganaron. El triunfo de los eurocéntricos y el mito de los voluntarios latinoamericanos en la Guerra Civil Española</i> Jerónimo Boragina	93
<i>Cerrando puertas: la postura del gobierno argentino frente al exilio político español y la movilización social pro-republicana en el período de entreguerras</i> Lidia Bocanegra Barbecho	107
<i>Exilios epistolares. La Asociación de Padres y Familiares de los niños españoles refugiados en México (1937-1940)</i> Verónica Sierra Blas	129
<i>¡Arriba España!: Brasileiros no exército de Franco</i> Eliane Venturini	154
<i>La Oficina de Prensa y Propaganda de la Representación del General Franco en la Argentina y su labor propagandística durante la Guerra Civil Española (1936-1939)</i> Alejandra Noemí Ferreyra	167
<i>La persecución franquista en Argentina y Chile (1939-1945): procedimientos y herramientas</i> Elena Romero	188
<i>Guerra Civil Espanhola e o pensamento conservador latino-americano</i> Maria Antonia Dias Martins	213

<i>Entre la derrota y el exilio. Dos experiencias latinoamericanas</i> Antolín Sánchez Cuervo	230
<i>1936-1939: Divisiones y acuerdos en el campo cultural en Uruguay</i> Pablo Rocca	247
<i>O assassinato que uniu dois continentes. A obra e o fuzilamento de Lorca, da Guerra Civil Espanhola para a América</i> Syntia Alves	261
<i>Repercusión de los intelectuales españoles desterrados en la formación del Grupo Orígenes en Cuba</i> Jesús J. Barquet.....	281
<i>Os poetas de “Madre España”: Guerra Civil Espanhola e frentismo cultural no Partido Comunista do Chile</i> Carine Dalmás	294
<i>Espanhóis na América Latina: refúgio, resistência e arte</i> Margarida Nepomuceno	316
<i>Un petit con no México</i> Yanet Aguilera	335
<i>Gustavo Cochet: Um compromisso gravado</i> Margareth Santos	352
<i>As marcas do impacto. Narrativas e representações da Guerra Civil Espanhola</i> Maria Luiza Tucci Carneiro	366
<i>A Guerra Civil Espanhola chega ao Brasil: trajetórias interrompidas pelo conflito</i> Juliana Sada & Rodrigo Valente	393
<i>Pelos caminhos de um ex-combatente da Guerra Civil Espanhola: testemunho, experiências e resistências na cidade de São Paulo (década de 1950)</i> Geny Brillas Tomanik	414
Anexos	438
<i>Arquivos e fontes online sobre a Guerra Civil Espanhola e a América Latina</i> Mayra Coan Lago & André Luiz Lanza	439
<i>Niños de la guerra: Solidaridad uruguaya con la República Española (1936-1939)</i> Claudia Romero Duarte	460
Sobre os autores e organizadores	470

Apresentação

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) teve impactos profundos e duradouros na América Latina. As repercussões daquela trágica conflagração nas sociedades do continente não ficaram restritas à tomada de posição em relação aos lados em litígio durante o conflito, ao apoio aos republicanos, às ações de grupos antifascistas na região, à incorporação de voluntários nas Brigadas Internacionais, ou às reações políticas de líderes conservadores latino-americanos. A Guerra Civil estremeceu as sensibilidades locais, bem como a dos imigrantes há muito aqui assentados. Realinou ideários políticos, cunhou projetos culturais, forjou novas alteridades. Após o triunfo do franquismo, o fenômeno emblemático foi a acolhida de milhares de refugiados que deixavam seus lares buscando abrigo, produzindo positivas transformações em muitos aspectos das sociedades receptoras, e criando práticas de interação novas entre nacionais e espanhóis.

Em 2016, por ocasião dos oitenta anos do início do conflito, foi realizada na Universidade de São Paulo a jornada “A Guerra Civil Espanhola e a América Latina”, sob iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e do Encontro de Pesquisadores da América Latina (EPAL), reunindo inúmeros pesquisadores. Outros eventos no Brasil rememoraram também a efeméride com vistas a reavaliar os impactos da Guerra nos países da região, durante e após o conflito, o que está a indicar o interesse historiográfico continuado que o tema tem merecido. A jornada antes referida tratou das diversas dimensões do conflito, com reflexões que alcançaram o campo das relações internacionais, da história, da literatura, da política e da cultura.

A presente coletânea, promovida pelo PROLAM/EPAL, juntamente com o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), ambas instituições vinculadas à Universidade de São Paulo, visa incorporar diversas comunicações discutidas no evento mencionado, acrescidas com novas contribuições de pesquisadores nacionais e estrangeiros que se debruçaram sobre o tema. Como sabemos, existe uma fortuna crítica robusta construída ao longo dos anos sobre a Guerra Civil Espanhola no contexto europeu, e em menor medida na América Latina. Assim, a coletânea vem somar esforços acadêmicos de estudiosos que há muito vem desenvolvendo pesquisas que nos tem permitido melhor compreender os significados e desdobramentos da guerra no âmbito regional, emergindo dessas contribuições visões diferenciadas sobre o assunto e a descoberta de renovadas fontes para análise. Os autores convidados para esta coletânea oferecem novas ponderações de como as sociedades civis e os poderes

constituídos na América Latina reagiram à guerra e que posições assumiram as populações locais e os imigrantes espanhóis já radicados na região, bem como os milhares de refugiados que buscavam novos lares. Procurando dar conta desse amplo quadro participam nesta coletânea mais de vinte pesquisadores da América Latina, da Espanha e dos Estados Unidos, que problematizam os temas desde diferentes horizontes e áreas de especialização.

Convergem na coletânea temas clássicos como os ligados às Brigadas Internacionais, as solidariedades, as posições ambivalentes dos governos frente à Guerra Civil e os desterrados, as trajetórias tortuosas e amargas do exílio, a inserção dos espanhóis no mundo intelectual, literário e artístico latino-americano, a construção da memória nos países de acolhida, bem como outros menos palmilhados como o destino das crianças refugiadas e suas múltiplas experiências. No conjunto, veremos estudos críticos, com histórias conectadas, desenvolvidos em escalas espaciais e registros analíticos próprios.

Inicia-se a apresentação de textos lançando um olhar aos anos da guerra, oferecendo evidências novas ou reexaminando a questão das Brigadas Internacionais pró-republicanas, a solidariedade em escala continental, a experiência dos voluntários, as mobilizações políticas. Os temas são tratados com documentação e recursos bibliográficos variados e devem sua autoria a Ismara Izepe, Thaís Battibugli, Esther Gambi Giménez, Marco Antônio Machado Lima Pereira & Gabriela Dalla-Corte Caballero, e Jerónimo Boragina.

Quais foram as reações dos governos locais frente ao exílio espanhol? Como responderam os grupos políticos americanos? Dando especial atenção ao deslocamento de crianças dentro da Espanha durante a Guerra e a seu êxodo depois de finalizado o conflito, o assunto é examinado nos artigos de Lidia Bocanegra Barbecho, Verónica Sierra Blas e na resenha de Claudia Romero Duarte.

A solidariedade com os republicanos foi amplamente majoritária, mas grupos anticomunistas e pró-fascistas da região arregimentaram também voluntários para os exércitos rebeldes espanhóis, e a ingerência e a propaganda franquista entre os governos e entidades civis latino-americanas conseguiram alimentar adeptos e fiscalizar adversários. Temas dessa ordem são explorados nos textos de Eliane Venturini, Alejandra Noemí Ferreyra, e Elena Romero.

O mundo intelectual e da cultura reagiu intensamente aos dramas da guerra e seu desfecho. Adensou-se um pensamento conservador, mas ao mesmo tempo o campo cultural da esquerda ganha novos argumentos, oriundos de pensadores latino-americanos e de intelectuais espanhóis desterrados, que criam e contribuem em revistas culturais, jornais e lançamento de livros, assuntos examinados por Maria Antonia Dias Martins, Antolín Sánchez Cuervo, e Pablo Rocca.

As múltiplas atuações de escritores e artistas, plasmadas em diversas manifestações da cultura – arte, música, teatro e literatura –, prontamente extrapolam as revistas e jornais, e estendem-se a centros de cultura, escolas, na criação de faculdades, na instituição de novas correntes artísticas e literárias, com importante atuação dos exilados espanhóis. Disso dão conta os textos de Syntia Alves, Jesús J. Barquet, Carine Dalmás, e Margarida Nepomuceno.

No período posterior à guerra, a construção da memória por meio do registro de entrevistas, experiências de vida, testemunhos, biografias, diários de exilados, e também via cinema, artes plásticas e gravuras são vivências analisadas pormenorizadamente por Yanet Aguilera, Margareth Santos, Maria Luiza Tucci Carneiro, Juliana Sada & Rodrigo Valente, e Geny Brillas Tomanik.

Finalmente, disponibilizamos um repertório de fontes e arquivos online em torno ao tema central “a Guerra Civil espanhola e a América Latina – com a finalidade de facilitar o seu estudo, e que poderá servir como instrumento de pesquisa e também auxiliar em sala de aula. Para isso contamos com o texto de Mayra Coan Lago & André Luiz Lanza.

Queremos prestar uma especial homenagem à historiadora e antropóloga Gabriela Dalla-Corte Caballero, falecida no final de 2017, antes da conclusão desta coletânea. Nascida na Argentina, Gabriela foi uma exímia pesquisadora, de longa trajetória, exercendo há anos como professora titular de História da América na *Universitat de Barcelona*, na Espanha. Desde 2015 era também editora da revista *Boletín Americanista*. Destacou-se em pesquisas ligadas a temas da América Latina, logrando inserir-se com originalidade nos estudos de gênero, da família, dos trabalhadores, imigrantes, indígenas, na história de sua cidade natal, Rosário, e incursionando com igual desenvoltura na Guerra Civil espanhola na América, em particular no Paraguai, tema de seu texto nesta publicação.

Esperamos que esta coletânea possa contribuir para fortalecer os laços entre pesquisadores de distintas universidades e países que estudam a Guerra Civil Espanhola, mas igualmente possa ir além da Guerra, e nos auxilie a aprofundar a reflexão sobre problemas contemporâneos, como os dramáticos deslocamentos atuais de refugiados e migrantes, o combate à xenofobia e à intolerância, e a construção de uma cidadania para todos. Em suma, estimule a valorizar na América Latina o respeito aos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Horacio Gutiérrez, Vivian Urquidi,
Margarida Nepomuceno, Mayra Coan Lago

Organizadores

O Brasil na trama do conflito: sociedade e governo diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1939)

Ismara Izepe de Souza

A Guerra Civil Espanhola ocupa relevante espaço na historiografia mundial, sendo um dos temas mais estudados do século XX. Estima-se que existam mais de 40 mil obras sobre o conflito (Reig Tapia, 2011: 22), o que decorre, dentre outros fatores, de sua ampla repercussão internacional. Ainda que tenha sido resultante de condições políticas, econômicas e sociais geradas dentro da Espanha, o conflito civil espanhol adquiriu feições internacionais, não apenas pela participação efetiva da Alemanha, da Itália e da União Soviética, mas por ter impactado a sociedade civil de muitos países.

Palco de uma luta fratricida, a Espanha assumiu aos olhos do mundo uma importância decisiva, visto que os ideais defendidos pelos grupos em conflito permeavam o imaginário coletivo mundial. Em meados da década de 1930, a polarização política no Brasil impulsionava as visões maniqueístas acerca do complexo jogo de forças ideológicas presentes em solo ibérico. Os setores conservadores que se aglutinaram em defesa do golpe contra a República espanhola foram rapidamente identificados com o fascismo e os republicanos taxados de “vermelhos”. A guerra foi utilizada, em muitos países, como referência para a afirmação de um conjunto de valores éticos, morais e políticos sujeitos a generalizações de todos os tipos.

Os impactos do conflito espanhol logo se fizeram sentir na América Latina, especialmente em países nos quais os vínculos sociais, econômicos e culturais com a Espanha eram historicamente expressivos. Na Argentina, o conflito foi o acontecimento estrangeiro que em maior grau influenciou a sociedade, em todos os tempos. Os debates e rivalidades ocorreram em vários setores da sociedade, espelhados pela imprensa argentina que, apesar de majoritariamente ter se posicionado a favor dos republicanos, também apresentou posturas simpáticas ao movimento nacionalista. A amplitude do movimento desencadeado por diversos centros e sociedades autônomas culminou com a *FOARE - Federación de Organizaciones de Ayuda a la República Española*, que contava com 120 filiais e 29 comitês distribuídos pela Argentina (Pereira, 1976: 10). Segundo dados do *Comité Internacional de Coordinación de la Ayuda a la República Española*, que tinha sua sede em Paris, a Argentina alcançava, em final de 1937, o segundo lugar, depois da Suécia, nas contribuições de

países com relação ao número de seus habitantes. Estes cálculos excluía a URSS e o México, já que a ajuda desses países se realizava por intermédio de seus governos (Goldar, 1996: 153).

As representações dos países latino-americanos concederam, de forma ampla, asilo diplomático aos que, em Madri, se sentiam ameaçados pela dimensão violenta que as disputas políticas alcançavam. Na capital espanhola, muitos cidadãos identificados como opositores da República espanhola receavam por sua segurança. A embaixada argentina abrigou centenas de cidadãos que, rapidamente, lotaram suas dependências. Segundo Beatriz Figallo, o número de asilados em agosto de 1936 não passava de vinte e em janeiro de 1937 já superava os quatrocentos (2007: 74). A representação chilena, ao final de 1939, abrigava em seus anexos cerca de mil e duzentas pessoas. O cotidiano dos asilados era dificultado pelas questões de ordem sanitária. Edifícios que poderiam comportar vinte a trinta pessoas passavam a abrigar centenas delas. A escassez de alimentos e as enfermidades – muitas das quais agravadas e prolongadas pela ausência de atendimento médico – geravam uma situação dramática de frequentes manifestações de comprometimento psicológico e óbitos. A embaixada chilena, apesar de abrigar uma maioria de cidadãos considerados simpáticos aos revoltosos, também forneceu proteção a pessoas identificadas com a esquerda (Romero, 2007:14).

O Chile merece destaque na história do asilo diplomático não apenas pela quantidade de pessoas acolhidas, mas também porque permaneceu defendendo o direito de asilo após o término da guerra, asilando até 1940 os partidários da República espanhola. Os esforços de Pablo Neruda, representante diplomático na capital espanhola, para convencer o governo de seu país a conceder abrigo a milhares de republicanos que após a guerra não tinham outra alternativa que não a de deixar o país, é um dos exemplos mais eloquentes da cooperação e da dimensão solidária que a causa republicana alcançou no exterior.

O México destacou-se na América Latina pelo apoio oferecido aos republicanos, tendo a esposa do presidente Lázaro Cárdenas, Amália Solórzano, fundado um comitê de ajuda às crianças do povo espanhol (De Marco, 2011: 99). De todas as iniciativas tomadas pelo governo mexicano, no intuito de auxiliar os republicanos espanhóis, talvez a mais conhecida e a de maior impacto emocional tenha sido o transporte de cerca de quinhentas crianças das zonas republicanas para a cidade de Morelia. O México, ao final do conflito foi o país que menos impôs restrições aos refugiados espanhóis e o que abrigou, até 1946, a sede do governo republicano no exílio.

A especificidade do Brasil enquanto país que não guardava um histórico de laços coloniais com a Espanha não impediu que os impactos do conflito chegassem em seu território. Os reflexos da guerra se fizeram presentes dentre a extensa comunidade espanhola radcada no Brasil, bem como em vários segmentos da sociedade e das elites políticas brasileiras, assunto ao qual nos dedicaremos a seguir.

Sociedade brasileira e imigrantes espanhóis mobilizados pela Espanha

O caráter internacional do conflito espanhol teve sua expressão no campo cultural latino-americano. A adesão de muitos artistas e intelectuais latino-americanos à defesa da legalidade na Espanha pode ser explicada pela associação que automaticamente foi feita entre a defesa da cultura e a manutenção da República espanhola (Oliveira, 2013: 230). Identificados com a luta antifascista, artistas e intelectuais preocupavam-se em preservar a liberdade de expressão, ameaçada pela compreensão cultural monolítica dos que se auto proclamavam nacionalistas espanhóis. Alguns expoentes da literatura do século XX tiveram engajamento direto no conflito. Ernest Hemingway, autor de *Por quem os sinos dobram*, famoso romance sobre a guerra civil, e o britânico George Orwell, foram alguns dos escritores estrangeiros que partiram para a Espanha para defenderem, nos campos de batalha, a República da Espanha. O chileno Pablo Neruda e o francês Albert Camus, mesmo após o término do conflito, tornaram-se notáveis porta-vozes do antifranquismo.

No Brasil, Carlos Drummond de Andrade imortalizou seu apoio aos antifascistas espanhóis utilizando suas palavras como arma política. O poema *Notícias da Espanha*, embora só tenha sido publicado em 1948, provavelmente fora escrito ainda na vigência da luta, evidenciando a indignação do poeta com a falta de informações sobre o conflito, em decorrência da censura estado-novista às notícias favoráveis aos republicanos espanhóis. Outras obras de Drummond são carregadas de referências épicas ao poeta espanhol Federico Garcia Lorca, cujo trágico assassinato pelos revoltosos, em 1936, sensibilizou o mundo todo. A luta pela restauração da democracia na Espanha, na década de 1940, mobilizou muitos artistas, intelectuais e políticos brasileiros. Manuel Bandeira, Murilo Mendes, Jorge Amado e Erico Veríssimo, só para citar expoentes da literatura brasileira, elucidaram críticas ao franquismo a partir de suas obras.

Na seara dos romances brasileiros que tem a Guerra Civil Espanhola como fundo destacam-se *Saga*, de Erico Verissimo (2006) e *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado (1986). O primeiro, uma obra que, a despeito de seu valor histórico, não recebeu boa avaliação da crítica literária, foi baseado no diário do ex-combatente das Brigadas Internacionais, Homero de Castro

Jobim. Em “Agonia da noite”, o segundo volume da trilogia *Subterrâneos da Liberdade*, Jorge Amado dedicou-se à temática da contenda espanhola ao lembrar a resistência dos estivadores e marinheiros do Porto de Santos em carregarem de café os navios que se dirigiriam à Espanha franquista¹.

A opinião do povo brasileiro sobre o que ocorria na Espanha não pode ser resgatada com precisão, especialmente se levarmos em consideração que a maior parte da sociedade brasileira vivia nos meios rurais, sem acesso a informações sistematizadas sobre eventos políticos domésticos e internacionais. No entanto, nos centros urbanos, nos quais a circulação da imprensa era mais notória e contemplava maior número de leitores, é perceptível uma cisão no que tange à visão sobre os acontecimentos espanhóis. Jornais liberais, apesar de não se empolgarem com os avanços nacionalistas, não nutriam simpatias aos republicanos, identificados como comunistas. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, se referia aos republicanos, de forma recorrente, como “selvagens e incendiários” (Negrão, 2005).

A conjuntura política brasileira facilitou a circulação de imagens e relatos favoráveis aos nacionalistas espanhóis, especialmente após a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937. Antes da criação do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939, o aparato estatal já contava com estratégias para controlar as informações veiculadas à população. Parte da imprensa nacional, defensora de princípios conservadores, noticiou o conflito espanhol como resultado das “forças demolidoras do comunismo internacional” (Carneiro, 1991). Isso nos remete à afirmação de George Orwell de ter sido na Espanha que, pela primeira vez, observou relatos jornalísticos que não possuíam qualquer relação com a verdade (1967: 255). A imprensa brasileira, especialmente após a censura estabelecida pela ditadura estado-novista, atribuía uma unanimidade comunista à condução dos rumos da República que não condizia com a realidade. O leque de tendências político-ideológicas reunidas na defesa da República espanhola era amplo, abrigando comunistas, socialistas, anarquistas e liberais.

Em novembro de 1938, no intuito de fortalecer junto ao imaginário coletivo os perigos do comunismo para o país, foi aberta uma exposição anticomunista no Teatro municipal do Rio de Janeiro, que contou com material de propaganda e fotografias da Espanha em conflito, fornecidos pela representação oficial

1. Jorge Amado, nesse volume, mistura ficção e realidade na tentativa de criar uma visão mitológica da luta dos trabalhadores portuários em defesa da democracia. Embora a obra faça considerações sobre uma greve ocorrida no contexto da Guerra Civil Espanhola, as referências são inspiradas em uma paralização no porto em 1946, quando os estivadores se recusaram a transportar café para os navios que tinham a Espanha como destino.

do Governo de Burgos no Brasil, a pedido do governador do Rio de Janeiro. Essa seção tinha por objetivo demonstrar que a Espanha era vítima do caos e da baderna fomentada pelos vermelhos. A relação amistosa entre os representantes oficiosos do governo franquista e as autoridades políticas brasileiras causou espanto e indignação nos diplomatas que, no Brasil, representavam a República espanhola (Venturini, 2015: 146).

Parte expressiva da intelectualidade brasileira e da comunidade espanhola nutria simpatias aos republicanos espanhóis. Venturini atenta para o fato de que o governo rebelde espanhol não realizou nenhuma campanha para conquistar a simpatia junto à opinião pública popular no exterior (2015: 150). Já o governo republicano espanhol envidou esforços no sentido de garantir que, ao menos, os imigrantes espanhóis na América fossem sensibilizados em torno da defesa da legalidade e dos ideais da República.

Domingos Rex Muñoz, representante da Junta de Relações Culturais do Ministério de Instrução Pública do Governo republicano, atuou intensamente na defesa da manutenção do governo que representava. As atividades de Rex no Brasil foram alvo da vigilância do DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social, e a documentação anexada ao seu prontuário nos informa que sua militância teve alcance não apenas junto à comunidade espanhola radicada no Estado de São Paulo, mas repercutiu, por exemplo, junto a universitários que, em setembro de 1937, o convidaram para realizar uma conferência sobre a situação espanhola. O episódio gerou animosidades, pois segundo carta do representante estudantil da *Ação Universitária Democrática*, o professor espanhol não teria discursado em função de saber que seria vigiado por agentes policiais. Os estudantes, cuja admiração pela luta republicana era evidente, mostraram-se indignados, lembrando a Rex que sua função deveria ser em primeiro lugar fazer a propaganda, para depois tentar viver em paz, e não o contrário². Rex Muñoz estava em território brasileiro como representante cultural da República desde o início do ano de 1936, quando já discursava com frequência na Rádio Educadora Paulista. Com a deflagração da guerra na Espanha, suas atividades se intensificaram. À frente de diversos cursos e palestras, Rex foi o principal orador em um evento realizado em homenagem a Federico Garcia Lorca, em julho de 1937³. O fato

2. Carta de Anthero Banada Zanote, presidente da *Ação Universitária Democrática* para Domingo Rex. São Paulo, 16 set. 1937. *Prontuário 80136 - Comité Central de Propaganda de España Republicana*, 1º vol. DEOPS-SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

3. Carta do *Comité Central de Propaganda de España Republicana* para Andres Rodriguez Barbeito, cônsul da Espanha em Santos. São Paulo, 30 jul. 1937. *Prontuário 80136 - Comité Central de Propaganda de España Republicana*, 2º vol. DEOPS-SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

de portar o título de professor foi suficiente para alimentar, junto ao imaginário dos agentes policiais, o mito do intelectual revolucionário. A concepção de que as “ideologias extremistas” eram difundidas por elementos cultos e de expressivo nível intelectual, pode ser constatada em vários relatórios policiais que justificaram a periculosidade do referido professor espanhol.

Um contingente significativo da comunidade espanhola radicada no Brasil se mobilizou na tentativa de auxiliar seus compatriotas na defesa de uma ou outra facção em luta na Espanha. Reunidos em associações, milhares de espanhóis engajaram-se na promoção de atividades culturais e beneficentes garantindo, desta forma, auxílio material e moral para aqueles que defendiam a restauração da ordem republicana (Souza, 2005). A criação de um comitê em prol da *Cruz Vermelha Española*, embora tivesse como finalidade arrecadar donativos para as vítimas civis do conflito, foi idealizada por espanhóis simpáticos aos republicanos em luta. Em meados de 1937 foi criado, na cidade de São Paulo, o *CCPER - Comité Central de Propaganda de España Republicana* –, que procurava aglutinar as atividades dos centros republicanos existentes em cidades como São Paulo, Santos, Sorocaba e Porto Alegre. Os donativos angariados pelo *CCPER* – seja através da promoção de festivais teatrais ou pelo recebimento de cheques vindos de diversas localidades – chegavam até a Espanha intermediados, principalmente, pela Embaixada espanhola em Paris. Cabe observar que comitês de auxílio à República espanhola foram criados em diversos países, contando com a adesão de ilustres artistas como Charles Chaplin e Clark Gable.

Os simpáticos à República na capital paulista chegaram a financiar um programa de rádio dedicado a noticiar os acontecimentos espanhóis. Vinculado em termos administrativos ao *CCPER*, o programa *Hora Hispano Brasileira* era coordenado pelo professor Rex Muñoz e mesclava a leitura de artigos sobre a situação política e militar da Espanha com propagandas de eventos e atividades promovidas em apoio aos republicanos espanhóis. Devemos considerar como fundamental o papel exercido por esse programa na formação da opinião de tantos cidadãos que manifestaram sua solidariedade à campanha republicana. Suas ideias, emoções e visões acerca do conflito encontram-se registradas nas correspondências enviadas ao *CCPER*, como a carta de Dolores Suaren atesta:

(...) deseamos escuchar las verdaderas noticias de nuestra Nación, ya que la mayoría de la Prensa de este país, tan erroneamente ha interpretado la causa de democracia y independencia territorial que nuestra España defiende tachandonos de extremistas etc..etc.. So española y gallega de corazón, cumpliré mi deber, dejo aqui expresado un sentimiento que no puedo dejar en olvido, es

Ismara Izepe de Souza

la verguenza que tengo en saber que el cabecilla e general traidor sea gallego, mas tengo esperanza que la justicia ha de imperar para vencer a ese vil y tirano funcionario italo-germano y toda su cuadrilla de marroqués, sin olvidar a las hordas extranjeras, que solo ambicionam apoderarse de lo que en sus paises les falta, que es nuestra riqueza nacional.(...)⁴.

A afirmação do caráter democrático e não extremista da causa republicana era uma das preocupações centrais dos idealizadores do programa radiofônico que, se guardavam alguma simpatia pelas ideologias consideradas extremistas, como o comunismo ou o anarquismo, procuravam adotar um discurso moderado a fim de conquistar a confiança daqueles que hesitavam em tomar partido.

As sociedades espanholas que promoveram atividades em prol dos republicanos espanhóis foram fechadas em novembro de 1937, meses antes do Decreto-Lei 383, de 1938, que proibiu as atividades políticas de estrangeiros no Brasil. O fechamento foi acompanhado por uma prática repressiva que dificultou a reorganização dessas entidades, mesmo quando posteriormente “autorizadas” pelos órgãos policiais: a apreensão de documentos produzidos pelas mesmas. Milhares de papéis das mais variadas tipologias – correspondências, atas, relatórios, anotações, circulares – prestaram-se como “provas documentais” de suas atividades subversivas. Muitos dos membros das sociedades espanholas já tinham passagem pela polícia política por pertencerem a agremiações de caráter sindical ou por militarem em defesa de alguma ideologia. A maioria era identificada pelo DEOPS como comunista ou anarquista.

Especialmente após o movimento de 1935 os comunistas, embora não fossem os únicos, passaram a ser o principal alvo das investidas do aparato repressivo. Centenas de documentos anexados aos autos policiais nos permitem verificar que os republicanos espanhóis eram avaliados pelo braço repressor do Estado como fomentadores do espírito revolucionário da esquerda brasileira. Segundo a lógica policial, a simpatia de um indivíduo à causa republicana se prestava como “prova” de sua periculosidade. A comprovação do crime político se efetivava a partir de indícios, como recortes de jornais favoráveis aos republicanos espanhóis. No prontuário de Edgar Leuenroth, proeminente líder anarquista em São Paulo, por exemplo, foram anexadas doze fotos relacionadas ao conflito espanhol, sendo a maioria de vítimas civis de bombardeios alemães⁵.

Os documentos produzidos pela polícia política sobre a repressão aos simpatizantes da República espanhola, demonstram como a guerra civil da

4. Carta (manuscrita) de Dolores Suaren Feliz para Domingos Rex. São Paulo, 19 jul. 1937. *Prontuário 80136 – Comité Central de Propaganda de España Republicana*, 1º vol. DEOPS-SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

5. *Prontuário 122 - Edgar Leuenroth*. DEOPS-SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Espanha e a ideia de um complô internacional permearam o imaginário político dos grupos identificados com os nacionalistas espanhóis. A República implantada na Espanha era avaliada pelos representantes do governo Vargas como um modelo a ser evitado. Qualquer manifestação a favor dela deveria ser coibida como forma de evitar que no Brasil se implantasse o comunismo, interpretado como o responsável pelo caos e pela guerra na Espanha. Sob esta ótica, tal conflito se prestou, muitas vezes, como elemento justificador para a implantação do Estado Novo.

O movimento nacionalista espanhol não chegou a aglutinar muitos simpatizantes, nem mesmo junto à comunidade espanhola. Em carta a Francisco Franco, Julio González Germade, membro da *Unión Nacionalista Española*, afirmou que os “rojos” compunham cerca de 90% dos cerca de 350 mil espanhóis radicados no Brasil⁶. É muito provável que tais referências não estivessem amparadas em dados estatísticos concretos, porém elas atestam as dificuldades dos simpáticos ao movimento rebelde espanhol em aumentar a adesão e o apoio a sua causa dentre a comunidade espanhola no Brasil. Os imigrantes espanhóis adeptos do movimento rebelde se concentraram em duas entidades: a já citada *Unión Nacionalista Española* e a *JONEEB - Junta Oficial Nacionalista Española en el Brasil*, cujos representantes acabaram por se desentender, minando as chances de se fortalecerem. Apesar de não concentrarem grandes contingentes, os defensores dos nacionalistas espanhóis foram exitosos em uma área: na da arrecadação de doações a serem enviadas à população do bando “nacionalista”. Cidadãos com grande poder aquisitivo – brasileiros e de outras comunidades de imigrantes – realizaram generosas doações à causa franquista. O Conde Matarazzo, proprietário das ostentosas indústrias que levavam seu sobrenome, não escondia suas simpatias ao fascismo italiano, chegando a realizar doações aos franquistas⁷.

A exaltação da *Falange Española* foi realizada pela maior parte dos que, no Brasil, apoiavam os revoltosos espanhóis. A Falange viria a representar os anseios daqueles que eram antirrepublicanos e se identificavam quer com a monarquia, com a figura de Franco ou com as ideias nazifascistas. As atividades falangistas também foram oficialmente proibidas pelo Decreto-Lei 383, de 1938, mas a vigilância sobre as mesmas não teve a mesma intensidade exibida para com os “vermelhos”. No prontuário em nome do partido espanhol, aberto

6. Carta de Julio González Germade a Francisco Franco. São Paulo, s/d. In: AMAE, Serie Archivo de Burgos, leg. 1009, exp. 2, *apud* Venturini, *op. cit.*, p. 205.

7. Despacho 41, de Fernando Carlos Navarro y Jordán al Ministro de Asuntos Exteriores en Burgos. Santos, 09/sep/1938. In: AMAE, Serie Ministério de Estado, leg. 999, exp. 12 *Apud* Venturini, *op. cit.*, p. 236, nota 167.

pela polícia política paulista, consta apenas um informe de investigação relatando os acontecimentos em um almoço promovido no restaurante Olympia em São Paulo, que contou com a participação de 150 pessoas⁸. A observação manuscrita “*não precisa fichas*” registrada à margem do documento, sugere o tratamento benevolente que os órgãos policiais reservavam àqueles que atuavam como comparsas no combate às ideias subversivas.

Alguns falangistas eram conhecidos pela polícia como “colaboradores” pois, em outros momentos, haviam delatado compatriotas republicanos, acusando-os de comunistas. A confiança na polícia política enquanto instituição aliada na função de erradicar o “perigo vermelho” se fazia na medida em que os espanhóis simpatizantes do nacionalismo espanhol percebiam princípios similares entre o projeto político de Franco e o de Vargas no Brasil. A polícia política passou a dar maiores atenções às atividades falangistas após o rompimento brasileiro com o Eixo, em janeiro de 1942, já que, a partir desse momento, a Embaixada espanhola assumiu os interesses alemães no Brasil. Segundo Allan Chase, a Falange, durante a 2ª Guerra Mundial, teria se constituído como um braço secreto do Eixo na América Latina (Chase, 1944).

O impacto da Guerra na Espanha dentre a esquerda no Brasil também pode ser atestado pela participação de brasileiros nas Brigadas Internacionais. Dirigidas pelos comunistas, as Brigadas se constituíram em um corpo de voluntários que lutaram pela República. São lembradas como o maior exemplo da dimensão solidária e internacional da causa republicana, ao contar com a participação de cidadãos de mais de cinquenta nacionalidades. Herbert Matthews atenta para o fato de que havia nos voluntários a convicção de que estavam realizando uma verdadeira campanha de luta contra o fascismo, que se apresentava como “*emoção compulsiva nos anos 30*” (Matthews, 1975: 198).

Centenas de militares presos pelo envolvimento com o fracassado movimento comunista de 1935 foram beneficiados pela “macedada”, que se constituiu no ordenamento do então ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, de soltar os prisioneiros sem processo formal (Battibugli, 2004:119). Libertos, dezenas desses cidadãos foram convocados pelo Partido Comunista para se alistarem nas Brigadas, dirigindo-se à Espanha. José Gay da Cunha, respondendo à interrogação de uma senhora que se espantara com a presença de um brasileiro na Espanha, em pleno conflito, respondeu que ali estava para “*luchar para defender la humanidad contra el fascismo*”, exprimindo a compreensão que a maioria dos brigadistas detinham sobre o significado universal do conflito (Cunha, 1986: 103).

8. Informe de Investigação de Jorge Moncayo e Nicola Tanesi para delegado de Ordem Social. São Paulo, 31 jan. 1938. *Prontuário 76048 - Falange Espanhola*. DEOPS-SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Alguns brigadistas brasileiros participaram ativamente das batalhas. Apolônio de Carvalho, David Capistrano, Delcy Silveira e José Gay da Cunha foram feridos no *front*. Tiveram posições de destaque na hierarquia militar das forças republicanas Hermenegildo de Assis Brasil e José Gay da Cunha. Assis Brasil, ao liderar com sucesso um ataque às forças franquistas, foi considerado herói na Espanha e José Gay da Cunha chegou a comandar a famosa “Brigada Lincoln”, composta de mais de 5 mil homens (Souza, 2001: 25).

Após o desmantelamento das Brigadas Internacionais, em setembro de 1938, os destinos dos voluntários brasileiros foram diversos. Em 1939 vários deles foram internados em campos de concentração na França. Os brigadistas Dinarco Reis, Correa de Sá, José Gay da Cunha, Carlos da Costa Leite, Joaquim Silveira dos Santos e David Capistrano somente retornaram ao Brasil em 1941, apesar das dificuldades diante do avanço nazista na Europa. Alguns brasileiros faleceram na Europa. Enéas Jorge de Andrade morreu durante um combate aéreo em 1938. Segundo Thaís Battibugli, o jornal *Correio da Manhã* publicou, em julho de 1941, o falecimento de Hermenegildo de Assis Brasil, no campo de *Saint-Cyprien*, mas menciona também que Dinarco Reis, em entrevista realizada em 1989, teria afirmado que Assis Brasil morreu em Paris, vítima de infecção nasal (Battibugli, 2004: 172). Alberto Besauchet, militar que lutou na Espanha sem integrar as Brigadas, segundo Apolônio de Carvalho, foi assassinado pelos comunistas no contexto das imensas rivalidades entre eles e os que, assim como Besauchet, integravam as fileiras do *POUM - Partido Obrero de Unificación Marxista* (Carvalho, 1997: 123). Ernest Yoske, judeu alemão radicado no Brasil desde a década de 1920, foi levado para um campo de concentração na França, e de lá, transferido para um campo de extermínio na Alemanha. (Carvalho, 1997, 168).

Apolônio de Carvalho foi um dos brigadistas que teve sua vida marcada pela militância política: em 1939 se dirigiu à França, onde participou ativamente da resistência à invasão alemã durante o conflito mundial. Quando retornou ao Brasil seguiu nas atividades políticas, sendo torturado e preso pelo regime militar. Ao retornar do exílio, em 1979, se engajou no processo de redemocratização do país. David Capistrano também manteve o ímpeto de luta política após retornar ao país, sendo uma das vítimas fatais da ditadura militar⁹.

Não é possível precisar quantos brasileiros estiveram na Espanha lutando a favor dos republicanos espanhóis, mas uma lista nominal elaborada pela polícia política carioca sugere que pelo menos 39 brasileiros se alistaram às

9. Há registros de que David Capistrano, desaparecido desde março de 1974, tenha sido torturado, morto e esquartejado nas dependências da “Casa da Morte” em Petrópolis (<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/david-capistrano-da-costa>)

Brigadas Internacionais. Tal lista, enviada ao DEOPS de São Paulo em março de 1939, solicitava vigilância nos pontos de desembarque¹⁰. A polícia, ao ter conhecimento dos avanços nacionalistas em território espanhol e do desmantelamento das Brigadas, ocorrida em novembro de 1938, previu o consequente retorno dos voluntários brasileiros ao país, pretendendo reprimi-los assim que aportassem no Brasil (Souza, 2008: 21).

O posicionamento oficial do Governo Vargas

Nos três anos de conflito, o Brasil manteve oficialmente as relações diplomáticas com a República espanhola, apesar das simpatias que importantes setores das elites políticas dedicavam ao movimento rebelde. O chanceler José Carlos Macedo Soares, por exemplo, nos meses iniciais do conflito defendia a quebra da neutralidade e a declaração de alguma forma de apoio aos revoltosos espanhóis (Vargas, 1995: 531). As diretrizes da política externa brasileira se concentraram nas mãos do presidente Getúlio Vargas que, embora demonstrasse afinidades pessoais ao nazifascismo, chefiando um governo que detinha similaridades no que tange aos elementos inerentes ao autoritarismo, como propaganda política e repressão, conduziu uma política externa pragmática, o que nos leva a compreensão de sua postura frente ao conflito espanhol.

Antes mesmo de assumir o Itamaraty, em março de 1938, Oswaldo Aranha, então embaixador nos EUA, procurava influenciar Vargas no intuito de impedir o envolvimento brasileiro com os problemas políticos europeus, argumentando que o reconhecimento do governo de Franco implicaria numa aproximação estreita com a Alemanha nazista. Tal postura não indica apenas o desejo de manter distanciamento das questões europeias, mas evidencia que o Brasil habilmente começava a ampliar sua margem de autonomia, ao explorar “as indefinições do jogo hegemônico mundial entre Alemanha e Estados Unidos” (Moura, 2012).

O pragmatismo da política externa não impediu que as ações internas se encaminhassem para a vigilância e a criminalização das atividades realizadas em prol dos republicanos no Brasil. As simpatias pessoais de Vargas aos revoltosos espanhóis puderam se expressar através da autorização do envio de toneladas de café e açúcar para as zonas do território espanhol controladas por Franco. Em carta pessoal à Vargas, Franco agradeceu a doação prometendo

10. “Relação dos Brigadistas Brasileiros”, (s/d); Ofício do delegado especial de Segurança Política e Social, Batista Teixeira ao delegado de Segurança Política e Social de São Paulo, Carneiro da Fonte. Delegacia Especializada de Segurança Política e Social. Rio de Janeiro, 17 mar. 1939. *Prontuário 5290 – Carlos da Costa Leite*. DEOPS-SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

mantê-la, como solicitado, em segredo¹¹. Outra doação de café seria realizada também em 1939, depois do final do conflito, dentro de um contexto distinto, em que o caráter sigiloso não era mais necessário. O excedente de café brasileiro permitia que essas doações fossem feitas com o intuito de fortalecer a imagem do país como benfeitor humanitário e para a diminuição dos estoques. Procurando atender a um pedido do Secretário de Estado norte-americano, Cordell Hull, o Brasil enviou também à Espanha legalista dez mil sacos de café, que, segundo informações da diplomacia espanhola, teriam saído do porto de Santos no dia 20 de novembro de 1938¹².

Recentes pesquisas realizadas pelo historiador Angel Viñas demonstram que parte considerável do patrimônio que o ditador Francisco Franco acumulou ao longo de sua vida proveio da venda de 600 toneladas de café doados pelo Brasil à população espanhola. Tentando reconstruir as fontes de enriquecimento do ditador, Viñas surpreendeu-se com os documentos que atestam que Franco, em 1939, vendeu ao CAT - Comissariado de Abastecimentos e Transportes, o café que deveria se destinar ao povo. Segundo o historiador, 1/5 da fortuna do Caudilho foi acumulada com base nesses negócios (Viñas, 2015).

Com a eclosão do conflito, em julho de 1936, a Embaixada e os consulados espanhóis no Brasil passaram por uma alteração drástica de seus quadros, já que a maior parte de seus representantes aderiu ao movimento revoltoso. Além de enfrentar uma situação desfavorável internacionalmente, a Segunda República teve que reestruturar o serviço diplomático (Morratinos In Vinas, 2010, p. 15), enviando aos postos no exterior cidadãos alheios à carreira diplomática. Esse foi o caso de Andres Rodriguez Barbeito, que chegou ao Brasil em 1937 para atuar nos consulados de Santos e São Paulo e contribuir com a propaganda republicana. Barbeito era jornalista e havia sido secretário particular do líder socialista Largo Caballero. Por sua intensa atuação a favor das atividades republicanas no Brasil foi alvo da vigilância e repressão da polícia política. Segundo informações policiais, por não possuir o exequator do governo brasileiro, teria sido expulso, em dezembro de 1937¹³.

11. Carta de Francisco Franco, "El jefe del Estado y general em jefe del Ejercito Nacional" para Getúlio Vargas. Salamanca, 29 out. 1936. Arquivo Getúlio Vargas (GV 36.10/1 XXIV – 44). CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

12. Despacho nº 438 de Jose Prieto del Rio, encarregado de negócios para ministro de Assuntos Exteriores da Espanha. RJ, 02 dez. 1938. R999 Expt. 12. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación.

13. Informe (cópia) de José Gomes para delegado adido à Seção de Investigações. São Paulo, 06 dez. 1937, doc. 18, fl 26. *Prontuário 3817 – Andres Rodriguez Barbeito*. DEOPS-SP/Arquivo do Estado de São Paulo.

A chefia da Embaixada espanhola no Rio de Janeiro se alterou diversas vezes durante o conflito. Os encarregados de negócios da Espanha depararam-se com a difícil missão de convencer o Governo Vargas de que as atividades em prol dos republicanos, praticadas no Brasil, não significavam ingerência nos assuntos de política interna do país. Fernando Morales Llamas, encarregado de negócios da Espanha durante a maior parte do ano de 1937, reportou ao *Ministerio de Asuntos Exteriores* que havia manifestado ao Itamaraty sua indignação frente à injusta qualificação do governo republicano como “bolchevique” e lembrado o fato do Brasil reconhecê-lo diplomaticamente¹⁴. Llamas, quando retornou a Espanha, foi um dos milhares de republicanos que enfrentaram o revanchismo franquista. Os documentos presentes na pasta aberta em seu nome, constantes nos arquivos sobre a repressão ao comunismo e à maçonaria praticada pelo governo franquista, dão conta de que, somente em 1955, Llamas conseguiu reverter sua prisão para a categoria de domiciliar, graças à intervenção de uma freira que, em nome da Igreja Católica, deu testemunho junto aos órgãos repressivos de sua religiosidade e aversão ao comunismo¹⁵. O diplomata de carreira, que se manteve fiel à República, foi impelido, em 1942, a assinar um documento de profissão de fé renegando a maçonaria e reafirmando sua crença na Igreja¹⁶.

A diplomacia brasileira em missão na Espanha também sentiu as consequências das tensões políticas que tomavam conta do país desde os meses anteriores ao início do conflito, realizando uma análise muito crítica às orientações e medidas tomadas pela Segunda República. Com a deflagração da guerra, a apreensão juntou-se à expectativa de um desfecho favorável aos nacionalistas. Carlos da Silveira Martins Ramos era uma exceção dentre o corpo diplomático atuante na Espanha, pois mostrava-se simpático ao governo legalista espanhol, tendo se indisposto várias vezes com o Itamaraty ao denunciar as atitudes contraditórias do governo brasileiro para com a República da Espanha. Esse diplomata chegou a auxiliar crianças da cidade de *Arenys del Mar*, oferecendo, duas vezes por semana, almoço e merenda para cem crianças selecionadas por sua esposa nas escolas públicas locais (Bussalleu; Torres, 1999:87). O diplomata sugeriu ao Itamaraty que tal auxílio deixasse de ser particular e fosse realizado

14. Despacho n. 92 de Fernando Morales Llamas, encarregado de negócios da Espanha no Brasil para ministro de Assuntos Exteriores da Espanha. Rio de Janeiro, 29 out. 1936. R999, expt. 12. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores.

15. Carta de Maria Concepción Lopes Matias ao Presidente do Tribunal de Masonería, Madri, 5 nov. 1955. Legajo 627, Expt 6619, Centro Documental de la Memoria Historica, Salamanca.

16. “Abjuración de errores y profesión de fe” de Fernando Morales Llamas, Madrid, 24 abril 1942. Legajo 627, Expt 6619, Centro Documental de la Memoria Historica, Salamanca.

oficialmente pela representação brasileira. Argumentou que o Brasil poderia criar um *hogar brasileño*, que estenderia o mesmo auxílio para duzentas crianças, a exemplo da Suécia, que criara um Instituto que abrigava mais de quinhentas delas¹⁷. Apesar da sugestão enfática de Ramos, o Itamaraty não autorizou a formalização desse tipo de auxílio, haja vista as desconfianças que pairavam sobre os republicanos espanhóis e a alegada falta de verbas para gastos extraordinários da Secretaria de Relações Exteriores.

Alguns brasileiros foram acusados de praticar espionagem à serviço dos revoltosos. Adrian de Burgos, vice-cônsul brasileiro na cidade de Almeria, envolveu-se com a Falange e foi detido ainda no início do conflito, tendo falecido em maio de 1937, de acordo com Alcebiades Peçanha¹⁸. Em 1939, sua viúva agradeceu a Oswaldo Aranha a concessão do cargo de datilógrafa no Consulado de Cádiz, informando que ingressaria na vida religiosa e lembrando que seu marido havia sido sacrificado “Por Cristo, pela Espanha, e por Vosso grande paiz...”¹⁹. Não foi possível identificar as circunstâncias da morte de Burgos, mas é provável que tenha sido executado ou morrido em decorrência dos maus-tratos ou das condições precárias de carceragem. A brasileira Dolores Valls Lucas também foi acusada de prestar serviços de espionagem aos nacionalistas espanhóis, mas segundo o encarregado de negócios do Brasil na Espanha, Martins Ramos, a mesma não merecia cuidados da representação brasileira por não correr risco de morte²⁰.

Nos três anos de vigência do conflito houve um aumento considerável dos pedidos de repatriação junto à Embaixada e aos consulados brasileiros. Os espanhóis que possuíam dupla cidadania podiam com maiores facilidades pleitear o asilo nas missões diplomáticas dos países que adotavam o *jus solis*, assim como garantir passaporte estrangeiro para a saída do território espanhol. No contexto da guerra, esta era uma das melhores condições que alguém podia aspirar. Os pedidos de repatriação preocuparam o Ministério das Relações Exteriores, que solicitou auxílio de consultores na área de direito. Houve o pedido

17. Ofício n. 110 de Carlos da Silveira Martins Ramos, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Barcelona, 01 nov. 1938. Lata 716, maço 10364. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

18. Ofício de Alcebiades Peçanha, embaixador do Brasil na Espanha para Mario de Pimentel Brandão, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 10 maio 1937. Missões Diplomáticas Brasileiras. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

19. Carta de Dolores de Burgos para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Cádiz, 21 nov. 1939. Lata 1756, maço 35635. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

20. Ofício n. 12 do encarregado de negócios na Espanha, Carlos da Silveira Martins Ramos, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Barcelona, 23 abr. 1938. Missões Diplomáticas Brasileiras. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

ao Ministério da Justiça para que a legislação sobre a dupla cidadania fosse revista, sob a justificativa de evitar que o Brasil desse guarida a “oportunistas”, que só queriam ser repatriados para “fugir ao alistamento militar”²¹.

Diversos diplomatas mostraram sua indignação diante do que consideravam “complacência” e abuso das leis brasileiras. De acordo com esta visão, os jovens que solicitavam repatriação, ou simplesmente documentos que pudessem livrá-los das fileiras do exército, não atendiam a um requisito determinante: o sentimento de amor à pátria²². O discurso dos diplomatas revela a exaltação da nacionalidade, vista como um valor “sagrado” que não poderia ser atribuído àqueles que não estivessem integrados à sociedade brasileira. Entre 1939 e 1940, a quantidade de pedidos de repatriação junto às representações brasileiras continuou elevando-se. A proteção consular do Brasil era a saída encontrada por centenas de espanhóis que haviam lutado em defesa do regime republicano e que temiam a “institucionalização da vingança franquista” (Preston, 2005:9).

Outra dimensão da atuação do Itamaraty e das representações brasileiras na Espanha em conflito se deu no âmbito do asilo. O Brasil, signatário das convenções de Havana, de 1928, e de Montevideu, de 1933, praticava o direito de asilo e abrigou, desde o início do conflito, cidadãos que se sentiam ameaçados em Madri. O ato esteve envolto em graves irregularidades diplomáticas, já que o comunicado oficial ao governo republicano espanhol foi feito somente em março de 1938. Devido ao contingente de cerca de sessenta pessoas, a representação brasileira foi obrigada a alugar uma casa adjacente à sua sede em Madri²³. A concessão massiva de asilo por diversas representações gerou um problema físico de alojamento, implicando no surgimento dos famosos “anexos” às embaixadas e legações. O chanceler brasileiro até novembro de 1936, Macedo Soares, não repreendeu o embaixador Alcebiades Peçanha por omitir do governo espanhol a existência de asilados junto à sede da representação brasileira, e sua complacência pode ser explicada pelo anticomunismo por ele professado. Proteger pessoas que estariam sob ameaça de um “governo comunista” significava contribuir, ainda que indiretamente, para a causa dos nacionalistas espanhóis.

Autor de um dos trabalhos mais detalhados sobre o asilo diplomático ocorrido durante o conflito civil, Javier Rubio, nas breves páginas em que menciona a atuação da Embaixada brasileira frente à questão, tece severas críticas ao que

21. Memorando (ass. ilegível) para o chefe da divisão política e diplomática. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 16 jan. 1939. Lata 716, maço 10364. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

22. Idem.

23. Despacho de Cyro de Freitas Valle em nome do ministro de Estado para Argeu Guimarães, encarregado de negócios em Madri, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1939. Missões Diplomáticas Brasileiras. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

considerou uma “modesta e censurável política de asilo” (1979: 73). A análise da extensa documentação diplomática, cruzada com as informações obtidas neste importante livro, nos leva a afirmar que a representação diplomática do Brasil teve uma atuação incompetente na resolução do caso. A não entrega das listas de asilados pelo embaixador Peçanha à República espanhola é um dos fatores que contribuíram para agravar as tensões entre a Embaixada brasileira e o Ministério de Estado espanhol, pois o Brasil foi excluído das negociações que possibilitaram a evacuação de asilados de outras embaixadas (Rubio, 1979: 73).

A magnitude e importância do asilo diplomático durante a contenda espanhola foi um ato, até então, sem precedentes na história das relações internacionais. A maior parte das representações estrangeiras sediadas em Madri, mais de trinta, praticou o asilo concedendo, segundo as estatísticas oficiais, refúgio a cerca de onze mil pessoas (Rubio, 1979: 31). O governo republicano espanhol, mesmo sabendo das possibilidades de desenvolvimento de atividades do “quintacolonismo” nas sedes das representações estrangeiras, respeitou o direito de asilo. A República espanhola preocupava-se com sua imagem, receando que incidentes envolvendo os asilados pudessem servir de justificativa para a determinação de alguns países em romperem relações. Era sabido que o asilo em algumas embaixadas era decorrente do interesse de muitos diplomatas em conseguir benefícios financeiros. Muitos cidadãos só obtiveram o asilo mediante o pagamento de um “*oneroso portazgo, un portazgo en general de tipo económico, pero otras veces de una naturaleza aún más abusiva e indigna*” (Rubio, 1979: 156). No caso brasileiro, nenhum documento nos possibilita afirmar que Alcebiades Peçanha tenha recebido benefícios financeiros para manter pessoas asiladas na Embaixada. No entanto, não deixa de causar estranhamento o fato de que, na posição de decano do corpo diplomático, não tenha fornecido as listas ao governo republicano espanhol²⁴.

A questão dos asilados ficou ainda mais complexa quando Martins Ramos, que chegou a Espanha em 1938, na qualidade de encarregado de negócios, descobriu que junto ao “anexo” não havia somente brasileiros, como à princípio havia afirmado Peçanha, mas também alguns militares e religiosos. Com a existência destes últimos, dificilmente o governo espanhol autorizaria a evacuação de todos os indivíduos. As observações realizadas por Ramos indicam que Oswaldo Aranha o orientou a negociar a evacuação dos asilados até a França e seu internamento no Brasil. A negação da República espanhola à proposta se daria pelo ocorrido com os refugiados em outras embaixadas que, ao serem autorizados a se dirigirem ao país vizinho, fugiram para as regiões sob poder

24. A questão dos asilados na Embaixada do Brasil durante o conflito civil espanhol foi analisada em minha tese de doutorado: SOUZA, Ismara Izepe de, *Caminhos que se cruzam*, op. cit., 2009.

dos rebeldes. Martins Ramos alertava para a deterioração da imagem do Brasil que, corroborando com muitas irregularidades, acabava por desrespeitar o governo espanhol. Também não se furtou em criticar a postura do próprio Itamaraty na condução da política externa brasileira para a Espanha. Para ele, o Brasil deveria agir de forma coerente com sua posição de país que, em nível diplomático, mantinha relações com o governo republicano. A Secretaria de Estado respondeu com rispidez às considerações do diplomata, informando que o asilo era um procedimento tradicional do Brasil e que, independentemente de comunicação oficial, o dever de Ramos era o de “proteger e salvar vidas”, lembrando que isso era o que seu antecessor havia feito. A última menção, provavelmente, rebatia a crítica que Ramos teceu a atitude de Peçanha de não ter comunicado oficialmente ao governo espanhol a existência de asilados na representação brasileira²⁵.

A posição do Itamaraty, em todo o período do conflito, foi de cautela, sempre ressaltando que o governo brasileiro não poderia tomar medidas que contrariassem o que havia sido ratificado nas conferências de Havana e Montevideu sobre o direito de asilo²⁶. Ramos enfatizou que o caso espanhol não se ajustava minimamente aos princípios estabelecidos em tais conferências, lembrando que o asilo só era admissível para fornecer proteção temporária a um indivíduo ameaçado de efetivo e iminente perigo de vida. A aplicação ao caso em discussão não se justificava, uma vez que haviam sido dadas garantias de segurança aos que deixassem o “anexo”²⁷.

A atitude do governo brasileiro foi enviar à Legação em Berna uma ordem para solicitar junto ao governo suíço o auxílio da Cruz Vermelha²⁸. É provável que tal solicitação não tenha sido atendida por falta de tempo, uma vez que o conflito terminou poucos dias depois. Antes do término da guerra, três dezenas de asilados abandonaram a representação brasileira (Rubio, 1979: 76). Provavelmente aqueles que se inseriam na categoria de militares e religiosos deixaram a sede da Embaixada do Brasil somente após os nacionalistas entrarem em Madri, o que culminou no fim do conflito.

25. Telegrama da Secretaria de Relações Exteriores do Brasil para Embaixada do Brasil em Barcelona. Rio de Janeiro, 25 mar. 1938. Missões Diplomáticas Brasileiras. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

26. Referências à Convenção sobre Asilo assinada na VI Conferência Pan-americana de Havana, em 1928, e à Convenção sobre asilo político, assinada na VII Conferência Internacional Americana de Montevideu, em 1933.

27. Ofício de Carlos da Silveira Martins Ramos, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Barcelona, 23 ago. 1938. Lata 711, maço 10326. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

28. Telegrama da Secretaria das Relações Exteriores para Legação do Brasil em Berna. Rio de Janeiro, 06 mar. 1939. Lata 293, maço 10326. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Ao final de 1938, a República da Espanha já havia perdido importantes territórios. Barcelona sofria com ataques aéreos regulares, e abrigava um contingente de cerca de um milhão de refugiados, “respirando um ar de derrota” (Thomas, 1964: 301). Ao final de janeiro de 1939 começaram as investidas do exército nacionalista para tomar a cidade. O cenário era tão desolador e desfavorável aos republicanos que permitiu que o encarregado de negócios brasileiro alterasse a sua opinião em pouco mais de um mês. De otimista defensor da possibilidade da vitória republicana, Martins Ramos passou a reconhecer a morte daquele governo. Em 10 de fevereiro de 1939, já estabelecido na cidade francesa de *Perpignan*, Ramos escreveu uma carta de teor privado destinada a “Cyro” – que presumimos ser Cyro de Freitas Valle – tecendo um interessante panorama da situação em que se encontrava a capital catalã. Afirmou que teria sido o último diplomata a deixar a capital, enfrentando um trajeto arriscado. A situação dos refugiados era descrita como trágica²⁹.

Em março de 1939, o governo brasileiro reconheceu o governo franquista, após os países europeus e os Estados Unidos o terem feito. A identificação política com o novo regime espanhol facilitou a criação de uma rede de comunicação para vigiar as atividades de brasileiros comunistas na Espanha. Ao governo franquista também interessava o conhecimento de atividades de “subversivos” espanhóis em território brasileiro, como forma de precaver-se contra a possível entrada desses em seu território. A diplomacia brasileira contribuiu para impedir que espanhóis que haviam lutado pela República chegassem ao Brasil. O drama dos exilados republicanos despertou a atenção da comunidade internacional, e na América poucos foram os países que os acolheram. Argentina e Chile chegaram a receber um contingente significativo de cidadãos espanhóis, mas foi o governo mexicano que se destacou não só por acolher expressivo número de refugiados, mas por abrigar o Governo republicano no exílio.

A entrada de refugiados espanhóis foi freada pelos altos escalões do governo brasileiro, que consideraram inconveniente receber pessoas identificadas com o “credo vermelho”. Ao deparar-se com o pedido que várias sociedades espanholas fizeram a Getúlio Vargas para que o país acolhesse os refugiados republicanos, Oswaldo Aranha tratou de comunicar o Ministério da Justiça sobre a inviabilidade de receber “comunistas espanhóis”³⁰, expressão essa jamais utilizada no documento de solicitação. As autoridades responsáveis pela imigração foram

29. Carta (cópia) de Carlos da Silveira Martins Ramos para “Cyro”. Perpignan, 10 fev. 1939. Lata 716, maço 10364. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

30. Informe reservado de Oswaldo Aranha para Francisco Campos, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, MRE, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1940. *Prontuário 3817 – Andres Rodrigues Barbeito*. DEOPS-SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

alertadas para o fato de que a entrada desses cidadãos colidiria com os interesses do país³¹.

Apesar de orientar a política para a Espanha a partir de critérios pragmáticos e de manter oficialmente as relações diplomáticas com o governo legalista até 1939, o Governo Vargas fomentou uma imagem negativa dos republicanos e, em ações oficiosas, procurou favorecer o lado rebelde, como o envio sigiloso de café aos franquistas comprova. Essa e outras ações, como a de impedir a entrada de refugiados republicanos espanhóis no Brasil, são exemplares das iniciativas do Governo Vargas no sentido de enfraquecer, interna e externamente, o “perigo vermelho”.

Referências

- AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade. Agonia da noite*, v. 2. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BUSSALLEU; Jacint Arxer; TORRES, Estanislau. *La guerra civil a Arenys del Mar*. Barcelona: Publicacions Labadia de Montserrat, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. La Guerra Civil Española através de las revistas ilustradas brasileñas: imagenes y simbolismos. *Estudios Interdisciplinarios da América Latina y el Caribe*, Jerusalém, Universidade Hebraica de Jerusalém, v. 2, nº 2, 1991, pp. 39-50.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CHASE, Allan. *Falange: o Exército Secreto do Eixo na América*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1944.
- CUNHA, José Gay da. *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- FIGALLO, Beatriz. *Diplomáticos y marinos argentinos durante la crisis española. Los asilos de la Guerra Civil*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2007.
- GOLDAR, Ernesto. *Los argentinos y la Guerra Civil Española*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996.

31. Informe reservado de Francisco Campos para Adhemar de Barros, interventor federal de São Paulo, 03 de julho de 1940. *Prontuário 3817 – Andres Rodrigues Barbeito*. DEOPS-SP/ Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

- MARCO, Valeria de. Leituras do Êxodo Republicano Espanhol. In: Jose Carlos Sebe Bom Meihy (org.). *Guerra Civil Espanhola, 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 95-116.
- MATTHEWS, Herbert. *Metade da Espanha Morreu: Uma reavaliação da Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A Guerra Civil Espanhola e a crítica intelectual brasileira ao franquismo. In: José Carlos Sebe Bom Meihy (org.). *Guerra Civil Espanhola, 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 117-138.
- MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil 1939-1950. Mudanças na natureza das relações Brasil – Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.
- NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e Incendiários. O discurso anticomunista do governo Vargas*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2005.
- OLIVEIRA, Angela Meirelles. *Palavras como balas. Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2013.
- ORWELL, George. *Lutando na Espanha e o ensaio: recordando a guerra civil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- PEREIRA, Enrique. La Guerra Civil Española en la Argentina. *Todo es História*, vol. 10, n. 110, 1976, pp. 6-32.
- PRESTON, Paul. *La Guerra Civil. Las fotos que hicieron historia*. Esfera de los libros; J de J Editores, 2005.
- REIG TAPIA, Alberto. A Guerra Civil Espanhola: Historiografia e Revisionismo. En: Jose Carlos Sebe Bom Meihy (org.). *Guerra Civil Espanhola, 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 17-48.
- ROMERO, Elena. Vida y muerte en la embajada: um estudio de la vida cotidiana en las legaciones a cargo de Chile durante la Guerra Civil Española. (julio 1936 - abril 1939). Comunicação apresentada no I Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Contemporánea de la AHC. Disponível em <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/27/15/11.elenaromero.pdf> (acesso em 31 de agosto de 2017).
- RUBIO, Javier. *Asilos y canjes durante la guerra civil española: aspectos humanitários de una contienda fratricida*. Barcelona: Editorial Planeta, 1979.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Caminhos que se cruzam: as relações históricas entre Brasil e Espanha (1930-1960)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2009.

Ismara Izepe de Souza

SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional. A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2005. Coleção Histórias da Intolerância, 5.

_____. *República Espanhola: um modelo a ser evitado*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001. Inventário DEOPS: Módulo IV – Espanhóis.

THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VENTURINI, Eliane. *Republicanos y rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española*. Tese de Doutorado em História, Universidad de Valencia, 2015.

VERÍSSIMO, Erico. *Saga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

35635. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

VIÑAS, Angel. *La otra cara del caudillo*. Barcelona: Crítica, 2015.

A Guerra Civil Espanhola e a solidariedade antifascista brasileira*

Thaís Battibugli

Em 18 de julho de 1936 iniciou-se na Espanha, uma das guerras civis mais emblemáticas do século XX: foram quase 3 anos de intenso conflito bélico, com a morte de centenas de milhares de pessoas, com a vitória da ditadura de Franco que se prolongaria por mais de quatro décadas. Em 1975, presos políticos ainda eram executados em seu governo (Preston, 2006). São 81 anos que não apagaram o valor histórico deste embate na cena política mundial, que ilumina o contexto político-econômico atual, devido ao avanço dos nacionalismos de direita pelo mundo.

O conflito na Espanha fez parte da

...guerra civil ideológica internacional, que (...) em essência suscitou as mesmas questões na maioria dos países ocidentais (...). (...) As linhas que separavam as forças pró e antifascista cortavam cada sociedade. (...) em decorrência do surgimento de inimigo voraz, a Alemanha nazista, em 1933, possuidora de política expansionista agressiva e genocida (Hobsbawm, 1995:146-147).

Brasileiros também se alistaram nas forças antifascistas na Espanha, pelas Brigadas Internacionais. O grupo de comunistas brasileiros, objeto de nosso estudo, era formado, em sua maioria, por militares comunistas que sofreram perseguição política durante o regime Vargas (1930-1945), após o fracassado levante militar de novembro de 1935, e foram para a Espanha em 1937. No total, o grupo era formado por 2 civis e 14 militares. São eles os militares, Alberto Bomílcar Besouchet, Apolonio de Carvalho, Carlos da Costa Leite, David Capistrano da Costa, Delcy Silveira, Dinarco Reis, Eneas Jorge de Andrade, Hermenegildo de Assis Brasil, Homero de Castro Jobim, Joaquim Silveira dos Santos, José Gay da Cunha, José Correa de Sá, Nelson de Souza Alves, Nemo Canabarro Lucas, e os civis, Roberto Morena e Eny Silveira. Apenas Nemo Canabarro Lucas não militou no PCB, mas tinha contato com militares comunistas.

* Este artigo é resultado de dissertação de mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo-USP, sob o título, *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola 1936-1939*, Battibugli, 2004.

Essa participação foi, sem dúvida, vivência político-militar singular, que marcou toda uma geração de ativistas políticos. Combater pela República espanhola era o imperativo que despertou a solidariedade de milhares de pessoas em vários países, já que a Espanha era vista como a principal frente de batalha antifascista na época.

A militância comunista

Vários fatores contribuíram para a entrada de militares na militância comunista ou aliancista durante a década de 30, como a forte crise político-econômica do início dos anos 30 e o crescimento dos movimentos populares nos anos de 1934 e 1935. Outro fator tem uma raiz mais profunda: a tradição de participação dos militares na política, desde o movimento abolicionista, o movimento republicano de 1889, passando pelo movimento tenentista e pela participação de militares na Aliança Liberal que colocou Vargas no poder em 1930 (Schulz, 1994: 15-16, 19, 121; Moraes, 1991, vol. 1: 135-136 e vol. II:158).

Apolônio de Carvalho comentou a relação entre militares e política e a crise dos anos 30 como impulsionadora dos movimentos populares:

“(…) Os anos 30 são marcados por alguns dilemas muito claros e muito definidos (...) e, dentro desse quadro, nós tínhamos o grande choque entre as ideias de paz e de guerra (...) O dilema entre democracia e regimes de força. Fosse o fascismo, fosse o nazismo, fossem as ditaduras civis como nós tivemos com o Estado Novo. E também o dilema sobre a distribuição dos efeitos da grande crise econômica de 29 a 33, para os governantes os efeitos da crise deviam ser jogados sobre os lombos dos trabalhadores e da massa da população, para os democratas e patriotas isso devia ser dividido entre (...) as diferentes classes e grupos sociais. De maneira que os anos 30 foram também anos marcados por uma extraordinária e nova qualidade de participação do povo na vida política do país”. (Carvalho, 1996)

O interesse de Apolônio de Carvalho pela política iniciou-se no meio familiar, devido ao passado do pai, militar e político e do irmão tenentista. Outros fatores foram: a mobilização política gerada a partir da crise de 29-30 e a ameaça dos regimes de força (Carvalho, 1996).

Essa tradição participativa dos militares é definida pelo filósofo João Quartim de Moraes como a doutrina do “soldado-cidadão”: “sendo os militares cidadãos (...) é claro que têm o dever ineludível de ser políticos”, como disse o almirante Américo Silvano em 1922, pouco antes do levante que ocorreria em julho. Os tenentes de 1922 e 1924 foram legítimos representantes desta concepção política, a qual encontrou nos anos 30 fiéis seguidores entre jovens cadetes, cabos, sargentos e oficiais das Forças Armadas.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

José Correa de Sá, militar que combateu na guerra da Espanha, comentou a militância dos anos 30:

“Nossa vivência política não era propriamente de Partido, mas contra as injustiças. Sabíamos que havia coisas erradas no país e desenvolveu-se um sentimento de revolucionário-patriótico entre nós. E dentro da tradição que havia no Exército, isso foi encaminhado para um golpe. Nós éramos a continuação do tenentismo” (Entrevista Correa de Sá, 1994).

A adesão de ex-tenentistas ao comunismo trouxe confiabilidade ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) no meio militar. Exemplos são Luís Carlos Prestes, Carlos da Costa Leite, Silo Meireles, Trifino Correia, Moésias Rolim. O militar aviador Dinarco Reis, que lutaria ao lado de Costa Leite na Espanha, também tomou parte da revolta tenentista de 1924, meses depois de ingressar na Escola de Aviação (Carone, 1991:104, Reis, 1989). Tomou-se militante muito ativo entre 1933 e 1935 na célula da Aviação Militar. Reis não se filiou à ANL.

A adesão de Prestes ao PCB animou não somente militares como também civis a seguir o mesmo caminho. Entretanto, cabe notar, que o PCB aumentou seu peso político na sociedade apenas após a volta à legalidade política em 1945.

Com efeito, 1934 e 1935 foram anos em que nove dos militares que seguiriam para a Espanha, filiaram-se ao PCB ou à ANL: Apolônio de Carvalho, Alberto Besouchet, Carlos da Costa Leite, David Capistrano da Costa, Delcy Silveira, Dinarco Reis, Homero de Castro Jobim, Nelson de Souza Alves e Nemo Canabarro Lucas. A maioria dessas nove pessoas já era comunista quando ingressou na ANL. Apolônio de Carvalho e Joaquim Silveira filiaram-se à Aliança antes de entrar no Partido, mas já mantinham contato com membros do PCB nos quartéis.

Apenas Nemo Canabarro Lucas, um dos fundadores da ANL, não militou no Partido, mas era simpatizante e tinha contatos com militares comunistas. Em 1930, opôs-se à Aliança Liberal, como Carlos da Costa Leite e Prestes. Não acreditava que o Governo Provisório de Vargas fosse implementar o programa de reformas inicialmente proposto. Participou da organização tenentista Legião 5 de Julho. Envolveu-se na Revolução Constitucionalista de 1932 (Rodrigues, 1980:131; Beloch; Abreu, 1984:1947).

A relação entre os militares e o PCB era secreta ou pelo menos deveria estar acima das suspeitas dos oficiais superiores e da polícia política da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o que nem sempre ocorria. A ilegalidade do Partido e o preconceito contra os comunistas poderia causar danos irreversíveis à carreira militar. O próprio regulamento que regia a Escola Militar do Realengo proibía que os cadetes e os oficiais tivessem posicionamento político público,

segundo Homero de Castro Jobim. A direção do Partido tinha interesse em manter esse segredo, para atuar nos quartéis com relativa liberdade e articular seus militantes fardados para a luta revolucionária (Roio, 1990:280-281, Jobim, 1995).

Exemplo está no relato de José Correa de Sá:

“(...) organizar o Partido era uma tarefa complicada e de consequências gravíssimas para os envolvidos. Toda a atividade era secreta (...). Eu nunca pude ter (...) uma carteirinha ou um documento partidário, nada disso. Os acertos saíam das reuniões feitas nos fins de semana (...) como se fosse seita proibida. Bastava um movimento em falso para sermos perseguidos...” (Correa de Sá, 1994).

A repressão política de Vargas

O levante comunista de novembro de 1935, pequena quartelada sem maiores perigos para o governo, levou Getúlio Vargas, em janeiro de 1936, a apontar comunismo como o “inimigo mais perigoso da civilização cristã” e usou o movimento como justificativa para promover verdadeira “caça às bruxas” sobre seus mais variados opositores (Vargas, 1938:139). Condenaram-se à menor suspeita, vários seguimentos de esquerda, como membros do PCB, da ANL (Aliança Nacional Libertadora), trotskistas, e mesmo de direita, como da AIB (Aliança Integralista Brasileira), criada em 1932, e outros adversários políticos do governo. Pequena parcela dos detidos por subversão teve participação direta no levante. O historiador Robert Levine (1980:201) calcula que foram realizadas entre 5.000 e 15.000 prisões, cifra desproporcional diante das dimensões do movimento.

A ANL foi fundada em março de 1935 após a promulgação da Constituição Federal (CF), em meados de 1934. A nova Carta Magna restabeleceu o estado de direito no país e abriu margem para a organização de movimentos populares até então reprimidos.

O estado de direito havia sido duramente restringido, após o golpe de novembro de 1930, que colocou Vargas no poder. Como chefe do Governo Provisório, Vargas concentrou os poderes executivo e legislativo em suas mãos. Houve a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais. As garantias constitucionais da Carta de 1891 foram suspensas e Vargas passou a ter poderes de nomear ou demitir qualquer funcionário público e de nomear interventores federais no lugar do governador eleito em cada Estado da Federação. O ditatorialismo seria a marca do regime varguista (Brasil, Decreto nº 19.398, 1930).

Já sob o contexto de retorno das liberdades políticas advindas da CF de 1934, a ANL aglutinou, em seu programa político de 1935, muitas reivindicações vindas dos mais variados setores da sociedade. Exemplos são as demandas dos sindicatos, de organizações de mulheres, estudantes e intelectuais que propunham novos rumos para o país. O movimento sindical reivindicava melhores salários, os estudantes queriam desconto de 50% nos livros, nos transportes e na diversão pública, os pequenos comerciantes exigiam redução de impostos (Couto, 1995:18; Levine 1980:43). Além disso, a ANL tinha como bandeira a luta antifascista. Desse modo, a Aliança Nacional Libertadora atuou como frente popular contra o fascismo, que crescia rapidamente em várias partes do mundo.

Os militares Carlos da Costa Leite e Nemo Canabarro Lucas participam das reuniões de planejamento da ANL e foram ativos militantes da organização (Beloch; Abreu, 1984:1783). A ANL atrelava-se à imagem e ao carisma do “cavaleiro da esperança” Luiz Carlos Prestes, seu presidente de honra (Levine, 1980:112-113).

Quando atuou na organização da Aliança, Costa Leite já possuía extenso passado de luta política. Ele esteve na mesma turma de Luís Carlos Prestes de aspirante a oficial e com ele teve longa amizade. Em julho de 1924, aos 31 anos, tomou parte da revolta tenentista contra o governo do Presidente Artur Bernardes (Moraes, 1991:135, 150). As principais reivindicações dos tenentes eram a moralização da administração pública e a realização de eleições limpas. Preso em decorrência da revolta, Leite conseguiu escapar e continuar a conspiração. Em 1927, serviu de pombo-correio entre Prestes, que estava exilado com a Coluna Prestes na Bolívia e militares do Nordeste, numa tentativa de dar continuidade ao movimento dos tenentes (Dagnino, 1985:200; Beloch e Abreu, 1984:1782-1783).

Embora a CF de 1934 tenha reconhecido o direito à livre expressão e organização, ter proibido os foros privilegiados, tribunais de exceção e ter assegurado o habeas-corpus, tratava também do tema da “segurança nacional”. Previa, na “iminência de agressão estrangeira, ou na emergência de insurreição armada”, a instauração de estado de guerra, com a suspensão das garantias constitucionais que pudessem prejudicar a segurança nacional. Tal temática, sem dúvida, representou uma brecha para as arbitrariedades do governo.

Semanas após a criação da ANL, Vargas promulgou a Lei de Segurança Nacional (LSN), com o Decreto nº 38, em abril de 1935, definidor dos “crimes contra a ordem política e social”, sendo conhecida na época como “lei-monstro”. A LSN era, na prática, uma espécie de código penal para os crimes considerados atentatórios à segurança do país. Entrou em vigor dias após a fundação da Aliança. Colocou sob jurisdição federal os crimes contra a segurança nacional, sem as garantias processuais da justiça comum, o devido processo legal, como o recurso à instância superior.

Os militares envolvidos na luta política eram tratados com especial atenção pela LSN. Após o levante de 1935, novos decretos foram promulgados com aumento das penas para crimes políticos. Assim, o governo Vargas preparava-se para, sob o amparo da lei, combater qualquer “planta política exótica” dentro e fora dos quartéis, ao criar um sistema jurídico de exceção, ainda que sob a vigência da CF de 1934 (Fernandes, 2009; Brasil, Lei nº 38, 1935).

A repressão política aumentou a partir de janeiro de 1936, com a criação da Comissão de Repressão ao Comunismo subordinada ao Ministério da Justiça. Em março, decretou-se estado de guerra, com alta concentração de poderes nas mãos do governo, o que minou o estado de direito no país. Em seguida, vários parlamentares foram presos, médicos e professores foram demitidos, fossem ou não de esquerda. É notável que tais retrocessos políticos seriam reeditados após o golpe civil-militar de 1964, com os chamados Atos Institucionais (Silva, 1970:154, 183-198; Gaspari, 2002).

Efetivamente, desde novembro de 1935, militares que participaram do Levante e mesmo os simples suspeitos de comunismo foram, em grande parte dos casos, encarcerados sem qualquer acusação, processo ou condenação formal. Exemplo é Nelson de Souza Alves, que, em depoimento à polícia em 1940, disse que após ter passado onze meses preso, foi posto em liberdade, em dezembro de 1936, “sem ter sido interrogado uma só vez”¹. Os presos políticos não podiam pagar fiança, já que os crimes contra a segurança nacional eram inafiançáveis, pela LSN.

A maioria dos detidos foi recolhida ao presídio Maria Zélia (São Paulo), no navio-prisão D. Pedro I, na Casa de Detenção e na Casa de Correção (Rio de Janeiro), na Colônia Correccional Dois Rios (Ilha Grande), na Casa de Detenção (Recife), no presídio da ilha de Fernando de Noronha, e no presídio Ilha das Flores (Rio de Janeiro). O navio-prisão foi improvisado para receber os revoltosos de 1935 e desativado em 1936. Cidadãos foram jogados num submundo de fome, doença, superlotação, insegurança e tortura². Em suma, era um descaso social completo.

Contrariando a Constituição de 1934, o governo, com a anuência do poder legislativo, referendou a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em 11 de outubro de 1936. O Tribunal de Segurança foi especialmente organizado para condenar os insurretos de 1935 e ser a justiça de defesa do Estado. Isto é, julgaria em primeira e em segunda instâncias os crimes políticos e os praticados contra a ordem e até mesmo contra a economia popular (Nunes, 1943:435, 438-439).

1. APERJ. Prontuário de Nelson de Souza Alves nº 508.

2. APERJ. Setor Comunismo, pasta nº 20.

O artigo 113, inciso 25 da Constituição de 1934 era claro: “não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção (...)”. Justamente o que era o TSN. Primeiramente, atuou como órgão da Justiça Militar. A partir de dezembro de 1937, um mês após a decretação do Estado Novo, o TSN foi “promovido” a tribunal de exceção, autônomo em relação, até mesmo, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O TSN era regido pela LSN (Pinheiro, 1991:325; Cancelli, 1991:205-207).

Tanto o réu, como o próprio STF não poderiam recorrer da sentença do TSN ou do Supremo Tribunal Militar (STM). A legislação que regia o TSN não previa mecanismo de recurso ao acusado (Nunes, 1943:410, 439-443; Acquaviva, 1993:55).

O TSN foi o palco de uma grande farsa judiciária, produzindo milhares de julgamentos sumários, que poderiam ou não ter a presença do acusado e que, de qualquer forma, teria apenas quinze minutos para se defender. No total, julgaram-se 6.998 processos envolvendo 10.000 pessoas, das quais 4.099 foram condenadas a penas que variavam de simples multa a até 27 anos de reclusão. O Tribunal foi montado para legitimar uma outra mentira: a de que o governo respeitava os preceitos constitucionais (Silva, 1970:222; Cancelli, 1991:210-211 e 214).

Toda essa quantidade ininterrupta de julgamentos ajudava a manter a insegurança política e social, e foi um dos principais pilares de sustentação do regime. O TSN, uma “excrescência judiciária”, no dizer de Hélio Silva, foi extinto em novembro de 1945, após a queda de Vargas (Silva, 1970: 222).

O grupo de militares brasileiros, analisado, que seguiria posteriormente para a Espanha, foi expulso do Exército e perdeu suas respectivas patentes em julgamento no STM. A grande parte foi presa. Apenas Eny Silveira, Carlos da Costa Leite e Alberto Besouchet escaparam.

Perder a patente de militar era, do ponto de vista material e emocional, um grande choque. Ser expulso da carreira era perder todos os benefícios, não receber mais salário, nem ter a perspectiva de reintegração à tropa a curto ou médio prazo, o que era pesado fardo para muitos, principalmente para os de origem humilde que tinham de se sustentar, como David Capistrano da Costa e José Correa de Sá. Outros ainda ajudavam financeiramente a família, como Apolônio de Carvalho e Nelson de Souza Alves.

Durante o Levante em Recife, Besouchet conseguiu fugir mesmo após ter sido ferido, mas foi expulso do Exército e foi condenado pelo TSN a oito anos de prisão. Sua pena foi confirmada em apelação no tribunal em outubro de 1938.

Carlos da Costa Leite não foi detido porque se exilou no Uruguai (Beloch e Abreu, 1984:1782-1783). Mesmo sem ter participado diretamente dos confrontos

de novembro, foi condenado pelo TSN, em maio de 1937, a três anos e dez meses de prisão. Costa Leite foi processado por ter desviado munição para os insurretos.

Na relação dos “presos implicados nos últimos acontecimentos de novembro de 1935”, elaborada pela polícia política, estavam envolvidas 261 pessoas, em sua maioria militares, como Alberto Besouchet, Carlos da Costa Leite, Dinarco Reis e Nemo Canabarro Lucas. Sobressai o largo espectro de repressão que deveria centrar-se apenas nas pessoas que participaram do movimento³.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro publicou extenso relatório sobre o Levante, em setembro de 1936, que serviu de base para o pedido de prisão preventiva de 158 pessoas junto ao TSN. No grupo, estavam os militares: Carlos da Costa Leite, David Capistrano da Costa, Dinarco Reis, Eneas Jorge de Andrade, Hermenegildo de Assis Brasil, Joaquim Silveira dos Santos, José Gay da Cunha, José Correa de Sá, Nemo Canabarro Lucas, Alcedo Batista Cavalcante, Carlos Brunswick França, Celso Tovar Bicudo de Castro e Paulo Machado Carrion (Porto, 1936:64; 98; 153; 158-161; 169; 189-195; 225).

Eurico Bellens Porto, delegado responsável pela elaboração do relatório, utilizou-se de inquéritos, sindicâncias e pareceres produzidos pela polícia política e pelas Forças Armadas. Quando o relatório de Bellens Porto foi concluído, em setembro de 1936, Alcedo Batista Cavalcanti, David Capistrano da Costa, Dinarco Reis, Eneas Jorge de Andrade, Hermenegildo de Assis Brasil, Joaquim Silveira dos Santos, José Correa de Sá, José Gay da Cunha, Nemo Canabarro Lucas e Paulo Machado Carrion estavam presos (desde novembro de 1935), com base em inquéritos produzidos nos quartéis (Porto, 1936:191-195)⁴.

O escritor Graciliano Ramos, arbitrariamente preso na época, analisou a situação de maneira clara: “A nossa prisão constituía evidência de numerosas ameaças à ordem; atribuíam-nos força e simulavam combater-nos; na verdade esmagavam-nos” (Ramos, 1994:289).

O comunismo era, para a elite política brasileira, o principal inimigo da nação, a despeito de sua pequena periculosidade real, já que, primeiro, ao propor a superação do sistema capitalista, pela luta de classes, tornou-se adversário evidente, pois o governo negava qualquer desvio ao seu projeto de colaboração de classes. Todos deveriam engajar-se no Brasil Novo de Vargas, centralizador e autoritário (Cancelli, 1991: 98, 164-170). Segundo, o PCB se auto promulgava

3. AESP Prontuário de Nemo Canabarro Lucas nº 5293.

4. AN. TSN. Processos de Apolônio de Carvalho (Apelação nº 255), Alberto Besouchet (Apelação nº 205), Hermenegildo de Assis Brasil (Apelação nº 43). APERJ. Prontuário de Alcedo Batista Cavalcanti nº 3007. APERJ. Prontuário de Paulo Machado Carrion nº 2654. APERJ. Prontuário de Nemo Canabarro Lucas nº 2492. APERJ. Prontuário de José Correa de Sá nº 12264. APERJ. Prontuário de Eneas Jorge de Andrade nº 663. APERJ. Prontuário de David Capistrano da Costa nº 3579.

único representante da classe trabalhadora e procurava, com relativo sucesso, neutralizar as demais correntes de esquerda, como a anarquista e a trotskista, o que, de certa forma, centralizou a repressão no partido.

Em consonância com o governo, a grande imprensa foi uma das fontes de divulgação e consolidação de imagem negativa dos comunistas. Claro exemplo é o *Jornal do Brasil*, de outubro de 1937, que veiculou: “O comunismo é o inimigo comum. Um comunista é um inimigo da nossa cultura, da nossa família, da nossa propriedade, do nosso trabalho, da nossa Pátria”. Tal negativismo perduraria durante décadas na história política brasileira (Mariani, 1998).

O civil Roberto Morena não participou do Levante de 1935, no entanto, foi condenado pelo TSN a dois anos de prisão. Em 1935, Morena militava no Rio Grande do Sul. Foi preso em 1936 (Morena, 1976).

Os presos da Casa de Detenção e da Casa de Correção decidiram boicotar o TSN, mesmo antes do início de seus trabalhos, em outubro de 1936. Em 3 de setembro, 445 detentos assinaram uma Carta-manifesto ao Povo Brasileiro. Neste documento, são denunciadas as torturas, inquérito feito com auxílio de “cano de borracha”, com a morte de sete presos. O TSN foi duramente criticado, por ser inconstitucional e arbitrário. Salientavam que estavam dispostos a comparecer apenas em julgamento aos órgãos legais da Justiça Federal⁵.

Quando eram solicitados a comparecer perante o TSN, os presos aproveitavam a oportunidade para mostrar toda a sua indignidade e escárnio diante do juiz e da opinião pública, protestando contra as precárias condições de vida na prisão, as arbitrariedades do governo Vargas e de seu sistema judiciário.

Parte do grupo de militares reencontrou-se na prisão, outros conheceram-se naquele local. Algumas amizades iniciadas na cadeia foram continuadas na Europa, caso de Apolônio de Carvalho e Nemo Canabarro Lucas (Carvalho, 1997:67). Os cursos e palestras possibilitaram a troca de experiências políticas entre pessoas ligadas ou não ao Partido. Na Casa de Detenção, jovens militares como Carvalho, David Capistrano da Costa, Eneas Jorge de Andrade, Hermenegildo de Assis Brasil, Souza Alves e Joaquim Silveira dos Santos puderam assistir a palestras de pessoas como Rodolfo Ghioldi (líder comunista argentino, agente da IC, enviado ao Brasil para auxiliar a organização do Levante de 1935), Hercolino Cascardo (militar que participou do levante tenentista de 1924 e um dos fundadores da ANL), professores universitários como Leônidas Rezende e Hermes de Lima (Waack, 1993:60; 123; 268; Beloch; Abreu, 1984:1783; 3340; Alves, 1994; 1995).

Certamente, para os jovens militares que estavam iniciando a vida partidária, como Apolônio de Carvalho, Delcy Silveira, Eneas Jorge de Andrade,

5. AEL. FUNDO HS. Pasta nº 20. Carta-manifesto ao Povo Brasileiro, de 3 de outubro de 1936.

Joaquim Silveira dos Santos, José Corrêa de Sá, José Gay da Cunha, Homero de Castro Jobim, a prisão foi a sua grande escola política.

Quando estavam nos colégios e escolas militares tinham vontade de mudar a ordem estabelecida e algum contato com o PCB, por meio de companheiros militantes. Nos presídios políticos, ligaram-se firmemente ao que era ser comunista no Brasil: ser antifascista, defender a democracia, ser internacionalista, mas sem deixar de ter a revolução no horizonte político. Portanto, os jovens militares consolidaram o perfil de sua identidade política por meio das experiências partilhadas na prisão.

Mesmo isolados do convívio social, os presos políticos procuravam se manter atualizados em relação à política internacional, por meio de cursos da Universidade Popular, organizada na prisão, e de notícias de jornais. A Guerra Civil Espanhola, iniciada em julho de 1936, logo lhes interessou. O conflito espanhol era debatido por presos políticos, militantes ou não do PCB. Muitos queriam saber dos últimos acontecimentos. Delcy Silveira comentou: “quando estávamos presos, nós acompanhávamos a luta na Espanha com mapas, com bandeirinhas... Tínhamos um grande mapa da Espanha” (Silveira, 1995).

Delcy Silveira conferiu fundamental importância à Universidade para a sua formação política:

Saí da Escola Militar com 17 ou 18 anos [tinha 22 anos] e fui direto para a cadeia! (...) Me levaram para a Casa de Correção... Tive a felicidade de ficar aproximadamente pouco mais de um ano no presídio. Ingressei numa ‘Universidade’! Uma verdadeira ‘Academia’ na qual aprendi, fiz estudos, aprofundi meus conhecimentos de marxismo... Isso abriu-me um horizonte e norteou a minha vida...! Lá tornei-me um comunista. Lá adquiri uma tal firmeza revolucionária, que fui capaz de por toda a minha vida em jogo na Espanha... (Silveira, 1995).

Segundo Dinarco Reis, fez-se um acordo: “aqueles que fossem libertados, se tivessem condições, participariam da guerra para observar o seu desenvolvimento e dar a nossa solidariedade à República [espanhola]” (Reis, 1989).

Para o grupo de brasileiros, a guerra na Espanha era também outro caminho de luta, pois a repressão política havia praticamente inviabilizado sua ação enquanto militantes. Desse modo, Nemo Canabarro Lucas declarou em inquérito policial que foi à Espanha porque a situação no Brasil demorava a normalizar-se e também queria aperfeiçoar seus conhecimentos militares. Nas palavras de Nelson de Souza Alves (Jobim, 1995)⁶:

6. APERJ. Prontuário de Nemo Canabarro Lucas nº 2492. Lucas fez tal relato em inquérito policial de 1939.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

(...) Minha vida de militar pode ser dividida em duas partes: antes e depois da ida à Espanha. Foi uma experiência intensa que combinou habilidade profissional, ideal de luta, convívio com pessoas do mundo inteiro ligadas a uma causa coletiva (Alves, 1994, 1995).

O plano de lutar na Espanha encontrou respaldo na Internacional Comunista, que, na época, recrutava voluntários, via os PCs nacionais, para defender a República. Segundo Apolônio de Carvalho, o PCB queria convocar primordialmente os militares que auxiliariam, com seus conhecimentos técnicos, a República espanhola, já que ela estaria organizando um novo Exército. Carvalho disse ter sido convencido pelo Partido a lutar na Espanha devido à ideia de que seus conhecimentos profissionais seriam imprescindíveis (Carvalho, 1996). José Correa de Sá enfatizou que lutou na Guerra Civil primeiro como militar, depois como comunista, devido à escassez de militares profissionais (Correa de Sá, 1994). Dessa maneira, foram à Espanha para lutar e ser instrutores militares.

A participação de militantes do PCB na Guerra Civil Espanhola foi a primeira e única ação militar do Partido fora do território nacional, como bem assinalou Roberto Morena (1976). A meta inicial era enviar cerca de cem pessoas, mas a repressão do governo Vargas acabou dificultando os planos. Essa foi a razão pela qual apenas 22 voluntários ligados ao Partido embarcaram para a Espanha, mas, desses 22, apenas 16 combateram.

Fora dos presídios, intelectuais de esquerda brasileiros expressavam sua simpatia pela causa republicana, enfrentando a censura varguista que proibia qualquer expressão de solidariedade aos democratas espanhóis. Exemplo desse apoio está em escritos de poetas, como, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira. O poema “No vosso e em meu coração”, de Drummond, expressa com clareza o interesse pelos republicanos:

“Espanha no coração:
No coração de Neruda,
No vosso e em meu coração.
Espanha da liberdade,
Não a Espanha da opressão.
Espanha republicana:
A Espanha de Franco, não! (...)” (Meihy; Bertolli, 1996: 63).

A realização do projeto de lutar na Espanha foi viabilizada graças à “macedada”, nome com o qual ficou conhecida a libertação de centenas de presos políticos sem processo judicial, determinada pelo então Ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares, em junho de 1937, logo após assumir o cargo. A macedada beneficiou grande parte do grupo de militares que partiriam logo depois para a guerra, como Apolônio de Carvalho, Carlos Brunswick França,

Eneas Jorge de Andrade, David Capistrano da Costa, Dinarco Reis, Nemo Canabarro Lucas, Hermenegildo de Assis Brasil, Joaquim Silveira dos Santos, José Correa de Sá e José Gay da Cunha (Barata, 1986:23)⁷.

Macedo Soares visitou pessoalmente alguns presídios e conversou com Luís Carlos Prestes e com o agente da IC Harry Berger, entre outros. Entre 12 e 13 de junho, segundo o jornal *Correio da Manhã*, cerca de 260 pessoas foram soltas, entre as quais estava Apolônio de Carvalho⁸.

A maioria dos militares que foram à Espanha eram jovens, com menos de 25 anos, em início de carreira, mas haviam recebido boas noções de combate nos treinamentos. O PCB não convocou militares de maior experiência, devido ao fato de que tinham duras penas a cumprir e não foram libertados pela macedada (Almeida, 1999:44).

Um mês depois da macedada, o TSN condenou vários militares que lutariam na Espanha. Entre eles estava Alcedo Batista Cavalcanti, Carlos da Costa Leite, Celso Tovar Bicudo de Castro, Paulo Machado Carrion e Nemo Canabarro Lucas⁹. Eneas Jorge de Andrade, Dinarco Reis e Hermenegildo de Assis Brasil foram condenados em outubro de 1937. José Correa de Sá e Joaquim Silveira dos Santos foram condenados em novembro¹⁰. A decisão de sair do país certamente foi impulsionada por essa sentença.

Em novembro de 1937, Vargas, com o apoio do comando das Forças Armadas, instaurou o Estado Novo e promulgou nova Constituição. O capítulo sobre os direitos e garantias constitucionais do cidadão seguiu os moldes da LSN, com restrição aos direitos fundamentais dos cidadãos.

A Constituição de 1937 combinada com dispositivos da LSN ampliou ainda mais o poder de polícia do governo, o qual efetuava prisões sem o devido processo legal. Assim, o grupo de militares e civis que lutaria na Espanha sofreu com as arbitrariedades do governo Getúlio Vargas. Vargas mostrou fiel ao provérbio: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”.

Em resumo, a maioria do grupo de comunistas brasileiros tomou a decisão de partir para a Espanha no período em que conviveram nas prisões. A Guerra Civil Espanhola representava o principal flanco de resistência contra o nazi-

7. AEL. Documentos da Internacional Comunista. Microfilme nº 10. BN. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1937.

8. BN, *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11, 12 e 13 de junho de 1937.

9. Essa relação está no jornal *O Globo* de 31 de julho de 1937 que está anexado ao prontuário de Bicudo de Castro no APERJ. Ver APERJ. Prontuário de Celso Tovar Bicudo de Castro nº 2911. APERJ. Prontuário de José Correa de Sá nº 12264. APERJ. Prontuário de Eneas Jorge de Andrade nº 663. APERJ. Prontuário de Joaquim Silveira dos Santos nº 12661.

10. APERJ. Prontuário de Dinarco Reis nº 11618.

fascismo. Participar dessa luta era um modo de proteger seu próprio país do avanço fascista, ao atuar no principal foco de conflito da época. Além disso, para os militares era alternativa de luta, uma oportunidade de colocar em prática seus conhecimentos profissionais e adquirir maior experiência para nova insurreição no país e, ao mesmo tempo, proteger-se da repressão política vivida no Brasil.

A Guerra Civil Espanhola e as Brigadas Internacionais

A Guerra Civil Espanhola esteve situada no embate político-ideológico dos anos 30, envolvendo fascismo e antifascismo. Os rebeldes franquistas acusaram o governo republicano de ser comunista e se autodenominaram “nacionalistas”, pois, a seu ver, defendiam os valores tradicionais da sociedade espanhola católica, com apoio de Hitler e Mussolini, contra a revolução dos “republicanos vermelhos” (Hobsbawm, 1995:146-147; Meihy; Bertolli, 1996:19; Howson, 1998:2). Por sua vez, a esquerda republicana definia a guerra civil como conflito antifascista, pois identificava no líder nacionalista Francisco Franco, um ditador disposto a moldar a Espanha ao regime nazifascista.

A guerra civil teve início como reação politicamente conservadora à vitória da Frente Popular espanhola, formada por partidos e sindicatos de esquerda nas eleições parlamentares do início de 1936. Tal vitória causou surpresa nos círculos diplomáticos e foi recebida com pânico por grande parte da direita espanhola.

O governo republicano, presidido por Manuel Azaña, colocou em prática programa de reformas que atingiram, principalmente, a educação e o direito do trabalhador. Outras reformas seriam feitas, como o direito ao divórcio e à liberdade de expressão, mas foram canceladas, devido ao início dos conflitos (Howson, 1998:2; Meihy; Bertolli, 1996:14). A República espanhola objetivava uma vida melhor para os mais humildes de uma sociedade, cuja elite era conservadora, oligárquica, excludente e repressora (Preston, 2006).

A guerra foi deflagrada após a tentativa de “pronunciamento”, ou seja, de golpe de Estado organizado por militares rebeldes. Os nacionalistas organizaram formações paramilitares à maneira fascista (Vilar, 1989:28, 71; Carr, 1986:83). Os militares espanhóis viram-se imbuídos da missão de recuperar a força política da direita. Os valores defendidos por esse grupo eram marcadamente antiliberais, antidemocráticos e anticomunistas. Por um lado, havia certa nuance de posições políticas: alguns eram favoráveis ao golpe, outros à manutenção da ordem republicana e havia ainda os que eram simpáticos à restauração monárquica, mas, por outro lado, havia um ponto em comum entre os mesmos: frear as reformas do governo Azaña, por temerem revolução social no país. Vale destacar

que os nacionalistas não dispunham de autoridade central até a nomeação de Francisco Franco como chefe de governo, em setembro de 1936 (Thomas, 1976:554-556; Vilar, 1989:71, Carr, 1986:75-78).

Em julho de 1936, surpreendido pelo golpe militar, o governo republicano decidiu não se opor à formação de milícias populares para impedir o avanço dos rebeldes. As milícias tiveram, por exemplo, papel preponderante na defesa inicial de Madri. A capital espanhola tornou-se o principal símbolo da resistência antifranquista sob o slogan: “¡No pasarán!” (Vilar, 1989:49-51). Cada milícia tinha a sua própria estrutura organizacional, não seguia as normas das formações militares tradicionais. Poderia ser liderada por partido ou movimento político como o anarquismo, o comunismo, o socialismo, o trotskismo.

Em agosto de 1936, teve início o Pacto de Não-Intervenção à guerra civil. O Pacto foi concebido pela França e pela Inglaterra para bloquear o envio de armas a qualquer das partes beligerantes (republicanos e nacionalistas) (Jackson, 1995:232-233). Segundo Pierre Vilar (1989:30):

“(…) Em princípio, a legalidade democrática do governo [espanhol] deveria lhe proporcionar ajuda e assistência necessária ao menos da França e da Inglaterra. Mas, (...) é o reflexo de classe que os faz [dirigentes dos países citados] admitir espontaneamente: a vitória popular leva à revolução social, o que é pior que o fascismo”.

Assim, o medo do alastramento da revolução social espanhola por toda a Europa levou os governos inglês e francês a tentar isolar e sufocar o conflito espanhol no âmbito de suas fronteiras. Contudo, o Pacto de Não-Intervenção auxiliou indiretamente os nacionalistas. A cada dia os franquistas estavam mais fortes, visto que recebiam um enorme auxílio da Alemanha e Itália, sem ser incomodados por representantes da Não-Intervenção. Tropas e equipamentos bélicos chegavam em grande número aos nacionalistas e ao mesmo tempo diminuía drasticamente a ajuda aos republicanos, incluindo o envio de gêneros alimentícios, devido à decisão da Não-Intervenção de fechar as fronteiras francesas com a Espanha. Entretanto, o envio de alimentos e roupas não havia sido proibido pelo Pacto. Mesmo os EUA auxiliaram os nacionalistas, discreta e eficazmente, pois a empresa americana Texas Oil Company abasteceu seus carros, aviões e indústrias (Howson, 1998:134; Meihy; Bertolli, 1996:25).

Os republicanos foram, portanto, muito prejudicados. O Pacto de Não-Intervenção pode ser caracterizado como uma “ficção útil”, segundo as palavras de Raymond Carr. Foi uma maneira de intervir no conflito sob a justificativa da imparcialidade, de que o problema da Espanha deveria ser resolvido apenas entre os espanhóis. Para a direita francesa, auxiliar a República espanhola era beneficiar comunistas (Carr, 1986:250; Bayac, 1980:323).

A URSS, a princípio, também aderiu ao Pacto, mas a ajuda da Alemanha e da Itália aos franquistas levou os russos a optarem pela intervenção, ainda que não-oficial, em prol dos republicanos (Bayac, 1980:69). O nazismo era, na época, a principal fonte de preocupações de Stálin, que temia sua política expansionista (Hobsbawm, 1995:145-147; 152). Portanto, era indesejável e perigoso ter países europeus transformando-se em aliados de Hitler.

Para a União Soviética e para a esquerda, à medida que o conflito espanhol se configurava como uma batalha entre fascismo e antifascismo, era importante dar apoio efetivo aos republicanos, já que a política de frentes populares antifascista estava em pleno vigor desde o VII Congresso da Internacional Comunista (agosto de 1935). Além disso, o governo republicano era formado por partidos e organizações sindicais de esquerda simpáticos aos russos. Assim, a URSS decidiu enviar material bélico, como armas e aviões, aos republicanos, embora em qualidade e quantidade inferiores em comparação com o que foi enviado pela Alemanha e pela Itália aos franquistas (Bayac, 1980:69).

Após julho de 1937, o auxílio soviético diminuiu sensivelmente, até praticamente cessar em 1938, devido, entre outros fatores, às negociações secretas entre Stálin e Hitler que culminariam no Pacto Germano-Soviético de agosto de 1939.

Uma das principais consequências da ajuda de Stálin à Espanha foi dar ao Partido Comunista Espanhol (PCE) uma posição de destaque no governo republicano, com o controle de parte da burocracia estatal. É muito importante notar que o PCE, desde sua criação em 1921, até meses depois do início da Guerra Civil, era um Partido de força praticamente inexpressiva (Skoutelsky, 1998:24). Seu fortalecimento e expansão deveram-se, assim, a dois fatores: primeiro, ao prestígio da União Soviética nos setores progressistas espanhóis, já que era a nação que mais auxiliava a República. Segundo, a abertura de espaço político aos comunistas no governo republicano.

Apesar ter ajudado expressivamente a República até meados de 1937, a URSS nunca oficializou apoio aos republicanos. Apenas o governo mexicano de Cárdenas a auxiliou abertamente, embora de forma mais modesta que os soviéticos. O Brasil, por sua vez, optou oficialmente por manter uma posição de neutralidade diante da Guerra Civil. Tal como França e Inglaterra, o governo Getúlio Vargas alinhou-se ao Pacto de Não-Intervenção. Nos EUA, o governo foi mais radical em relação ao conflito espanhol: proibiu a participação de qualquer cidadão americano na guerra, sob pena de prisão.

Em setembro de 1936, organizaram-se as Brigadas Internacionais para agrupar todos os voluntários estrangeiros que afluíam à Espanha republicana, para combater a ajuda alemã e italiana aos nacionalistas, iniciada em agosto,

segundo Skoutelsky (1998:53-54). Houve intensa campanha internacional de ajuda à República, coordenada pelos soviéticos da Internacional Comunista, cujo centro de operações era o Socorro Vermelho Internacional de Paris, que se encarregava de enviar os voluntários à frente de batalha, com o apoio do Partido Comunista Francês (PCF). A meta era criar uma brigada de 5000 homens recrutados entre os trabalhadores e comunistas de todos os países, que possuíssem certa experiência militar (Skoutelsky, 1998:53).

Segundo as resoluções do VII Congresso da IC, o fascismo era visto como perigo iminente para qualquer país e, por esse motivo, deveria ser imediatamente combatido por todos, comunistas ou não, unidos em uma frente popular antifascista. Dessa forma, a luta antifascista organizada pela Internacional recebeu apoio das mais variadas facções políticas e religiosas, e adquiriu, ainda, contornos supranacionais com a presença de voluntários de inúmeras nacionalidades, dentre as quais, a brasileira.

Inicialmente, o próprio Presidente Manuel Azaña, o Estado Maior espanhol e os anarquistas criticaram a entrada das Brigadas Internacionais como forças militares independentes. Após negociações, o governo autorizou a criação das BI em 22 de outubro de 1936 (Bayac, 1980:71). Foi adotado o nome Brigadas Internacionais porque sua organização baseou-se nas brigadas do exército regular. Resolveu-se que as BI poderiam organizar-se à parte do exército espanhol, mas deveriam estar ligadas ao Estado Maior espanhol (Vilar, 1989:107; Castells, 1974). Apesar de ser uma organização para congregar os voluntários estrangeiros, muitos espanhóis também combateram nas Brigadas.

As Brigadas foram estruturadas segundo a língua materna dos voluntários. Desse modo, originou-se a XIIª Brigada Garibaldi, constituída principalmente por italianos e espanhóis. Muitos brasileiros do grupo participariam na XIIª Brigada, como Homero de Castro Jobim, Delcy Silveira, Eny Silveira, Nelson de Souza Alves, devido, entre outros fatores, à proximidade linguística entre o italiano e o português (Bayac, 1980:349-351).

Grande parte do grupo de comunistas brasileiros chegou à Espanha quando as Brigadas Internacionais já estavam em ação e o PCE era uma das principais forças políticas da República.

Os primeiros brasileiros a partir para a Espanha, ajudados pelo PCB, foram os militares comunistas Alberto Bomílcar Besouchet, 24, Paulo Machado Carrion, 24, e Celso Tovar Bicudo de Castro, 29, ainda em 1936 (Porto, 1936, pp. 98-100; 153-154; 161-164)¹¹.

11. Cavalcanti, Carrion e Tovar participaram também do movimento de novembro de 1935, no Rio de Janeiro.

Besouchet foi para a Espanha assim que começou a guerra, em julho de 1936, por ter conseguido escapar da repressão ao Levante de 1935, em Recife. Parte do dinheiro da viagem foi conseguida com trotskistas brasileiros. Carrion e Tovar estavam, na época, exilados no Uruguai. Seguiram juntos para a Espanha, mas, em Paris, desentenderam-se com as autoridades espanholas encarregadas de receber os voluntários estrangeiros. Essa foi a razão pela qual não atravessaram a fronteira franco-espanhola. Permaneceram em Paris e retornaram ao Uruguai em 1938 (Beloch e Abreu:737-738; Karepovs, 1999:85).

Na Espanha, em 1937, Ernest Yoske, 39, e Alberto Besouchet sofreram perseguição política do PCB, acusados de ter ligações com o movimento trotskista, principal inimigo à esquerda dos comunistas. O PCF informou o PCE, em 4 de agosto de 1937, que Yoske era trotskista ativo no Brasil e não renunciara às suas posições. Pedia ainda que o PCE não o ajudasse a repatriar-se. Essa informação foi enviada por membros do PCB ao PCF que, por sua vez, repassou-a para os espanhóis¹².

Posteriormente, o PCB enviou uma mensagem clara ao PCF sobre Alberto Besouchet: afirmava que ele era um trotskista e, por isso, deveria ser detido. Para o Partido, sua permanência na Espanha seria uma “verdadeira provocação contra a revolução de libertação nacional e contra o governo espanhol” e não poderia ser-lhe permitido identificar-se como comunista brasileiro¹³.

Durante os combates, Besouchet teria sido aclamado coronel por companheiros de trincheira devido à sua bravura, e teria recebido um posto no Estado-Maior do general José Miaja Menant (Dulles, 1985:175). É possível que Besouchet tenha lutado junto à milícia trotskista do POUM ao chegar à Espanha em 1936, por ter levado a carta de apresentação a Andrés Nin. Quando as milícias foram dissolvidas em fins de 1936, Besouchet deve ter se transferido para o Exército Republicano ou para as Brigadas Internacionais (Almeida, 1999:49).

Alguns militares recém-libertos pela “macedada” foram convocados pelo Partido para servir como voluntários na Espanha republicana, como Apolônio de Carvalho, Carlos Brunswick França, Delcy Silveira, Dinarco Reis, Eneas Jorge de Andrade, Hermenegildo de Assis Brasil, Joaquim Silveira dos Santos, José Correa de Sá, José Gay da Cunha, Nemo Canabarro Lucas (Bezerra, 1980:276-277; Rodrigues, 1981:81-82).

Apolônio de Carvalho e Besouchet foram os únicos militares a partirem para a Espanha pelo nordeste brasileiro. Após ser liberto pela macedada, Carvalho foi a Salvador arrecadar fundos para a viagem e sair do controle da polícia

12. AEL. Documentos da Internacional Comunista. Microfilme n.º 10.

13. AEL. Documentos da Internacional Comunista. Microfilme n.º 10.

política da capital federal (Rio de Janeiro). Em Salvador, sentiu que os comunistas não eram tão perseguidos quanto no Rio, naquela época. Havia até jornais do Partido nas bancas de revista e respeitavam-se os direitos políticos, segundo Carvalho. Tal fato se devia à oposição do interventor da Bahia, o militar Juraci Magalhães, às articulações de Getúlio Vargas e do comando militar para promover o golpe de estado que se consumaria em 10 de novembro de 1937. Junto com Magalhães, estavam outros interventores como o militar Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, que tinha pretensões a ser candidato à Presidência nas eleições que deveriam ocorrer em janeiro de 1938 (Carvalho, 1997:79-81; Beloch; Abreu, 2027-2028).

Em quinze dias, Apolônio de Carvalho dispunha de parte do dinheiro para pagar a passagem. Conseguiu passaporte para viajar, graças à ajuda do governo Juraci Magalhães, cujo assessor militar concedeu-lhe não somente o documento, como também o restante do dinheiro da passagem. Em agosto de 1937, partia para a Espanha, aos 25 anos de idade (Carvalho, 1997:80-81).

Durante a viagem, Carvalho conheceu um jovem brasileiro que dizia ter ganho uma bolsa de estudos em Paris, mas soube que ele, na verdade, era um informante da polícia política (Carvalho, 1997:85). Desse modo, pode-se concluir que a polícia brasileira sabia da movimentação de muitos dos comunistas que partiram para a Espanha e preocupava-se em segui-los. Sabe-se também que havia espões da polícia brasileira na Argentina e policiais argentinos que trabalhavam como informantes das ações de ex-militares e de outros brasileiros ali exilados.

Na França, Carvalho obteve passaporte espanhol com seus dados pessoais verdadeiros. Foi integrado diretamente no Exército Republicano, porque conhecia a língua espanhola. Dessa maneira, seria difícil para a polícia francesa descobrir que se tratava de estrangeiro com passaporte falso. Chegou à Espanha entre setembro e outubro de 1937 (Carvalho, 1997:91-97).

Segundo Delcy Silveira, era comum a entrada, pela França, de voluntários com passaporte falsificado de um espanhol falecido, fornecido pelas próprias embaixadas espanholas. A falsificação era bastante simples: a foto original era substituída pela do voluntário. Assim, eles teriam apenas de decorar seus novos nomes, filiação e local de nascimento. O uso de codinomes espanhóis era corrente entre os voluntários brasileiros, para despistar as autoridades preocupadas em fazer cumprir o Pacto de Não-Intervenção.

Roberto Morena, 35, recebeu uma importante missão do PCB: a de ser o responsável pelos militantes brasileiros convocados a lutar pela república. Sem dúvida, esse era o principal posto de um militante brasileiro na Espanha. Ele seria o elo de ligação entre os combatentes e o Partido, demonstrando a confiança deste no seu trabalho. Morena organizou a viagem de David Capistrano da

Costa, Joaquim Silveira dos Santos, Eneas Jorge de Andrade, e José Correa de Sá para a Espanha (Rodrigues, 1981:81-82).

Os jovens David Capistrano da Costa, 24, Joaquim Silveira, 23, Eneas Jorge, 25, e Correa de Sá, 25, saíram juntos do Brasil de maneira ilegal, em meados de 1937. As passagens de navio de Andrade e Capistrano foram pagas pelo Comitê Americano de Ajuda ao Povo Espanhol, organização controlada pelo PC dos EUA. Já Correa foi financiado por um tio (Rodrigues, 1980:143). Chegaram à Espanha no segundo semestre de 1937.

Após exilar-se no Uruguai, Homero de Jobim encontrou vários militares que iriam para a Espanha. Em entrevista, Jobim disse ter resolvido lutar pelos republicanos somente quando chegou à França. Porém, segundo sua ficha de militante do PCE, foi para a Europa com ajuda do PC dos Estados Unidos. Muito provavelmente, Jobim viajou com a intenção de lutar na Espanha, porque o PC dos EUA financiava apenas a viagem de voluntários.

No Uruguai, Carlos da Costa Leite, 42, foi a pessoa encarregada de escolher o grupo de militares brasileiros que lutaria na Espanha. Era o militar mais idoso, graduado, com mais experiência política, contando com o respeito de seus companheiros mais jovens (Beloch; Abreu, 1984:1782-1783).

A tarefa de Dinarco Reis era organizar o envio dos escolhidos. Reis também tinha a consideração dos jovens, pois era o segundo mais velho do grupo, com 33 anos. Há que se notar que, na formação militar, a obediência à hierarquia, ou seja, aos mais velhos e graduados, era um dos pilares da instituição (Beloch e Abreu, 1984:1782-1783).

No Uruguai, coube ao espanhol Ramon Prieto Bernié, 34, a tarefa de conseguir passaportes espanhóis para os brasileiros selecionados. Desse modo, devia ter contatos com a embaixada espanhola em Montevideu. Bernié era jornalista e militou no PCB em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 30.

O outro grupo a partir foi composto por Carlos da Costa Leite, José Gay da Cunha, 27, Hermenegildo de Assis Brasil, 28, Nemo Canabarro Lucas, 30, Homero de Castro Jobim, 22, e Alcedo Batista Cavalcanti, 39. Do grupo, três eram gaúchos: Gay da Cunha, Canabarro e Assis Brasil (Beloch; Abreu, 1984: 1947; Barata, 1986: 17-18; Correa de Sá, 1994)¹⁴. Chegaram à Espanha em 4 de abril de 1938. Canabarro e Cavalcanti viajaram no mesmo navio. José Gay da Cunha e Hermenegildo de Assis Brasil estavam em outra embarcação. Na França, Gay da Cunha e Assis Brasil encontraram-se com Costa Leite, que chegou dias depois. Juntos, os três cruzaram a fronteira espanhola (Dulles, 1985:178).

14. AEL. Documentos da Internacional Comunista. Microfilme n.º 10.

Em 19 de abril de 1938, o ex-major Carlos da Costa Leite escreveu ao PCE, pedindo publicidade para a chegada do grupo de militares antifascistas brasileiros, alegando que a notícia teria repercussão benéfica, pois ele, Gay da Cunha, Canabarro Lucas e Assis Brasil eram conhecidos nos círculos militares brasileiros, o “que poderia apressar a anistia aos presos políticos do país através do desmascaramento do governo fascista de Vargas”. Essa eventual libertação poderia também “aumentar o número de voluntários brasileiros na Espanha”. Não se sabe se tal publicidade foi realizada, mas, de qualquer forma, ficou evidente um certo exagero de Costa Leite quanto às repercussões, no Brasil, da chegada do grupo à Espanha.

Dinarco Reis, Delcy Silveira, Eny Silveira, Homero de Castro Jobim e Nelson de Souza Alves partiram do Rio Grande do Sul para o Uruguai. Como a perseguição somente aumentava, os exilados resolveram sair de Montevideú. Foram à Argentina com a ajuda de comunistas uruguaios e argentinos. O grupo foi preso logo ao entrar em território argentino. Os militares presos escreveram bilhete com seus nomes e sua situação política e entregaram-no para o motorista que os conduzia para a delegacia levar para ser publicado em algum jornal local. A finalidade era tomar o ocorrido público, forçando a polícia argentina a se responsabilizar por suas vidas. Graças à publicação da notícia no jornal A Crítica, os exilados foram libertados em 23 de janeiro de 1938 e tiveram a situação regularizada.

Os voluntários brasileiros partiram da Argentina com destino a Paris, onde seriam encaminhados ao setor de recrutamento controlado pelo PCF e por autoridades espanholas. Na capital francesa, Delcy Silveira, Eny Silveira, Dinarco Reis e Nelson de Souza Alves encontraram-se com os militares Alcedo Batista Cavalcanti e Paulo Machado Carrion. Cavalcanti aconselhou-os a não ir à Espanha, pois, para ele, a República estava militarmente derrotada. Dinarco Reis, o mais velho e com maior experiência revolucionária, segundo Delcy Silveira, argumentou que iriam para a Espanha porque tinham assumido um compromisso prévio.

Segundo Nelson de Souza Alves, Cavalcanti e Carrion propuseram como condição para lutar o depósito de uma certa quantia em dinheiro a ser feito pelo governo espanhol, como garantia de que suas famílias receberiam tal valor como um seguro, caso viessem a falecer ou ficar inválidos. A decisão dos militares pareceu muito estranha a Souza Alves. Primeiro, porque “as pessoas tinham ido para a luta independentemente da certeza da vitória; segundo, porque imagine, alguém vai para uma guerra ideológica como era a da Espanha e pede seguro de vida!”

Em 1995, Delcy Silveira recordou o episódio com uma ponta de amargura por ver dois de seus companheiros decididos a abandonar, ao mesmo tempo, a causa espanhola e a missão do Partido: “(...) Alcedo fez uma exposição sobre a situação militar da República espanhola, com traços de realidade”. Silveira, porém, mostrou seu desagravo: “essa era, diga-se, uma posição lamentável, tratando-se de um revolucionário”. Sobressai que Silveira, mesmo considerando a validade da análise de Cavalcanti, ainda desaprovava sua atitude.

Esse conflito entre os militares brasileiros demonstra que eles sabiam da situação crítica da República, prejudicada pelo Pacto de Não-Intervenção, pela falta de material bélico e de pessoal especializado e com a perda de boa parte do território para os nacionalistas. Sabiam também da situação vantajosa dos nacionalistas que contavam com o apoio maciço de Hitler e Mussolini. Os que decidiram entrar na Espanha estavam motivados pela solidariedade antifascista.

A perspectiva otimista, característica marcante do grupo que seguiu para a Espanha, é explicada também, pela confiança nos dirigentes e nas análises políticas, sociais e econômicas do Partido. Não há dúvida de que a maioria acreditava estar na organização que lhes fornecia a chave para a compreensão “científica” do mundo em que viviam e de como poderiam transformá-lo. Desse modo, “longe de ser esmagado pelo destino, transforma-o em futuro radiante” (Vincent, 1992:435).

Em março de 1938, Roberto Morena recomendou às autoridades espanholas a entrada dos brasileiros Carlos da Costa Leite, Nemo Canabarro Lucas e de militares que, como foi visto, não chegaram a lutar: Alcedo Batista Cavalcante, Sildio Porto Dias e Paulo Machado Carrion.

Além de produzir pareceres político-militares sobre os voluntários brasileiros, Costa Leite exercia a função de comissário político. A tarefa do comissário era ocupar-se de tudo o que poderia influir no moral da tropa, em termos materiais, políticos e militares. Deveria tentar anular o trabalho provocativo dos nacionalistas, que consistia muitas vezes em lançar panfletos de aviões, incitando à deserção; tinha de reanimar os soldados em caso de perda de posições para o inimigo e até mesmo tentar resolver problemas como a falta de sabão e de sapatos. (Skoutelsky, 1998: 246-247).

Alberto Besouchet, o primeiro do grupo a chegar na Espanha, faleceu durante a guerra, em condições ainda não esclarecidas. Carlos da Costa Leite forneceu informações contraditórias sobre a sua morte. Em 15 de janeiro de 1939, disse que ele falecera por ocasião das lutas de maio de 1937, quando houve combates nas ruas de Barcelona, entre os próprios republicanos. Tais lutas envolveram anarquistas e trotskistas contra comunistas, com um saldo de 500 mortes. No final da guerra, Costa Leite disse que Besouchet morrera em fins de 1938, durante a retirada dos voluntários estrangeiros.

Segundo informações de José Correa de Sá em 1938, quando grande parte do grupo chegou à Espanha, havia escassez de oficiais no Exército Republicano. Por esse motivo, alguns ex-oficiais brasileiros foram recrutados para combater nesta guarnição formada quase exclusivamente por espanhóis, já que os estrangeiros deveriam, em tese, integrar somente as Brigadas Internacionais. Outra causa para a entrada no Exército Republicano foi o conhecimento da língua espanhola. Os convocados brasileiros foram: Apolonio de Carvalho, Carlos da Costa Leite, Hermenegildo de Assis Brasil, Joaquim Silveira dos Santos, José Gay da Cunha, Nemo Canabarro Lucas. Provavelmente, o civil espanhol Ramón Prieto Bernié também integrou o Exército Republicano.

José Gay da Cunha, Hermenegildo de Assis Brasil e Nemo Canabarro Lucas obtiveram o posto de tenente assim que chegaram à Espanha. Gay da Cunha foi professor da Escola de Cabos e Sargentos do 569º Batalhão, 143ª Brigada Mista, além de ser chefe da 1ª Companhia desse mesmo Batalhão. Em missão, chegou a cruzar parte das montanhas geladas dos Pirineus sem sapatos e mal alimentado, segundo relatou em seu livro de memórias. Ao final da guerra, André Marty, comandante das Brigadas Internacionais, deu-lhe o comando do Batalhão Lincoln, da XVª Brigada (Cunha, 1986:83-85; Rodrigues, 1980:147; Dulles, 1985:180).

Nemo Canabarro Lucas foi o chefe do Estado-Maior de uma Brigada de 4000 espanhóis do Exército Republicano, sendo o único estrangeiro. Serviu na 218ª Brigada Mista da 34ª Divisão de Infantaria, que integrava o 10º Corpo do Exército do Leste (Beloch; Abreu, 1947; Dulles, 1985:180). Segundo relato de Canabarro Lucas, Hermenegildo de Assis Brasil foi designado chefe de pelotão e “(...) em operação noturna que começou ao crepúsculo e terminou ao alvorecer (...), repeliu quatro assaltos consecutivos das unidades franquistas, lutando entre seus homens, atuando ao mesmo tempo como comandante da companhia e como simples soldado (...)” (Rodrigues, 1980:147).

Apolonio de Carvalho, como tenente do Exército Republicano, combateu durante três meses na Bateria Euskádi, composta apenas de espanhóis. Em uma mesma batalha, exerceu funções de tenente, capitão e comandante e ainda participou da equipe que desenvolvia estratégias para melhor posicionar e movimentar as tropas na frente de batalha, pois a desproporção entre as forças franquistas e republicanas era muito grande. Destacou-se nos combates em Extremadura, Andaluzia, Córdoba. Recebeu a patente de capitão ao final da guerra (Carvalho, 1997:98-103).

Carlos da Costa Leite, além de exercer a função de redigir pareceres políticos-militares e de ter sido instrutor militar, foi comandante de uma unidade de artilharia do Exército Republicano.

Joaquim Silveira dos Santos foi tenente e comissário de companhia da 47ª Brigada do Exército Republicano. Filiou-se ao PCE. Silveira foi desligado do Exército por ter-se ferido em combate. Transferido para o serviço político-administrativo na direção do PCE, em Alicante, trabalhou ao lado de Roberto Morena. Em parecer sobre Joaquim Silveira, Costa Leite disse que ele havia se desmoralizado um pouco no Exército, mas não sabia as circunstâncias em que o fato ocorreu. Salientou que, no Brasil, Silveira dos Santos era muito ativo política e militarmente. De qualquer forma, é provável que os problemas de Silveira com o Exército tenham se iniciado após ter sido ferido (Carvalho, 1997:110).

A tarefa de exercer inúmeras tarefas na frente de batalha, vivida por muitos voluntários brasileiros, ocorreu devido à grande escassez, no setor republicano, de recursos materiais e de militares profissionais. Em consequência, foi prática comum durante toda a guerra exercer determinadas funções mais por capacidade e mérito do que pela patente que tinham, caso de Apolonio de Carvalho, Canabarro Lucas, Assis Brasil e outros. Segundo Delcy Silveira, na guerra a patente não tinha valor (Santos, 1998).

Via de regra, os militares brasileiros destacaram-se em combates e conquistaram patentes de oficiais das Brigadas ou do Exército Popular. Exerceram diversas funções, seja como soldados, comissários políticos, comandantes, cavadores de trincheiras, sentinelas, etc. Cumpriram com dedicação e sacrifício pessoal as tarefas que abraçaram voluntariamente pela causa democrática e antifascista.

O grupo de brasileiros fez parte do grupo de cerca de 32.000 de voluntários estrangeiros, que lutaram entre 1936 e 1939. Entretanto, nunca houve mais de 15.000 atuando simultaneamente (Skoutelsky, 1998:330-331). Lutaram numa guerra sangrenta, verdadeira carnificina, dada a desigualdade bélica entre nacionalistas e republicanos.

Estimativas mais pessimistas acreditam que a Guerra Civil teve cerca de um milhão de mortos (Meihy; Bertolli, 1996:50). Para Gabriel Jackson, a cifra de um milhão foi utilizada pelo governo franquista para impressionar o povo espanhol com o alto custo da guerra. Jackson estima que 580.000 pessoas morreram devido ao conflito (Jackson, 1995:466). Hugh Thomas calcula que o total de mortes foi de aproximadamente 500.000, o que se aproxima da estimativa de Jackson (1995:455-466; Thomas, 1976, vol. 2:993-994).

Considerações Finais

Os militares comunistas e todos os que apostaram em insurreições nos anos 30 acreditavam ser a revolta armada um meio eficaz de luta pela transformação do país. Para eles, aquele era um período de crise econômica, política e social que deveria ser enfrentado com armas nas mãos. Entre os militares filiados ao PCB e

à ANL, houve a conciliação entre a tradição insurrecional tenentista conjugada com a frente popular aliancista e a estratégia revolucionária comunista.

O grupo de comunistas analisado consolidou sua identidade política por meio da cultura comunista antifascista partilhada nas prisões em meados dos anos 30. De fato, grande parte era composta de jovens militares que apenas travaram um contato maior com o próprio Partido, com seu setor civil e com organizações de apoio mútuo, após serem presos.

Nos anos 30 e 40, os comunistas brasileiros estavam inseridos na repressão mundial ao comunismo feita por países como a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Argentina, Uruguai, Brasil. O Poder Judiciário quase não oferecia aos opositores de Getúlio Vargas, no caso, o grupo de comunistas, chances de defesa, já que estava muito comprometido com os interesses políticos do governo. O TSN foi nítida expressão das arbitrariedades do autoritarismo de Estado, sempre respaldado por membros do STF, do STM e por aliados de Vargas.

Apenas em 1988 os militares expulsos das Forças Armadas, acusados de envolvimento com a Insurreição de 1935, foram reincorporados às suas respectivas armas com a patente que teriam, se suas carreiras não tivessem sido interrompidas pela perseguição política. Desse modo, dezoito militares conseguiram retornar à profissão, entre eles os coronéis reformados Apolonio de Carvalho e Homero de Castro Jobim e Delcy Silveira, como coronel-aviador. Alberto Bomilcar Besouchet, Carlos da Costa Leite, Dinarco Reis e Joaquim Silveira dos Santos, já falecidos, foram promovidos a coronéis reformados; José Gay da Cunha foi promovido a coronel-aviador. David Capistrano da Costa e José Correa de Sá receberam a patente de capitães reformados; Eneas Jorge de Andrade foi promovido a capitão-aviador.

A Guerra Civil foi vencida por uma coalização de direita, em resposta ao reformismo social do governo republicano. De 1939 a até a morte de Franco em 1975, a Espanha foi governada como se o país tivesse sido ocupado por um vitorioso exército estrangeiro, sempre preparado para entrar em ação contra a população, transformada em inimigo interno (Preston, 2006).

Em 1977, com o “pacto do esquecimento”, houve a promulgação de lei de anistia para os crimes contra direitos humanos cometidos durante a guerra e a ditadura. Tal fato assegurou impunidade para os crimes de natureza política, para os graves violadores de direitos humanos. Além do mais, não agradou o desejo de se saber mais sobre a Guerra Civil Espanhola e sobre o período ditatorial. Em 2008, o Comitê de Direitos Humanos da ONU fez apelo para que a Espanha extinguisse a lei de anistia, de modo a investigar o que aconteceu com mais de 114.000 pessoas desaparecidas, no período. A lei 46/1977 ainda não foi revogada (Preston, 2006; ONU, 2008, Reuters, 2013; Espanha, Ley 46/1977).

Referências

- ACQUAVIVA, Marcus C. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. São Paulo, Ed. Jurídica Brasileira, 1993.
- ALMEIDA, Paulo R. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPr, 1999, pp. 35-66.
- BARATA, A. Hermenegildo de Assis Brasil: a fibra de um revolucionário. In: MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos. A Vida de 31 Militantes da Classe Operária*. Porto Alegre, Tchê, 1986.
- BAYAC, J. D. *Las Brigadas Internacionales*. Madrid, Ediciones Jucar, 1980.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas: Autores Associados; São Paulo, Edusp, 2004.
- BELOCH, I. e ABREU, A. A. de (orgs.) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro, Forense Universitária Ltda, 1984.
- BEZERRA, G. *Memórias (primeira parte-1900-945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- BRASIL. *Decreto nº 19.398, de 11 de nov. de 1930*. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 de mai. 2017.
- BRASIL. *Lei nº 38, de 4 de abr. 1935. Define crimes contra a ordem política e social*. Disponível em: Acesso em 02 de mai. 2017.
- CANCELLI, E. *O mundo da violência: repressão e estado policial na era Vargas (1930-1945)*. Tese de doutorado, Campinas, UNICAMP, 2 vols, 1991.
- CARVALHO, A. de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- CARONE, E. *Brasil Anos de Crise: 1935-1945*. São Paulo, Ática, 1991.
- CARR, R. *La Tragédia Española*. Madrid, Alianza Editorial, 1986.
- CASTELLS, A. *Las Brigadas Internacionales de la Guerra de España*. Barcelona, Editorial Ariel, 1974.
- COUTO, André L. F. *ANL: uma frente de esquerda nos anos 30*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFF, 1995.
- CUNHA, José G. da. *Um Brasileiro na Guerra Civil Espanhola*. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- DAGNINO, E. *State and Ideology: nationalism in Brazil; 1930-1945*. Tese de Doutorado, USA, Stanford University, 1985.
- DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

- ESPAÑA. *Ley 46/1977*. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1977-24937&tn=1&p=19771017&acc=Elegir>. Acesso em 02 de jun. 2017.
- FERNANDES, Reginaldo J (2009). *Um breviário da Lei de Segurança Nacional (LSN): do Estado Novo aos primeiros anos do Regime Militar (1930-1969)*. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/Um%20breviario%20da%20lei.pdf>. Acesso em 02 de mai. 2017.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos, o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Trad. Marcos Santarrita.
- HOWSON, G. *Arms for Spain. The Untold Story of the Spanish Civil War*. London, John Murray, 1998.
- JACKSON, G. *La República Española y la Guerra Civil. 1931-1939*. Barcelona, Crítica, 1995.
- KAREPOVS, D. O Caso Besouchet ou o lado brasileiro dos Processos de Moscou pelo mundo. In: *Pós-História*. Assis, São Paulo, vol. 7, pp. 179-195, 1999.
- LEVINE, R. *O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. Trad. Raul de Sá Barbosa.
- MARIANI, Bethania. *OPCB e a Imprensa, os Comunistas no Imaginário dos Jornais, 1922-1989*. Ed. Revan, Rio de Janeiro; Campinas, Ed. UNICAMP, 1998.
- MEIHY, José C. S. B.; BERTOLLI FILHO, C. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo, Ática, 1996.
- MORAES, João Q. *A Esquerda Militar no Brasil*, São Paulo, Siciliano, vol. 1 e 2, 1991.
- NUNES, C. *Teoria e Prática do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro, Revista Forense, 1993.
- ONU. Conselho de Direitos Humanos. *ONU pede à Espanha abolição da lei de anistia de 1977*. Disponível em: <http://conselhodedireitoshumanos.blogspot.com.br/2008/11/onu-pede-espanha-abolio-da-lei-de.html>. Acesso em 01 de jun. 2017.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil: 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PORTO, Eurico Bellens (Delegado). *A Insurreição de 27 de novembro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.
- PRESTON, Paul. *The Spanish Civil War: Reaction, Revolution and Revenge*. NY: W.W. Norton & Company, Inc., 2006.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

- RAMOS, G. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro, Ed. Record (31ª ed.), vol. 1 e 2, 1994.
- REUTERS. *U. N. tells Spain to revoke Franco-era amnesty law*. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-spain-franco-idUSBRE98T0YJ20130930>. Acesso em 01 de jun. 2017.
- RODRIGUES, P. *Brasileiros na Espanha. Temas de Ciências Humanas*, nº 9, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, pp. 125-158, 1980.
- RODRIGUES, Leoncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: Fausto, Boris (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, pp. 363-443, vol. 3, tomo 3, 1981.
- ROIO, Marcos D. *A Classe Operária na Revolução Burguesa, a Política de Alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- SANTOS, Andrea P. dos. *A Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: História Oral de Vida de Militares Nacionalistas de Esquerda*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1998.
- SILVA, H. *1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- SCHULZ, J. *O Exército na política – origens da intervenção militar – 1850-1894*. São Paulo, Edusp, 1994.
- SKOUTELSKY, R. *L’Espoir Guidait Leurs Pas, Les Volontaires Français Dans Les Brigades Internationales – 1936-1939*. Paris, Grasset, 1998.
- THOMAS, Hugh. *La Guerra Civil Española*. Barcelona, Grijalbo, vol. 2, 1976.
- VARGAS, G. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, vol. IV, 1938-1944.
- VILAR, Pierre. *A Guerra na Espanha (1936-1939)*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- VINCENT, G. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: Prost, A; Vincent, G. (orgs.) *História da Vida Privada*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 427-457, vol. 5, 1992.
- WAACK, W. *Camaradas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Entrevistas

- ALVES, Nelson de Souza. Entrevista com Nelson de Souza Alves. Realizada por José Carlos Sebe Bom Meihy. Teresópolis, 1994 (1ª entrevista), 1995 (2ª entrevista).
- CARVALHO, Apolonio. Entrevista com Apolonio de Carvalho. Realizada por Thaís Battibugli e Luís Fernando Baia Antonietto. Rio de Janeiro, 1996.
- CORREA DE SÁ, José. Entrevista com José Correa de Sá. Realizada por José Carlos Sebe Bom Meihy. Rio de Janeiro, 1994.

JOBIM, Homero de Castro. Entrevista com Homero de Castro Jobim. Realizada por José Carlos Sebe Bom Meihy, Porto Alegre, 1995.

MORENA, Roberto. Entrevista com Roberto Morena. Realizada por Paulo Roberto de Almeida. Praga, 1976.

REIS, Dinarco. Entrevista com Dinarco Reis. Entrevista cedida por Delcy Silveira a José Carlos Sebe Bom Meihy. Rio de Janeiro, 1989.

SILVEIRA, Delcy. Entrevista com Delcy Silveira. Realizada por José Carlos Sebe Bom Meihy. Porto Alegre, 1995.

Arquivos Consultados:

AEL(Arquivo Edgard Leuenroth). Documentos da Internacional Comunista. Microfilme nº 10.

AEL. FUNDO HS (Hermínio Sacchetta). Pasta nº 20. Carta-manifesto ao Povo Brasileiro, de 3 de outubro de 1936.

APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). Prontuário de Nelson de Souza Alves nº 508.

APERJ. Prontuário de Alcedo Batista Cavalcanti nº 3007.

APERJ. Prontuário de Celso Tovar Bicudo de Castro nº 2911.

APERJ. Prontuário de David Capistrano da Costa nº 3579.

APERJ. Prontuário de Dinarco Reis nº 11618.

APERJ. Prontuário de Eneas Jorge de Andrade nº 663.

APERJ. Prontuário de Joaquim Silveira dos Santos nº 12661.

APERJ. Prontuário de José Correa de Sá nº 12264.

APERJ. Prontuário de Nemo Canabarro Lucas nº 2492.

APERJ. Prontuário de Paulo Machado Carrion nº 2654.

APERJ. Setor Comunismo, Pasta nº 20.

AESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Prontuário de Nemo Canabarro Lucas nº 5293.

AN (Arquivo Nacional). TSN. Processo de Apolônio de Carvalho (Apelação nº 255).

AN (Arquivo Nacional). TSN. Alberto Besouchet (Apelação nº 205).

AN (Arquivo Nacional). TSN. Hermenegildo de Assis Brasil (Apelação nº 43).

BN (Biblioteca Nacional). Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11, 12, 13 e 15 de junho de 1937.

Brigadistas internacionales: brasileños en el frente durante la Guerra Civil Española

Esther Gambi Giménez

Una de las características más llamativas de la Guerra Civil fue que desencadenó un movimiento de solidaridad internacional sin precedentes que se volcó en el auxilio moral y económico de ambos bandos. El enfrentamiento ideológico subyacente a la ofensiva bélica permitió a las grandes corrientes políticas de los años 30 encontrar un estandarte que defender y una vía de expresión para sus reivindicaciones e ideas.

En Iberoamérica, la importancia de la movilización popular dependió, fundamentalmente, de tres factores: en primer lugar, de su capacidad de acción legal, es decir, del grado de permisividad de los gobiernos. La extendida tendencia a identificar a los republicanos con “rojos”, llevó a muchos países a censurar u obstaculizar la propaganda en favor de la República, tal y como ocurrió en Cuba o Argentina, donde la policía no dudó en aplicar la legislación anticomunista cuando lo consideró necesario. Un segundo factor a tener en cuenta es el nivel de urbanización y de alfabetización de las poblaciones. Las polémicas encendidas por la Guerra Civil tendieron a concentrarse en las ciudades, donde resultaba más fácil acceder a la información y organizar las ayudas. Por eso, en países como México, con una gran masa de población campesina y analfabeta, apenas hubo movimientos a favor de los contendientes, a pesar de la declarada simpatía gubernamental por la causa republicana. Por último, también fue decisiva la presencia o no de una colonia de inmigrantes españoles. Éstos eran siempre los primeros en reaccionar y a menudo contagiaban sus inquietudes y preocupaciones a los ciudadanos originarios de las distintas naciones americanas (Quijada Y Tabanera, 1992: 475-480).

Los mismos criterios pueden aplicarse al caso brasileño. Al estallar la Guerra Civil en 1936, Brasil atravesaba uno de los periodos más agitados de su historia. Getúlio Vargas, en el poder desde la revolución de octubre de 1930, había eliminado uno a uno a sus opositores políticos e instaurando un régimen conservador, nacionalista y autoritario, inspirado en los fascismos europeos, que conoció su máxima expresión con la dictadura del *Estado Novo* (1937-1945). El comunismo se convirtió en el gran enemigo del momento y en el chivo expiatorio de todos los problemas del país. A ello contribuyó el fallido

Levantamiento revolucionario orquestado por Luís Carlos Prestes en 1935 y la oportuna aparición del llamado “*Plano Cohen*” que sirvieron para justificar las medidas draconianas adoptadas por el gobierno (Campos, 1997: 205).

En este ambiente, los españoles residentes en Brasil, que se movilizaron en apoyo de la República, se convirtieron automáticamente en sospechosos de defender el “*credo vermelho*” y fueron sometidos a un duro acoso. De poco les sirvieron a los representantes españoles sus protestas ante las autoridades (o el hecho de que Vargas conservara sus vínculos diplomáticos con la República hasta el final del conflicto): la censura, la cárcel, el cierre de centros e instituciones... fueron la respuesta de Brasil a la movilización en socorro del bando republicano. En cuanto a la localización de las manifestaciones, estas se produjeron normalmente en aquellos lugares con una alta concentración de emigrantes españoles. Es el caso de los Estados de São Paulo y Rio Grande do Sul o de la ciudad de Rio de Janeiro, donde tuvieron lugar los incidentes más sonados.

Los emigrantes españoles expresaron su compromiso con los contendientes en distintos ámbitos de la vida pública. En primer lugar, en las asociaciones de la comunidad, algunas de ellas tan antiguas que su fundación se remonta a los inicios de la inmigración en masa a finales del siglo XIX y otras creadas al calor de los acontecimientos. Un segundo escenario privilegiado lo constituyeron las agrupaciones de carácter político, como los Centros Republicanos o las ramificaciones de la Falange en América. Por último, debemos destacar la esfera oficial, representada por la Embajada y los consulados, espacio éste donde la guerra tuvo su reflejo más claro.

Los ideales románticos de lucha contra el fascismo y de defensa de la democracia, que acompañaron al bando republicano durante la guerra, hicieron que para algunos las muestras de apoyo moral o económico a la causa se quedaran pequeñas. Muchos inmigrantes e hijos de inmigrantes sintieron la necesidad de participar de forma activa en el conflicto y respondieron a anuncios como este, aparecido en *Gaceta Hispana*¹ a mediados de 1937:

1. Fundado en abril de 1936, La *Gaceta Hispana*, estuvo a cargo de Pascual Núñez Arca, periodista español ampliamente conocido en los círculos republicanos. Muchas de las noticias reproducidas por este periódico procedían del Servicio Español de Información, rotativo publicado en Valencia que también proporcionaba imágenes con las que ilustrar los reportajes sobre la guerra. Desde el principio la *Gaceta* se movilizó en apoyo de la República, divulgando los eventos realizados por las distintas asociaciones españolas a favor del bando legalista y recaudando fondos con los que financiar la contienda. Ver: SOUZA, Ismara Izepe de. *República Española: um modelo a ser evitado*, Colección “Inventário DEOPS”. Módulo IV-Espanhóis, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. P. 72.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

A los reclutas del 31 al 36- El Consulado de España en Santos avisa lo siguiente: Habiendo sido llamada a filas del ejército los mozos de las clases de 1931 a 1936 inclusive, este Consulado hace saber a los reclutas comprendidos en las referidas clases que deben presentarse a la mayor brevedad posible a fin de ser sometidos a nuevo examen médico y si fueren declarados útiles para el servicio militar, esperar la orden de concentración. Todos los gastos con pasajes y sueldos correspondientes a los soldados movilizados serán abonados por el gobierno. Como queda expuesto, se refiere única y exclusivamente a los comprendidos en las mencionadas quintas (...) Se hace esta aclaración debido a que diariamente llegan a la oficina consular innúmeros compatriotas que no encontrándose en las condiciones señaladas, vienen a ofrecerse para defender la causa de la República (...)(*Gaceta Hispana*, 17/07/1937, p. 3).

Uno de esos voluntarios que, según el aviso, no cumplía los requisitos exigidos era Ginés Parra, resiente en Santa Adela en el Estado de São Paulo. El Consulado General le felicitó por su gesto y le agradeció el ofrecimiento, pero se negó a aceptarlo por sobrepasar con creces la edad útil para las armas (AMAE, R-1000, exp. 6). Los reclutas voluntarios se integraban directamente en las filas del ejército republicano, por lo que resulta difícil seguirles la pista. Más fácil nos lo ponen aquellos que, por distintos motivos, aparecen en archivos y documentos oficiales, como en la relación de “brasileños” que formaron parte de las Brigadas Internacionales elaborada por la policía. En ella se mencionan por lo menos 12 nombres correspondientes a hijos de españoles, nacidos en Brasil o llegados a ese país a muy corta edad, algunos de los cuales también aparecen en las fichas de la Internacional Comunista como afiliados al PCE². El caso más notable es sin duda el de Ramón Prieto Bernié, cuya intensa actividad se refleja en su grueso expediente policial.

Bernié nació en Ciudad Rodrigo, provincia de Salamanca, en 1902 y emigró a Brasil con su familia cuando aún era un niño. Periodista de profesión, desde muy joven militó en el Partido Comunista Brasileño, ganándose a pulso la fama de líder y agitador de las masas que le atribuyeron los agentes de la *Delegacia de Ordem Política e Social* (DEOPS). En la ciudad de Santos colaboró con el *Comité Anti-Fascista y Anti-Guerreiro*, donde se destacó como orador, siendo detenido en varias ocasiones por difundir propaganda subversiva. Ya en São Paulo, se afilió a la célula local de *Alianza Nacional Libertadora* (ANL) y actuó como orientador político de diversos sindicatos. Su participación en la Intentona

2. Algunos de los brigadistas españoles fichados por la policía son Matías García, Manuel Sánchez Loreno, Ramón Miguel Ginés, Vicente Molla Montesino, Albino Monteiro Carrasco, Jaime Olive Ballester, José Sánchez Rodríguez, José Sánchez Sánchez, José Lopedra García, José Valera Blanes, etc. La lista va acompañada de una nota del *Delegado Especial de Segurança Política e Social*, recomendando la vigilancia de los puertos y demás puntos de desembarque ya que, ante la inminente derrota republicana, era factible que los mencionados “elementos indeseables”.

Comunista de noviembre de 1935 le obligó a buscar cobijo en Argentina y, más tarde, en Uruguay a fin de evitar ser extraditado por su origen extranjero (AESP, prontuario n° 2.497). Durante su exilio, Bernié no permaneció inactivo. Proporcionó pasaportes legales, emitidos por la Embajada republicana en Montevideo, a varios militares brasileños que deseaban viajar a España para luchar por la República. Su intensa implicación política y su defensa de los ideales de izquierda, no tardarían en llevar a Bernié a la Península donde sirvió como comisario político en la XII Brigada, en concreto en el batallón Garibaldi con el que participó en la cruenta batalla del Ebro (Battibugli 2004: 125 y 178).

Sin embargo, no era necesario tener ascendencia hispana para combatir en España. La Guerra Civil despertó rápidamente la solidaridad internacional y los voluntarios comenzaron a llegar de todas partes atraídos por los ideales en liza. De hecho, las primeras unidades de extranjeros fieles a la República se formaron nada más producirse el alzamiento. Se trataba en su mayoría de atletas que habían acudido a los Juegos Olímpicos Populares celebrados en Barcelona, como réplica a los previstos para agosto en el Berlín nazi, y que se encuadraron en alguna de las múltiples milicias de partidos y sindicatos que se formaron durante los primeros días de la guerra. A ellos se sumaron otros voluntarios, en su mayoría procedentes de países sometidos a regímenes autoritarios como Italia y Alemania, para los que la derrota del fascismo en España podría ayudar a vencerlo en sus naciones de origen. Al mismo tiempo, en los foros internacionales se desataba un acalorado debate sobre la conveniencia de intervenir en la guerra española. El miedo a la propagación del conflicto condujo a Francia e Inglaterra a encabezar la propuesta de crear un Comité de No Intervención, al que se incorporaron otros 24 países, entre los que no se encontraban ni Italia ni Alemania, más que dispuestos a apoyar a los rebeldes.

A Stalin el conflicto español le quedaba un poco lejos, pero la decidida intervención de Hitler y Mussolini y el clima prebélico que se respiraba en Europa, le llevaron a tomar cartas en el asunto. Bajo su supervisión, el secretario general del Partido Comunista francés, Maurice Thorez, reclutó un contingente de voluntarios internacionales con la colaboración de los distintos Partidos Comunistas nacionales, del Socorro Rojo y de la Liga de los Derechos Humanos. En la República cualquier ayuda era bien recibida, pero la formación de este grupo no despertó demasiado entusiasmo pues se veía como una fuerza militar al servicio de Stalin que podía causar más problemas que beneficios. De esa opinión eran, por ejemplo, los anarquistas y los comunistas del POUM (Partido Obrero de Unificación Marxista), alejados de la disciplina de la Internacional, que presentían en la intervención moscovita una amenaza a su autoridad e incluso a su existencia. El propio presidente republicano, Largo Caballero (1936-

1937), no quería que el contingente fuera autónomo, sino que quedara encuadrado en una de las unidades del Ejército, en concreto en la Legión. A pesar de todos los recelos, a mediados de octubre de 1936, se constituían oficialmente las Brigadas Internacionales y lo hacían como fuerza autónoma al mando del comunista francés André Marty, miembro del comité ejecutivo de la KOMINTERN.

Los voluntarios llegaban a España por vía marítima desde Marsella, o terrestre partiendo de Perpiñán y atravesando los Pirineos en tren, y eran concentrados en la localidad de Figueres (Gerona), donde esperaban su traslado al centro de instrucción instalado en Albacete (Castells, 1973: 45-70).

Los brigadistas procedían de cincuenta y cuatro países distintos. La mayoría eran europeos, sobre todo, franceses, británicos, italianos, alemanes y polacos, que por sí solos sumaban alrededor del 69%, aunque también se contabilizaron un buen número de estadounidenses, canadienses y yugoslavos. El porcentaje de latinoamericanos que formaron parte de las Brigadas fue, en comparación, bastante reducido, limitándose a poco más de un millar de individuos sobre un total de casi 40.000 voluntarios. Eso sí, debemos aclarar que es posible que el número esté subestimado debido a la incorporación de inmigrantes españoles o de sus descendientes directamente en las filas del ejército de la República. El grupo más numeroso fue el mexicano, cuyo Gobierno se implicó política y materialmente en la causa legalista, seguido por el venezolano y el cubano. En el siguiente cuadro se puede apreciar comparativamente la participación de América Latina en el conflicto (figura 1):

Figura 1

Voluntarios latinoamericanos en las Brigadas Internacionales en 1937	
País	Número de voluntarios
México	414
Venezuela	138
Cuba	136
Argentina	89
Brasil	41
Chile	41
Perú	32
Guatemala	25
Ecuador	24
Uruguay	22
Paraguay	22
Bolivia	14
Honduras	14
Total	987

Fuente: Castells, Andreu; *Las Brigadas Internacionales de la Guerra de España*, Ariel, Barcelona, 1973, pp.379-380.

Como se ve, Brasil ocupa el quinto lugar en número de voluntarios con cuarenta y un combatientes, de los cuales sólo veinticinco salieron de América. El resto ya estaba en España o se incorporó a las Brigadas desde Portugal. Pero, ¿quiénes eran estos brasileños dispuestos a participar en una guerra extraña? ¿Cuáles fueron sus motivaciones?

Aunque no se puede generalizar, casi todos eran militares profesionales, involucrados en las luchas políticas que tuvieron lugar en Brasil contra el régimen de Vargas. Miembros del PCB y afiliados a la *Alianza Nacional Libertadora* (ANL), buena parte de ellos participó en el Levantamiento comunista de 1935 y pasó un

tiempo en prisión. En 1937 se beneficiaron de la decisión del Ministro de Justicia, José Carlos de Macedo Soares, de poner en libertad a los presos políticos no condenados, en un gesto que quedó conocido como la “macedada”. Una vez libres, desde la clandestinidad o desde el exilio, se embarcaron rumbo a España para continuar luchando por la democracia y el socialismo como habían hecho en su país. Dada la mala situación financiera del Partido Comunista Brasileño, el viaje fue sufragado con ayuda externa, en concreto del Partido Comunista de los Estados Unidos que enviaba el dinero a través del Comité Americano de Ayuda a España. En general y por afinidad lingüística, los brasileños quedaron encuadrados en el Batallón Garibaldi de la XII Brigada, integrado fundamentalmente por italianos e hispanohablantes. Ese fue el caso de los sargentos de aviación José Homem Correia de Sá y David Capistrano da Costa, del teniente de la Policía Militar Nelson de Souza Alves, del 2º teniente Dinarco Reis, del cadete de aviación Delcy Silveira y del aspirante a caballería Homero de Castro Jobim. El teniente de artillería, Apolônio Pinto de Carvalho sirvió, en cambio, en el Ejército del Centro, participando en los combates de los frentes de Extremadura y Andalucía, igual que el teniente de infantería Joaquim Silveira dos Santos. Por su parte el teniente de aviación, José Gay da Cunha³, llegado a la Península a principios de 1938, se integró en el Ejército de Cataluña, mientras que el joven cabo de aviación Hermenegildo de Assis Brasil lo hacía en la 31ª División del Cuerpo del Ejército en los Pirineos y Nemo Canabarro Lucas, era designado oficial de Estado Mayor en la 218ª Brigada Mixta de la 34ª División de Infantería (Almeida, 2001).

El resto de los brigadistas brasileños merece mención aparte por salirse de la norma, bien por tratarse de civiles, por estar desvinculados del Partido Comunista o por haber desempeñado funciones no estrictamente militares. Entre los civiles estaba el joven hermano de Delcy Silveira, Eny Antonio Silveira, apenas un adolescente en la época del conflicto, que tuvo que pagarse el viaje a España de su propio bolsillo, y Roberto Morena, un decidido sindicalista, entallador de profesión, que tras despachar al mayor número posible de voluntarios para la Península, se embarcó él mismo actuando como comisario político en el Batallón Garibaldi.

El teniente Alberto Bomilcar Besouchet también participó de la Intentona comunista de 1935, pero consiguió escapar a la represión posterior y se convirtió en el primer brasileño en presentarse voluntario por el bando republicano.

3. A su vuelta a Brasil, Gay da Cunha escribiría una famosa novela autobiográfica recogiendo su experiencia y la de sus compañeros en España; *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*, publicada en São Paulo por la Editora Alfa-Omega.

Contrario a la política defendida por el PCB, se alistó en las milicias del POUM, de orientación anti-stalinista y participó en el enfrentamiento armado que tuvo lugar en Barcelona entre los partidarios de las “milicias populares” (es decir los revolucionarios del POUM y los anarquistas de la CNT y la FAI) y los organizadores del “ejército popular”, o sea, los militantes comunistas. Su muerte, producida en extrañas circunstancias, probablemente estuvo relacionada con esos acontecimientos. Otro brigadista desvinculado del PC, el capitán de caballería, Nemo Canabarro Lucas, declinó la oferta de integrarse en las Brigadas Internacionales y prefirió servir en el Ejército republicano donde ascendió al grado de comandante.

Finalmente debemos destacar, por un lado, a Eneas Jorge de Andrade, cabo de aviación que, a diferencia de sus compañeros, no quiso luchar en ninguna unidad militar que no fuese aérea, lo que consiguió tras mucha insistencia. Andrade fue el único miembro del contingente brasileño muerto en combate cuando volvía de una misión en Zaragoza contra aviones italianos y alemanes. Por otro lado, un caso particular fue el del mayor Carlos da Costa Leite, uno de los más brillantes líderes de la ANL en Rio de Janeiro, que sirvió como instructor en el Centro de Organización y Preparación nº 2 situado en Cataluña. Tras su paso por España fundó la Asociación Brasileña de Amigos del Pueblo Español (ABAPE) de carácter antifascista (Pereira, 2015: 103-111)

El destino corrido por estos voluntarios fue también muy similar. En septiembre de 1938 el presidente del Gobierno español, Juan Negrín (1937-1939), en un intento de acabar con el embargo de armas y de paso anular la injerencia de Stalin en el conflicto, aceptaba la propuesta de la Sociedad de Naciones de retirar a todos los extranjeros que luchaban en España (AMAE RE-41, carpeta 114). Con esta medida las Brigadas Internacionales, ya muy diezmadas, quedaban disueltas. Sus integrantes recibieron un caluroso homenaje en Barcelona, donde desfilaron por la avenida Diagonal entre los vítores de la población, y después fueron evacuados a Francia.

Allí, con excepción de Morena que había partido en dirección a la Unión Soviética, los brasileños fueron reclusos en los campos de concentración de Argelès-sur-Mer y Saint Cyprien. Aquellos que no tenían cuentas pendientes en Brasil aceptaron la repatriación que les ofreció el Encargado de Negocios brasileño y el resto fue transferido al campo de Gurs, en el que permaneció hasta el inicio de la Segunda Guerra Mundial (Almeida, 2001).

No podemos terminar sin aclarar el hecho de que la República no fue el único bando que recibió voluntarios. Los rebeldes también disfrutaron de apoyo internacional, y no sólo de Alemania e Italia como suele pensarse, si bien es cierto que estos países fueron los que contribuyeron a la causa de manera más significativa. Algunos inmigrantes españoles residentes en Brasil atendieron a

las llamadas al patriotismo que machaconamente hacía la propaganda nacionalista y se enrolaron en las filas de Franco como voluntarios. Ese fue el caso del capitán de infantería jubilado, Manuel Fernández-Oliva Pérez, que tras presentar su adhesión incondicional a los principios del Levantamiento se ofreció, ante el representante de Burgos en São Paulo, para reincorporarse al Ejército (AMAE, R-1003, exp. 3). Además, según José Luís de Mesa, había alistados en la Legión después del 18 de julio, once brasileños, casi todos con apellidos españoles, mientras que al menos dos más llegaron integrados en la expedición falangista procedente de Argentina, que se incorporó a la 1ª Bandera de Falange en Palencia a finales de 1936 (Mesa, 1998: 231-137).

Aún queda mucho trabajo por hacer en el estudio de la participación de los voluntarios brasileños en la Guerra Civil española. El investigador Paulo Roberto de Almeida (2001) llama la atención, por ejemplo, sobre la precariedad de las fuentes, la necesidad de recurrir a testimonios orales y de profundizar en los fondos documentales oficiales, vinculados a las instituciones militares y a los gobiernos implicados en el conflicto. En este sentido podemos destacar el trabajo de José Sebe Bom Meihy (2009) que realizó una serie de entrevistas a los cinco militares brasileños supervivientes: José Homem Correia de Sá, Apolônio de Carvalho, Homero de Castro Jobim, Delcy Silveira y Nelson de Souza Alves, o la reciente tesis doctoral de Marco Antônio Machado Lima Pereira (2015, p. 101), que se basó en la documentación procedente de la Internacional Comunista, particularmente en las fichas autobiográficas que integran el Archivo Edgar Leurenroth y las notas informativas del dirigente del PCB, Honório de Freitas Guimarães.

Los años 30 trajeron a escena a una comunidad inmigrante que hasta entonces había pasado prácticamente desapercibida en Brasil. La actividad diplomática española, que a finales del siglo XIX y principios del XX se limitaba a denunciar ocasionales abusos contra los trabajadores, se volvió efervescente, saltando a las páginas de los periódicos y a las tertulias de los cafés. Por esas mismas fechas se multiplicaron las emisoras de radio y las hojas impresas en español y los centros y asociaciones de inmigrantes experimentaron un rápido incremento en el número de socios. Todo el mundo quería noticias de España y la forma más fácil de conseguirlas era de la boca de los propios españoles.

La movilización popular durante la Guerra Civil en el seno de la colonia fue considerable y acabó salpicando a brasileños natos, que participaron activamente en el conflicto. La censura y el autoritarismo que marcaron el régimen de Vargas, reprimieron muchas de las manifestaciones de apoyo organizadas por el colectivo hispano a favor de uno y otro bando y, finalmente, acabaron sofocándolas por completo.

Referencias

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: participação de brasileiros no conflito. En *Hispanista. Primeira Revista Eletrônica dos hispanistas do Brasil*, vol. II, nº 5, abril, mayo, junio de 2001. Disponible en: <http://www.hispanista.com.br/revista/rosto05.htm>. [citado el 04/04/05].
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista. Brasileiros na Guerra Civil espanhola (1936-1939)*, São Paulo: EDUSP/Autores Associados, 2004.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Estrangeiros e ordem social (São Paulo, 1926-1945). En: *Revista Brasileira de História*, vol. 17, nº 33, 1997, pp. 201-237.
- CASTELLS, Andreu. *Las Brigadas Internacionales de la Guerra de España*, Barcelona: Ariel, 1973.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A revolução possível: história oral de soldados brasileiros na guerra civil espanhola*. São Paulo: Xamã, 2009.
- MESA, José Luís de. *Los otros internacionales. Voluntarios extranjeros desconocidos en el Bando Nacional durante la Guerra Civil, (1936-1939)*, Madrid: Ediciones Barbarroja, 1998.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. *Las armas y las letras dos voluntários brasileiros na Guerra Civil Espanhola: identidades, memórias e trajetórias*, tesis de doctorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- QUIJADA, Mónica y TABANERA, Nuria. Actitudes ante la Guerra Civil española en las sociedades receptoras. En VIVES, Pedro; VEGA, Pepa y OYAMBURU, Jesús (Coord.). *Historia general de la emigración española a Iberoamérica*, Madrid: Cedeal/ Historia 16, vol. I, pp. 461-538, 1992.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *República Espanhola: um modelo a ser evitado*, Colección "Inventário DEOPS". Módulo IV-Espanhóis, São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001.

Fuentes primarias

- Gaceta Hispana*, 17/07/1937
- Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores de España (AMAE)
- R-1000, exp. 6
- R-1003, exp. 3
- RE-41, carpeta 114
- Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)
- Prontuario nº 5.302, Matías García.
- Prontuario nº 2.497

Cruzando fronteiras: as experiências de guerra dos voluntários paraguaios e brasileiros durante o conflito civil espanhol (1936-1939) retratadas no álbum fotográfico de Víctor Martínez

Marco Antônio Machado Lima Pereira
Gabriela Dalla-Corte Caballero

A guerra civil espanhola continua exercendo um fascínio particular, tendo em vista a produção significativa de artigos, dissertações, teses, romances, documentários e filmes inspirados nesse conflito. Tais elementos indicam seu impacto duradouro e sua importância dentre outros grandes acontecimentos do século XX, como a Revolução Russa, a ascensão e queda do Terceiro Reich e a Segunda Guerra Mundial. Em linhas gerais, a guerra civil espanhola foi principalmente um conflito local, que simbolizou uma tentativa de resolver, por meios militares, um grande número de questões sociais e políticas que dividiram os espanhóis por várias gerações. No entanto, o conflito transcendeu as barreiras nacionais ao suscitar paixões e debates repletos de confrontos e divergências que se desencadearam pela Europa.

Os partidários dos nacionalistas acreditavam, por exemplo, que sua luta era em defesa da civilização cristã contra a “barbárie comunista”. Já para os voluntários que lutaram pela República, a Espanha representava a “última grande causa”, a resistência final contra as forças do fascismo e do conservadorismo que acabaram arrebatando o continente nos anos entreguerras. Esse último grupo também forneceu uma visão maniqueísta na qual a guerra era explicada como a opressão do povo espanhol por uma minoria de clérigos, generais e capitalistas (Romero Salvadó, 2008:8).

Como demonstram os estudos mais recentes, as origens da guerra estão bem enraizadas na história do país. A noção de que a violência poderia resolver os problemas políticos ao invés do debate de ideias, diz Paul Preston, “estava firmemente implantada num país em que durante mil anos a guerra civil, se não foi rigorosamente a regra, não foi pelo menos uma exceção. A guerra de 1936-1939 foi o quarto conflito desta natureza desde a década de 30 do século XIX” (Preston, 2005: 27). Pelas paixões que despertou e pelas energias que mobilizou, a guerra de Espanha deve ser vista como um evento histórico que catalisou os principais debates políticos da primeira metade do século XX. Isto posto, cabe destacar que a guerra civil espanhola foi um conflito

no qual se enfrentaram valores, ideologias, concepções de cultura e visões de mundo distintas (Traverso, 2009: 250).

Gino Baumann realizou um importante estudo sobre os voluntários hispano-americanos que lutaram ao lado dos republicanos espanhóis. Os governos latino-americanos apoiaram os sublevados, exceto alguns que mostraram sua aparente neutralidade, como foi o caso de Cuba e Chile, e uma clara demonstração de hostilidade, como foi o caso do México. Esse último país nunca reconheceu o governo de Franco, mantendo relações oficiais com o governo republicano mesmo depois de finalizada a guerra (Baumann, 2009: 22). Baumann chama a atenção para o fato de que, na América Latina, houve recrutamento para as Brigadas em Cuba, Argentina, Chile, México e, em menor escala, nos demais países. Mesmo durante a guerra, a República se empenhou em recrutar oficiais dos exércitos latino-americanos (Baumann, 2009: 33). Se o combatente tivesse experiência militar (muitos tinham uma idade pouco superior à dos recrutas tradicionais, de 17 a 19 anos) era designado para a instrução militar no Exército Popular e para o trabalho de propaganda política. Contudo, não houve na região um recrutamento bem organizado como havia por parte dos partidos comunistas, socialistas e entre as fileiras dos centrais sindicais da Europa.

Seguindo seus cálculos, o total de voluntários latino-americanos que estiveram na Espanha, lutando a favor do governo republicano, foram 2.435. De todo modo, é preciso recordar que as Brigadas representavam menos de 2% das forças republicanas durante o primeiro ano de conflito e uma porcentagem menor depois. Era um apoio valioso, embora de nenhuma maneira decisivo (Baumann, 2009: 35). Como explicar, porém, o baixo número de militantes latino-americanos que viajaram à Espanha? A esse respeito, Baumann destaca dois fatores: o primeiro vincula-se à estrutura frágil das esquerdas (partidos socialistas e republicanos; diversos grupos anarquistas e comunistas) e das organizações sindicais na América Latina; o segundo se deve à repressão que atingiu muitos países do novo continente, entre os anos 1930-1940, impedindo uma agitação forte e persistente (Baumann, 2009: 36). Poderíamos acrescentar um terceiro aspecto, que nos parece também decisivo: a formação de uma opinião pública favorável aos rebeldes, já que a República espanhola representava o perigo, a desordem, o espectro do comunismo e da “anarquia”. Em linhas gerais, a eficácia no momento de recrutar se devia, em primeiro lugar, à própria eficácia da Internacional Comunista (IC), como também e com maior força, à simpatia que essa despertava dentro do campo da esquerda (Skoutelsky, 2006: 127). É importante observar que havia muitos hispano-americanos nas filas republicanas, mas muitos deles não se integraram nas Brigadas Internacionais (BI), mas sim diretamente nas unidades do Exército Popular (Nuñez Díaz-Balart, 2006: 86).

Entre os latino-americanos figuravam, principalmente, voluntários de classe média, estudantes, boêmios e intelectuais, bem como jovens das classes mais abastadas (oligárquico-aristocráticas). Natural-mente havia exceções como, por exemplo, trabalhadores, desempregados e militares profissionais. Nas Brigadas era possível encontrar homens de todas as ideologias: democratas, socialistas, trostkistas, comunistas ou, simplesmente, simpatizantes da República. Sua característica fundamental era ser antifascista, como também havia muitos voluntários anti-stalinistas. Vale destacar que os sul-americanos lutaram principalmente nos batalhões *Lincoln* e *Garibaldi*¹ (Baumann, 2009: 37).

Foi em 1937 que o jovem Víctor Martínez se filiou ao Partido Comunista Paraguuaio (PCP) e viajou à Europa para defender a República espanhola. Nessa viagem, Martínez foi acompanhado pelo seu camarada paraguaio José Aparício Gutiérrez e conheceu outros jovens voluntários procedentes do Brasil. Esse grupo desembarcou em setembro de 1937 na França, visitaram Paris (ver imagem 1) e cruzaram os Pirineus para fazer parte das Brigadas Internacionais.

O desfecho trágico da guerra civil fez com que, no final de 1938, os brigadistas abandonassem a Espanha. Entre eles, os voluntários paraguaios e brasileiros que foram internados nos campos franceses, em especial em Argelès-sur-Mer e, posteriormente, em Gurs. O personagem central que se encarregou de registrar a participação dos brigadistas latino-americanos foi Víctor Martínez que, em fins de 1939, pôde abandonar Gurs e fugir com sua esposa espanhola Adela Dueñas, instalando-se em 1945 na cidade de Rosario, Argentina. Em agosto de 1969, Martínez e sua companheira foram convidados a viajar a Moscou para dar uma conferência sobre a experiência republicana no contexto da guerra civil espanhola. Na França se encontraram com o brigadista paraguaio Tomás Vera, com quem Martínez pôde reconstruir parte da história dos voluntários paraguaios e organizar um álbum fotográfico, com mais de 200 fotos, que elaborou na Europa, tanto na Espanha durante a guerra civil, como no campo de concentração de Gurs.

A publicação do livro de Víctor Martínez e Tomás Vera (2002), que contou com o apoio do Partido Comunista Paraguuaio, serviu como base documental para analisarmos as fotografias organizadas por Víctor Martínez. Convém

1. O brasileiro José Gay da Cunha foi designado por ordem de André Marty, o último comandante da XV Brigada Internacional, criada em fevereiro de 1937 e uma das mais emblemáticas entre as internacionais. Denominada *Abraham Lincoln*, era a unidade de língua inglesa, por excelência, na qual estavam presentes britânicos, canadenses e irlandeses. Nela estavam integrados combatentes de muitas procedências e línguas, como foi o caso dos hispano-americanos que viviam nos Estados Unidos. Já os brasileiros que não falavam espanhol foram para a XII Brigada, batalhão *Garibaldi*: David Capistrano da Costa, Dinarco Reis, José Homem Correa de Sá, Delcy e Eny Silveira, Nelson de Souza Alves e Homero de Castro Jobim.

menção que o álbum de Martínez e seus textos de caráter autobiográfico foram incorporados recentemente ao acervo do Museo de la Memoria de Rosario (MMR), Argentina (Dalla-Corte, 2016).

As trajetórias dos voluntários paraguaios e brasileiros

Ao organizar uma espécie de biografia sobre os brigadistas paraguaios, que participaram da guerra civil espanhola, Víctor Martínez incluiu a si mesmo e a outros sete: Facundo Duarte Miranda, Perfecto Ibarra, José Aparicio Gutiérrez, José Durá Campos, José Delgado, Félix Emiliano Paiva Palacios e Tomás Vera. Duarte Miranda foi tenente durante a Guerra do Chaco. Na Espanha se incorporou à Brigada 129 (Dobrowski), falecendo em abril de 1938 em Levante. Segundo Martínez, “falleció en la ofensiva hacia el Mediterráneo”. Ibarra, membro do Partido Comunista Paraguaio (PCP), foi nomeado comissário político e atirador da XIII Brigada Internacional, falecendo na batalha do Ebro em 1938. Gutiérrez se incorporou à XII Divisão do V Corpo de Exército, comandada pelo general Enrique Lister. Participou na ocupação de Teruel e faleceu em julho de 1938, ao ser atingido por uma bomba de aviação e uma granada.

Os demais brigadistas foram transferidos para Gurs. Durá Campos abandonou muito jovem a cidade de Assunção e se mudou com sua família para a Espanha, integrando-se em 1936 na unidade dos carabineiros. Faleceu em 8 de setembro de 1939, no campo de concentração de Gurs (França) e sua placa se encontra na zona dos brigadistas do cemitério de Gurs.

José Delgado, também membro do PCP, participou no Exército de Terra pela XII Brigada Internacional (Garibaldi). Se incorporou ao Partido Comunista Espanhol (PCE) e na França foi internado nos campos de Saint-Cyprien e em Gurs. Trabalhou nas trincheiras atrás da linha Maginot e lutou na 9ª Companhia da 2ª Divisão Blindada da França Livre, também conhecida como Divisão Leclerc. Posteriormente, se transferiu ao Saara, entrou em Paris e acabou em Estrasburgo, falecendo em agosto de 1944 durante a batalha pela liberação de Paris.

Emiliano Paiva Palacios nasceu na localidade paraguaia de Caazapá, em 12 de outubro de 1910. Filho de Vicente Ferrer Paiva e de Adela Palacios, em sua juventude, em decorrência de seus ideais marxistas, foi expulso de sua condição de cadete do Colégio Militar do Paraguai por seu rechaço a participar como oficial na Guerra do Chaco. Transferiu-se para a Espanha onde foi nomeado comissário político da 121ª Brigada Internacional. Atuou como secretário do PCP, incorporando-se à Brigada de Cavalaria do Exército do Centro. No campo de Gurs se encarregou de liderar os voluntários latino-americanos,

unindo-se à resistência francesa. Faleceu em 2 de julho de 1944, quando foi transferido para o campo de concentração de Dachau (Alemanha).

Dos sobreviventes mencionamos Tomás Vera, que se incorporou à XII Brigada Internacional (Garibaldi) e foi ferido na frente do Ebro. Em Gurs se dedicou ao trabalho de trincheiras e no final de 1939 lutou nas fileiras da resistência dos maquis, no setor da Normandia. Faleceu em 11 de março de 1995 no Hospital Saint Julien da cidade de Le Petit-Quevilly, depois de se encontrar em 1969 com seu amigo Martínez.

Víctor Martínez foi oficial da guerra do Chaco, se integrou à Brigada de Cavalaria do Exército do Centro. No início de 1939 foi enviado aos campos de Argelès-sur-Mer e Gurs. Retornou ao Paraguai em 1940, junto a sua esposa Adela Estanislao Dueñas Guerrero. Exilados em Rosario em 1945, viajaram juntos a Moscou em 1969. Na França, Martínez e Adela se encontraram com Tomás Vera e foi a partir desse encontro que Martínez decidiu elaborar seu álbum fotográfico dos oito brigadistas com o título “De los 8 milicianos paraguayos en España Republicana y Francia, fallecieron estos 6 compatriotas”.

O grupo de voluntários brasileiros, formado majoritariamente por militantes comunistas, juntou-se às Brigadas e ao Exército Popular contra as tropas de Franco como demonstração de apoio e solidariedade ao governo republicano. O alistamento se fez de modo irregular e clandestino, coordenado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade, e financiado em alguns casos pelo PC dos Estados Unidos. A maior parte desse contingente havia conhecido a prisão ou o exílio. Em sua maioria, eram jovens militares, que estavam exilados no Uruguai ou recém-saídos da prisão, graças à determinação do ministro da Justiça José Carlos de Macedo, de libertá-los em junho de 1937, no episódio conhecido como a “macedada”, por sua implicação nos levantes de novembro de 1935 contra o regime de Vargas. No Uruguai, Carlos da Costa Leite, o veterano do grupo de mais alta patente e experiência política, foi o encarregado de fazer a seleção, contando sempre com o respeito de seus companheiros mais jovens. O conflito civil espanhol serviu igualmente como uma oportunidade para que o grupo se reunisse novamente após um longo período de separação. Muitos chegaram à Espanha somente a partir de meados de 1937, combatendo nos dois terços finais da guerra e permanecendo em território espanhol até os últimos momentos do governo republicano: desde junho de 1937 até janeiro de 1939.

O grupo de comunistas brasileiros cruzou os Pirineus quando as Brigadas já estavam em ação e o Partido Comunista Espanhol era uma das principais forças políticas da República (Battibugli, 2004: 110). Foram representados em todas as frentes de combate, nas distintas armas e também em funções

civis como comissários políticos. Todos eles foram promovidos a uma graduação superior por méritos de guerra, à exceção de Costa Leite, que conservou o grau de comandante. Um bom número dos militares brasileiros se juntou à XII Brigada, ou batalhão *Garibaldi*, formada principalmente por italianos e espanhóis, devido, entre outros fatores, à proximidade linguística entre os três idiomas. O problema deste contingente foi o regresso ao país. Enquanto os brigadistas de países democráticos não tiveram maiores problemas, os combatentes de países sob regimes fascistas ou antidemocráticos tiveram que se virar por sua conta, na medida em que eram considerados “estrangeiros indesejáveis”. França, México, Argentina, Estados Unidos e Portugal foram os destinos dos voluntários brasileiros (Gavilanes Laso, 2005: 48-50).

Dentre os dezesseis que participaram da guerra civil, apenas dois não saíram com vida da Espanha: o tenente Alberto Besouchet, que foi o primeiro a chegar à Península Ibérica e passou a integrar as milícias do POUM², sendo membro do Estado Maior de Miaja, onde ascendeu a coronel. Lá foi vítima da aguda crise no seio das esquerdas, ingressando na prisão como partidário de Andreu Nin³; e Enéas Jorge de Andrade, o único militar da aviação que na Espanha conseguiu pilotar um avião, que morreu em combate aéreo em Zaragoza. Outro brasileiro, Hermenegildo de Assis Brasil – citado na ordem do dia do XI Corpo do Exército Republicano por sua bravura nos combates de Piedra de Aôlo, cujo documento se encontra no Archivo Militar de Ávila – sairia sem nenhum arranhão da Espanha, mas não da França, onde faleceu, segundo Gay da Cunha, em um campo de concentração nazi. Segundo Apolônio, de septicemia, em 1941, a caminho de Marselha. Os feridos em combate foram: o já citado Gay da Cunha, Delcy Silveira e seu irmão Eny Antonio Silveira, Homero de Castro Jobim, Joaquim Silveira dos Santos, Nelson de Souza Alves e David Capistrano da Costa. Apenas dois saíram ilesos, apesar de terem lutado muito em distintos campos de batalha: José Homem Correia de Sá e Dinarco Reis. Nemo Canabarro Lucas preferiu servir no Exército Republicano a alistar-se nas Brigadas (Gavilanes Laso, 2005: 52-53).

2. Integrantes do Partido Obrero de Unificación Marxista, comunistas anti-stalinistas, resultado da fusão do Bloco Operário e Camponês e de certos grupos da oposição de Esquerda Comunista Espanhola. Foi influenciado pelo trotskismo, apesar das críticas contundentes formuladas pelo próprio Trotsky contra seus principais dirigentes, Joaquim Maurin e Andreu Nin.

3. As circunstâncias específicas envolvendo sua morte são até hoje misteriosas e controversas. A versão corrente é que Besouchet, por estar ligado aos trotskistas, teria sido assassinado pelos stalinistas nos confrontos de maio de 1937 em Barcelona (Pereira, 2015: 103-104).

Em seu relato autobiográfico, o ex-tenente Apolônio de Carvalho chama atenção para o número reduzido de voluntários brasileiros, “não mais que uma vintena de combatentes, dispersos por frentes e armas”. Não obstante, o autor enfatiza o caráter homogêneo e politicamente engajado do grupo – “na Aliança Nacional Libertadora⁴, todos, no PCB, um terço” (Carvalho, 1997: 122-123). Como as fontes indicam, a relação de voluntários brasileiros, que lutaram a favor do campo republicano – uma frente reunindo socialistas, democratas e comunistas, contando com o apoio instável dos anarquistas –, é a seguinte⁵: 1) Alberto Bomilcar Besouchet; 2) Apolônio de Carvalho; 3) Carlos da Costa Leite; 4) David Capistrano da Costa; 5) Delcy Silveira; 6) Dinarco Reis; 7) Enéas Jorge de Andrade; 8) Eny Silveira; 9) Hemenegildo de Assis Brasil; 10) Homero de Castro Jobim; 11) Joaquim Silveira dos Santos; 12) José Gay da Cunha; 13) José Homem Correia de Sá; 14) Nelson de Souza Alves; 15) Nemo Canabarro Lucas; 16) Roberto Morena.

A caminho da guerra: o uso de fotografias

Entendemos a fotografia como uma “elaboração do vivido” e como “o resultado de um ato de investimento de sentido” (Mauad, 1996: 75). Na esteira das reflexões da historiadora Ana Mauad, se a fotografia se caracteriza como imagem/documento e, simultaneamente, imagem/monumento, não podemos esquecer também que se ela informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. Dito isto, é preciso que os historiadores estejam atentos ao “circuito social da fotografia” nos diferentes períodos de sua história, incluindo na análise todo o processo de produção, circulação e consumo das imagens fotográficas (Mauad, 1996: 80). Entretanto, a fotografia lança alguns desafios e questionamentos: como ver através das imagens?; quem está dizendo o quê, de que forma, por quê, para quem, em que contexto?

4. Organização de tendência nacionalista e antifascista que congregava militantes comunistas, socialistas e antigos tenentes insatisfeitos com a aproximação entre Vargas e os grupos oligárquicos.

5. “A esse conjunto de combatentes brasileiros deve ser acrescentado alguns nomes de oficiais voluntários que não chegaram contudo a pegar em armas pela Espanha republicana, são eles: o major Alcedo Cavalcanti, ex-professor do Estado-Maior do Exército brasileiro e provisoriamente exilado no Uruguai, os oficiais Celso Tovar Bicudo de Castro e Paulo Machado Carrión e o tenente aviador Carlos Brunswick França, todos participantes do movimento aliancista. Os três primeiros não chegaram a ir para a Espanha: em Paris desentenderam-se com as autoridades espanholas e voltaram para o Uruguai; o tenente França foi à Espanha, mas não chegou a combater, pois as autoridades militares já estavam retirando os pilotos estrangeiros” (Almeida, 1999: 55).

Para responder às questões elencadas, convém assinalar que parte relevante de nossa proposta consiste em compreender e analisar o entrelaçamento entre cultura visual⁶ e cultura política⁷. Num artigo recente que trata da importância dos elementos visuais, produzidos por determinados grupos – pois oferecem condições para dar visibilidade às suas práticas, valores, representações e referências simbólicas –, Maria da Conceição Pires e Sérgio da Silva assinalam que as narrativas visuais colaboram para legitimar o sentimento de pertencimento dos sujeitos a determinados grupos e/ou comunidades (Pires; Silva, 2014: 689).

Levando em conta que todo indivíduo que aprecia fotografias e as coleciona – muitas vezes organizando-as em álbuns – acaba elaborando narrativas que engendram memórias (Mauad, 1996: 77), daremos uma atenção especial às fotografias dos camaradas paraguaios e brasileiros reunidas no álbum fotográfico de Víctor Martínez, que é conservado desde 2009 pelo Museu da Memória de Rosario (Dalla-Corte, 2016). Neste capítulo reproduzimos algumas das fotografias que seguem tendo sua importância no âmbito da reconstrução histórica e historiográfica (Sougez, 2007), estratégia que permite recuperar os testemunhos pessoais dos voluntários que sobreviveram a essa experiência marcante do ponto de vista pessoal e coletivo.

Martínez e Gutiérrez viajaram junto aos brasileiros Corrêa de Sá e David Capistrano que acabariam em Gurs, assim como Celso Tovar Bicudo de Castro. Deste último sabemos que nasceu em 20 de dezembro de 1907 e foi militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Teve sua patente cassada em 31 de dezembro de 1935, em decorrência de sua participação no levante de novembro de 1935, no 3º Regimento de Infantaria, sediado na Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Em maio de 1937 foi condenado a oito anos de prisão pelo Tribunal de

6. “[...] O campo de estudos da cultura visual pode em muito beneficiar o historiador e enriquecer consideravelmente o conhecimento que ele deve produzir. Entretanto, é preciso municiar-se contra a diversificação e flexibilização indefinida do campo, como já assinalado, até o ponto de estilhamento, pelo foco na heterogeneidade dos suportes de representações visuais (fotografia, artes plásticas, cinema, vídeo e TV, imagem cibernética, caricatura, histórias em quadrinhos, publicidade, pichações, imaginária popular, tatuagem e pintura corporal, cartografia, imagens médicas e científicas em geral, etc.) e as densas tramas de questões tecidas em torno dessas referências” (Meneses, 2003: 27). Na perspectiva de Ulpiano Meneses, “a solução está em definir a unidade, a plataforma de articulação, o eixo de desenvolvimento numa problemática histórica proposta pela pesquisa e não na tipologia documental de que ela se alimentará”.

7. “Ao mesmo tempo em que estrutura os comportamentos políticos individuais, a cultura política é um fenômeno coletivo. Ela diz respeito, simultaneamente, a todos os grupos que comungam de seus postulados, grades de leitura, interpretações e proposições, que utilizam os mesmos discursos, se colocam atrás dos mesmos símbolos, participam dos mesmos ritos” (Bernstein, 2009: 43). Para Serge Bernstein, apesar das nuances que separam as pessoas que se reconhecem numa mesma cultura política e das diferentes formas de expressão dessa cultura, “é nela que se baseia a identidade de um grupo” (Bernstein, 2009: 44).

Segurança Nacional. Refugiou-se no Uruguai, de onde, junto com o major Alcedo Cavalcanti e o oficial Paulo Machado Carrión, dirigiu-se à Europa, com o propósito de participar da guerra civil espanhola ao lado dos republicanos. Chegando a Paris, desentenderam-se com as autoridades espanholas e retornaram ao Uruguai⁸.

O paraguaio Víctor Martínez conseguiu fotografar seus camaradas na Espanha e na França graças a uma pequena câmera Leica (comprada em Paris) que aparece em algumas das imagens conservadas atualmente pelo MMR. A partir de 1945, exilado em Rosário, o ex-combatente foi elaborando um álbum fotográfico com pequenas anotações pessoais sobre os voluntários latino-americanos, todos eles internados no campo de Gurs. Também incluiu as fotos que fez de diversos combatentes judeus, chineses e italianos, mostrando assim a dimensão internacional do conflito. É interessante visitar a reconstrução de Gurs como museu, graças à tarefa assumida pelo Memorial de Shoah e pela associação “L’Amicale du camp de Gurs”. Essas entidades também atuam a 10 quilômetros de Gurs, na cidade de Olorón, onde sua população organizou seu “Maison du Patrimoine”, o qual dispõe de uma sala dedicada aos brigadistas, republicanos espanhóis e judeus, através da conservação de objetos e fotografias desses anos terríveis que marcaram a história do século XX (1939-1945). Parte da história dos brigadistas não poderia ser reconstruída e analisada sem essas imagens fotográficas. Algumas das fotografias do álbum organizado por Martínez nos permitiu identificar boa parte dos brasileiros e paraguaios que chegaram a Paris, cruzaram a fronteira como brigadistas e, posteriormente, conviveram nas barracas dos “latino-americanos” em Gurs. Na imagem 1 vemos os nomes dos paraguaios Víctor Martínez e Aparicio Gutiérrez, assim descritos pelo autor no álbum fotográfico, junto aos brasileiros David Capistrano da Costa, José Homem Corrêa de Sá e Celso Tovar Bicudo de Castro.

David Capistrano da Costa nasceu no povoado de Jacampari, no município de Boa Viagem/CE em 16 de novembro de 1913. Estudou na Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro entre os anos 1934-35, onde exerceu a profissão de mecânico. Aderiu ao PCB no final de 1934, sendo responsável por uma das células naquela instituição por cerca de seis meses. Participou do levante armado na Escola de Aviação Militar, em 27 de novembro de 1935. Logo em seguida foi preso e posteriormente libertado em junho de 1937. Em agosto de 1937, contando com o apoio do PCB, David Capistrano viajou à Espanha com o objetivo de lutar e adquirir experiência. Chegou à Espanha em 13 de

8. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-celso-tovar-bicudo-de>>, acesso em 10 de março de 2017.

setembro de 1937. Foi incorporado à XII Brigada Internacional, Batalhão *Garibaldi*. Lutou como soldado na batalha do Ebro (6 a 22 de setembro de 1938)⁹. Em outubro de 1938, quando o governo republicano espanhol optou pela retirada dos voluntários estrangeiros, deslocou-se para a França, onde seria recrutado para a resistência aos ocupantes nazistas. Radicado em Marselha, onde também atuava Apolônio de Carvalho, foi preso e enviado para o campo de concentração de Gurs. Foi posteriormente libertado e regressou ao Uruguai. Em 1944, junto com diversos companheiros, tomou um trem do Uruguai ao Rio para se apresentar na Força Expedicionária Brasileira com o intuito de combater as tropas do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, foi preso em São Paulo e, em seguida, enviado para a prisão em Ilha Grande (litoral fluminense), sendo anistiado e libertado em 18 de abril de 1945, pouco antes do fim do Estado Novo¹⁰.

José Homem Correia de Sá nasceu no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1912. Estudou na Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão de mecânico, eletricista e aviador. Aderiu ao PCB no início de 1935. Participou do levante militar ocorrido na Escola de Aviação Militar em novembro de 1935. Foi julgado e condenado a sete anos e três meses de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional. Conseguiu um habeas-corpus e logo fugiu do país (julho de 1937) contando com o apoio do Partido. Chegou à Espanha em setembro de 1937. Foi incorporado à XII Brigada Internacional, batalhão *Garibaldi*¹¹. No contexto imediatamente posterior à guerra civil na Espanha, outros eventos marcaram a trajetória de José Correia de Sá: a passagem pelo campo de concentração em Gurs (França) no inverno de 1939 a 1940; o retorno ao Brasil por intermédio do embaixador brasileiro na Espanha, Silveira Martins; a clandestinidade e o exílio no Uruguai; novo retorno ao país após a declaração de guerra ao Eixo e a prisão em Ilha Grande até a anistia, em 1945 (Pereira, 2015: 120).

O que chama atenção na imagem 1 são os trajes sociais utilizados pelo grupo, o que se justifica, pois, muitos voluntários estrangeiros cruzaram a fronteira com a Espanha utilizando passaportes falsos. Outro aspecto relevante é a mão de Corrêa de Sá no colo de Víctor Martínez, o que nos transmite uma sensação

9. Dados biográficos coletados no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP/FAPESP), documentos da Internacional Comunista, microfilme nº 10.

10. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davi-capistrano-da-costa>>, acesso em 20 de março de 2015.

11. Dados biográficos coletados no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP/FAPESP), documentos da Internacional Comunista, microfilme nº 10.

de conforto (afastado da guerra) e, igualmente, a proximidade dos personagens (afinidade entre o grupo). O único a esboçar um sorriso é Víctor Martínez. Será que os brasileiros já sabiam das dificuldades que iriam encontrar na guerra? Com exceção de Celso Tovar Bicudo de Castro (o último da esquerda para direita), os demais personagens da fotografia evocam união, harmonia e confluência de interesses.



Imagem 1

MMR: "París, en la terraza del Arco de Triunfo", Víctor Martínez (o quarto da esquerda para direita) con Aparicio Gutiérrez (o primeiro da esquerda para direita), 1937". David Capistrano da Costa (o segundo da esquerda para direita), José Homem Corrêa de Sá (o penúltimo da esquerda para direita) e Celso Tovar Bicudo de Castro.

Paris foi palco tanto da afirmação do apoio aos republicanos como também de um encontro do grupo de voluntários brasileiros com alguns colegas militares como o major Alcedo Cavalcanti, o oficial Paulo Machado Carrión e o tenente aviador Carlos Brunswick França, todos participantes do movimento aliancista (Almeida, 1999: 55). No depoimento de Nelson de Souza Alves, o ex-combatente chama atenção para o aspecto desagradável e tenso desta reunião, pois os oficiais citados defendiam de maneira peremptória que a República havia sido derrotada militarmente. O primeiro, inclusive, chegou a se manifestar contra a participação do grupo brasileiro naquele conflito, já que o governo republicano não poderia garantir uma indenização às famílias em caso de morte em combate:

Logo ficou clara a divisão entre quem queria ir e quem não estava com a decisão tomada. Apesar de terem ido a Paris com destino à Espanha, o Alcedo e o Carrión ficaram na França. Pior ainda é que começaram a criar problemas com o governo espanhol, pois queriam certas garantias que evidentemente o governo espanhol não podia dar. Eles queriam, por exemplo, que o governo espanhol depositasse uma quantia de dinheiro como seguro para a família caso morressem ou fossem invalidados. Os republicanos não aceitariam, pois não estavam pensando em contratar soldados, e sim em contar com voluntários que acreditavam na causa antifascista. Lembro-me que nessa ocasião o Alcedo comentou que a situação era grave, com possibilidades de derrota, pois a Espanha estava dividida em duas zonas equilibradas e que, em vista da progressão da guerra, a República estava derrotada. Enfim, eles achavam que nós não devíamos ir. Aquela era uma decisão estranha, pois as pessoas tinham ido para a luta independentemente da certeza da vitória. Pelo nosso lado, quem falou foi Dinarco Reis, que era ponderado e convicto de nosso ideal. O Alcedo e o Carrión ficaram em Paris e mais tarde deixaram a causa por completo. O argumento do pessoal que não foi à luta era ridículo, pois imagine alguém que vai para uma guerra ideológica como era a da Espanha e pede seguro de vida! (Meihy, 2009: 200-201).

Em setembro de 1939, o episódio ganhou destaque nas páginas do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB. Com o título “Fora os traidores que rompem a unidade”, o major Alcedo Cavalcanti é caracterizado pelo periódico como um oficial que “não soube escutar o chamado do povo espanhol que defendia a sua independência, a República e a democracia”. O Comitê Central do Partido acusou Alcedo Cavalcanti de agir como um “reles mercenário” ao colocar vantagens pessoais acima do cumprimento do “dever revolucionário”, demonstrando assim total “falta de solidez das convicções que dizia ter”. Além disso, sua “atitude covarde” contrastava com a abnegação dos demais militares como o major Costa Leite, os capitães José Gay da Cunha, Nemo Canabarro Lucas e Dinarco Reis, o capitão Apolônio de Carvalho e tantos outros, “cuja fé de ofício honra o povo brasileiro, e dos quais muitos ajudaram com seu sangue a forjar a solidariedade dos povos brasileiros e espanhol, amantes da liberdade e da democracia”. O caso de Alcedo Cavalcanti serviu para a agremiação demonstrar que no PCB não havia lugar para “provocadores trotskistas”, considerados “inimigos da libertação nacional do povo brasileiro”¹².

Importante destacar que foram os partidos comunistas de cada país que promoveram o recrutamento dos voluntários, o que não implica que todos os combatentes fossem necessariamente comunistas (Núñez Díaz-Balart, 2006: 93-

12. “Fora os traidores que rompem a unidade!”. *A Classe Operária*. Órgão Central do PCB. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1939, nº 217. Este artigo é o único que faz menção direta à participação dos voluntários brasileiros no conflito.

96). Calcula-se que em torno de 35 mil brigadistas, procedentes de mais de cinquenta países, lutaram a favor do governo republicano. Em vários países criaram-se centros de recrutamento por iniciativa dos comunistas com a colaboração de socialistas, anarquistas, democratas e republicanos. Com efeito, organizavam-se o alistamento dos voluntários que desejavam ir à Espanha lutar, bem como os contatos para realizar a viagem até Paris e as ajudas financeiras para cobrir os custos. Deve-se destacar que alguns brigadistas viajaram com recursos próprios, ainda que outros contassem com o auxílio financeiro de sindicatos, partidos políticos ou até mesmo particulares.

Para ser aceito nos centros de recrutamento era necessário contar com o aval de uma organização de esquerda ou de indivíduos que militassem nesses partidos e/ou sindicatos. Os centros organizavam as ajudas financeiras para cobrir os gastos de viagem, facilitando o transporte e ludibriando o controle dos agentes policiais. O entusiasmo era tamanho entre os voluntários que alguns deles colaboraram com suas poupanças ou com a venda de seus pertences. Os trajetos dos voluntários até Paris, sede do recrutamento, foram os mais diversos. O controle para impedir sua chegada à Espanha, estabelecido por muitos governos, não foi muito eficaz, dada a simpatia de alguns agentes pelos republicanos (Requena Gallego, 2009: 160).

O acordo consistia em que todos os brigadistas se reagrupassem em Paris, com o intuito de realizar uma seleção de pessoas idôneas para a guerra, facilitando-lhes uma rota mais segura de chegada e para a detenção de prováveis “traidores”. Cada voluntário deveria preencher um questionário com questões sobre sua formação militar, dados pessoais, militância política, etc. Em seguida, eram submetidos a exames médicos. Num parecer final se decidia se o voluntário seria ou não incorporado. Por meio de queixas emitidas por André Marty, chefe da base de Albacete, deduz-se que a seleção, principalmente nos primeiros meses, não era lá muito restrita (Requena Gallego, 2009: 160-161). Para o envio dos brigadistas de Paris, com destino à Espanha, duas vias de transporte foram utilizadas: a marítima e a terrestre, mais comum, realizada por trem desde a estação de Austerlitz em Paris, passando por Port Bou a Espanha, e seguia por Figueres, Barcelona e Valência até chegar a Albacete. No início de 1937, período em que o controle dos agentes franceses se tornou mais rigoroso sobre as fronteiras, algumas viagens chegaram a ser realizadas em ônibus ou caminhões para, depois, cruzar os Pirineus a pé.

Desde a sua entrada em combate na frente de Madrid, em 9 de novembro de 1936, e até sua retirada em setembro de 1938, os voluntários estrangeiros foram enquadrados em sete Brigadas Internacionais plenamente integradas ao Exército Popular da República. Sua numeração, idioma predominante e data de formação

foram as seguintes (Moradiellos, 2000: 45): XI Brigada (de língua alemã, criada em outubro de 1936), XII (italiana, formada em novembro de 1936), XIII e XIV (ambas de língua francesa, organizadas em dezembro de 1936), XV (de língua inglesa, criada em fevereiro de 1937), a Brigada 150 (com predomínio do idioma húngaro, formada em julho de 1937) e a Brigada 129 (com maioria de línguas balcânicas, constituída em fevereiro de 1938).

Os brigadistas depois da derrota

Em 26 de janeiro de 1939, Barcelona foi conquistada pelas tropas franquistas. Em seguida, milhares de espanhóis buscaram refúgio. A Terceira República francesa organizou os campos de internamento para receber os republicanos espanhóis e os voluntários estrangeiros. De acordo com os dados do Service Départemental des Pyrénées-Atlantiques de l'Office National des Anciens Combattants et victimes de guerre (ONAC), localizado em Pau e com o apoio econômico do Ministère de la Défense (DMPA) e do Communauté des Communes du canton de Navarrenx, o prefeito de Olorón, León Mendioudou, membro da Frente Popular, se encarregou no início de 1939 de organizar a comuna de Gurs como campo de internamento, situado a 10 quilômetros de distância de Olorón. Esse espaço ficava junto à fortaleza de Navarrenx. Sua capacidade chegava a 18.500 indivíduos, que podiam se dividir entre 382 barracas. Cada barraca tinha 24 m x 6 m, repartidas em 13 “ilots” cercados de arame farpado. Um total de 46 barracas serviu para a administração e os guardas do campo, encarregados do controle dos refugiados da guerra e dos brigadistas. Todo o campo foi eletrificado e as pessoas internadas dormiram sempre no chão. Importante recordar que os paraguaios sobreviventes conviveram na mesma barraca que o restante dos latinoamericanos concentrados em Gurs. Anne Machu, membro da associação Los Amigos de Gurs, entidade estabelecida em Pau, salientou em entrevista concedida em outubro de 2016 que “Gurs, una rara silaba, como un sollozo que no puede salir de la garganta”. Este campo de internamento, mais conhecido hoje em dia como de concentração (Ferrán de Pol, 2003), foi o maior do sul da França. Essa experiência serviu ao paraguaio Víctor Martínez – sobrevivente e exilado na cidade de Rosario, Argentina – como base para descrever anos depois o funcionamento das barracas (Martínez y Vera, 2002). Para os latinoamericanos, o governo havia estabelecido a barraca 26. Assim aparece nas fotografias de Víctor Martínez, mostrando a unidade internacional de pessoas muito diversas. Reproduzimos também as descrições feitas anos depois pelo próprio Martínez no verso das fotografias.

Nas imagens 2, 3 e 4, Martínez pôde identificar seus companheiros brasileiros e paraguaios, sendo o mesmo quem entrega sua câmera a algum brigadista, colocando-se de cócoras. A imagem 3 permite observar a pequena bolsa da câmera fotográfica de Víctor Martínez, identificando ele mesmo na cidade de Rosário o nome de seus camaradas: José Gay da Cunha, que regressaria ao Brasil; Tomás Vera, que lutaria nos maquis na França; Emiliano Paiva Palacios, que faleceu em 1944 durante a transferência para o campo de concentração de Dachau, no sul da Alemanha, sem chegar a seu destino; Carlos da Costa Leite; assim como Víctor Martínez. A imagem 4 mostra o valor que Martínez dedicava a seus amigos com quem havia viajado até a França e que voltaria a encontrar em Gurs; os brigadistas brasileiros David Capistrano da Costa e José Homem Corrêa de Sá. Víctor Martínez aparece nas fotos com a marca “X”.

Carlos da Costa Leite nasceu no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1895, filho do oficial do exército Jerônimo da Costa Leite e de Bernardina Martins Pereira Leite. Era o mais velho dos voluntários e o militar de mais alta patente (major). Era militante do PCB e um dos líderes da ANL. Servia em Bagé/RS como subcomandante da guarnição de artilharia e cavalaria na época do levante de 1935 e conseguiu fugir para o Uruguai antes de ser preso. Embarcou para a Espanha em fevereiro de 1938. Serviu inicialmente como instrutor do Centro de Organização e Preparação nº 2, localizado na Catalunha. Logo depois se tornou comandante de um batalhão de artilharia do Exército do Ebro, participando do último esforço de guerra das forças republicanas naquela região. No final da guerra foi internado no campo de Gurs e depois transferido para outro campo, Les Milles. Saindo do campo de internamento passa algum tempo com Apolônio, Dinarco e Capistrano em Marselha. Libertado no início de 1941, retornou ao Brasil em setembro do ano seguinte. Apresentando-se como voluntário na Força Expedicionária Brasileira, que participaria da guerra na Europa, foi preso e levado para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Em 18 de abril de 1945, com a decretação da anistia a todos os que haviam cometido crimes políticos desde 1934, foi libertado. Fundou a Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol (ABAPE), entidade de caráter antifascista (Beloch, 1983: 1782-1783).

Dinarco Reis nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1904. Era casado e tinha dois filhos. Desempenhou o ofício de mecânico e tenente de aviação. Aderiu ao PCB em 1933. Participou ativamente do plano para a sublevação da Escola de Aviação Militar do Rio em novembro de 1935. Foi detido de novembro de 1935 até abril de 1937. Teve passagens pelo navio presídio Pedro I, Casa de Detenção e Casa de Correção. Foi liberado apenas em junho de 1937. Exilou-se no Uruguai em setembro de 1937, por conta própria, e também com o apoio do PCB. Conseguiu chegar à Espanha em abril de 1938 graças ao respaldo do

Partido Comunista dos EUA. Combateu como soldado na 2ª Cia do Batalhão de Instrução da XII Brigada Internacional (*Garibaldi*) em Besalú. Lutou como soldado e depois topógrafo do batalhão na batalha do Ebro (maio a setembro de 1938)¹³. No início dos anos 1940, quando os alemães avançaram sobre Paris, Dinarco e os demais brasileiros viviam com documentos falsos entre a população parisiense. Em 1942, Dinarco passou quatro meses no exílio em Portugal, sob o governo de Salazar. Mesmo na ilegalidade, o ex-combatente conseguiu restabelecer os laços com o partido comunista, retornando ao Brasil no final de 1942.

José Gay da Cunha nasceu em Porto Alegre(RS) em 10 de julho de 1911. Estudou na Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro. Aderiu ao PC do Uruguai em 1937. Foi detido uma vez (de novembro de 1935 até junho de 1937). Foi também processado, julgado e condenado a oito anos de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional em 1937 por sua participação nos levantes da Escola de Aviação. Valeu-se de um habeas-corpus – por motivo de suspensão do Estado de Guerra – para realizar sua defesa em liberdade. Em seguida, saiu ilegalmente do Brasil em 5 de setembro de 1937. Antes de chegar à Espanha, no dia 5 de abril de 1938, com o intuito de capacitar-se politicamente, Gay da Cunha esteve no Uruguai e na Argentina. Combateu como tenente de infantaria na 143ª Brigada Mista, 569º Batalhão (onde exerceu a função de chefe de seção, chefe de companhia e professor da escola de cabos e sargentos), 1ª Companhia – abril de 1938 a 4 de setembro de 1938; 24º Batalhão de Metralhadoras Motorizado e 24ª Divisão do X Corpo de Exército – 4 de setembro a 30 de setembro de 1938. Participou da ofensiva de Baladredo (julho de 1938) e da batalha do Ebro (setembro de 1938)¹⁴, onde foi ferido gravemente. No final de 1938, incorporou-se à XV Brigada, onde chegou a comandar seu estado-maior nos últimos momentos da guerra, quando organizou a retirada dos brigadistas ante a vitória das tropas franquistas. Quando retornou ao Brasil, em 1945, tornou-se membro do PCB e participou de diversos comícios eleitorais no Rio Grande do Sul. Militava em Santana do Livramento quando a agremiação foi posta na ilegalidade, em maio de 1947. Exilou-se no Uruguai e em 1949 foi expulso do partido, segundo declarações que teria feito à imprensa e por “recusar-se a viver como um funcionário assalariado da organização”¹⁵.

13. Dados biográficos coletados no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP/FAPESP), documentos da Internacional Comunista, microfilme nº 10.

14. Dados biográficos coletados no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP/FAPESP), documentos da Internacional Comunista, microfilme nº 10.

15. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gay-cunha>>, acesso em 20 de março de 2015.

Em certa medida, as fotografias expressam o estado de ânimo daqueles que vivenciaram a guerra civil espanhola e tiveram de enfrentar suas duras consequências. Por outro lado, as imagens 2, 3, e 4 contrastam com o relato de Dinarco Reis sobre as péssimas condições dos campos de internamento no sul da França: “Nós ficamos ali quase uma semana enterrados na areia. Fazíamos buracos na areia e dormíamos dentro”. É como se fosse possível organizar um álbum fotográfico em que os aspectos terríveis do conflito (frio, fome, sede etc.) pudessem ficar de fora. Se já não era mais possível idealizar a guerra, Martínez fez o possível para através das fotografias manter “la fuerza vital ideológica en tantos hombres de distinta procedência aunque unidos por un ideal comum” (Dalla-Corte, 2016: 129).

Se, por um lado, tais imagens enfatizam a solidariedade, unidade e resistência dos brigadistas, de outro, evidenciam o que o filósofo e historiador da arte Xavier Antich chamou de “estratégias retóricas das fotografias de guerra”. Segundo o autor, as fotografias da guerra civil espanhola geraram alguns “motivos visuais” de grande eficácia comunicativa e persuasiva. Um dos principais refere-se ao heroísmo moral dos brigadistas, que conjugava uma dupla dimensão: o heroísmo estritamente bélico com a generosidade altruísta e a superioridade moral daqueles que defendiam um país que não era seu, porém com cujos valores se identificavam (Antich, 2012: 17). Vejamos, por exemplo, como esse aspecto aparece no relato de José Homem Corrêa de Sá:

Dizem que sou pessimista porque assim que entrei na Espanha já afirmava que a guerra estava perdida. Outros colegas viram até com mais antecedência do que eu, porque viram Paris naquela situação e recusaram-se a ir. Eu não. Tive um procedimento diferente: cheguei à fronteira e vi que a guerra estava perdida do ponto de vista militar e político também, mas entrei. A minha convicção era lutar contra o fascismo enquanto tivesse forças. [...] Lutei mesmo sabendo que ia perder. Fui à guerra pensando que meu auxílio poderia causar algumas baixas no exército fascista, e isso bastava. Alguns colegas ficavam ansiosos para voltar porque era uma luta muito desigual, mas eu pensava: ‘Vim combater o nazismo, e vou ser solidário com este povo. Eu adoro o povo espanhol’ (Meihy, 2009: 72-73).

Quando se levantam questões referentes às motivações, ou quando escrevem suas memórias, dois traços estão particularmente enraizados nos depoimentos dos voluntários brasileiros: a) a convicção de que o comprometimento com luta dos republicanos configurava-se como um desdobramento da ação internacional contra o fascismo; b) a consciência de que o partido comunista, enquanto instituição-chave, canalizava esse sentimento (coeso) de solidariedade internacional. Até onde sabemos, nenhum dos voluntários brasileiros demonstrou qualquer arrependimento por sua decisão de ir à luta (Pereira, 2015: 7).

Dinarco Reis assinalou que o vínculo com o PCB e a solidariedade à luta do povo espanhol contra o fascismo contribuíram para a sua participação na guerra civil. O ex-tenente de aviação salientou ainda que a luta das camadas populares espanholas contra o fascismo e por uma República democrática foi bastante dura, no sentido de que “havia uma conspiração internacional para esmagar a revolução do povo espanhol”¹⁶. Mesmo que a República contasse com a ajuda da URSS e com o apoio e a solidariedade de milhares de trabalhadores e militantes antifascistas, “a ajuda recebida pelos franquistas era imensamente maior e sem limites”¹⁷. Para o ex-combatente, a derrota militar das forças republicanas explicava-se pela falta de recursos materiais para prolongar a resistência. Além da carência de recursos e armamentos bélicos, faltavam elementos vitais para suprir as necessidades da população na retaguarda. Outro ponto que contribuiu para a derrota dos republicanos foi aceitar e cumprir à risca a manobra diplomática da Liga das Nações, que exigia a retirada das unidades formadas pelos voluntários estrangeiros, levando em conta que o mesmo não ocorreu com as unidades estrangeiras dos franquistas, que permaneceram até o desfecho do conflito (Pereira, 2015: 7-8).

José Gay da Cunha destacou que decidiu lutar na Espanha por convicção antifascista, solidariedade espontânea e por influência direta dos companheiros do PCB¹⁸. Logo nas primeiras linhas do livro *Um brasileiro na guerra civil espanhola*, publicado em 1946, José Gay da Cunha destaca o medo como a primeira sensação que sentiu ao chegar à Espanha. O clima de apreensão logo na chegada relacionava-se também com a tentativa de fuga dos soldados na frente de Huesca. Em seguida, o que o acalmou vinculava-se à noção e à consciência de que seu dever era sacrificar tudo, inclusive a própria vida se fosse necessário. Convém destacar que a dedicação completa e “a entrega absoluta de si”, caracteriza-se como um dos aspectos mais conhecidos, por ser um dos mais visíveis, dos valores comunistas e da imagem que eles difundem sobre si mesmos (Lasar, 1999: 222). Como salientou Eric Hobsbawm em sua autobiografia *Tempos interessantes*: “Nossas vidas eram para o partido. Dávamos tudo o que tínhamos e recebíamos de volta a certeza de nossa vitória e a experiência da fraternidade” (Hobsbawm, 2002: 155-156).

16. REIS, Dinarco. Questionário elaborado por Paulo Roberto de Almeida. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1981.

17. Idem.

18. CUNHA, José Gay da. Questionário elaborado por Paulo Roberto de Almeida. São Paulo, 7 de novembro de 1979.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina



Imagem 2

MMR: "Víctor Martínez con el grupo brasileño" (Dinarco Reis e Corrêa de Sá).



Imagem 3

MMR: 1. José Gay da Cunha; 2. Tomás Vera; 3. Emiliano Paiva Palacios; 4. Carlos da Costa Leite; 5. Víctor Martínez.



Imagem 4

MMR: “Campo de Internamiento de Gurs, Francia, 1939”.

Víctor Martínez con Corrêa de Sá y Capistrano, brasileños.

Durante o período em que ficaram confinados no campo de concentração, os militares brasileiros receberam a visita do então embaixador Silveira Martins, oferecendo-lhes a oportunidade de regresso ao Brasil. Os que não tinham condenação, aceitaram, como: os irmãos Eny e Delcy Silveira, Homero Jobim, Nelson de Souza Alves, Nemo Canabarro Lucas. Os demais permaneceram na França: Costa Leite, Dinarco Reis, Joaquim Silveira, Apolônio de Carvalho, Hermenegildo de Assis Brasil, David Capistrano e José Homem Correia de Sá. Sabe-se que milhares de voluntários, oriundos de países que viviam sob regimes fascistas ou autoritários, não podiam abandonar a Península. Muitos ficaram no Exército Republicano e lutaram até o fim, protegendo a retirada de civis na fronteira com a França. Conduzidos aos campos de internamento em Gurs e Vernet, cerca de 5.000 veteranos do conflito civil espanhol (alemães, austríacos, italianos, polacos, iugoslavos) foram presos atrás de cercas com arame farpado em condições indignas. Boa parte retomou o caminho das armas em 1939 nas legiões organizadas pelo exército francês ou, mais tarde, na Resistência, onde desempenharam um papel relevante. Destes, muitos sofreram punições em seus países de origem, particularmente por terem participado de “atividades comunistas”. Outra parcela considerável foi perseguida pelo stalinismo durante a Guerra Fria (Lefebvre; Skoutelsky, 2003: 166).

Considerações Finais

O antifascismo comunista desempenhou um papel marcante nas trajetórias e nas identidades políticas dos voluntários paraguaios e brasileiros, o que denota que o confronto entre fascismo e antifascismo também teve ressonância em outras partes do mundo. Enquanto experiência pessoal, o antifascismo marcou de forma profunda e duradoura a forma de pensar e de agir dos militantes comunistas que se formaram politicamente entre 1933-1939. E a guerra civil espanhola contribuiu de maneira significativa para forjar essa identidade específica (Groppo, 2004: 589-590).

As fotografias de guerra revelam leituras do mundo e “encenações de si”. Parte-se aqui da premissa de que a mensagem fotográfica tanto pode informar aspectos materiais, quanto revelar aquilo que no passado o grupo queria perenizar de si mesmo para o futuro (Cardoso; Mauad, 1997: 408). Dito de outro modo, os retratos do álbum de Víctor Martínez apresentam recortes e escolhas. Além dos detalhes das roupas, dos espaços geográficos e das posturas e olhares, os recursos visuais nos permitem ter acesso a formas de ser, ver e agir daquele contexto. Em síntese, a fotografia “fala” sobre como queriam ser percebidos e sobre como percebiam o mundo do qual faziam parte.

Quando Martínez reuniu as fotografias tinha a intenção de dar visibilidade às experiências de guerra dos voluntários paraguaios e brasileiros. Não só: “Su objetivo fue siempre biografiar a las personas que tenían menos voz, pero que habían contribuido a mejorar la vida de los seres humanos. Ese fue siempre el objetivo de sus ideales, expresados en sus fotografías y en sus escritos personales que aparecen al costado de las fotos” (Dalla-Corte, 2016: 179). Outro aspecto relevante que gostaríamos de enfatizar é que a organização do álbum se baseou em aspectos épicos e heroicos dos brigadistas que se deslocaram até a Espanha para lutar pela Espanha republicana, ou seja, essa experiência fotográfica apoiou-se na cultura visual do período¹⁹ e na cultura política comunista dos anos 1930, em que os interesses partidários se sobrepunham aos interesses pessoais²⁰.

19. Como bem observou Erika Zerwes, esse olhar que singulariza indivíduos na multidão se tornou uma estética privilegiada pela esquerda antifascista (Zerwes, 2016: 20).

20. “O sujeito que entra para o partido ele se prepara para sofrer, para sacrifícios. A gente, às vezes, no meu caso, sacrificava a própria família. Eu, por exemplo, minha ida para a Espanha. Foi uma tarefa que eu recebi, foi uma missão que o partido exigiu daqueles que eram comunistas de irem para a Espanha. Não foi fácil. Para mim não foi fácil porque eu sempre fui apegado aos meus pais e aos meus irmãos. Nós somos uma família unidíssima. Hoje só restam as irmãs. Eu perdi dias, noites de sono pensando no desgosto que eu ia dar aos meus pais. Bota desgosto nisso. Mas a consciência revolucionária, aquele norte que eu adquiri lá na prisão me obrigou a ir para a Espanha”. Silveira, Delcy. Entrevista a Stela Grisotti para a realização do documentário *Vale a Pena Sonhar* (2000/2001).

Tais imagens foram cuidadosamente conservadas como parte indissociável das experiências de guerra dos brigadistas paraguaios e brasileiros. Com efeito, entendemos tais registros visuais enquanto materialização da experiência vivida e, ao mesmo tempo, como agente do processo de criação de uma dada memória (Cardoso; Mauad, 1997: 406-409). Por outro lado, a fotografia também pode ser vista como uma forma de escrita de si, ao permitir a elaboração de memórias e identidades (tanto individuais quanto coletivas). De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes, a guarda de uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos (de tamanhos e tipos variados). Nesse sentido, Victor Martínez pode ser visto como um “guardião da memória”, pois tomara-se “um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo” e porque colecionou ao longo de sua trajetória objetos materiais e simbólicos (documentos, fotos, pertences pessoais etc.), que encerram a memória e a identidade do grupo (Gomes, 1996: 23). Para os voluntários analisados, a guerra civil espanhola não se configurou como um evento traumático. Pelo contrário, é como se aquele evento conferisse sentido às trajetórias e à própria identidade política do grupo.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na guerra civil espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba (UFPR), p. 35-66, 1999.
- ANTICH, Xavier. Memoria y retórica en la fotografía de la guerra civil española. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elisa; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Imagem e memória*. Belo Horizonte: Rona Editoria: FALE/UFMG, 2012. p. 191-227.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BAUMANN, Gino. *Los voluntarios latinoamericanos en la Guerra Civil Española*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2009.
- BELOCH, Israel. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. V. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BERNSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-45.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-418.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CUNHA, José Gay da. *Um brasileiro na guerra civil espanhola*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- DALLA-CORTE CABALLERO, Gabriela. *De España a Francia. Brigadistas paraguayos a través de la fotografía*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2016.
- FERRÁN DE POL, Lluís. *Campo de concentración, 1939*. Barcelona: L'Abadia de Montserrat, 2003.
- GAVILANES LASO, José Luis. *Brigadistas brasileños en la guerra civil. La aventura de la historia*, nº 82, p. 48-53, 2005.
- GOMES, Angela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1-2, p. 17-30, jan./dez. 1996.
- GROPPO, Bruno. Fascismos, antifascismos e comunismos. In: DREYFUS, Michel et. al. *O século dos comunismos: depois da ideología e da propaganda uma visão serena e rigorosa*. Lisboa: Notícias, 2004. p. 579-594.
- HOBBSAWM, Eric. Ser comunista. In: *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 148-173.
- LAZAR, Marc. Forte et fragile, immutable et changeante...La culture politique communiste. In: BERSTEIN, Serge (Org.). *Les cultures politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999. p. 217-233.
- LEFEBVRE, Michel; SKOUTELSKY, Rémi. *Las Brigadas Internacionales: imágenes recuperadas*. Barcelona, Madrid: Lunwerg Editores, 2003.
- MARTÍNEZ, Víctor y VERA, Tomás. *Milicianos paraguayos en la España Republicana y en la lucha contra la ocupación nazi de Francia*. Asunción: QR Producciones Gráficas, 2002.
- MAUAD, Ana Maria. *Fotografia e história: interfaces*. Tempo, Niterói, v. 2, nº 1, p. 73-98, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A revolução possível: história oral de soldados brasileiros na guerra civil espanhola*. São Paulo: Xamã, 2009.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 11-36, 2003.

- MORADIELLOS GARCÍA, Enrique. Las Brigadas Internacionales: una revisión histórica y bibliográfica. *Sine Ira et Estudio*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2000.
- NÚÑEZ DÍAZ-BALART, Mirta. *La disciplina de la consciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel*. Barcelona: Flor del Viento, 2006.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. *Las armas y las letras dos voluntários brasileiros na guerra civil espanhola: identidades, memorias e trajetórias*, 2015. Tese (Doutorado em História) – Programação de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.
- PIRES, Maria da Conceição Francisca; SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. Cultura política e a cultura visual: aproximações teóricas e metodológicas. *Diálogos* (Maringá Online), v. 18, nº 2, p. 687-702, maio-agosto de 2014.
- PRESTON, Paul. *A Guerra Civil de Espanha*. Portugal: Edições 70, 2005.
- REQUENA GALLEGÓ, Manuel. Las Brigadas Internacionales en el contexto internacional de la guerra civil española. In: SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (Ed.). *El pacto de la no intervención: la internacionalización de la guerra civil española*. Tarragona: Publicaciones URV, 2009. p. 157-168.
- ROMERO SALVADÓ, Francisco José. *A guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep; AGUDO BLANCO, Sebastián (Coords.). *Las Brigadas Internacionales: nuevas perspectivas en la historia de la guerra civil y del exilio*. Tarragona: Publicaciones URV, 2015.
- SKOUTELSKY, Rémi. *Novedad en el frente: las Brigadas Internacionales en la guerra civil*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2006.
- SOUGEZ, Marie-Loup (Coord.). *Historia general de la fotografía*. Madrid: Cátedra, 2007.
- TRAVERSO, Enzo. *A sangre y fuego: de la guerra civil europea (1914-1945)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.
- ZERWES, Erika. A fotografia como ícone: imagens de guerra icônicas e a cultura visual contemporânea. *Studium* (Unicamp), v. 1, p. 5-24, 2016.
- _____. Iconografias de esquerda: encontro entre cultura visual e cultura política em fotografias da guerra civil espanhola. *Visualidades* (UFG), v. 12, p. 159-176, 2015.

Cuando ellos ganaron. El triunfo de los eurocéntricos y el mito de los voluntarios latinoamericanos en la Guerra Civil Española

Jerónimo Boragina

Ni el libro europeo, ni el libro yanqui daban
la clave del enigma hispanoamericano.
José Martí

A veces el pesimismo gana la batalla. Este texto da esperanzas y más aún cuando Latinoamérica está unida. Unida sí, por una causa común, como es el recuerdo de aquella gesta del pueblo español y del mundo luchando contra el fascismo. Reivindicando a aquella República de trabajadores que luchaba por su subsistencia en 1936 ante el ataque del nazifascismo español-alemán-italiano.

Este texto, cercano al 80º aniversario, debe reconocer a esa Latinoamérica que combatió junto al pueblo español, desde México a Argentina, la Patria Grande estuvo presente.

Pero para muchos - me animaría a decir la mayoría de escritores e intelectuales de la guerra civil - los latinos no estaban, no participaron, eran subdesarrollados, por lo tanto no podían participar. Con que medios económicos, con qué recursos, con qué cultura iban los latinos a luchar contra la supremacía fascista que estaba arrasando Europa - se preguntarían. Imaginemos si para ellos este pensamiento eurocéntrico se vio reflejado en sus estudios, menos podemos pretender que esté presente para los lectores, estudiantes o simplemente de la gente común que desea o tiene derecho a saber sobre el tema.

Si la causa española fue una causa internacional, por qué un contingente numeroso como el cubano o argentino no es tenido en cuenta al momento de retratar la composición nacional, teniendo en cuenta por otra parte que hablamos de más de un millar cada grupo. Ni que hablar entonces de cientos de mexicanos o brasileños. ¿Por qué, aunque sean minúsculos, sólo se mencionan los contingentes europeos a la hora de numerar y dar cantidades?, ¿por qué se genera esta construcción europea de las Brigadas basándose en sus propias experiencias y concentrando esta relación como patrón de referencia? Es cierto que en la historia de los países subdesarrollados no ha habido procesos de registro significativos como los de las naciones desarrolladas. Aún así la mayoría de la bibliografía europea en este caso ha logrado no sólo ocultar el hecho histórico,

sino desestructurar la comprensión de aquellos acontecimientos regionales que tenían un principio, un desarrollo y un final. Para ejemplificarlo, podemos tomar el caso de Michel-Rolph Trouillot, sobre la Revolución Haitiana (Lander, 1993: 64). Este autor plantea cómo el caso haitiano fue silenciado por la historiográfica occidental, porque dados sus supuestos, esta revolución tal como ocurrió era impensable. El autor agrega: "...La afirmación de que africanos esclavizados y sus descendientes no podían imaginar y menos formular estrategias para conquistar y afianzar dicha libertad, no estaba basada tanto en la evidencia empírica como ontológica. (...) Ninguna de estas variaciones incluyó la posibilidad de un levantamiento revolucionario en las plantaciones de esclavos, y menos aún, uno exitoso que condujese a un estado independiente. Así, la Revolución Haitiana entró en la historia mundial con la particular característica de ser inconcebible aún mientras ocurría.

Si bien el marco de referencia es una estructura colonial, nos sirve cómo observación para ver cómo se puede obviar la cadena evolutiva que tiene un proceso histórico a tal punto de convertirlo en impensable o fuera de contexto desde el pensamiento que construye esas formulaciones.

Aquí es cuando se gesta el mal llamado "Milagro Cubano", fomentado por casi toda la bibliografía europea que habla de las Brigadas Internacionales. Según estas omisiones o descuidos, la Revolución Cubana queda reflatando en la historia como "un grupo de barbudos que estaban tocando el tambor y se animaron a tomar un barco y pelear contra el régimen de Batista". ¡Qué manera de vaciar la historia de un pueblo! Sencillamente reproduciendo lo que se había dicho hasta el momento por algunos investigadores. El caso cubano es el que más sobresale por particularidades propias, por la cantidad de voluntarios que es imposible de esconder, y por la transfiguración falsa que se crea del proceso previo a la Revolución Cubana. No fue casualidad que Cuba haya enviado tantos hombres a la guerra civil: había una maquinaria en funcionamiento, una cadena que estaba moviendo los engranajes desde los años 20 con un movimiento de izquierda en pleno desarrollo y un Partido Comunista que tomaba posiciones firmes sobre el acontecer en su país. La lucha contra el dictador Machado, la Federación Universitaria Cubana fundada por Julio Mella, las huelgas y congresos obreros son parte de esa historia. Y faltaría mencionar las torturas, persecuciones y muerte de tantos luchadores, como Antonio Guiteras, a manos de los tiranos de turno. Sumando una pequeña mirada a la historia política de la Comintern, vemos que el contingente más grande de estudiantes en las escuelas leninistas de la Unión Soviética fue justamente el cubano, con veintidós hombres (Jefeits, 2004: 16). Y le siguen justamente México, Argentina y Brasil, que fueron los países latinoamericanos que más hombres aportaron a la causa española. Muchos de

los brigadistas o militantes en la Guerra Civil Española terminarían participando en el Movimiento 26 de julio. Ramón Nicolau González¹ y Alberto Bayo fueron instructores de los expedicionarios cubanos que desembarcaron en la isla al mando de Fidel Castro y tomaron el poder en 1959. En fin, el triunfo de los “barbudos guerrilleros” no fue casualidad, ni un acto de arrojo, sino que formó parte de una lucha emanada del pueblo y los trabajadores que duró décadas y que rechazó el neocolonialismo para plantear la vía hacia el socialismo.²

Pero insistimos que no fue el único caso en América del Sur y 1932 fue un año clave. Dicho año marco a fuego a El Salvador, donde luego del golpe de estado se inició una insurrección organizada por el Partido Comunista Salvadoreño liderado por Agustín Farabundo Martí, y acompañada por una revuelta indígena en el oeste del país que terminó en un baño de sangre y represión.

No olvidemos los levantamientos apristas y de militantes comunistas en Perú durante 1930 de la mano de Víctor Raúl Haya de la Torre Augusto Cesar Sandino ya venía luchando y combatiendo primero a la oligarquía entreguista y explotadora de Nicaragua durante los años 20, y luego al invasor norteamericano que defendía los intereses económicos en el país violando y matando a su pueblo. El “General de hombres libres” como era llamado Sandino logró expulsar a los yanquis en 1933 y afianzar una presidencia liberal mediante la firma de la paz.³

Luis Carlos Prestes “el caballero de la esperanza” recorrería 25.000 kilómetros durante más de dos años con 1500 hombres a su cargo en Brasil, intentando sumar adeptos y posiciones. Se exilió en Argentina donde se vinculó con dirigentes del Partido Comunista Argentino y tuvo sus primeros pasos en el socialismo. Se dirigió a la URSS donde estudió y se formó en el marxismo-leninismo, regresando a Brasil para intentar tomar el poder mediante un levantamiento armado-popular en 1935.

Chile también tendría su Frente Popular con Aguirre Cerda, pero a diferencias de muchos países se logró la unidad y se ganó las elecciones en 1938. Este país es recordado como sabemos por la llegada del barco Winnipeg con exiliados republicanos gestionado por el poeta Pablo Neruda en 1939.

1. Nicolau fue estudiante de la Escuela Internacional Leninista de 1931 a 1933 y de la Escuela Militar del Ejército Rojo en Frunze. Durante la Guerra Civil Española dirigió el envío de voluntarios cubanos para las Brigadas Internacionales.

2. Cuba cuenta con siete estudios, los de Fernando Vera Jiménez, Manuel Carnero, Alberto Bello, Jorge Cuadriello, Víctor Pina Cardoso y Denise Urcelay-Maragnes. Como si fuera poco, la compilación Cuba y la defensa de la República fue publicada en 1981 y ni aún con este libro los historiadores han incluido al contingente cubano dentro de los cuadros de nacionalidades.

3. Un año después Sandino era asesinado con otros compañeros de armas por Anastasio Somoza quien se haría con el poder del país.

El proceso del avance de las fuerzas socialistas y comunistas en Argentina es por demás interesante y lo atravesaremos más adelante.

Entonces ¿qué es lo que nos quieren mostrar los escritores europeos de las Brigadas Internacionales? Que no había movimientos de izquierdas en Sudamérica, que no había militancia política, que no había revueltas o revoluciones, que no había líderes políticos, que no había socialismo, que no había llegado la reforma agraria. ¿Qué es lo que nos quieren mostrar? Que todos esos dirigentes o líderes eran descendientes de españoles, o que el concepto de ciudadanía en Latinoamérica no existía en 1936.

Destaquemos también que el Partido Comunista Argentino fue fundado en enero de 1918, antes que su par español, francés, alemán o inclusive el chino.⁴

Nuestro abordaje no puede carecer de estos procesos vitales a la hora de entender la historia social y política, ni tampoco olvidar las historias de los latinoamericanos en Europa y en particular en la Guerra Civil.

En el año 2008 comenté: “aprender del conflicto español desde la perspectiva europea puede ser aceptable, pero estudiar las Brigadas Internacionales desde este enfoque es trastabillar en cualquier análisis que quiera hacerse sobre los latinoamericanos” (González, Boragina, Sommaro, Dorado, 2008: 86). Casi diez años después, luego de haber publicado más de una docena de artículos en todo el mundo y dos libros sobre el tema, aún lo sostengo.

Los latinoamericanos, sin nombre ni patria

Ha sido motivo de análisis durante bastante tiempo, y ha sobrepasado nuestra capacidad de asombro el material publicado o la falta de él. Pero, ¿por qué no se habla de latinoamericanos en la Guerra Civil?, ¿por qué razón se los oculta? Hasta donde llega el olvido, hasta donde se puede justificar a dichos escritores europeos. Porque los latinoamericanos no tienen un lugar siendo que se trató de un conflicto que estuvo internacionalizado desde sus comienzos.⁵

Andreu Castells (1974), ex oficial catalán, inicia la lista de estudiosos sobre la investigación de las Brigadas Internacionales. En sus más de 600 páginas va describiendo el recorrido de las Brigadas a través de las batallas de Madrid, Jarama, Guadalajara, Bilbao, Brunete, etc. El autor no está preocupado por

4. El propio Partido Comunista Norteamericano fue creado en 1919 junto también al mexicano en el mismo año. El Partido Comunista de Brasil en 1922 muy cercano también a sus pares europeos. Como vemos ya había en el continente una fuerte movida de izquierda y socialista y no se necesita investigar demasiado para saberlo.

5. La sola entrada de aviones italianos de transporte que lograron hacer cruzar las tropas franquistas de Africa, ya nos habla del comienzo de la intervención extranjera. Sin dicha ayuda italiana y alemana Franco jamás hubiese ganado la guerra.

analizar el origen social o ideológico, ni por estudiar las motivaciones o el reclutamiento de los mismos, y cuando intenta hacerlo, es muy poco preciso en sus fuentes. Cuando menciona el reclutamiento país por país, no hay casi ninguno de Latinoamérica⁶. Esta estrechez sobre los latinoamericanos quedó demostrada en su célebre cuadro⁷ por nacionalidades, en los que hay datos de voluntarios de Abisinia, Andorra, Estonia, Filipinas, Haití, Indochina, Jamaica y tantos otros países en los que al menos cita a 20 o 30 hombres. Todos los países latinoamericanos, exceptuando México, tienen una escasísima representatividad, resaltando el caso cubano con 136 hombres y el argentino con 94 efectivos. Las fuentes que sostienen estos números son demasiado pobres e irregulares, pero también debemos tener en cuenta que fue el primer gran esfuerzo en citar y referenciar voluntarios de más de 60 países.

Si bien sabemos que no es una referencia muy citada, uno de los textos que ha tenido una tirada abundante y en diversos idiomas ha sido el texto de Ken Bradley de la editorial Osprey, que tiene múltiples ediciones en todo el mundo. En este libro la visión es bastante sesgada, inclusive en el cuadro de nacionalidades cuando describe el detalle de los batallones de infantería de las brigadas (Bradley: 1994), confunde el idioma con la nacionalidad. El 24 batallón de la 59 división de la XV Brigada era llamado Spanish porque justamente era la brigada internacional donde había latinos. Sin embargo, es mencionado por el autor como una unidad española, igual que a otras, como si el hecho de que hablasen castellano fuera motivo suficiente para españolizarla.

Recién a partir del libro de Santiago Álvarez (1996) ha habido un cambio, no sólo figurativo en relación a la participación general, sino al origen individual con testimonios claros y concretos de su labor y función en España. Con numerosas cartas y testimonios de voluntarios judíos de diversas nacionalidades el autor da otra visión más inclusiva y realista de lo que realmente fue la guerra civil, como así también de otros grupos internacionalistas.

El último trabajo de Rémi Skoutelsky (2006) es un buen compendio de las Brigadas pero no es representativo ni de la diversidad ni de la historia política que traían los voluntarios de sus países de origen. Esto no sólo anula la presencia, sino también un pasado de militancia y lucha desconocido para Europa y el resto del mundo, tema que ya profundizamos en el texto *Voluntarios de Argentina* (2008). Los latinoamericanos, aún hoy, no existen ni en los listados de

6. El único país que menciona (en la p.75) es México, con tres renglones descriptivos y citando a dos voluntarios.

7. Digo “célebre” porque ha sido y continúa siendo utilizado, citado y repetido por casi toda la historiografía que sobrevino en el tema. Castells, Andreu, *Las Brigadas Internacionales*, Barcelona, Ariel, p. 378, 1974.

nacionalidad ni en los textos o comentarios generales. Paradójicamente son dos grupos –los latinos y los judíos– los que no están presentes en cuadros o listados de las brigadas y ni en la guerra en general. ¿Por qué será?

Ni siquiera la primera edición de Gerold Gino Baumann sobre los Voluntarios Latinoamericanos en la Guerra Civil Española (1997), logró imponer su presencia en los cuadros de nacionales y en los textos.

Es notable cómo en las introducciones los autores se fagocitan describiendo sus propios trabajos como excesivamente rigurosos y profundamente científicos, cuando en verdad concluyen copiando los cuadros de nacionalidades o mencionando a los grandes contingentes de internacionales como lo han hecho todos los anteriores. La visualización del resto de voluntarios en los listados como “otros”, no es más que la simplificación extrema de los planteos, tanto teóricos como prácticos, a la hora de generalizar la historia de un país, su movimiento obrero, su importancia en el comunismo y su participación en la guerra civil.

Lo cierto es que difícilmente un trabajo general podrá mostrar el cuadro completo de lo que fue la participación internacional a favor de la República Española. Desde mi punto de vista, las dificultades para realizar una obra general sobre las brigadas cuenta con numerosos escollos difíciles de superar: – aún hoy no contamos con un debate, ni conceptualizaciones referidas al tema de la ciudadanía en referencia a los inmigrantes que partieron con su grupo de voluntarios de residencia y que luego fueron a otras brigadas. El problema del concepto de ciudadanía es que ha sido demasiado circunscripto a cuestiones jurídicas, obviando totalmente, al menos para los países receptores de inmigración, las cuestiones culturales. La historiografía norteamericana resolvió de manera práctica este dilema. Todos los que salieron de Estados Unidos son norteamericanos, claro que el debate no se hizo esperar y surgió con varios contingentes cubanos que salieron del puerto de New York.⁸

– analizar la historia política de cada país que llevó a que hombres y mujeres se comprometieran. En el caso latinoamericano, se desconoce la historia sobre el antifascismo, los partidos comunistas, el movimiento obrero y demás datos que son de primer orden a la hora de hablar de voluntarios en España. - cuestiones vinculadas con la inmigración, lugar de origen y desarrollo social. - cuestiones culturales, vinculadas a oposiciones político-históricas ocurridas entre diferentes países. Por ejemplo: ¿por qué los voluntarios cubanos no querían compartir unidades con los norteamericanos? ¿Los voluntarios argentinos deseaban compartir brigada con los internacionales ingleses? Cualquiera que entienda mínimamente los

8. Recordemos aquella foto del brigadista que querían regalarle a Barack Obama en su visita a España en 2010. Aquel voluntario negro que había zarpado de New York a bordo del Normandie no era norteamericano, sino cubano.

procesos históricos cubanos en relación a la dominación norteamericana y el caso argentino con Inglaterra podrá deducir la respuesta, pero esto es desconocido en su totalidad por la mayoría de los historiadores. Hasta el propio Santiago Álvarez – ex combatiente y comisario político de las Brigadas– aclaró en su texto que tanto argentinos como cubanos preferían estar en unidades españolas y no en la XV anglosajona. - la mezcla entre nacionalidades e idioma, y la derivación a diferentes unidades –también combinadas– es para nosotros uno de los problemas más importantes, principalmente para el grupo argentino, teniendo en cuenta, por ejemplo, el caso polaco mencionado anteriormente y de otros grupos inmigrantes.

– el tema de los nombres y apellidos, si bien es un porcentaje menor, para el grupo argentino es importante ya que vienen de una raíz hispánica, y su falsación, confusión o equivocación al momento de anotarse o completar fichas puede ocasionar que no sea visualizado o encontrado en diferentes registros. - en los registros de los hospitales internacionales los investigadores analizan y normalizan la presencia de extranjeros por sus apellidos. Tanto cubanos como argentinos poseen apellidos hispanos en su mayor parte, por lo tanto son reconocidos como españoles; es decir, con este trayecto difícilmente se encuentren argentinos en los hospitales internacionales de Vic, Mataró, Benicassim o S'agaro, entre otros (Acosta, 2007). - algunas situaciones rozan entre lo absurdo y lo complejo, aunque hay casos que merecen especial atención. En numerosas fuentes o diccionarios se describe –por ejemplo– la vida de un voluntario que fue traductor de la siguiente manera: “nació en Polonia, a los pocos años se mudó a la URSS. Fue enviado como traductor de las Brigadas Internacionales o al Servicio Sanitario Internacional”. Ahora bien, si ese voluntario nació en Polonia, y luego fue a la URSS a vivir y terminó en España como traductor o intérprete, cabe preguntarnos ¿dónde aprendió castellano? En muchos casos deberíamos tener en cuenta que estos militantes aprendieron castellano porque vivieron décadas en Latinoamérica, principalmente en Argentina que recibió una inmigración polaca de 180.000 personas y casi 200.000 rusos. Ahí está la explicación que quizás pueda aportar el relleno a ese vacío inexplicable, por ejemplo en el caso de Sofía Mach.

Es por ello que si bien reconocemos la dificultad de hacer una obra consumada e integral, debemos pensar que no podemos continuar utilizando de guía numerosos estudios que no contemplan información vital –y en algunos casos ya conocida–⁹ que hacen retroceder el pensamiento histórico y político de Latinoamérica.

9. El libro *La Solidaridad de los Pueblos* fue editado en el año 1974, y ya contaba con datos numéricos sobre la participación cubana y argentina. Ver Academia de Ciencias de la URSS, *La Solidaridad de los Pueblos con la República Española*, Moscú, Progreso, 1974.

Jerónimo Boragina

Luego de tantos años, con toda la implicancia e impacto que la guerra civil española ha tenido en Latinoamérica, la mirada sesgada y eurocéntrica de casi todo los especialistas en el tema ha logrado tipificar a nuestros compatriotas latinos de pseudo-brigadistas o brigadistas en litigio, por el sólo hecho de provenir de Latinoamérica, o hablar español.

El caso cubano con más de 1200 voluntarios y el argentino con más de 1000 son el máximo exponente del vaciamiento que se hizo borrando de un plumazo el aporte de Sudamérica en el conflicto español. Sin olvidar los 400 mexicanos y cerca de 200 brasileños que también participaron junto a voluntarios chilenos, uruguayos, peruanos, ecuatorianos colombianos y puertorriqueños, entre otros.

Latinoamérica estuvo presente no sólo por sus lazos hispanos, sociales o culturales, sino por sus propias luchas llevadas a cabo en su tierra, y si es por eso, el caso argentino merece especial atención.

Los argentinos en la Guerra Civil Española

Argentina como país receptor de inmigración recibió de manera temprana las ideas socialistas a fines de siglo XIX. Numerosos hombres y mujeres cruzaban el Atlántico buscando un futuro, llevando su cultura, su familia pero también sus ideas. Una rápida lectura de dirigentes políticos y sindicales de izquierda de la primera mitad del siglo XX nos dará una idea del fenómeno. Así vemos que muchos son nacidos fuera del país pero con una larga y fecunda trayectoria en Argentina. Entre los socialistas podemos citar a Adolfo Dickman (Letonia), Jacinto Oddone (Italia), José Ingenieros (Italia), Joaquín Coca (España), Enrique del Valle Iberlucea (España), Ramiro Pérez Leiros (España). Entre los comunistas, Victorio Codovilla (Italia), Paulino González Alberdi (España), Emilio Troise (Uruguay). Anarquistas como Arthur Dupont (Francia), Jacobo Prince (Ucrania) y trostkistas como Robert Guinney (Australia). También luchadoras de género como Julieta Lantieri (Italia) y Alicia Moreau de Justo (Inglaterra).

Esta militancia primigenia dio origen a sindicatos de bases, partidos políticos y movimientos sociales que dieron lucha por los derechos de los trabajadores argentinos a principios del siglo XX. Aunque claro que esta situación se vio agravada por la represión y la crisis del 30. Llamada esta etapa por la bibliografía como “década infame” por el fraude electoral, yo le agregaría también la “hora de la espada”¹⁰ por el nivel de violencia política, represión, tortura y asesinatos vinculados a la militancia tanto partidaria como sindical. Este contexto ya

10. Discurso pronunciado por el escritor Leopoldo Lugones en el centenario de la batalla de Ayacucho el 9 de diciembre de 1924, ante el presidente y jefes militares de Argentina.

analizado en los dos libros anteriores¹¹, inicia una movilización y acción en el movimiento obrero como nunca antes, pero a lo que se le sumaría un factor determinante que era el antifascismo. Nuestros trabajadores influidos ya por el antifascismo italiano y lo que se avecinaba en Europa, ya tenían levantadas las banderas de combate contra la propia dictadura en Argentina y con lo que se veía del otro lado del Atlántico. Es así como la colectividad republicana de nuestro país ya estaba completamente organizada para 1931 con diferentes sedes en todo el país, lo mismo para los anarquistas catalanes.

Los socialistas organizados tanto como partido en 1896, como insertos dentro de la CGT sindical con una fuertísima dirigencia de primer nivel con altos puestos, aunque con una visión política nacionalista encerrada en el Río de la Plata, de hecho durante la guerra civil no estuvieron de acuerdo de enviar voluntarios para ayudar a la República Española.

Ni que hablar de los pioneros anarquistas argentinos que ya a fines de siglo recorrían el país desde el sur hasta el norte militando por la causa obrera, con la poderosa FORA, y la aparición de la FACA (Federación Anarco Comunista Argentina) apareciendo en 1935, para condensar el estilo español de tener agrupaciones separadas como la CNT y FAI. La inserción era casi total en 1910, sindicatos, gremios, obreros de diferentes actividades respondían al anarcosindicalismo y a las causas libertarias desde Sacco y Vanzetti hasta los presos de bragado.¹²

Pero el peso de los comunistas con su férrea organización daría un grupo sólido y sin grietas. El Partido Comunista Argentino se fundó rápidamente en 1918 y contaría con un trabajo calculado y milimétrico dentro de las filas obreras, es decir, un trabajo de base que justamente rendiría sus frutos en los años 30. Por otra parte, el compromiso y la capacitación de decenas de dirigentes comunistas en diferentes países, entre ellos la URSS, lograría crear un espacio y partido disciplinado. Este compromiso se vio reflejado en el reclutamiento de militantes y dirigentes para ser enviados a España. Por un lado dirigentes muy reconocidos en nuestro país que terminaron ocupando puestos en el Ejército o Brigadas Internacionales ya que no había lugar ni tiempo para más políticos, sino que los dirigentes en tiempos de guerra, debían dirigir dentro del Ejército.

11. Voluntarios de Argentina en la Guerra Civil Española (González et alii, 2008) y Voluntarios Judeoargentinos en la Guerra Civil Española (Boragina, 2016).

12. Se conoce con este nombre un ataque ocurrido en 1932 a un dirigente conservador, en donde se acusa a 5 militantes anarquistas y se los condena a muerte, al margen de una persecución general contra los libertarios. Las torturas y la arbitrariedad evidente de las acusaciones generaron un escándalo político y un fuerte movimiento social de apoyo a los presos y condena a los gobiernos involucrados. Los presos nunca habían participado del acto que lo había perpetrado un opositor conservador.

Así fue como importantes líderes argentinos del PCA participaron en la lucha antifascista: Benigno Mochkofsky, Roberto Jugman, José Belloqui, Salomón Elguer, Roberto Fierro Roberto en las Brigadas Internacionales, y Ángel Ortelli, Raquel Levenson y Juan J. Real -estos últimos pareja en España- en el Ejército Republicano. Fanny Edelman, José Manzanelli desarrollando labores políticas y de intendencia. El reclutamiento se produjo a través de varios dirigentes que organizaron el envío de militantes de manera clandestina y organizada llegando a una importante cantidad de ellos en España, más de un tercio de los 1000 eran comunistas.

Le siguen los militantes anarquistas de los cuales un pequeño grupo fue enviado por la FACA o la FORA rioplatense. Muchos otros, al no recibir el apoyo de las organizaciones madre, decidieron pagarse el pasaje y viajar por su cuenta a España para llevar adelante la Revolución social. Otro grupo ya estaba en España huyendo de la dictadura en Argentina o por cuestiones familiares. José Grunfel y Anita Piacenza, ambos dirigentes en la FAI y Mujeres Libres, Jacobo Maguid y Jacobo Prince escribiendo en la prensa anarquista y decenas de hombres combatiendo en Cataluña tanto en las milicias como Vicente Tomé, Tomás Zapatero, como en el futuro Ejército Republicano como Jazmín Ferrer, Petronilo Garuelo y Martín Gascón. También hubo anarquistas argentinos en las Brigadas Internacionales como Emilio Boroni, Ricardo Martín Álvarez o Jorge Testena. Numerosos argentinos, hombres y mujeres, socialistas, del Partido Obrero de Unificación Marxista, dieron su vida en España adhiriendo a la República Española, muchos de ellos muriendo en batalla o exiliándose al finalizar. Pero no estaban solos, del otro lado del charco había un movimiento solidario enorme, el segundo más importante de todo el mundo.¹³

En este contexto de represión, como dijimos, miles de argentinos formaron más de mil comités de la FOARE (Federación de Organismos de Ayuda a la República Española) la importante organización de ayuda del PCA a la República Española. En barrios, ciudades, pueblos, los comunistas organizados lograron cohesionar numerosas colectividades, y sociedades y clubes barriales para apoyar la causa democrática y la lucha antifascista. LA FACA y la Comisión Coordinadora de Ayuda a España de tendencia anarquista también hicieron un trabajo importante, junto a la JAMASER (Junta Médica de Ayuda Sanitaria a la España Republicana), la ARE (Amigos de la República Española) y otras decenas de organizaciones que potenciaron la ayuda entre el pueblo argentino.

13. En relación a sus habitantes Suecia fue el primero y Argentina el segundo país que más ayudó a la República y al pueblo español.

Que podemos decir de los vínculos casi carnales de los intelectuales argentinos con los poetas españoles. Qué hay de la amistad de Pablo Rojas Paz con Federico García Lorca, si se hospedaban mutuamente cuando ambos viajaban a España o Argentina. Que pasó con la Rosa Blindada entre Raúl González Tuñón y Miguel Hernández, compartiendo su amistad y también su militancia comunista. Cómo podemos describir un vínculo lo suficientemente estrecho y unido como para que un grupo de intelectuales anarquistas argentinos viajen a España y sean integrados rápidamente a la redacción de los principales diarios libertarios como Jacobo Maguid o Jacobo Prince¹⁴. Cualquiera que mueva un poco sus pies y manos encontrará decenas de páginas de historias y vínculos entre numerosos poetas e intelectuales argentinos y sus pares españoles, que sólo logran unir la confianza hacia la causa republicana y confirmar la relación cercana entre ellos.¹⁵

Necesitaríamos un artículo entero para hablar de los argentinos en este caso, y en verdad ni con dos libros he podido alcanzar a describir a los más de 1000 argentinos que participaron en la guerra civil, pero no quería dejar de pasar en alto el compromiso de nuestros compatriotas argentinos y latinoamericanos, oprimidos por las dictaduras que asolaron nuestro países, escondidos y olvidados por los autores eurocéntricos que llenaron páginas sobre las Brigadas Internacionales.

La lucha continua

En el año 2006 y 2008 realizamos junto a un grupo de colegas un documental “Esos mismos Hombres”¹⁶ y el primer libro sobre los voluntarios de Argentina en la Guerra Civil Española. En aquellos tiempos por el año 2000, había comenzado la investigación que estuvo atravesada por la correspondencia que mantuve con Gerold Gino Bauman –pionero en el estudio de los Latinoamericanos en la guerra civil española- y por la aparición de datos vinculados al archivo soviético RGASPI¹⁷. Pero lo que hizo la diferencia casi duplicando la cantidad de voluntarios a 540 fue haber desarrollado otra concepción y otra vertiente histórica llamada

14. Jacobo Prince dirigió el periódico de la CNT Solidaridad Obrera hasta el último día de la guerra. Maguid dirigió la publicación catalana Tierra y Libertad.

15. Para mayor información ver el texto de: Binns, Niall. Introducción, estudio y edición. Argentina y la guerra civil española. La voz de los intelectuales. Madrid, Calambur, 2012.

16. Fue estrenado el día 20 de julio de 2006 en el Teatro Colón de la ciudad de Mar del Plata, con la asistencia de más de 600 personas, a sala completa. En este video fue posible entrevistar a brigadistas argentinos y a militantes que participaron de la solidaridad desde nuestro país, coordinando una historia con un material fotográfico único sobre aquellos años de guerra.

17. Archivo Militar del Estado Ruso de Historia Social y Política.

“historia desde abajo”¹⁸. Este nuevo camino emprendido, razonado e historiado me permitió acceder a otro tipo de fuentes y archivos personales que de manera individual y muy trabajosamente pude acceder. A partir de ese momento, cerca del 2009, comencé a formar lo que hoy se llama AVAGCE (Archivo de voluntarios de Argentina en la guerra civil española) recopilando un fondo documental que me permite estandarizar la información y preservarla tanto físicamente como en su formato digital. Lo que ocurrió luego tiene que ver con el propio análisis que preveía ya en la primera publicación en el 2008 donde indicaba que la cantidad aproximada y razonable sería de 800 a 1000 voluntarios de Argentina. Efectivamente, sin tener los nombres en aquel momento, hoy puedo confirmar dicha cantidad de voluntarios de Argentina, pero con nombre y apellido, junto a su historia o ficha personal. En estos últimos años también, desarrollé una tarea de divulgación importante, publicando en diferentes países (Estados Unidos, Alemania, España, Gran Bretaña, México, Brasil, Argentina) artículos vinculados con este tema, aunque sin los resultados deseados, a tal punto que los cuadros de nacionalidades continúan sin incluir a los latinoamericanos o argentinos en particular.

Enhorabuena tener un Congreso que se ocupe de las repercusiones de la guerra civil en América Latina, aunque me siga preguntando cómo podemos contrarrestar el peso de los estudios europeos sin caer justamente en el abandono de nuestra tarea que es historiar sobre los Latinoamericanos en la guerra civil española y sus repercusiones. Justamente hago esta aclaración porque he dedicado más de 20 años en esta última tarea. Quizás por eso pueda ser “cabeza de lanza” -por decirlo de alguna manera- de comenzar la batalla desde el principio, que es abrir la puerta para que puedan pasar todos aquellos que estudiaron y trabajaron el caso Latinoamericano. Ya en aquellos años 2010 me llamaba la atención que a pesar de haber publicaciones sobre Latinoamericanos, no movían un ápice las cantidades de voluntarios en los cuadros de nacionalidades pero aún peor no modificaron sus concepciones vinculadas al concepto de ciudadanía o historia latinoamericana. Ahí tenemos un gran camino por recorrer.

18. Cuando me referiero a una perspectiva desde abajo rescato, como una -no la única- fuente de inspiración historiográfica a los historiadores marxistas británicos, en tanto aporte crítico, democrático y transdisciplinario, que pone de relieve las historias de los sectores no representados en la historiografía tradicional: las mujeres, los trabajadores, los campesinos, etc., e intenta relacionar de manera no mecánica los procesos económicos sociales con las instancias subjetivas de los individuos. Que amplía la perspectiva de lo establecido como importante para investigar al mismo tiempo que diseña- con las distintas líneas internas que se desarrollaron en el proceso, abordajes innovadores que redimensionan, por ejemplo, la historia oral. En especial las experiencias del History Workshop, de Raphael Samuel y su grupo; Samuel, Raphael (ed), *Historia Popular y Teoría Socialista*, Barcelona, Crítica/Grijalbo, 1984. La otra fuente de inspiración son todos los trabajos realizados por el norteamericano Howard Zinn sobre la Otra historia de EEUU (1980) y el documental *The people Speak* (2012).

En el año 2007, salió un nuevo libro de Paul Preston –el escritor inglés hispanista más conocido y vendido de la guerra civil española- “Idealistas Bajo las Balas”. En dicho texto se presentan a numerosos escritores y periodistas extranjeros que acudieron a la guerra civil para no sólo retratar lo que ocurría sino para alertar al mundo sobre el avance del fascismo. En este texto se presentan a la mayoría de extranjeros de origen angloparlante como una legión de honor que ocupó el primero lugar de importancia no sólo de la prensa mundial sino en España. Ahora bien, cuántos españoles conocían a Virginia Cowles, Josephine Herbst o Arthur Koestler? ¿Qué es lo que el autor nos está mostrando?

Dos años después en una de sus presentaciones, un colega le pregunta a P. Preston: ¿Por qué en esas historias de corresponsales o escritores no incluyó a ningún latinoamericano? La respuesta de Preston fue: “...sino lo incluí es porque no lo conozco y si no conozco a ningún latinoamericano es porque no fue importante...”.

Este pensamiento eurocéntrico –como el de la mayoría de escritores europeos- basado en la colonización y el imperialismo cultural reduce e infravalora a los voluntarios Latinoamericanos en todos los aspectos anteriormente explicados. No sólo eso, sino que tampoco se habla de la solidaridad latinoamericana que tanta ayuda económica y material envió a España. Tanto se habla del Winnipeg que llevó republicanos a Chile, pero no se dice que más de la mitad de los pasajes los pagó la FOARE Argentina (Carcedo, 2006: 101).

Nosotros los latinoamericanos tenemos dos luchas, la primera contra la bibliografía europea tanto de la guerra civil como de las Brigadas Internacionales, y la otra contra el olvido y el pasado histórico propio de cada país sudamericano que no pudo realzar lo suficiente estas historias que entrecruzan los dos continentes y culturas. Considero que en ese camino estamos y más aún con esta publicación llevada adelante por la Universidad de San Pablo en Brasil.

Referencias

- ÁLVAREZ, Santiago. *Historia Política y Militar de las Brigadas Internacionales*, Madrid, Compañía Literaria, 1996.
- BAUMMAN, Gino. *Los Voluntarios Latinoamericanos. En las BI, las milicias, la retaguardia y el ejército republicano*. San José de Costa Rica, Guayacán, 1997.
- BORAGINA J. (coordinador); Gonzalez L; Sommaro E.; Dorado G. *Voluntarios de Argentina en la Guerra Civil Española*. Centro cultural de la cooperación, Buenos Aires, 2008.

Jerónimo Boragina

- BORAGINA J. (coordinador); Sommaro E. *Voluntarios Judeoargentinos en la Guerra Civil Española*. Centro cultural de la cooperación, Buenos Aires, 2016.
- CARCEDO, Diego. *Neruda y el barco de la esperanza: La historia del salvamento de miles de exiliados españoles de la Guerra Civil*, Madrid, Historia Viva, 2006.
- CASTELLS, Andreu. *Las Brigadas Internacionales*, Barcelona, Ariel, 1974.
- DEVOTO, Fernando. *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- JEIFETS, Lazar. *La internacional comunista y América Latina, 1919-1943: Diccionario biográfico*, Moscú, Instituto de Latinoamérica de la Academia de Ciencias, 2004.
- LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires, Clacso, 1993.
- SIRACUSA, G. E. "Miguel Hernández y Raúl González Tuñón: Crónica de una amistad poética y militante", 'en medio de la tempestad' [en línea]. II Congreso Internacional de Literatura y Cultura Españolas Contemporáneas, La Plata, Diálogos Transatlánticos, 2011.
- SKOUTELSKY, Rémi, *Novedad en el Frente, Las Brigadas Internacionales en la Guerra Civil*, Madrid, Temas de Hoy, 2006.

Cerrando puertas: la postura del gobierno argentino frente al exilio político español y la movilización social pro-republicana en el período de entreguerras¹.

Lidia Bocanegra Barbecho

Durante el conflicto español, 1936-1939, el gobierno argentino estuvo bajo la presidencia conservadora de Agustín Pedro Justo (1932-1938) y Roberto Marcelino Ortiz (1938-1940) quienes, junto con el Comité Ejecutivo de turno, se resguardaron detrás de una posición de prescindencia con respecto al conflicto de España. Esta actitud contrastaba fuertemente con la opinión social argentina y la oposición política, quienes a grandes rasgos solicitaban el rechazo del Comité de No Intervención, ayuda material al gobierno de la República y, por último, acogida para los miles de refugiados republicanos ubicados en los campos de concentración franceses peninsulares y coloniales.

La población, con fuerte presencia de la colonia inmigrante española, aunque polarizada fue mayoritariamente pro-republicana; junto a ella estaban los grupos sindicales, gremiales y partidos políticos de la oposición quienes fueron apoyados por una intelectualidad periodística cuyas plumas incansablemente escribieron a favor del gobierno leal de la República. Tanto unos como otros formaban parte de la corriente cultural antifascista de la década de 1930 caracterizada por una defensa del sistema republicano, de la política inmigratoria no restrictiva y la exaltación de la U.R.S.S. como modelo de desarrollo social, etc².

La Cancillería Argentina, formada por conservadores, militares y oligárquicos terratenientes e industriales, fue muy proclive a mantenerse neutral con respecto al conflicto español en donde veía un auge de las ideas marxistas. De esta manera, la izquierda argentina, hija de la cultura-política inmigrante italiana y española como colonias mayoritarias, fue perseguida, clausurada y censurada ya durante los gobiernos predecesores de R.M. Ortiz, de

1. Este texto recopila una serie de investigaciones cuyos resultados ya han sido publicados previamente por la autora. Véase listado bibliográfico.

2. Para una mayor información acerca de la corriente cultural antifascista de la década de 1930 en Argentina véase Ricardo Pasolini (2004).

corte militar y fascista y amparados igualmente en el fraude electoral: generales Félix José Uriburu y Agustín P. Justo.

De la prescindencia, agosto 1936, se pasó rápidamente al reconocimiento *de jure* del gobierno franquista el 27 de febrero de 1939. Estudios al respecto remarcaban la importancia del rol desempeñado por Inglaterra en dicha toma de decisión al tratarse del primer cliente de Argentina y siendo, a su vez, el principal artífice del Comité de No Intervención. El mantener una buena relación con dicho País era esencial a fin de salvaguardar los beneficios económicos que Gran Bretaña comercialmente le ofrecía. Cabe destacarse que, al igual que la España franquista, el gobierno argentino solamente compartía el odio al comunismo pero a diferencia de él preferían el sistema parlamentario al autoritarismo de corte fascista, o sea: las dictaduras (Quijada, 1991:24-26, 35). Si bien había en el poder algunos partidarios de las ideas filo-nazi-fascistas, éstas quedaron relegadas a la periferia del poder por parte de Justo y Ortiz; sin embargo, fueron muy potentes en términos discursivos y en la esfera pública a través de órganos de prensa tales como *Bandera Argentina*, *Crisol*, *Fronza* y *Clarín*.

Ya fueran intereses económicos, matices ideológicos dentro del propio poder, así como la presión social con respecto a la causa republicana, lo cierto es que condicionaron la conducta del gobierno argentino con respecto al conflicto español, declarándose prescindente en un inicio y neutral, después. Se trató de una política proteccionista que descansaba en una posición neutralista no solamente con el conflicto español, sino también con la II Guerra Mundial y que determinó, indudablemente, sus actuaciones en política interna y externa³.

1. La sociedad responde: el socorro pro-republicano

Pese a declararse Argentina un Estado neutral, pese a inhibir los partidos y sindicatos de izquierda, la sociedad argentina, politizada o no, respondió desafiando al gobierno a través de las ayudas humanitarias pro-republicanas. Varios son los factores que condicionaron esa conducta: por un lado, la conexión cultural-sanguínea de la propia colonia inmigrante española, núcleo del movimiento solidario y numéricamente mayoritaria dentro de aquel mosaico

3. Estaban a favor de la neutralidad con respecto a la Segunda Guerra Mundial los sectores dirigentes tradicionales, núcleos pro-Eje en las Fuerzas Armadas, grupos civiles del nacionalismo católico, así como los nacionalistas populares (Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina -FORJA, Sabattini en la UCR). En contra se hallaban los conservadores reformistas, los socialistas, comunistas y la gran mayoría del radicalismo (Rapoport, 1995:9).

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

poblacional inmigratorio argentino; por otro lado, la propensión al asociacionismo de esa colonia la cual venía produciéndose desde la segunda mitad del siglo XIX y que dio lugar a la creación de clubes, centros regionales y casas de Socorros Mutuos, colaborando a estructurar aquel movimiento solidario. Unido a este factor, el asociacionismo obrero que dio lugar a la creación de diferentes sindicatos y gremios aglutinados a través de la Confederación General del Trabajo (CGT), ayudando a organizar y captar fondos para el auxilio pro-republicano. Destacamos nuevamente la influencia el exilio antifascista dentro de estas asociaciones gremiales y sindicales que, desde las décadas anteriores, intentaba introducir la cultura antifascista en la sociedad argentina. La tradición liberal y democrática colaboró también a ese posicionamiento pro-republicano, por ejemplo destacamos la hegemonía del Partido Radical antes del periodo del fraude electoral y la propia tradición republicana española. Cada uno de estos factores modelaron una sociedad argentina haciéndola muy receptiva al conflicto español y posicionándola a favor del Gobierno legal de la República (Bocanegra, 2008/2:46-47).



Miembros del Centro Republicano Español de Mar del Plata, Provincia de Buenos aires, 1936 aprox. Fuente: Archivo del Centro Republicano de Mar del Plata, sin catalogar.

Referente al socorro internacional a la causa republicana, estudios al respecto destacan a Argentina como el segundo país que mayormente colaboró con las ayudas humanitarias después de México (Currea-Lugo, 2004:12-13). Otros van más allá afirmando que se trató del País que más ayudas aportó considerándose el monto del dinero recaudado con los habitantes de la Nación; las evidencias

que lo demuestran van desde los niveles de participación en los actos públicos (manifestaciones en el Luna Park, por ejemplo), las listas y las características de las donaciones (participaron desde gente muy humilde a personas adineradas), la presión que el sentimiento pro-republicano impuso a la política oficial del gobierno hacia el conflicto español, así como los testimonios de la época son factores que explicarían la magnitud de esas ayudas (Quijada, 1991:17). Ya sea la dimensión del movimiento de solidaridad, así como los debates que en torno a él se originaron a través de los partidos políticos y en la prensa contemporánea, están directamente relacionados con el fuerte impacto que supuso el conflicto español en toda la sociedad Argentina. Estudios más o menos recientes han señalado que la influencia de la Guerra Civil española no fue una cuestión coyuntural limitada a los años del conflicto en sí, sino que tuvo una influencia perdurable de largo alcance dando lugar a comportamientos políticos en el ámbito social argentino. Los actos callejeros, las colectas, las festividades (bailes, representaciones teatrales), las reuniones campestres (*picnics*, asados) organizados para recaudar fondos fueron a su vez espacios en los que los debates de la política interna se mezclaban con los del conflicto español. Se trató de espacios públicos en donde se reunían las bases del pueblo aglutinados por el movimiento de solidaridad, gestándose una identidad política e ideológica compartida. De hecho, las clases medias que se manifestaron en los albores del peronismo, demócratas, liberales e izquierdistas, quienes se habían movilizado durante los años de la guerra española, habían cimentado su identidad política a través y, en parte, a su experiencia en los comités de ayuda a la República española (Montenegro, 2002:8, 70, 246).

El auxilio pro-republicano revistió diversas formas de expresión: aporte material en dinero o en especies; envío de voluntarios, españoles naturalizados o hispano-argentinos incorporados en las Brigadas Internacionales o en el ejército republicano; y por último, apoyo propagandístico orientado a estimular las corrientes de opinión a favor de la causa republicana y así incrementar las ayudas mediante nuevos adeptos a la causa. La prensa jugó un rol fundamental ya que no solamente incitaba a la cooperación mediante la vía propagandística de los comités de ayuda, sino que a través de la misma la persona o entidad colaboradora podía informarse acerca de cómo estaban siendo gestionadas esas ayudas generando mayor confianza en el auxilio, lo que favorecía la continuación de esos ingresos que fueron *in crescendo*. Un ejemplo lo tenemos en el propio semanario del Centro Republicano Español de Buenos Aires, *España Republicana*, cuya función básica para el año 1939 fue la de mantener informado a todos los adherentes de la causa acerca de cómo estaban siendo gestionadas esas ayudas; procurar información acerca de cómo se iba organizando la evacuación de los

refugiados españoles ubicados en Francia; y por último, la de continuar recogiendo dinero (inscripciones de socios...) para hacer frente a dichas ayudas humanitarias. Este método de publicitar el manejo del capital disponible se observa como una tónica común en los centros y organizaciones argentinas afines a la causa republicana.

Durante los primeros meses de la guerra el dinero en efectivo se envió mediante valija diplomática, así como los trasposos o talones a nombres de bancos ubicados en Valencia. A partir de mediados de 1937 los envíos de ese carácter se hicieron al Banco Exterior de España con sede en París, en donde el gobierno de la República había abierto una cuenta especial para canalizar las donaciones provenientes del extranjero. Referente a los envíos en especie, inicialmente también se hicieron directamente en España pero las dificultades de acceso a los puertos hicieron que se desviarán a Marsella a través de la casa consignataria Ginesta y Cía, seleccionada por indicación del Gobierno de la República desde donde eran remitidos a territorio republicano (Quijada, 1991:137).

La ayuda humanitaria argentina, activa ya desde el inicio de la guerra, fue canalizándose rápidamente a través de la creación de centenares de organismos de base a lo largo de toda la geografía nacional bajo nombres diversos tales como: Comités de Ayuda al Pueblo Español, Comités Populares de Amigos de España, Juntas Pro Socorro y Reconstrucción de España, Comités de Ayuda a España Leal, etc. Eran organizaciones muy sencillas ubicadas la mayoría de las veces en locales, habitaciones o casas cedidas, en donde empezaban a circular listas de subscripciones y en donde firmaban los diferentes donantes. Éstos donantes contribuían con dinero, paquetes de ropa y víveres, sacos de grano y harina, medicamentos, mantas, jabón, etc. La junta directiva de estos comités sufrieron las mismas divergencias políticas entre anarquistas, comunistas y la derecha liberal que en el seno del Gobierno Republicano; sin embargo, todos ellos compartían un objetivo común: centralizar la ayuda humanitaria con el fin de hacerla más efectiva a tenor de los sucesos acaecidos en España. De esta manera, hacia 1937 estos comités de ayuda se fueron decantando hacia una consolidación de dos grupos mayoritarios bajo control anarquista y comunista (Bocanegra, 2012:278-279); y un tercer grupo de republicanos moderados directamente vinculados a la Embajada. Así, en 1939 se afianzan los siguientes tres grupos hegemónicos: Federación de Organismos de Ayuda a los República Española (FOARE), creada en septiembre de 1937 bajo control del Partido Comunista Argentino (PCA); la Comisión Coordinadora de Ayuda a España en la Argentina, conocida como la "Coordinadora", fundada en marzo de 1938 por el sector anarquista y sindicalista; y la Agrupación de Amigos de la República Española (ARE), fundada en agosto de 1936 por el Centro Republicano Español de Buenos

Aires. Todas ellas contaban con centenares de filiales y comités ubicados por todo el País. El éxito de las donaciones y participación ciudadana con estos grupos radicó no tanto en la ideología política de los mismos, sino simplemente en principios humanitarios: en aquel contexto había una neta línea divisoria entre aquellos quienes dirigían los comités de ayuda, muy politizados, y aquellos quienes conformaban la base de esa solidaridad: la población.

Hacia el final Guerra Civil española, aquellas ayudas destinadas a socorrer la población civil y ejército republicano cambiaron de dirección centrándose en auxiliar lo que quedaba del ejército republicano pero, especialmente, a los exiliados republicanos. Así pues, durante ese período y justo después de la finalización del conflicto, en abril de 1939, la ayuda humanitaria pro-argentina se sostuvo a partir de dos principios básicos: el conocimiento de las carencias tanto económicas como materiales de los exiliados españoles ubicados en los diferentes campos de concentración en Francia y colonias en el Norte de África; así como el conocimiento de la represión franquista con respecto a los vencidos, no siendo factible una repatriación de los exiliados a España y sí un traslado de los mismos en tierras americanas (Bocanegra, 2008:2). La población argentina consumía estas informaciones sobre todo a través de la prensa nacional y local, quienes voceaban sin descanso el éxodo y la situación de los refugiados españoles haciendo efectivas esas ayudas y colaborando a generar una cultura de la movilización en clave de compromiso político. Por ejemplo, un artículo titulado “Condiciones en que se vive en los campos de concentración en Francia. Revelaciones de un refugiado”, trata del testimonio de un refugiado ubicado en el campo de Gurs en una carta enviada a Buenos Aires:

“En este campo existen un gran número de nuestros gloriosos mutilados e inválidos de guerra, cuyo estado requiere siempre un cuidado más especial por estar todavía sus heridas en cura; pero la falta de vendas, gasas, algodón, etc., empeora su situación. Enfermos del pulmón, de venéreo, etc., enfermedades que precisan un asilamiento del personal no afectado y un tratamiento adecuado, se hallan completamente abandonados, durmiendo y comiendo juntos, siendo a la vez un foco de infección y viendo como su organismo es minado por la enfermedad sin que nada puedan hacer ellos para evitar el desenlace”⁴.

1.1. Confederación General del Trabajo (CGT)

Desde el inicio de la guerra civil la causa de la República española fue símbolo de la causa obrera. Los obreros argentinos estaban repartidos en dos centrales

4. “Condiciones en que se vive en los campos de concentración en Francia. Revelaciones de un refugiado”, *España Republicana*, Buenos Aires, 08 de julio, 1939, 8.

sindicales: Confederación General del Trabajo (CGT) Independencia y CGT Catamarca. Tanto la una como la otra apoyarían a la España republicana. La CGT Independencia estaba dominada por socialistas y comunistas; mientras que la CGT Catamarca era de tendencia sindicalista y anarquista. Con el fin de agilizar las ayudas, ambas confederaciones de la CGT enviarían periódicamente circulares a todos los sindicatos que la integraban. Una de esas circulares, fechada en enero de 1939, formulaba una serie de indicaciones a sus afiliados destacándose la de realizar “una intensa propaganda entre sus asociados con objeto de que los mismos circunscriban sus actividades de ayuda a España en torno de las Comisiones Auxiliares Internas”, añadiendo: “que debe tenerse como obligación moral ineludible para los trabajadores agrupados en la Confederación General del Trabajo la suscripción al medio jornal solicitado”⁵. En agosto de 1939, ante la grave situación en la que se encontraban los trabajadores españoles refugiados en Francia, la CGT giró a la Federación Sindical Internacional de París la suma de 35.000 pesos argentinos⁶.

Los conflictos locales entre las distintas agrupaciones obreras, así como el influjo de los enfrentamientos de la España republicana entre elementos vinculados a la Unión Soviética y otras formaciones de izquierda, acentuaron la brecha abierta dentro del sector pro-republicano cuyas prácticas, manifiestas a través del movimiento de solidaridad, se fueron agrupando tras la dirección del sector comunista y anarquista. Así pues, en marzo de 1938 el sector anarquista funda la Comisión Coordinadora de Ayuda a España en la Argentina, actuando con independencia de la FOARE, de orientación comunista.

1.2. Federación de Organismos de Ayuda a los República Española (FOARE)

En 1939, la FOARE cambió de nombre en respuesta a la adaptación de las ayudas humanitarias al nuevo decreto, de fecha de 30 de mayo de 1939, promulgado por el presidente Roberto M. Ortiz. Este Decreto estipulaba la prohibición de las asociaciones extranjeras, con el objetivo de que no se radicalizara en el país ningún foco social-comunista entre una población mayoritariamente inmigrante europea. A partir de entonces pasó a denominarse: Federación de Organismos de Ayuda a los Republicanos Españoles (igualmente FOARE).

5. “La Confederación General del Trabajo y la Ayuda a España Leal”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 20 de enero, 1939, 3.

6. “Con destino a los refugiados españoles giró una importante suma la Confederación General del Trabajo”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 9 de agosto, 1939.

Este organismo, junto con el SERE (Servicio de Emigración de los Republicanos Españoles) y lo cuáqueros ingleses, fueron quienes financiaron y seleccionaron mano de obra cualificada e intelectuales de entre los millares de refugiados ubicados en Francia con destino a Chile. A mediados de 1939, la FOARE inició una campaña bajo el lema “Españoles a Chile!” en donde se acordó abonar 25 pesos por cada refugiado admitido en las listas elaboradas por Pablo Neruda y el SERE y que cada pariente argentino debía pagar por el mismo⁷. Dentro de esta campaña tuvo un papel fundamental la Comisión Argentina de Socorro a las Víctimas de España (CASVE) bonaerense, adherida a la FOARE. Tomando la consigna de enviar: “¡1000 refugiados a Chile durante el mes de Abril!”, con un cálculo aproximado de 100.000 pesos para poder fletar un barco, la FOARE inició una importante acción mediática para llevar a cabo dicho objetivo no solamente a través del órgano de prensa afín: *La Nueva España*, sino también a través de la prensa local como por ejemplo el periódico socialista, *El Trabajo*, de Mar del Plata. Tal importancia recobró esta idea que la federación abrió en su misma sede una Oficina de Informe sobre los Refugiados en combinación con el Comité Internacional de Coordinación y de Información para la Ayuda a la España Republicana (CICIAER)⁸, organismo este último creado por el gobierno de la República el 13 de agosto de 1936 con sede en París y destinado a la coordinación de los esfuerzos a favor de la España republicana a escala internacional. Colaboraba con la FOARE el Comité Argentino de Mujeres pro Huérfanos Españoles, quien le entregó en el mes de marzo de 1939 la cantidad de 3.000 pesos argentinos. Este Comité fue una de las organizaciones que más colaboró en auxiliar a los refugiados infantiles destinados a Chile, asistiendo a la creación de una colonia en dicho País para los 130 niños españoles que viajarían a bordo del *Winnipeg*⁹. Asimismo, durante los meses de noviembre y diciembre este Comité agilizó una campaña de ayuda a los todavía 20.000 niños republicanos que se encontraban ubicados en los campos de concentración de *Saint Cyprien* y *Argelés* donde, decía: “deben dormir sobre la arena húmeda, con una alimentación harto precaria, sin ropas de abrigo, ni colchones. La asistencia médica no existe. Falta la leche, el pan, los alimentos más indispensables”¹⁰.

7. “Mil españoles refugiados en Francia serán trasladados a Chile”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 8 de junio, 1939.

8. “Una campaña a favor de los españoles refugiados en Francia”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 10 de abril, 1939.

9. “El Comité Argentino de Mujeres Pro Huérfanos españoles sostendrá una colonia de niños en Chile”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 24 de junio, 1939.

10. “Piden ayuda urgente para 20.000 niños españoles refugiados en Francia”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 22 de diciembre, 1939.

A medida que el gobierno de la República iba sufriendo derrota tras derrota, algunas organizaciones de ayuda humanitaria argentinas se fueron disolviendo, tal es el caso de la Junta Argentina de Médicos pro Ayuda Sanitaria a España Republicana (JAMASER), creada en 1937 y adherida a la FOARE. Según la junta ejecutiva de este organismo, los motivos de la disolución se debían al considerar que todos los esfuerzos a la España Republicana debían orientarse a socorrer a los refugiados, ya que la existencia de la JAMASER podría gravitar la economía recaudatoria a la par de crear dificultades a la acción común de los demás organismos de auxilio. El saldo de la ayuda humanitaria con el que contaba la Junta en el momento de disolver la organización fue el envío a la España republicana de 38 ambulancias, 2 hospitales móviles, numeroso instrumental quirúrgico y medicinas, todo ello valorado en unos 226.629,45 pesos¹¹. Todos los aportes materiales de la JAMASER eran enviados a través de la Central Sanitaria Internacional, con sede en París, la cual se encargaba de centralizar toda la ayuda sanitaria a España trabajando en estrecha colaboración con la Jefatura de Sanidad del Ejército Republicano.

Como tantas otras organizaciones, la JAMASER contaba con una Comisión Femenina integrada por Dalila de Vergara, entre otras, quien encabezó una campaña de ayuda a los niños españoles en el mes de diciembre de 1938, siendo continuada durante los primeros meses de 1939¹².

1.3. Comisión Coordinadora de Ayuda a España en la Argentina (Coordinadora)

Colaboraron estrechamente con la Coordinadora la filial argentina de la Solidaridad Internacional Antifascista (SIA), fundada en España en mayo de 1937 por la CNT-FAI y las Juventudes Libertarias; la Federación Anarco-Comunista Argentina (FACA) y su Comité Sindical de Ayuda al Proletariado Español; así como la Federación Obrera de la República Argentina (FORA). Todas ellas estaban vinculadas con la organización sindical anarquista española: CNT-FAI.

Hacia el final de la guerra civil, la Coordinadora donó una importante cantidad de dinero en efectivo para que éste fuera destinado a los campos de concentración franceses; por ejemplo, en el mes de mayo de 1939 giró la cantidad de 200.000 francos franceses¹³. Asimismo, durante ese período la filial argentina de la SIA creó en Buenos Aires la Comisión de Ayuda a los Exiliados Antifascistas. A finales

11. "Se disolvió un organismo creado para ayudar a los Republicanos españoles", *El Trabajo*, Mar del Plata, 23 de junio, 1939.

12. "Por los niños españoles", *España Republicana*, Buenos Aires, 7 de enero, 1939, 6.

13. "La ayuda argentina a los refugiados españoles", *El Trabajo*, Mar del Plata, 12 de mayo, 1939.

del mes de junio de 1939, esta Comisión inauguraría un servicio de envío de paquetes estándar de varios tipos, semejantes a los que ya estaba organizando la FOARE, los cuales eran enviados semanalmente a París vía aérea. Allí la filial francesa hacía la respectiva distribución a los destinatarios de los campos y refugios, haciéndose cargo de los posibles extravíos. Los paquetes eran de cuatro tipos: “Paquete A, conteniendo lo preciso para la higiene, tabaco, etc., al precio de tres pesos cincuenta centavos; Paquete A-B, con el contenido del A, mas ropa, al precio de siete pesos; Paquete combinado A-B-C, más todo lo necesario para las mujeres y los niños, al precio de pesos siete”¹⁴.

Otra de las organizaciones que actuaba en colaboración con la Coordinadora fue la Comisión Argentina pro Niño Español (CANE). En febrero de 1939 esta Comisión inició las gestiones para facilitar el traslado de 200 niños españoles en Argentina. La idea era ubicarlos primeramente en Francia, instalándolos en colonias-escuelas, para su posterior traslado en territorio argentino. La iniciativa de auxiliar y asilar a los niños españoles partió del senador socialista Alfredo L. Palacios con quien colaboró el diputado radical, José Peco. Ambos acordaron un “plan tendiente a prestar efectivo amparo [...] a los niños que en España han quedado sin padres ni hogar”¹⁵. Pronto se sumaron a esta causa, entrando a formar parte del comité de la CANE, personalidades destacadas como el Premio Nobel de la Paz en 1936, el doctor Carlos Saavedra Lamas; Ramón J. Cárcano, embajador argentino en Francia, etc. Esta Comisión elevó una nota firmada por estas personalidades al presidente Ortiz, en donde se solicitaba asilo a los huérfanos españoles para ser entregados a familias argentinas que reclamaran su adopción. Pedía, asimismo, el permiso de entrada a los refugiados españoles comprendidos en las siguientes categorías: primero los niños desamparados; segundo los ciudadanos españoles con familia en la Argentina; tercero los trabajadores del campo; y cuarto los intelectuales, hombres de ciencia y artistas. En dicha nota la CANE manifestaba el compromiso en otorgar “tierras y elementos de labranza y granja a los niños españoles que pudieran ser traídos”; la formación de las granjas-escuelas y la obligatoriedad de asistencia a las mismas correría a cargo de la propia Comisión y de las organizaciones afines¹⁶. Sin embargo, a pesar de todas estas facilidades, el gobierno no secundó la iniciativa amparándose en un discurso proteccionista con respecto a los refugiados a quienes consideraba “elementos indeseables”, como veremos más adelante.

14. “Viveres y ropas para los exiliados en Francia”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 27 de junio, 1939.

15. “Gestionará el Senador Palacios medidas a favor de los huérfanos españoles”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 16 de febrero, 1939.

16. “Se solicita al Ministro Taboada autorización para traer al País un contingente de niños españoles”, *España Republicana*, Buenos Aires, 25 de marzo, 1939.

A pesar de todo, y con posterioridad a la guerra civil, la CANE conseguiría fundar en la ciudad francesa de Lyon un Hogar Argentino del Niño Español Refugiado que, a partir de mayo de 1939, atendió a centenares de niños evacuados de la zona ocupada y que se mantendría durante algunos años bajo la dirección de Facundo Roca (Quijada, 1991:149).

1.4. Agrupación de Amigos de la República Española (ARE)

El Centro Republicano Español de Buenos Aires (CRE) fue una de las más viejas entidades de raigambre republicana. Gracias a su red de filiales por todo el País pudo llevar a cabo una fuerte campaña solidaria con respecto a la República española. El 25 de agosto de 1936, por iniciativa del Centro se creó la Agrupación de Amigos de la República Española (ARE), cuyo propósito fundamental era la de encauzar la voluntad de apoyo la República entre los españoles de Argentina. Igualmente, pretendía ser reconocida como la única organización de apoyo a los refugiados. Esta pretensión de exclusividad solidaria respondía a una política de actuación adoptada por el Centro en donde se intentaba prescindir de la política fomentando, por otro lado, las operaciones de socorro. De esta manera, tanto la FOARE como la Coordinadora, comunista y anarquista respectivamente, eran vistos por el Centro como organismos con una fuerte coloración política local que comprometía la prescindencia ideológica que debían respetar según las leyes argentinas, pues a su juicio colocaban la campaña solidaria en un espacio conflictivo a la vez que la inhibían (Schwarzstein, 2001:107). De esta manera, el CRE se convirtió en el núcleo del sector gubernista moderado, con el apoyo velado de la embajada, muy celoso de no ingerirse en política local y cauto en los extremismos ideológicos. Así pues, en respuesta al decreto promulgado por el Presidente Ortiz acerca de la prohibición de las asociaciones extranjeras, en agosto de 1939 y con el objetivo de evitar que la obra solidaria de la Agrupación pudiera ser considerada como una actividad política, la ARE cambió de nombre pasándose a llamar a partir de entonces: *Fraternidad Española*¹⁷.

Justo antes que finalizara el conflicto español, la ayuda se orientó en socorrer a los exiliados ubicados en los campos de concentración franceses con el objetivo de paliar las necesidades básicas de los mismos, así como en el intento de evacuar a esos refugiados hacia tierras americanas: concretamente hacia México, Chile y República Dominicana. Así pues, el Centro Republicano Español a través de la ARE giró semanalmente la cantidad de 10.000 pesos argentinos a su representante del Comité de Ayuda al Refugiado en Marsella¹⁸:

17. "Fraternidad Española", *España Republicana*, Buenos Aires, 19 de agosto, 1939, 10.

18. "Por los refugiados en Francia", *España Republicana*, Mar del Plata, 4 de marzo, 1939.

Lidia Bocanegra Barbecho

“Se realizó el primer giro el día 17 de febrero y por él se pusieron a la orden de nuestros delegados 86.655.11 francos. El segundo giro se realizó el día 24 de febrero y por él llegaron a Marsella 86.730.- francos y el día 3 de marzo se efectuó el tercer giro, equivalente a 86.580.- francos (...)”¹⁹.



Propaganda publicada por el semanario del Centro Republicano Español de Buenos Aires a favor de los exiliados republicanos.

Fuente: *España Republicana*, Buenos Aires, 27 de mayo de 1939, 8.

Durante los meses de septiembre y octubre de 1939, Fraternidad Española había remitido al SERE ciento ochenta y un expedientes de evacuación de refugiados a América, resolviéndose de todos estos ciento cincuenta y uno. El SERE había conseguido subvencionar el pasaje a cuarenta y seis de esos ciento cincuenta y un expedientes²⁰.

Dentro del Centro Republicano Español, a modo de filial del mismo se creó la Agrupación Juvenil Republicana (JAR) con sede en la misma secretaría del Centro. Se trató de una asociación cuyos adherentes eran jóvenes republicanos los cuales organizaron actos culturales y artísticos, cuyos fondos eran remitidos a la ARE con destino a la España republicana²¹. A parte de las filiales que tuvo el Centro Republicano Español en casi todo el País, también contaba con el apoyo de los centros regionales bonaerenses tales como el Casal Català. En 1939 su presidente, Jaime Llauró, estableció lazos solidarios con el Centro Republicano y con el presidente de éste, Miguel Servera, para formalizar las ayudas destinadas a los exiliados.

19. “La ayuda a los españoles refugiados en Francia”, *España Republicana*, Buenos Aires, 11 de marzo, 1939, 6.

20. “Fraternidad Española. Porqué nos esforzamos en mantener la ayuda a los refugiados”, *España Republicana*, Buenos Aires, 4 de noviembre, 1939, 10.

21. “J.A.R. Agrupación juvenil republicana”, *España Republicana*, Buenos Aires, 25 de marzo, 1939.

2. El gobierno argentino se protege: la política inmigratoria restrictiva

Desde el inicio mismo de la Primera Guerra Mundial y en las décadas sucesivas, los distintos gobiernos democráticos, militares y conservadores argentinos a través de la vía administrativa fueron cerrando sus fronteras a una migración transoceánica que, cada vez más, encuadraba al inmigrante dentro de una amenaza social revolucionaria. Ésta nueva inmigración se iba despegando de aquella vieja figura del inmigrante económico agricultor, para ir dejando paso a uno nuevo: politizado y más vinculado al sector servicios e industrial. El hermetismo fronterizo tuvo una relación directamente proporcional a la crisis económica del momento, de tal manera que en etapas de relativa calma económica esas vías administrativas se iban relajando permitiéndose la entrada al País a los inmigrantes en función de la arbitrariedad de los funcionarios. Por el contrario, en época de crisis económica y social (auge del marxismo, *crack* de 1929...), se decretaban una serie de medidas restrictivas con el fin de obstaculizar la entrada de inmigrantes, tales como: obtener certificados policiales o judiciales, ampliar las categorías excluibles por razones médicas o sociales, poseer un contrato de trabajo, etc. Asimismo, se daba instrucciones al personal consular, con amenazas veladas inclusive, para que acentuasen la rigidez de los controles en la gestión de expedientes y disuadieran toda migración que se dirigiese a las ciudades (Devoto, 2001:282-283).

Hacia mediados de la década de 1930 empezó a acentuarse la figura del refugiado como consecuencia de los conflictos desencadenados en Europa. Por otro lado, los conflictos ideológicos entre fascistas y antifascistas en el plano internacional se hicieron cada vez más influyentes en el debate político argentino, causando en la cúpula dirigente conservadora un temor hacia la amenaza que supondría la entrada al País de elementos subversivos: los refugiados políticos. A este recelo se añadió el problema de controlar las enormes fronteras terrestres, lo que había causado la entrada al País de inmigrantes ilegales provenientes de países limítrofes. Consecuencia de todo esto fue el incentivar todavía más el hermetismo fronterizo mediante decretos, argumentados con discursos proteccionistas. El Gobierno afirmaba que el refugiado “no podía ser considerado un inmigrante ya que la venida era una decisión forzada de la persona y no voluntaria (...) ello limitaba su capacidad productiva y su voluntad de integración en el nuevo país” (Devoto, 2001:287-288). Asimismo, basándose en el hecho de que los refugiados provenían en su mayoría del ámbito urbano, con profesiones del sector terciario, iba en contra de las premisas básicas que la Ley de Inmigración y Colonización de 1876 demandaba al inmigrante: ser agricultor y proveniente de las áreas rurales. Sin embargo, paralelo a este discurso oficial había otro

oficialista en donde las restricciones en materia migratoria tenían su origen no ya en las causas económicas, sino primordialmente en razones políticas: “el temor a recibir refugiados cuyos gobiernos los acusaban de izquierdistas y enemigos del orden establecido” (Spitta, 1989:22).

Es en este escenario cuando el gobierno del Presidente A. P. Justo promulgó un decreto en 1936 con el objetivo de prohibir “la entrada al país a toda persona que constituyera un peligro para la salud física y moral de la población, o conspirara contra la estabilidad de las instituciones creadas por la Constitución nacional” (Schwarzstein: 2001a:47). Este decreto disponía nuevos mecanismos de control y fiscalización: se ampliaba la vigilancia en todos los medios de transporte, incluido el avión, y a todas las clases de pasajes dándose plenas competencias al Ministerio del Interior, a la policía y en especial a la División del orden social (policía política), para ejercer ese control. Asimismo, se exigía la realización de fichas del inmigrante que incluyera no solamente una fotografía, sino también un registro dactiloscópico. Dos años más tarde, bajo la presidencia de R. M. Ortiz, en julio de 1938 se promulga un nuevo decreto caracterizado no tanto por su naturaleza restrictiva, sino por representar el mayor esfuerzo del Gobierno argentino por reducir al mínimo la inmigración a través de mecanismos administrativos, según estudios al respecto. La característica principal de este nuevo decreto fue la inclusión de un Permiso de Desembarco, además de la aportación de toda una serie de documentación legalmente requerida: pasaporte; certificado médico; informe del Consulado en el que constara las motivaciones del viaje, nacionalidad, ocupación tiempo de permanencia, medios de vida del interesado, etc. El Permiso de Desembarco debía ser solicitado desde Europa a través de los consulados argentinos, el cual era concedido por la Dirección de Migraciones de Buenos Aires previo asesoramiento de un Comité Consultivo formado, éste último, por funcionarios de los ministerios del Interior, Relaciones Exteriores y Culto y Agricultura. Dicho de otro modo: este nuevo decreto dejaba a total discreción al Comité Consultivo quien podía ingresar y quien no (Devoto, 2001:288-289).

Quienes entraban en calidad de Turista no tenían que presentar el Permiso de Desembarco y todo el expediente asociado al mismo, solamente debían solicitar en los consulados argentinos un Certificado de Turismo. Cuando ingresaban tenían que depositar la documentación personal en la Dirección de Inmigraciones, la cual era devuelta en un plazo no mayor de tres meses: período máximo de permanencia como turista. A partir de entonces, una significativa presencia de españoles y judíos habían empezado a ingresar en condición de turistas como consecuencia de la guerra misma y persecuciones varias.

Paralelo al discurso proteccionista, había otro de connotaciones racistas cuyos matices se dejaban ver en las interpelaciones parlamentarias. El gobierno conservador de A.P. Justo utilizaba un lenguaje racista para referirse al nuevo extranjero: el refugiado por causas políticas y raciales; decía: “estamos en verdad, privados de los elementos más útiles y más cercanos y amenazados de ser el receptáculo de lo que “expele” Europa” (Schwarzstein 2001b:253). Mismo lenguaje utilizaría los ministros de Relaciones Exteriores y Culto y Agricultura: José María Cantilo y José Padilla, respectivamente, quienes fueron los que más trabajaron en intentar rechazar por todos los medios ese tipo de inmigración; argumentaban:

“La inmigración trabajadora es la que ha hecho la grandeza del país, no es el político ni el refugiado, ni el perseguido ni el expulsado, sino el inmigrante italiano, el inmigrante español, el vasco francés y el vasco español, que venían en otra época y no llegan ahora (...) tendrían una limitada capacidad productiva así como una escasa voluntad de integración” (Schwarzstein 2001a:49).

Con este escenario proteccionista y muy impermeable, el Gobierno argentino no otorgó el estatus de inmigrantes a esos refugiados argumentando que: “el indeseable, el expulsado, el refugiado político, el refugiado racial que huye de Alemania, Austria, de Italia, de España, no es un inmigrante” (Schwarzstein 2001b:253). Así pues, al republicano español se le tildó de “indeseable” con respecto a los “deseables” caracterizados, éstos últimos, por los inmigrantes económicos de finales del siglo XIX e inicios del siglo XX. No sería hasta 1948 cuando Argentina reconocería el estatus de refugiado a los republicanos españoles y judíos; con anterioridad a esa fecha, exceptuando casos muy particulares, los refugiados españoles no recibieron asilo político por parte del Gobierno argentino. Estos refugiados ingresaron en el País mediante Pasaportes Nansen o bien con pasaportes emitidos por el Gobierno Republicano. El primero se trataba de un Certificado internacional de identificación para personas desplazadas y era emitido por la *High Commission for Refugees*, organización creada por la Liga de las Naciones en 1921. Referente a los pasaportes emitidos por el Gobierno de la República, no eran aceptados por Argentina ya que se trataba de un gobierno no reconocido por las autoridades nacionales. Una de las exigencias del gobierno argentino para admitir a los españoles era que sus pasaportes fueran visados por el gobierno franquista, a sabiendas de que eso era prácticamente imposible ya que éste negaba la visa a los así despectivamente llamados “rojos”.

La opinión democrática y liberal argentina representados por la oposición política (socialistas y radicales), así como intelectuales pro-republicanos, ayudados por la prensa afín unificaron sus esfuerzos para atacar al Gobierno en relación a las políticas migratorias. Ya en 1938 las izquierdas democráticas argentinas se

movilizaron enfrentándose contra el Poder Ejecutivo para que reabriera las fronteras. El 28 de noviembre de ese mismo año, en el Luna Park se celebró una asamblea ofrecida por la Liga Argentina por los Derechos del Hombre votándose la siguiente resolución: “Bregar por la derogación de las medidas restrictivas de la inmigración y del derecho de asilo, de manera que el país cobije a todos los perseguidos que deseen colocarse al amparo de sus instituciones”²². Durante el año 1939 hubo una serie de interpelaciones parlamentarias por diputados del Partido Socialista Argentino y Unión Cívica Radical con respecto a las restricciones migratorias. Por ejemplo, Juan A. Solari, del bloque socialista, presentó ante la Cámara de los Diputados un proyecto de Ley en donde se quería incorporar a los refugiados como inmigrantes “deseables”, autorizándose la entrada al País a toda “persona extranjera que desee trabajar la tierra o ejercer en nuestro país una industria, oficio, profesión, comercio o arte, útiles y lícitos”. El proyecto de Ley excluía no tan solo a los enfermos sino también a “aristas teatrales, profesores, conferencistas, obreros, y empleados adiestrados o especializados en algún arte o industria nueva no establecida o desarrollada suficientemente en el país”²³. Si bien el Partido Socialista intentaba suavizar el Proyecto de Ley, adaptándolo lo máximo posible a aquel hermetismo migratorio, nunca fue considerado por el Gobierno. Éste se justificó argumentando que si bien los decretos de julio de 1938 parecían contrariar la Ley de Inmigración de 1866, estos se debían a un deseo de defender los trabajadores argentinos de toda competencia y de atraer a una población especialmente seleccionada para los trabajos del campo. Igualmente, argumentaba que “el indeseable, el refugiado político, el refugiado racial, que huye de Alemania, de Austria, de Italia, de España no era un inmigrante”²⁴, y que las medidas restrictivas respondían a una política de emergencia de limitaciones migratorias como una defensa con la infiltración nazista.

Este mismo diputado, Solari, presentó también un proyecto para radicar en Argentina a un millar de familias españolas que se encontraban en los campos de concentración franceses. A pesar de que estas familias contarían con apoyo económico del Gobierno de la República en el exilio (gastos de viaje y manutención de los primeros días del arribo) no fue aceptado por la Cámara de los Diputados, esgrimiendo los mismos argumentos proteccionistas de siempre. Interpelación tras interpelación constantemente caían en saco roto. La prensa liberal e izquierdista vocearon sin descanso todas estas interpelaciones cuestionando la

22. “Se propicia una acción pública para que se abran las puertas del País a los perseguidos por el fascismo”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 21 de enero, 1939.

23. “Un amplio proyecto de Ley de Inmigración ha sido presentado a la Cámara de los Diputados”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 15 de agosto, 1939.

24. “Régimen de emergencia en materia inmigratoria”, *El Trabajo*, Mar del Plata, 22 de agosto, 1939.

política inmigratoria argentina; sin embargo, aquella más conservadora omitía hablar de este aspecto, o bien trataba la misma afilando la pluma para atacar al refugiado político y racial en todos los sentidos. Uno de estos periódicos argumentaba:

Defendamos nuestro patrimonio, salvemos al país del peligro que significa el arribo de esa clase de extranjeros, dañinos, criminales, amorales; delincuentes en una palabra. Contra ellos, todas las precauciones serán siempre pocas; para ellos, coloquemos cuanto obstáculo sea posible. Prevengamos, de ahora en más. Que ya tenemos que curar demasiado, con la enorme cantidad de extranjeros indeseables, perturbador del orden; disolvente, enemigo de la nacionalidad, del hogar y de los bienes ajenos, que se ha infiltrado en el país²⁵.

Conclusiones

A diferencia de otros países latinoamericanos, tales como México o Chile, Argentina nunca se caracterizó por ser un país que acogió a los exiliados republicanos tal y como se ha mencionado en los apartados anteriores. Socialmente fue un País muy activo en el tema del socorro a la República española y a los refugiados; pero este auxilio no consiguió que el Gobierno abriera sus puertas a los exiliados.

A pesar de todo este hermetismo inmigratorio, hubo una excepción en relación a los refugiados vascos asentados en los campos de concentración franceses. Se trató de una iniciativa llevada a cabo por la colonia vasca a través del recién creado Comité Pro Inmigración Vasca en 1939. Estuvo presidida por José Urbano Aguirre, siendo integrada por distinguidas personalidades de las más prestigiosas instituciones argentinas, tal es el caso de Diego Joaquín Ibarbia: secretario del Instituto de Colonización de la Provincia de Buenos Aires. Este Comité consiguió asentar 1400 refugiados vascos en Argentina. Estudios al respecto señalan el éxito de esta operación a toda una serie de factores tales como: la presencia de destacados miembros en el Comité con plenos contactos con la cúpula dirigente; la amplia tradición de la colonia vasca vinculada históricamente con una inmigración netamente agrícola; un significativo núcleo descendientes de esta inmigración vasca que supo consolidar rápidamente una reputada posición político-social y económica, tal es el caso del propio Presidente Roberto M. Ortiz Lizardi, hijo de un vizcaíno y una navarra; el *lobby* pro-vasco utilizado por el Comité Pro Inmigración Vasca que hacía referencia a la laboriosidad en el mundo rural y catolicismo de los antiguos vascos llegados al País (Schwarzstein, 2001a:69-70; Senkman, 1995: 53, 76). Este éxito se fue consolidando con la promulgación del Decreto el 20 de enero de 1940 que establecía lo siguiente:

25. "Nacionalidades", *El Progreso*, Mar del Plata, 21 de enero, 1939.

“El Ministerio de Agricultura permitirá el ingreso al país de inmigrantes vascos, residentes en España o en Francia, con la documentación que posean y bajo garantía moral y material en cada caso, del Comité Pro Inmigración Vasca, o la que en su defecto puedan suministrar los funcionarios consulares respectivos, sobre los antecedentes de buena conducta y aptitudes físicas y morales de las personas en cuyo favor interceda el citado Comité” (Anasagasti, 1988:25).

Este decreto fue ampliado el 18 de julio de 1940 con otro que comprendía a los vascos sin distinción de origen y de lugar de residencia, asimismo otorgaba privilegios al Comité Pro Inmigración Vasca para intervenir en la regularización de la situación de los pasajeros vascos que ya se encontraban en el País. Ambos decretos discriminaban al resto de refugiados españoles, denunciado en su momento por el ex Embajador en Argentina, Ángel Ossorio y Gallardo, quien solicitó hacer extensivo los mismos a todos los republicanos, decía: “Buenos son ellos, pero los demás españoles no son inferiores”. No se hizo nunca. Algunos estudios catalogan el Comité como si de una agencia para-diplomática se tratase pudiendo contratar indistintamente refugiados vascos, fueran o no agricultores (Senkman, 1995:57). A parte de los 1400 exiliados vascos ingresados en Argentina, el estallido de la Segunda Guerra Mundial impidió que se realizara una emigración masiva por la peligrosidad que suponía la presencia de buques de guerra y submarinos en los mares, así como la imposibilidad conseguir barcos para emprender la travesía hacia América.

El grupo más numeroso de republicanos que llegó a la Argentina antes de 1940, justo al finalizar la guerra española, lo hizo a bordo del vapor francés *Massilia*. Arribó al puerto de Buenos Aires el 5 de noviembre de 1939; a bordo del mismo se encontraban ciento cuarenta y siete republicanos españoles en tránsito a diversos destinos: ciento treinta y dos a Chile, seis a Paraguay y nueve a Bolivia²⁶. A pesar de que ninguno de ellos tenía a Argentina como lugar de destino, cincuenta consiguieron permanecer en el país. Esto se logró gracias a la actuación del director del diario *Crítica*, Natalio Botana, quien consiguió del presidente Ortiz el visto bueno (Schwarzstein, 1997:442).

A parte de esta excepcionalidad vasca (1400 refugiados) y del pequeño grupo de refugiados a bordo del *Massilia* (50 en total), la entrada al País de los exiliados republicanos queda caracterizada por ingresos individuales o pequeños grupos, quienes ayudados por connacionales afines, o bien por familiares y gente influyente, pudieron establecerse en Argentina. Por ejemplo, en un informe confidencial del Partido Comunista Español, fechada en septiembre de 1940, basándose en los datos publicados por la Central Sanitaria suiza se argumentaba

26. El semanario *España Republicana* editó la lista completa de pasajeros: “Un grupo de republicanos españoles llega a la Argentina”. *España Republicana*, Buenos Aires, 11 de noviembre 1939, 7.

que habían emigrado al país argentino 250 refugiados desde los campos de concentración franceses, de los cuales 20 eran miembros del partido²⁷.

Debido a esta tipología de exilio no masivo es difícil cuantificar numéricamente el mismo; escasos estudios al respecto ofrecen la cifra aproximada de 2.500 los republicanos ingresados en Argentina (Schwarzstein, 2001a:83). Igualmente, para el período de 1950-1970 se encuentran unas 400 inscripciones de refugiados españoles en las Representaciones españolas en Argentina, siendo los vascos, seguidos por los catalanes y provincias castellanas los que encabezaron el mayor porcentaje de entradas (Rubio, 1977:271-272).

Argentina siempre fue País con gran atractivo para los exiliados, ya fuera por afinidad cultural debido a la vasta presencia de inmigrantes españoles, o por tratarse de una sociedad afín con la causa republicana. Esto provocó que algunos refugiados decidieran exiliarse en este País gaucho sorteando aquellas barreas restrictivas mediante el uso de las “cartas de llamada”, o bien a través de la condición de “turistas” o “en tránsito”. Lo primero, puesto en práctica en 1932, se legitimó nuevamente bajo decreto en 1938. Este decreto autorizaba a la Dirección General de Inmigración a conceder los permisos a parientes de radicados en el País, sin que éstos tuviesen que tramitarlos ante los cónsules. Las enormes fronteras argentinas eran difíciles de controlar, facilitando que muchos refugiados ingresaran clandestinamente a través de las mismas. Otros, aprovechando la condición de pasajero en tránsito optaron por la fuga para permanecer ilegalmente en el País. Lo mismo sucedía con aquellos ingresados como turistas. Tanto a unos como a otros, las conexiones familiares e incluso connacionales contribuyeron a legalizar la situación de los mismos (Bocanegra, 2009:220).

A pesar de considerarse 1939 como fecha fundacional del exilio republicano, cabe destacarse que desde agosto de 1936 empezaron a llegar a Argentina los primeros barcos con exiliados españoles anónimos, a quienes pronto se les uniría el exiliado intelectual (artistas, profesores universitarios, escritores, periodistas, etc.) y familias argentinas que se encontraban en España al estallar la guerra conformadas, muchas de ellas, por antiguos emigrantes españoles: *Santo Tomé*, *Capitán Sarmiento*, *San Martín*, *Almanzora*, *Campana*, *Mendoza*, *Kerguelén*, *Highland Monarca*, *Alcántara*, *Jamaïque*, *Alsina* (Ortuño, 2010:61-62). Referente a la periodización de llegadas de los exiliados, se establecen tres momentos diferenciados: la primera, representada durante el período de la contienda (1936-39) y caracterizada por la llegada de personas individuales o en pequeños grupos

27. Archivo Histórico del Partido Comunista de España, Madrid, Caja 97/2.1: Francia, Refugiados españoles, Informes y Caja 102/1.1: América Latina Generalidades, Emigración Política, Informes.

familiares, cuyo itinerario se efectuaba principalmente desde la península siguiendo la ruta Alicante-Orán-Marsella. El segundo momento viene representado con la derrota republicana (enero-febrero 1939) hasta 1945. Caracteriza este período el exilio más masivo a Argentina hasta 1942 (caso de los vascos y *Massilia*); y uno más puntual (1942-45) debido a la evolución de la guerra europea que dificultaba el ingreso de los mismos. Por último, un tercer momento que comienza en 1946, cuando se firman los primeros acuerdos sobre migración entre Franco y Perón, y finaliza con la dictadura española (1972). Dentro de esta última etapa, hacia mediados de los años cincuenta cesa la emigración española en Argentina y el exilio se reduce considerablemente *Alsina* (Ortuño, 2010:61-63); algunos de los barcos utilizados por estos exiliados para ingresar en el País fueron el *Cabo de Buena Esperanza* y *Cabo de Hornos*.

Así pues, el período de 1941-1945 es el que registró un menor ingreso de inmigrantes y exiliados en general. Las causas que provocaron este descenso fueron varias: el estallido de la Segunda Guerra Mundial que comportó un mar repleto de buques de guerra dificultando el traslado de pasajeros; bloqueo del ingreso a los refugiados en tránsito que habían logrado permisos de entrada a los países limítrofes, debido a un escándalo por soborno y venta de visas a refugiados judíos en el consulado argentino de Marsella. Por último, una escasa actuación de la oposición, socialista y radical, y del auxilio pro-republicano civil en la absorción de refugiados españoles para el período de 1940-42; éstos se centraron en agilizar peticiones al Gobierno para que intercediera ante el Gobierno franquista con el objetivo de impedir las ejecuciones sumarias con respecto a los refugiados trasladados a España por el ejército alemán, así como el cese de ejecuciones a republicanos condenados a muerte (Senkman, 1995:70-72).

A medida que transcurrían los años, el debate sobre la Guerra Civil se fue cerrando y aquel antifascismo como elemento unificador se fue diluyendo. El protagonismo de la Segunda Guerra Mundial y los sucesivos gobiernos militares argentinos bajo golpe de Estado hicieron del problema migratorio un tema policial, siendo la preocupación central cómo reprimirlo.

Referencias

- ANASAGASTI, Iñaki. *Homenaje al Comité Pro-Inmigración Vasca en Argentina (1940)*. San Sebastián: Txertoa, 1988.
- BOCANEGRA BARBECHO, Lidia. Argentina en la guerra de España, *Historia del Presente*, nº 12, Madrid: Editorial Eneida, 2008/2, <http://hdl.handle.net/10481/46192>.
- _____. La ayuda Argentina a la República española. Un análisis a través del ejemplo marplatense, 1939, *Congreso la Guerra Civil española, 1936-1939*, Santos Julià Coord. Madrid: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2007.
- _____. La República Argentina: el debate sobre la guerra civil y la inmigración, *¡Ay de los vencidos! El exilio y los países de acogida*. Madrid: Eneida, 2009, <http://hdl.handle.net/10481/45831>.
- _____. *El Fin de la Guerra Civil española y el exilio republicano: visiones y prácticas de la sociedad argentina a través de la prensa. El caso de Mar del Plata, 1939*. Lleida: Universidad de Lleida, 2012, <http://www.tdx.cat/handle/10803/83641>.
- CURREA-LUGO, Víctor De. América Latina y la Guerra Civil española. Madrid: Foro por la Memoria, 15 de enero de 2004, <http://www.foroporlamemoria.info/documentos/040114correa.pdf>.
- DEVOTO, Fernando. El revés de la trama: políticas migratorias y prácticas administrativas en la Argentina (1919-1949), *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales* vol. 41, nº 162, 2001.
- MONTENEGRO, Silvina. *La Guerra Civil española y la política argentina*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2002, <http://biblioteca.ucm.es/tesis/ghi/ucm-t26475.pdf>.
- ORTUÑO MARTÍNEZ, Bárbara. *El exilio y la emigración de posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*. Alicante: Universidad de Alicante. 2010, http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/20062/1/Tesis_ortuno.pdf.
- PASOLINI, Ricardo. Intelectuales antifascistas y comunismo durante la década de 1930. Un recorrido posible: entre Buenos Aires y Tandil, *Estudios Sociales*. Vol. 26, nº 1, 2004, <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/EstudiosSociales/article/viewFile/2528/3602>.
- QUIJADA MAURÍÑO, Mónica. *Aires de República, aires de cruzada: la Guerra Civil española en Argentina*. Barcelona: Sendai Ediciones, 1991.
- RAPOPORT, Mario. Argentina y la Segunda Guerra Mundial: mitos y realidades, *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* Vol. 6, nº 1, 1995, <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1202/1230>.

- RUBIO, Javier. *La emigración de la guerra civil de 1936-1939: historia del éxodo que se produce con el fin de la II República española*. Madrid: San Martín, 1977.
- SCHWARZSTEIN, Dora. Actores sociales y política inmigratoria en la Argentina. La llegada de los republicanos españoles, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*; n° 37, diciembre 1997, http://clio.rediris.es/exilio/argentina/exilio_argentina.htm.
- _____. *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*. Madrid: Ed. Crítica, 2001a.
- _____. Migración, Refugio y exilio: categorías, prácticas y representaciones, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n° 48, 2001b.
- SENKMAN, Leonardo. La Argentina neutral de 1940 ante los refugiados españoles y judíos, *Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad*. Vol. V, n° 9, 2do. Semestre 1995.
- SPITTA, Arnold. Corrientes antisemitas y política de inmigración en la Argentina de los años treinta y cuarenta, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n° 11, Abril 1989.

Exilios epistolares. La Asociación de Padres y Familiares de los niños españoles refugiados en México (1937-1940)¹

Verónica Sierra Blas

Escritura de la necesidad

“Escribo porque me salva, porque es lo único que me queda (...). Escribo porque hay un llanto íntimo que me purifica desde que comienzo a hacer signos en el papel, porque poseo las cosas desde su respiración humana y puedo habitar aquello de lo que fui desterrado”².

Son muchos los trabajos producidos en los últimos años que han señalado que los episodios de movilización masiva, tales como las emigraciones, las guerras, los exilios o los procesos revolucionarios y represivos, al tiempo que fenómenos de gran trascendencia histórica, capaces de cambiar el rumbo de millones de vidas, se conforman también en verdaderas “oficinas productoras de escritura”, como ha afirmado Antonio Gibelli³, o en auténticos “acontecimientos de escritura”, si aplicamos el concepto de “acontecimiento”⁴ a la producción de testimonios escritos tal y como lo emplea Béatrice Fraenkel⁵.

-
1. Este trabajo se enmarca en los Proyectos de Investigación *Cinco siglos de cartas. Escritura privada y comunicación epistolar en España en la Edad Moderna y Contemporánea* (HAR2008-00874/HIST) y *Cultura escrita y memoria popular: tipologías, funciones y políticas de conservación (siglos XVI a XX)* (HAR2011-25944), concedidos por el Ministerio de Ciencia e Innovación y por el Ministerio de Economía y Competitividad, respectivamente, y dirigidos por Antonio Castillo Gómez, a quien quiero agradecer, una vez más, la atenta lectura de estas páginas y todas las referencias bibliográficas que me ha proporcionado. Todas las cartas y documentos empleados en este trabajo proceden del Archivo General de la Nación (AGN) y del Archivo del Ateneo Español de México (AEM), ambos ubicados en Ciudad de México.
 2. J. Lostalé, “Confesión”, en J. Lostalé. *La rosa inclinada*, Madrid, 2001, p. 143.
 3. A. Gibelli, *L’officina della guerra. La Grande Guerra e le trasformazioni del mondo mentale*, Turín, 2003.
 4. P. Burke, “Historia de los acontecimientos y renacimiento de la narración”, en P. B (ed.), *Formas de hacer Historia*, Madrid, 2003, pp. 325-342; A. Farge, “Penser et définir l’événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux”, *Terrain*, 38, 2002, pp. 69-78; y F. Dosse, *Renaissance de l’événement*, París, 2010.
 5. La noción de “acto de escritura” que la autora maneja tiene su origen en la teoría de los “actos de le*5 Este trabajo se enmarca en los Proyectos de Investigación *Cinco siglos de cartas. Escritura privada y comunicación epistolar en España en la Edad Moderna y Contemporánea* (HAR2008-00874/HIST) y *Cultura escrita y memoria popular: tipologías, funciones y políticas de conservación (siglos XVI a XX)*

Esta última define el “acontecimiento de escritura” desde una triple perspectiva: por un lado, por la “dimensión y excepcionalidad del fenómeno” que provoca la necesidad masiva de escribir (en su caso, los atentados del 11 de septiembre de 2001 a las Torres Gemelas de Nueva York); por otro, la “proliferación, diseminación y heterogeneidad de prácticas de escritura” que se ponen en juego; y, finalmente, el desarrollo de “actos de escritura” colectiva y acciones comunitarias de lectura, realizadas en función de un “orden emocional” determinado y con la finalidad de crear una memoria de lo acontecido (volviendo al ejemplo analizado, la autora hace referencia a cómo los ciudadanos neoyorquinos acudían a determinados espacios públicos de la ciudad para escribir, leer y colocar, junto a otras personas, sus escritos)⁶.

Que la escritura multiplique sus usos, funciones y significados en el marco de eventos de tal magnitud no es algo extraño, sino todo lo contrario, porque es, precisamente, en el seno de los mismos cuando se produce una ruptura social, familiar y cultural sin precedentes y, por tanto, cuando las personas sienten una imperiosa necesidad de escribir, incluso en el caso de aquellas que nunca antes lo han hecho. Escribir se convierte así, para quienes protagonizan estos fenómenos, en un bálsamo capaz de mitigar el dolor de las ausencias, en el mejor remedio para mantener la unión familiar a pesar de las distancias, en el sostén psicológico para hacer frente y superar las dificultades y penalidades, además de en el instrumento por excelencia para salvaguardar la identidad, dejar constancia de lo vivido y construir una memoria personal de todos estos acontecimientos históricos. Escribir es, como queda expresado en los versos de Javier Lostalé que abren este artículo- toda una definición, por cierto, de su poética-, un consuelo, una forma de volver al pasado, de recuperar lo que es propio. Pero, sobre todo, escribir es lo único que les queda a quienes viven y sufren estas circunstancias extraordinarias, complejas y dramáticas; lo único, en fin, que les puede salvar.

(HAR2011-25944), concedidos por el Ministerio de Ciencia e Innovación y por el Ministerio de Economía y Competitividad, respectivamente, y dirigidos por Antonio Castillo Gómez, a quien quiero agradecer, una vez más, la atenta lectura de estas páginas y todas las referencias bibliográficas que me ha proporcionado. Todas las cartas y documentos empleados en este trabajo proceden del Archivo General de la Nación (AGN) y del Archivo del Ateneo Español de México (AEM), ambos ubicados en Ciudad de México.

6. B. Fraenkel, “Writing Acts: when Writing is Doing”, en D. Barton y U. Papen (eds.), *The Anthropology of Writing. Understanding Textually-Mediated Worlds*, Nueva York, 2010, pp. 33-43 (pp. 39-41 para las citas); y “Les écritures de la catastrophe. Pratiques d’écriture et de lecture dans la ville de New York en septembre 2001” *Textuel*, 54, 2007, pp. 27-41, para el caso concreto de los escritos del 11 de septiembre en Nueva York.

“Acontecimientos epistolares”

En diferentes trabajos he intentado mostrar cómo, de entre todas las posibles modalidades de estas “escrituras de la necesidad”, inherentes a cualquier episodio de movilización masiva, la correspondencia constituye, sin duda, la práctica escrita por excelencia⁷. Las cartas son para las personas que participan en primera persona de todos estos fenómenos- emigrantes, soldados, exilados, presos, etc- las protagonistas absolutas de sus vidas, porque fueron el medio que más a mano tuvieron para poderse expresar y comunicar. Muchas veces me he preguntado por qué. Por qué es precisamente en las cartas donde reposa la memoria, individual y colectiva, culta y popular, de todos estos acontecimientos históricos.

La respuesta a este interrogante, a mi parecer, debe articularse sobre dos polos, relacionados con la propia historia de la carta. Por un lado, debe tenerse en cuenta la larga tradición del género epistolar, que hunde sus raíces ya en el Antiguo Egipto, y que hizo que la escritura de cartas fuera, de entre todas las prácticas de escritura, la más accesible por cuanto era la más fácil de imitar o reproducir, incluso para quienes apenas sabían escribir, gracias a su estructura estable y su lenguaje formulario, universalmente conocidos y difundidos no solo a través de los manuales de correspondencia, sino también, y sobre todo, a partir del uso continuado e invariable de los mismos a lo largo del tiempo⁸.

Por otro lado, junto a esa estabilidad y sencillez de la escritura epistolar, tampoco debe olvidarse la trayectoria de la carta como herramienta comunicativa, puesto que fue a partir de la Edad Moderna cuando esta se convirtió en el medio de comunicación más extendido en la vida cotidiana de todas las clases sociales, desde los Reyes y nobles, quienes conocieron bien su función como instrumento de gobierno y de representación del poder, hasta las clases subalternas, quienes necesitaron de ella para atender sus necesidades administrativas y personales, además de convertirla infinitas veces en el púlpito desde el que lanzar sus quejas, protestas, súplicas y peticiones⁹.

7. Véanse, como ejemplo, V. Sierra Blas, “El baúl de la memoria. Las escrituras personales y el fenómeno migratorio”, en A. Alted (dir.) y A. Asenjo (coord.), *De la España que emigra a la España que acoge. Catálogo de la exposición*, Madrid, 2005, pp. 157-175; “«El último abrazo». Cartas en capilla de los condenados a muerte (España, 1936-1951)”, en J. Cuesta (dir.), *Memorias históricas de España*, Madrid, 2007, pp. 280-313; “Escribir en campaña. Cartas de soldados desde el frente”, en V. Sierra Blas (coord.), *Alfabetización y cultura escrita durante la Guerra Civil española*, dossier monográfico, *Cultura Escrita & Sociedad*, 4, 2007, pp. 95-116; y *Palabras huérfanas. Los niños y la Guerra Civil*, Madrid, 2009.

8. Para una aproximación general a los manuales de correspondencia puede verse el trabajo de C. Poster y L. C. Mitchell, *Letter Writing Manuals and Instruction from Antiquity to the Present. Historical and Bibliographical Studies*, Columbia, 2007. Para el caso específico de la España contemporánea, véase V. Sierra Blas, *Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*, Gijón, 2003.

9. Cfr. A. Castillo Gómez, *Entre la pluma y la pared. Una Historia social de la escritura en los Siglos de Oro*, Madrid, 2006, pp. 19-57.

Muchos de estos acontecimientos históricos de movilización masiva son, como he apuntado líneas arriba, “acontecimientos de escritura”, pero dada esta importancia que la correspondencia tiene en el marco de los mismos, han de ser considerados, sobre todo, como “acontecimientos epistolares”, puesto que es en las cartas que escriben sus protagonistas donde estos quedan registrados para siempre; y ello a pesar del riesgo que entraña la fragilidad y la dispersión inherentes a esta práctica de escritura, casi nunca concebida para ser conservada, aunque, al mismo tiempo, y en muchos casos, capaz de escapar de ese carácter efímero originario y superar tiempos y distancias para llegar a convertirse en un verdadero depósito de memoria; de ahí la importancia que la correspondencia tiene en la construcción histórica.

Siguiendo esta última idea, es decir, que estos acontecimientos históricos de movilización masiva constituyen “acontecimientos epistolares”, he titulado este artículo “Exilios epistolares”, ya que las cartas que voy a analizar en las páginas que siguen fueron escritas por los padres de un grupo de niños y niñas españoles evacuados a México en 1937, muchos de los cuales, al terminar la Guerra Civil, se convirtieron, como sus hijos e hijas, en exilados (fundamentalmente yendo a parar a los refugios y campos de concentración franceses), o bien acabaron siendo víctimas del “exilio interior” (marginados por sus vecinos, escondidos para evitar represalias, perseguidos por los vencedores) en la España franquista.

Que México se convirtió, a partir de 1939, en la “patria del exilio español”, dado el importante número de refugiados que llegaron a este país, es algo que ha quedado ya evidenciado en los numerosos estudios que se han realizado sobre el tema¹⁰. De los miles de exilados que encontraron en México su nuevo hogar,

10. Sobre el exilio español en México véanse, entre otras aportaciones, las de P. W. Fagen, *Transterrados y ciudadanos. Los republicanos españoles en México*, Ciudad de México, 1975; *El exilio español en México, 1939-1982. Catálogo de la exposición celebrada en el Palacio Velázquez del Retiro de Madrid, diciembre de 1983-febrero de 1984*, Madrid, 1983; P. Domínguez Prats, *Voces del exilio. Mujeres españolas en México, 1939-1950*, Madrid, 1994; J. A. Matesanz, *Las raíces del exilio. México ante la Guerra Civil española, 1936-1939*, Ciudad de México, 1999; M. Ojeda Revah, *México y la Guerra Civil española*, Madrid, 2005; A. Mateos, *De la Guerra Civil al exilio. Los republicanos españoles y México*. Indalecio Prieto y Lázaro Cárdenas, Madrid, 2005; A. Alted, “El exilio republicano en México”, *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, IIª época, 61, 2006, pp. 9-14; D. Pla Brugat, *Pan, Trabajo y Hogar. El exilio republicano español en América Latina*, Ciudad de México, 2007; C. González Gómez y G. Sánchez Díaz (coords.), *Exilio en México. Siglo XX*, Ciudad de México, 2008; C. E. Lida, *Caleidoscopio del exilio: actores, memorias e identidades. Conmemoración 70 años del exilio español en México*, Ciudad de México, 2009; P. Domínguez Prats, *De ciudadanas a exiliadas. Un estudio sobre las republicanas españolas en México*, Madrid, 2009; A. Pagni (ed.), *El exilio republicano español en México y Argentina. Historia cultural, instituciones literarias, medios*, Madrid y Frankfurt, 2011; y M.C. Serra Puche y otros (eds), *De la posrevolución mexicana al exilio republicano español*, Ciudad de México, 2011.

los primeros en llegar fueron estos niños y niñas a los que me acabo de referir, un total de 456, con edades comprendidas entre los 3 y los 15 años, procedentes de familias humildes que residían en las grandes ciudades españolas, principalmente Barcelona, Valencia, Madrid, Sevilla o Córdoba. Dichos niños y niñas conformaron una de las numerosas expediciones que se llevaron a cabo en el marco de las campañas de evacuación infantil organizadas por el Gobierno republicano desde los primeros meses de la contienda (iniciadas ya entre agosto y octubre de 1936)¹¹, primero hacia zonas seguras y alejadas de los frentes en el interior del país, aprovechando la red de colonias escolares existentes¹², y luego hacia los distintos países extranjeros que se ofrecieron a acoger a la infancia española víctima de la guerra, entre los que, junto a México, se pueden contar también Francia, Bélgica, Inglaterra, la Unión Soviética, Suiza o Dinamarca¹³.

Estas evacuaciones tuvieron como fines principales atender a los niños y niñas que se encontraban en situaciones de riesgo, ponerles a salvo de los bombardeos, proporcionarles alimentos y medicamentos, continuar su proceso de escolarización y suplir, en la medida de lo posible, el ambiente familiar y afectivo que la guerra les había robado.

11. De entre los organismos principales encargados de la asistencia y protección de la infancia española en tiempos de guerra destacan la Delegación Central de Colonias (DCC), que inició su funcionamiento el 1 de marzo de 1937, y el Consejo Nacional de la Infancia Evacuada (CNIE), cuyos primeros pasos pueden fecharse a partir del 28 de agosto de 1937, ambos dependientes del Ministerio de Instrucción Pública y Sanidad. Sobre el funcionamiento de los mismos puede consultarse A. Alted, *La voz de los vencidos. El exilio republicano de 1939*, Madrid, 2005.

12. Cfr. J. M. Fernández Soria, "La asistencia a la infancia en la Guerra Civil. Las colonias escolares", *Historia de la Educación. Revista interuniversitaria*, 6, 1987, pp. 83-126; R. Crego Navarro "Las colonias escolares durante la Guerra Civil (1936-1939)", *Espacio, Tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia de la UNED*, Serie V, Historia Contemporánea, 2, 1989, pp. 299-328; y C. Escrivá Moscardó y R. Maestre Marín, *De las negras bombas a las doradas naranjas. Colonias escolares, 1936-1939*, Valencia, 2011.

13. Sobre los niños y niñas españoles evacuados a los distintos países extranjeros que ofrecieron su ayuda a la República durante la Guerra Civil es indispensable la consulta de *El exilio español de la Guerra Civil: los niños de la guerra. Catálogo de la exposición*, Madrid, 1995; J. J. Alonso Carballés, 1937. *Los niños vascos evacuados a Francia y a Bélgica. Historia y memoria de un éxodo infantil, 1936-1940*, Bilbao, 1998; A. Alted, R. González y M. J. Millán (eds.), *El exilio de los niños. Catálogo de la exposición*, Madrid, 2003; E. Pons Prades, *Los niños republicanos. El exilio*, Madrid, 2005; y E. Labajos Pérez, *L'exil des enfants de la guerre d'Espagne (1936-1939)*, París, 2005. Para una visión más personal del fenómeno, puede verse el trabajo de R. Duroux y R. Thiercelin, "Los niños del exilio: asignatura pendiente", en J. Cuesta y B. Bermejo (coords.), *Emigración y exilio. Españoles en Francia, 1936-1946*, Madrid, 1996, pp. 167-182. Para un estado actual del tema, remito a V. Sierra Blas *Palabras huérfanas...* (especialmente véanse los capítulos titulados "Corazones de cartón" y "¡Ayudad a la infancia española!", pp. 63-82 y 83-94, respectivamente).

Fue el Comité de Ayuda a los Niños del Pueblo Español el órgano encargado de organizar, junto al Gobierno republicano, la expedición infantil a México¹⁴. Fundado en el mes de octubre de 1936, por decisión del Gobierno mexicano, sus objetivos fueron conseguir fondos para el sostenimiento de los menores y ser el lazo de unión entre estos y sus familia durante el exilio, motivo por el cual este organismo jugó un papel esencial en el establecimiento y garantía de las relaciones epistolares entre ambos, como veremos más adelante. Su Comité de Honor estaba presidido por la esposa del presidente Lázaro Cárdenas, Amalia Solórzano, si bien las mayores responsabilidades recayeron en la mujer del entonces Subsecretario de Educación, María de los Ángeles de Chávez Orozco, quien se encargó de su coordinación y gestión.

La expedición organizada por el Comité salió de Valencia el 20 de mayo de 1937, si bien no se conformó el grupo completo hasta que el barco paró en Barcelona, donde se sumaron más niños y niñas al conjunto inicial. Los menores llegaron a Burdeos algunos días después, desde donde el vapor francés *Mexique* partió rumbo a México. El viaje duró 14 días, con escala en La Habana incluida, atracando el barco en el puerto de Veracruz el 7 de junio de 1937. Los niños y niñas fueron primero conducidos a Ciudad de México y, desde allí, viajaron en tren hasta Morelia, Michoacán, donde fueron ubicados en la Escuela Industrial España-México, de ahí que hayan pasado a la historia con el nombre de “Niños de Morelia” (Figura 1).

La Escuela Industrial España-México de Morelia funcionó hasta diciembre de 1943, cuando el presidente Manuel Ávila Camacho, sucesor de Cárdenas, decidió cerrarla. Para entonces ya estaban en México miles de refugiados españoles, y la Comisión Administradora del Fondo de Auxilio a los Republicanos Españoles (CAFARE) asumió la responsabilidad de la protección y cuidado de los niños y niñas, muchos ya adolescentes¹⁵. Se habilitaron distintas Casas Hogar en Ciudad

14. En esta labor, el Comité de Ayuda a los Niños del Pueblo Español contó con la ayuda del Comité Iberoamericano de Ayuda al Pueblo Español. Cfr. D. Pla Brugat, *Los Niños de Morelia. Un estudio sobre los primeros refugiados españoles en México*, Ciudad de México, 1985, p. 43. El Comité Iberoamericano de Ayuda al Pueblo Español fue creado en octubre de 1936 por un grupo de activistas latinoamericanos de izquierdas residentes en España con el fin de promover la solidaridad de las repúblicas americanas con el Gobierno republicano español. Las primeras acciones de este Comité, que tenía su sede en Barcelona, estuvieron dirigidas a movilizar a la intelectualidad de estos países para promover la creación de organismos similares en la mayoría del continente americano. Cfr. *Manifiesto del Comité Iberoamericano de Ayuda al Pueblo Español*, Barcelona, s. n., 20 de diciembre de 1937.

15. D. Pla Brugat, *Los Niños de Morelia...*, pp. 114-119. De los dos organismos que se encargaron de la ayuda a los refugiados y que manejaron fondos del Gobierno republicano español, el Comité Técnico de Ayuda a los Refugiados Españoles (CTARE), filial del Servicio de Evacuación de Refugiados Españoles (SERE), y la Junta de Auxilio a los Republicanos Españoles (JARE), fue esta última la que se ocupó de los Niños de Morelia a partir de 1943, cuando sus fondos pasaron a ser gestionados

de México, pero estas tuvieron una vida efímera. En septiembre de 1945 se cerraron por falta de recursos y la mayor parte de los menores fueron abandonados a su suerte. Algunos consiguieron volver con sus padres a España o a Francia, bastantes se reunieron con ellos en México, otros fueron adoptados ilegalmente (tema no exento de polémica, que todavía está pendiente de investigar en profundidad) y los más, ante la imposibilidad de localizar a sus familias o por haberse quedado huérfanos, fueron acogidos por el colectivo exilado, permaneciendo en tierras mexicanas durante el resto de sus vidas¹⁶.

Reconstruir la historia de los Niños de Morelia es una tarea compleja para los historiadores que nos dedicamos al exilio infantil español, fundamentalmente por tres motivos:

1) En primer lugar, porque mucha de la documentación de la Escuela Industrial España-México de Morelia se ha perdido. Tan solo se han conservado un fichero con los datos personales y las fotografías tamaño carnet de algunos niños y niñas; unas placas conmemorativas que distintos alumnos y alunas recibieron en las exposiciones anuales que se celebraban al final de cada curso escolar para mostrar el trabajo realizado; varios ejercicios escolares, en su mayoría poemas que los niños y niñas escribieron al pueblo mexicano

por el Gobierno mexicano. Se creó así la Comisión Administradora del Fondo de Auxilio a los Republicanos Españoles (CAFARE), que se encargó de manejar los recursos de la República destinados a los refugiados españoles. Tiempo antes se había creado en México la Federación de Organismos de Ayuda a los Refugiados Españoles (FOARE), donde se habían integrado tanto el personal como los fondos del Comité de Ayuda a los Niños del Pueblo Español, disuelto en mayo de 1939. Este organismo se encargó de promover la creación del citado Patronato Pro-Niños Españoles. La CAFARE cesó en sus funciones una vez constituido el Gobierno republicano español en el exilio en agosto de 1945.

16. Para la historia de los Niños de Morelia son esenciales, además del trabajo pionero ya citado de Dolores Pla Brugat, las aportaciones de J. C____, *México y los niños españoles*, Valencia, 1937; R. Reyes Pérez, *La vida de los niños iberos en la patria de Lázaro Cárdenas. Treinta relatos*, Ciudad de México, 1940; V. Foulkes, *Los Niños de Morelia y la Escuela España-México: consideraciones analíticas sobre un experimento social*, Ciudad de México, 1953; G. Artis, *La organización social de los hijos de los refugiados españoles en México*, Ciudad de México, 1979; E. Mateo Gambarte, *Los niños de la guerra. Literatura del exilio español en México*, Lleida, 1996; A. Sánchez Andrés, S. Figueroa Zamudio, E. Mateo Gambarte, B. Morán Gortari y G. Sánchez Almanza (comps.), *Un capítulo de la memoria oral del exilio. Los Niños de Morelia*, Ciudad de México, 2002; *Los railes del exilio. Niños de Morelia: un éxodo a México. Catálogo de la exposición*, Madrid, 2007; y V. Sierra Blas, "Con el corazón en la mano". Cultura escrita, exilio y vida cotidiana en las cartas de los padres de los Niños de Morelia", en A. Castillo Gómez (dir.) y V. Sierra Blas (ed.), *Mis primeros pasos. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (Siglos XIX y XX)*, Gijón, 2008, pp. 411-454.



Figura 1

Fotografía de los Niños de Morelia en la cubierta del vapor *Mexique* en mayo de 1937.

AGN, Archivo fotográfico de Enrique Díaz-Delgado y García.

y a su presidente en señal de agradecimiento; y varios ejemplares del periódico escolar *Flama*, que profesores y alumnos confeccionaban de forma conjunta y cuyo primer número apareció el 23 de septiembre de 1937 (Figura 2)¹⁷.

2) En segundo lugar, porque de los 456 niños y niñas tan solo uno ha escrito sobre su experiencia, a diferencia de lo que ha ocurrido con los menores evacuados a Francia, a Bélgica o a la Unión Soviética, quienes han producido un número abundante de autobiografías y memorias. Ese niño es Emeterio Payá Valera, quien publicó su libro por primera vez en 1985 en México en la editorial Edamex, y lo reeditó en 2002 en España, en castellano (en la editorial leridana Milenio) y en catalán (en Pagès editors). Emeterio era el tercero de cuatro hermanos, y todos fueron evacuados a México. Su padre, Emeterio Payá Rumbeu, no volvió a ver a sus hijos tras su salida de Barcelona, pues murió en el campo de concentración de Mathausen el 22 de marzo de 1941. Su madre, Concha Valera de Payá, salió de España el 26 de enero de 1939 y se refugió en Francia. Gestionó sin descanso su exilio a México para poder reunirse con sus hijos, lo que no consiguió hasta 1945, una vez concluida la II Guerra Mundial. Después

17. Muchos de estos documentos se conservan en domicilios particulares, a excepción del fichero y los ejemplares del periódico *Flama*, que pertenecen al AEM, “*Exilio, Niños de Morelia*”, caja 20. También se ha conservado el primer número de este periódico en el AGN, *Presidencias, Lázaro Cárdenas*, caja 939, exp. 550/84, pues fue enviado por los niños y niñas como regalo al presidente.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

de casi 50 años desde su llegada a México, Emeterio Payá Valera decidió escribir sus memorias apoyándose en sus propios recuerdos en los de algunos de sus compañeros y compañeras, en la escasa bibliografía existente sobre el tema en aquellos momentos y en varios documentos, partiendo de la base que le proporcionaron distintos artículos que escribió algunos años antes para una serie periodística sobre su experiencia de niño refugiado publicado en el semanario moreliano *Elite*¹⁸.



Figura 2

Flama, 1, 23 de septiembre de 1937.

Periódico confeccionado por los profesores y alumnos de la Escuela Industrial España-México de Morelia.

AGN, Presidencias, Lázaro Cárdenas, caja 939, exp. 550/84.

18. Véase E. Payá Valera, *Los niños españoles de Morelia. El exilio infantil en México*, Lleida, 2002. Entre los relatos novelados, que no pueden ser considerados como autobiografías o memorias propiamente dichas, se encuentran los de O. Zúñiga, *Retrato de una niña triste*, Guadalajara (Jalisco), 1951; M. L. Elío, *Cuaderno de apuntes*, Ciudad de México, 1995, y *Tiempo de llorar y otros relatos*, Madrid, 2002 (1ª ed., 1988); L. Moreno, *La identidad perdida. Historia oculta de los Niños de Morelia*, Barcelona, 2010; A. Correa, *Te beso, buenas noches*, Ciudad de México, 1997, y *Cerezas*, Aguascalientes, 2008. Finalmente, testimonios escritos y orales de los Niños de Morelia pueden encontrarse también en *Nuevas raíces. Testimonios de mujeres españolas en el exilio*, Ciudad de México, 1993; E. Pons Prades,

3) Y, en tercer lugar, porque de los testimonios escritos producidos por los propios niños y niñas entonces, es decir, durante su infancia, únicamente han llegado hasta nosotros, al margen de los materiales escritos fruto de su escolarización, los siguientes: un libro de firmas que entregaron en agradecimiento a su acogida al presidente Cárdenas al llegar a Ciudad de México en 1937¹⁹; un ejemplar de *Platero y yo* dedicado a Juan Ramón Jiménez, a quien los niños y niñas pudieron visitar cuando el barco realizó su escala en La Habana (el libro fue entregado como regalo simbólico del Gobierno republicano al escrito, que había tenido que huir de España y no había podido verlo publicado)²⁰; y, finalmente, un epitafio que reposa en la tumba (labrada por sus compañeros del taller de cantería) de uno de los componentes de la expedición, Francisco Nebot, quien murió electrocutado el 19 de agosto de 1937 y que fue enterrado, al igual que los otros ocho menores que fallecieron como consecuencia de enfermedades o accidentes similares en la escuela, en el Cementerio Municipal de Morelia (Figura 3).

Todo ello hace que las fuentes principales de las que disponemos estén constituidas, por un lado, por los documentos oficiales del Gobierno republicano en el exilio y del Gobierno mexicano en relación al ciudadano y manutención de los niños y niñas (escasas y poco fiables, especialmente las segundas, dadas las intenciones propagandísticas que rodearon la política exterior del país de Cárdenas en relación a la acogida de los menores españoles); y, por otro, a los documentos privados y a los testimonios orales que, o bien las propias familias o bien las asociaciones creadas por los propios exilados, entre ellas el Comité de Ayuda a los Niños del Pueblo Español, han recogido y conservado en sus casas y sedes a lo largo de todos estos años. Entre todos esos documentos privados, las cartas de los niños y sus familias son, sin duda, la fuente principal que los investigadores tenemos a mano para construir esta parte de la historia olvidada del exilio republicano español, lo que confirma, una vez más, que es principalmente en las

“Niños españoles en México”, en E. Pons Prades, *Los niños republicanos...*, pp. 89-106; A. Sánchez Andrés, S. Figueroa Zamudio, E. Mateo Gambarte, B. Morán Gortari y G. Sánchez Almanza (comps.), *Un capítulo de la memoria oral del exilio...*; D. Pla Brugat, *El aroma del recuerdo. Narraciones de españoles republicanos refugiados en México*, Ciudad de México, 2003; y A. Hernández de León-Portilla, *España desde México. Vida y testimonio de transterrados*, Madrid, 2005.

19. La noticia del mismo en A. Flores Guevara: “Los Niños de Morelia”, *Boletín de la Comisión de Población, Fronteras y Asuntos Migratorios*, 14, 2005, p. 18: “En un libro esos niños de Morelia le escribieron a Cárdenas. Leer ese libro conmueve a cualquier español o mexicano, porque ahí se refleja el sentimiento y la solidaridad con un pueblo hermano, la manera en que el presidente mexicano extendió su mano a los menores”.

20. Sobre este libro dedicado por los Niños de Morelia al escritor véase la entrevista realizada a Juan Ramón Jiménez por la edición cubana del periódico *Ayuda. Órgano Oficial de la Asociación de Auxilio al Niño del Pueblo Español*, julio de 1937. Cfr. A. Altet, *La voz de los vencidos...*, p. 207.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

cartas donde reposa la memoria de los fenómenos históricos de movilización masiva.



Figura 3

Fotografía de la tumba del niño Francisco Nebot Satorres.

Cementerio Municipal de Morelia. Archivo particular de Emeterio Payá Valera.

Entre esas correspondências familiares que han logrado superar el tiempo y llegar hasta nosotros, está el medio centenar de cartas empleadas en este trabajo, todas ellas escritas, como ya he comentado anteriormente, por los padres de los Niños de Morelia, quienes, con el fin poder mantener, dadas las difíciles circunstancias en las que se encontraban, una relación epistolar regular y efectiva con sus hijos e hijas, crearon la Asociación de Padres y Familiares de los Niños Españoles Refugiados en México. Fechadas entre septiembre de 1937 y agosto de 1940, estas cartas se conservan en dos archivos de Ciudad de México, uno público y otro privado; por un lado, el Archivo Particular del presidente Lázaro Cárdenas, que forma parte del Archivo General de la Nación; y, por otro, dos conjuntos documentales que pertenecen al Archivo del Ateneo Español de México,

el fondo Niños de Morelia, inserto en la sección “Exilio”, y el fondo, donado hace algunos años a este mismo centro, constituido por la documentación del Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco- quien aparece citada en la correspondencia con el diminutivo de “Gela”-, presidenta del Comité de Ayuda a los Niños del Pueblo Español, organismo responsable, como he señalado antes, de los niños y niñas españoles refugiados en México y, por tanto, encargado tanto de mantener informados a los padres sobre el estado de los menores como de facilitar la comunicación entre ambos.

Leer y escribir en comunidad

Una vez explicado el contexto de producción de las cartas y presentados los protagonistas del intercambio epistolar que dio fruto al conjunto documental que protagoniza este artículo, mi objetivo ahora es reflexionar, a través del análisis de las misivas seleccionadas, acerca de dos conceptos que, en el ámbito de las correspondencias producidas en el marco de fenómenos de movilización masiva, resultan, a mi entender, claves. Estos conceptos, enmarcados en los estudios sobre Historia Social de la Cultura Escrita, son los de “comunidad de escribientes” y “comunidad de lectores”, acuñados por Armando Petrucci, en relación a la escritura, y por Roger Chartier, en relación a la lectura, respectivamente, que no son excluyentes, en ningún caso, sino que la mayoría de las veces se complementan e influyen²¹.

Como ya he apuntado, una de las funciones del Comité de Ayuda a los Niños del Pueblo Español capitaneado por María de los Ángeles de Chávez Orozco (Gela) era garantizar el contacto entre los niños y sus familias. Los niños y niñas tenían la obligación de escribir regularmente a casa para informar a sus padres sobre su estado y su vida cotidiana. Escribir era para ellos una actividad casi diaria, tal y como han manifestado los propios protagonistas en muchas de las entrevistas que se les han realizado, si bien es cierto que no todos mantuvieron correspondencia con sus progenitores, al menos de una forma fluida o constante²².

21. Para una aproximación a la Historia Social de la Cultura Escrita pueden consultarse A. Castillo Gómez y C Saénz, “Paleografía versus alfabetización. Renexiones sobre Historia social de la cultura escrita”, *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 1, 1994, pp. 133-168; F. M. Gimeno Blay, *De las Ciencias Auxiliares a la Historia de la Cultura Escrita*, Valencia, 1999; A. Petrucci *La ciencia de la escritura. Primera lección de Paleografía*, Buenos Aires, 2002; y A. Castillo Gómez, “La Corte de Cadmo. Apuntes para una historia social de la cultura escrita”, *Revista de Historiografía*, 1/2, 2004, pp. 89-98.

22. Véanse los testimonios recogidos en S. Figueroa Zamudio, E. Mateo Gambarte, B. Morán Gortari y G. Sánchez Almanza (comps.). *Un capítulo de la memoria oral del exilio...*

Como motivos de la pérdida de este cordón umbilical que las cartas representaban, pueden señalarse, principalmente, los siguientes:

1) En primer lugar, que los niños y niñas fuesen huérfanos y no tuvieran en España en ninguna persona con la que pudieran mantener una relación epistolar. Igualmente, existieron casos de niños y niñas perdidos, cuyos padres no supieron nunca que estos habían sido evacuados a México, y al revés, hubo muchos padres que desaparecieron tras la salida de la expedición y cuyos hijos e hijas no volvieron nunca a saber nada de ellos.

2) Un segundo motivo fue el desconocimiento de la escritura por parte tanto de los niños y niñas, muchos de los cuales, debido a su corta edad, todavía no sabían escribir, como de los padres, quienes en su gran mayoría no habían tenido la oportunidad de asistir a la escuela y, por tanto, de adquirir los rudimentos básicos de escritura y de lectura. En ambos casos, el recurso a la delegación gráfica y lectora, desarrollada por los hermanos y hermanas mayores, otros compañeros y compañeras de expedición y los maestros encargados del grupo, en el caso de los menores, y por familiares y otros padres, en el caso de los progenitores, fue clave a la hora de poder establecer y mantener el contacto entre España y México²³.

3) Otra de las causas de la ausencia de comunicación fue la pereza de algunos niños y niñas que, al llegar a México, olvidaron la obligación contraída con sus padres y se negaron a escribir, a pesar de la insistencia de sus cuidadores. Esto se produjo, fundamentalmente, en el caso de los menores de más edad, que pronto se separaron del resto del grupo, llegando incluso algunos de ellos a fugarse de la escuela.

4) No debemos olvidar, tampoco, que en muchos casos lo que ocurrió fue simplemente que la comunicación fue imposible debido a los constantes cambios de residencia provocados por la guerra y el abandono de los hogares; y, sobre todo a partir de 1939, por la situación en la que quedaron muchos de los padres, refugiados en campos de concentración, encarcelados o carentes de todo tipo de recursos para sobrevivir. Todo ello acabó con cualquier posibilidad de establecer contacto escrito.

5) Por último, hay que tener en cuenta el peligro de que la censura interceptase la correspondencia, así como la manipulación y extravío habituales del correo en estos años convulsos. Se escribieron muchas cartas, pero de entre todas ellas solo un pequeño porcentaje llegó a sus destinatarios, a pesar de que esta correspondencia generalmente viajaba por valija diplomática y tenía concedida,

23. Sobre las prácticas de escritura de los Niños de Morelia, y concretamente sobre el fenómeno de la delegación gráfica, remito a V. Sierra Blas: "Con el corazón en la mano...", p. 429.

con el fin de facilitar la comunicación entre padres e hijos, una franquicia postal por parte del Gobierno mexicano²⁴.

Ante todas estas dificultades y debido a la honda preocupación que no recibir noticias de sus hijos e hijas causaba en los padres, estos decidieron organizarse. Crearon así, en la primavera de 1937, como he comentado líneas arriba, la Asociación de Padres y Familiares de los Niños Españoles Refugiados en México, filial de otra asociación llamada Los Amigos de México, cuya sede estableció en Barcelona. Una de las principales actividades de esta Asociación era asegurar el contacto escrito entre los dos lados del Atlántico. Por eso, entre las primeras decisiones que se tomaron desde la Junta Directiva destacó la de que la correspondencia que los padres enviaban a los niños y niñas, y a su vez, la que estos remitieran a España, debería pasar por las manos de la responsable del Comité. Es decir, que tanto los niños y niñas como los padres tendrían que enviar a Gela las cartas familiares y ella se encargaría, personalmente, de acusar recibo de las mismas y hacer la entrega correspondiente. Gela cumplió con este encargo a la perfección, actuando así como escribiente, archivera y enlace, funciones que han quedado reflejadas en las numerosas anotaciones marginales de su puño y letra que las cartas conservadas presentan. Se trata, en su mayoría, de fechas de recepción y respuesta de las misivas y de ciertas “palabras de control” (“Contestada” o “Vista”), que dan fe de la meticulosidad con la que esta realizaba su trabajo, como puede comprobarse en algunas de las cartas que se reproduce en las páginas que siguen.

Junto a esta medida práctica, y también en relación a la correspondencia, los padres de los Niños de Morelia fundaron, en el seno de la Asociación, la llamada “Estafeta Cordial Antifascista”, cuyo fin era atender a todos aquellos niños y niñas que no tenían con quien escribirse y, al mismo tiempo, a aquellos padres que no recibían cartas de sus hijos e hijas; conscientes, sin duda, de la influencia que en el estado de ánimo de ambas causaba la falta de correspondencia. Así explicaban esta iniciativa los miembros de la Asociación en una carta fechada en Barcelona el 20 de octubre de 1937 dirigida a la entonces directora de la Escuela de Morelia, Paula Nava:

“Hay varios niños que no tienen familiares a los cuales gustaría recibir cartas de España, de su Patria, y entre exclamaciones y risas, en corros, leer las palabras que llegan a través del Atlántico portadoras de besos y consuelo; también hay padres que nada han sabido de sus hijos desde que salieron de esta. Para remediarlo en lo posible os proponemos lo siguiente: Hágase saber en nombre de ‘Los Amigos de México’ que, a partir de ahora, todos los niños pueden escribirnos haciéndonos cuantas preguntas quieran y entablar una correspondencia;

24. Cfr. D. Pla Brugat, *Los Niños de Morelia...*, p. 177.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

iniciamos la 'Estafeta Cordial Antifascista', a la que todos pueden dirigirse. Solo hemos de advertir que no conviene referirse para nada a cosas de la guerra. Rogamos nos mande una lista de los niños que carezcan de noticias de España y las sugerencias que se crean oportunas para poder suplir, en lo que quepa, la carencia de allegados borrando la sombra de tristeza que enturbia los corazoncitos de los más desgraciados"²⁵

Igualmente, la Asociación fue clave para ayudar a todos aquellos padres que no estaban familiarizados con la escritura a redactar las cartas para sus hijos e hijas, bien aprovechando las misivas de otros para redactar las suyas, cual modelos de referencia, o bien, como acaba de comentarse, recurriendo a otros familiares y padres que actuaron como delegados gráficos; algo que, por lo general, suele advertirse en las cartas, como puede verse, por ejemplo, en esta que María Rodríguez Pacheco le escribe a Gela desde Denia (Valencia) en 1937, en la que le explica en la posdata que el cambio de letra se debe a que como ya tiene más confianza con ella ha dejado de recurrir a su hermana, que hasta ese momento hacía de intermediaria entre ambas (Figura 4):

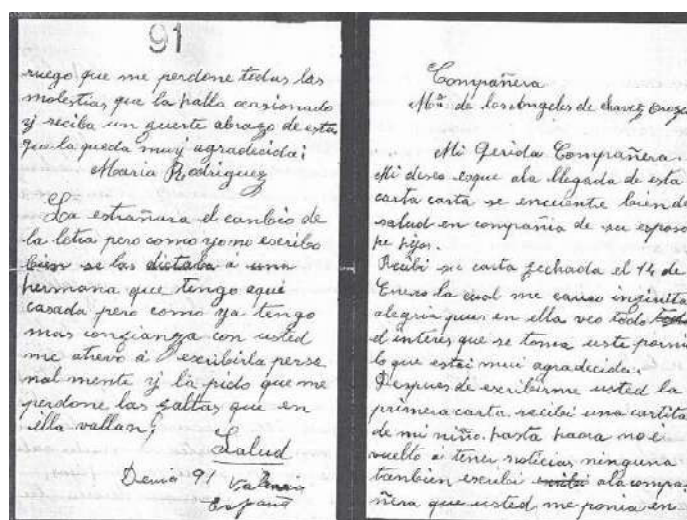


Figura 4

Carta de María Rodríguez Pacheco a María de los Ángeles de Chávez Orozco.
Denia (Valencia), 1937.

AEM, Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco.

25. Carta de Quintín S. Alfaro Soler a Paula Nava. Barcelona, 20 de octubre de 1937. AEM, Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco. Todas las cartas que se transcriben en este trabajo han sido actualizadas en su ortografía y puntuación con el fin de facilitar su lectura.

Verónica Sierra Blas

“Le extrañará el cambio de la letra, pero como yo no escribo bien, se las dictaba a una hermana que tengo aquí casada, pero como ya tengo más confianza con usted me atrevo a escribirla personalmente y la pido que me perdone las faltas que en ella vayan”²⁶

Si tenemos en cuenta que, en su mayoría, los padres de los niños y niñas eran trabajadores, miembros de la clase obrera de las grandes ciudades españolas, no es de extrañar que muchos de ellos, máxime en el momento histórico en el que nos encontramos, no hubieran tenido la oportunidad de acceder a una educación, como ya he indicado páginas atrás. Su apropiación de la cultura escrita, en general, fue más bien fruto del autodidactismo y de la necesidad práctica y cotidiana que de un aprendizaje formal, y la familiarización con la misma una imposición derivada de sus circunstancias personales, en este caso, tener lejos de casa a sus hijos e hijas. Todo ello puede percibirse en las características gráficas y lingüísticas que las cartas presentan, en la pobreza argumentativa y en la simplicidad narrativa de las mismas, aspectos en los que no me voy a detener, porque ya lo hice en su momento, pero que fácilmente pueden apreciarse en las imágenes de las misivas que se reproducen en este artículo²⁷.

Además de estas acciones llevadas a cabo con el fin de establecer un intercambio regular y efectivo con sus hijos e hijas, si hay algo que define a la Asociación en materia epistolar es que los padres de los Niños de Morelia escribieron muchas de sus cartas de forma colectiva, como, por ejemplo, ocurre en esta enviada el 23 de julio de 1938 al presidente Lázaro Cárdenas, redactada por uno de los padres y firmada por todos los miembros de la Asociación, cuyo fin era desmentir algunas informaciones que la prensa mexicana había propagado referidas a las malas condiciones de vida en las que los menores vivían en Morelia²⁸:

“Enterados por el periódico *Para Todos* de Morelia (Michoacán), de fecha 20 de junio, de la campaña ruin y de difamación de otros periódicos de México contra la escuela España-México, donde se encuentran nuestros queridos hijos, salimos al paso de esa vil calumnia con todas nuestras fuerzas y con el sinnúmero de pruebas que todos los padres poseemos de nuestros hijitos; pues en todas sus cartas, espontáneamente escritas, manifiestan el buen trato, el cariño que reciben del personal de las mencionadas escuelas, como asimismo del pueblo

26. Carta de María Rodríguez Pacheco a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Denia (Valencia), 1937. AEM, *Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco*.

27. V. Sierra Blas: “‘Con el corazón en la mano’...”, pp. 437-439.

28. Sobre el tratamiento de las informaciones aparecidas en la prensa mexicana del momento, resulta interesante el estudio de A. Sánchez Ródenas, “Los Niños de Morelia y su tratamiento por la prensa mexicana durante el año 1937”, *Anales de Documentación*, 13, 2010, pp. 243-256, donde el autor analiza las noticias publicadas en los tres periódicos de mayor tirada del país: *El Nacional*, que ofrecía la visión oficialista de los hechos; *El Excelsior*, el más crítico hacia el Gobierno cardenista; y *El Universal*, que podría considerarse “neutral”.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

de Morelia y de toda persona que se relaciona con ellos, siendo de V./E. Señor Presidente, del que no tienen más frases los pequeños para manifestar su cariño y los constantes desvelos que como padre amoroso les presta”²⁹.

Por todo lo expuesto, el diseño de actividades epistolares conjuntas, el aprendizaje de la retórica epistolar y el ejercicio de la delegación gráfica en el seno de la Asociación, y la redacción colectiva de las misivas, los padres de los Niños de Morelia pueden ser considerados como una “comunidad de escribientes”, siguiendo la definición dada por Armando Petrucci. Para Petrucci, el concepto de “comunidad de escribientes” no puede desligarse ni comprenderse sin tener en cuenta el término de “microcosmos gráfico”, entendiendo este como un lugar privilegiado de producción, uso y conservación de la escritura. Para explicar ambos, Petrucci pone como ejemplo la familia urbana europea de los siglos XVI a XVIII. Esta debe ser concebida, al mismo tiempo, como un “microcosmos gráfico” y como una “comunidad de escribientes”, en primer lugar, porque era en el seno de la familia donde se aprendía a leer y a escribir (bien mediante preceptores privados, en el caso de las familias de más alto nivel, bien mediante transmisión didáctica interna de un miembro a otro de la comunidad familiar, principalmente de padres a hijos, en las restantes). En este sentido, en la familia tuvieron lugar complejas estrategias de distribución, limitación y censura de las capacidades alfabéticas, privilegiando a unos miembros frente a otros (de forma general, a los varones frente a las mujeres) y eligiendo unos tipos de escritura concretos (y, por tanto, unos tipos de educación e instrucción específicos). Precisamente porque estaba solo parcialmente alfabetizada, afirma Petrucci, la familia constituyó también un espacio primordial para el desarrollo del uso indirecto y de la utilización parcial y mediada de la cultura escrita, siendo habituales las manifestaciones de la delegación gráfica y las acciones conjuntas de elaboración y lectura de distintos productos escritos (especialmente entre los semianalfabetos, aunque no solo). Finalmente, concluye Petrucci, la familia acabó convirtiéndose en lugar de depósito y acumulación ordenada de la escritura producida y/o recibida y conservada por sus miembros. Así, “la relación entre escritura y familia se funda como lugar de elaboración de una densa producción escrita memorialística y documental, que sirve como instrumento de tutela jurídica del patrimonio inmobiliario y financiero y, a la vez, como testimonio indiscutible de la identificación del grupo y de su proyección en el pasado”³⁰.

29. Carta de la Asociación de Padres y Familiares de los Niños Españoles Refugiados en México a Lázaro Cárdenas. Barcelona, 23 de julio de 1938. AGN, *Presidencias, Lázaro Cárdenas*, caja 939, exp. 550/84.

30. A. Petrucci, “Para una historia cualitativa del alfabetismo”, en A. Petrucci, *Alfabetismo, escritura, sociedad*, Barcelona, 1999, especialmente pp. 50-52 (p. 51 para la cita). La idea de la familia como “comunidad de escribientes” y “microcosmos gráfico” formulada por Petrucci en este trabajo fue desarrollada posteriormente por Attilio Bartoli Langeli. Cfr. A. Bartoli Langeli, *Scrittura e parentela*.

Dentro de las prácticas de escritura que materializan todas estas características señaladas por Petrucci para definir lo que para él es una “comunidad de escribientes”, las cartas ocupan, junto a los libros de familia³¹, las primeras posiciones, pues ambos reflejan a la perfección esa concepción comunitaria de la escritura por parte de un grupo determinado. Siguiendo con el caso concreto de los padres de los Niños de Morelia es interesante señalar cómo estos no solo concibieron la escritura epistolar de forma comunitaria en las actividades realizadas conjuntamente o en las prácticas creadas de manera colectiva, sino que su concepción y uso comunitario de la correspondencia también ha quedado evidenciado en las cartas individuales o particulares conservadas. El análisis de las mismas refleja, de este modo, que todas ellas formaron parte de una estrategia común (persiguieron unos mismos fines), que coincide, además, con los momentos (las fechas de redacción) y circunstancias de producción de las misivas. Podemos establecer, así, tres etapas diferenciadas en el fondo epistolar objeto de estudio, derivadas de esa funcionalidad compartida:

1) Una primera etapa la situaríamos en el año 1937, cuando se produjo la evacuación de los niños y niñas y, por tanto, la separación familiar. En estas cartas, por lo general, los padres, ante la falta de noticias, piden información sobre sus hijos e hijas (dónde están, cómo están, por qué no escriben, etc.) y manifiestan a los responsables de estos sus preocupaciones, muchas de ellas relacionadas con noticias alarmantes publicadas en la prensa del momento, como raptos de los menores por parte de la colonia española que se había ido formando en el país derivada de la emigración económica de principios de siglo (en su mayoría de tendencia conservadora), fugas de la escuela, acciones incontroladas, accidentes o adopciones ilegales. Un ejemplo de esta primera etapa es la carta de Carolina Gaspar Casanova dirigida a Gela desde Tarrasa

Autobiografia collettiva, scritture personali, rapporti familiari in una fonte Quattro-Cinquentesca, Brescia, 1989.

31. El libro de familia era confeccionado por autores múltiples, pues pasaba de generación en generación, pudiendo incluso participar en el mismo personas externas al grupo. Como regidor de la vida en el hogar y garante de la memoria familiar, contenía y proporcionaba informaciones prácticas y consejos muy diversos, pero, además, constituía un conjunto de modelos de comportamiento y de acción, así como una manera de percibir la realidad y de crear identidades de grupo. Por otro lado, el aprendizaje endogámico de la escritura, en el seno de la familia, producía necesariamente una consolidación de los modelos textuales y de las formas gráficas y lingüísticas que, a su vez, daba como resultado la perpetuación del modelo familiar. Para una aproximación a los libros de familia véanse, por ejemplo, los trabajos de M. L. Mandigorra Llavata, “La configuración de la identidad privada: diarios y libros de memorias en la Baja Edad Media”, en A. Castillo Gómez (coord.), *La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares*, Gijón, 2002, pp. 131-152; y R. Mordenti, “Los libros de familia. Incunables del escribir sobre sí mismo”, *Cultura Escrita & Sociedad*, 5, 2007, pp. 215-216.

(Barcelona) el 21 de octubre de 1937, en la que, tras realizar una detallada descripción física de su hijo, la madre le suplica a la responsable del Comité que le localice:

“Yo, la madre verdadera de un niño que se encuentra ahí en México, me dirijo a ese Comité para que me hagan el favor y la bondad de me mandar algunas noticias sobre ese niño. Este muchacho m marchó de casa el día 12 de mayo de 1937 y recorrí todo para saber su paradero y he estado cuatro meses sin saber completamente nada de él [...]. Y yo, francamente, estoy desesperada al no saber nada de mi hijo [...]. Mi hijo se llama Juan Cruz Gaspar, es algo rubio oscuro, cabello ondeado, ojos castaños y grandes. Lleva en la mano izquierda, en el dedo meñique, una verruga bastante grande. Es natural de Tarrasa, provincia de Barcelona. Tiene 15 años, los cumple el 23 de noviembre de 1937. Es muy instruido, sabe mucho leer y escribir. Espero de ese Comité que escucharán la voz de una madre que espera con ansias de dolor o alegría noticias de Vs., y si le encuentran hagan Vs. el favor de decirle que me escriba”³².

2) Una segunda etapa la constituye el año 1938, momento álgido de la contienda, cuando se recrudecieron considerablemente las condiciones de vida en España, mientras los niños y niñas se aclimataban a su nueva vida, una vez pasados los primeros momentos de descontrol y caos. En esta etapa, la mayoría de las cartas de los padres cumplen una función de control en la distancia, es decir, lo que pretenden los progenitores es recordar a los responsables de los menores su potestad sobre sus hijos e hijas. Así, reprueban o aprueban comportamientos y acciones de estos, dan o niegan permisos para que realicen distintas actividades, establecen prohibiciones, ofrecen consejos, tratan de transmitirles una serie de principios morales e ideológicos y deciden todo aquello que esté relacionado con su formación y su futuro, como puede verse en esta carta, escrita por Tomás García y Teresa Borrás desde Barcelona el 20 de agosto de 1938, en la que los padres dejan claro qué educación quieren para sus dos hijos, así como su preferencia de mantenerles al margen del conflicto bélico:

“Apreciable compañera: El que suscribe estas cuatro rayas, padre de dos niños españoles refugiados en ese país mil veces leal y llamados Tomás y Eduardo García Borrás, naturales de Barcelona y que actualmente se encuentran alojados en Morelia, Michoacán, se atreve a escribirle esta carta para hacerle algunas observaciones que seguro estoy transmitirá a mis nenes y a sus respectivos profesores. Estas son: que mis dos hijos, Tomás y Eduardo, los cuales junto con nosotros han residido en Francia 8 años y naturalmente allí iban a la escuela y desde luego les enseñaban francés, desearía que en la escuela les dieran algunas lecciones de este idioma (dos o tres lecciones por semana) para que no lo olvidaran, que sería una lástima. Luego de hacerles que nos escriban una carta cada 15 días por lo menos y decirles que recibirán otras tantas nuestras de no

32. Carta de Carolina Gaspar Casanova a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Tarrasa (Barcelona), 21 de octubre de 1937. AEM, *Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco*.

dejarles salir con ningún particular ajeno a la escuela y de no hablarles para nada de la terrible guerra que sostenemos aquí con el fascismo internacional, capitaneado por cuatro esqueléticos payasos que tarde o temprano serán pisoteados por las fuerzas del pueblo. No le molesto más, estimada Camarada, dé Vd. saludos a los demás compañeros del Comité, que siento ahora no recordar sus nombres. Y dándole las más expresivas gracias anticipadas, disponga como quiera de estos que se consideran sus amigos,
Tomás García y Teresa Borrás”³³.

3) Una tercera y última etapa se sitúa en 1939 (son muy pocas las misivas datadas en 1940), final de la contienda e inicio del exilio masivo, un momento en que los padres lucharon sin descanso por conseguir un billete a México para reunirse con sus hijos e hijas. La derrota y el exilio son, por tanto, los temas de fondo de estas misivas, que se emplean ahora para agradecer al pueblo mexicano la labor realizada con los niños y niñas, y para suplicar ayuda e intercesión en el propósito que muchos de los padres tienen de reunirse con ellos, como hace Rosa Gascón en la suya de 9 de febrero de 1939, redactada desde el refugio francés de Bar-sur-Aube, en la que le pide ayuda a Gela para hacer realidad su sueño de viajar a México y recuperar a su familia (Figura 5):

“Compañera M^a de los Ángeles: [...] Ahora me dirijo a usted para pedirle un gran favor y, dada su natural bondad, no dudo que hará lo posible con su influencia para conseguir mis deseos. Estoy evacuada en Francia, separada de mi marido y lejos de todos, y desearía reunirme con mis hijos, pues cerca de ellos no me encontraría tan sola y su presencia aliviaría mis penas. Esto es lo que deseo que usted me gestione y creo que podrá conseguirlo por el interés que siente por todos los pequeños que usted dirige y por el cariño que tiene a las madres españolas”³⁴.

Además de en una “comunidad de escribientes”, como he intentado demostrar a partir de los ejemplos analizados en las páginas precedentes, los padres de los Niños de Morelia se conformaron, igualmente, en una “comunidad de lectores”, en el sentido en que esta ha sido definida por Roger Chartier. Partiendo de la teoría de las “comunidades de interpretación” de Stanley Fish³⁵, y siguiendo los

33. Carta de Tomás García y Teresa Borrás a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Barcelona, 20 de agosto de 1938. AEM, *Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco*.

34. Carta de Rosa Gascón a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Bar-sur-Aube (Francia), 9 de febrero de 1939. AEM, *Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco*.

35. En la hermenéutica literaria de Stanley Fish, todo significado es producto de una perspectiva interpretativa. Asimismo, tanto la construcción del significado como las prácticas de interpretación son concebidas como propiedades comunitarias. En este sentido, la comprensión del significado se da siempre dentro de una cierta trama intencional de intereses, propósitos y preocupaciones. Para aprehender el significado, según Fish, no basta con conocer el lenguaje y sus reglas, sino que es necesario compartir una manera de pensar, una actividad general y una forma de vida, en las cuales ya estamos involucrados, a través de las metas, procedimientos y valores de los que participamos en nuestras comunidades. Por

pasos de Michel de Certeau³⁶, Chartier define la lectura como “una actividad encarnada en gestos, espacios y hábitos”³⁷, y señala que lejos de considerar sus efectos como universales, una historia de los modos de leer debe identificar las disposiciones específicas que distinguen unas “comunidades de lectores” y “tradiciones de lectura” de otras:

“Me parece que lo que podemos hacer en la Historia de la lectura no es restituir las lecturas de cada lector del pasado o del presente, como si tratáramos de llegar a la lectura del primer día del mundo, pero sí organizar modelos de lectura que correspondan a una configuración histórica dada en una comunidad particular de interpretación. De esta manera, no se logra reconstruir la lectura, sino describir las condiciones compartidas que la definen, y a partir de las cuales el lector puede producir esta invención de sentido que está siempre presente en cada lectura”³⁸.

Para Chartier, ese factor diferencial que presentan las “comunidades de lectores” reside, principalmente, en los siguientes elementos: en primer lugar, en las competencias y capacidades de lectura; en segundo lugar, en las normas y convenciones, las lógicas y los modelos que rigen estas comunidades a la hora de leer e interpretar los textos; en tercer lugar, en el contraste entre las expectativas

otro lado, nuestras prácticas interpretativas se atienen siempre a ciertas condiciones históricas y culturales, es decir, a las convenciones institucionales vigentes en las comunidades a las que pertenecemos. Así, “en cualquier campo de la actividad humana, los significados y hechos, tanto como los procedimientos y valores, se construyen social y políticamente en la medida en que se elaboran interpretativamente a partir de presupuestos y propósitos compartidos”. Cfr. J. A. González de Requena Farré, “Comunidades interpretativas. Perspectivas de la hermenéutica literaria de Stanley Fish”, *ALPHA*, 29, 2009, p. 238. Para más información consúltense S. Fish, *Is there a Text in this Class? The Authority of Interpretative Communities*, Cambridge, 1982 (1ª ed., 1980); *Doing what Comes Naturally (A Selection)*, Durham, 1989 (*Práctica sin teoría: retórica y cambio de la vida*, Barcelona, 1992); y *¿e Trouble with Principle*, Cambridge, 2001 (1ª ed., 1999).

36. La idea que subyace en la definición charteriana de “comunidad de lectores” no es otra que la ya formulada por Michel de Certeau acerca de que el libro no es sino una construcción del lector, que inventa en los textos algo distinto de lo que era su intención, para lo cual recurre a las metáforas, ya clásicas, de la “lectura como peregrinaje” en un sistema impuesto y del lector como “cazador furtivo”: “El texto solo tiene significación por sus lectores, cambia con ellos, se ordena según sus códigos de percepción. Solo se vuelve texto en su relación con la exterioridad del lector, mediante un juego de implicaciones y astucias entre dos tipos de «espera» combinados: el que organiza un «espacio legible» (una literalidad) y el que organiza un cambio necesario hacia la «efectuación» de la obra (una lectura)”. Cfr. M. Certeau, *La invención de lo cotidiano. 1. Artes de hacer*, Ciudad de México, 1996, p. 183 (1ª ed., 1980). Muchas de las ideas formuladas por Michel de Certeau sobre la lectura se basan, a su vez, en las teorías de M. Certeau, *Rhétorique de la lecture*, París, 1977.

37. R. Chartier, “Comunidades de lectores”, en R. Chartier, *El orden de los libros. Lectores, autores, bibliotecas en Europa entre los siglos XIV y XVIII*, Barcelona, 1994, p. 25.

38. R. Chartier, *Cultura escrita, literatura e historia. Coacciones transgredidas y libertades restringidas. Conversaciones de Roger Chartier con Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin y Antonio Saborit*, Ciudad de México, 1999, p. 40.

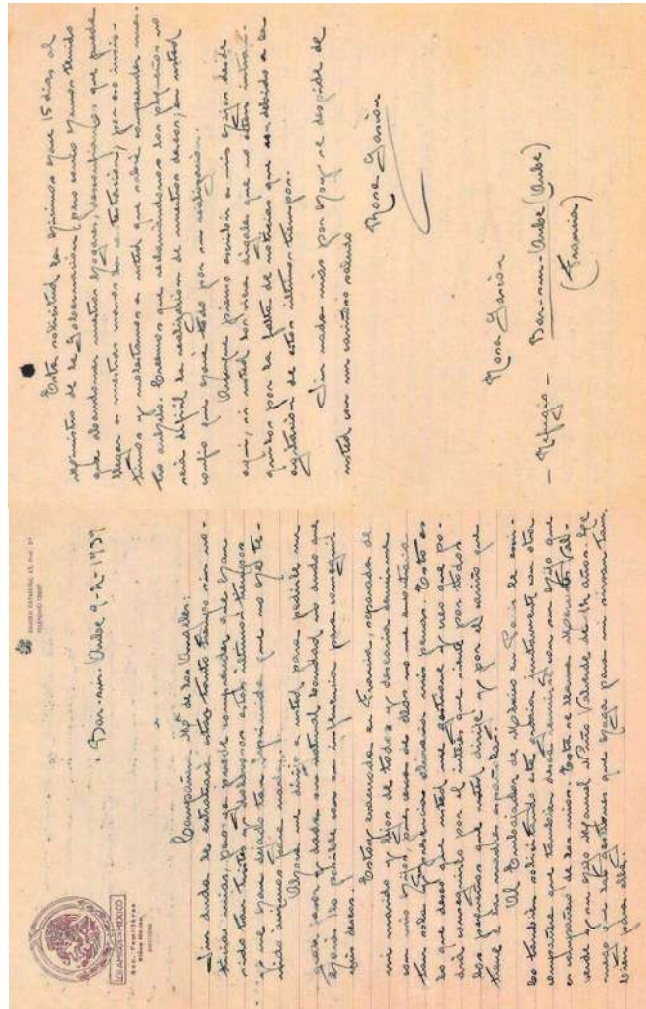


Figura 5 (A y B).

Carta de Rosa Gascón dirigida a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Bar-sur-Aube (Francia), 10 de junio de 1939.

AEM, Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco.

e intereses que los diferentes grupos lectores depositan en las prácticas de lectura en función de las áreas sociales de recepción en las que estas se insertan o producen; y, en cuarto y último lugar, en las limitaciones impuestas por las formas discursivas y materiales de los textos leídos, puesto que no hay comprensión de un escrito, cualquiera que sea este, que no dependa, en alguna medida, de las formas mediante las que llega a sus lectores³⁹.

Es cierto que el análisis de la documentación objeto del presente trabajo, de cara al estudio de los padres de los Niños de Morelia como una “comunidad de lectura” aporta mucha menos información que en el caso del estudio de los mismos como una “comunidad de escribientes”, lo que justifica la insistencia de Roger Chartier en señalar las diferencias entre escritura y lectura: mientras que la escritura da lugar a rastros perdurables, afirma Chartier, la lectura se sitúa en el orden de los efímero, y rara vez deja huellas que puedan ser recuperadas⁴⁰.

Sin embargo, y a pesar de ese carácter efímero de lo leído, las cartas conservadas nos permiten conocer cómo los padres de los Niños de Morelia, al igual que hicieron con la escritura, concibieron la lectura como una práctica comunitaria, desarrollada generalmente en el seno de la Asociación, pues en las misivas se constata que la correspondencia recibida, tanto de sus hijos e hijas como de las autoridades republicanas y mexicanas y de los responsables del cuidado de los menores, eran leídas en público, en alta voz, en el local de reunión de la misma. Así, Rafaela Soriano, otra de las madres de los niños y niñas, en la primera carta que le escribe a Gela, fechada el 28 de abril de 1939 y escrita desde Bressuire (Francia), se identifica de la siguiente manera ante la presidenta del Comité: “Aunque no tengo el honor de conocerla, soy una madre que siempre ha leído sus cartas en el local de Los Amigos de México de nuestra querida España”⁴¹.

39. R. Chartier, “Comunidades de lectores...”, pp. 25-40. El último de los elementos señalados como definitorio de una “comunidad de lectores”, relacionado con la influencia de las formas materiales, tiene su origen en la distinción que realiza Donald F. McKenzie entre modalidades de lectura y dispositivos textuales y formales. Véase D. F. McKenzie, *Bibliography and Sociology of Texts*, Londres, 1986 (*Bibliografía y sociología de los textos*, Madrid, 2006).

40. Cfr. R. Chartier, *El orden de los libros...*, p. 23.

41. Carta de Rafaela Soriano a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Bressuire (Francia), 28 de abril de 1939. AEM, *Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco*.

Los padres compartían, por tanto, la lectura de las cartas que recibían para estar informados acerca de la situación de sus hijos e hijas y conocer todos los detalles posibles sobre su vida cotidiana en México, como puede comprobarse en esta otra misiva que Concha Valera de Payá, la madre de Emeterio Payá Valera, le dirige a Gela desde Barcelona el 9 de septiembre de 1937:

“Por la carta de usted dirigida a uno de los padres que forma nuestra sociedad me he enterado de su conducta para con nuestros hijitos, de su cariño, de su bondad, de su amor infinito, en fin, hacia nuestros pequeños (...). Al escuchar la lectura de su extensa y cariñosa carta, lágrimas de inmenso agradecimiento brotaban de mi corazón, salían de mis ojos (...)”⁴².

Junto a la lectura en común de las cartas, la constitución de los padres de los Niños de Morelia en una “comunidad de lectores” se evidencia, también, en las lecturas públicas y conjuntas que realizaban de todos aquellos materiales escritos relacionados con el exilio de sus hijos e hijas que recibían o conseguían, al modo de las lecturas realizadas tradicionalmente de forma colectiva en el seno de las comunidades de trabajadores⁴³ o de las comunidades religiosas⁴⁴, estudiadas de forma magistral por diversos especialistas en la Historia de la lectura, que han demostrado la efectividad y pertinencia de la teoría charteriana a la hora de reconstruir las situaciones, maneras y gestos que gobiernan la relación de los lectores con los textos.

De entre esos materiales que, además de las cartas, los padres de los Niños de Morelia leyeron colectivamente, destacan, sobre todo, los periódicos y los boletines informativos, como, por ejemplo, el *Boletín de la Emigración Española en México* o el *Boletín de Ayuda al Niño Español*, que solían recoger a menudo noticias sobre los niños y niñas evacuados. Como botón de muestra valga esta última carta, fechada el 17 de noviembre de 1937 en Barcelona, cuya autora,

42. Carta de Concha Valera de Payá a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Barcelona, 9 de septiembre de 1937. AEM, *Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco*.

43. Valgan como ejemplo los trabajos realizados por M. Lyons, “Los nuevos lectores del siglo XIX: mujeres, niños, obreros”, en G. Cavallo y R. Chartier (dirs.), *Historia de la lectura en el Mundo Occidental*, Madrid, 2001, pp. 539-589; y A. Tinajero, *El lector de tabaquería. Historia de una tradición cubana*, Madrid, 2007.

44. Pueden consultarse, entre otros, M. de Certeau, “La lecture absolue (Théorie et pratique des mystiques chrétiens: XVIe-XVIIe siècles)”, en L. Dallenbach y J. Ricardou (dirs.), *Problèmes actuels de la lecture*, París, 1982, pp. 65-79; y A. Castillo Gómez, “Leer en comunidad. Libro y espiritualidad en la España del Barroco”, *Via Spiritus*, 7, 2000, pp. 99-122. Además del concepto de “comunidad de lectores”, Antonio Castillo Gómez emplea el término de “comunidad textual”, en cuanto “microsociedad que se organiza en torno a la interpretación común de lo escrito”, acuñado por Brian Stock. Cfr. B. Stock-, *Listening for the Text. On the Uses of the Past*, Baltimore y Londres, 1990 (para la cita véase la traducción italiana, *La voce del testo. Sull'uso del passato*, Roma, 1995, p. 31).

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Ana Amador de Fernández, le acusa recibo a Gela de un ejemplar de uno de estos boletines recibidos por la Asociación:

“Con fecha 5 hemos recibido el *Boletín nº 3 de Ayuda al Niño Español*, y entre otros sentimentales artículos de llamada a la solidaridad y recibimiento está el suyo, todo un poema de amor. Fue leído en Los Amigos de México, en presencia de muchas madres, y no pudimos contener que unas lágrimas salidas del corazón nos bañaran las mejillas”⁴⁵.

En conclusión, lo que he tratado de reflejar en estas páginas es cómo, a pesar de que la carta es uno de los productos escritos privados e íntimos por excelencia, tiene la capacidad de tornarse pública y colectiva en determinadas circunstancias, como es el caso de los fenómenos de movilización masiva, donde se dan cita escritores y lectores que comparten unas características socio-culturales y unas circunstancias vitales similares, lo cual hace que tengan problemas, preocupaciones, intereses y expectativas comunes. En este sentido, los padres de los Niños de Morelia son un ejemplo excelente para ilustrar cómo se conforman las comunidades lecto-escritoras en torno a la práctica epistolar en el marco de estos acontecimientos históricos. De este modo, los padres de los Niños de Morelia, además de compartir las tremendas consecuencias que la guerra trajo para los vencidos, así como la tristeza y la preocupación que estar separados de sus hijos e hijas suponía y el deseo de reunirse con ellos lo antes posible, compartieron también, como ha quedado demostrado, la escritura y la lectura de las cartas que enviaron a México y recibieron de este país, pudiendo ser, por tanto, considerados, como una verdadera “comunidad epistolar”.

45. Carta de Ana Amador de Fernández a María de los Ángeles de Chávez Orozco. Barcelona, 17 de noviembre de 1937. AEM, *Archivo Particular de María de los Ángeles de Chávez Orozco*.

***Arriba España!:* Brasileiros no exército de Franco**

Eliane Venturini

Quando o general Francisco Franco Bahamonde iniciou o levantamento militar contra a Segunda República Espanhola em 17 de julho de 1936, dificilmente imaginaria o quanto o conflito que se consolidaria a seguir seria marcado por uma participação estrangeira tão acentuada. Certo é que essa intervenção de outros países iniciou-se graças ao próprio Franco, quando pediu ajuda a Mussolini e Hitler para transportar suas tropas por via aérea entre Marrocos e Espanha. Por sua vez, a Segunda República Espanhola solicitou a ajuda de Stalin, e a partir daí a dimensão que a interferência estrangeira atingiu no conflito espanhol tornou-a uma guerra de nuances ideológicas únicas, fazendo com que as terras da Espanha se transformassem em um campo de batalha internacional.

O mais famoso grupo internacional a apoiar a República Espanhola foi o proposto pelo Komintern (III Internacional) e oficializado por Stalin, as Brigadas Internacionais. Esse exército formado por comunistas e simpatizantes de mais de 50 nações, contou com a participação de membros recrutados pelo Partido Comunista destes países, mas também houve um grande número de voluntários que aderiram ao grupo interbrigadista independente das diretrizes adotadas pelo Komintern em Moscou. Esses voluntários aderiram às Brigadas Internacionais e em alguns casos ao Exército Popular da República movidos pela decisão de lutar contra o fascismo de maneira espontânea, assumindo todos os riscos que envolvem uma guerra fratricida.

A participação dos brasileiros nas Brigadas Internacionais é bem conhecida, principalmente a atuação dos integrantes do grupo comunista. Sobre esse tema, há os excelentes trabalhos de José Carlos Sebe Bom Meihy (Meihy e Filho, 1996) Thais Battibugli (Battibugli, 2000) e Paulo Roberto Almeida (Almeida, 2001), somente para citar os mais conhecidos. E a bibliografia sobre essa temática tem se expandido bastante, graças a novas pesquisas realizadas nesse campo, ampliando o conhecimento sobre a participação dos brasileiros ao lado dos ideais republicanos.

Por outro lado, a participação de brasileiros no grupo franquista é um tema que necessita de maior aprofundamento. A recente comprovação do envolvimento de brasileiros na Legião Estrangeira Espanhola e nas milícias da Falange – grupos militares que apoiaram a causa rebelde – é apenas o ponto de partida para que novas pesquisas possam sanar as dúvidas levantadas com a pesquisa inicial (Venturini, 2015).

Para compreender a participação dos brasileiros na luta de Franco contra a Segunda República Espanhola, é necessário discorrer um pouco sobre o contexto que gerou o envolvimento de estrangeiros ao lado dos militares rebeldes.

Como dito anteriormente, Franco solicitou ajuda a Mussolini, que não tardou em atender a seu chamado. Seus motivos eram diversos, e repercutem ainda hoje em uma ampla discussão no meio acadêmico (Campos, 2011): envolviam uma política exterior anti francesa devido às consequências da Primeira Guerra Mundial para a Itália, e também o seu interesse estratégico no Mediterrâneo (Sánchez Pérez, 2013). Mas tudo indica que a principal motivação que levou o Duce a participar do conflito espanhol foi principalmente seu anticomunismo, plasmado no receio de que uma vitória da Segunda República na guerra poderia provocar um efeito dominó e consolidar os ideais comunistas em Portugal e França (Saz, 1992). Assim, além de ajudar com suprimentos, armamentos e munição, Mussolini enviou o CTV - *Corpo di Truppo Volontarie* (Corpo de Tropas Voluntárias), que chegou a contar com mais de 70 mil homens ao longo da guerra, o que superava o número de participantes estrangeiros nas Brigadas Internacionais, que manteve uma média de aproximadamente 35 mil brigadistas (Casanova, 2013).

Franco não hesitou em pedir ajuda também a Hitler. As motivações do *Führer*, além de impedir o crescimento do socialismo no continente, eram acentuatamente estratégicas. Com a vitória de Franco, a França (cujo governo da Frente Popular possuía viés socialista) ficaria acuada entre dois países fascistas. Além disso, uma Espanha aliada aos alemães poderia dificultar o acesso da Inglaterra ao canal de Suez, que se dava através do estreito de Gibraltar. Por isso Hitler, assim como seu colega italiano, enviou ajuda militar e logística, mas também determinou a criação da famosa Legião Condor, grupo militar aéreo alemão, e que foi responsável por várias vitórias do grupo rebelde – inclusive pelo bombardeio da cidade de Guernica – e chegou a contar com mais de 19 mil participantes ao longo do conflito (Beevor, 2007).

Os portugueses também tiveram um importante papel nesse contexto, mesmo que não tenham formado um grupo explícito como os alemães e os italianos. Antônio de Oliveira Salazar dominava Portugal como ditador desde 1932, em um governo de características fascistas. Obviamente sua aversão à Segunda República Espanhola, de caráter socialista, era destacada. O receio da influência de Moscou na Península Ibérica fez com que o ditador português acentuasse o anticomunismo em seu país (Gómez de las Heras Hernandez, 1992). Motivado principalmente por esse fator, a ajuda portuguesa ao grupo rebelde consolidou-se desde o primeiro momento. Em realidade, inclusive antes mesmo do início do levante, Salazar já dava apoio ao General José Sanjurjo. Este general espanhol

já havia tentado um golpe contra a República Espanhola em 1932. Foi preso e posteriormente anistiado, exilando-se em Portugal. Quando em julho de 1936 saía da cidade portuguesa de Estoril para dirigir-se a Burgos e tornar-se o líder do exército sublevado, Salazar não só possuía total conhecimento de todo o processo, como também estava envolvido na organização do retorno de Sanjurjo para a Espanha (Alpert, 2004). Para infelicidade de Sanjurjo, o avião onde se encontrava caiu e ele faleceu, o que provocou a ascensão de Franco como chefe da revolta militar.

Apesar do envolvimento tanto ideológico quanto de fato de Portugal na Guerra Civil Espanhola, Salazar teve que ceder às diretrizes determinadas pela Sociedade das Nações, que tentaria impedir a intervenção estrangeira no conflito espanhol. Como tradicionalmente a influência inglesa na diplomacia portuguesa era intensa, Salazar, cedendo às pressões da Inglaterra que defendia uma política de apaziguamento, assinou o Pacto de Não Intervenção – acordo internacional proposto por Inglaterra e França, ratificado por 27 países, que determinava que nenhum dos signatários iria interferir nos assuntos espanhóis. A adoção dessa postura de suposta neutralidade pelas potências europeias determinou o rumo dos acontecimentos na Espanha. Os governos inglês e francês tentaram dificultar o máximo possível qualquer ajuda aos republicanos – entretanto Alemanha e Itália, assim como a U.R.S.S. que assinaram o acordo, não deixaram de enviar tropas e armamentos em grande quantidade para os rebeldes espanhóis (Navarro Comas, 1997). Salazar assinou o acordo comprometendo-se a não intervir no conflito, porém facilitou o abastecimento das tropas rebeldes no norte da Espanha através de ferrovias (Gómez de las Heras Hernandez, 1992), e também permitiu o uso de seus aeroportos pelas aeronaves italianas e alemãs (Tamanes, 2011).

Com a assinatura do acordo de não intervenção, Portugal não poderia formar oficialmente um grupo militar para ajudar Franco, pois a vigilância inglesa sobre Salazar, através da Sociedade das Nações, era intensa. Entretanto o governo português facilitou a adesão de voluntários em seu país na luta ao lado de Franco, e ficaram conhecidos genericamente como “viriatos” – uma referência ao herói português Viriato, que liderou a luta contra o domínio do Império Romano no século II. Não chegaram a formar um corpo militar específico como os italianos e os alemães; estavam dispersos entre as várias subdivisões do exército nacional, mas formavam um grupo expressivo, cujo número oscila entre 2.500 e 8.000 homens (Gómez, 2009).

Como vimos, o anticomunismo apregoado por Hitler, Mussolini e Salazar foi um dos principais motivos que levaram esses homens a apoiarem o exército de Franco contra a Segunda República Espanhola. Por isso é interessante verificar como o governo de Getúlio Vargas, também anticomunista, se posicionou diante do conflito espanhol, para verificarmos a participação dos brasileiros no episódio.

Que Vargas mantinha simpatias pelo fascismo, não é nenhum segredo. Isso é fácil de comprovar quando analisamos a influência do corporativismo implantado por Mussolini na legislação trabalhista de Getúlio. Mas, pese a essa simpatia e alguns pontos em comum com seu colega italiano, o governo Vargas não pode ser classificado puramente fascista, já que não possuía muitas das características gerais que encontramos ao analisarmos esse tipo de governo. A ausência de vários quesitos, como o expansionismo, as milícias, o unipartidarismo e a ideologia totalitária, deixa Vargas dentro do espectro de governo que pode ser classificado de “fascistizado” (Saz, 2001).

Quando a guerra espanhola se iniciou, Vargas estava se dedicando a perseguir os simpatizantes à causa que havia tentado tirá-lo do poder. Devido ao episódio conhecido como Intentona Comunista ocorrido em novembro de 1935, milhares de pessoas foram presas; mas apesar do cerco e de todas as dificuldades, o Partido Comunista Brasileiro conseguiu atender ao chamado de Stalin e enviou clandestinamente um pequeno grupo para ingressar nas Brigadas Internacionais e lutar ao lado da República Espanhola.

O posicionamento de Vargas em relação à guerra na Espanha foi de uma suposta imparcialidade. Oficialmente, o governo brasileiro não declarou nada a respeito: quando foi questionado por José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores, se iria decretar a neutralidade do Brasil no caso espanhol, Vargas lhe respondeu que não decretaria coisa alguma, pois não iria opinar sobre um assunto a respeito do qual ninguém havia lhe perguntado nada (Vargas, 1995).

Mas Vargas não foi tão imparcial como se supõe. De maneira velada, em outubro de 1936 enviou donativos de café e açúcar a Franco. Entretanto, em 1938, Vargas também enviaria donativos de café para a República Espanhola. Em uma análise superficial, pode parecer que Vargas ao final das contas manteve um certo nível de imparcialidade ao ajudar aos dois lados do conflito. Porém, é necessário ter em conta que o governo brasileiro, internamente, não se opôs ao surgimento de representações diplomáticas oficiosas em várias cidades em território nacional que defenderiam os ideais franquistas junto às autoridades brasileiras e que promoveriam entre os membros da colônia espanhola – especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo – a arrecadação de donativos para o exército rebelde na Espanha (Venturini, 2015). A adesão de um número significativo de representantes diplomáticos à causa rebelde, principalmente entre os consulados, ocorreu em vários países. Esses representantes se desligaram do quadro diplomático oficial e passaram a fundar representações diplomáticas que representariam o Governo de Burgos (nome dado ao governo rebelde, cujo núcleo se instalou na cidade de Burgos, ao norte de Castilla y León; também

conhecido como “Zona Nacional”). Apesar dessas representações diplomáticas não serem em sua maioria reconhecidas pelos governos dos países onde atuavam (eram, portanto, oficiosas), conseguiram arrecadar donativos para o exército rebelde e, através da publicação de artigos tendenciosos, tentavam prejudicar a imagem da Segunda República Espanhola (Tabanera, 1996).

Conforme visto acima, Franco recebeu ajuda de vários países direta ou indiretamente. Mas seu exército não foi engrossado apenas por tropas formadas diretamente por algum governo colaboracionista. Boa parte dos soldados estrangeiros que participaram das batalhas na guerra civil ao lado de Franco era formada por voluntários, que muitas vezes decidiam lutar contra a República por uma iniciativa pessoal, assumindo sozinho todos os riscos.

Como não era permitido aos estrangeiros alistarem-se no Exército Nacional, a maioria desses voluntários se registrou na Legião Estrangeira, nas milícias da Falange ou nos grupos militares dos monarquistas, os Requetés.

A Legião Estrangeira espanhola foi fundada por José Millán-Astray, comandante militar que se inspirou na Legião Estrangeira Francesa para criar um grupo espanhol similar. Em janeiro de 1920, Astray criou o *Tercio de Extranjeros*, uma unidade militar subordinada ao Ministério da Guerra. A Legião Estrangeira seria fundada oficialmente em setembro daquele mesmo ano na cidade de Ceuta, norte da África. Francisco Franco, futuro líder rebelde contra a República Espanhola, participou do processo de criação da Legião, dirigindo a primeira bandeira (unidade equivalente a um batalhão).

Na prática, havia pouquíssimos estrangeiros na Legião. Apesar do nome do grupo, cerca de noventa por cento de seus quadros em realidade eram formados por espanhóis (Kemp, 1959). Ao longo de sua existência, a Legião havia participado de importantes momentos da história espanhola, como as intervenções contra o Marrocos e também nos conflitos de 1934 em Astúrias. A Revolução de 1934, como ficou conhecido esse episódio, é considerado como um prenúncio da Guerra Civil. O conflito iniciou-se quando os sindicatos de trabalhadores, especialmente em Astúrias e Catalunha, se levantaram contra o governo de direita que havia ganhado as eleições e convocado três ministros conservadores para fazer parte do poder. A repressão a esse movimento, especialmente em Astúrias, foi bastante violenta, deixando milhares de mortos em apenas duas semanas de conflito (Taibo II, 2013).

Foi graças à atuação da Legião nos primeiros momentos da guerra civil que Franco conseguiu consolidar suas vitórias no sul da Espanha. A atuação desse grupo militar no território espanhol foi facilitada graças a uma ação conjunta de aviadores espanhóis e alemães, que transportaram cerca de quinze mil soldados entre Tetuán e Sevilla, realizando a primeira ponte aérea militar da história (Jackson, 1999).

Ao iniciar-se o conflito civil espanhol, o número de estrangeiros na Legião era muito reduzido, limitando-se a apenas 67 indivíduos, oriundos de vários países, entre eles Portugal, Alemanha, Hungria, França, Áustria, Turquia, Argélia e Cuba: Com o início dos conflitos, o número de estrangeiros naquela unidade aumentaria de forma significativa, chegando a um total de 1.248 indivíduos.

Os grupos mais expressivos seriam formados por franceses (72 homens), argentinos (59), cubanos (46), alemães (42), italianos (31), austríacos (15), brasileiros (11) e russos (10). Os demais grupos minoritários estariam divididos entre outras 27 diferentes nacionalidades, incluindo tanto latino americanos (mexicanos, chilenos) como argelinos, japoneses e finlandeses (Mesa, 1998).

Esses voluntários, de modo geral, alistaram-se na Legião através dos escritórios de recrutamento que atuavam na Espanha e no Marrocos. Não havia recrutamento para a Legião nos países vizinhos, como ocorria no caso das Brigadas Internacionais, que contava com vários pontos de alistamento na França. A Legião não se comprometia a ressarcir nenhum gasto por viagens que ocorressem para o alistamento, porém os embaixadores e cônsules espanhóis localizados em diversos países, que aderiram ao ideal franquista, tinham ordens para facilitar os passaportes (no caso dos voluntários de nacionalidade espanhola) ou vistos (caso fossem voluntários estrangeiros).

Dentre os brasileiros que lutaram ao lado de Franco, o número mais significativo é o dos voluntários da Legião. As escassas informações sobre esses brasileiros estão registradas nas fichas individuais que atualmente se encontram nos arquivos da *Brigada de La Legión Rey Alfonso XIII*, na cidade de Almería, em Andaluzia. E exatamente por haver uma quantidade muito limitada de dados sobre esses voluntários, é que uma série de dúvidas paira sobre as origens dos mesmos e sua atuação durante os combates. Há que agregar a essa dificuldade de esclarecer todas as nuances dessa participação militar de brasileiros no exército franquista, o fato de que esses brasileiros não retornaram ao Brasil depois da guerra, pois tudo indica que a maioria já vivia na Espanha quando os conflitos começaram, e após a guerra mantiveram suas vidas ali. Esse fato é um dos fatores que fez com que a história desses homens ficasse encoberta por muitos anos. Ao contrário do que aconteceu com alguns dos brasileiros que lutaram ao lado da República Espanhola, como no caso de José Gay da Cunha (Cunha, 1986) e Apolônio de Carvalho (Carvalho, 1998), que escreveram livros a respeito de sua participação no conflito espanhol, os legionários brasileiros não deixaram registros pessoais (diários ou cartas) nem registros públicos (livros ou entrevistas), dificultando a pesquisa histórica.

Apesar disso, é possível chegar a algumas conclusões gerais a respeito da atuação desses brasileiros na Guerra Civil Espanhola.

Tudo indica que a maioria desses brasileiros já estava estabelecida na Espanha quando se alistaram na Legião. Esses voluntários se alistaram nas seções de Cáceres e Badajoz em Estremadura, e Talavera de la Reina, em Castilla La Mancha. Esses alistamentos ocorreram entre agosto de 1936 e fevereiro de 1938.

É difícil encontrar meios de comprovar se, os que declararam em suas fichas individuais morar em cidades brasileiras, realmente viviam no Brasil à época do alistamento. É o caso, por exemplo, do legionário Dario Infiesta Alonso. Quando se alistou na Legião Estrangeira, declarou que residia em Campo Grande, Mato Grosso. Porém a verdade é que Dario vivia em Orense, na Galícia, havia mais de três anos, com seus pais e irmãos. E essa confirmação só veio à tona porque foi possível localizar sua família mais de 60 anos depois, e seu sobrinho contou toda a história. Infelizmente, em relação a boa parte dos outros voluntários, seu paradeiro é desconhecido, o que dificulta a confrontação destes dados (Venturini, 2015).

Também não foram encontrados registros que comprovem que esses legionários tivessem algum vínculo com algum grupo político brasileiro ou partido, como a AIB (Ação Integralista Brasileira), como ocorreu com parte dos voluntários brasileiros nas Brigadas Internacionais, que tiveram ajuda financeira e logística do PCB (Partido Comunista Brasileiro). A possibilidade de que houvesse um envolvimento da AIB no alistamento desses legionários foi levantada pela existência de um artigo e uma foto publicados no jornal integralista “*A Offensiva*”, do Rio de Janeiro, de 09 de setembro de 1936. Na foto, estão voluntários uruguaios que seguiriam viagem para lutar na Espanha, e ao seu lado vários integralistas. Entretanto, o artigo do jornal não confirma ou dá mais informações se esses integralistas seguiram viagem juntamente com os voluntários uriguaos.

A AIB, devido à sua ideologia influenciada pelo fascismo, conectava-se com os ideais de Franco, especialmente o anticomunismo, por isso é fácil encontrar certas similaridades ideológicas entre os integralistas e os falangistas. A Falange Espanhola, partido de cunho fascista fundado por José Primo de Rivera em Madrid em 1933, foi inicialmente um grupo sem expressão, mas que posteriormente juntou-se a outro grupo de direita, e em 1934 surgiu a FE de las JONS (*Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista*) e obteve um pouco mais de adesão, porém continuava um partido pequeno. Com o início da guerra, José Antonio foi preso e fuzilado, mas mesmo assim seus seguidores ampliaram as milícias do partido e se juntaram ao grupo militar rebelde. Em 1937 Franco decretou o fim de todos os outros grupos de direita e transformou a Falange em partido único, com o nome de FET de las JONS (*Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista*). A Falange

passaria a contar com representações em vários países, inclusive no Brasil, onde foi fundada por um pequeno grupo de imigrantes do Rio de Janeiro. Os integralistas possuíam certa proximidade com os membros da Falange Espanhola que atuavam em território brasileiro, chegando mesmo a participar de eventos públicos promovidos pelos falangistas.

Entretanto, a filosofia anticosmopolita do integralismo e seu exacerbado nacionalismo dificilmente seriam deixados de lado para levar os integralistas a se envolverem mais profundamente na causa de Franco. Tudo indica que essa proximidade entre o integralismo e o exército rebelde espanhol limitou-se apenas a declarações de apoio e simpatia; nada que levasse o partido a ajudar de forma direta algum grupo de voluntários para lutar em um exército estrangeiro.

No caso dos legionários brasileiros, não há, em suas fichas pessoais preenchidas em seu alistamento, qualquer informação a respeito de sua ideologia política ou filiação partidária. Os questionamentos sobre o voluntário limitam-se a dados sobre data e local de nascimento, filiação e alguns dados físicos, como estatura, cor da pele e cabelo, etc.. E não há, nas pastas de arquivo individuais, nenhum outro documento complementar que possa enriquecer esses dados. Uma ou outra ficha individual foi complementada com dados de fatos que ocorreram durante o conflito (ferimentos, a qual bandeira foi destinado, etc.), mas a maioria das pastas individuais possuem muito pouca informação. No caso dos brasileiros que participaram das Brigadas Internacionais, os dados são mais extensos, pois as fichas pessoais eram mais completas, exigindo maiores informações do voluntário, que tinha que relatar praticamente toda sua atividade política pregressa antes de ingressar no grupo.

Existe uma pequena possibilidade de que dois destes legionários tenham viajado até a Espanha para lutar na guerra civil partindo diretamente do Brasil, pois nas fichas individuais a informação sobre onde residiam Juan Fernández e Domingo Prieto não são claras, constando apenas o dado sobre a naturalidade brasileira. Mesmo que tenham realmente saído do Brasil para lutar na guerra espanhola, a possibilidade de que fizessem parte de um grupo político organizado para tal fim é remota. Basta verificar as datas de alistamento: Juan Fernández alistou-se em 28 de agosto de 1936, sendo o primeiro voluntário brasileiro a se alistar na Legião. Domingo Prieto alistou-se em 27 de dezembro de 1937, quase um ano e meio depois de Juan Fernández. Essa diferença entre as datas descarta a possibilidade de uma viagem organizada desde o Brasil para que um grupo lutasse na guerra espanhola, pois se isso ocorresse, seguramente haveria alguma proximidade entre as datas de alistamento. Além disso, em dezembro de 1937 (data de alistamento de Prieto), a AIB já havia sido oficialmente extinta por Getúlio Vargas, assim como todos os outros partidos políticos. Essa ilegalidade

da AIB deixa ainda mais remota a possibilidade de que um grupo militar tenha sido organizado pelos integralistas. Claro que o fato de um partido político ter sido declarado ilegal pelo governo não implicou na sua imediata desestruturação; basta verificar a história do PCB, ilegalizado desde 1922, e que se manteve atuante no *backstage* político durante todos aqueles anos. Entretanto, ao contrário da AIB, os comunistas puderam contar com uma estrutura internacional organizada, que direta ou indiretamente, através da atuação dos comunistas dos Estados Unidos e da França, ajudou os voluntários a chegar na Espanha e ingressarem nas Brigadas Internacionais. Tudo indica que, no caso dos legionários brasileiros, não houve um grupo organizado como ocorreu entre os integrantes do PCB, tratando-se apenas de iniciativas pessoais.

Segundo as regras então vigentes, o voluntário poderia escolher por quanto tempo duraria sua participação: por 3 anos, por 5 anos ou pelo tempo que durasse o conflito. A maioria dos voluntários brasileiros optou por manter o alistamento enquanto durasse a guerra. Entre esses onze voluntários, três deles morreram em combate (Juan Fernández, Olimpio Fernández Suárez e Vicente Sarmiento Casas); um foi considerado desaparecido (Alfonso Martínez) e outro, desertor (Domingo Prieto). Sobre o destino dos demais legionários após a guerra (Augusto Gomez Porto, Dario Infiesta Alonso, Feliciano de Rodrigo Gonzalez, Indalecio Perez Blanco, José Maria Margariti Pereira e Orfeo Augusto da Silva), há pouca ou nenhuma informação disponível.

Outro grupo onde houve um número representativo de voluntários estrangeiros foram as milícias da Falange Espanhola.

As milícias (conhecidas como Primeira Linha) eram grupos paramilitares formados por jovens a partir de 18 anos, e antes da guerra executavam tarefas como escoltar os dirigentes do partido, vender publicações falangistas pelas ruas e, posteriormente, com o crescimento da tensão política no país, passaram também a atuar de forma violenta contra os representantes dos grupos de esquerda (Sans Hoya, 2006).

As milícias falangistas começaram a recrutar já em agosto de 1936, chegando a contar com aproximadamente 36 mil membros (Thomás, 1999).

Em geral, não há muita informação disponível sobre a participação de estrangeiros nas milícias da Falange durante a guerra civil. Entretanto no Arquivo Militar de Ávila, concentra a documentação referente às tropas e subdivisões do Quartel General de Franco, há dados que apontam para a participação de pelo menos um voluntário brasileiro, Manuel Pena Borges, que atuou no batalhão *Cruces Negras de la Victoria*, em Ávila.

A pesquisadora argentina Mónica Quijada faz referência a dois imigrantes espanhóis residentes no Brasil que viajaram em direção a Buenos Aires, para

fazer parte de uma expedição formada por falangistas argentinos que embarcariam para a Espanha. A expedição, conhecida como Centuria Argentina, foi dividida em dois grupos, que desembarcaram em La Coruña e Vigo e posteriormente ingressaram na milícia falangista de Palencia (Quijada, 1991). Bertonha (2012) afirma que, em realidade, tratava-se de um grupo formado basicamente por espanhóis, e não argentinos. Deste grupo formado por 44 homens, os argentinos natos eram apenas três. Todos os demais, exceto um russo e um italiano, seriam espanhóis que viviam na Argentina (e, possivelmente no caso de dois voluntários, no Brasil) quando o grupo foi formado. Não foram encontrados registros dos nomes dos integrantes para aprofundar a investigação sobre esses voluntários que possivelmente saíram do Brasil para participar da Centuria Argentina.

Outro grupo de forte atuação ao lado do exército sublevado e que envolveu a participação de estrangeiros são os Requetés. Os Requetés eram as milícias do grupo carlista, que defendiam uma monarquia teocrática (Preston, 1986) e chegaram a contar com mais de 40 mil homens (Clemente, 2011). A denominação “carlistas” faz referência à luta pela sucessão do trono espanhol no século XIX, envolvendo uma disputa entre Isabel II e os liberais que a apoiavam, e o grupo mais conservador liderado por Carlos Maria Isidro, irmão do falecido rei Fernando VII. Os que lutavam ao lado do tio da rainha ficaram conhecidos como “carlistas” e defendiam a volta do absolutismo monárquico, encarnando o lema “*Dios, Patria, Rey*” (Suarez, 1988). Nos Requetés se alistaram alguns estrangeiros, entre eles os chamados “russos brancos”, defensores do retorno da monarquia em seu país (Arostegui, 2013). Não foram encontrados registros de brasileiros que tenham participado dos Requetés; talvez a ideologia monarquista do grupo tenha sido um empecilho para o alistamento de um maior número de estrangeiros, a maioria oriundos de países republicanos.

Há o registro de um caso que não se enquadra nos grupos descritos acima: o de José Arroyo García, de 19 anos. Nos documentos encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty (referência 39/2/6) há uma correspondência citando seu caso, que García teria sido alistado à força no exército rebelde, e por isso solicitava aos representantes diplomáticos brasileiros em Málaga que providenciassem a confirmação de sua nacionalidade para conseguir dar baixa do exército. Mas não há mais informações a respeito de seu paradeiro.

No que se refere ao alistamento militar de espanhóis que viviam no Brasil na época do conflito, houve uma convocação publicada em jornais do Rio de Janeiro em setembro de 1936. De acordo com o documento publicado, o Governo de Burgos convocava todos os espanhóis refugiados ou residentes no exterior a irem para a Espanha lutar ao lado dos “nacionalistas”. Caso contrário –

ameaçava a convocação – teriam todos os seus bens confiscados. Como muitos espanhóis receosos de que realmente houvesse alguma represália se apresentaram nas embaixadas oficiosas para se alistar, mas não possuíam recursos para pagar a viagem, foi necessário que os representantes oficiosos do Governo de Burgos no Brasil publicassem uma nova nota, afirmando que os espanhóis residentes na América somente deveriam ir a Espanha de maneira voluntária (Venturini, 2015: 261).

Até o momento, os casos citados acima são os conhecidos sobre a participação de brasileiros ao lado do exército de Franco. São dados escassos, mas que servem de ponto de partida para novas pesquisas, que enfrentam muitos obstáculos em sua realização. Obviamente que toda essa dificuldade em encontrar dados confiáveis sobre esse e outros temas referentes à Guerra Civil Espanhola é resultado do próprio contexto histórico: trata-se de um conflito bélico, onde a falta de recursos, desaparecimento de arquivos e toda a sorte de dificuldades podem influenciar na elaboração e manutenção dos documentos. A investigação sobre esses voluntários, até agora tão desconhecidos, tem que ser continuada, em que pese a todas essas desvantagens para o historiador. Porque a Guerra Civil Espanhola, apesar de distante no tempo, é ainda muito desconhecida para a maioria dos brasileiros, e publicações referentes a este tema merecem todo o destaque.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: participação de brasileiros no conflito. *Hispanista Revista Eletrônica*, vol. 2, nº 5, 2001. Disponível em www.hispanista.com.br/revista/artigo37esp.htm. Acesso em: 12 de junho de 2017.
- ALPERT, Michael. *A New Internacional History of the Spanish Civil War*. New York: Palgrave MacMillan, p. 53, 2004.
- ARÓSTEGUI, Julio. *Combatientes Requetés de la Guerra Civil (1936-1939)*. Barcelona: La Esfera de los Libros, p. 199, 2013.
- BATTIBUGLI, Thais. *A Militância antifascista: comunistas brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Tese de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- BEEVOR, Antony. *A Batalha pela Espanha*. Rio de Janeiro: Record, p. 211, 2007.

- BERTONHA, João Fábio. Los latinoamericanos de Franco. La 'Legión de la Falange Argentina' y otros voluntarios hispanos en el bando sublevado durante la Guerra Civil Española. *Alcores – Revista de História Contemporânea*. Salamanca: nº 14, p. 163, Ano 2012.
- CAMPOS, Miguel I. La historiografía em torno a la internacionalización de la Guerra Civil Española (1936-1939): el caso italiano. *Revista Ab Initio*, nº 3 (2011), pp. 119-141. Disponível em www.abinitio.es. Acesso em 13 de junho de 2017.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.
- CASANOVA, Julián. *A Short History of the Spanish Civil War*. New York: I.B. Tauris, pgs. 99-100, 2013.
- CLEMENTE, Joseph Carles. *Breve Historia de las Guerras Carlistas*. Colección Breve Historia. Madrid: Ediciones Nowtilus, p. 182, 2011.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 08/jul/1937.
- CUNHA, José Gay. *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.
- GÓMEZ DE LAS HERAS HERNANDEZ, María Soledad. Portugal ante la Guerra Civil Española. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid, Serie V, H. Contemporánea, t. V, 1992.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *O Estado Novo de Salazar*. Lisboa: Ed. Leya, pp. 45-46, 2009.
- JACKSON, Gabriel. *La República Española y la Guerra Civil*. Barcelona: Ed. Crítica, p. 227, 1999.
- KEMP, Peter. *Legionario en España*. Barcelona: Luis de Caralt Editor S.A., p. 31, 1959.
- LEITZ, Christian. La intervención de la Alemania nazi en la guerra civil española y la fundación de HISMA/ROWAK. In: PRESTON, Paul (ed.). *La República asediada. Hostilidad internacional y conflictos internos durante la Guerra Civil*. Barcelona: Ediciones Península, p. 149, 2001.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom y FILHO, Claudio Bertolli. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- MESA, José Luiz de. *Los otros internacionales. Voluntarios extranjeros desconocidos en el Bando Nacional durante la Guerra Civil (1936-39)*. Madrid: Ediciones Barbarroja, 1998.

- NAVARRO COMAS, Rocio. La política anglo-francesa durante la Guerra Civil Española: Análisis del Acuerdo de No-Intervención. *Revista Studia Zamorensia*, nº 4, Zamora, p. 150-153, 1997.
- PEREIRA, Bernardo Futscher. *A diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Alfragide, Portugal: Publicações Dom Quixote, p. 57 e ss, 2012.
- PRESTON, Paul. *Las derechas españolas en el siglo XX: autoritarismo, fascismo y golpismo*. Madrid: Editorial Sistema, p. 36, 1986.
- QUIJADA, Mónica. *Aires de República, aires de cruzada: la guerra civil española en Argentina*. Barcelona: Sendai Ediciones, p. 235-236, 1991.
- SANCHEZ PÉREZ, Francisco. ¿Una guerra realmente inevitable?. In: VIÑAS, Angel (et al.). *Los mitos del 18 de julio*. Barcelona: Editorial Crítica, p. 09, 2013.
- SANS HOYA, Julián. *De la resistencia a la reacción: las derechas frente a la Segunda República (Cantabria, 1931-1936)*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, p. 195, 2006.
- SAZ, Ismael. El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid, Serie V, H. Contemporánea, t. V, p. 107-108, 1992.
- _____. Algunas consideraciones a propósito del debate sobre la naturaleza del franquismo y el lugar histórico de la dictadura In: THOMÁS, Joan Maria (ed). *Franquismo/Fascismo*. Fundació d'Estudis Socials i Nacionals Josep Recasens i Mercadé. Reus: p. 38, 2001.
- SUAREZ, Federico. *La crisis política del Antiguo Regimen en España (1800-1840)*. Madrid: Ed. Rialp, p. 81, 1988.
- TABANERA, Núria. *Ilusiones y desencuentros: la acción diplomática republicana en Hispanoamérica (1931-1939)*. Madrid: Fundación Centro Español de Estudios de América Latina/CEDEAL, p. 258, 1996.
- TAIBO II, Paco Ignacio. *Asturias, Octubre 1934*. Barcelona: Ed. Crítica, p. 12 e ss, 2013.
- TAMAMES, Ramón. *Breve historia de la Guerra Civil Española*. Barcelona: Ed. B, p. 113 e ss, 2011.
- THOMÁS, Joan Maria. *Lo que fue la Falange*. Plaza & Janés. Barcelona, p. 94, 1999.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. I y II. Rio de Janeiro: Ed. Siciliano/FGV, 1995.
- VENTURINI DE OLIVEIRA, Eliane. *Republicanos y Rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española*. Tesis de doutorado. Valencia: Universidad de Valencia, 2015.

La Oficina de Prensa y Propaganda de la Representación del General Franco en la Argentina y su labor propagandística durante la Guerra Civil Española (1936-1939)

Alejandra Noemí Ferreyra

Desde el inicio de la Guerra Civil española diversas entidades, agrupaciones y personalidades argentinas y de la comunidad hispana residente en el país¹ comenzaron a movilizarse a favor de ambos bandos, generando una activa campaña de recolección de dinero, víveres, ropa, etc. para ser enviados a las zonas dominadas tanto por el ejército sedicioso, como por el Gobierno republicano (Quijada, 1999; Montenegro, 2002; Goldar, 1986; Trifone y Svazman, 1993). Prácticamente al mismo tiempo, se inició una intensa batalla propagandística entre los dos grupos de simpatizantes, algo que involucró a diversos estratos de la población civil y se llevó adelante a través de distintas estrategias de atracción y divulgación entre las que se contaron: la edición de periódicos y de libros, la emisión de programas radiales, la proyección de películas y la organización de variados actos públicos relativos a la contienda peninsular (Pardo Sanz, 2009).

Es bien sabido que en la sociedad argentina las manifestaciones mayoritarias de apoyo se inclinaron a favor del sostenimiento de la Segunda República en España. No obstante, también existió un activo núcleo de simpatizantes del alzamiento militar español, que si bien no tuvo la visibilidad y la masividad de las expresiones de solidaridad pro republicana, logró congregarse a numerosas personalidades del arco católico y político nacionalista argentino y a destacados personajes de la elite española residente en la ciudad de Buenos Aires (Velasco, 2011).

En el presente trabajo, nos concentraremos en analizar las acciones de proselitismo y propaganda a favor del Gobierno de Burgos² en la península que se desarrollaron desde la Oficina de Prensa y Propaganda de la Representación

1. Según el Cuarto Censo General de la Ciudad de Buenos Aires realizado el 22 de octubre de 1936, cerca del 13% del total de la población que habitaba en la capital Argentina había nacido en España (Municipalidad de Buenos Aires, 1939).

2. El 1° de octubre de 1936, el General Francisco Franco fue investido en la ciudad de Burgos como Jefe de Estado en la zona rebelde, por ello, se reconoció a dicha representación estatal como Gobierno de Burgos (Thomas, 1981: 222).

de España en la Argentina (en adelante OPYPRE). La misma se organizó hacia principios de 1937 en torno a la actuación del Representante oficioso del General Franco en la Argentina, Juan Pablo de Lojendio y al Encargado de Prensa y Propaganda de dicha representación extra oficial, José Ignacio Ramos. Para abordar estas cuestiones consultamos, por un lado, los fondos del Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina, así como también, la documentación relativa al Servicio Exterior de FET-JONS, resguardada en el Archivo General de la Administración -Alcalá de Henares, España-. Y por el otro, examinamos la prensa afín al alzamiento militar español que se editaba en la ciudad de Buenos Aires durante el periodo de la Guerra Civil: *El Diario Español*, *Correo de Galicia*, *Fe Gallega*, *Juan Español* y *Acción Española*, entre otras. Además, ha sido de gran valor la lectura del material bibliográfico editado por la Oficina de Prensa y Propaganda franquista en el país.

La organización de una Oficina de Prensa y Propaganda de la Representación oficiosa de España en la Argentina

El 31 de diciembre de 1936 llegó a Buenos Aires a bordo del trasatlántico *Conte Biancamano*, Juan Pablo de Lojendio, en calidad de Representante oficioso del General Francisco Franco en la Argentina. Su arribo generó muchas expectativas y actos de camaradería en el seno de aquellos espacios que desde el primer momento se demostraron comprometidos con el apoyo al alzamiento militar contrario a la Segunda República en España (Cava Mesa, 2013: 249-252). No obstante, las funciones de dicho representante no se redujeron al ejercicio de las relaciones públicas. Una de las principales cuestiones que debió resolver durante su estadía en el país -desde diciembre de 1936 hasta finales de 1939-, fue dotar de forma y estructura a una sede diplomática paralela a la embajada republicana. Ésta debía servir, por un lado, para brindar un nexo de comunicación entre los españoles residentes en la Argentina y los territorios ocupados por los rebeldes en la península, y por el otro, para llevar adelante tareas de propaganda que le permitieran generar un mayor caudal de adhesiones en la opinión pública sudamericana (Ferreyra, 2016).

Con tal objeto, Juan Pablo de Lojendio, acompañado de su secretario Francisco de Amat, y luego de la llegada al país en marzo de 1937, de José Ignacio Ramos como Encargado de Prensa y Propaganda, pusieron en funcionamiento una oficina que debió erigirse desde la nada. Los recursos de los que disponían tanto Lojendio como Ramos para su labor propagandística eran extremadamente escasos y no contaban con remesas de dinero que pudieran provenir desde España. A la escasez monetaria que sufría la delegación del Gobierno de Burgos en la Argentina, se le sumó la abierta hostilidad que le profesaba

la mayor parte de la comunidad española radicada en el país visiblemente favorable al republicanismo. Sin embargo, fue gracias a la iniciativa de Rafael Velhis³ que un grupo de españoles de acomodada posición económica se comprometió a subvencionar mensualmente con una cuota de \$200 pesos moneda/nacional al principio y de \$300 pesos moneda /nacional después, la misión de los enviados por el General Franco a la Argentina (Pérez Ortíz, 1940: 130-132). La Cámara Española de Comercio de Buenos Aires, que se había escindido del Gobierno republicano y reconocido al Gobierno de Burgos en España⁴, le brindó un espacio en su edificio para que se instalara la representación oficiosa, aunque luego ésta se trasladaría a la sede del Banco Galicia situado en la calle Cangallo 439 de la Capital Federal (Ramos, 1984: 289).

Una figura central en el desarrollo de las acciones propagandísticas a favor del Gobierno de Burgos y la posterior dictadura franquista en la Argentina fue, sin dudas, la del Encargado de Prensa y Propaganda de la Representación oficiosa, José Ignacio Ramos (1904-?).⁵ En sus memorias, Ramos se presentó como uno de los fundadores de las JONS (Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista) y como amigo personal de Ramiro Ledesma Ramos. Cuando se inició la Guerra Civil en la península, buscó rápidamente asilo en la Embajada argentina en Madrid, dado que esa era la nacionalidad de su esposa, y allí permaneció varias semanas hasta que junto a otros tantos asilados logró partir rumbo a Génova, para luego volver a ingresar a España, pero esta vez, a la zona ocupada por los sublevados (Ramos, 1984: 122-123). Una vez finalizada la contienda civil y concretado el reconocimiento oficial del Gobierno del General

3. (Barcelona, 1886-Buenos Aires, 1959). Abogado e industrial catalán, fue Diputado en España por la Lliga Regionalista en 1918 y 1919. Fue director de la Compañía Hispanoamericana de Energía (CHADE) en la Argentina en el periodo 1930-1936 y de la Compañía Argentina de Electricidad a partir de 1936. Integró el directorio de la Compañía de Gas del Plata y de la Compañía General de Industrias y Transportes (CITRA). También fue miembro de la editorial Sudamericana y de la Librería del Colegio, fue Presidente de la Cámara de Comercio Española (1923-1933) y Presidente de la Institución Cultural Española de Buenos Aires a partir de 1938 (*Quién es quién*, 1947: 923-924).

4. Esta acción motivó la queja de la Embajada republicana y un pedido de intervención al Ministerio de Relaciones Exteriores argentino para que impidiera la concreción de la Junta en la que se planeaba la desvinculación de la Cámara España de Comercio a la Segunda República en España. Desde el Ministerio se respondió que dicha cuestión debía dirimirse exclusivamente en el ámbito privado y en relación directa con el gobierno español. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (Buenos Aires-Argentina), División Política - España, Exp. 12, Caja n° 3835, 1937.

5. José Ignacio Ramos nació y vivió sus primeros años en Santiago de Compostela y aunque quedó huérfano muy joven, su padre lo dejó en una buena posición económica, lo que le permitió trasladarse a Madrid para finalizar sus estudios en Filosofía y Letras y Derecho. En la capital española entró en contacto con distintos empresarios y políticos con quienes trabajó durante la dictadura de Primo de Rivera (Montiel Rayo, 2016; Ramos, 1980).

Franco en España por parte del Estado argentino, Ramos permaneció en el país desempeñándose como Agregado de Prensa y “Consejero de Información” de la Embajada de España en Buenos Aires hasta la década del setenta.⁶ Durante los años cuarenta, fue nombrado delegado de la Sociedad General de Autores de España para Argentina y los países limítrofes, labor que le permitió conocer y relacionarse con diversas personalidades del ambiente artístico y literario hispano en el Río de la Plata (Ramos, 1970 y 1989). Asimismo, comenzó a colaborar con diversos órganos de prensa en la península, enviando crónicas y comentarios sobre la realidad hispanoamericana en el periódico *Arriba* de Madrid y *ABC* de Sevilla utilizando el seudónimo “Iñigo de Santiago”, y en *La Vanguardia* de Barcelona bajo el nombre de “Oriol de Monstant” (Langa Nuño, 2007: 76).

Gracias a las incesantes gestiones de José Ignacio Ramos, la OPYPRE logró desplegar en la Argentina una gran batería de recursos de propaganda a favor del golpe militar en la península. Entre ellos que se contaron: la organización de colectas y actos públicos, la edición de revistas, periódicos, libros y la emisión de programas radiales. El objetivo final de estos emprendimientos era divulgar los argumentos que intentaban legitimar el alzamiento militar en España, pero fundamentalmente, convocar la atención del Gobierno y las elites argentinas, así como también, combatir a la masiva propaganda republicana que gozaba de una amplia difusión en todo el país (Pardo Sanz, 2009).

Esta última era una de sus principales preocupaciones durante la contienda civil. Para combatir la extensa transmisión y permeabilidad que tenía el discurso pro republicano en la Argentina, Ramos llegó a cuestionar, no solamente la veracidad de las noticias propagadas desde esos núcleos, sino además, la validez y la sinceridad de tal posicionamiento. Con frecuencia, acusaba a los medios de prensa favorables al Gobierno español de “tendenciosos” o “maliciosos” en sus informaciones, a la vez que adjudicaba esa adhesión a las “subvenciones” económicas que la Embajada hispana le entregaba a los periodistas y editores afectos:

Después de las primeras semanas de la guerra entra en juego un factor importante: el oro. El oro robado a España corre por todo el mundo con su loca carrera de escándalo y soborno, y llega a la Argentina en rápidas singladuras para verterse por todos lados.

Y pronto comienza una propaganda innoble y rufianesca, que se extiende por todo Buenos Aires, rebasa la capital, la provincia y la misma república, invadiéndolo todo.

6. Durante un breve lapso de tiempo ocupó el Consulado español en la ciudad de La Plata. (“Se hizo cargo del consulado español...”, 5 de febrero de 1939: 6).

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

(...) Comienzan a darse subvenciones por la embajada roja a diestro y siniestro. Conozco perfectamente las cantidades mensuales que perciben dos diarios bien conocidos, vergüenza del periodismo argentino. Subvención al dibujante, subvención al charlatán, subvención a todo. (Ramos, 1938a: 2).

Por contraste, la Representación oficiosa de España en la Argentina, que carecía de una disponibilidad equivalente de recursos, se presentaba como el ejemplo de la “austeridad” necesaria en tiempos de guerra:

[...] contra este derroche, contra este indecoro, contra este escándalo, hubiera sido lícito que nosotros desarrolláramos una propaganda fuerte y adecuada. Y yo afirmo, porque puedo afirmarlo, que el Gobierno Nacional de España no ha gastado ni un solo céntimo ni centavo en propaganda de ningún género. De España no ha llegado ni una peseta, ni para pagar el más modesto servicio personal. Yo invito a que se desmienta.

Claro que no podía ser de otra manera. Nosotros no hicimos de la propaganda un arma, aunque reconocemos su utilidad. No podíamos seguir el camino de los rojos porque no teníamos oro, ni aunque lo tuviéramos, lo podríamos dilapidar en esa forma. (Ramos, 1938a: 2).

Claro está que este “combate” propagandístico entre ambos bandos era desigual y por supuesto desventajoso para el Encargado de Prensa y Propaganda de la España rebelde. Ramos lo reconocía perfectamente, y por ello, se esforzaba por pergeñar estrategias que le permitieran administrar eficazmente los exiguos recursos con los que contaba. Por esta razón, consideraba fundamental que el Gobierno de Burgos se esforzara en enviar a propagandistas calificados hacia América, los cuales debían distinguir las características específicas de cada país y de su posible audiencia, con el objeto de no caer en generalizaciones contraproducentes. Por ejemplo, estimaba necesario diferenciar el discurso que debía orientarse hacia un país con mayor presencia indígena, como podría ser el caso de México, respecto de aquel dirigido hacia un país cuya capital era extremadamente cosmopolita y diversa, como la ciudad de Buenos Aires: “Una de las poblaciones más cultas y civilizadas del mundo” (Ramos, 1938b: 3). Según Ramos, en esta última se necesitaban oradores provenientes de espacios artísticos e intelectuales reconocidos por su propia trayectoria profesional y no tanto por su afiliación política, tales como: Ignacio Zuloaga, Manuel de Falla, Federico García Sanchíz y José María Pemán, entre otros.

Por otro lado, el Encargado de Prensa y Propaganda consideraba que era necesario obtener al apoyo de las numerosas comunidades de inmigrantes hispanos asentadas en América Latina. La distancia y las facilidades para insertarse en las sociedades americanas, e incluso obtener la ciudadanía en muchos casos, eran un elemento a tener en cuenta si se quería contar con ese apoyo externo: “Hay que hablarles en un lenguaje que comprendan (...) Al español de América hemos de hacerle cómodo, singularmente grato y cómodo seguir

siendo español.” (Ramos, 1938b: 4). En este sentido, Ramos celebró la iniciativa del General Franco de relevar de su obligación militar a todos aquellos españoles que residiendo en el extranjero hubieran sido convocados para integrarse al ejército. En ello, creía ver el inicio de un futuro promisorio de las relaciones entre España y América, un vínculo que abandonaría los gestos retóricos y nostálgicos del pasado y podría concentrarse en los nexos “reales” y necesarios, es decir, los económicos e intelectuales (Langa Nuño, 2007: 80).

Las publicaciones y las audiciones radiales de la OPYPRE a favor de los nacionalistas españoles en Buenos Aires

La tergiversación de la información procedente desde la península, fue una constante en el marco de las múltiples dificultades que se generaron en la comunicación por el desarrollo de la contienda bélica en España (Montenegro, 2001: 171). Ramos reconoció abiertamente en su autobiografía que el Representante oficioso le pidió en más de una oportunidad que, literalmente: “inventara alguna otra noticia que rompiera la monotonía” (Ramos, 1984: 290). Es así como el Encargado de Prensa y Propaganda relató con detenimiento cómo manipuló las crónicas que publicaba el coronel argentino Carlos A. Gómez en el diario *La Nación* para elaborar elucubraciones sobre el posible avance de los ejércitos nacionalistas en España y dar esos datos como informaciones certeras: “Una ciudad que estaba al caer en manos de los franquistas, la daba yo por tomada; unos avances que el coronel Gómez daba como probables, los anticipaba yo como realizados dos o tres días antes (...) nuestro miniboletín de noticias, que ya no era tan ‘mini’, adquiría también importancia informativa. Para darle más apariencia, Lojendio decidió que le pusiéramos una sigla diferente. El mismo sugirió ICRA (...)” (Ramos, 1984: 290).

De todos los instrumentos de propaganda disponibles para realizar su labor, José Ignacio Ramos le adjudicó un lugar de relevancia a la promoción radial y al espacio diario de una hora que le cedía el propietario de *Radio Excelsior*, Antonio Mc Dougall, para “dar cuenta de la marcha de las operaciones y los temas concomitantes con aquella guerra.” (Ramos, 1984: 289). Asimismo, el Encargado de Prensa y Propaganda se valió de un aparato de radio marca Scott ubicado en su domicilio para captar diariamente los partes de guerra que Radio Tetuán transmitía desde Marruecos por el sistema morse, y utilizar dicha información como materia prima para enviar a las publicaciones afines.⁷

7. Entre la prensa hispana que se editaba en la ciudad de Buenos Aires, se manifestaban favorables al golpe militar en España: *Acción Española*, *El Diario español*, *Fe Gallega*, *Orientación Española*, *Falange Española* y *Juan Español*; entre las publicaciones argentinas, se destacan algunos órganos católicos y nacionalistas, tales como: *Criterio*, *Clarínada*, *Crisol*, *La Fronda* y *Bandera Argentina*, entre otros.

Esta relevancia otorgada a la radiodifusión también se observó en la península en el contexto de la contienda bélica, ya que tanto nacionales como republicanos reconocieron rápidamente la importancia que tenía monopolizar esta herramienta de divulgación, no sólo con fines informativos, sino fundamentalmente propagandísticos (Cervera Gil, 1998: 263-293). En función de ello, la OPYPRE en Buenos Aires financió la salida de la audición “Orientación española” -de treinta minutos de duración- a partir de diciembre de 1937 por la emisora católica *Radio Ultra*. Presumiblemente, en el transcurso de la contienda bélica este programa debió ser suspendido y “reinaugurado” en mayo de 1939 (“Inauguración...”, 7 de mayo de 1939: 2).

La prensa escrita fue el otro destacado baluarte de la campaña propagandística en la Argentina de la que se valió la Representación oficiosa para dar a conocer su causa. La publicación más importante editada por la OPYPRE en el país fue *Orientación Española*, cuyos antecedentes fueron el *Boletín de Orientación e Información* y las *Notas Españolas*, realizadas con las noticias que se recibían desde Salamanca (“Justificación previa...”, septiembre 1937: 1).

El primer número de la revista *Orientación Española* salió en septiembre de 1937, a partir de ese momento mantuvo una frecuencia mensual con un promedio de entre diez y veinte páginas y se distribuyó de manera gratuita entre los medios afectos al levantamiento, a pesar de que recibía con agrado el envío de suscripciones voluntarias a su domicilio situado en Cangallo 439, el sitio donde residía la Representación oficiosa del Gobierno de Burgos en Buenos Aires. Se presentaba como una publicación que no pretendía ser política, ni económica, ni doctrinaria y que, en cambio, esperaba tratar los temas “con la mayor objetividad, ya que no pretende otra cosa esta publicación que orientar a los españoles y argentinos sobre lo que en nuestra Patria sucede, haciendo públicos datos, cifras y hechos que harán posible una veraz entre visión de nuestra contienda.” (“Justificación previa...”, septiembre 1937: 1). Esta declaración de principios resulta a todas luces engañosa, ya que, como advertimos anteriormente, se manipulaba sin reparos la información proveniente desde la península para generar un mayor impacto en los medios de comunicación y prensa argentinos.

Alejandra Noemí Ferreyra



Imagen 1

OPYPRE, Portada de la revista *Orientación Española*, Buenos Aires, 1938.

Desde el primer número, la revista contó con diversas secciones en las que se incluían artículos de autores destacados, tales como: Eugenio Montes, José María Pemán, Fernando Valls y Taberner y Pedro Sainz Rodríguez, entre otros, reportajes varios, fotografías, estadísticas, testimonios, novedades sobre la legislación en España, caricaturas, bibliografía sugerida, notas consulares, y por supuesto, no faltaron los escritos que confrontaban directamente con la propaganda republicana (Moreno Cantano, 2008: 559).

El Encargado de Prensa y Propaganda también editó a finales de 1937 en la Argentina una versión local de *La Ametralladora*, la revista humorística que nació en Salamanca en enero de 1937 para ser distribuida entre los soldados que se hallaban en el frente de batalla, pero esta publicación solo contó con cuatro entregas en Buenos Aires hasta su edición final en 1938 (Montiel Rayo, 2016: 43).

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Estos emprendimientos periodísticos no fueron bien recibidos por los miembros de la Falange Española en la Argentina -institución creada en agosto de 1936 para acompañar el esfuerzo bélico en la península- quienes veían en ellos una competencia desleal hacia el semanario de *Falange Española*, que se editaba en Buenos Aires desde octubre de 1936 y era afectado directamente con la baja de las ventas y la merma de los auspiciantes:

[...] El esfuerzo de nuestros camaradas es digno de todo elogio y apoyo, pero este no debe ser el criterio del Delegado de Prensa del Estado, que muy lejos de poner a su disposición las cuantiosos medios económicos con los que cuenta, ha lanzado a la calle de Buenos Aires otras publicaciones que han venido disputarle los lectores en nuestro Movimiento. (...) Lo que se está haciendo en la Argentina es simplemente el desorientar a la opinión de los españoles residentes en aquel país y de los simpatizantes argentinos haciéndoles creer que dentro del Movimiento Nacional existe una rivalidad entre la Falange Española y los organismos del Estado cuyo jefe es también su excelencia Franco. (...) Es lamentable, en efecto, que la acción de propaganda del Estado no sólo no ayuda a los periódicos que con un duro esfuerzo y faltos casi de medios publica en el extranjero Falange, sino que casi año y medio después de su aparición vengán a disputarle el mercado con publicaciones lujosas de costo elevado con la oculta finalidad de hacerlos desaparecer.⁸

No obstante, y con ánimos de contribuir al buen entendimiento, el Jefe de la Falange Española en Buenos Aires, Rafael Duyos, trató de mantener la cordialidad para con las publicaciones emanadas desde la OPYPRE a través del intercambio periódico de los materiales procedentes de España:

“(...) pues, sin perder autonomía, mientras tú y las autoridades de Prensa del Estado no nos envían unos y otros órdenes y normas para fundir en una sola la organización de la Prensa española, mantenemos sin embargo, y llevamos a la práctica un intercambio de colaboración con (...) la revista de “Orientación Española” directamente (...)”⁹

Esta dualidad de competencias en el ámbito propagandístico entre la Representación oficiosa y los representantes de la Falange Española en la Argentina se vio agudizada por la conflictiva relación que entablaron los miembros del partido único con Juan Pablo de Lojendio y por la disparidad de criterios con los que cada uno de ellos emprendía su labor. A juicio del Representante oficioso, los líderes de la Falange Española en la Argentina no sólo desconocían

8. Archivo General de la Administración (Alcalá de Henares-España) (en adelante: AGA) -Delegación Nacional del Servicio Exterior de FET y de las JONS, Caja nº 20, “Situación de rivalidad de la propaganda del Estado y de la Falange en la Argentina”, Salamanca, 22/12/1937.

9. AGA - Delegación Nacional del Servicio Exterior de FET y de las JONS, Caja nº 20, correspondencia enviada de Rafael Duyos a Servicio Exterior de FET y de las JONS, Buenos Aires, 3/08/1938.

completamente el ambiente en el que se movían, sino que además, elaboraban una propaganda en un tono excesivamente demagógico (Moreno Cantano, 2008: 560).

La organización de la propaganda de la Falange Española en el extranjero se encuadró a partir de una sección especial dentro del Servicio de Prensa y Propaganda del partido denominada Servicio de Intercambio y Propaganda Exterior (SIPE) a cargo del ex cónsul Joaquín Rodríguez de Gortazar. El SIPE sirvió de enlace entre la Delegación Nacional de Prensa y Propaganda, surgida luego de la unificación de las fuerzas políticas en abril de 1937, y la Delegación Nacional del Servicio Exterior de FET y de las JONS creada en agosto de ese mismo año para coordinar la acción política y propagandística del partido en el exterior y autorizar los nombramientos de los delegados de prensa y propaganda designados para cada nación (González Calleja, 2011: 159-160). En la Argentina, el primer encargado de dicha sección en la Falange Española fue José Ignacio Ramos, quien como vimos, también actuó con la misma finalidad para la Representación oficiosa del Gobierno de Burgos. Luego de su reemplazo por Juan Miciano al frente de la oficina de prensa falangista, la tarea propagandística de Ramos comenzó a fluctuar entre la rivalidad abierta y la cooperación velada con los emprendimientos de difusión que encabezaba la Falange en la Argentina.

Un nuevo órgano periodístico financiado por la OPYPRE, autodenominado como el “Órgano defensor del nacionalismo español en la Argentina”, apareció en Buenos Aires enero de 1938. Se trataba de *Juan Español*, un periódico de frecuencia semanal que surgió como extensión del programa radial “Orientación española” que se emitía diariamente por *Radio Ultra*. Esta audición era dirigida por la periodista María Teresa Casanova, colaboradora asidua de los periódicos *El Diario Español* y *Acción Española*, ambos simpatizantes del alzamiento militar español. (“Orientación española...”, 1 enero 1938: 4).

El surgimiento de esta publicación puede asociarse a las gestiones realizadas por José Ignacio Ramos para contar con un nuevo órgano de prensa a su entera disposición y bajo su estricta supervisión. A través del seudónimo “Juan Español”, su director y principal redactor, Juan Madueño, pretendía convertirse en el portavoz “popular” de los núcleos de adhesión al bando rebelde en la península:

Juan Español, no es nadie, nada. No luce galones en sus boca mangas, ni decoraciones en su pecho (...) Juan Español, anónimo como un soldado raso, como la espiga que crece en los campos, o el grano de sal que se diluye en el mar, se une a la caravana de los portavoces del ideal hispano (...) (“La mejor credencial...”, 1 enero 1938: 1).

Desde este lugar de anonimato, en su primera aparición pública realizó críticas directas a una institución que, si bien actuaba en beneficio de la

causa nacionalista española, era poco afecta a seguir los lineamientos de la Representación oficiosa de España en la Argentina. Nos referimos aquí, a los Legionarios Civiles de Franco¹⁰ liderados por Soledad Alonso de Drysdale y Rafael Benjumea y Burín, Conde de Guadalhorce, quienes mantenían una evidente autonomía organizativa y económica dentro del conglomerado de agrupaciones profranquistas que actuaban en el país:

[...] instituciones que se dicen 'nacionalistas' o 'españolistas', según cuadre a sus intereses, cuya labor a favor de España no aparece del todo clara, y sobre todo, diríase que se colocan al margen de la más elemental disciplina, que implicaría una fiscalización de sus actividades (...) es pues, de buen español y de buen patriota, bajarse del pedestal de nuestra propia vanidad, y sumarse como soldado raso, a las filas anónimas de los verdaderos defensores del ideal, para quienes les basta la satisfacción del deber cumplido (...). Tenemos entendido que la colecta pro ayuda a España está unificada oficialmente ¿de qué privilegios se valen entonces algunas instituciones para campar por sus respetos? ("Instituciones que no tienen...", 1 enero 1938: 3).

Sin embargo, el pretendido disfraz de incógnito de "Juan Español" fue rápidamente abandonado cuando finalizó la contienda civil y los redactores del periódico dieron a conocer sus nombres y fotografías para ser objeto de diversos homenajes y halagos "por su eficaz y perseverante labor nacionalista radial y periodística" ("Antonio Madueño...", 31 enero 1938: 3).

10. Esta entidad que funcionó entre 1937 y 1943, se encargó de recaudar dinero entre los simpatizantes del Gobierno de Burgos en la Argentina para financiar la construcción de orfanatos destinados a albergar a los niños huérfanos que iba dejando la guerra. Los montos acumulados, que llegaron a los tres millones de pesos moneda/nacional, fueron enviados a la península en el transcurso de la guerra pero no se utilizaron para los fines caritativos propuestos, sino que sirvieron para financiar el esfuerzo bélico. Esta entidad debió clausurar sus actividades en el marco de graves acusaciones por malversación de fondos (Ferreira, 2017).

Alejandra Noemí Ferreyra



Imagen 2

OPYPRE, portada de *Juan Español*, Buenos Aires, 1938.

Con respecto a la interpretación general sobre el inicio de la guerra en la tierra de origen que dio esta singular publicación, podemos advertir que, siguiendo los lineamientos discursivos que se emanaban desde la península, *Juan Español* también vinculó el golpe de Estado producido en julio de 1936 en España con una reacción anticipada a la supuesta conspiración “judeo-marxista-masónica” ideada para llevar a cabo un estallido revolucionario en la península en complicidad con el Frente Popular (Sevillano Calero, 2014: 225- 237; “¿Frente popular...”, 1 enero 1938: 2).

Los esfuerzos de divulgación doctrinaria que realizó la OPYPRE no sólo se orientaron al ámbito radial y periodístico, también se editaron libros de contenido diverso, los cuales fueron uno de los principales canales de propagación en la ciudad de Buenos Aires de los argumentos a favor del alzamiento rebelde en España. En el contexto de la Guerra Civil, el grueso de la producción de material bibliográfico tanto de los republicanos como de los rebeldes recayó casi exclusivamente en sus agentes ubicados en América Latina, ya que se hizo muy difícil el traslado de elementos de propaganda durante la contienda.¹¹ De este

11. A diferencia de lo que ocurrió en Chile, en la Argentina no hallamos evidencias de que se hubieran recibido remesas de libros procedentes de Lisboa a través de la Editorial Pereira (Pizarroso Quintero y Sapag Muñoz de la Peña, 2012: 36).

modo, tanto las Embajadas como las Representaciones oficiosas debieron solventar los costos de edición en el extranjero o facilitarle trabajos susceptibles de ser publicados a editoriales locales interesadas en respaldar la causa respectiva, o simplemente, en aumentar el caudal de ventas en base a un tema que sensibilizaba a la población (Pizarroso Quintero y Sapag Muñoz de la Peña, 2012: 35-36).

La OPYPRE junto con la editorial católica Difusión fueron los mayores editores de material favorable a los rebeldes españoles en la ciudad de Buenos Aires en el transcurso de la contienda civil peninsular.¹² Con respecto al periodo de mayor caudal de edición, los años 1937 y 1938 fueron sin dudas los momentos claves en la contienda propagandística que se dirimía a este lado del Océano Atlántico a través del material bibliográfico, de tal forma que en dicho lapso se publicaron veintiséis títulos de literatura combativa a favor del alzamiento militar en la península (dieciocho en 1937 y ocho en 1938) aunque posteriormente, el nivel de producciones decayó notablemente.

Como indicábamos más arriba, OPYPRE y Editorial Difusión fueron los dos sellos editoriales que reprodujeron en la ciudad de Buenos Aires la mayor cantidad de libros favorables a los rebeldes en la península. Según la investigadora Francisca Montiel Rayo, estos emprendimientos estuvieron profundamente imbricados durante los primeros años de la Guerra Civil española, a tal punto que ambos se convirtieron en los principales canales de reproducción en Sud América de los contenidos irradiados desde la Oficina de Prensa y Propaganda en París, entidad organizada por miembros de la *Lliga Catalana* seguidores de Francesc Cambó (Montiel Rayo, 2016: 38; Moreno Cantano, 2007: 276-281). Todo parece indicar que el encargado de las publicaciones en la central parisina, Joan Estelrich, intentó centralizar las gestiones editoriales desde allí con el fin de difundir los contenidos propagandísticos hacia el resto de las Oficinas de Prensa y Propaganda favorables al alzamiento que se organizaron en distintas ciudades, entre ellas, en la capital Argentina. Con este objeto, Estelrich entró en contacto con Andreu

12. En conjunto, editaron 17 títulos y se distribuyen del siguiente modo: OPYPRE ocho libros y Editorial Difusión nueve.

13. (Barcelona, 1898-1982) Bausili formó parte a la CHADE (Compañía Hispano-Americana de Electricidad) bajo las órdenes de Francisco Cambó, de quien fue siempre asiduo colaborador y hombre de confianza. Dedicado a la actividad política, militó en la Liga Regionalista y fue concejal (1931) y teniente de alcalde (1935) de Barcelona para este partido. Desde 1936 vivía en Buenos Aires, donde llegó a ser director general de la CADE (Compañía Argentina de Electricidad) y formó parte del grupo de españoles que financió económicamente la actividad propagandística de Juan Pablo de Lojendio cuando éste llegó a la Argentina en calidad de Representante oficioso. Fue miembro de la dirección de la Compañía General de Industrias y Transportes y participó en la fundación de la Editorial Sudamericana, y de SADEMASA. Fue nombrado presidente de la Cámara Española de Comercio (1942-49) y de la Institución Cultural Española. (Gran Enciclopèdia Catalana).

Alejandra Noemí Ferreyra

Bausili¹³ en Buenos Aires para remitirle los textos originales que debían ser publicados por alguna editorial local. Gracias a la intermediación de Bausili, muchos de los títulos que circularon en la ciudad porteña vieron la luz a través de la Editorial Difusión, luego de que no prosperaran las negociaciones que en el mismo sentido se hicieron con Espasa-Calpe. De este modo, la edición de muchos de los volúmenes de contenido propagandístico en la Argentina recayó en una editorial que conservaba la apariencia de una empresa privada ajena a la Representación oficiosa de los militares sublevados en España, aunque su producción se encontraba estrechamente relacionada con ella (Montiel Rayo, 2016: 39-40).



Imagen 3

Portada del libro: Francisco Casares, *España y su revolución*, Buenos Aires, OPYPRE, 1937.

Si bien funcionaban como dos emprendimientos diferentes, la Editorial Difusión y la Representación Oficiosa del Gobierno de Burgos en Buenos Aires a través del sello editorial OPYPRE, coincidieron en la publicación de algunos de los contenidos de tipo propagandístico traídos desde el exterior. Fue el caso

de uno de los libros escritos bajo el seudónimo Juan de Castilla,¹⁴ *La justicia revolucionaria en España*, el cual salió impreso por ambas editoriales en 1937, al igual que el libro del periodista hispano Francisco Casares, *España y su revolución*, el cual fue publicado por las editoriales antes mencionadas en la Argentina, y que asimismo, tuvo una edición en Santiago de Chile por la Editorial Splendid (Sapag Muñoz de la Peña, 1996: 333). Es posible identificar a este último libro como el arquetipo del material propagandístico que los rebeldes españoles pretendieron divulgar en América del Sur. En este volumen, se reprodujeron todos los tópicos argumentales que de alguna u otra manera, se repetirían en la mayoría de los materiales editados en Buenos Aires a favor del alzamiento militar en España. En líneas generales, se presentaba una explicación monocausal del origen de la guerra basada en una teoría conspirativa que asociaba el inminente peligro de una revolución comunista, con el rebrote, en algunos segmentos de la sociedad, del antisemitismo y el anticlericalismo (Moreno Cantano, 2008: 11-15).

La reconstrucción cronológica que elaboró Casares en ese volumen sobre los sucesos ocurridos en la península se inició en 1931 con el establecimiento de la Segunda República en España, pero fue el levantamiento obrero ocurrido en Asturias en 1934 el punto de quiebre para comenzar a relatar su posicionamiento. A partir de ese momento, según el autor: “comenzó a prepararse el movimiento revolucionario que superase aquel sistema de aparente concordia civil, y condujese rápidamente hacia la anhelada república soviética de España” (Casares, 1937: 6). De esta forma, el autor intentaba restarle legitimidad al Gobierno del Frente Popular que había ganado las elecciones democráticas en febrero de 1936, y al mismo tiempo, presentaba al Ejército español como el genuino representante de la “auténtica conciencia nacional española” (Casares, 1937: 6). Se recurrió entonces, a una imagen dicotómica y maniquea del enfrentamiento civil que asolaba a la península, algo que caracterizó al discurso que fueron construyendo los rebeldes españoles a lo largo de toda la guerra: “España quedaba dividida en dos fracciones iguales: una, la de los que pretendían sovietizar el país y darle un régimen y estructura análogos al imperante en Rusia; otra, la de los que querían que España volviese por sus fueros tradicionales, para conservar su fisonomía burguesa y su contextura moral.” (Casares, 1937: 7).

Los lineamientos generales de esta prédica se reprodujeron, con algunos pequeños matices, de manera incansable no solamente a través de los libros, sino sobre todo, a través de la prensa afín que se editaba en la ciudad de Buenos Aires. A estos argumentos se sumaron las ideas sobre el “destino providencial”

14. Este seudónimo escondía a Joaquim Reig, colaborador de Estelrich en la Oficina de Prensa y Propaganda de París (Montiel Rayo, 2016: 41).

de España en esta guerra, la “simpatía” del pueblo español hacia Alemania e Italia por su contribución en la contienda y las descripciones del llamado “terror rojo” republicano (Sevillano Calero, 2014: 226).

Las ediciones que solventó OPYPRE en la Argentina también integraron otro tipo de títulos, aunque en líneas generales, se restringieron a la reproducción de los discursos y conferencias pronunciados por el Representante oficioso, Juan Pablo de Lojendio en el país (Lojendio, 1937; ídem y otros, 1937) y a los escritos de contenido doctrinario. De este último estilo, este sello editorial divulgó el folleto partidario *Argumento de la Nueva España*, a través del cual se pretendían difundir los veintiséis puntos de la organización del nuevo partido único, FET y de las JONS, luego del Decreto de Unificación de las fuerzas políticas en España. Asimismo, y siguiendo con las directivas de propaganda del Gobierno de Burgos, OPYPRE financió la reproducción en formato de folleto del ensayo escrito por Gregorio Marañón: *Liberalismo y comunismo. Reflexiones sobre la revolución española*, que contó con ediciones en diversas partes del mundo, entre ellas: Francia, Londres, Montevideo y Chile, alcanzando una gran difusión internacional (Marañón, 1938).

Conclusiones

La llegada de Juan Pablo de Lojendio y de José Ignacio Ramos a la Argentina, este último en calidad de Encargado de Prensa y Propaganda, abrió el camino para el desarrollo de diversos proyectos de proselitismo y afinidad al golpe de Estado producido en la península en julio de 1936. La Oficina de Prensa y Propaganda de la Representación oficiosa del General Franco se constituyó hacia principios de 1937 en la ciudad de Buenos Aires y a través de diversas actividades, buscó generar mayores muestras de adhesión al alzamiento militar español y combatir a la masiva propaganda pro-republicana que se difundía con gran éxito en la totalidad del territorio. Para llevar adelante esta tarea, y ante la imposibilidad de recibir recursos desde España en el marco de la contienda bélica, la OPYPRE contó con el apoyo económico de un reducido grupo de inmigrantes hispanos, quienes se encargaron de solventar de su propio peculio los gastos que demandaban estas labores de propaganda.

Entre las iniciativas que se desarrollaron desde esta Oficina de Prensa y Propaganda en el lapso que duró la Guerra Civil en la península (1936-1939), pudimos identificar el particular interés con el que José Ignacio Ramos se concentró, por un lado, en la difusión radial, y por el otro, en la edición de publicaciones periódicas y libros favorables al levantamiento militar en España.

Con respecto a las audiciones radiales, el Encargado de Prensa y Propaganda de la Representación oficiosa utilizó con diligencia el espacio de una hora que el propietario de la *Radio Excelsior*, Antonio Mc Dougall, le cedía diariamente

para dar noticias sobre el avance de la guerra. Pero también, la OPYPRE patrocinó la salida del programa “Orientación Española” que se emitía todos los días por la radio católica *Ultra* y que estuvo bajo la dirección de una singular exponente del periodismo femenino, María Teresa Casanova, y de Antonio Madueño, alias “Juan Español”. Este equipo editorial se trasladó, por iniciativa de Ramos, hacia el periodismo escrito a partir de la salida del semanario, también financiado por OPYPRE, *Juan Español*. Esta publicación comenzó a editarse en marzo de 1938 y se presentó públicamente como el exponente indiscutido del nacionalismo español en la ciudad de Buenos Aires. Era uno de los objetivos de este órgano de prensa atraer al público hispano que, en su mayoría, se manifestaba afín al republicanismo español, y para ello recurrió al uso de un lenguaje de tipo coloquial y popular tratando de generar una mayor empatía con sus potenciales lectores.

No obstante, otro de los proyectos de prensa financiados por OPYPRE, la revista mensual *Orientación Española*, se distanció claramente de este propósito masivo y popular que se le pretendía imprimir al periódico *Juan Español*. Al contrario, en dicha revista se buscaba convocar al lector con una edición más cuidada estilísticamente y con unos contenidos mucho más selectos y eruditos, que se focalizaban en la difusión doctrinaria del “Movimiento Nacional”. Por ello, desfilaron por sus páginas escritores comprometidos intelectualmente con el alzamiento, tales como: Eugenio Montes, José María Pemán y Manuel García Morente, entre otros.

En el desarrollo de las tareas de propaganda a favor del Gobierno de Burgos en la Argentina, Lojendio y Ramos, no solamente tuvieron que enfrentarse a la profusa y masiva adhesión pro-republicana que se desplegaba en el país, sino que también, debieron afrontar las diferencias que surgieron en el seno de los mismos núcleos de apoyo al alzamiento militar español. En este sentido, las estrategias de difusión orquestadas desde la Representación oficiosa rivalizaron abiertamente con las iniciativas que se llevaron adelante desde la filial local de la Falange Española. Los lineamientos con los que se articularon ambos proyectos de divulgación fueron disímiles y causaron más de un enfrentamiento entre sus principales responsables.

A pesar de la diversidad y la insistencia con la que se organizaban estos emprendimientos propagandísticos desde la Oficina de Prensa y Propaganda de la Representación oficiosa, el alcance efectivo de los mismos es algo que resulta muy difícil de abordar. Aunque sabemos que la población argentina y la comunidad hispana residente en el país se mostraron mayoritariamente favorables al sostenimiento de la Segunda República en España, la persistencia y continuidad con la que los nacionalistas españoles desplegaron diversas estrategias de atracción para captar adhesiones nos invita a preguntarnos sobre la posible existencia de una audiencia que estaba dispuesta a escuchar sus fundamentos.

Referencias

- ¿Frente popular? No, frente crapular. *Juan Español*. Buenos Aires, 1 enero 1938, p. 2.
- Antonio Madueño director de *Juan Español*. *Juan Español*, 31 marzo 1938, p. 3.
- CASARES, Francisco. *España y su revolución*. Buenos Aires: OPYPRE, 1937.
- CAVA MESA, María Jesús. Juan Pablo de Lojendio e Irure (1906-1973). El balcón de las apariencias. In: Moreno Cantano, Antonio (Coord.). *Cruzados de Franco. Propaganda y diplomacia en tiempos de guerra (1936-1945)*. Gijón: Ediciones Trea, 2013, p. 241-270.
- CERVERA GIL, Javier. La radio un arma más de la Guerra Civil en Madrid. *Historia y Comunicación Social* n° 3, p. 263-293, 1998. Disponible en: <<https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/download/HICS9898110263A/19802>>. Acceso: 15 noviembre 2016.
- FERREYRA, Alejandra Noemí. La acción propagandística a favor del Franquismo durante la Guerra Civil española: la actuación de Juan Pablo de Lojendio en Buenos Aires (1936-1939). *Revista Páginas. Revista Digital de la Escuela de Historia* n° 16, Rosario, pp. 123-140, 2016. Disponible en: <<http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas>>. Acceso: 5 septiembre 2016.
- _____. Las campañas de solidaridad a favor del franquismo en el colectivo español de Buenos Aires durante la Guerra Civil española (1936-1939). In: De Cristóforis, Nadia y Novick, Susana (Comps.). *Jornadas. Un siglo de migraciones en la Argentina contemporánea: 1914-2014*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones "Gino Germani", Facultad de Ciencias Sociales- Universidad de Buenos Aires, 2017, p. 317-339. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iig-uba/20170530080906/LibroMigraciones_compr.pdf> Acceso: 16 mayo 2017.
- GOLDAR, Ernesto. *Los argentinos y la Guerra Civil española*. Buenos Aires: Ed. Contrapunto, 1986.
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. La propaganda exterior de FET y de las JONS (1936-1945). In: Moreno Cantano, Antonio (Coord.). *El ocaso de la verdad. Propaganda y prensa exterior en la España franquista (1936-1945)*. Gijón: Ediciones Trea, 2011, p. 157-190.
- GRAN ENCICLOPÈDIA CATALANA. Edición de Jordi Carbonell i Ballester: Cataluña. s.f. Disponible en: <<http://www.enciclopedia.cat/EC-GEC-0222828.xml>>. Acceso: 4 diciembre 2016.
- GREGORIO, Maraón. *Liberalismo y comunismo: reflexiones sobre la revolución española*. Montevideo: Ediciones OPYPRE, 1938.

- INAUGURACIÓN DE “ORIENTACIÓN ESPAÑOLA” audición en Radio Excelsior. *Correo de Galicia*, Buenos Aires, 7 mayo 1939, p. 2.
- INSTITUCIONES QUE NO TIENEN RAZÓN DE SER. *Juan Español*. Buenos Aires, 1 enero 1938, p. 3.
- JUSTIFICACIÓN PREVIA. *Orientación Española*. Oficina de propaganda y prensa de la representación del Gobierno Nacional de España n. 1, Buenos Aires, septiembre 1937, p. 1.
- LA MEJOR CREDENCIAL. *Juan Español*. Buenos Aires, 1 enero 1938, p. 1.
- LANGA NUÑO, Concepción. *De cómo se improvisó el franquismo durante la Guerra Civil: la aportación de ABC de Sevilla*. Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2007.
- Disponible en: < <https://www.centrodeestudiosandaluces.es/index.php?mod=publicaciones&cat=33&id=1893&idm=>> . Acceso: 6 agosto 2017.
- LOJENDIO, Juan Pablo de. *Un gran discurso de Juan Pablo de Lojendio*. Buenos Aires: OPYPRE, 1937.
- _____. Álvarez Balbín, Omar; Montes, Eugenio; Duyos, Rafael y Conde de Guadalhorce. *Discursos a los asturianos de América*. Buenos Aires: OPYPRE, 1937.
- MARAÑÓN, Gregorio. *Liberalismo y comunismo. Reflexiones sobre la revolución española*. Buenos Aires: OPYPRE, 1938.
- MONTENEGRO, Silvina. *La Guerra Civil española y la política argentina*, 2002. Tesis (Doctorado en Historia), Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Disponible en: <<http://www.ucm.es/BUCM/tesis/ghi/ucm-t26475.pdf>> . Acceso: 3 julio 2010.
- MONTIEL RAYO, Francisca. Ediciones propagandísticas españolas en Argentina durante la Guerra Civil y el primer franquismo: la labor de José Ignacio Ramos. *Kamchatka. Revista de análisis cultural* n. 7, p. 35-57, junio 2016. Disponible en: <DOI:10.7203/KAM.7.7682> . Acceso: 5 septiembre 2016.
- _____. Semblanza de José Ignacio Ramos (1904-?). In: *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI)* - EDI-RED, 2016. Disponible en: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/jose-ignacio-ramos-1904-semblanza>> . Acceso: 10 agosto 2017.
- MORENO CANTANO, Antonio. *Los servicios de prensa extranjera en el primer franquismo (1936-1945)*, 2008. Tesis (Doctorado en Historia)-Universidad de Alcalá de Henares, Madrid. Disponible en: <www.dialnet.uniroja.es/descargas/tesis/24073.pdf> . Acceso: 11 diciembre 2014.
- _____. Delegaciones y oficinas de prensa españolas en el extranjero durante el primer franquismo: el caso francés (1936-1942). *Studia Histórica. Historia Contemporánea* n. 25, p. 276-281, 2007. Disponible en: <<http://campus.usal.es/>>

- ~revistas_trabajo/index.php/0213-2087/article/viewFile/1060/1138>. Acceso: 20 octubre 2016.
- MUNICIPALIDAD de la Ciudad de Buenos Aires. *Cuarto Censo General de la Ciudad de Buenos Aires, 22 de octubre de 1936, Tomo II*. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires: Buenos Aires, 1939.
- ORIENTACIÓN. Audición nacionalista española. *Juan Español*. Buenos Aires, 1 enero 1938, p. 4.
- PARDO SANZ, Rosa. Diplomacia y propaganda franquista y republicana en América Latina durante la Guerra Civil española. *Tiempo. Memoria* n. 24, p. 146-152, 2009. Disponible en: <www.uam.mx/difusion/casadel tiempo/24_iv_oct_2009/casa_del_tiempo_eiu_num_24_146_152.pdf>. Acceso: 11 diciembre 2014.
- PÉREZ ORTIZ, Bernabé. *Por España*. Buenos Aires: s.n., 1940.
- PIZARROSO QUINTERO, Alejandro; Sapag Muñoz de la Peña, Pablo. Propaganda y diplomacia. Proyección exterior de la España franquista (1936-1945). In: Moreno Cantano, Antonio (Coord.). *Propagandistas y diplomáticos al servicio de Franco (1936-1945)*. Madrid: Ediciones Trea, 2012, p. 21-54.
- QUIÉN es quién en la Argentina. *Biografías contemporáneas*. Buenos Aires: Editorial Kraft Ltda., 1947.
- QUIJADA, Mónica. *Aires de República, aires de cruzada; la Guerra Civil española en Argentina*. Barcelona: Sendai Ed, 1991.
- RAMOS, José Ignacio. *Biografía de mi entorno. Nostalgias, recuerdos, testimonios*. Buenos Aires: Ed. Legasa, 1984.
- _____. *Vivir en la Argentina. Medio en broma y con humor medio en serio y con amor*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1989.
- _____. *Mi amigo Ramón*. Buenos Aires: Editorial Temas Contemporáneos, 1980.
- _____. *Treinta años al servicio de los intereses morales y materiales de los autores españoles en la Argentina*. Buenos Aires: s.n., 1970.
- _____. La guerra y su propaganda. *El Diario Español*, Buenos Aires, 18 julio 1938b, p. 2.
- _____. Atención a América. *ABC Sevilla*, Sevilla, 22 marzo 1938a, p. 3.
- SAPAG MUÑOZ DE LA PEÑA, Pablo. *Propaganda republicana y franquista en Chile durante la Guerra Civil española*, 1996. Tesis (Doctorado en Ciencias de la Comunicación)-Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Disponible en: <<http://biblioteca.ucm.es/tesis/19911996/S/3/S3003101.pdf>>. Acceso: 17 marzo 2016.
- Se hizo cargo del consulado español en La Plata el Dr. José Ignacio Ramos. *El Diario Español*, Buenos Aires, 5 febrero 1939, p. 6.
- SEVILLANO CALERO, Francisco. La propaganda y la construcción de una 'cultura de guerra' en España durante la Guerra Civil. *Studia Históricas* Alejandra Noemí

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Ferreyraca. *Historia Contemporánea* n. 32, p. 225-237, 2014. Disponible en: <www.angelvinas.es/wp-content/uploads/2015/05/STUDIA-HISTORICA.pdf> Acceso: 9 junio 2016.

_____. *Propaganda y medios de comunicación en el franquismo (1936-1951)*. Murcia: Publicaciones de la Universidad de Alicante, p. 98-99, 1998. <Disponible en: publicaciones.ua.es/filespubli/pdf/LD84790874637062078.pdf>. Acceso: 15 mayo 2016.

THOMAS, Hugh. *La Guerra Civil Española*. España: Ed. Grijalbo, 1981.

TRIFONE, Víctor; Svarzman, Gustavo. *La repercusión de la Guerra Civil española en la Argentina (1936-1939)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

La persecución franquista en Argentina y Chile (1939-1945): procedimientos y herramientas

Elena Romero

“Estamos ayudando a montar en Madrid una red de colaboradores clandestinos, asociados a al Servicio Secreto Británico. Colaboradores que no tienen nada que ver con la política, la diplomacia, que puede observar, tener datos, infiltrarse de alguna manera en los círculos del poder”. *El tiempo entre costuras*, capítulo 8, minuto 43.

Tal como se plantea en la cita de la obra de ficción y serie de televisión *El tiempo entre costuras*, las prácticas y las herramientas de obtención de información con las que intenta contar un Estado al interior de otro son de lo más diversas, y entre ellas se encuentra una red de colaboradores que permiten obtener datos que pueden resultar claves para el propósito que se ha planteado el gobierno de un determinado país. El presente texto tiene por objetivo describir las diversas prácticas y herramientas de obtención de información que utilizaron las representaciones españolas en Chile, ejemplificando también algunos casos que dan cuenta de éstas en la vecina Argentina, las cuales permitieron el desarrollo de la persecución franquista.¹

La importancia de las herramientas de obtención de información para la realización de la persecución en la mirada del ayer y hoy

Para la historiografía española no es novedad el desarrollo de la persecución, y más aún de la represión al interior de España durante el Franquismo². Sin embargo, sí resulta investigado en menor medida el

1. Este artículo forma parte de mi tesis doctoral titulada: *La persecución Franquista en Chile: desarrollo y consecuencias a la sombra de Franco en el confín del mundo (1939-1945)*, defendida y aprobada en la Universidad de Chile, en octubre de 2015.

2. Algunos ejemplos de estas investigaciones son: Núñez, Mirta “El por qué y el para qué de la represión” en Dueñas, Manuel Álvaro et. al., *La gran represión: los años de plomo de la posguerra (1939-1948)*, España: Flor del viento Ediciones, 2009; Arnabat, Ramón, “La represión: el ADN del Franquismo español”, *Cuadernos de Historia* 39 (2013) p.p. 33-59; Cazorla, Antonio, *Las políticas de la victoria: la consolidación del nuevo Estado franquista (1938-1953)*, Madrid: Marcial Pons, 2000; Álvarez, Juan Ignacio, *Memoria y trauma en los testimonios de la represión franquista*, Barcelona: Anthropos, 2007;

desarrollo de estas acciones fuera del territorio peninsular, salvo por los trabajos de los doctores Pedro Martínez Lillo, Jordi Guixé Coromines, entre otros³. Sin embargo, para poder desarrollar esta persecución se necesitaba contar con un conjunto de herramientas de información, las que al tratar la persecución franquista en el Cono Sur podrían resultar interesantes para el contexto. Ante esto, vale la pena preguntarnos: ¿sólo las generaciones actuales son inconscientes de los peligros que la difusión pública de ideas (prensa), imágenes, declaraciones –opiniones sobre temas contingentes entre otras, conllevan para resguardar su privacidad? Por su parte, los gobiernos a través del aparato estatal ¿sólo en las últimas décadas han utilizado la tecnología disponible para obtener información de sus ciudadanos?, ¿cómo lo hacían en épocas anteriores cuando la información pública sobre las personas era mucho menor?

Para dar respuestas a estas interrogantes debemos considerar que los gobiernos han ido desarrollando estrategias diversas a lo largo del tiempo para mantener el control de la población y estar al tanto de las actividades que se realicen en su contra incluso fuera del territorio de su Estado. Por ejemplo, Denis y About plantean en su obra *Historia de la identificación de las personas* que junto con la consolidación del Estado-nación como forma de organización política y territorial, este perfeccionó las formas de control social hacia sus ciudadanos, también fuera de sus fronteras. Lo anterior debido a que: "...la comunidad de ciudadanos definidos a la vez por su nacionalidad y por los nexos que les unían a instituciones y organismos del Estado se encontraba delimitada por un nuevo marco jurídico" (About y Vicent, 2011: 75).

En el caso del Franquismo en el período estudiado, ello sucedía a través del accionar de embajadas y legaciones, que utilizaban múltiples prácticas y herramientas para informarse no sólo de las actividades políticas de los contrarios a la dictadura, sino que también para conocer la vida privada de estos y de los ciudadanos españoles en general, así como de algunos chilenos

Aróstegui, Julio, *Generaciones y memoria de la represión franquista*, Valencia: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2010; entre otros, además de los múltiples estudios que abordan la represión en las localidades y ciudades españolas durante la guerra civil y la postguerra.

3. Algunos ejemplos son: Algora, Oscar y Amalric, Jean Pierre, "En el punto de mira de los diplomáticos de Franco. Los nacionalistas vascos exiliados en Francia, 1937-1950" en Altet, Alicia y Domerge, Lucienne, *El Exilio republicano español en Toulouse, 1939-1999*, Madrid: UNED, 2003, p.p.211-228; Henríquez, María José, *Los mil días hispano chilenos*, Tesis para optar al grado de Doctor en Historia, Universidad Autónoma de Madrid, 2008; Guixé, Jordi, *Diplomacia y Represión. La persecución hispanofrancesa del exilio republicano 1937-1951*, Madrid: Luarna, 2012, entre otros.

vinculados con los disidentes. A continuación, abordaré las fuentes de información a las que tuvieron acceso los representantes franquistas en Argentina y Chile, tomando como ejemplos distintos casos producidos en ambos países entre 1939 y 1945.

La realización de trámites ante las representaciones españolas franquistas

En el ámbito de las Relaciones Internacionales, las representaciones de un Estado fuera de su territorio resultan clave para la vida cotidiana de aquellos que se encuentran viviendo fuera de su país natal. En este sentido el desempeño de un diplomático va más allá de la mera función de representación del país de origen, dado que como señala la clásica obra de (Calduch, 1993: 5) mantienen las funciones de: "...comunicación, negociación e información entre los Estados, al tiempo que siguen actuando como instituciones protectoras de sus naciones y de los intereses de sus respectivos gobiernos ante las autoridades de los Estados, en los que se encuentran acreditados".

En particular, la función consular tiene diversos ámbitos de acción entre los que se encuentran la realización de servicios hacia la población connacional que debido a la distancia no pueden ser desarrollados en el país de origen, tales como: "...identificación, migratorios, notariales, judiciales, de asistencia legal, de registro de estado civil... entre otros" (Álvarez, Puente y Chávez, 2008: 11). A su vez, tiene áreas de desarrollo como el propio de las RRII vinculado a la misión del servicio exterior; la representación de la administración pública junto con el desarrollo de políticas públicas en relación con la comunidad del país que representa, así como con la sociedad receptora. Por su naturaleza, la realización de trámites consulares recoge información acerca de la vida de las personas, lo que resulta efectivo para detectar a aquellos ciudadanos que no son adeptos a un gobierno, captar opiniones en torno a la política general de un país, cambios de domicilio, entre otros. Aclaramos aquí que nos referiremos a la realización de trámites ante las representaciones españolas franquistas, dado que en paralelo también se producía la realización de trámites en las representaciones de la España republicana presente en Santiago de Chile y Buenos Aires⁴, las cuales no

4. Desde el reconocimiento del gobierno Franquista como vencedor en la Guerra Civil Española se produce una duplicidad de funciones diplomáticas y consulares en los diversos países latinoamericanos. Ello, debido a que los españoles disidentes seguían acercándose hasta la representación republicana

trabajaremos en profundidad debido a que estas no están relacionadas con los objetivos de este artículo.

En el caso particular del Franquismo, la realización de trámites en el consulado de España permitía obtener información acerca de la postura política de las personas. Ello a través de la completación de formularios, que incorporaban una declaración de adhesión hacia el Franquismo y negación de participación en actividades contrarias al franquismo. Por ejemplo, para solicitar la entrada a España había que completar una forma en el que se explicitara: lugar de obtención del pasaporte, vencimiento del mismo, además de especificar: “Que durante la guerra de España (estuve o no estuve) en territorio (rojo o nacional), habiendo sido mi actuación la siguiente (espacio para describir su actuar durante la Guerra Civil)” (AGA 54/9246, Formulario de solicitud de autorización para ingresar a España, 27 de mayo de 1947).

Este último elemento en particular en algunas oportunidades fue dejado en blanco, lo que impedía que se terminara de cursar la solicitud realizada. Encontramos por ejemplo el caso de Juan Mella Alfageme⁵, quien se acercó el 7 de diciembre de 1945 a solicitar la entrada a España al consulado en Buenos Aires. Si bien completó la primera parte de la información indicando que realizaría el viaje en misión por el gobierno argentino, no completa otros antecedentes como el tiempo de estadía en España o su actuación durante la Guerra Civil. De allí que se indicara en el reverso del documento que: “El nombrado JOSE MELLA ALFAGEME, se negó a firmar” (AGA 54/9246, Solicitud de autorización para viaje a España, Buenos Aires, 7 de diciembre de 1945), por lo que su solicitud no fue cursada.

para solicitar pasaportes, cédulas de identidad, entre otros documentos. Lo anterior originó que, en 1945, por decreto del Ministerio de Hacienda de la República, se creara “la cédula de identidad de los ciudadanos españoles”. Si bien se plantea en el documento mismo que la decisión se basa en el reconocimiento que varios gobiernos han hecho sobre la legalidad del Gobierno Republicano Español en el exilio, su expedición se ordena para todos aquellos países que cuenten con representantes de dicha tendencia política, por ejemplo, Argentina y Chile. La obtención de dicha cédula de identidad implicaba la adhesión al gobierno republicano, como se indica en el documento de solicitud del mismo: “Ruego a usted se sirva extenderme la Cédula de Adhesión Republicana creada por el decreto del 19 de octubre de 1945”. Cita extraída de: Archivo Fundación Universitaria Española (en adelante FUE) Santiago, 23 de julio de 1946, caja 16, expediente 1/3, rollo 152, fondo Chile. Decreto extraído de: FUE, México, DF, 19 de octubre de 1945, caja 16, expediente 1/3, fondo Chile.

5. Español, residía en la ciudad de Buenos Aires, trabajaba en la empresa alemana Siemens. En 1945 estuvo acusado de pertenecer a una red de informaciones nacionalsocialistas en Argentina. Información extraída de: Newton, 1992.

También se cursaban órdenes expresas en relación con la consecución de antecedentes de las personas que se acercaran a la Embajada en Buenos Aires, explicitándose dos casos en particular: a) Enviar desde los consulados: "...la relación en que conste con la mayor amplitud y claridad, cuantos antecedentes pueda conocer respecto a la actuación y procedencia de aquellos individuos que tengan malos antecedentes que estén inscritos en ese Consulado o que, sin estarlo, ejerzan actividades contrarias a la Causa" (AGA 54/ 9246, Comunicación de Eduardo Becerra al Cónsul General en Mendoza, n° 234, Buenos Aires, 18 de enero de 1941), es decir, al Franquismo y al proceso de Guerra Civil que lo llevó al poder.

b) A su vez, si existía algún extranjero que quería viajar hacia España, se debía informar al Embajador: "...filiación completa del interesado haciendo constar el motivo de su viaje, y acompañándonos una fotografía del solicitante" (AGA 54/ 9246, Comunicación de Eduardo Becerra al Cónsul General en Mendoza, n° 234, Buenos Aires, 18 de enero de 1941).

Para ambos casos se sugiere que el interesado complete una ficha de información con preguntas claves que dan cuenta de los antecedentes personales y sociales del solicitante. En ella se incorporan elementos como: fecha y lugar de nacimiento del solicitante, n° de hijos, colegio al que asisten sus hijos, los idiomas que sabe, último lugar donde trabajó en España. Como veremos más adelante este tipo de información solicitada probablemente era muy útil para completar la ficha personal de los individuos que mantenían a su resguardo los Embajadores de España tanto en Chile como en Argentina, dado que entregaba datos que no necesariamente estaban relacionados con la realización de trámites administrativos, sino que también se inmiscuía en el pasado del solicitante y del presente social, laboral, personal del solicitante.

En otro ámbito relacionado, existía la demanda de obtención de información hacia las representaciones franquistas desde España, en particular de la Dirección General de Reclutamiento y Personal del Ministerio del Ejército⁶, por la que se solicitaba recabar: "...por los cónsules de la Nación en los distintos países, al remitirse las relaciones o certificados de los que se presenten a pasar la revista anual correspondiente, se consignen cuantos datos puedan deducirse de los documentos que posean los interesados o también de las manifestaciones que puedan hacer los mismos" sobre su

6. La Dirección General de reclutamiento y personal del Ministerio del Ejército era uno de los departamentos creados tras el fin de la Guerra Civil. Es importante indicar aquí que por decreto de agosto de 1939 se disolvió el Ministerio de Defensa, quedando este dividido en tres nuevos ministerios: Ejército, Marina y Aire (Muñoz Bolaños, 2010).

situación militar. (AGA 54/9355, Comunicación del Embajador de España Juan Ignacio Luca de Tena al Cónsul General de España en Valparaíso, N° 31, Santiago, 1° de octubre de 1942). La orden anterior se emanó debido a la pérdida de archivos durante la Guerra Civil Española, con la finalidad de tratar de reestablecer la situación militar de los ciudadanos españoles en el mundo.

Los casos anteriores ejemplifican de qué forma la realización de trámites administrativos en las legaciones franquistas permitió obtener información fundamental sobre la vida de las personas que acudían a ellas. Esto se ve reforzado por el manual que orientaba las oposiciones (postulaciones) al cuerpo auxiliar femenino de la dirección general de seguridad. En este se resaltaba la importancia de la *filiación* por la que se entiende al: "...conjunto de datos, que sirve de base para diferenciar en los documentos unas personas de otras, siendo completa aquella cuando la integran los siete siguientes: nombre y dos apellidos, edad, estado, profesión u oficio, nombres de padre y madre, naturaleza y domicilio..." (Hoya y Feito, 1942: 3). Este tipo de informaciones y orientaciones son las que con posterioridad dieron paso al desarrollo del fichaje de personas, manejado por diversas embajadas.

El rumor como herramienta de persecución

En una comunidad, la posibilidad de que entre sus integrantes se divulguen diversos tipos de rumores es un fenómeno social comúnmente conocido. En términos generales, la RAE en su versión electrónica lo define como: "voz que corre entre el público". De acuerdo a Tinoco, el rumor también se relaciona con la necesidad que surge en las sociedades de comunicar informaciones que no han sido confirmadas o incluso desmentidas a nivel oficial –cualquiera sea éste", dependiendo del contexto el nivel de alcance de los mismos, así como de la intencionalidad que haya habido en su origen. El mismo Tinoco citando a Schindler (2003) se refiere al: "...*rumor deliberadamente provocado por detalles*, en donde un evento específico o una señalización, que pasa desapercibida, es utilizada para disparar deliberadamente el rumor" (Tinoco, 2003: 159). Este es justamente el tipo de rumor al que hacemos referencia en la época del primer Franquismo en América Latina. Para España hay diversos estudios que han investigado este fenómeno, llegando a la conclusión que, en una sociedad dictatorial, donde el control de la información corresponde a las entidades oficiales, la "opinión informal" se convierte en una forma de comunicación que abarca no sólo a las elites sino que a la población en general, siendo una manifestación de estas últimas el rumor:

“...como forma de comunicación informal y de opinión” (Sevillano, 1998: 24). Así es como, en un contexto de reciente guerra, el rumor y las acusaciones se convirtieron en una herramienta eficaz, no sólo para acusar al enemigo, sino que también para generar problemas al interior de las comunidades, o simplemente cobrar revancha sobre cuestiones pendientes entre ex amigos, deudores, entre otros. A lo anterior, en términos prácticos, se sumaba el hecho de que “La voluntad eliminadora fría y previamente diseñada para arrasar cualquier vestigio de la República Española fue constantemente legitimada por un discurso propagandístico maniqueo y apoyado en estereotipos que descansaba sobre una tergiversación torcida de la realidad” (Fandiño, 2003: 82). Ello no hacía más que dispersar el cotilleo “...que de boca en boca va creciendo ininterrumpidamente, haciendo su presencia inevitable, molesta, casi insoportable, desatando reacciones imprevisibles, alimentando la espiral de denuncia y maledicencia que fue propia de una sociedad dividida, en la que los vencedores se aprestaban a prolongar la sombra de su victoria sobre los derrotados...” (Fandiño, 2003: 84).

Como la división entre españoles también se produjo en el Cono Sur, corresponde exponer ahora cómo el rumor también fue utilizado como una herramienta de denuncia en estos alejados territorios. Por ejemplo, se presentó una denuncia desde Inca de Oro en Atacama, Chile, por la que José Ramos escribía al Embajador de España en Chile para mostrar que en dicho poblado minero el español Emilio Mata “...facilita banderas republicanas que son exhibidas cada vez que lo desean; insultan a sus anchas a nuestro distinguido Jefe de Estado y desprestigian cuanto más les es posible a España”. A lo anterior se sumó lo sucedido en la celebración del 12 de octubre de 1941, oportunidad en la que “... por el solo hecho de ser español y colocar la bandera española, sufrí los peores insultos, que está por demás decirlos; se pidió mi expulsión y se me ha marcado mi casa con insignias de países beligerantes” (AGA 54/9375, Carta de José Ramos al Embajador de España, n° 77, Inca de Oro, 18 de octubre de 1941, carpeta n° 470: colonia). Según indica la comunicación, Ramos no intentaba pedir protección especial, sino que dejar sentados los antecedentes en caso de que sucediera algo peor. Además, presenta un testimonio fotográfico acerca de lo comentado, para reforzar sus acusaciones, una de las cuales presentamos a continuación:

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina



Imagen n° 1

Almacén de Emilio Mata en Inca de Oro, Atacama

Fuente: AGA 54/9375, carta de José Ramos al Embajador de España, n° 77,
Inca de Oro, 18 de octubre de 1941, carpeta n° 470: colonia.

Este caso en particular no tuvo repercusión para las relaciones entre los vecinos de Inca de Oro, sin embargo, existen otros en los que hubo mayor resonancia e implicancias para quienes fueron las víctimas de los rumores. No obstante, hemos elegido este caso debido a que es interesante el constatar cómo la GCE impactó a las comunidades españolas que se ubicaban en sectores geográficamente recónditos.

Por otra parte, parece haber sido una conducta relativamente recurrente en las colonias españolas el uso del rumor como herramienta de desprestigio. De ello da cuenta el Embajador español en Argentina, quien comentaba en una carta a la señora Soledad Alonso de Drysdale que: “casi inmediatamente después de mi llegada aquí varias personas se me acercaron para referirme cosas y hechos que en cualquier otro caso me habrían obligado a intervenir para que quedasen plenamente aclarados, pero aquellos se referían a Vd. y yo conocía su actuación, su generosidad tantas veces probadas y sus desvelos de todo orden en favor de tantos desvalidos, me negué en absoluto a tratar de averiguar lo que hubiera de cierto” (AGA 54/9246, carta del Embajador de España en Argentina a Doña Soledad Alonso de Drysdale, Buenos Aires, 20 de octubre de 1943, carpeta 1). En la misma carta se señala que doña Soledad debiera “...anticiparse a cualquier intento y me parece que sería oportuno saliera Vd. al paso de ciertos rumores que van teniendo

ya excesiva publicidad” (Ibídem), dado que se estaba insinuando que los fondos recaudados por la organización por ella presidida, los *Legionarios Civiles de Franco*⁷, no estaban siendo destinados a los niños de la guerra, sino que para otras cuestiones. Al respecto el mismo embajador llega a proponerle que liquidara los fondos y si lo estimase conveniente abriera luego otra organización. Soledad Alonso de Drysdale estaba al tanto de estas acusaciones, las que exponía al Embajador en términos como: “...sus más nobles armas, es la calumnia, es el arma que solapadamente usan los cobardes, los tontos y los seres ruines que llevan el sello de lo inferior” (AGA 54/9246, carta de Soledad Alonso de Drysdale al Embajador de España en Argentina. Buenos Aires, 19 de octubre de 1943, carpeta 1). Sin embargo, y a pesar de la cercanía que parecía tener con el Encargado de Negocios español en Argentina –Juan Pablo de Lojendio- la liberó “...de la acusación de estafa a su institución benéfica. Los propios defraudados, que antes rescataban su carisma y su coraje por la causa franquista, comenzaron a recordarle su pasado de actriz para denigrarla” (Larraquy 2008: s/p). De allí que los Legionarios Civiles de Franco cayeran en el desprestigio, por lo que la organización debió cerrarse y desaparecer al poco tiempo.

Hay más casos como los mencionados, incluyendo rumores que alcanzaron a representantes diplomáticos durante la república u otros de orden económico. Lo que queremos rescatar del rumor como fuente de información es que, al sembrar la duda sobre alguna persona, comenzaban a recabarse los antecedentes que podían dar origen a seguimiento, propuestas de ser procesado por la ley de defensa de la democracia.

La interceptación de la correspondencia personal

En un contexto dictatorial, la libertad de expresión se ve drásticamente afectada, convirtiéndose la censura en un mecanismo más de control social. Además, el Franquismo consideraba que la población no estaba lista para poder ejercer su derecho a escoger sus autoridades –como sí sucedió durante la República– por lo que: “En consecuencia, la libertad de expresión era contemplada como el vehículo diabólico para ofuscar las mentes y extraviar los corazones, y de ahí que se viera suprimida... el español no era todavía un

7. “...una entidad con más de ocho mil socios que reclutaron su apoyo entre los sectores más ricos y más tradicionales de la sociedad de la colectividad española radicada en la Argentina. Eran independientes de la Embajada, pero tenía vías de acceso directo a al gobierno de Burgos...”. Cita extraída de Furman, 2014, s/p.

ser adulto y necesitaba de una administración paternalista” (Petit, 1994: 271). De allí que de acuerdo al mismo Dr. Pastor Petit, una de las obsesiones del régimen haya sido una “Sistemática y terca condena a la libertad de expresión, aunque no con menos insistencia se pretendía, en los discursos oficiales, que el país gozaba de plena libertad” (Ibíd., 280).

Por ende, se utilizó a la censura como una fuente tanto de control social – para evitar que aquellas informaciones contrarias al régimen se difundieran – como de información, al tratar de controlar ¿qué se decía?, ¿quién lo decía? Para el caso español contamos con testimonios de la aplicación de la censura en la correspondencia, como ejemplifica Arturo García, quien comenta que: “Fue por entonces, tras un largo período de sin saber de mi familia, por los frecuentes cambios de domicilio o intervenida la correspondencia por la censura franquista cuando recibí de mi hermana malas noticias de mis padres, a su cuidado desde el fin de la Guerra Civil” (García, 2012: 129). Si bien en América Latina la censura no sería tan fácil de aplicar debido a que chocaría con la jurisdicción y leyes propias de cada país, ello no impedía que se emplearan filtros a la correspondencia.

Sobre estos filtros, quedan en evidencia en múltiples reportes de los representantes Franquistas en América Latina, como el que envía Juan Ignacio Luca de Tena en marzo de 1941, donde indica que tanto los refugiados rojos como los indiferentes “...reciben correspondencia de sus amigos o familiares de España en la que estos ni se recatan de verter todas las fantasías que su imaginación les dicta y en las que el ánimo de crítica a nuestras instituciones y a nuestra situación es manifiesta con extraordinaria crudeza: “que la gente se muere de hambre; que se fusila sin formación de causa; que los actos de sabotaje se multiplican; etc., noticias que leídas en lugares públicos como Círculos, bares, cafés, etc., encuentran el medio más fácil para su perniciosa propagación” (AGA 54/9358, comunicación de Juan Ignacio Luca de Tena al Ministro de Asuntos Exteriores, n° 162, Santiago, 22 de marzo de 1941, carpeta 1). No conformes con conocer en términos generales el contenido de la correspondencia, se suma el reconocimiento de que: “Como esta correspondencia llega a su destino con el sello de la censura, yo me permito poner el hecho en conocimiento de VE por si estimase conveniente trasladarlo a las Autoridades (SIC) competentes a los efectos oportunos” (Ibíd).

Ello implicaba que las cartas que llegaban a nuestro país desde España eran censuradas habitualmente, tal como lo recuerda Margarita Oyenarte, quien llegó a Chile siendo una niña en el barco Winnipeg. En una entrevista realizada en 2012, recordaba que las cartas que recibía su familia desde España “venían abiertas”, por lo que surgió la necesidad de comunicarse en

clave. Por ejemplo: si un “compañero” caía se hablaba acerca de determinadas flores que se marchitaban. Entonces, al ser conocida la censura en la correspondencia, se buscaban otras vías de comunicación entre quienes permanecían en la península y quienes habían inmigrado a América. Ello era sabido por los representantes franquistas como Juan Ignacio Luca de Tena quien indicaba que “...las más han sido depositadas en algún puerto de América y seguramente fueron confiadas en mano a pasajeros salidos de España para que éstos las cursasen con posterioridad. Otras muchas, en fin proceden de Francia” (AGA 54/9358, comunicación del Embajador de España Juan Ignacio Luca de Tena al Ministro de Asuntos Exteriores, Santiago, 1º de abril de 1941, carpeta 3, nº 175).

En particular, la apertura de cartas como fuente de información de actividades permitía averiguar informaciones como: con quiénes se relacionaban los españoles, tanto en el país receptor como fuera de este; próximos pasos a dar en los ámbitos comercial, personal, como también político, por quien recibe o escribe la correspondencia; opiniones particulares sobre el régimen político, tanto del país de acogida como de España.

De allí la riqueza de la información encontrada en la correspondencia. En este sentido es importante destacar aquí que independientemente de quién era el receptor de esta, desde personas comunes como veíamos por el documento anteriormente citado, hasta destacadas personalidades republicanas, veían interceptadas su correspondencia. A modo de ejemplo, presentamos el sobre –por razones de espacio– de una carta dirigida de Carlos Buendía –Santiago de Chile– a Indalecio Prieto⁸ –México, Distrito Federal–, lo que nos indica que no sólo se intervenía la correspondencia que se dirigía entre España y Latinoamérica, sino que también al interior del continente americano también se interceptaba:

8. Periodista y político socialista español (1883-1962), ocupó diversos cargos, entre los que se destacan el haber sido diputado provincial por Viscaya y varios ministerios durante la segunda república: Hacienda (1931), Obras Públicas (1932) y Defensa Nacional (1937-1938) durante la guerra civil, entre otros. Tras el fin de la guerra se mantuvo activo en la política a través de la creación de la Junta de Auxilio a los Republicanos Españoles (JARE) desde México, país en el que fallece a los 78 años.



Imagen n° 2

Sobre de carta entre Carlos Buendía e Indalecio Prieto

Fuente: AGA 54/9375, comunicación de Augusto Ibáñez, representante español en México, al Embajador de España en Chile Marqués Luca de Tena, n° 54 México, 17 de febrero de 1941.

Medios de comunicación y difusión de ideas: un arma de doble filo

Los medios de comunicación no son simples fuentes de información objetiva y libre de interpretaciones. Cada medio se ve marcado por su línea editorial, la que establece una pauta de contenidos posible de publicar en él. Lo anterior, aunque nos parezca evidente en el siglo XXI, fue utilizado también como una fuente de información por parte de las representaciones franquistas en el Cono Sur. De allí que la prensa haya sido valiosa en al menos dos ámbitos: el tipo de medio en que se publicaba, que orientaba a las legaciones franquistas acerca de quien publica allí, con qué motivaciones, entre otras cuestiones relevantes para el contexto, y la mera difusión de informaciones, que en muchas oportunidades terminará siendo un antecedente más sumado a las fichas personales guardadas en la Embajada.

De hecho, el Encargado de Negocios de España en Chile, Federico Oliván, informaba en 1939 acerca de las diversas tendencias que seguían las editoriales chilenas en relación con "...la intervención de elementos rojos españoles en el funcionamiento de Editoriales en América" (AGA 54/9352, comunicación del Encargado de Negocios, Federico Oliván al Ministro de Asuntos Exteriores, N° 673, foja 1, Santiago, 28 de Diciembre de 1939). En

esta comunicación se señalaba que la Editorial Nascimento "...es la más seria y cercana a nuestro sentido. Ha editado varias obras favorables a España y sobre todo, edita libros de cultura española, clásicos y otros, con asiduidad y entusiasmo" (Ibíd). En cambio, las editoriales Ercilla y Zig-Zag son consideradas comerciales, por lo que publicaban obras de ambos bandos sin distinción. Sin embargo, en ambas se encontraban trabajando españoles exiliados, en particular en la primera estaba "Un agente de ventas en el exterior, para los países americanos. Un cobrador de la revista 'Hoy', que fue redactor de 'La Voz', de Madrid, José María Simal" (Ibidem); mientras que en la segunda "En su revista 'Vea' hace frecuentes entrevistas a los rojos. Parece que hay en ella un corrector de pruebas que es de aquellos" (Ibidem). Lo anteriormente expuesto nos sirve como muestra de la riqueza que presentaba la prensa como fuente, dado que aquí es susceptible de aplicar el principio: dime dónde publicas o trabajas, y sabré de qué tendencia política eres.

En relación con las informaciones que se obtenían en la prensa y que servían como insumo para desarrollar la persecución, se encuentran múltiples casos en ella, en particular aquella de izquierda que realizaba difusión de las actividades. Por ejemplo, en el diario *El Siglo* del 28 de noviembre de 1942 se divulgaba que: "El Comité 'García Lorca' de ayuda a las democracias, perteneciente a la Asociación de Amigos de España Republicana, hoy sábado a las 22 horas, en su local social Merced 882, celebrará una Gran Verbena Española, cuyos beneficios se invertirán en yodo y medicamentos para la Unión Soviética..." (El Siglo, 1942: 12). Ello permitía a los representantes franquistas enviar a un elemento infiltrado para que averiguara cuestiones como el número de asistentes, el tipo de discursos, participantes, entre otras cuestiones. En dicha verbenas se obtuvo información como que "... en él se reunieron unas 120 personas, en su mayoría refugiados pertenecientes al Partido Comunista había profusión de banderas rojas con la hoz y el martillo y de las republicanas españolas... Antes de dar principio al baile, hizo uso de la palabra el refugiado Arturo Jiménez... fue muy aplaudido, terminando sus palabras con vivas a Rusia y a la República Popular española" (AGA 54/9375, comunicación de Alejandro Gómez al Embajador de España en Chile, 29 de noviembre de 1942, carpeta 466). Se observa como en este caso se obtiene la información de la realización de una actividad de los denominados enemigos de la Causa, lo que permitía a la Embajada designar a alguien para que asistiese y actuase de informante, siendo posible conocer no sólo el contenido de los actos, sino que también posibles acciones a realizar en el futuro.

Pero no sólo se utilizaban los medios escritos como una valiosa fuente de información, también eran monitoreados otros como actos, concentraciones políticas, reuniones político-sociales, radiodifusión, entre otros. Sobre esta última, encontramos un ejemplo en Uruguay, por el que se denuncia y transcribe la intervención del coterráneo a los funcionarios de la Embajada en dicho país Luis Pérez Infante en el programa “Momento Español” de la radio “El Espectador”. Lo interesante de este caso es que Pérez se refiere a la aplicación de la Ley de Defensa de la Democracia en Chile. Además, nos da cuenta de que las declaraciones realizadas por españoles en la radiodifusión eran seguidas por las Embajadas, para así tener claridad acerca de las opiniones de los españoles residentes en el Cono Sur.

La colaboración de las policías nacionales

En todo régimen dictatorial, el control de las fuerzas de orden se convierte en un elemento central y necesario para el dominio de la población. En este sentido cuando se trabaja desde la perspectiva de la persecución extraterritorial, la colaboración de las policías nacionales resulta vital para obtener información y tratar de mantener controlados a aquellos segmentos de la población y personajes destacados que podrían desprestigiar la imagen de las dictaduras, realizar contra propaganda u otros similares. Por ejemplo, para el caso de la Operación Cóndor⁹, esta “...puso en marcha un siniestro sistema internacional de comunicación en el que participaron argentinos y chilenos, también los paraguayos, y según la Comisión de Verdad y Reconciliación, personeros de la Embajada de Estados Unidos en Buenos Aires, quienes mantenían informada a la Policía de Investigaciones de Chile del resultado de los interrogatorios” (Martorell, 1999: 114).

Por ello, al igual que otras dictaduras como la chilena en la década de 1970, el Franquismo se apoyó en las policías nacionales para el desarrollo de una persecución sistemática fuera de sus fronteras. Por ejemplo, en Francia: “Agencias que vigilaban los movimientos del material militar, de barcos franceses, de aprovisionamientos, etc. Todas estas informaciones eran recogidas por los “agentes de enlaces” y mandadas a la Ville Grande Frégate, donde se centralizaban los informes antes de ser enviados a Salamanca” (Crorominas, 2012: 60). En Europa la colaboración fue mucho más extensa,

9. La Operación Cóndor fue aquella por la que los regímenes dictatoriales de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, coordinaron esfuerzos para tratar de eliminar la amenaza de resistencia que se levantaba en contra de las mismas.

como señala Vicente Almenara en *Los servicios de inteligencia en España: de Carrero Blanco a Manglano*: “Hay que considerar también que los sublevados contaron con la ayuda de la PVDE (después PIDE) portuguesa, la Abwehr y la GESTAPO alemanas y el SIM y la OVRA italianas” (Almenara, 2012: 15). Por ende, la colaboración de las policías nacionales y servicios de inteligencia asociados a estas, no fue un hecho aislado y único, fue un fenómeno que al menos podemos comprobar se produjo en otros países lejanos a la Península Ibérica, como por ejemplo Chile.

En el Archivo General de la administración encontramos pruebas particulares para el caso mencionado, en el cual se establecen dos comunicaciones entre la policía chilena y la Embajada española con la intención de colaborar en el desarrollo de la vigilancia hacia personas sospechosas de actividades antifranquistas. La colaboración con la Embajada fue cercana, lo que no impedía que se mantuviera –por parte de la policía de investigaciones chilena– un contacto directo con los elementos republicanos como es el caso del Embajador de la República: Rodrigo Soriano¹⁰.

a) Convenio:

La cercanía llegó a consumarse con el establecimiento de un convenio, que venía ofrecido desde el Servicio Nacional de Seguridad de España, en particular de José Ungría Jiménez quien había organizado con anterioridad el Servicio de Información y Policía Militar durante la Guerra Civil.

El 16 de agosto de 1939, fue Ungría (sic) quien envió una carta “...en que ofrece a estos servicios su sincera y entusiasta cooperación, para los efectos del intercambio de material e informaciones que digan relación con impresiones digitales y fotografías sobre detenidos o individuos quienes deba controlarse sus actividades” (AGA 54/9352, comunicación de Osvaldo Fuenzalida al Encargado de Negocios de España en Chile, n° 2519, Santiago 23 de agosto de 1939). A lo anterior el Director General de Investigaciones de Chile – Osvaldo Fuenzalida– responde: “Al aceptar gustoso la cooperación ofrecida por el Servicio Nacional de Seguridad, me permito rogar a ve. se sirva hacer llegar a la Jefatura del Gabinete Central de Identificación de Madrid, mis agradecimientos, como asimismo mis propósitos de amplia reciprocidad en tales servicios” (Ibíd). Ello se traduciría en un flujo de información que

10. Por ejemplo, el Director General de Investigaciones Osvaldo Sagues Olivares escribe al mencionado Soriano para “...agradecer en nombre de la Institución por su sentida condolencia...” por el fallecimiento de un funcionario de apellido Muñoz. Cita extraída de: AGA 54/9375, Comunicación sin fecha ni número, carpeta 466.

desde la dicha entidad chilena se haría llegar a la Embajada española, tal como indica el convenio fijado, con la finalidad de mantener informada a dicha representación acerca de las actividades que realizaban y/o planificaban los desafectos al Franquismo en dicho país.

b) Cooperación “concreta”:

Lo anterior dio pie a que en varias oportunidades llegara información clave, ya sea desde la perspectiva de posibles atentados a realizarse contra la Embajada, como desde la movilidad de personas que podían resultar ser peligrosas para el régimen. Dichas informaciones no sólo procedían desde la capital, Santiago, sino que también desde regiones, lo que da cuenta del alcance del convenio recién citado.

Ejemplo de ello es el documento del 25 de octubre de 1940, que se envió desde la ciudad de Concepción con número de comunicación 75, emanada por el Subprefecto Jefe de la VI prefectura dirigida hacia la Dirección General de Investigaciones en Santiago. En ella se relatan las actividades del comunista español Pedro Beravia Calveral (o Beravilla) quien “...durante este último tiempo, ha estado actuando como técnico en diversos conflictos y huelgas de obreros de la región carbonífera, a quien, los organismos sindicales, por intermedio de sus dirigentes, consultaban previamente antes de dar respuesta a las sujeciones formuladas por los patrones a los respectivos pliegos de peticiones, entorpeciendo el rodaje normal de esta clase de conflictos. Este extranjero mientras residió en esta región, no ejerció ninguna otra actividad fuera de las nombradas encontrándose actualmente en Santiago, donde no ha sido posible obtener su residencia, pero podría ser fácilmente ubicado por intermedio del Centro Republicano Español” (AGA 54/9375, comunicación de Hugo Hinrichsen a la Dirección general de Investigaciones, N° 75, Concepción, 25 de octubre de 1940, carpeta 466). Es posible observar aquí que el tipo de informaciones que entregaba el servicio de Investigaciones de Chile resultaba bastante efectivo, en cuanto a las actividades realizadas por disidentes antifranquistas y la movilidad de estos al interior del país.

La infiltración de elementos pagados

Las estrategias anteriormente descritas no podían desarrollarse en su plenitud sin la presencia de informantes que estuvieran presentes en el movimiento antifranquista, y que permitieran corroborar los datos obtenidos por otros medios anteriormente presentados como la correspondencia, el seguimiento policíaco, o la misma prensa.

La Dirección General de Seguridad, a cargo del mencionado José Ungría Jiménez en España, en particular la Segunda Sección del Estado Mayor Central, debía dirigir lo relacionado con la información documental, revisar la prensa nacional e internacional, realizar propaganda, además de "...la investigación de redes de espionaje en las que estaban complicados soldados reemplazo y que patrocinaban diversas embajadas de países aliados" (Almenara, 2012: 17). De allí que los servicios españoles tenían experiencia tanto en la búsqueda de elementos infiltrados, como en la infiltración de los mismos en el ámbito de los desafectos al Franquismo.

Si bien en la documentación oficial no abundan los testimonios acerca de estos informantes, encontramos algunos rastros que nos confirman la presencia de elementos infiltrados en las organizaciones republicanas. Tal es el caso de la comunicación del 31 de enero de 1941, en la que se señalaba que el último grupo de españoles refugiados en la Embajada de Chile en Madrid llegados a nuestro país, estaba "...compuesto por Lezama, Hermosilla, Ontañón, Lafuente, Barbero y algún otro, *según me dice el informador que hice acudir a la estación*" (AGA, 54/9358, comunicación del embajador Juan Ignacio Luca de Tena al Ministro de Asuntos Exteriores, n° 70, Santiago, 31 de enero de 1941, carpeta 1. La cursiva es nuestra).

Asimismo, en la circular n° 175, se indica que: "...además de algunas personas que desinteresadamente colaboran con nosotros, disponemos también de dos individuos, refugiados rojos españoles que pagados de nuestro peculio particular, nos sirven de confidencias sobre actividades de los españoles de distintos grupos políticos y sindicales que se encuentran en este país, no enviando, por el momento, los nombres apellidos y demás circunstancias por carecer para ello de clave que asegure una absoluta discreción" (AGA 54/9378, Comunicación del Inspector Jefe de la Embajada al Director General de Seguridad, n° 175, Santiago, 30 de noviembre de 1942, carpeta 1). No hemos encontrado en los registros oficiales más informaciones acerca de las identidades de estos elementos infiltrados. Sin embargo, ha quedado claro que fueron un real aporte a la Embajada franquista, dado que le permitía realizar un cruce de información, corroborando la autenticidad de las mismas y generando mayores datos sobre personas involucradas en actividades contra el régimen.

El fichero de la Embajada española en Chile

En diversa documentación de la época investigada en territorio chileno en particular, se hace evidente el aporte del denominado *oficial asignado a la*

Embajada española en Santiago. En particular, este funcionario realizaba tareas de recopilación de información en terreno, junto con sus subalternos, así como el envío de la información recopilada en el formato de fichas personales al Embajador o Encargado de Negocios en Chile. Por ejemplo: el 27 de diciembre de 1941, el oficial asignado a la Embajada –Alejandro Gómez Estefanía– hacía llegar 50 fichas “números del 51 al 100, referentes a refugiados rojos españoles, residentes en ésta, cuyos nombres se reseñan al dorso, con la información que hasta el momento ha podido adquirirse, por si considera oportuno sean enviadas a la Dirección General de Seguridad” (AGA 54/9375, comunicación de Alejandro Gómez al Embajador de España, N° 666, 30 de diciembre de 1941). Este mismo tipo de comunicado tiene como antecedente el 27 de noviembre de 1941, donde también se adjuntaron las primeras 50 fichas (AGA 54/9375, comunicación de Alejandro Gómez, al Embajador de España, 27 de noviembre de 1941), lo que se repite en abril de 1942, donde se envían las fichas número 101 a 150 (AGA 54/9375, comunicación de Alejandro Gómez, al Embajador de España, 17 de abril de 1942). Cada una de estos envíos fueron suscritos por el mencionado Gómez quien en 1941 firmaba solo con su nombre, mientras que en el año 1942 lo hace como “...el inspector jefe” (AGA 54/9378, comunicación del Inspector Jefe de la Embajada al Director General de Seguridad, n° 175, Santiago, 30 de noviembre de 1942, carpeta 1) de la Embajada, y ya para 1954 aparece citado en un artículo por Laurent Bonardi (2004: 5) con el grado de comisario. En total, Gómez Estefanía entre 1941 y 1945 recopiló más de 300 fichas de seguimiento a personas comunes y destacados personeros de la República española como Pedro de Aretxabala o Rodrigo Soriano.

Esto nos da pie para profundizar en una fuente de información clave para el desarrollo de la persecución franquista en el Cono Sur: la presencia de ficheros como procedimiento de almacenamiento de información, y como una útil herramienta de conservación de los datos personales y públicos de las personas, convirtiéndose en una forma de control social utilizada desde antaño por los Estados. Como relatan Ilse y Vincent, desde el siglo XIX, las “...reformas que afectaron a la vez al mundo judicial y al conjunto de las instituciones públicas y privadas condujo a la elaboración de dispositivos originales de escritura que son los ficheros individuales” (About y Denis, 2011: 80). Estos son la evolución de libros de registros y otros elementos similares que por su poca manejabilidad y versatilidad, fueron reemplazados por la creación de fichas de registro personales que contenían un tipo de información uniformada que facilitaba el control de la población, su envío hacia otros lugares –más allá de las prefecturas de origen–, llegando a constituirse en

una instancia de control a distancia de las personas, permitiendo que los documentos de identidad se transformaran en una reducción de los ficheros que permitieran el manejo de las identidades personales con mayor facilidad, incluso fuera del territorio de origen. Este procedimiento y herramienta fue utilizada y perfeccionada por el Franquismo, que utilizó de gran forma la ficha y el fichero de la Embajada como herramientas de síntesis y actualización de información de las personas catalogadas como rojos disidentes, indiferentes o aquellos que se relacionaran con ellos, leales sospechosos de cambiar de bando, entre otros.

De hecho, en el ya citado manual de alfabetización, se especifican que las fichas “consisten en unas cartulinas rectangulares, de dimensiones distintas, que oscilan entre 75 y 200 milímetros, en las que se anotan, de modo conveniente, las circunstancias aludidas” (Hoya y Feito, 1942: 4-5). Con ello se hacía referencia a que debían entregarse no sólo los datos personales, sino que también los políticos de las personas, lo que en caso de no constar “...puede determinar en los exámenes una merma en sus méritos para el opositor; y es que el ideal de una buena organización policiaca sería contar con colecciones de datos filiales relativos a todas las personas que integran la población del país” (Ibíd: 4). Queda entonces claro que era una prioridad para el Franquismo resumir las informaciones conseguidas por las diversas fuentes anteriormente expuestas en estas fichas personales. Y a la vez, con las diversas actualizaciones de las mismas, cada ficha se convierte en sí misma en una fuente de información sobre el pasado y el actuar presente de la persona fichada.

En términos generales, tanto para Argentina como para Chile, las fichas encontradas tanto en el Archivo General de la Administración como en el actualmente cerrado Archivo de del Ministerio de Asuntos Exteriores en España, estaban estructuradas de la siguiente manera:

Cuadro n° 1: Estructura general de las fichas de seguimiento de actividades políticas de españoles en América Latina

1° APELLIDOS, Nombres del fichado.
2° Antecedentes familiares (padres).
3° Lugar de nacimiento, fecha de nacimiento o edad.
4° Estado civil.
5° Antecedentes profesionales (títulos, trabajos anteriores).
6° Filiación política.
7° Conducta al momento de comenzar la guerra civil.
8° Recorrido geográfico tras salir de España.
9° Residencia en el país de acogida (dirección o señas de dónde vive, con quién habita, etc.)
10° Trabajo actual en el país de acogida.
11° Actividad política en el país de acogida.
12° Otros antecedentes que puedan aportarse (ej.: si está registrado en la Embajada).
Fuente: elaboración propia basada en archivos españoles: AGA y AMAE.

En algunas oportunidades se daba la instancia de colocar una fotografía del fichado al costado superior izquierdo del documento. A su vez, existen versiones breves de las fichas en las que se centran en los puntos 6°, 9°, 10° y 11°, para resaltar la actividad que se producía en los países de acogida. A modo de ejemplo, exponemos una de las fichas encontradas en el AGA, donde se presenta la estructura anteriormente descrita en el cuadro n° 1:

Elena Romero

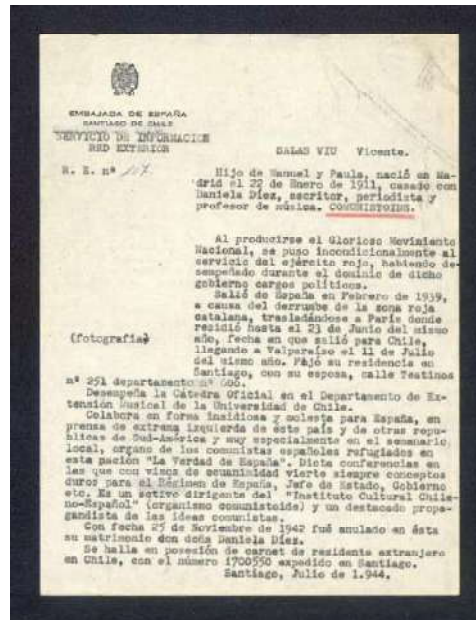


Imagen n° 3

Ficha personal de Vicente Salas Viu. Fuente: AGA 54/9378.

Como se mencionara anteriormente, hay oportunidades en las que se complementaba la información adquirida con anterioridad, para lo cual se recurría a una actualización de la ficha o ampliación de la misma. Estas partían con un resumen de los antecedentes personales de quien se trataba, para luego pasar a detallar los nuevos antecedentes recabados por los que la persona podría haber sido juzgada por entidades españolas en la península. Por ejemplo, para el caso de Juan Arno Castañe (también aparece como Gastañe), aparecen dos fichas: la primera de julio de 1944 y la segunda de enero de 1945. En la primera se encuentran los datos generales de quien llegó en el barco Winnipeg residiendo en Santiago en la calle Santa Elena n° 1411, participando en múltiples comités, por lo que fue considerado un “...activo agitador (sic) y propagandista del comunismo...” (AGA 54/9378, ficha de Juan Arno Gastañe, n° 108, Santiago, Julio 1944). En tanto, en la segunda, se encuentran datos propios de su actividad en España, por la que además es considerado anarquista que perteneció a las FAI, por lo cual ya era buscado durante la Guerra Civil Española. A ello se sumaba que: “Está dispuesta la busca y captura de la Orden (sic) Provincial de la Jefatura Superior de Policía de Barcelona, fechada el 22 de mayo de 1939” (AGA 54/9378,

ficha de Juan Arno Castañe, n° 14, Santiago, enero de 1944). En este caso se cuenta con dos fichas, lo que está relacionado con las posibles actualizaciones de las actividades que realizaban las personas, lo que se ha encontrado se produce en personas con una activa participación política, como por ejemplo el ex embajador republicano Rodrigo Soriano.

En síntesis, es posible observar que la constitución de ficheros clasificatorios fue una práctica común y ampliamente extendida en la época del Franquismo, no sólo en España, sino que también a través de sus representaciones. Si bien podría pensarse que esta fue un ejercicio de los siglos XIX y XX, no es difícil encontrarse con rastros de su mantención. Ejemplo de ello es lo sucedido en 2013 en Argentina, donde la llamada “Ley Fernández” planteaba la creación de un fichero de infractores: “...con la finalidad de apreciar la reincidencia y valorarla a efecto de concesión de autorizaciones administrativas que repercutan directamente sobre la seguridad ciudadana” (El País, 2013, s/p). Esta información se almacenaría en un *Registro Central*, que además de considerar datos personales incorporaría elementos relacionados con la infracción y condena asociada a la misma.

De allí que la utilización de fichas se mantenga vigente, dado que tal y como en las décadas del Franquismo, estas resultaban un elemento versátil para obtener información de las personas de forma rápida y efectiva. No obstante, la utilización de fichas ha sido cuestionada y tildada como inconstitucional (El País, 2014, s/p), sobre todo en relación con la invasión de la privacidad de las personas. En este sentido, en una entrevista realizada en febrero de 2015 al abogado Carlos Slepoy, quien lleva los juicios contra el Franquismo en Argentina, señala que tanto la constitución de un fichero como la información que la conformaba obtenida a través del seguimiento policial y otras desarrolladas a lo largo de este artículo constituyen prácticas ilegales, dado que desde el siglo XIX existen leyes que protegen a la población de la persecución extraterritorial a través del principio de justicia universal, principio en el que está basada la querrela mencionada.

Consideraciones finales

A través del presente texto, se han descrito los procedimientos y herramientas utilizadas que dieron pie a la persecución política, utilizadas por el Franquismo en el Cono Sur para tratar de obtener la mayor cantidad de información posible sobre el quehacer de los ciudadanos españoles en Argentina y Chile.

En este sentido, llama la atención que a fines de la década de 1939 y más de la mitad de los años cuarenta del siglo XX, se haya procurado articular un sistema que contase con tantas alternativas de procedimientos y herramientas, las que en conjunto no hacían más que cruzarse para poder comprobar o desestimar lo que cada una de ellas contaba por separado.

Esto nos lleva a pensar acerca de la facilidad con la que dejamos rastros de información acerca de nuestras opiniones, quehaceres, con quiénes nos reunimos, rastros que finalmente terminan dando cuenta de quiénes somos, y a través de ello de lo que pensamos, lo que puede ser utilizado en contra llegado el momento.

En consideración, inevitablemente no podemos dejar de preguntarnos: si fue posible que los elementos planteados permitieran la persecución en las décadas mencionadas, ¿será posible que suceda un fenómeno similar el día de hoy? Creemos que la respuesta es afirmativa, considerando los elementos que planteamos en el primer punto de este artículo, en la era de la información, donde se han perdido los límites de la privacidad, es mucho más fácil obtener información de las personas.

Por otra parte, en un contexto de postguerra, es de destacar que no sólo el bando franquista utilizó este tipo de procedimientos. Si bien no es el objetivo aquí, es de constatar que la representación republicana en Argentina y Chile utilizaron varias de ellas. Por ejemplo: igualmente interceptaban correspondencia y realizaban algunos seguimientos a personeros y españoles destacados de la colonia. Sin embargo, no por ello esto justifica lo realizado por la dictadura franquista en Chile: como mencionara el abogado Slepoy, son prácticas ilegales que no son aceptables ni en aquel entonces ni ahora.

No obstante, estos procedimientos nos permiten corroborar una parte de nuestra hipótesis, en relación con la intencionalidad en la recopilación de las fuentes presentadas y de la utilización de las mismas para lograr articular estrategias persecutorias en el Cono Sur. En este sentido, se responde al objetivo general en cuanto se comprueba la existencia de una persecución extraterritorial, y aportar elementos que permitirán investigar mejor qué formas de persecución ejerció el gobierno español contra sus ciudadanos en Argentina y Chile, independiente de su bando político.

Referencias

- ABOUT, Ilse; Denis, Vincent. *Historia de la identificación de las personas*, España: Ariel, 2011.
- ALMENARA, Vicente. Los antecedentes del SECED. In: *Los servicios de inteligencia en España: de Carrero Blanco a Manglano*, Barcelona: Acoprees-Books4pocket, 2012.
- ÁLVAREZ, Julio; Puente, Jorge; Chávez, José. *Los paradigmas de la función consular: Gestión organizacional, asistencia y protección*, Lima: Biblioteca Nacional del Perú, 2008.
- BONARDI, Laurent. "Culture et propagande franquiste dans l'Argentine péroniste", @mnis: *Revue de civilisation contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale* 4 (2004): versión electrónica disponible in: <http://amnis.revues.org/718?lang=es> (fecha de consulta: 2 de octubre de 2017).
- CALDUCH, Rafael. La Diplomacia. In: *Dinámica de la sociedad internacional*, Madrid: editorial CEURA, 1993.
- DICCIONARIO DE LA REAL ACADEMIA de la Lengua Española Online, s.v. "Rumor", <http://lema.rae.es/drae/?val=rumor> (fecha de consulta: 18 de marzo de 2015, 22:55 horas).
- FANDIÑO, Roberto. El transmisor cotidiano. Miedos, esperanzas, frustraciones y confusión en los rumores de una pequeña ciudad de provincias durante el primer Franquismo. *Historia y comunicación social* 8 (2003): 77-102.
- FURMAN, Rubén. *Puños y pistolas: la extraña historia de la Alianza Libertadora Nacionalista, el grupo de choque de Perón*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2014, versión electrónica disponible en:
- GARCÍA IGUAL, Arturo. España Popular. In: *¿Entre aquella España y nuestra? La peregrina. Guerra, exilio y desexilio*, Valencia: Fundación General de la Universidad de Valencia, segunda edición, 2012.
- GUIXÉ I COROMINAS, Jordi. *La república perseguida: exilio y represión en la Francia de Franco, 1937-1957*, Valencia: Universitat de Valencia-Guadalupe impresores, 2012.
- HOYA LÓPEZ, Arturo; Feito López, Manuel. *Ejercicios sobre alfabetización de tarjetas - fichas, busca y colocación de las mismas, tanto en orden alfabético natural como fonético. Oposiciones al cuerpo auxiliar femenino de la dirección general de seguridad*, Madrid: Dirección General de Seguridad, 1942.
- LARRAQUY Marcelo. *Marcados a fuego. La violencia en la historia Argentina: de Yrigoyen a Perón (1890-1945)*, Buenos Aires: Aguilar, 2009, versión electrónica disponible en: <https://books.google.cl/books?id=5knP77sOoIYC&pg=PT246&dq=Soledad+Alonso+>

Elena Romero

de+Drysdale+legionarios+de+franco&hl=es&sa=X&ei=FYfVc6_DIG8sAWWxlGoDA&ved=0CCsQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false (revisado el 12 de noviembre de 2017).

MARTORELL, Francisco. *Operación Cóndor: el vuelo de la muerte*, LOM: Santiago, 1999.

MUÑOZ BOLAÑOS, Roberto. La institución militar en la postguerra (1939-1945). In: *IV Congreso de Historia de la Defensa: Fuerzas Armadas y políticas de defensa durante el Franquismo*, Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado de Investigación sobre la Paz, la Seguridad y la Defensa, 2010), 15-54.

PETIT, Pastor. *La guerra psicológica en las dictaduras*, Barcelona: Tangram, 1994.

ROMAN, C. Newton. *The Nazi Menace in Argentina, 1931-1947*, California: Stanford University Press, 1992.

SEVILLANO CALERO, Francisco. *Propaganda y medios de comunicación en el Franquismo*, Murcia: publicaciones de la Universidad de Alicante, 1998.

TINOCO, César E. Dinámica del rumor y operaciones psicológicas de daño reputacional. *Anales de la Universidad Metropolitana* 2, Vol. 4 (2004): 155-169.

SIN AUTOR. *La obra de Franco y la sucesión española*, Madrid: Ediciones del movimiento, 1971.

Archivos consultados:

Archivo General de la Administración de España (Fondo Servicio Exterior, volúmenes: AGA 54/9246, AGA 54/9352, AGA 54/9358, 54/9375).

Archivo de la Fundación Universitaria Española (Fondo Chile, caja 16, expediente 1/3).

Artículos de prensa:

El País, "La "ley Fernández" crea un fichero para controlar a todos los infractores", *El País*, 29 de noviembre de 2013, http://politica.elpais.com/politica/2013/11/29/actualidad/1385759642_492953.html (fecha de consulta: 12 de octubre de 2014).

El País, "El poder judicial desmonta la ley de seguridad ciudadana por inconstitucional", *El País*, 25 de febrero de 2014, http://politica.elpais.com/politica/2014/02/24/actualidad/1393272364_019032.html (fecha de consulta: 5 de marzo de 2015).

El Siglo, "Gran Verbena Española se Realiza Hoy en Merced 882", *El Siglo*, 28 de noviembre de 1942, 12.

Guerra Civil Espanhola e o pensamento conservador latino-americano

Maria Antonia Dias Martins

A guerra civil espanhola é considerada um dos acontecimentos mais emblemáticos do século XX. Além de ter sido um dos piores conflitos fratricidas da história, também foi um prenúncio de violências maiores decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Essa guerra também simbolizou o antagonismo ideológico que agitava o mundo naquele momento. Os desdobramentos do conflito permitiram que Espanha fosse governada por uma ditadura por quatro décadas e ainda hoje provoca um choque de narrativas. Para alguns estudiosos, a guerra civil foi desencadeada pela incompetência e radicalismo da II República. Para outros como o historiador Ángel Viñas, a guerra civil espanhola deve ser entendida não como uma crise da Segunda República, ou provocada pela República, mas como um ato deliberado de forças que se opunham a ela. E neste sentido a ditadura que se seguiu é o corolário dessa ação deflagrada do conflito civil, que envolveu forças para fora dos limites territoriais do Estado espanhol (Viñas, 2012:17).

Dentre as diversas causas das ações desencadeadoras da guerra civil vale destacar o medo dos grupos de direita espanhóis diante das propostas de reformas sociais defendidas pelo governo republicano espanhol, como a reforma agrária e as políticas de natureza anticlerical. A ação dos rebeldes ganhou acolhida e apoio, principalmente, nos lugares caracterizados pelo conservadorismo e de economia predominantemente rural. Nos espaços em que o movimento operário era mais forte e organizado o bando nacionalista encontrou maiores resistências (Losada, 2012:189).

O avanço das forças contrárias ao governo republicano no território espanhol não era garantido apenas pela força. A propaganda e o discurso político também foram peças importantes para o convencimento da população que travava contato com os grupos rebeldes, e também para a manutenção do regime ditatorial por tanto tempo. Neste artigo pretendo identificar os elementos explorados pela propaganda nacionalista, e como estes elementos foram apropriados e utilizados por intelectuais latino-americanos na construção de um discurso político conservador. Para este estudo busquei símbolos recorrentes nas análises dos filmes produzidos pelos franquistas e também nos livros didáticos infantis. A escolha

destas duas abordagens foi pautada principalmente por atingirem duas esferas da população que marcam o tempo do presente e do futuro. Os adultos, com o cinema, é a busca pelo convencimento no tempo presente, já as crianças, através dos livros escolares, a busca é para a doutrinação de gerações futuras.

Essa perspectiva dos efeitos da propaganda, a longo prazo, ficou mais perceptível com uma reportagem realizada pelo jornal *El País* em 20 de dezembro de 2011 em que foram divulgados os resultados de uma pesquisa realizada com quase 20.000 entrevistados. A maioria desses entrevistados se autodeclarou como de centro. Entretanto, nas pessoas com idade aproximada de 65 anos a porcentagem de quem se posicionava como sendo de extrema direita era maior. Este grupo composto por pessoas nascidas antes de 1945, e que fizeram o ensino primário nos anos 50, viveu a maior parte de suas vidas numa sociedade autoritária e repressora. Como afirmou Ángel Viñas “(...) pessoas que passaram metade de suas vidas sob o franquismo e cujas recordações de infância e juventude, assim como os processos de socialização (...) estiveram expostos a ideologia oficial (...)” (Viñas, 2012:23, trad. nossa).

A Propaganda nacionalista

Os rebeldes que deflagraram o conflito espanhol tinham a princípio uma expectativa de que dominariam o país em pouco tempo. No entanto, encontraram forte resistência, não só pela organização do governo republicano, mas principalmente pela população que foi para a frente da batalha lutar contra os agressores. Um dos líderes do movimento, Emilio Mola, instalou em Burgos a formação da Junta de Defesa Nacional responsável pelas decisões políticas do movimento.

Esta Junta de Defesa Nacional foi substituída em janeiro de 1938, quando se formou o primeiro governo franquista, momento em que foi promulgada a lei da Administração Central do Estado. A relevância da lei está no fato de estruturar a arquitetura governamental do novo estado espanhol. Nesta nova estrutura o departamento de propaganda teve uma importância considerável, sendo alocado sob a pasta do Ministério do Interior que estava nas mãos de Ramón Serrano Suñer. Sob seu comando foi criada uma forte rede de atividades de propaganda, com o apoio de destacados intelectuais, na maioria membros da falange. A Delegación Nacional de Prensa y Propaganda contava com dois eixos principais que separava as ações da imprensa e da propaganda. A Dirección General de Propaganda ficou a cargo de Dionisio Ridruejo, e a Dirección General de Prensa sob responsabilidade de José Antonio Giménez Arnaiz. A partir das duas direções se criaram vários departamentos como Serviço de Radiodifusão sob comando de Antonio Tovar; Teatro, confiado a Luis Escobar; Artes Plásticas a Juan

Cabañas; Edições sob chefia de Pedro Laín Entralgo; Departamento Nacional de Cinematografia sob chefia de Manuel Augusto García Viñolas e propaganda direta entregue a Juan Ramón Masoliver (Tranche;yy Sánchez-Biosca, 2011:21-22).

A propaganda nacionalista, num primeiro momento, buscou construir a imagem do líder que deveria ser obedecido e respeitado e depois procurou solidificar o regime, tanto interna quanto externamente. Segundo Maria Helena Rolim Capelato, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas nos governos autoritários adquire uma força e importância maior já que, nestes casos, conjuga a força física e simbólica. (Capelato, 1998: 66). Ao mesmo tempo em que os revoltosos da guerra civil espanhola lutavam para conquistar novos territórios, também exerciam forte repressão nas zonas por eles ocupadas. Era necessário legitimar essa violência como necessária para atingir um objetivo maior, a paz, sob o comando do grande líder Francisco Franco. Para isso, a imagem do general passou a ser bastante veiculada, principalmente em situações que remetiam a ideia de vitória, ordem, paz e religiosidade.

Os autores Rafael R. Tranche e Vicente Sánchez-Biosca analisaram a propaganda dos nacionalistas realizadas através do cinema¹. Os autores estudaram vários documentários produzidos com o objetivo de criar um sentimento de admiração pelo chefe. Segundo os autores, o documentário *Frente de Vizcaya y 18 de julio*, de 1938, foi uma obra construída para enaltecer Francisco Franco ao lado daqueles considerados mártires e heróis do movimento. Na descrição realizada do documentário pelos autores, o ápice da película está no final quando há um cerimonial em homenagem aos mortos. O primeiro mártir lembrado é José Calvo Sotelo que após ter seu nome anunciado o público responde “Presente”. Em seguida são anunciados nomes de militares como José Sanjuro, Emilio Mola Vidal e novamente o público grita “Presente”. Após a lembrança dos militares o filme mostra os nomes de Onésimo, Redondo, Julio Ruiz de Alda como representantes do nacional-sindicalismo (JONS), e novamente a resposta do público “Presente”. O homem que conduz a cerimônia grita “Caídos por Espanha” três vezes e novamente o público responde com “Presente”. Por fim há um “Viva Franco” repetido três vezes ao que o público responde “Viva” e por fim “Arriba Espanha” e “Arriba”.

Por essa narrativa é possível perceber a estratégia em fortalecer a imagem de Franco ao lado dos que foram martirizados pelo lado inimigo. A morte daqueles homens, que passam a figurar como heróis, legitimam o exercício do poder

1. Em 1938 foi iniciado a edição do *Noticiario Español*. Eram documentários curtos, sonorizados em Berlim e exibidos antes da exibição dos filmes nos cinemas.

político e militar por Franco. É ele que vai levantar a Espanha e vingar aquelas mortes. Na análise realizada por Rafael R. Tranche e Vicente Sánchez-Biosca há uma ação deliberada de construir a liderança partindo dos militares, dos ideólogos e do mártir. Para os autores todos eles aparecem emoldurados pela figura de Franco.

Em outro filme, *España heroica*, que trata da tomada de Alcázar de Toledo, as sequencias são realizadas de modo a que o domínio do local coincidissem com a chegada de Franco². Há também nesta película uma sequência de imagens que mostram a “reconstrução” do lugar a partir dos nacionalistas liderados por Franco.

Os autores destacam as mudanças operadas na figura de Franco nos anos da guerra e no imediato pós-guerra, que o transformaram de um simples militar a um chefe de Estado. Houve por parte dos setores ligados a propaganda do chefe das forças armadas um esforço de mostrá-lo de forma exaltante como estrategista militar, chefe da Falange, chefe do Estado e líder das massas. Os meios em que as figuras do chefe maior foram reproduzidas é bastante variada, desde selos, esculturas, poesia, moedas, fotografias, etc.

Francisco Franco a partir de 1936 foi reunindo poderes em suas mãos, como Chefe do Estado e do Exército (a partir de setembro de 1936), chefe do Partido (em abril de 1937) e chefe do governo (30 de janeiro de 1938). Ao concentrar todos estes cargos, ele passou a ter a unidade de mando e ser o homem mais poderoso da Espanha. No entanto, era necessário legitimar esse poder, tarefa realizada pelas diferentes formas de propaganda realizadas para este fim.

O filme *El gran Desfile de la Victoria en Madrid*³ reúne diversos elementos que simbolizam a nova etapa para Espanha. Como o locutor adverte, o filme é um “resumo” do desfile que durou 5 horas e que representa o renascimento da Espanha. Nele todas as forças militares passam diante de Franco, com a mão estendida no estilo da saudação romana, simbolizando a subordinação e obediência ao *caudillo*. Um dos pontos altos do filme é quando a palavra Franco aparece no céu, formada pelos aviões da força aérea. Segundo o locutor, os aviões escrevem “o grito que escapa de todas as gargantas: Franco!”. O filme, que consagra a vitória dos nacionalistas, anuncia também a paz. E esse momento só foi possível graças ao Generalíssimo Franco. É a consagração do grande líder e da nova ordem.

2. Na realidade Franco só chegou 3 dias depois do controle do local pelos nacionalistas.

3. O filme pode ser acessado pelo link: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/archivo-historico/gran-desfile-victoria-madrid/2836276/> acessado 15/11/2017.

As homenagens ao chefe da pátria tiveram diferentes manifestações. Como parte desta estratégia de enaltecer Franco, foi estipulada por uma Ordem da Presidência a “Fiesta Nacional del Caudillo”, celebrada todos os anos em primeiro de outubro. Em relação a este dia, Francisco Moret Messerli evocava na figura de Franco a síntese do Caudillo como o guerreiro, o condutor de povos e o prudente governante. Franco era saudado como o herói que havia livrado o país dos seus inimigos. Para Moret Messerli era importante recordar sempre que foi Francisco Franco quem “devolveu” a Espanha a seus “verdadeiros” donos (Apud Tranche; Sánchez-Biosca, 2011: 302), ou seja, espanhóis “legítimos”.

Além da imagem de grande líder construída por essas películas, havia também a preocupação em mostrar Franco como estadista preocupado com os rumos que a política internacional tomava. Os autores Rafael R. Tranche e Vicente Sánchez-Biosca citam dois fragmentos fílmicos presentes no *Catalogo general del cine en la Guerra Civil*, intitulados *Franco em Salamanca I^a y II*, ambos de 1937. Estas películas foram realizadas, segundo os autores, provavelmente para distribuição internacional em que Franco se dirige aos alemães (I) e aos povos não nazistas (II) (Tranche; e Sánchez-Biosca, 2011:303-307).

Os filmes são divididos por dois momentos; num primeiro Franco é filmado com seu uniforme militar assinando papéis com um homem que o aguarda em pé ao seu lado. No primeiro filme que é dirigido aos alemães, Franco ao terminar sua tarefa, olha para a câmera e lê um discurso em que defende o Estado totalitário na Espanha como aquele que trará equilíbrio ao país, garantindo o aproveitamento de todo o potencial espanhol, terminando da seguinte forma: “Em uma palavra, a semente de nosso patriotismo, regada com o sangue de tantos mártires, fará fecunda a colheita, da qual as melhores espigas depositaremos no altar augusto da pátria.” (Apud, Tranche; Sánchez-Biosca, 2011:304 trad. nossa). Após essa fala, Franco aparece em pé ao lado de sua esposa que está sentada e com a filha no colo. E aí pede que a filha transmita uma mensagem às crianças alemãs. Carmencita (filha de Franco) depois de alguma hesitação fala: “Peço a Deus que todas as crianças do mundo não conheçam os sofrimentos e as tristezas que passam as crianças que ainda estão em poder dos inimigos da minha pátria”. E termina sua fala se dirigindo aos espanhóis: “Eu desejo que todos as crianças espanholas tenham uma casa alegre, com carinho e com brinquedos como... e, por isso, envio um beijo a todas as crianças do mundo.” (ídem).

No filme destinado aos Estados não nazi-fascistas as cenas são praticamente as mesmas, no entanto o discurso muda um pouco. Nele Franco afirma que a

4. O filme Franco em Salamanca I pode ser visto pelo link: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/archivo-historico/franco-salamanca/2833183/acessado: 15/11/2017>.

Espanha cumpre seu destino traçado pela providência de ser a defensora da civilização, e que o mundo, “numa manhã próxima”, compreenderá a magnitude do sacrifício do país e lhe agradecerá.

Estes filmes foram produzidos no período da guerra em que a disputa ainda não estava definida, no entanto existia uma preocupação por parte dos nacionalistas de divulgar uma imagem para o exterior. No filme que deveria ser divulgado na Alemanha a preocupação é mostrar que os esforços estão dentro de uma concepção de política próxima àquela vivida na Alemanha. Já no filme para os países fora do eixo, os esforços franquistas são apresentados como luta pela salvação da civilização ocidental, que naquele momento não é plenamente entendida, mas que chegará o dia em que essa luta será reconhecida. O principal inimigo, que ameaça internamente a Espanha e o que ela representa, é o comunismo. Esse se tornaria o principal argumento em defesa da luta franquista tanto interna quanto externamente. O comunismo representava a destruição de todos os valores defendidos pelos nacionalistas espanhóis como o catolicismo, a tradição, a propriedade e a hierarquia, por isso deveria ser combatido até o limite da sua destruição física.

Os valores franquistas que norteavam a propaganda do regime ganharam destaque também na educação. Maria Helena R. Capelato analisou como esses elementos valorativos estavam presentes nos livros escolares do ensino primário no regime franquista. A historiadora demonstrou, através da análise de textos e imagens dos livros escolares, como as crianças eram doutrinadas numa perspectiva de intolerância e obediência.

O período republicano era descrito como um tempo em que a perversidade, iniquidade e violência dominaram e que nunca mais deveria retornar. A República era representada com as cores mais cruentas possíveis, de forma a provocar nas crianças um sentimento de repulsa.

Os livros escolares infantis produzidos durante o franquismo, sobretudo nas primeiras décadas, quando a construção do novo regime se fez num cenário de crise decorrente da sangrenta Guerra Civil, tiveram papel importante no que se refere à veiculação de um imaginário coletivo religioso e patriótico. A crise era identificada como caos produzido em virtude de desmandos cometidos pelos dirigentes anteriores, vistos como materialistas inimigos da Pátria católica. O passado republicano foi execrado, e a “Nova Espanha”, que recuperou o catolicismo como elemento constitutivo da nação, foi glorificada. (Capelato, 2009:121)

Nos livros escolares da educação primária, a República era representada como o período do ateísmo e materialismo comunista e, portanto, contrário à verdadeira identidade espanhola que era católica. Segundo Maria Helena Capelato “o imaginário católico expresso nos referidos livros está repleto de

exemplos de transgressões das ordens divinas que resultaram em caos” (Idem). A purificação da pátria teria sido realizada pelo sacrifício dos nacionalistas católicos. A autora chama atenção para o fato de que esta representação estimula a intolerância já que o que é diferente pode produzir o caos e, portanto, deve ser destruído. Os livros traziam também homenagem aos nacionalistas que teriam sido sacrificados em nome da pátria, assim como os santos do passado, e que seriam exemplo de comportamento e de vida.

Percebemos que tanto os filmes produzidos com intuito de legitimar o regime quanto os livros didáticos elaborados para a doutrinação infantil pertencem a um universo cultural ligado a determinadas concepções políticas que se pretendeu hegemônico no período franquista. Estas produções ao mesmo tempo em que são produtos das estruturas políticas que as concebem, também são veiculadoras de ideias, valores e comportamentos que sustentam ou combatem o poder estabelecido. Analisar como as produções culturais estavam estruturadas nos ajuda a pensar e entender como um regime autoritário e repressivo como o franquismo conseguiu se manter no poder por mais de três décadas.

O Império como destino

A produção cultural do período nacionalista e franquista tinham como ideal de nação a volta às glórias do passado, mais especificamente do período moderno em que “o sol nunca se punha” nos territórios espanhóis. O período dos reis católicos, de Felipe II e das vitórias contra os hereges eram exaltados tanto nos discursos oficiais, como em filmes, nas diferentes literaturas e nos livros históricos. Mereceu especial atenção as antigas colônias americanas. Ao analisar o programa do partido único franquista, a Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista, FET y de las JONS, Ricardo Pérez Montfort afirmou:

A justificação histórica esteve cheia de nostalgias imperiais que não só viam a Espanha dos séculos XVI e XVII como o modelo ao qual deveria regressar, se não que afirmavam o direito tutelar da península sobre os destinos da América. Ao estabelecer no terceiro ponto do programa das FET y de las JONS que “Espanha alega sua condição de eixo espiritual do mundo hispânico como título de preeminência nas empresas universais...”, o regime franquista se assumia como a cabeça do mundo hispânico tal como havia feito a monarquia durante a ditadura de Miguel Primo de Rivera. (Montfort, 1992:92, tradução nossa)

O passado imperial era o destino proposto pelos franquistas e para esse plano era fundamental o restabelecimento de uma posição de liderança em relação à hispano-américa. Para o estreitamento das relações o governo franquista lançou

mão de uma série de programas e ações, principalmente culturais e acadêmicas, de forma a promover o intercâmbio entre os dois lados do Atlântico.

As ações de propaganda e culturais realizadas pelo governo franquista em direção à Ibero-América, durante o período da guerra civil, não tinham um caráter massivo, eram dirigidas sobretudo à personalidades intelectuais, militares, políticas e religiosas que estivessem mais identificadas com sua própria ideologia. Essas ações estavam voltadas principalmente àqueles que durante os anos 1920 e 1930 haviam se aproximado do hispano-americanismo como ferramenta para combater a expansão norte-americana e comunista (Sanz, 1992:229).

A administração construída pelo governo franquista era baseada num organograma no qual o Ministerio de Asuntos Exteriores (MAE) abarcava a Junta de Relaciones Culturales (JRC), que tinha como uma das suas missões aumentar o prestígio internacional do governo. Fazia parte das tarefas da JRC o desenvolvimento de uma contrapropaganda que contestasse os argumentos usados pelos exilados, o recrutamento de adesões internacionais ao governo franquista e uma série de medidas destinadas a seduzir as elites culturais hispano-americanas, como, por exemplo, a concessão de bolsas de estudo, o envio de livros e uma tentativa de transformação, mesmo que lenta, da Espanha na sede da intelectualidade de fala espanhola (Martins, 2012:58-61)

A América representava um ponto sensível dentro da estrutura montada para a organização de uma política cultural destinada ao exterior do governo sublevado. A busca pela consolidação de uma comunidade hispano-americana fazia parte da afirmação da própria autonomia nacional e internacional. As antigas colônias estavam inseridas num ideal de recuperação do passado, caro aos franquistas: tanto as glórias do passado imperial, como seu passado de propagação da fé católica deveriam ser lembrados de forma a sensibilizar os povos de origem comum, ou seja, os hispânicos dos dois lados do Atlântico⁵.

Dentro da estrutura da JRC, foi criado, em 1940, o Consejo de Hispanidad, que teve como ponto de partida a preocupação em tornar a Espanha uma ponte entre a Europa e a Hispano-América. As principais atividades do Consejo de Hispanidad foram desenvolvidas no período de abril a dezembro de 1941. Suas ações estavam concentradas em duas vertentes: promover a ida de intelectuais hispano-americanos à Espanha, com objetivo de estudar e estabelecer fundamentos e normas da difusão da doutrina da Hispanidad, além de enfraquecer a

5. É preciso ressaltar que durante o período do conflito armado, as nações ibero-americanas tinham uma importância relativa para os nacionalistas. A maior preocupação e, portanto, ações de propaganda e contato estavam direcionadas às nações que poderiam ajudar efetivamente os nacionalistas, como Alemanha, Itália e Portugal.

hegemonia dos EUA sobre a região, fortalecendo, assim, a posição de liderança cultural da Espanha (Delgado Gomez-Escalonilla, 1988:69).

Com a entrada dos EUA na guerra e o apoio que este país recebeu da maioria dos países ibero-americanos, as ações do Consejo de Hispanidad ficaram prejudicadas, principalmente porque a Espanha estava associada aos países do Eixo e se identificava com os valores que os nazi-fascistas defendiam. Internamente também o clima não era favorável, já que havia uma disputa entre os falangistas e os monarquistas, o que enfraquecia as decisões do Consejo⁶.

O fim da Segunda Guerra Mundial colocou a Espanha numa situação de ostracismo político: por ter sido considerado aliado das forças do Eixo, o governo espanhol foi condenado pelos países vitoriosos do conflito a não ser aceito como país membro na ONU⁷. Em fevereiro de 1946, na primeira Assembleia Geral da ONU em Londres, foi aprovada a proposta do Panamá e encaminhada uma resolução condenatória do regime de Franco. Como agravante da situação, México, Guatemala, Venezuela e Panamá mantinham relações com o governo republicano do exílio, sediado no México. Tal cenário obrigou o governo franquista a tomar atitudes que pudessem reverter sua posição no cenário internacional. Para isso, em dezembro de 1945, houve uma reorganização no Ministério de Assuntos Externos, com o objetivo de privilegiar as ações culturais desenvolvidas no exterior, sobretudo aquelas destinadas à América.

A Ibero-América poderia compensar, principalmente no campo político e cultural, o distanciamento norte-americano e europeu, e ainda ser aliada numa missão de aproximação com os EUA e a ONU. Para dinamizar essa política, o antigo Consejo de Hispanidad foi transformado no Instituto de Cultura Hispânica. De acordo com Lorenzo Delgado Gomez-Escalonilla (1988:116), na lei que criava o novo instituto havia a intenção de evitar as palavras “política” e “poder” e o desejo de enfatizar, sobretudo, as questões culturais. Curioso observar que a ideia de cultura, neste caso, estivesse desvinculada de posição política, como se pudesse ser algo “neutro”, pairando acima de qualquer posição ideológica. Dessa forma, verifica-se que a cultura aqui foi utilizada como um elemento agregador, de ligação e comunhão.

A estrutura administrativa do ICH estava dividida em cinco departamentos: Estudos e orientações doutrinárias; Informação; Publicações; Assistência Universitária e Intercâmbio Cultural, viagens e comemorações. O presidente do ICH era o próprio Ministro de assuntos exteriores. Abaixo dele, vinha o diretor

6. A maioria dos países latino-americanos seguiam a política externa norte-americana. Era o período da política da Boa Vizinhança e as relações entre EUA e os países da América latina viviam um momento de grande expectativa sobre possíveis novas parcerias.

7. A ajuda de Perón foi essencial para a sobrevivência do regime franquista no imediato pós-guerra.

do instituto, nomeado pelo próprio Ministro e, em seguida, o secretário geral. Depois do secretário, estavam os chefes dos cinco departamentos (ibid.:150).

Dentre os objetivos a serem perseguidos pelo novo instituto constavam: a defesa e difusão da cultura hispânica, o fomento do conhecimento mútuo e intensificação do intercâmbio cultural, a ajuda e coordenação das iniciativas públicas e privadas, e o assessoramento ao ministro sobre essas matérias. Embora o ICH fosse ligado ao MAE, sua constituição jurídica o definia como uma entidade autônoma, uma instituição paraestatal. No entanto, tal constituição não o tornava independente, pois suas ações eram definidas a partir dos planos traçados pelo próprio ministério, por meio da JRC. Dentro da política cultural estabelecida pelo governo espanhol, o ICH desempenhava o papel de intermediário que atuava por delegação estatal, mas sempre procurando não deixar evidente sua ligação com o aparelhamento do Estado.

Para conseguir operar como um meio de propaganda do governo franquista nos países ibero-americanos, o ICH executou uma série de atividades, como o convite a diversos jornalistas, professores universitários, personalidades políticas e religiosas latino-americanas a visitarem a Espanha; estimulou a criação de centros acadêmicos relacionados com a cultura hispano-americana, como a Cátedra Ramiro de Meztu, os colégios mayores, como o Nossa Senhora de Guadalupe e o Hernan Cortés; criou uma biblioteca e a hemeroteca hispânicas; concedeu bolsas a estudantes e sacerdotes; organizou uma premiação anual a filmes, livros e artigos; financiou turnês de grupos de cantores e dançarinos; estimulou a criação de Institutos de Cultura Hispânica em quase todos os países ibero-americanos, além de outras atividades.

A revista *Cuadernos Hispanoamericanos* foi um produto deste esforço espanhol de aproximação com a América Latina. Um dos objetivos na criação da revista de servir como resposta a *Cuadernos Americanos*, publicada no México e criada como resultado de uma parceria entre intelectuais mexicanos e republicanos espanhóis exilados. A tiragem de *Cuadernos Hispanoamericanos* era de 2.000 exemplares, dos quais cinquenta por cento eram enviados à América (Martins, 2012:63)

Cuadernos Hispanoamericanos tinha como missão propagandear uma Espanha una, na qual as divergências políticas transitórias teriam um peso menor em relação aos aspectos culturais como a língua, a fé e a raça, que eram permanentes. Se *Cuadernos Americanos* veiculava um discurso de discórdia e enfrentamento, *Cuadernos Hispanoamericanos* surgiu com o propósito de agregar os povos hispânicos numa só comunidade. Por meio dessa revista, o Estado Novo espanhol buscava superar a imagem de país dividido pela Guerra Civil que republicanos exilados insistiam em divulgar.

Essas atividades e institutos de ensino e culturais criados pelo ICH, como também a revista *Cuadernos Hispanoamericanos*, proporcionaram intercâmbio de intelectuais hispanoamericanos, principalmente pela possibilidade de viagens e participações em congressos e publicações espanholas. Esta política de aproximação patrocinada pelo governo franquista possibilitou a criação de um espaço de sociabilidade em torno de uma mesma ideologia, que impulsionou divulgação de uma determinada concepção política. Importante destacar que os intelectuais latino-americanos que participaram destas atividades eram, na sua maioria, nomes de grande projeção em seus países de origem.

Pablo Antonio Cuadra⁸ foi um dos intelectuais ibero-americanos que participou ativamente desta estrutura montada pelo governo franquista. O poeta nicaraguense desde o início demonstrou apoio aos rebeldes da guerra civil espanhola. Em 1936 fez a defesa dos nacionalistas espanhóis através de uma publicação no periódico católico *La Prensa*, em que afirmava:

Nossa adesão a causa hispana da Revolução não produz divisões internas na Nicarágua (...) essas divisões já existem, e se existem é bom revelá-las para que seja afastada toda tendência comunizante ou antinacional. (...) Por isso o comunismo odeia o fascismo e contra ele dirige seus ataques ajudados pela miopia dos partidos radicais, e de cândidos burgueses liberaloides ao estilo de nosso gazeteiro. (Apud Blanco, 2001:227 tradução nossa)

A causa nacionalista despertava simpatia principalmente entre os setores das sociedades ibero-americanas radicalmente anticomunistas. No caso do poeta Pablo Antonio Cuadra a adesão à Espanha franquista representava também uma alternativa, que não fosse a esquerdista, no combate à política norte-americana para a Nicarágua⁹.

Segundo Rosa María Pardo Sanz (1992), o governo franquista encontrava simpatizantes principalmente entre os ditadores militares ibero-americanos como também nos setores oligárquicos tradicionais, por isso a América Latina tinha uma tendência a entender o conflito espanhol a partir dos seus próprios problemas. Nos países latino-americanos democráticos a guerra civil espanhola despertava o temor de um golpe militar inspirado nos rebeldes nacionalistas. Nos países sob

8. Pablo Antonio Cuadra (1912-2002) foi escritor, jornalista e reitor da universidade católica de Manágua, além de diretor da Academia Nicaraguense da Língua. Contribuiu com diversos artigos para a revista espanhola *Cuadernos Hispanoamericanos*. Em 1946 participou do XIX Congresso Mundial de Pax Romana na Espanha. Em algumas entrevistas afirmou ter apoiado o movimento revolucionário nicaraguense mas fez oposição a este quando apresentou características consideradas pelo poeta como semelhantes ao governo cubano.

9. Importante lembrar que entre 1849 a 1933 os fuzileiros navais norte-americanos invadiram sistematicamente a Nicarágua com objetivo de controlar aquele território e proteger os interesses e investimentos de norte-americanos no país.

ditaduras e controlados por uma elite ciosa de seu *status quo* apavorava a possibilidade de reformas sociais como àquelas implementadas pelos republicanos. Estas reformas sociais propostas pelo governo republicano espanhol eram consideradas de fortes tendências comunistas e, portanto, contrárias aos valores hispânicos compartilhados pelos ibero-americanos, como Pablo Antonio Cuadra.

O poeta fazia parte do movimento Vanguarda da Nicarágua, que ainda contava com José Coronel Urtecho, Joaquín Pasos e Joaquín Zavala como membros. Segundo Jorge Schwartz, no final de 1931 o grupo passou a atuar também na esfera política, com protestos contra a intervenção norte-americana no país e contra os planos de construção de um canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico. O grupo atacava a burguesia nacional por sua conivência com as ações e ingerências dos EUA no país. No mesmo ano, Pablo Antonio Cuadra publicou um texto em que explicita suas intenções no movimento¹⁰:

Explico rapidamente: o nosso movimento (que chamamos de Movimento de Vanguarda) é dinamizado por duas forças.

Uma nacionalizar.

Duas: dar um impulso de reação contra os desgastados caminhos do século XIX. Mostrar uma literatura nova (já mundial). Regar a sua semente.

Quanto a primeira parte tudo é muito claro. Estamos sob intervenção de uma raça distinta. Queremos intelectualmente conservar a nossa.

Não deixar que se evapore o nosso espírito latino:indo-espanhol. Conservar a nossa tradição, os nossos costumes arraigados. A nossa língua. Conservar a nossa nacionalidade; cria-la todos os dias. (...) (Apud Schwartz, 2008:238)

No embate estabelecido pelo grupo Vanguarda nicaraguense a tradição espanhola era um elemento de força e estímulo, por isso a recepção à ideologia da *Hispanidad* foi bastante positiva¹¹. Interessante observar que o movimento que pretende dar um “impulso contra os desgastados caminhos do século XIX” tenha como parâmetro o império espanhol dos séculos XVI e XVII exaltados pela *Hispanidad*. Estes intelectuais desejavam uma renovação no ambiente político e cultural e ao mesmo tempo sentiam-se atraído pelo ideal espanhol da tradição. Sobre esse “passado” como ideal o poeta afirmou: “(...) Então nos

10. Segundo José Luis Bendicho Beired, a partir da Primeira Guerra mundial, o nacionalismo latino-americano abandonou seu caráter puramente literário e passou a adquirir um caráter militante com divulgação de programas políticos, criação de organizações e fundação de jornais e revistas para difundir suas propostas na opinião pública. (Beired, 2010: 532)

11. O conceito de *hispanidad*, com o sentido que o caracterizaria como o ideal hispânico, da raça hispânica e do cavaleiro cristão, foi sistematizado por Ramiro de Maeztu em seus artigos publicados na revista *Acción Española*, e, posteriormente, reunidos no livro *Defensa de la Hispanidad* cuja primeira edição é de 1934.

demos conta de que o único momento em que Nicarágua havia tido uma poesia folclórica, era no tempo do Império. Com essa descoberta voltamos a história e observamos também que a única paz foi o Império. (...)”. (Apud Binns, 2014:9-36).

Para este intelectual nicaraguense o período do império espanhol não era o da submissão, mas o da ordem advinda da hierarquia que as posições nobiliárias demandavam. Submissão era o que a Nicarágua vivia no século XX sob a pressão norte-americana. Descobrir a sua nacionalidade era voltar ao tempo em que Nicarágua e Espanha estavam ligadas, e este tempo, para Pablo Antonio Cuadra, era de paz e de comunhão, de uma única língua e religião.

Não era apenas Pablo Antonio Cuadra que manifestava adesão aos franquistas, outros intelectuais nicaraguenses também defendiam essa proximidade com a Espanha nacionalista, como José Coronel Urtecho e Julio Ycasa Tigerino. Em artigo publicado na revista espanhola *Cuadernos Hispanoamericanos* em 1948, Julio Ycasa Tigerino manifestava sua preocupação com a possibilidade de os comunistas tomarem a bandeira do nacionalismo. Isto seria possível caso os conservadores não lutassem contra o anti-imperialismo norte-americano e deixassem essa luta para a esquerda. Para estes intelectuais a *Hispanidad* contribuiria para fortalecer projetos políticos conservadores e nacionalistas. Fundamentados em valores como a religião, a moral e a cultura tradicionalista, políticos de direita, tanto da Hispano-América quanto da Espanha, se valiam desses preceitos para persuadir seus leitores. (Capelato, 2005).

Baseados nos ideais da *Hispanidad* estes intelectuais defendiam que a essência hispano-americana estava calcada na fé católica, na língua espanhola e na vinculação com os valores da Espanha tradicional. Esta visão da identidade hispano-americana foi importante para firmar uma posição de oposição à expansão do imperialismo cultural norte-americano na região e também como base para uma política hispano-americana na construção de um bloco regional autônomo. No entanto, à medida que a Guerra Fria foi se consolidando e a aproximação da Espanha com os EUA tornou-se estável, o principal inimigo passou a ser o comunismo e todas as suas manifestações.

A questão da identidade foi entendida pelos intelectuais católicos como um antídoto para o perigo comunista e simultaneamente como elemento integrador dos povos ibero-americanos. A preocupação com a ameaça vermelha foi intensificada com a revolução cubana, que representou para estes intelectuais a quebra da unidade das nações ibero-americanas e por isso deveria ser combatida em todas as frentes. Estas preocupações influenciaram a elaboração de um discurso nacionalista, católico e de defesa dos valores ocidentais provenientes da tradição espanhola.

A revista espanhola *Cuadernos Hispanoamericanos* divulgou em 1948, um folheto com um prólogo e três conferências, publicado pelo Instituto de Filosofia de La *Universidad Nacional de Cuyo*, cujo tema era “*La Hispanidad* como problema e destino”. Esta publicação recebeu na época uma resenha contestatória da revista da Universidade de Buenos Aires, em que relativizava a influência ibérica, incluindo a contribuição italiana e francesa na formação argentina. No entanto o folheto foi prontamente defendido na revista espanhola, principalmente pelo religioso chileno Osvaldo Lira.

Osvaldo Lira¹² defendia a ideia que a hispanoamérica era “essencialmente espanhola e materialmente indígena”¹³. Ele afirmava que franceses, italianos e alemães colaboraram com o desenvolvimento dos países, mas não influenciaram seu “ser histórico”. Na visão do religioso chileno a cultura não é o conjunto de valores intelectuais, raciais e religiosos, mas sim o modo de vivê-lo. Osvaldo Lira afirmava que a melhor maneira de fortalecer a chilenidad, a argentinidad ou a mexicanidad seria se manter unida a *hispanidad*.

No Chile além de Osvaldo Lira também outros intelectuais como Víctor de Valdivia, Jaime Eyzaguirre e Ricardo Krebs¹⁴ defendiam os princípios da *hispanidad* como propostos por Ramiro de Maeztu, ou seja, que Espanha e suas antigas colônias comungam de um mesmo conjunto de qualidades espirituais forjadas na história comum e também pelos valores católicos que os guiavam. Para estes intelectuais a *hispanidad* era ameaçada pelo liberalismo norte-americano mas principalmente pelo comunismo que era contrário a sua essência, ou seja, seus valores mais profundos como a fé e a religião católica.

Para o pesquisador Miguel Roja-Mix a *hispanidad* teve papel relevante na ideologia militar que governou o Chile a partir do golpe de 1973 e também na construção de seus tópicos publicitários. Roja-Mix listou dez princípios originários da ideologia da *hispanidad* que serviram de sustentação à ordem política de Pinochet. (Roja-Mix, 1979:47-59). Para esta análise transcreverei dois destes princípios analisados pelo historiador:

12. LIRA, Osvaldo. *Hispanidad y mestizaje*. CH n 8, 1949.

13. Osvaldo Lira (1904-1996). Sacerdote e Professor de filosofia. Colaborou com a revista espanhola *Cuadernos Hispanoamericanos* e também realizou diversas viagens à Espanha pelo programa de estímulo ao intercâmbio cultural proposto pelo governo franquista. Assim como Pablo Antonio Cuadra e Julio Ycasa Tigerino, Osvaldo Lira participou em 1946 do XIX Congresso Mundial de Pax Romana, na Espanha. Osvaldo Lira Nos anos 1930 participou da revista *Estudios*, ligada ao grupo *Acción Católica*. Foi mestre de Jaime Guzmán (1946-1991), um dos ideólogos do Governo Pinochet.

14. Estes intelectuais chilenos também participaram das atividades de intercâmbio cultural propostas pelo governo franquista, além de publicarem em revistas espanholas como *Cuadernos Hispanoamericanos*.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Atacar o comunismo. Como já foi assinalado ao criar a equação, a nação é a religião, cria também a antítese, a antipátria é a heresia..., e como esta dupla conceitual é reversível atacando o comunismo como doutrina perversa, o designa como antipátria.

A exaltação do individualismo e do elitismo. O individualismo merece um parágrafo na Declaração de princípios que a junta fez em março de 1974 e que estabelece prêmio ao mérito individual. Se enaltece porque se opõe ao “estilo baixo e mediocrizante que caracterizou a política nacional nos últimos tempos, em que se desenvolveu uma mentalidade que frequentemente chegou a considerar o êxito pessoal como algo negativo, que tem que esconder ou ser perdoado”. Na exaltação do indivíduo se unem na realidade duas fontes inspiradoras da ideologia da Junta, o hispanismo e a ideologia neo-liberal de Milton Friedman, mentor econômico dos militares. (idem)

A publicidade nacionalista espanhola explorou bastante a identificação da guerra civil como uma cruzada religiosa contra os hereges contemporâneos, ou seja, os comunistas. No caso chileno, observamos que existe essa mesma associação, do comunista como aquele que não pertence à cristandade e, portanto, não pode ser aceito na família hispânica e, por conseguinte no Chile. Tanto para os espanhóis quanto para os chilenos, os comunistas deveriam ser perseguidos e extirpados da nação.

O individualismo está associado ao elitismo, já que são interdependentes. Interessante observar que o catolicismo da *hispanidad* é defensor da meritocracia, ignorando a questão coletiva das conquistas sociais. No caso chileno o chefe da nação assegurava que os indivíduos teriam espaço para se sobressaírem econômica e socialmente. Os entraves que o governo da Unidade Popular havia colocado contra a livre concorrência e ao livre mercado não existiriam mais. E ao mesmo tempo, também assegura a paz social, já que a luta de classe pelo pensamento hispânico também não existe. Roja-Mix também chama atenção para a ideia vinculada pelos defensores da *hispanidad* de que justiça e igualdade só é possível encontrar no céu, portanto prometer ou procurar isso na terra já seria também uma heresia.

A ideia divulgada pela campanha franquista de que a guerra civil espanhola foi uma cruzada entre a civilização ocidental e o materialismo herege foi atualizada na América Latina, sobretudo no Chile. A campanha do general Pinochet era de que a sociedade chilena havia experimentado um período de desordem e anarquia sob o governo da Unidade Popular do Salvador Allende, e era preciso reencontrar o caminho da paz, ordem e dos valores ocidentais.

A defesa da *hispanidad* como modelo identitário, continuou viva através dos seus defensores, mesmo depois do fim do franquismo. Esta concepção identitária está na base dos movimentos que advogam governos autoritários e manifestam resistência na adoção de políticas afirmativas e de igualdade de gênero. As

propagandas políticas não criam sentimentos e nem atuam nas sociedades manipulando “vítimas infantis”, mas atuam num processo de construção de consenso e consentimentos entre diferentes setores da sociedade e do Estado.

Aqui procurei destacar alguns elementos comuns entre os nacionalistas espanhóis e os ibero-americanos que atravessaram décadas. O embate da guerra civil espanhola mais do que um conflito de dimensões internacionais também fortaleceu um conjunto de valores e ideias que são correntemente usados em discursos políticos nos dois lados do Atlântico.

Referências

- BEIRED, José Luis Bendicho. A direita nacionalista na América Latina: personagens, práticas e ideologia. IN: LIMONCIC, Flávio e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (organizadores) *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 529-554, 2010.
- BINNS, Niall. Intelectuales de Hispanoamérica y la guerra civil española”. *Guaraguao. Revista de Cultura Latinoamericana*, Barcelona, 18: 46, otoño de 2014: 9-36.
- BLANCO, Luis Alfredo Lobato. Controversia ideológica sobre la idea de hispanidad y guerra civil española. Nicaragua (1936-1944). *Norba Revista de Historia*. Universidad de Extremadura, 2001, pp. 227-236. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/241029.pdf>. Acessado em 24/07/2016.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim, *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas-SP: Papirus, 1998.
- _____. Cuadernos Hispanoamericanos – Ideias políticas numa revista de cultura. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, nº 34, 2005.
- _____. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 117-143, 2009.
- GOMEZ-ESCONILLA, Lorenzo. *Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamerica 1939-1953*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas Centro de Estudios Historicos, 1988.
- LIRA, Osvaldo. Hispanidad y mestizaje. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, nº 8, març/abr, 1948.
- LOSADA, Juan Carlos. La sublevación militar de julio de 1936. In: VIÑAS, Ángel. *En el combate por la historia. La República, la guerra civil, el franquismo*. Barcelona: Ediciones de Pasado y Presente, pp. 189-206, 2012.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

- MARTINS, Maria Antonia Dias. Identidade Ibero-americana. In: *Cuadernos Americanos e Cuadernos Hispanoamericanos*, 1942-1955. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- MONTFORT, Ricardo Pérez. *Hispanismo y Falange. Los sueños imperiales de la derecha española y México*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- SANZ, Rosa María Pardo. Hispanoamérica en la política nacionalista, 1936-1939. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, H. Contemporánea*, t. V, p. 211-238, 1992.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-americanas: Polémicas, Manifiestos e Textos Críticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- TRANCHE, Rafael R. e SÁNCHEZ-BIOSCA, Vicente. *El pasado es el destino. Propaganda y cine del banco nacional en la Guerra Civil*. Madrid: Ediciones Cátedra/Filmoteca Española, 2011.
- VIÑAS, Ángel. *En el combate por la historia. La República, la guerra civil, el franquismo*. Barcelona: Ediciones de Pasado y Presente, 2012.
- YCASA, Julio Tigerino. La verdadera emancipación de la América Hispana. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, nº 2, p. 269-288, marz/abr 1948.

Entre la derrota y el exilio.

Dos experiencias latinoamericanas

Antolín Sánchez Cuervo

En algún lugar de esa constelación de múltiples referencias que se va dibujando a medida que recorremos los caminos de ida y vuelta que unieron a la guerra civil española con América Latina, podríamos ubicar la presencia de los intelectuales españoles afines a la República que más adelante formarían parte del inminente exilio de 1939. En realidad, conformaron un pequeño microcosmos con perfiles ideológicos, geografías y cronologías bien diversas aunque al mismo tiempo cómplices. Algunos ya residían en América Latina o tenían un pie en ella cuando se inició el conflicto en España como el español-argentino Guillermo de Torre. Otros salieron de España tempranamente para ya no volver como Juan Ramón Jiménez, instalado en Cuba en 1936. Otros llegarían algo más tarde, aunque con anterioridad, todavía, a la derrota del 39, como los primeros invitados a la Casa de España de México. Otros muchos fueron y vinieron, realizaron ese camino de ida y vuelta en un lapso de tiempo más o menos breve, a menudo para cumplir misiones diplomáticas o dedicarse al activismo cultural. Tal fue el caso de María Zambrano (1904-1991) y de Fernando de los Ríos (1879-1949), dos intelectuales de perfiles diferentes aunque cercanos, representativos de dos generaciones solidarias entre sí como las de 1930 y 1914, respectivamente, que se habían educado en un ambiente común. En concreto, el de la llamada Edad de Plata española y el de la cultura reformista y liberal irradiada desde la Institución Libre de Enseñanza y otros focos similares, alcanzando expresiones álgidas, aun en medio de no pocas turbulencias, durante la II República. Dos intelectuales que, de hecho, llegaron a conocerse y a encontrarse, antes y después de la guerra y cuyas trayectorias y obras son, por lo demás, bien conocidas aunque su amplitud siempre pueda dar pie a nuevas aproximaciones. De estas trayectorias ofrecemos a continuación dos breves muestras, localizadas en el marco de las relaciones entre América Latina y la guerra civil española. Siguiendo un orden cronológico, nos fijaremos primero en la estancia de María Zambrano en Chile entre noviembre de 1936 y mayo de 1937, después en el viaje de Fernando de los Ríos a Cuba a finales de 1938 como embajador de la República española en Estados Unidos. Ambos viajes fueron fecundos desde un punto de vista intelectual —especialmente el de Zambrano por su duración— e instigados desde un compromiso político que tanto la una como el otro habían asumido y puesto en práctica de manera explícita, aun a diversos niveles, durante los años republicanos.

María Zambrano en Chile¹

En la reciente edición de Matías Barchino y Jesús Cano Reyes sobre los intelectuales chilenos ante la guerra civil española (Barchino y Cano, 2013), pueden encontrarse las principales claves, referencias y líneas evolutivas acerca de esta cuestión, además de una nutrida antología de textos. Tales serían, resumiendo, las siguientes:

En primer lugar, el contexto político chileno de los años treinta y la significación que el conflicto español fue adquiriendo en el mismo. Una década “dominada por tres grandes figuras: Arturo Alessandri, Carlos Ibáñez del Campo y Pedro Aguirre Cerda”, los tres presidentes de la nación y representantes, “cada uno a su modo y de manera distinta, el acceso al poder de las nuevas clases medias chilenas y el intento de romper con las oligarquías hasta entonces dominantes en la política del país” (Barchino y Cano, 2013: 22). Estos intentos de ruptura y renovación acarrearón, inevitablemente, periodos de inestabilidad y tensión que intentaron equilibrarse mediante políticas de alianzas cuyos resultados fueron dispares. En relación con la guerra civil española, cabe mencionar la tendencia oficialmente neutral y adherida al Pacto de No Intervención, aunque ideológicamente conservadora y afín a los golpistas, por parte del gobierno de Alessandri durante su segundo mandato (1932-1938), coincidiendo con buena parte del periodo republicano y la casi totalidad de la guerra en España. Abiertamente afín a la República española, con la prudencia debida, sería el gobierno siguiente, del Frente Popular, presidido por Aguirre Cerda desde diciembre de 1938. Para entonces, la guerra ya estaba más que decantada, pero quedaba por delante la política de asilo que, como bien es sabido y enseguida recordaremos, cosechó frutos significativos en el caso de Chile. Recordemos antes que el Frente Popular, alianza de partidos de centro e izquierda, se había conformado en 1936 tomando como referencias las homónimas alianzas que se habían constituido previa y exitosamente en Francia y España, y que a la toma de posesión de su candidato electo en Chile acudiría una delegación española encabezada por el ministro socialista español Indalecio Prieto. Además, recibiría, a través de Neruda, la adhesión de la Alianza de Intelectuales Antifascistas para la Defensa de Cultura, la cual había sido creada pocos días después del golpe del 18 de julio, firmada por Bergamín, Ímaz y Larrea entre otros.

Pero fue, obviamente, la Embajada de Chile en Madrid el lugar en el que el conflicto español se vivió con mayor intensidad y dramatismo. Haciendo valer el derecho al asilo, dicha embajada acogió a numerosos refugiados de ambos

1. Algunos fragmentos de este apartado, relativos a la obra chilena de María Zambrano, reproducen, con cambios y actualizaciones, algunos contenidos de Sánchez Cuervo y Hernández, 2014.

bandos. Primero del bando nacionalista y, tras la caída de Madrid, del republicano, realizándose entonces, en sus instalaciones, *Luna*, la primera revista del exilio español del 39 (Luna, 2000). Al frente de la Embajada se encontraba Aurelio Núñez Morgado, quien plasmará sus recuerdos de aquello en *Los sucesos de España vistos por un diplomático* (1941) y cuyas simpatías por los sublevados le acarrearía el relevo de su puesto a petición del gobierno republicano de Largo Caballero en 1937. Le sucedería Carlos Morla Lynch cuyos diarios reflejarán una mayor imparcialidad y empatía por la tragedia de los refugiados, con independencia de sus perfiles ideológicos.

En segundo lugar, el estudio introductorio de Barchino y Cano repara en la división e incluso polarización de la sociedad chilena en general y del gremio intelectual en particular, en relación con la guerra de España. Si la prensa oficialista –*El Mercurio* y *La Nación*– fue proclive a los sublevados, los intelectuales se decantaron mayormente a favor de la República, aunque no sin abundantes y en ocasiones severos matices. Hubo, obviamente, diarios y revistas abiertamente afines a los republicanos tales como *Frente Popular*, *La Opinión*, *La Hora*, *Hoy* y *Ercilla*, mientras que la afinidad de los intelectuales no fue homogénea, pues no todos, ni mucho menos, tenían un perfil ideológico y poético como el de Neruda, cuyo enfrentamiento con Huidobro era además bien notorio. Como bien es sabido, Neruda había residido en España durante varios años en calidad de cónsul, de Barcelona primero, Madrid después, entablando una estrecha relación con la llamada generación del 27, especialmente con García Lorca y Alberti. Según Caudet (2004), su amistad con este último fue determinante en su giro estético hacia una poesía social y militante. Si ya en *Residencia en la tierra* (1935) podía apreciarse un “elemento corrosivo” (Caudet, 2004: 332), alejado de la poesía pura y del elemento gongorino de dicha generación, *España en el corazón* (1937), escrito bajo el influjo directo de la guerra, registrará plenamente ese giro.

De manera genuina o interesada –debate en el que ahora no nos detendremos– el compromiso de Neruda será firme incluso hasta después de la guerra, habida cuenta de su papel en la gestión del Winnipeg (Gálvez, 2014: 52-92). En noviembre de 1936 se había trasladado a París, colaborando como delegado en el II Congreso de Escritores en Defensa de la Cultura, y presidiendo, tras su regreso a Chile, su sección chilena, constituida en Santiago el 7 noviembre de 1937. En realidad, para entonces ya se habían firmado allí varios manifiestos a favor de la República: “Con España, con su gobierno y con su libertad están los intelectuales” (12 de octubre de 1936); “Nuestra adhesión a España” (*La Opinión*, 1 de diciembre de 1936) (Barchino y Cano, 2013: 687-689); y el del Congreso de Escritores de Chile, reunido en Santiago en abril de 1937 (*Nuestra España*, París, 18 de abril

de 1937) (48). Pero, como ya hemos apuntado anteriormente, esta adhesión no era precisamente uniforme. Algunos de los firmantes del primer manifiesto como Pablo de Rokha, Braulio Arenas, el propio Huidobro y otros integrantes del grupo surrealista “La Mandrágora”, disentían profundamente de Neruda y su entorno, y eran muy críticos de la Alianza de Escritores que éste presidía.

En tercer y último lugar, el mencionado estudio explica y documenta la presencia de españoles en Chile, siempre en relación con el conflicto bélico desatado en 1936. Más allá de la polarización que afectó igualmente a la colonia de residentes con anterioridad a la guerra, comenta los viajes y estancias de intelectuales, políticos, diplomáticos, artistas y cronistas. Tal fue el caso del dramaturgo Eduardo Marquina y del escritor y periodista Eugenio Montes, ambos vinculados a la Falange y el segundo de ellos como jefe de una misión cultural enviada por Franco. Favorable a este último aunque muy distante de los ambientes falangistas fue Gregorio Marañón, quien pasó por Chile en marzo de 1937 en el marco de una gira americana, desdiciéndose enérgicamente de su anterior republicanismo.

Entre los intelectuales españoles favorables a la República destacó, por su obvio protagonismo diplomático, el embajador en Chile, Rodrigo Soriano. Desempeñaba su cargo desde 1934 y era autor de una notoria obra de ensayos literarios, artísticos y políticos, así como de crónicas de viajes por la Rusia soviética y el norte de África. Al igual que Unamuno, con quien mantuvo relaciones explosivas, había sido desterrado a las Islas Canarias bajo la dictadura de Primo de Rivera y fue un activo defensor de la República. En Chile apoyó y coordinó numerosas labores de propaganda y difusión, y colaboró con diversos medios pro-republicanos como la revista *España Nueva*, lo que le granjeó ciertas tensiones con el gobierno chileno. Poco después de iniciarse la guerra, nombró como Secretario a Alfonso Rodríguez Aldave, marido de María Zambrano, quien le acompañó durante su estancia, breve pero intensa, de seis meses, desde noviembre de 1936 hasta abril de 1937.

Zambrano era una discípula heterodoxa de Ortega y Gasset en el marco de la Escuela de Madrid, que para esos años ya se había distinguido por un desarrollo muy singular de la razón vital, así como por su implicación en el proyecto cultural republicano (Moreno, 1996; Bundgard, 2009). Había llegado a Valparaíso en noviembre de 1936 a bordo del “Santa Rita”, vía Balboa y Arica, tal y como lo evocará en su artículo “La tierra de Arauco” (Zambrano, 2015: 331-337), muy probablemente el primero de sus relatos de su salida de España en el contexto de la guerra y el exilio. En él abordaba una temática que será frecuente en numerosos escritos autobiográficos del exilio republicano español como la de la intimidad existente entre América y España –y muy especialmente la España derrotada–,

así como su vocación universal y sus posibilidades aún inéditas frente a la violencia y el agotamiento de la cultura pragmática dominante. Esa intimidad se apreciaba en la experiencia común de la lengua, misma que, con palabras antiguas, hablaba en el pasado Cervantes y hablaba en el presente “el roto” o el Adán chileno; o en ciertas soledades cómplices como la de la misma España, retraída de Europa durante la modernidad y abandonada ahora, en plena guerra, a su propia suerte, y la del “roto” que deambula por las interminables avenidas y monótonas cuadrículas de Santiago.

Zambrano desarrolló en Chile numerosas actividades culturales y propagandísticas a favor de la República española y se relacionó con diversos colectivos chilenos favorables a ésta última (Soto, 2005: 58-68), tal y como ha mostrado Pamela Soto. Dictó conferencias, organizó conciertos, asistió a homenajes a la República española, colaboró con los periódicos *Frente Popular* y *Onda Corta*, escribió numerosos artículos, financió junto con su marido una antología poética del recientemente asesinado Federico García Lorca, y preparó un *Romancero de la guerra* (1937). Además, y siempre en la editorial Panorama, muy activa a favor de la república, publicó uno de sus primeros libros, *Los intelectuales en el drama de España* (1937) (Zambrano, 2015: 107-514), en el que, más allá de la cuestión española, planteaba una lúcida genealogía del fascismo en tanto que fenómeno arraigado en el mismo corazón de la racionalidad moderna. Lejos de asimilarlo a un accidente impredecible en el transcurso de esta última, en la línea de su maestro Ortega, el fascismo, especialmente en su versión alemana, se caracterizaría para Zambrano por su profundo arraigo en el idealismo, entendido este último como construcción falsificadora de un saber absoluto que reprime toda realidad vital no racional, condenándola a un resentimiento de consecuencias letales (Sánchez Cuervo, 2017a). Bien distinto era el perfil del fascismo español, carente de antecedentes modernos. La ausencia en España de una cultura idealista ligada a la consolidación de una burguesía y al desarrollo de la lógica capitalista, motivó que el resentimiento fascista se nutriera en este caso de otras fuentes, algunas de ellas eficazmente manipuladas. Tales eran la conciencia de la decadencia de España durante los últimos siglos y su redescubrimiento en la estela de las generaciones del 98 y del 14, lo cual, mixtificado con elementos tradicionalistas y algunos tópicos importados del fascismo italiano, daba lugar a un nacionalismo falsificador y a medida de los sectores oligárquicos de la sociedad.

Sea como fuere, fascismos de unas y otras estirpes se habían concitado en la guerra de España y frente a ellos reivindicaba Zambrano, ya en la segunda parte del libro, el compromiso del intelectual y la identificación de este último con el pueblo agredido, tal y como se venía plasmando en revistas emblemáticas como

El mono azul, precisamente, y *Hora de España*, en la que colaboraban, entre otros, Dámaso Alonso, José Gaos, León Felipe, Rafael Alberti, Antonio Machado y José Moreno Villa. En estas revistas advertía Zambrano un rasgo que estará muy presente en sus escritos chilenos, como es la reivindicación de lo popular en la historia, la cultura y la lengua españolas, y su expresión trágica en el contexto de la guerra actual. Tal era, precisamente, el gran motivo de las dos antologías poéticas que publicó en Santiago, también en la editorial Panorama. *Federico García Lorca. Antología* (1937), había sido sufragada con el sueldo de diplomático de su marido y rendía homenaje al recientemente asesinado poeta andaluz. Iba precedida de los poemas “A Federico García Lorca” de Rafael Alberti y “El crimen fue en Granada” de Antonio Machado, así como de un breve ensayo de la propia Zambrano sobre la significación de su poesía, caracterizada sobre todo por su capacidad de expresar ese elemento popular en toda su autenticidad, sin la distancia del folklorista o de quien se limita a describir algo ajeno. Arraigada de manera íntima en lo más profundo de la sabiduría popular, la poesía de Lorca, de condición eminentemente dramática, daba así voz a la fuerza de la sangre, el presentimiento de la muerte y el trasiego entre la burla y la amargura. Con todo ello –proseguía Zambrano– Lorca elevaba la cultura popular a la condición de vanguardia artística y contribuía a rectificar el aislamiento del intelectual español y su separación de la sociedad, en el que se había visto sumido desde el siglo XVIII. Con Lorca y otros poetas como Rafael Alberti, Miguel Hernández y Arturo Serrano Plaja, pintoras como Maruja Mallo o músicos como Rodolfo y Ernesto Halfter, ese elemento popular renacía y la poesía dejaba de ser una cuestión de élite. Zambrano ubicaba esta nueva sensibilidad en torno a 1928, en los años inmediatamente anteriores al advenimiento republicano, haciéndolo, por eso mismo, posible.

La antología en cuestión comprendía una selección de los libros *Canciones*, *Poema del cante jondo*, *Romancero gitano*, *Poeta en Nueva York* y *Llanto por Ignacio Sánchez Mejías*, cerrándose el libro con la “Oda a Federico García Lorca” de Pablo Neruda, una breve biografía y un listado de obras suyas elaborados por la propia Zambrano.

La otra antología llevaba por título *Romancero de la guerra española* (1937) e iba precedida de un breve prólogo en el que Zambrano incidía de nuevo en la significación del elemento popular, en esta ocasión ligada sobre todo al lenguaje. El romance era presentado como la forma más antigua e incluso como la forma natural de la poesía española, en la que se habría recogido la historia más real de España, sumida no obstante en el olvido o confinada en ambientes marginales a partir del divorcio entre la poesía culta y la poesía popular consumado en el Renacimiento. Para Zambrano, la guerra actual, entendida como trance trágico

del pueblo español, constituía un momento idóneo para la expresión de esta forma poética. La antología incluía así poemas, de calidad quizá un tanto desigual, de Antonio Machado, Rafael Alberti, Manuel Altolaguirre, José Bergamín, Vicente Aleixandre, Arturo Serrano Plaja, Pla y Beltrán, Luis de Tapia, Félix V. Ramos, Guillermo Lorente, Luis Pérez Infante, Antonio Aparicio, José Herrera Petere, Lorenzo Varela, Emilio Prados, Antonio Sánchez Barbudo, José Antonio Balbontín, Pedro Garfias, Mariano del Alcázar, Miguel Hernández, José María Quiroga Pla, Rosa Chacel, José Moreno Villa, Raúl González Muñón y Pablo Neruda.

Por otra parte, la antología de poetas chilenos *Madre España*, también editada por Panorama en 1937, incluía un breve texto de Zambrano a modo de epílogo, fechado en enero de 1937 bajo el título de “A los poetas chilenos de ‘Madre España’”. En unos términos que recordaban a algunos fragmentos de “La tierra de Arauco”, apelaba a la “vida en potencia” y a las “infinitas reservas morales y sentimentales, humanas”, del pueblo español, llamado en la hora trágica actual a forjar “un mundo nuevo (...) con la razón creadora y con la inteligencia activa en conjunción con esa sangre que corre a torrentes”, bajo la síntesis fecunda “de dolor humano y razón activa, de la carne que sufre y la inteligencia que descubre”. Al igual que en muchos otros escritos zambranianos breves de estos años, marcados por la guerra y el compromiso del intelectual, predominaba el tono propagandístico y militante, pero sin llegar a anular un cierto contenido reflexivo. En esta ocasión, “A los poetas chilenos de ‘Madre España’” constituye uno de los primeros textos en los que Zambrano emplea el término “razón poética”, que usará posteriormente para identificar su particular síntesis de pensamiento y poesía. Es preciso más que nunca –afirmaba– “el ejercicio de la razón y de la razón poética que encuentra en un instantáneo descubrimiento lo que la inteligencia desgrana paso a paso en sus elementos. Es necesaria y más que nunca la poesía y por eso es que brota entre vosotros, hermanos chilenos que contribuís así a la lucha de España acompañándola, dándole vuestra voz de amor y esperanza (...)” (Zambrano, 2015: 376-378). Esa voz era la de Vicente Huidobro, Carlos Préndez Saldías, Pablo de Rokha, Gerardo Seguel, Pablo Neruda, Winett de Rokha, Julio Barrenechea, Blanca Luz Brum, Volodia Teitelboim, Rosamel del Valle, Braulio Arenas, Hernán Cañas, Robinson Gaete, Julio Molina, Eduardo Anguita, Enrique Gómez, Juvencio Valle, Eduardo Molina, Helio Rodríguez y Carlos de Rokha, autores de la antología en cuestión.²

2. De todos ellos se ofrece una selección de textos relacionados con la guerra civil española en Barchino y Cano, 2013.

Algunos de los textos de Zambrano que acompañaban a estas antologías se publicaron aparte en el diario *Frente Popular*, editado en Santiago y afín a la resistencia republicana en España. Tal fue el caso de “Los poetas chilenos de ‘Madre España’” (22 de enero), “La vida de García Lorca” (12 de abril) y “Romancero de la guerra española” (3 de mayo). En este mismo diario, Zambrano publicó también por entonces “Conversación con María Zambrano” (14 de enero de 1937), “La Hora de España” (31 de marzo) y “La intelectualidad española y la República” (14 de abril), a los que hay que sumar dos artículos publicados en *La mujer nueva* con el título de “La mujer en la lucha española” (diciembre de 1936) y “Madrid” (mayo de 1937), así como otros dos que enviará desde España poco después de su regreso: “El II Congreso de los intelectuales” (*Ercilla*, agosto de 1937) y “La mujer en la lucha actual” (*Frente Popular*, 10 de septiembre de 1937).³ Se trata de ensayos breves que expresan en su conjunto las inquietudes y temáticas que venimos apuntando: la honda significación de lo popular y su interpretación desde un cierto nacionalismo cultural, su dimensión revolucionaria y su significación trágica actual bajo la violencia de la guerra y el fascismo, y su sentido interpelador hacia el intelectual; en el marco, todo ello, de una especie de filosofía de la historia de España con referencias a su íntima relación con América.

Pero Zambrano también publicó tres ensayos en la revista *Onda Corta*, desconocidos hasta su reedición en el vol. I de sus *Obras completas* (Zambrano, 2015: 301-308). El tono de los mismos es más sobrio y reflexivo, de la misma manera que sus contenidos son algo más densos. Sin abandonar esa pequeña constelación temática anteriormente señalada, la amplían y al mismo tiempo la precisan. “La vocación de ser hombre” aborda de nuevo el compromiso del intelectual ante la guerra, aunque profundizando en esta ocasión en su sentido trágico y, al mismo tiempo, superador de contradicciones. “Unamuno y su contrario” vincula el pensamiento trágico del que fuera uno de los grandes maestros de María Zambrano con la circunstancia de la guerra, dejando entrever una discreta crítica a su ambigüedad ante la misma. Por lo demás, se trata de uno de los primeros textos que Zambrano dedicará a Unamuno. “¡Madrid, Madrid!”, finalmente, conforma, junto con el artículo “Madrid” publicado en *La mujer nueva*, con otros artículos publicados en España durante los años de la guerra y con algunos textos incluidos en su posterior ensayo autobiográfico *Delirio y destino*, una pequeña constelación de escritos sobre esta ciudad en la que confluyen una especie de sociología poética de sus marcas geográficas y realidades urbanas, y la evocación testimonial.

3. Estos artículos fueron reeditados en Soto, 2005: 166-191.

Todos los escritos anteriormente referidos conforman lo que podría ser la obra chilena de María Zambrano, siempre con la reserva de que en el futuro puedan encontrarse algunos más. Su paso por Chile fue relativamente fugaz pero muy fecundo, y pudo ser más prolongado de no ser, precisamente, por el compromiso de Zambrano ante los acontecimientos que estaban sucediendo en España. Según dirá ella misma al cabo de los años, el embajador en Chile, Rodrigo Soriano, hizo lo posible para que su marido permaneciera allí cuando fue llamado a filas, declarando insustituible su labor diplomática, e incluso le ofreció a ella un cargo en la misma embajada, pero ambos expresaron su deseo de incorporarse a la lucha cuanto antes. Tras un homenaje de despedida organizado por María Elena Caffarena y Jorge Jiles⁴, ambos partían hacia España el 11 de mayo de 1937, emprendiendo un viaje de regreso que Zambrano evocará en su ensayo breve “Españoles fuera de España” (Zambrano, 2015: 274-277).

Fernando de los Ríos en Cuba

Análogamente a la edición de Barchino y Cano sobre la guerra civil española y los intelectuales en Chile, la edición de Nial Binns, el propio Cano y Ana Casado Fernández sobre el caso de Cuba (Binns et al, 2015) ofrece una amplia panorámica de la cuestión, además de un amplio elenco de textos y documentos. El estudio introductorio que precede a los textos se remonta igualmente a los años anteriores a la guerra, incluso hasta la década de los veinte, en la estela, todavía, de la Independencia y sus promesas incumplidas. Una década en la que ya empezaban a destacar algunos intelectuales que más adelante serán referencia en lo que respecta al conflicto español. Tal era el caso de Alejo Carpentier y Juan Marinello, entre otros fundadores, en marzo de 1927, de *Revista de Avance*, principal publicación de la vanguardia cubana cuyas páginas dieron cabida tanto a la poesía pura como a la “poesía negrista” de Nicolás Guillén y a la poesía social, articulando siempre la creación literaria con la crítica política.

Pero si la década de los veinte fue de inquietud e inconformismo ante la ficción de una Independencia desmentida por las inercias inmovilistas de la sociedad cubana, la ausencia de reformas y el control norteamericano a través de la célebre Enmienda Platt, los años treinta fueron de una turbulencia que alcanzaría su punto álgido en la fallida revolución de 1933. Cuando menos, el derrocamiento del dictador Gerardo Machado no sería suficiente para revertir las inercias dominantes, como tampoco lo sería el difícil equilibrio entre autoritarismo y reformismo buscado por la “Pentarquía” encabezada por el general

4. Caffarena era fundadora del Movimiento pro Emancipación de la Mujer en Chile, con la que Zambrano mantuvo una fluida relación, y Jiles era director de *Frente Popular*. Véase Soto, 2015.

Batista durante los años siguientes. Todo ello redundaría en una disposición favorable a la identificación con la República española: la gran mayoría de los intelectuales cubanos y buena parte de la sociedad en general, encontraría en la causa republicana todo un desahogo del anhelo de transformación política largamente frustrado en la isla durante los años anteriores, sin olvidar otros factores. Tales podían ser la conciencia de que la guerra de España era la expresión de un conflicto global en el que había que tomar parte haciendo frente al fascismo, o la relación previa que existía con intelectuales, científicos y escritores afines a la República, a través de organismos como la Institución Hispano-Cubana de Cultura, creada en 1926. Entre otros la visitarían el propio Fernando de los Ríos, en enero de 1927, y Federico García Lorca en 1930. El asesinato de este último durante las primeras semanas de la guerra conmocionaría, por cierto, a las letras cubanas, suscitando una gran indignación.

Bien es cierto que la política gubernamental frente al conflicto español desplegada por Batista era neutral, teniendo en cuenta la referencia, siempre intimidatoria, del no intervencionismo asumido por Estados Unidos, así como el peligro de desatar tensiones en la política interna de la isla, lo cual le llevaría a adoptar medidas que nunca contentaban ni a unos ni a otros. Tampoco faltaron, obviamente, apoyos a Franco, provenientes sobre todo de la Iglesia católica y su entorno, la cual se había sentido agredida por la violencia contra el clero desatada durante los primeros meses de la contienda, así como de diversos órganos de inspiración falangista controlados por Alejandro Villanueva, quien al parecer gozaba de apoyo directo desde la Alemania nazi. Ahora bien, en el caso de los intelectuales, en el amplio sentido del término, el apoyo a la República fue muy amplio según el estudio introductorio de la mencionada edición. Numerosas agrupaciones fueron fundadas con este propósito, fusionándose en abril de 1937 en el Frente Democrático Español, el cual fue clausurado a instancias de la política gubernamental de neutralidad, fundándose no obstante un año después el Comité Nacional de Ayuda a España, esta vez con el beneplácito del gobierno. También fueron muy numerosas la prensa y las revistas pro-republicanas, con firmas de autores tanto cubanos como españoles. Tal era el caso, entre otras, de la revista *Mediodía*, dirigida entre 1936 y 1939 por Nicolás Guillén, quien ejercería de corresponsal de la misma en la guerra junto con Juan Marinello y Carlos Montenegro. Los dos primeros habían sido, además, delegados en el II Congreso de Escritores Antifascistas, dejando constancia de sus crónicas y experiencias en numerosas publicaciones; por ejemplo en la recopilación de entrevistas *Hombres de la España leal* (La Habana, 1938), firmada por ambos. No es más que una muestra de todo un elenco de escritores bien conocidos, desde Roberto Fernández Retamar hasta el propio Carpentier.

En cuanto a la presencia de españoles en la isla durante el conflicto, no sólo procedían de la numerosa colonia de inmigrantes. También empezaron a llegar refugiados desde los mismos inicios de la guerra, escapando de la barbarie desatada en ambos bandos. Domingo Cuadriello plantea en ese sentido una tipología elemental pero iluminadora, en torno a tres ejemplos: el de Juan Ramón Jiménez, que había abandonado Madrid en agosto del 36, aunque sin renunciar a su republicanismo; el del filólogo Ramón Menéndez Pidal, quien buscó siempre la equidistancia regresando a España al término de la guerra; y el del folklorista Constantino Cabal, abiertamente afín a la España de Franco, a la que regresaría a finales de 1938 (Domingo, 2009: 33-34; Binns et al, 2015: 56).

También hay que tener en cuenta que muchos intelectuales españoles pasaban por la isla de una manera más o menos puntual, ya fuera de paso hacia otros destinos de la América continental o para cumplir alguna misión o acudir a alguna reunión. Lo primero había sido el caso, por cierto, de María Zambrano camino de Chile, realizando en La Habana una pausa a la postre decisiva, ya que por entonces conocería a José Lezama Lima, uno de sus grandes interlocutores cuando, en la década de los cuarenta, ya en pleno exilio, se instaló allí además de en San Juan de Puerto Rico (Zambrano, 2007) Lo segundo era el caso, precisamente, de Fernando de los Ríos, uno de los pensadores más representativos del krausismo institucionista y autor de un libro emblemático de la Generación del 14, además de un clásico contemporáneo del pensamiento político español como *El sentido humanista del socialismo* (1926). De los Ríos ya había visitado Cuba justo después de su publicación, en 1927, para impartir varias conferencias en el marco de una gira por América. Comprometido con el proyecto cultural y político de la II República y militante del PSOE, en la línea de un socialismo no marxista e influido por el neokantismo de quien había sido su maestro en Marburgo, Hermann Cohen, además, obviamente, del fundador y *alma mater* de la Institución Libre de Enseñanza, Fernando Giner de los Ríos, desempeñaría las funciones de Ministro de Justicia e Instrucción Pública durante los años treinta. Una vez iniciada la guerra y tras desempeñar de manera fugaz y simbólica el cargo de rector de la Universidad Central de Madrid, De los Ríos partiría hacia Washington para cumplir una nueva misión, esta vez como nuevo embajador de la República. Tenía entonces por delante la tarea de convencer al gobierno de Roosevelt y a la opinión pública norteamericana en general, y muy especialmente a su amplio sector católico de una doble verdad: primero, de que lo que estaba ocurriendo en España no era, *in strictu sensu*, una guerra civil, sino una guerra de invasión por parte de potencias extranjeras, concretamente la Alemania de Hitler y la Italia de Mussolini. Segundo, que tampoco se trataba de una guerra entre católicos y ateos, ni siquiera entre fascistas y comunistas

aun cuando ambos estuvieran enfrentados en ella, sino de una guerra entre la legitimidad republicana y el estado totalitario, entre una concepción humanista, liberal y democrática, y otra reaccionaria y violenta del hombre, el mundo y la política; además de que –argüía De los Ríos– era imposible conciliar el catolicismo y cualquier otra concepción cristiana con el fascismo abanderado por los rebeldes. Para De los Ríos, como para el resto de intelectuales que consideraban imposible cualquier tercera vía entre la legalidad democrática de la República y el fascismo de los golpistas aun a pesar de las barbaries incontroladas cometidas en territorio de aquella, esta doble verdad era una obviedad que, sin embargo, se distorsionaba fatalmente en el exterior por la propaganda y el miedo. De los Ríos exponía así en diversos foros las que consideraba causas reales de la guerra:

El origen de la ‘mal llamada guerra civil española’ radicaba en que la República había comenzado a cambiar la vieja base de la estructura social: la Iglesia, el ejército y la aristocracia terrateniente no podían aceptar respectivamente ni la libertad de conciencia, ni el sometimiento al poder civil ni las reformas en materia de propiedad que la República había iniciado. Eran estos poderes los que, con la ayuda de la nueva Santa Alianza representados por la Alemania nazi, la Italia fascista y ‘ante el silencio de las democracias encogidas y atemorizadas’, se habían levantado contra la República (...) (Zapatero, 1999: 417s)

Pero el gobierno norteamericano había concentrado sus esfuerzos en la política interior, tan erosionada por los efectos de la crisis del 29, y no parecía reaccionar a las interpelaciones a favor de la República española, ni siquiera para autorizar la venta de armas. La prioridad de la recuperación económica, unida a la conciencia que en política exterior se había hecho un sacrificio inútil durante la Gran Guerra, se había materializado en la promulgación de una ley de neutralidad en agosto de 1935. Qué duda cabe que esta ley obstaculizaba los intereses de la República en el país norteamericano, depositados en su embajador, más aún ahora que había que contrarrestar en lo posible la influencia británica, líder para entonces del célebre pacto de no-intervención, y la información sesgada y distorsionada acerca del mismo que retraía a los votantes católicos de cualquier simpatía hacia la causa republicana. Muchos de ellos incluso pensaban que si Franco ganaba la guerra, instauraría a continuación un régimen moderado, entre liberal y conservador. De los Ríos había pedido ante varias instancias y ante el propio Roosevelt la derogación de dicha ley, pero ni siquiera el apoyo de una importante nómina de académicos y científicos encabezada por el propio Einstein, John Dewey y Harold Laski, entre otros, así como de obispos y sacerdotes católicos y de otras confesiones, lo conseguirían.

De los Ríos redoblaría esfuerzos. Si la compra de armamento no era posible, la estrategia se centraba ahora en convencer a Roosevelt de que influyera en la escena internacional para que las tropas extranjeras se retiraran de España, el

pacto de no-intervención se cumpliera tal y como sus artífices habían propuesto cínicamente, y las legiones de Hitler y Mussolini dejaran así de intervenir en territorio español. Para ello había que convencerle al mismo tiempo de que la guerra aún no estaba decidida y de que aún no era tarde, por tanto, para apoyar a la República. Pero los hechos discurrían en contra: en septiembre de 1938 se firmaría el conocido pacto de no agresión entre Inglaterra y Alemania; un pacto que, si propiciaba el reconocimiento del nuevo mapa tras la ocupación de Checoslovaquia por los nazis, más aún propiciaría un apoyo a Franco en España que cada vez era mayor a la vista de cómo evolucionaba la guerra. La derrota era cada vez más cercana y el exilio, inminente. De hecho, tocaba ya pensar en la gestión de los refugiados y ese, precisamente, fue el motivo principal del viaje que De los Ríos realizó a finales de 1938 a Santo Domingo y Cuba. En octubre llegó a Ciudad Trujillo con la finalidad de facilitar la acogida de niños españoles en Hispanoamérica. En diciembre llegaría a La Habana, invitado por la Asociación de Auxilio al Niño del Pueblo Español, una filial de la Oficina Internacional de Ayuda que tenía su sede en París y que se había fundado en marzo de 1937.

En La Habana, De los Ríos pronunció al menos tres conferencias: “Don Quijote vuelve al camino” (18 de diciembre), en el estadio La Polar; “Cuestiones de derecho constitucional” (19 de diciembre); y “La posición de las universidades ante el problema del mundo actual” (20 de diciembre), estas dos últimos en el Aula Magna de la Universidad. De ellas se publicaron reseñas en los diarios habaneros *Crisol* y *El País* (Ruiz Manjón, 2007: 444), editándose la primera y la tercera (De los Ríos, 1956; 1997, 33-57).

En “Don Quijote vuelve al camino” y “La posición de las universidades ante el problema del mundo actual”, De los Ríos abordaba una temática doble y complementaria, relativamente frecuente en la obra filosófica del exilio republicano del 39 y que ya afloraba en los escritos chilenos de María Zambrano: por una parte, la conciencia de crisis radical del mundo actual bajo la presión de la guerra y el totalitarismo, y como resultado de la evolución violenta de la razón científico-técnico moderna, de la que se trazan algunas hipótesis genealógicas; por otra, la reivindicación del humanismo hispánico, entendido como una tradición cultural más o menos velada y desplazada, de vocación liberal, republicana y reformista, como respuesta a dicha crisis.

Lo primero, que De los Ríos abordará con detenimiento poco tiempo después y ya en el exilio, en la misma universidad habanera entre otros foros (De los Ríos, 1997, 269-313), y también hacia el final de su libro *¿Adonde va el estado? Estudios filosófico-políticos*, publicado póstumamente en 1951 (Buenos Aires, Losada), con un prólogo de Luis Jiménez de Asúa (De los Ríos, 1997: 407-630; Sánchez Cuervo, 2017b), afloraba sobre todo en su ensayo sobre la universidad.

Allí se preguntaba por la crisis y el silencio de la universidad actual, especialmente en “pueblos próceres” como el alemán, en plena deriva totalitaria hacia una guerra sistemática contra la cultura moderna tanto en el interior como en el exterior, y con la sola legitimidad del uso de la fuerza. A su juicio, el nazi-fascismo actual vendría a ser el desenlace catastrófico de todo un proceso de desintegración cuyos orígenes se remontaban al Renacimiento y sus derivas reduccionistas, al entender el humanismo en términos exclusivamente científico-técnicos y la ciencia en un sentido puramente matemático. A partir de interpretaciones de la naturaleza y de la sociedad como las de Cusa y Maquiavelo, entre otros, la sustancia ontológica del mundo se disolvería entonces en un mero haz de relaciones y la política se desentenderá de la justicia, orientándose hacia la conquista del poder por sí mismo. Saber y deber discurrirán por separado e incluso de manera antagónica y se desarrollarán de manera desproporcionada, siempre en detrimento de lo segundo, dirá De los Ríos expresando de una manera quizá algo ingenua o muy divulgativa, la estrecha complicidad entre el saber y el poder característica de la época moderna. En otros ensayos, ya referidos más arriba, llenará de contenidos este relato del sujeto moderno camino de su propia destrucción bajo el efecto de su propia violencia, desde la lógica instrumental alumbrada en el Renacimiento hasta la catástrofe totalitaria actual. En esta ocasión, en sus conferencias habaneras de 1938, se limitaba a señalar sus extremos, el principio y el fin, con la excepción de alguna referencia contemporánea fundamental, como el prestigio y la significación del poder en la obra de Hegel –especialmente en su noción de estado– y también en el concepto nietzscheano de voluntad.

Algo más explícitas eran las reflexiones sobre la tradición cultural española, enfocadas desde el inevitable lugar común de las “dos Españas”. Para De los Ríos, los golpistas del 18 de julio se habían puesto a la altura de Hitler y Mussolini, abanderando el fascismo y reavivando hasta sus últimas consecuencias la tradición del integrismo hispánico; aquella que tenía su épica en “los dos ensayos de totalitarismo, el de la unidad por la fe, iniciada a fines del siglo XV, y el de la unidad por la sangre, intentada por Felipe II (...)” (De los Ríos, 1997: 40s), y que entenderá siempre la vida universitaria bajo la coacción del dogmatismo eclesiástico y la negación del pluralismo. A esta tradición oponía su hermana gemela, antagónica, reformista y liberal, de la que el casi derrotado republicanismo actual era fiel depositaria. De los Ríos adelantaba así en estas dos conferencias, al igual que otros intelectuales republicanos durante la guerra incluida la propia Zambrano, un planteamiento de la tradición cultural española ambivalente, en el que se entrecruzan dos lógicas narrativas. Por una parte, la narración apologética, mitificadora y tendente, por tanto, al esencialismo, además de autolegitimadora frente a los relatos de la España reaccionaria –a punto, además, de convertirse

en oficiales; por otra, la recuperación de todo un acervo de posibles respuestas al agotamiento y la violencia de la razón tecno-científica moderna y sus tendencias totalitarias, consumadas en la Europa de entreguerras, aportando así luz al momento de crisis radical actual. Es decir, un planteamiento a caballo entre el hispanismo y el pensamiento crítico y que en mi opinión aún no ha sido abordado de una manera integral, capaz de conjuntar la mirada arqueológica o desmitificadora propia de los estudios culturales y la mirada teleológica o recolectora de sentido propia de la historia de las ideas.

De los Ríos apelaba así, en estas conferencias, a ciertos rasgos supuestamente definitorios de la España “auténtica”: vida como drama y como tragedia, heroísmo colectivo y anónimo, sentido quijotesco de la existencia... Rasgos que se habrían expresado en clásicos del pensamiento político y jurídico como Francisco de Vitoria y Francisco Suárez, representantes, a juicio de De los Ríos, de un anti-maquivelismo que subordinaba el poder a la justicia e introducía la ética en la guerra; en guerras de resistencia y liberación como la de 1808 frente a la invasión napoleónica; en experiencias revolucionarias como la de 1868; y en proyectos reformistas como el de la II República, en el que De los Ríos se detenía mayormente por razones obvias. Señalaba entonces, incluso con cifras, los méritos de dicho proyecto, al que además había contribuido como ministro, en materia de alfabetización, educación, laicismo y derechos sociales, apuntando también el gran reto que a su juicio debía asumir la universidad republicana en los tiempos actuales: la educación integral del hombre, en respuesta al reduccionismo tecno-científico que había terminado por convertir la cultura moderna en barbarie y anegar la vocación universitaria como tal. Restablecer esta última implicaba asumir, no sólo la lógica de la razón instrumental, sino también la lógica de las emociones –incluidas las artísticas y religiosas– o la lógica del querer. O, empleando el conocido término de Pascal, citado por el propio De los Ríos, la lógica del corazón. La universidad recuperaría así su misión originaria y largamente extraviada, consistente en formar a un “hombre pleno” y en transmitir un universalismo que o traicione la médula íntima e inefable de cada ser humano. De todo ello era emblema el Quijote, cuyas apropiaciones simbólicas e ideológicas durante y después de la guerra, a lo largo y ancho del inminente exilio, merecerían un estudio aparte.

Como ya hemos apuntado anteriormente, De los Ríos regresará a la isla en agosto de 1941, en donde pronunciará un ciclo de conferencias sobre “El sentido de la actual descomposición política del mundo” en el contexto de una nueva gira americana, pero en circunstancias ya muy diferentes. Recién terminada la guerra, su estatus había cambiado radicalmente en cuestión de días. De embajador había pasado a refugiado político, si bien bajo condiciones

envidiables, como profesor de la prestigiosa New School for Social Research, la cual, dicho sea de paso, procuraba atraer por entonces a lo mejor del exilio intelectual europeo, prófugo de la Alemania nazi y su órbita. La guerra había terminado en España pero proseguía en Europa y un nuevo orden mundial estaba empezando a fraguarse. Como bien es sabido, la victoria de los aliados en 1945 significará, para los exiliados republicanos españoles, una nueva derrota. Amarga paradoja, pues el fascismo seguirá vivo en la España de Franco por mor de las estrategias geopolíticas ya conocidas. De los Ríos permanecerá así en New York hasta su muerte, en 1949.

Referencias

- BARCHINO, Matías (Introducción, estudio y edición); Cano Reyes, Jesús (estudio y coedición). *Chile y la guerra civil española. La voz de los intelectuales*. Madrid: Calambur, 2013.
- BINNS, Niall; Cano Reyes, Jesús; Casado Fernández, Ana. (Introducción, estudio y edición). *Cuba y la guerra civil española. La voz de los intelectuales*. Madrid: calambur: 2015.
- BUNDGARD, Ana. *Un compromiso apasionado. María Zambrano: una intelectual al servicio del pueblo (1928-1939)*. Madrid: Trotta, 2009.
- CAUDET, Francisco. “Pablo Neruda en la guerra y exilio de los poetas republicanos”, *Mapocho. Revista de humanidades*, nº 56, 329-351, 2004.
- DE LOS RÍOS, Fernando. *Obras completas V. Escritos guerra civil y exilio*, ed. de Teresa Rodríguez de Lecea, Madrid-Barcelona, Fundación Caja de Madrid-Anthropos, 1997.
- DOMINGO CUADRIELLO, Jorge. *El exilio republicano en Cuba*, Madrid: Siglo XXI, 2009.
- GÁLVEZ BARRAZA, Julio. *Winnipeg. Testimonios de un exilio*, Sevilla: Renacimiento, 2004.
- LUNA. *Primera revista cultural del exilio en España (1939-1940)*. Edición de Jesucristo Riquelme. Madrid: EDAF, 2000.
- MORENO SANZ, Jesús. “Estudio introductorio” de Jesús Moreno Sanz a Zambrano, María. *Horizonte del liberalismo*. Edición de Jesús Moreno Sanz. Madrid: Morata, 13-191, 1996.

- RUIZ-MANJÓN, Octavio. *Fernando de los Ríos. Un intelectual en el PSOE*. Madrid: Síntesis, 2007.
- SÁNCHEZ CUERVO, Antolín. “Dos interpretaciones del fascismo: Ortega y Gasset y María Zambrano”, *Bajo palabra. Revista de filosofía. Monográfico El exilio español de 1939 y la crítica de la razón totalitaria*, nº 13, 61-75, 2017a.
- _____. “La crítica krauso-institucionista del totalitarismo. La obra de Fernando de los Ríos en el exilio”, *Apeiron. Estudios de filosofía. Monográfico El krausismo y el pensamiento filosófico en la España moderna*, nº 7, 57-65, octubre 2017b.
- SÁNCHEZ CUERVO, Antolín; Hernández Toledo. “La estancia de María Zambrano en Chile”, *Universum*, vol. 29, nº 1, 125-137.
- SOTO, Pamela. “María Zambrano en Chile”, *República de las letras. Monográfico María Zambrano. Ahora, ya*, nº 89, 54, 2005.
- ZAMBRANO, María. *Islas*. Edición de Jorge Luis Arcos. Madrid: Verbum, 2007.
- _____. *Los intelectuales en el drama de España y otros escritos de la guerra civil*. Edición al cuidado de Antolín Sánchez Cuervo, en Zambrano, María. *Obras completas I. Libros (1930-1939)*. Barcelona: Galaxia Gutenberg: 107-514 8anejos en 859-912, 2015.
- ZAPATERO, Virgilio. *Fernando de los Ríos. Biografía intelectual*. Valencia: Pre-textos, 1999.

1936-1939: Divisiones y acuerdos en el campo cultural en Uruguay¹

Pablo Rocca

Escritura e imagen, texto y diseño, que siempre dialogaron en las artes gráficas, nunca lo habían hecho con una colaboración tan programada como en las revistas culturales de la década del veinte. Al replantear en todos sus términos las funciones y fines de la *institución arte* –para decirlo con el sintagma que usa Peter Bürger (1987)–, la práctica grupal artística como *modus operandi* implicó la cancelación de la subjetividad burguesa y la de la práctica que concebía la obra de arte como objeto autónomo (Roberts, 1989). El desarrollo de la industria gráfica y el crecimiento de los sectores letrados del público hicieron que la revista cultural fuera, por un lado, el instrumento de comunicación de los grupos y, por otro, el laboratorio en que surgieron invenciones compartidas.

En todas partes de América Latina los jóvenes irreverentes, confiados y atentos a la novedad que venía de Europa, vieron en la revista no la oportunidad para la acumulación de piezas personales sino una plataforma de discusión y, a menudo, de rechazo del *establishment* cultural y, por consiguiente, la forja de un nuevo modelo. En cuanto espacio de mediación entre el lector y el grupo que la compone, en la revista se gestó un productivo y tenso vínculo con las estéticas hegemónicas, las ideologías y las condiciones mismas del entorno.² Cuando echó a rodar la década del treinta, muchos de los que ayer no más decían el verso “nuevo” y la imagen insólita, rectificaron el rumbo. El campo cultural se dividió radical e irreconciliablemente a causa de los profundos cambios políticos que ensombrecieron el mundo. Esos cambios lo marcaron todo y, por lo tanto, modificaron a la revista, ese objeto plural, que desplazó el acento puesto en lo artístico –sobre todo en lo literario– hacia lo político-social, o al menos “contaminó” aquella opción con la fuerza de esta última.

Con todo, habría que pensar que la ruptura no fue tan violenta o, mejor, que hubo algunos antecedes que, en Montevideo, abrían posibilidades para una

1. Este trabajo constituye la primera de las dos partes analíticas que componen la publicación *Dos revistas culturales en la guerra civil española. Literatura e imágenes en el Boletín de A.I.A.PE y Ensayos de Montevideo (1936-1939)*. Montevideo, Centro Cultural de España/ Sección de Archivo y Documentación del Instituto de Letras/ FHCE/ UdelaR, 2009.

2. No es ocasión aquí de señalar la abundante bibliografía sobre las vanguardias y sus transformaciones posteriores en América Latina, esta última bastante limitada, por cierto. Un título, con todo, sintetiza mejor que ninguno este tema: Schwartz, 2002.

transición menos traumática. Ya en *La Pluma* (1927-1931, 19 números) se había manifestado la tentación por lo político, si bien nunca ese giro se había hecho tan claro como en la gran crisis que advino. Quienes, hasta entonces, se habían ocupado principalmente por los problemas estéticos, empezaron a pensar en la necesidad de una intervención que ampliara el horizonte participativo del creador en el mundo. Sea como fuere, la radicalización del proceso soviético y su lento pero sostenido radio de influencia europea y americana, el creciente avance de los fascismos y de los regímenes latinoamericanos que se impregnaron de este modelo ideológico y, sobre todo, la situación española desde la formación de la República, fueron inequívocos catalizadores para que una nueva línea se desgajara de toda adherencia del arte “deshumanizado” de las vanguardias, según la crítica que Ortega y Gasset había propuesto en su ensayo de 1925, que se volvió una fórmula interpretativa habitual en el curso de la década del treinta. Esto puede notarse, sólo tomar un ejemplo, en el balance que hizo Luisa Luisi al borde de la derrota republicana:

“España ha clausurado, con su arte deshumanizado de anteguerra, su ciclo idiomático. Hoy vuelve a comenzar, anudando sus cantares a aquellas voces de gesta que enriquecen las etapas más fecundas de su camino, y puliéndolas a la luz del maravilloso clasicismo español, desde Calderón y Cervantes hasta Góngora. Hoy revive el cancionero popular, los versos henchidos de savia del Mio Cid que, ahora, lo descubrimos con sorpresa, no estaban muertos [...]” (Luisi, 1938).

La guerra civil española no hizo más que ahondar este proceso y radicalizar el debate entre arte “proletario” y arte “burgués”, y toda una cadena de opuestos en los lenguajes simbólicos, que podría resumirse en el choque entre quienes pretendieron ser fieles al referente como principio básico de la representación y quienes defendieron los fueros del estatuto artístico por encima de cualquier límite, y contra cualquier mensaje explícito. Una rápida mirada sobre el punto geográfico que sea del llamado mundo occidental muestra que, por un tiempo, dominaron los cultores del arte “social”, los convencidos de que el arte no podía deslindarse de la política o, mejor aun, de las exigencias que imponía la hora crucial que se estaba viviendo. Ese fue el tiempo que ocupa la Guerra civil española y, tal vez, el de los años de la subsiguiente conflagración mundial (1936-1945); un tiempo que, traducido a las dificultades uruguayas, comprende el peculiar ciclo dictatorial encabezado por el Doctor Gabriel Terra (1933-1938) y la compleja apertura que lo fue despejando (1938-1942).

Fuera de las numerosas páginas culturales de la prensa cotidiana, hubo publicaciones periódicas en las que se reunieron grupos más o menos orgánicos de intelectuales sin adscripción oficial y aun adversarios de este universo. Se reunieron con el doble propósito de ser una entidad grupal y no el de una azarosa

junta, y el de mantenerse al margen del lenguaje de quienes estaban al frente de los servicios culturales del Estado, que por esa misma época se reforzaba. Esto, siempre y cuando se tratara de revistas culturales alineadas con la defensa de los valores democráticos o, inclusive, con la idea de una nueva sociedad que sobrepasara la estructura capitalista.

Los sectores afines al pensamiento conservador y, en consecuencia, simpatizantes con algunas variables del fascismo, no representaron en Uruguay un polo de atracción ideológica y cultural influyentes. Pero hubo varios intentos, como el de *Corporaciones*, dirigida por Ernesto E. Bauzá y en la que se tuvo a Adolfo Agorio como intelectual-faro. Esta revista, que se movilizó por distintos territorios, sin ignorar los temas agropecuarios, supo del apoyo de fornidos avisadores empresariales y tuvo fuertes vínculos con el gobierno de Terra. En *Corporaciones* menudeó la propaganda antimarxista y el encomio de Mussolini, guardián del “jardín de Europa”. La frase anterior, que aparece en el n° 11 (abril de 1937), luce en un gran aviso en el que se invita a hacer turismo en Italia, propiciado por el Instituto Nazionali por i Cambi con l’Estero, por lo cual no es arriesgado conjeturar que contaron con el apoyo de la Embajada italiana. Ciertas lecturas pioneras sobre las relaciones entre el fascismo italiano y las élites uruguayas, como las de Gerardo Caetano y Raúl Jacob (1990-1991), y la José Pedro Barrán (2004), se concentran en los efectos políticos o en el pensamiento de las principales figuras del espectro político uruguayo. Pero los encuentros posibles entre los agentes culturales y aun los intelectuales han quedado, hasta ahora, básicamente a un lado. Como sea, es claro que el clima internacional y el marco del gobierno *de facto* favoreció en el país y hasta aun protegió oficiosamente las actividades de esa minoría intelectual.

Aunque pertenezca al campo político y se desvíe del fenómeno de las revistas culturales hay un importantísimo ejemplo impreso que reúne a los intelectuales afines a Falange Española. Se trata del volumen *Evocación y recuerdo de José Antonio*, que en 102 páginas recoge una serie de conferencias, pronunciadas entre el 11 y 20 de noviembre de 1939, en homenaje a José Antonio Primo de Rivera, “en el tercer aniversario de su martirio y en el año de su victoria”. Por este orden, participan de los actos el Encargado de Negocios del Estado español, Francisco José del Castillo; el Jefe Regional de las F.E.T. y de la J.O.N.S. en Uruguay, José Luis Ruano y Muñoz (abriendo y cerrando el ciclo); Carlos Real de Azúa; Ángel Espinosa; Ángel Aller; Vicente Sáenz Briones; Elsa Aguiar; Miguel Ángel Revello; Alejandro Gallinal Heber y Germán Fernández Fraga. Es muy significativo que, de todos los participantes, sólo Gallinal empezaba a tener alguna notoriedad en el esfuerzo por crear un pensamiento de derecha, con la expectativa de contrarrestar los avances del liberalismo radical y de las distintas modalidades

del socialismo, como lo documenta una extensa obra que empieza a divulgarse en libro justamente a partir de julio de 1939, ideas a las que sigue fiel aun veinte años después (Gallinal, 1939).³ Los otros eran figuras de circunstancia. Entre ellos, con todo, Ángel Aller, originario de Galicia y radicado en Uruguay desde comienzos del siglo, había tenido una destacada participación como poeta en los años veinte, en especial en la revista *Cartel* (Gropp, 2001); pero sus observaciones en el acto falangista no pasan de una breve efusión de lugares comunes sobre el *Inmolado*. En esa ocasión, en cambio, ocurrió una de las primeras apariciones del joven Carlos Real de Azúa, quien desde fines de la década del cuarenta sería uno de los principales intelectuales uruguayos, finalmente adscrito a una izquierda tercerista. En su alocución del 11 de noviembre, le correspondió establecer las más sólidas bases locales de ese pensamiento corporativo, provistas de un candoroso rechazo al capitalismo, con evidentes notas de espiritualidad católica y de un antimaterialismo que, por su condición de tal, combate el comunismo:

“El pensamiento fascista está consolidado en Italia, y acaba de triunfar, estamos en 1933, con modalidades diferenciales tremendas en Alemania. Menos elaborado que los anteriores, excepto en el tema sindical, hace timbre de honor, el nacer en función de la realidad, y el no esclavizarse en modo alguno a presupuestos teóricos rectores. Utiliza el pensamiento como instrumento pragmático y no hace gran caso del compromiso de continuidad que la formulación del pensamiento apareja.

Las tres corrientes [fascismo, nazismo, falangismo] se identifican, más que por afirmaciones, por negaciones comunes. Las tres están contra el individualismo anárquico, que priva al hombre de encuadramiento, disciplina, sostén, autoridad y creencia. Las tres contra la lucha de clases, el capitalismo y la violencia proletaria, y propugnan soluciones corporativas de distinto matiz. Las tres plantean un estado que abandone su función de contemplador pasivo para oficiar de árbitro justiciero de la vida social. Las tres, contra el concepto materialista de la vida como goce, y las tres por un nuevo deber que dé norte y fin y fecunda alegría al hombre sin rumbo de nuestra decadencia” (“De Carlos Real de Azúa”. In: Autores Varios, 1939, pp. 22-23).⁴

3. “La libertad como vía libre para la acción o para la omisión, aun cuando la encerremos dentro de las normas prescriptivas de la ley escrita, es un mito. Nadie puede hacer siempre lo que quiere, ni siquiera nadie puede hacer siempre lo que la ley escrita le permita, porque nadie puede evadirse de sus circunstancias que van condicionando su voluntad a los mil imponderables del ambiente. La convivencia tiene una infinidad de leyes no escritas a las que debemos ajustarnos so pena de vivir en actitud anárquica, y entre esas leyes no escritas, las que derivan de la responsabilidad del ejemplo, suscitan, si son violadas, claras situaciones de desacato social” (Gallinal Heber, 1958, p. 26).

4. Otras informaciones en Rocca, 1997 y 2006. Una nutrida página en Internet dedicada a Real de Azúa, vinculada institucionalmente a la Facultad de Ciencias de la Comunicación (UDELAR), olvida la existencia de este texto primero, a pesar de que en los trabajos anteriores se documentó profusamente su ubicación (Cfr. www.archivodeprensa.edu.uy).

Al margen de alguna publicación circunstancial –como *Audacia*–, este grupo no pudo organizar un ala intelectual de significación.⁵ La fuerza, la capacidad de convencimiento, la mayoría, en fin, estuvo del *otro* lado; con la otra España, expresándose en audiciones radiales, artículos periodísticos, conferencias, mítines, actos de solidaridad, agitando y dando fundamento a su causa en las revistas y las agrupaciones de intelectuales. Tanto es así que, cuando se había despojado de toda adherencia fascista, Real de Azúa reconoció que el Ateneo de Montevideo y las publicaciones periódicas que amparó, fijaron “*las pautas de la cultura uruguaya entre el golpe de Estado de 1933 y el principio de la Segunda guerra mundial (en que su influencia ya empieza a languidecer)*” (Real de Azúa, 1964, p. 299).⁶

Una de las revistas culturales que en Montevideo cruzaron cultura y antifascismo, la pequeña *Banderín* (1937-1938, 5 números, dirigida por Líber Falco), en sus cuatro pocas páginas –es decir, apenas un pliego en formato tabloide–, se llenó de poemas y artículos sobre España. El editorial, titulado del mismo modo que la revista, es una muestra clara de su posición y toma de distancia con la escritura de un ayer reciente que ya se siente abolido. Por el estilo, y por el mero hecho de ser el director de la publicación, parece haber sido escrito por Líber Falco:

“Surge este periódico sobrepujado por la inquietud de corazones jóvenes.
Nace ya experiente, sabe que no podría ondular suave y armonioso en las tardes.
Que ya no hay tardes en el mundo ni Angelus ni brisas, que hicieran musical la delicada fiesta.
Sólo existe la noche, noche negra, furia y viento. Un recodo oscuro de la entraña donde se gesta la liberación definitiva de la humanidad. No más.
Porque ni el fascismo ni ninguna legión negrera de las que lo emulan podrá detener a la vida en marcha.
Y puesto que hemos señalado al enemigo os decimos: Si vuestro corazón es puro, no desdeñéis ningún medio para abatirlo. «Sólo el que ama puede pegar»; que detrás del egoísmo ruín y de la ignorancia envalentonada están los intereses supremos de la vida.
Pasemos por sobre el enemigo. Rescatemos la belleza en esta hora trágica de la historia.

5. Elocuente muestra de esta imposibilidad fue la interesante documentación exhibida en el Centro Cultural de España de Montevideo, en los últimos meses de 2006 –bajo la curaduría de Milita Alfaro y Cecilia Pérez–, en la que sólo se pudo recurrir a escasas muestras de los grupos adictos al franquismo. Casi ningún documento provenía del campo cultural. Para una sintética revisión del pensamiento y la acción profascista en Uruguay, en todas sus manifestaciones, cfr. “Uruguay en la era del fascismo”, Alfredo Alpini, en *Relaciones*, Montevideo, n° 184, en versión electrónica: www.chasque.net/frontpage/relacion/9909/uruguay. Consulta realizada el 12 de abril de 2008. Debo a Nicolás Duffau el señalamiento de este texto.

6. Esta cita fue oportunamente recuperada en el agudo artículo de Mateo Arizcorreta (2008).

Pablo Rocca

Con nosotros los que han puesto su fe en el porvenir.
Con nosotros los que sientan alentar en el pecho, el anhelo de una humanidad dignificada.
Noche negra y viento.
Y bien. Al viento y en la noche levantamos este banderín” (*Banderín. Arte – Ideas – Crítica*, n° 1, noviembre de 1937, p. 1).

A pesar de su entusiasmo, la pequeña revista no consiguió armar un grupo homogéneo ni asentarse en una plataforma institucional que la sostuviera, por eso desapareció. En cambio, *Ensayos* y el *Boletín de A.I.A.P.E.: Por la Defensa de la Cultura*. “Órgano de la Agrupación de Intelectuales, Artistas, Profesionales y Escritores (Sección Uruguay)” articularon cultura y política. Se tramaron con una vieja y prestigiosa institución independiente (el Ateneo) y una red frágil pero vastísima de comités solidarios con la causa republicana española, desperdigados por barrios de Montevideo y localidades del interior del país. Por eso lograron la hegemonía y se mantuvieron durante toda la guerra y aun algún tiempo más.⁷ Mientras los pequeños grupos activistas a favor del “alzamiento” se reunían en locales cerrados y en iglesias –con la venia del Arzobispo Juan F. Aragone–, los que eran afines al republicanismo y a la general expresión democrática salían a las calles, bulliciosos, y tenían en la defensa de la cultura un motor que les daba impulso y los cohesionaba. Nunca antes, y sólo en los años sesenta después, escritores y pintores estuvieron tan cerca de un público realmente mayor.⁸

Las páginas de estas revistas nos dicen de la vasta e inmediata movilización a favor de la República, tomando en cuenta que ya a mediados de julio del 36 se creó el “Comité pro Frente Popular de la Zona Sur” y el 3 de agosto se instaló el Comité Nacional pro Defensa de la República Democrática Española” (Dotta, 1993: 172-173). Esas páginas también revelan muchas cosas que cambiaron entonces. En primer lugar, la cultura rompió los diques de lo artístico-minoritario y buscó ensancharse con el convencimiento de la redentora utopía social, algo que podía compartirse en casi cualquier rincón del planeta. Por otra parte, y también sin exclusividad local, la idea de vanguardia, que en Uruguay había sido bastante atemperada o de limadas aristas, viró de lo estético a lo fuertemente político-militante. Reseñando el *Cancionero de la guerra civil española*, editado por Pereda Valdés en Montevideo (1937), Bentancourt Díaz dijo que con estos poemas “*el poeta vuelve al fragor de la vida y en ella se inspira*”. De lo que se deduce que, *antes*, el artista estaba alejado de la vida, y que *hoy* la única manera de asirla consiste en cruzar la responsabilidad civil con una ética de la escritura

7. Otras revistas del período en la útil recensión de Barité y Ceretta, 1989.

8. Ver informaciones diversas sobre estas actividades en el Índice anotado correspondiente al *Boletín de A.I.A.P.E.*, en especial en el año 1938, incluido en el volumen ya citado.

en defensa de los valores que el fascismo amenaza. Un buen ejemplo puede aportarlo Julio J. Casal, quien venía del más terso y alambicado vanguardismo en lengua castellana. En el nº 4 del *Boletín de A.I.A.P.E.*, de abril del 37, publicó el poema “Labrador” que oficia como *mea culpa* estética y simultánea conciencia de la culpa pequeño-burguesa: “*Cantamos todos la revolución/ en imágenes nuevas –/... tú continúas ahí/ fatalmente amarrado a la miseria/ labrador de los campos de los otros*”. El campesino interpela de tal modo al artista, aun a aquel que ansía interpretarlo, que este pide a los “*hombres nuevos, venid/ acabad con nosotros,/ fantasmas de ciudad/ que de nada servimos./ Y en el fuerte engranaje de la vida/ nadie echaría de menos mi presencia*”. La crudeza de las palabras del poema evidencian la compartida acción nueva y las imposibilidades del trazado estricto de la alianza entre artistas y proletarios.

Por obra de esta acción entre la resistencia y la revolución, otro cambio que no pudo pasar inadvertido, en España antes que en ninguna otra parte: la mujer pasó de un estadio contemplativo, marginal, de ser una presencia que residía casi en los exclusivos reinos de la poesía y el hogar, a un mismo plano que los hombres en otros discursos y espacios públicos. De ahí que, con idéntica jerarquía que estos, ejerció la crítica cultural, artística, pedagógica y aun política. En menor escala, las mujeres pintaron o hicieron los grabados (Tina Borsche, Amalia Polleri), que fueron la vía más directa de difusión de imágenes de la resistencia, la catástrofe y la edificación simbólica de un nuevo mundo para el arte y para la vida. La presencia de Luisa Luisi, Alicia Goyena y Luce Fabbri en *Ensayos*, la misma Luisa Luisi y su hermana Clotide, Sofía Arzarelo y Amalia Barreto en el *Boletín de A.I.A.P.E.*, confirman este nuevo escenario que a fines de los años veinte había tenido en Blanca Luz Brum una pionera en un quehacer semejante en la página literaria del diario comunista *Justicia*,⁹ y a la menos visible Edgarda Cadenazzi en revistas minoritarias como *Vanguardia*. La desenvuelta e independiente actitud pública de estas mujeres contrasta con su total ausencia entre los partidarios del “alzamiento”. Y contrasta las formas del protagonismo y la privilegiada aceptación de que había gozado Juana de Ibarbourou en la década precedente, clausurada a una función de poeta de erotismo espiritualizado, madre y “*novia de América*”. Por cierto, la de Ibarbourou fue una ausencia resonante en estas revistas y las organizaciones civiles que las prohicieron. Dado su acercamiento a los favores oficiales desde 1929 y aun antes, desde A.I.A.P.E se procuró erosionar el modelo que ella había representado y hasta se la emplazó

9. Blanca Luz Brum residía en Santiago de Chile desde 1929. Desde esta ciudad, donde está datado, envía al *Boletín de A.I.A.P.E.* los poemas “Una mujer americana ordena:”, nº 6, junio de 1937, p. 12 y “A los poetas muertos”, nº 26, junio de 1939, p. 6.

para que aclarara sus vínculos con publicaciones fascistas, a lo que respondió, en otras páginas, con una genérica “*adhesión a la democracia*” y un “*repudio a toda dictadura*”.¹⁰

La primera de las dos grandes publicaciones culturales, *Ensayos*, fue una revista-libro del orden de las cien páginas por entrega, que tuvo un vínculo expreso con el Ateneo de Montevideo, institución que cobijó gran parte de la protesta intelectual antifranquista en los años de la Guerra. Bajo la responsabilidad de Eugenio Petit Muñoz, *Ensayos* inició su vida en julio de 1936 y dejó de aparecer en el número 21, datado en octubre de 1938-agosto de 1939. Nacida al borde de la catástrofe española, aunque los propósitos son más académicos que de intervención, y aunque la razón de su inicial existencia se debió al combate de la política terrista sobre todo en el plano de la educación pública, la revista va siendo ganada progresivamente por el clima internacional, desde un grupo que está empeñado en recuperar la democracia en Uruguay contra el estado de situación instalada desde el 31 marzo de 1933. Con escasas ilustraciones, en su totalidad viñetas realizadas por Leandro Castellanos Balparda que solían ubicarse sólo en la portada, *Ensayos* se aboca al examen de la filosofía, los problemas educativos y pedagógicos, los estudios literarios y artísticos, sin desmedro de la publicación circunstancial de algunos poemas. Carece de editorial, pero desde los artículos de Petit Muñoz y tantos otros, se hace ostensible la tendencia antifascista con predominio liberal (es decir de los sectores batllistas más radicales) y de socialistas, aunque colaboran con cierta asiduidad algunos comunistas, como Jesualdo Sosa.

El *Boletín de A.I.A.P.E* salió en noviembre de 1936 y cesó en el n° 39, en mayo de 1944. Además del *Boletín*, periódico en papel diario en formato tabloide, regularmente de 12 páginas –pero en ocasiones de 16, de 20 y aun de 24– se publicaron una serie de “Cuadernos” que recogieron piezas literarias o monográficas unitarias. Roberto Ibáñez ocupó el cargo de Redactor Responsable durante todo el ciclo de la Guerra civil española, entre los números 1 y el 28 (agosto-setiembre de 1939), cuando se produjo una ruptura, seguramente motivada por la brutal división interna que suscitó el pacto nazi-soviético. Lo sucedió Gisleno Aguirre, del número 29 (octubre-diciembre 1939) al 30 (enero-marzo de 1940), a quien sustituyó Guillermo García Moyano, desde el número

10. A.I.A.P.E. emplaza a Juana de Ibarbourou a definirse y a aclarar si está alineada con el fascismo. Los datos pueden corroborarse en el Índice anotado. Juana de Ibarbourou había participado en un homenaje, junto a Alfonsina Storni y Gabriela Mistral, en 1935, en el marco del Congreso Educativo que impulsó el gobierno terrista.

31 (abril-mayo de 1940) hasta el final (nº 39, mayo de 1944).¹¹ A diferencia de la anterior, se trata de una publicación claramente de intervención, en el sentido más fuerte (estético y político o, mejor, estético-político), ya que surge a consecuencia directa del realineamiento del campo intelectual ante el avasallante paso del fascismo. En el nº 1 la “Presentación” no quiere dejar dudas sobre el programa y los rumbos a seguir:

“Los fines de la A.I.A.P.E. (Agrupación de Intelectuales, Artistas, Profesionales y Escritores) responden a una orientación generalizada entre intelectuales de todos los países en defensa de la cultura. Parece innecesario justificar este propósito, que, por lo menos en forma verbal, es sostenido por todos los que se dedican a las actividades del espíritu.

Sin embargo existe una diferencia entre la fórmula y la actividad. Nuestra finalidad es que en los hechos se realice esa defensa efectiva de la cultura y por eso se exterioriza nuestro pensamiento con un ataque a la tendencia que consideramos en este momento como más peligrosa y más contraria al progreso espiritual de la humanidad: el fascismo.

No es que consideremos al fascismo el único enemigo de la cultura, pero en él encontramos la síntesis de todas las corrientes malsanas: porque algunos hombres que han traicionado al espíritu aunque pretenden exteriorizar actividades espirituales, han sido capaces de presentarlo como fórmula del momento, porque esos negadores de la cultura dan una base de confusión; porque se presenta apoyado en la fuerza y en la organización del Estado, inclinado de su parte o simpatizado con él, por todo ello es contra el fascismo contra quien llevamos principalmente nuestros ataques. Nuestra afirmación tiene que ser sincera exteriorización del esfuerzo de liberación espiritual y contribuir a defender las grandes conquistas de la humanidad.

Tal la labor que A.I.A.P.E. por intermedio de su órgano se propone realizar” (p. 3).

En la misma página, a dos columnas, un artículo sin firma, y por lo tanto con la misma condición de editorial que el contiguo, se titula “En todo instante España vela por la cultura”:

11. La colección casi completa del *Boletín de A.I.A.P.E.* fue donada a la Sección de Archivo y Documentación del Instituto de Letras por la Prof. Silvia Ortiz Zerpa. Esta colección encuadernada, a la que le falta el número 10 de la primera época, perteneció a su padre, el poeta Juvenal Ortiz Saralegui, activo participante de la resistencia antifascista en este y otros frentes de lucha cultural y política. La colección de la revista *Ensayos* obra parcialmente en mi poder. Tanto los números faltantes de esta revista como el del *Boletín de A.I.A.P.E.* fueron consultados en la Hemeroteca de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Agradezco a la Lic. Susana Martínez su gentil colaboración.

Pablo Rocca

“Ni el horror de los masacradores, ni la responsabilidad de una lucha en defensa de la democracia del Mundo, en ningún instante, hizo que el Gobierno Español dejara de velar por los bienes de la cultura, por el objeto esencial de la educación del pueblo, lo que mucho admiramos, porque ese concepto es uno de los tantos fundamentos que diferencia perfectamente bien la democracia verdadera del fascismo oscurantista y rapaz” (p. 3)

Desde una perspectiva zoliana, el *Boletín de A.I.A.P.E.* trató de abrazar una versión amplia del concepto de “intelectual”, ya que incluye a los “profesionales” –es decir, a los universitarios–, pero la publicación estuvo dominada por escritores y artistas plásticos, sin desmedro de otros enfoques siempre que estuvieran provistos de la épica antifascista. Los alcances de esta institución cultural y política desbordaron el habitual público clausurado a las minorías letradas, como lo certifican las actividades barriales o las adhesiones de universitarios que no necesariamente incursionaban en el espacio artístico. Pero hay poca constancia de una integración activa entre intelectuales y obreros, algo que tal vez permaneció más en el plano del deseo que en la concreta realización. No es ajena a esta dificultad la presencia todavía débil de los partidos de izquierda y la fragmentación del movimiento sindical aún lejos de la expectativa de una central única, a la que sólo se llegará a mediados de la década del sesenta (Autores Varios, 1994).

Sobre la concepción de la cultura y el lugar de los destinatarios que se maneja en el *Boletín*, es muy ilustrativo un aviso que aparece en la página 10 del primer número, donde se pide colaboración en tres niveles: “Literaria. *Envíenos sus colaboraciones (poema, ensayo, crítica)*. Artística. *Queremos reproducir en nuestras páginas cuadros, grabados y dibujos de autores nacionales* Económica. *Consíganos suscripciones y avisos*”. La cesura del campo es notable: los dos primeros niveles son discursivos, el último supone la contribución militante para sostener la causa, con lo que, es verdad que no de modo absoluto, se separa a los “artistas” de aquellos que consumen lo que los primeros producen al calor de la lucha y para cimentarla.

El órgano de la A.I.A.P.E. publicó notas, manifiestos, artículos, ilustraciones –con el abrumador dominio de las xilografías *engagés* de Leandro Castellanos Balparda– y, sobre todo, una inmensa cantidad de poemas destinados al combate del franquismo y la exaltación de la causa republicana. De hecho, entre noviembre de 1936 y durante todo el año 1937, un sesenta por ciento de sus páginas se ocupan del tema. La prolongación del conflicto y las adversidades republicanas no redundan en deserciones pero, razonablemente, en la medida en que se procesa esta dolorosa declinación, atenúan la ardorosa fe de los primeros momentos. Como sea, no hay número del *Boletín* donde no comparezca algún texto o imagen sobre España y, cuando se avizora la derrota, se le dedica un número casi íntegro a manera de emocionado y porfiado homenaje (nº 22). Menos feraz, más

académica y no de naturaleza miscelánea como su colega, *Ensayos* deja pasar alguna de sus entregas sin aludir a España, pero en sus principios no hay omisiones ni el olvido dura mucho. Además de los artículos en que se reafirma la posición prorrepblicana, se gesta en esta revista el primer y extenso número monográfico en homenaje a García Lorca, primera revista hispanoamericana, de que tengamos noticia, que agrupa un conjunto de muy extensas lecturas sobre la vida y la obra del poeta, entre otras un adelanto de la pionera y básica biografía de José Mora Guarnido (nº 16, octubre 1937).

Sea desde el lado que fuere, y más allá de las diferencias en el estilo o en los alcances de su política y su arte, los acontecimientos del “*mal año*” de 1936, como lo llamó García Moyano en una nota de *Ensayos*, hicieron germinar con sorprendente vigor una suerte de “Frente Popular intelectual”, que desde los inicios de la guerra española –esa “*conmoción deslumbradora*”– supo que se estaba jugando una partida decisiva para la humanidad. Una partida en la que sólo “*la victoria de los leales en España asegurará las libertades y las tradiciones de las culturas en Europa y las Américas*”.¹² Pronto llegaría el tiempo para que este esperanzado acuerdo se deshiciera.

12. “Con España democrática en esta hora de prueba” (manifiesto). In: *Boletín de A.I.A.P.E.*, Montevideo, nº 1, noviembre de 1936, p. 8. La expresión “*conmoción deslumbradora*” apareció en la presentación del artículo “Los intelectuales españoles en la lucha”. In: *Boletín de A.I.A.P.E.*, Montevideo, nº 4, abril de 1937, p. 11. Más detalles sobre estos y otros artículos en el Índice anotado de las revistas al final de este trabajo.

Referencias

Corpus

- ALBERTI, Rafael (comp. y prólogo). *Romancero general de la guerra española*. Buenos Aires: Patronato Hispano Argentino de Cultura, pp. 9-12, 1944.
- ARZARELLO, Sofía; Jesús BENTANCOURT DÍAZ y Juvenal ORTIZ SARALEGUI (compiladores). *Poeta fusilado. Homenaje lírico a Federico García Lorca* [Antología]. Montevideo: Ediciones del Pueblo. (Prólogo de Juvenal Ortiz Saralegui, pp. 3-4). [Portada de Julio E. Suárez], 1937.
- AUTORES VARIOS. *Romancero de la guerra civil española*. Madrid: Visor. (Prólogo de Gonzalo Santonja). (Edición facsimilar, 1ª ed.: noviembre 1936), 1984.
- AUTORES VARIOS. *Homenaje a Federico García Lorca*. Norberto A. Frontini (organizador). Buenos Aires: Talleres Gráficos de Porter Hnos, junio 1937.
- AUTORES VARIOS. *Evocación y recuerdo de José Antonio*. Montevideo: s/e, 1939.
- B[ENTANCOURT] D[ÍAZ], J[ESÚS]. *Cancionero de la guerra civil española*. Selección y prólogo de Ildefonso Pereda Valdés [...]. In: *Boletín de A.I.A.P.E.*. Montevideo, n° 9, pp. 10-11, octubre-noviembre de 1937.
- DE VICENTE HERNANDO, César (Edición, prólogo y antología). *Poesía de la guerra civil española (1936-1939)*. Madrid: Akal, 1994.
- GALLINAL HEBER, Alejandro. *Perspectivas de un rumbo*, Buenos Aires: Difusión, 1939.
- _____. *Reflexiones frente a la convivencia*. Montevideo: Instituto de Cultura Hispánica, p. 26, 1958.
- GUILLOT MUÑOZ, Gervasio. Dos antologías de la guerra de España. *Poesías de Guerra (Edición tomada de los documentos históricos del 5º Regimiento y Cancionero de la guerra civil española [...])*. In: *Ensayos*, Montevideo, n° 12, pp. 239-240, junio 1937.
- LUISI, Clotilde. Homenaje a los poetas de España República. In: *Boletín de A.I.A.P.E.*, Montevideo, n° 21, p. 6, noviembre de 1938.
- ORTIZ SARALEGUI, Juvenal. El arte de propaganda en la guerra española. In: *Alfar*, Año XV, n° 77, s/p, 1937.
- PEREDA VALDÉS, Ildefonso (prólogo y compilación). *Cancionero de la guerra civil española*. Montevideo, Claudio García Editores/ Comité Pro-Defensa de la República Española, 1937.

Textos críticos, historiográficos y teóricos. Recopilaciones documentales

- ARIZCORRETA, Mateo. Revista *Ensayos*. In: *Revistas culturales (siglo XX). Estudios e índices, II*, Pablo Rocca y Daniel Vidal (editores). Diseño y edición de Gastón Pérez. Montevideo: SADIL/FHCE/UDELAR, 2008. [Edición en CD].
- AUTORES VARIOS. *El Uruguay de los años treinta. Enfoques y problemas*. Montevideo: Banda Oriental, 1994.
- BARITÉ, Mario y María Gladys CERETTA. *Guía de revistas culturales uruguayas, 1895-1985*. Montevideo: El Galeón, 1989. (Prólogo de Jorge Ruffinelli).
- BARRÁN, José Pedro. *Los conservadores uruguayos (1870-1933)*. Montevideo: Banda Oriental, 2004.
- BINNS, Niall. *La llamada de España. Escritores extranjeros en la guerra civil*. Madrid, Montesinos, 2004.
- BÜRGER, Peter. *Teoría de la vanguardia*. Barcelona: Península, 1987. (Traducción de Jorge García. Prólogo de Helio Piñón). [1974].
- CAETANO, Gerardo y Raúl JACOB. *El nacimiento del terrismo*. Montevideo: Banda Oriental, 2 vols, 1990-1991.
- COBB, Christopher H. *La cultura y el pueblo. España, 1930-1939*. Barcelona: Laia, 1981. [1980].
- DOTTA, Mario. La República española y las izquierdas uruguayas. In: *España y América en el siglo XX*, Autores Varios. Montevideo: Ediciones del Quinto Centenario/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1993.
- GROPP, Nicolás. Ángel Aller (1887-1976). In: *Nuevo Diccionario de Literatura Uruguaya, 2001*, Autores Varios, Montevideo: Banda Oriental/ Alberto Oreggioni (ed.), pp. 36-37 (Tomo I), 2001.
- JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra, 1931-1938*. Montevideo: Banda Oriental, 1985.
- PELUFFO, Gabriel. *Realismo social en el arte uruguayo, 1930-1950*. Montevideo: Museo Municipal de Bellas Artes Juan Manuel Blanes, 1992.
- _____. *El grabado y la ilustración. Xilógrafos uruguayos entre 1920 y 1950*. Montevideo: Museo Municipal de Bellas Artes Juan Manuel Blanes, 2003.
- ROBERTS, David. Arte, literatura y política: perspectivas sobre el marxismo, postmodernismo, crítica y estética. In: *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n° 42, abril de 1989. (Traducción de Eleonora Basso). [Originalmente en *Thesis Eleven*, Melbourne, n° 12, 1985, págs. 53-63].

Pablo Rocca

ROCCA, Pablo. Carlos Real de Azúa: el pensamiento crítico. In: *Historia de la literatura uruguaya contemporánea. Tomo II. Una literatura en movimiento (Poesía, teatro y otros géneros)* Montevideo: Banda Oriental, 1997 (Heber Raviolo y Pablo Rocca, directores).

_____. El caso Real: alternativas críticas americanas, Pablo Rocca. In: *Prismas. Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, n° 10, p. 37-53, 2006.

SCHWARTZ, Jorge. *Las vanguardias latinoamericanas. Textos programáticos y críticos*. (Recopilación, prólogo y notas). México: Fondo de Cultura Económica, 2002 (2ª ed. ampliada y corregida). [1991].

SCHWARZSTEIN, Dora. *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en la Argentina*. Barcelona: Crítica, 2001.

THOMAS, Hugh. *La guerra civil española*. Barcelona: Grijalbo, 1977.

VILAR, Pierre. *La guerra civil española*. Barcelona: Crítica, 2004. [1986].

O assassinato que uniu dois continentes. A obra e o fuzilamento de Lorca, da Guerra Civil Espanhola para a América

Syntia Alves

O escritor espanhol Federico García Lorca é fundamental. Conhecer sua vida, morte e obra é indispensável tanto para os amantes de literatura, quanto para aqueles que querem entender a Guerra Civil Espanhola, um dos conflitos mais importantes do século XX. Com relação a sua produção, García Lorca é, atualmente, o escritor de língua espanhola mais influente do século XX, tanto no que diz respeito ao impacto da obra, quanto ao número de línguas nas quais suas produções foram traduzidas. Lorca não foi apenas escritor, mas também poeta, dramaturgo, músico, diretor teatral, desenhista e conferencista. Federico experimentou diversos tipos de expressão artística ao longo de seus quase dezoito anos de produção – contando a partir da publicação de seu primeiro livro em 1918 – e a sua morte, em 1936.

De estilo ao mesmo tempo clássico e vanguardista, Lorca sobrepôs gêneros: musicou o poema, poetizou o drama, trabalhou o teatro com muitas de suas modalidades – dos fantoches à experimentação surrealista –, acrescentando-lhe música e dança. Foi compositor, diretor das montagens de “La Barraca” – grupo de teatro universitário mambembe que viajou pelos povoados da Espanha montando os clássicos teatrais espanhóis –, e produziu como artista plástico com pinturas e na criação de cenários. Quando morreu, aos 38 anos, Lorca somava dezoito anos de produção literária, período no qual escreveu doze livros de poemas, um livro de prosa, doze obras de teatro completas (deixando várias inacabadas) e um roteiro de cinema. Uma produção tão extensa quanto intensa, tendo em conta o pouco tempo no qual foi concebida.

A importância de Federico García Lorca vai além de sua obra e sua vida pode ser o fio de Ariadne, que nos conduz pela Espanha do final do século XIX e início do XX, país em conflitos civil e político, que desencadearam uma inesquecível guerra. O poeta nasceu no mesmo ano do fim do império espanhol nas Américas, sob o regime monárquico do rei Alfonso XIII, viveu a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), apoiou a Segunda República Espanhola (1931-1936) e morreu no primeiro mês da Guerra Civil Espanhola, outro fundamental momento da história do país. A vida de Lorca se desenrolou sendo afetada e

afetando sociedade espanhola, podendo assim ser vista como uma espécie de tragédia grega, inexorável nos fatores que convergem para o fim trágico.

Os nascimentos de Lorca e a Espanha em conflito

Nascido em 5 de junho de 1898, no vilarejo de Fuente Vaqueros, Província de Granada, Andaluzia, Federico foi o mais velho dos quatro filhos de um fazendeiro, que enriqueceu quando a Andaluzia ocupou o lugar de Cuba na produção de açúcar da Espanha e cuja família tinha alguma inserção na política de Fuente Vaqueros e arredores. Em 1909 que García Lorca se mudou para Granada com a família. Na capital da província, Lorca estudou Direito e iniciou seus estudos de piano. Neste mesmo ano, desenrolaram-se importantes acontecimentos na Espanha.

Na tentativa de manter o domínio sobre parte do território marroquino, a última colônia da Espanha, em 1909, o governo espanhol convocou 850 reservistas para seguirem para o norte da África, dos quais alguns foram convocados à Catalunha. Essa convocação desencadeou uma greve geral de protesto que ficou conhecida como a “Semana Trágica de Barcelona”, acontecimento muito citado em virtude da queima de igrejas e outros edifícios religiosos. Ao final da greve e da repressão da mesma, foram registradas 120 mortes, e apesar de terem sido atacados muitos edifícios de caráter religioso, apenas três dessas mortes foram de membros da Igreja. A “Semana Trágica de Barcelona” prognosticou, em pequena escala, o que aconteceria durante os três anos da Guerra Civil: rebeliões antimilitares, violência anticlerical e a brutal repressão às manifestações das classes trabalhadoras (Hugh, 2004).

Poucos anos depois da “Semana Trágica de Barcelona”, deflagrou-se a Primeira Guerra Mundial. A Espanha não entrou na Guerra, mas a guerra entrou na Espanha, e com um impacto devastador. Para as forças políticas não-dinásticas e para as elites culturais, o conflito europeu se tornou uma questão de preocupação obsessiva, e a guerra era percebida, pelos espanhóis, como um choque ideológico. A inquietação interna da classe operária, as questões entre as províncias e as guerras coloniais eram os principais problemas enfrentados pelo governo espanhol no início do século XX, abrindo a possibilidade para que o exército interferisse nos assuntos de ordem política.

Em resposta a Primeira Guerra Mundial, Lorca escreveu um panfleto na época, intitulado “O patriotismo”, datado de 29 de outubro de 1917. É um dos primeiros escritos de Federico, anterior ao seu primeiro livro, *Impresiones y Paisajes* (1918). Neste, assinala que o escritor estava atento às relações sociopolíticas de sua sociedade e de seu tempo. “O patriotismo” apresenta pouca carga poética,

mas importante posicionamento político e um importante questionamento sobre o que o indivíduo deve aceitar por causa da ideologia do patriotismo:

Quantas vezes nos falaram do patriotismo...! Sempre enten-demos, desde criança, o patriotismo como um sentimento que tem por espírito um trapo de cores, a voz de uma corneta desafinada e, por fim, defender as tumbas, as casas, etc., de nossas famílias. Os encarregados de dançar frente ao sacro fogo de suas ideias são uns senhores ordinários com bigodes esticados e vozes ressoantes que fazem a nós, os jovens, beijar uma cruz infame formada por uma bandeira e uma espada; ou seja, a cruz da ignorância e da força. Há que pensar para que serve toda essa multidão de bonecos grotescos que são sacerdotes do patriotismo e que vão atropelando a doçura e o amor. Não se pode imaginar porque todo um povo se lança outra outro unicamente por essa paixão [...]

Há que arrancar as nefastas ideias políticas da juventude, assim como há que arrancar dos patrioteiros, por honra de nossas mães, o conceito da pátria mãe. Nunca pode ser nossa mãe aquela que diz que temos que dar nosso sangue, até a última gota, por ela. [...]

Ai, infeliz Espanha! País de negruras, de fogo e horror. Apoteose da imbecilidade dirigida por padres luxuosos, toureiros, cafetões, prostitutas sem alma, ladrões de fraque e ignorantes de fé. (Lorca, apud Alves, 2011: 297 – tradução nossa).

O panfleto não foi divulgado na época em que foi escrito e até hoje não consta nas publicações das obras completas de Lorca, mas é interessante elemento da percepção do escritor ao que acontecia ao seu redor e no mundo, questionando o sentimento que move os homens por causa de uma ideologia que parece não ter sentido para o autor. “O patriotismo” pode ser visto como um argumento para a visão de que Lorca se distanciava da política institucional, das relações de Estado, mas também uma importante prova da preocupação social e política do autor.

Ao longo da década de 1910, a Espanha tornou-se palco de sucessivas agitações populares. No verão de 1917, a deflagração de uma greve de transportes em Valência gerou um conflito no qual a reação militar foi brutal. A partir de 1918, a rebelião irrompeu por todo o Sul agrário; em 1919, uma greve geral em Barcelona durou 44 dias, deixando a cidade completamente paralisada. Nesse ano, os conflitos sociais se transformaram em verdadeiras lutas de classes depois que burguesia, grupos paramilitares e Exército selaram uma aliança e muitas cidades espanholas se tornaram campos de batalha. Em 1923, depois de tantos anos de agitação, a exaustão parecia estar por todos os lados, tanto dos grupos esquerda, quanto de direita, e esse foi considerado o momento perfeito para um golpe de estado. O exército, encabeçado por General Primo de Rivera, aproveitou-se do cansaço e tomou o poder, dando início a sete anos de ditadura (Hugh, 2004: 47).

A Espanha agitada social e politicamente foi observada por Lorca em uma série de viagens universitárias que o autor fez enquanto estudava Direito em Granada, e suas passagens pela Galícia, Castilla e Andaluzia, em 1918, deram origem ao livro *Impresiones y Paisajes* (sem edição brasileira), única obra em prosa do escritor. Apesar do título, não se trata de uma crônica de viagens, mas de um registro do olhar para o “interior das coisas, ou seja, a alma incrustada nelas” (Lorca, 2008 IV: 129), como definiu o próprio autor. Em *Impresiones*, nota-se um Lorca diferente do autor da fase adulta, com um tom de denúncia mais explícito, no qual há uma forte ânsia de recusar a alienação presente na Espanha, seja ela religiosa, social ou mesmo estética. No capítulo “Méson de Castilla”, por exemplo, Lorca transcreve o seguinte diálogo presenciado por ele e mais uma vez se observa um interesse social em Lorca:

– Você veio da cidade?...

Não. Venho da casa da minha irmã, que está com essa doença nova.

– Se ela fosse rica o médico já a haveria curado... mas... Já os pobres! Mas os pobres!... (García Lorca, 2008, v. VI, p. 268)

No momento em que o livro foi lançado, Lorca não foi diretamente alvo de críticas, mas isso também se deve à pouca repercussão que o livro teve. É fato que o primeiro livro de Lorca já traz à tona muitas características do poeta que estarão presentes em outras de suas obras, como a prosa em estilo poético e o texto comprometido com o social, mas ainda está bem distante do Lorca que vai para Madri e que viaja pelas Américas. O livro isoladamente não teve grande impacto na produção literária da época, mas tornou-se importante no conjunto geral da obra de Lorca. *Impresiones y Paisajes* foi censurado pela ditadura franquista – muito provavelmente por seu caráter crítico – e só pode ser publicado na Espanha na década de 1980.

Em 1919, Lorca mudou-se para Madri para morar na “Residência dos Estudantes”, onde permaneceu até 1928. Neste período, Lorca teve contato com intelectuais espanhóis, como Unamuno e Ortega y Gasset, com as vanguardas artísticas europeias, e decidiu se dedicar à literatura. A experiência de Lorca na “Residência dos Estudantes” foi fundamental, tanto pelo ambiente que esta proporcionava, mas principalmente pela liberdade que Lorca experimentou nas relações que ali viveu e que, boas e ruins – como a complicada relação amorosa que Lorca teve com o escultor Emilio Aladrén –, foram igualmente fundamentais para Federico. Entre as pessoas importantes nesta fase da vida de Lorca, estão os artistas da Geração de 27, como o cineasta Luis Buñuel e o pintor Salvador Dalí. Foi nessa época que Lorca escreveu suas obras poéticas de maior êxito: *Livro de Poemas* (1921); *Ode a Salvador* (1926);

Canções (1921-24); *Romancero Gitano* (1924-27); *Poema do cante jondo* (1921-22) e *Primeiras canções* (1922), atingindo maturidade em sua produção poética. No mesmo período, escreveu três de suas primeiras obras teatrais: *Mariana Pineda* (1925), *Amor de Dom Perlimplim e Belisa em seu jardim* (1926) e *Dona Rosita, a solteira* (1927).

Enquanto Lorca morava na “Residência dos Estudantes” e experimentava novas formas de arte e de vida, vigorou na Espanha a ditadura de Primo de Rivera, entre os anos de 1923 e 1930. Não coincidentemente, durante a ditadura de Primo de Rivera surgiu na Espanha a Geração de 27, vanguarda da intelectualidade e da arte espanhola. O movimento foi composto por García Lorca, Rafael Alberti, Jorge Guillém, Vicente Aleixandre, Gerardo Diego, Luís Cernuda, Dámaso Alonso, Emilio Prados, Pedro Salinas e Manuel Altolaguirre, entre outros. A Geração de 27, junto a alguns dos autores da Geração de 98, tentou uma renovação na arte – em especial na literatura – conferindo a suas obras uma maior qualidade literária.

Mas, enquanto a Geração de 98, composta por importantes ensaístas, era representante de uma “cultura da crise” – reflexo dos momentos conturbados acontecidos na Espanha em 1898 –, a Geração de 27 apresentou obras de caráter mais sensorial e hedonista. Porém, essas características não esvaziavam o teor político da Geração de 27, composta por escritores de posturas individuais bem definidas, mas unidos por semelhanças estéticas e ideológicas. O grupo de 27 foi fundamental na função de usar o conhecimento literário dos membros do grupo para expressar as inquietações dos indivíduos e grupos sociais na Espanha. Por meio de sua arte, foi possível iniciar o debate e a reflexão a partir da literatura, entendida como um caminho válido para abordar uma educação de responsabilidade. A relação da obra de Lorca com questões políticas e sociais, acentuou-se em 1929, suas viagens à América e ao longo da Segunda República Espanhola e os acontecimentos passados ao longo do biênio negro.

Diante de movimentos artísticos de crítica social e política, como foi a Geração de 27 e 98, cabe pensar na importância do artista como crítico de sua sociedade. Enquanto artista, são inegáveis as influências de outras artes e artistas na obra de Lorca, tornando-o parte de uma rede de artes de vanguarda. Porém, cabe aqui pensar no quanto os movimentos da arte moderna fizeram reverberar ideias transgressoras e sua oposição à política e a sociedade na obra de Lorca.

O Lorca apolítico

Arte e política há muito caminham juntas. Em diversos períodos históricos, momentos de valorização coletiva e individual, ou em contextos de guerras e revoluções, a arte foi e continua sendo um espaço de manifestação da vida e

da política. Sob diferentes condições, o artista encontra lugar para expressar poeticamente sua sociedade, permitindo que sua obra manifeste, de maneira mais ou menos explícita, sua sociedade e as situações encontradas nela. Política e arte, ao mesmo tempo em que são áreas que se diferenciam essencialmente, também se entrecruzam ao atingirem as mais distintas dimensões da atividade humana, suprimindo necessidades, impulsionadas pela invenção do novo.

A arte se torna uma manifestação política no momento em que toma partido, expressa ideologias ou defende, implícita ou explicitamente, alguns interesses. E pode servir como interessantes manifestações de épocas e situações sociais, abrindo espaço para análises que contemplem tanto o sentido estético da obra, quanto ideologias e questionamentos do artista. As relações entre política e arte se dão, necessariamente, em movimentos de conjunção de ideias e conflitos, assim,

a arte pode se opor à política ou prestar-se a ela. Por sua vez, a política pode inspirar ou dificultar a manifestação artística impregnando-se no objeto de arte, ou iluminando o artista. Nesse campo relacional, a arte pode imprimir maior potencialidade para o indivíduo seguir sua existência, perante o poder político ou micropoderes difusos e em meio aos absurdos e alegrias da vida (Chaia, 2007: 14).

Há quem afirma Lorca como apolítico, como seu amigo dos tempos de Residência, José Bello, que afirmou nunca ter ouvido Lorca falar sobre política e diz que o assunto não interessava ao poeta. Não o interessava “nem a esquerda, nem a direita”, diz Bello em depoimento no filme *Lorca. El mar deja de moverse*. Além de José Bello, a família do poeta também realça o não envolvimento de Federico com política. Na tentativa de justificar o apoliticismo de Lorca, seus sobrinhos lembram o fato de que o artista repudiava enquadramentos políticos. Não queria ser taxado por algum pensamento e nunca quis participar de nenhuma organização que o obrigasse a ter regras e comportamentos preestabelecidos.

Porém, ainda no filme *Lorca. El mar deja de moverse*, o historiador Ian Gibson chama a atenção para a situação política e social da Espanha naquele momento que margeava a guerra civil, e diz que era impossível não ter posição política, impossível ignorar a Frente Popular ou o biênio negro. Federico não fez parte de nenhum grupo ou partido, político ou artístico. O poeta almejava ser livre e em suas obras ecoam gritos de liberdade, em poesias e personagens. É a relação com o mundo, com os seres, o que interessava a Lorca. O caráter político da criação de Lorca se revela na possibilidade de posicionar-se com relação à vida, de reagir ao mundo de maneira estética, situando sua criação na condição de “arte crítica”:

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

A *arte crítica* deixa transparecer os caracteres filosófico, intelectual e analítico da arte e deve ser remetida diretamente à pessoa do artista, excedendo um papel que o aproxima do estudioso social e, não raras vezes, do cidadão combativo. Poder-se-ia dizer que o produto arte não carrega a intenção política, mas sim a ação do artista produtor é que se aproxima da política. De tais condições nascem obras de reflexão que carregam o desejo de intervir na sociedade. [...] esse tipo de arte traz em si o potencial da radicalidade, por oferecer as condições para a emergência da transgressão e da resistência (Chaia, 2007: 23).

Embora Lorca não tivesse nenhum vínculo efetivo com instituições ou partidos políticos, ele sempre esteve diretamente envolvido com personagens ilustres da política da Espanha – o que é demonstrado por sua amizade com Fernando de Los Ríos ou seu apoio a Manuel Azaña durante a República. Fora da política institucional, não se pode ignorar a sensibilidade de Lorca e sua percepção da sociedade e suas relações, e essa capacidade do escritor de se solidarizar o aproximou de vários grupos de marginalizados, como, por exemplo, os ciganos da Andaluzia ou os negros de Nova Iorque.

Da primeira ditadura à Segunda República da Espanha

Voltando a relação da obra de Lorca com o período histórico da Espanha, no período republicano, Lorca publicou apenas o livro de poemas *Poema do Cante Jondo* (1931), que foi escrito antes da ida do escritor para Nova Iorque. Apesar de ter publicado apenas um livro entre os anos de 1931 e 1936, Lorca produziu intensamente, pois são desses cinco anos as obras: *Assim que passarem cinco anos* (teatro); *Yerma* (teatro); *Divã do Tamarit* (poesia); *Bodas de Sangue* (teatro); *Retábulo de Dom Cristóbal* (teatro), *Seis poemas galegos* (poesia), *Lamento por Ignacio Sánchez Mejías* (poesia); *Sonetos de amor obscuro* (poesia) e *A casa de Bernarda Alba* (teatro).

O primeiro governo da Segunda República (1931-1933) era formado por membros de postura claramente anticlerical, quando não ateus, com exceção de Miguel Maura, católico, nomeado ministro do governo. Estes homens, pertencentes à classe média espanhola, ou que exerciam profissões liberais, eram os legatários dos reformadores liberais da Espanha do século XIX, cuja atividade intelectual havia formado a “Instituição de Livre Ensino” – escola ilustrada por um grupo de professores universitários que haviam se negado a prestar juramento de lealdade “à igreja, à coroa e à dinastia”, da qual fazia parte a “Residência de Estudantes de Madri”, onde Lorca viveu e se desenvolveu como artista.

A “Instituição de Livre Ensino” e a “Residência de Estudantes de Madri”, no princípio de sua formação, adotaram postura apolítica, mas tal postura só

seria possível de expressar-se favorável a liberdade de pensamento fosse um ato politicamente neutro. Porém, na Espanha do início do século XX, esses intelectuais se viram obrigados a adotar atitudes politicamente mais definidas. Antes mesmo da Segunda República, o espírito da “Instituição” teve fundamental importância, animando a oposição intelectual mais vigorosa que a ditadura de Primo de Rivera enfrentou. Tanto a “Instituição” quanto a *Residência* foram parcialmente responsáveis pelo renascimento da cultura espanhola que se seguiu à perda das últimas colônias americanas, em 1898.

Os integrantes da Geração de 27 foram os que de fato constituíram a geração literária da República. O mais combativo foi Rafael Alberti, membro do Partido Comunista, além de autor de livros de poesia de combate e fundador e diretor da revista *Octubre*, de clara orientação revolucionária. Alberti foi um dos mais ativos promotores das lutas de apoio aos intelectuais perseguidos ou presos pelas ditaduras latinoamericanas, como foi o caso do comunista brasileiro Luis Carlos Prestes, condenado a morte pelo ditador Getúlio Vargas. E, juntamente com Alberti, estavam Luis Cernuda, María Teresa León, Emilio Prados e Lorca no apoio à liberdade de Prestes. Mais dedicados à obra poética estavam Vicente Alexandre, Miguel Hernández, Pedro Salinas e Jorge Guillén. Em prosa, se destacavam Pío Baroja, Valle Inclán, Rosa Chacel e Ramón J. Sender.

Porém, os intelectuais espanhóis se encontravam desligados do povo, vivendo no etéreo mundo das ideias. A vida intelectual de Madri da época não era concebível fora do ambiente lírico e festivo de suas “tertúlias” – muito comuns nos círculos intelectuais da Espanha. Ao passo que os ativistas estavam com as pessoas do povo, nas ruas, manifestando sua urgente vontade de mudança, seu desejo de assumir o protagonismo histórico que a abertura democrática, em teoria, lhes devia oferecer. Em relação aos grupos políticos ativos, as esquerdas estiveram divididas entre socialistas, que apoiavam o governo, anarquistas e comunistas. Porém, mesmo divididos, estavam nas ruas, encorajando a insurreição popular. Enquanto isso, as direitas formavam a “Confederação Espanhola de Direitas Autônomas” (Ceda), que também aproveitava a abertura do governo democrático para se organizar com a clara intenção de vencer o bloco republicano nas eleições seguintes, em 1933.

Com a Segunda República, em 1931, uma nova constituição foi promulgada, na qual houve a separação entre a Igreja e o Estado, foi eliminado o orçamento de culto e clero, cortadas as leis especiais às quais as congregações religiosas deveriam se submeter, a proibição de a Igreja dirigir instituições de ensino e a dissolução das ordens religiosas que seguissem voto de obediência diferente das leis do Estado. A nova Constituição espanhola de 1931 foi uma das mais liberais e progressistas da Europa, e indica uma abertura social inédita no país. A

promulgação do novo código de leis legalizava o divórcio, a prostituição e a distribuição de terras, além de secularizar hospitais e cemitérios (Gibson, 1992: 50). O Vaticano não reconheceu imediatamente a República.

Entre os vários gêneros da produção de Lorca, há uma atividade importante da produção lorquiana pouco estudada no Brasil e que certamente se desenvolveu na vivência do escritor na “República dos Estudantes”: as conferências do escritor. Lorca deu início ao seu trabalho de conferencista em 1922, atividade que não cessará até sua morte. Porém, a vida de conferencista de Lorca se tornou mais intensa com a chegada da Segunda República, provavelmente pela liberdade de expressão proporcionada pela recém-chegada democracia. No ano de 1932, por exemplo, entre os meses de março e maio, Lorca deu uma série de conferências em Valladolid, Sevilha, Vigo, Santiago de Compostela, La Coruña e Salamanca. Segundo Gibson, a maioria dessas conferências se deu sob a direção dos Comitês de Cooperação Intelectual, criação republicana, e ainda segundo o historiador, as rápidas visitas do poeta seguiam sempre a mesma pauta: chegada à cidade e primeiros contatos com a intelectualidade local, refeições com estes, recolhimento no hotel, conferências e jantar, finalizando com as saídas noturnas lorquianas, famosas pelas conversas do autor nas quais ele comentava sobre a cidade, declamava poesias, contava anedotas, tocava piano (Gibson, 1998: 486).

Literatura de ida e volta

Certamente tais viagens, rotinas de conferências e relacionamento de Lorca com as cidades nas quais ele passava contribuíram muito para o crescimento da fama do escritor. Mas não foi apenas na Espanha que Lorca atuou como conferencista. Havana, Buenos Aires, Montevideo e Nova Iorque foram algumas das cidades fora da Espanha que escutaram as falas de Lorca sobre suas obras, sobre a arte e sobre seu olhar sobre o mundo. Lorca saiu da Espanha por duas vezes em toda sua vida e em ambas as ocasiões se dirigiu à América, situações que marcarão o novo mundo como fundamental na vida e obra de Lorca. Ao sair da Espanha, o escritor passa a enxergá-la melhor, e a América mostra a Espanha ao poeta.

Em meados de junho de 1929, Lorca sai pela primeira vez da Espanha, viagem organizada pela família de Lorca que aproveita a viagem de Fernando de Los Ríos à Universidade de Nova Iorque. A medida da família do poeta em proporcionar uma mudança de ares para Federico foi vista como uma possível solução para uma profunda depressão que afligia o poeta. Em 1933, em uma situação totalmente distinta, Lorca sai da Espanha pela segunda vez. Neste

momento, Federico já era um escritor de êxito internacional e viaja para o sul, passando meses na Argentina e algumas semanas no Uruguai.

Em 1929, em Nova Iorque, Lorca presenciou o Craque da Bolsa, acompanhou a depressão americana, inquietou-se com a sociedade racista e os impactos ficaram evidentes na mudança dos rumos de sua obra, que passou a se dedicar, quase exclusivamente às artes dramáticas. Quando voltou a Espanha, trazia na bagagem os manuscritos de poesias e teatro, mas toda essa produção só será publicada depois da morte do escritor. A escrita lorquiana sofreu uma importante mudança após sua passagem pela América do Norte, sendo perceptível novas perspectivas do escritor, expressando com mais relevância sua preocupação com o papel social da arte. Porém, o impacto da cidade de Nova Iorque em Lorca deu lugar a seu livro de poemas mais inquieto socialmente: *Poeta em Nueva Iorque*, cuja base é a denúncia da opressão na sociedade norte americana, particularmente da opressão dos negros.

Além disso, das viagens de 1929 e 1930, Lorca volta com um vasto número de conferências e obras de teatro e, entre elas, um texto de teatro que o próprio autor classificava como “irrepresentável”. A primeira encenação de *O Público* aconteceu em 1979, por um grupo de estudantes da Universidade de Ríos Piedras, em Porto Rico. A estreia mundial da peça se deu apenas em 1986, em Milão, e só no ano seguinte teve sua primeira encenação na Espanha, em Madri. A segunda peça que Lorca produziu após sua passagem pela América foi *Assim que passarem cinco anos*. Esta peça também apresenta traços oníricos que remetem ao estilo surrealista, estilo ao qual muitas vezes Lorca é relacionado pelos críticos de sua obra. Mas, diferentemente da peça *O Público*, atrás da atmosfera que envolve a peça, *Assim que passarem cinco anos* tem uma coerência estrutural e temática inegável, ao mesmo tempo em que se trata de um complexo conjunto de emoções e interpretações de acontecimentos. Ou seja, não há enredo, só uma rota de colisão e buscas sem objeto; não há narrativa, mas, em seu lugar, o escritor situa a trama na fala que antecede o ato.

Os contatos que Lorca estabelece e mantém durante suas estadias no Novo Mundo relacionam o espanhol a escritores, artistas e outros intelectuais americanos e esse intercâmbio vai gerar relações completamente bilaterais, tanto quando Lorca está fora de seu país, quanto no momento em volta a Espanha, em especial quando está em Madri, mantendo contato com muitos latino-americanos que viviam na Espanha. Aqui se encontram a relação de Lorca com o mexicano Alfonso Reyes, ou sua amizade com o diplomata chileno Carlos Moda Lynch e Pablo Neruda.

Quando Lorca sai pela primeira vez da Espanha, seu país experimenta a transição da ditadura de Primo de Rivera para a Segunda República, no

momento em que o autor volta ao seu país, após sua segunda viagem à América, a Espanha está vivendo o período conhecido como “biênio negro”. Na década de 1930, havia uma importante onda de desemprego na Espanha. Em dezembro de 1931, o país contava com cerca de 400 mil desempregados, e 600 mil em dezembro de 1933, aumentando ainda mais as agitações da população. As agitações operárias reforçavam as agitações camponesas, e vice-versa. Porém, essas agitações foram reprimidas pelas polícias tradicionais, em especial pela Guarda Civil, que já no primeiro biênio da República iniciou as violentas coibições.

As eleições municipais de 1933 deram vantagem à direita espanhola, e nessa segunda eleição, lutou-se com uma força até então desconhecida na Espanha. Em centenas de vilarejos, a questão foi religiosa, e em alguns casos mesclada com a luta de classes. Ao longo dos dois primeiros anos de república, o clero foi duramente perseguido por prefeitos e por socialistas envolvidos no governo central, e a reação a essa perseguição veio nas eleições de 1933. O sistema político favorecia as coalizões. As direitas souberam aproveitar essa abertura da democracia, e somaram a isso uma massiva propaganda que desfigurou toda a obra positiva da República. Tais artimanhas deram às direitas espanholas uma vitória inesperada, e teve início o “biênio negro”.

A produção lorquiana “inimiga da Espanha”

Entre o final de 1933 e o início de 1936, a situação mudou na Espanha. O “biênio negro” foi um período de governo de extrema-direita, mais autoritária e corporativista do que simplesmente monarquista. O novo governo, presidido por Lerroux, sob o comando da Ceda, na época da criação da Falange Espanhola – partido político de ideologia fascista –, inicia, imediatamente, a demolição das obras dos primeiros anos da República. José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador morto, era o líder da Falange, e declarou que a “‘unidade sagrada’ da Espanha estava ameaçada por uma sinistra conspiração marxista-judaica organizada em Moscou”. Baseado nessa desculpa, começou a preparar planos de ação da Falange que, não muito depois, seria amplamente apoiada por diversos setores da direita espanhola (Gibson, 1992: 55).

Durante o “biênio negro”, os patrões não passaram por inquietações políticas e podiam se negar a cumprir as reivindicações salariais. Além disso, contavam com a polícia, a guarda civil e o exército para coibir inquietações dos trabalhadores que reivindicavam por seus direitos, e os trabalhadores sabiam disso. Os falangistas atacam jornais e centrais socialistas e liberais, atiram em universidades, com a proteção das autoridades.

Foi nesse período que Lorca estreou *Yerma*, momento no qual o governo espanhol era controlado pela direita espanhola, diminuindo as liberdades individuais e anulando as mudanças sociais desenvolvidas durante os primeiros anos da Segunda República, proclamada em 1931. Em dezembro de 1934, *Yerma* estreia em Madrid, e em setembro do ano seguinte, em Barcelona. A repercussão da peça foi estrondosa, e as reações de público e crítica estão registradas nos jornais da época. É a partir das matérias e comentários publicados nos anos de 1934 e 1935 que se pode afirmar que a sociedade espanhola se deu conta do caráter político e subversivo da obra de Lorca. *Yerma* gerou reações de muitos setores da sociedade e colocou o nome de seu autor na lista dos “inimigos da Espanha nacionalista e católica”, como eram considerados os grupos de esquerda pelos nacionalistas e direitistas daquela época.

Sobre *Yerma*, Eutímio Martín (1985) escreveu um breve artigo, mas que traz elementos importantes para se entender o impacto da obra. Em “*Yerma* o la imperfecta casada”, Martín nos chama atenção para o fato de que “a estreia de *Yerma* [...] suscitou uma reação de feroz violência na imprensa direitista que o conteúdo da obra escassamente justifica” (Martín, 1985: 93). Para Martín, a explicação para o impacto causado por *Yerma* vai além do conteúdo da obra e está impresso na situação política da Espanha da época: “O fato é que entre março de 33 e dezembro de 34, a tensão política havia cavado ainda mais o fosso que separava direitas e esquerdas, mas é possível que os motivos não fossem determinantes” (idem: 93).

“Os ensaios foram realizados em momentos de extrema tensão em todo o país [...] e elementos ultradireitistas, inteirados do conteúdo explosivo de *Yerma*, esperavam a estreia para causar um alvoroço” (Gibson, 1987, TII: 333). O historiador Ian Gibson coloca, em sua biografia sobre Lorca, que era inevitável que a estreia de *Yerma* tivesse conotações políticas e que tanto elementos dos setores da direita espanhola quanto elementos da esquerda usassem a plateia como “campo de batalha” tendo a obra como justificativa de ambos os lados para o confronto. A percepção de que *Yerma* exacerbou discursos e ânimos políticos indica que a obra discute a sociedade e a política e que Lorca era visto como um agente político, na medida em que suas obras desestabilizaram a ordem, mesmo que o poeta nunca tenha se filiado a nenhum partido.

Há uma anedota contada por Rafael Martínez Nadal, relatada por Gibson, que mostra que Lorca tinha, sim, opiniões políticas:

Federico estava sentado com Rafael Martínez Nadal no terraço da Granja del Henar, na rua de Alcalá, quando viram se aproximar uma manifestação republicana em direção a [praça] Cibeles. Nadal propôs que se juntassem aos manifestantes, e Federico se levantou na hora, surpreendendo, com isso, seu

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

amigo. “Sim, sim, vamos. Temos que ir”. Quando a manifestação entrou no *paseo* de Recoletos, com Nadal e Lorca na primeira fila, surge de repente uma vintena de guardas civis que interrompe a marcha da multidão. Há disparos e os manifestantes fogem em debandada, Nadal entre eles. Assim, ele se lembra: “no meio do *paseo* deserto, Federico caminhava o mais depressa que seu defeito físico o permitia. Seu terno claro se tornava perfeitamente branco. Quando, uma hora mais tarde, nos sentamos de novo na Granja, ainda estava exaltado e furioso: ‘Este regime tem que cair! Assassinos de estudantes e poetas!’” (Gibson, 1998, v. II: 139).

Não há registros da participação de Lorca na manifestação, mas é fato que aconteceu a manifestação dos estudantes e a repressão desta pela Guarda Civil, no dia 12 de abril de 1936, quando se iniciava a eleição na qual a população espanhola elegeria a República como forma de governo. Mas, não há dúvida de que Lorca se aproximava, por sua postura ideológica, dos grupos de esquerda, mas também contava com muitos amigos de direita e respeitava suas ideias. O caso mais emblemático é, sem dúvida, a amizade de Lorca com os Rosales, família de falangistas que deram guarita para Lorca no momento do levante franquista que deu início a Guerra Civil.

Em 1936, quando a Espanha se preparava para novas eleições, ainda durante o “biênio negro”, Lorca passa a se posicionar politicamente de maneira mais direta e assina alguns manifestos, como o “Os intelectuais com o Bloco Popular”, publicado no jornal *Mundo Obrero*, em 15 de fevereiro de 1936. Também participou de um ato organizado na Casa do Povo de Madri em favor de Luís Carlos Prestes, que havia sido preso no Brasil e corria o risco de ser fuzilado. O ato recebeu o nome de “Comício de solidariedade com os antifascistas do Brasil” e o nome de Lorca consta como a primeira assinatura no manifesto espanhol “um chamado aos amigos da América Latina pela ocasião da visita da mãe do lutador brasileiro”, publicado em 21 de maio de 1936, no jornal *Heraldo de Madrid*.

Em 16 de fevereiro de 1936, houve novas eleições na Espanha. Era domingo de carnaval e apesar do quase empate – provavelmente favorecido pelo caciquismo nos distritos rurais, nas eleições –, a esquerda tinha a maioria dos votos, e assim, a maioria das cadeiras. A vitória da esquerda foi inesperada, mais acima disso, a derrota da direita foi inesperada – e não suportada. Com o resultado, a Ceda ficou desmoralizada, e aproximadamente 15 mil de seus membros migraram para a Falange, reforçando de maneira inquestionável a força com a qual o fascismo se espalhava pela Espanha.

Depois de dois anos de república e do “biênio negro”, os antigos donos do poder, dirigidos pelo exército e apoiados pela Igreja, sentiam-se a encarnação das glórias passadas da Espanha, pensavam estar a ponto de reviver a reconquista

dos Reis Católicos e a expulsão dos infiéis. Frente a eles, se encontravam a classe média e pratica-mente todas as forças trabalhadoras do país, carregando consigo anos de insultos e todos os tipos de miséria, inquietadas pelo conhecimento de melhores condições de vida da qual desfrutavam seus camaradas na França e Inglaterra, e pelo poder que supunham ter conseguido os operários da Rússia. As esquerdas estavam horrorizadas pelo fascismo, as direitas pelo comunismo. Além disso, as direitas supunham que, se não comesçassem a contrarrevolução, seriam esmagadas.

A morte da República e de García Lorca

A insurreição iniciou no Marrocos, cruzando o Estreito de Gibraltar e chegando ao sul da Espanha. Às cinco e quinze da manhã de 18 de julho, Franco fez conhecer seu manifesto, transmitido pelas rádios a partir das emissoras das Ilhas Canárias e do Marrocos espanhol. Nele, o General fazia especial referência à excepcional relação que os oficiais espanhóis tinham que ter com a pátria, mais que com qualquer ideologia ou governo – se referindo ao fato de a Frente Popular haver ganhado as últimas eleições, em fevereiro de 1936, sendo então os chefes de governo em uma aliança dos grupos de esquerda, e a quem o Exército, em tese, deveria ter obediência –; denunciava as influências estrangeiras referindo-se ao êxito da Revolução Russa, o comunismo e os movimentos socialistas e anarquistas vindos de outras partes da Europa – e prometia, em tom emocional, uma nova ordem depois da vitória.

Foi no mesmo dia 18 de julho que a sublevação tomou conta da Andaluzia. Em Sevilha, o General Queipo de Llano, chefe do corpo de carabineiros (guardas da alfândega espanhola), levou a cabo um extraordinário golpe. Os trabalhadores da cidade tentaram resistir, organizando-se com ajuda da Rádio Sevilha, que fez convocatória para uma greve geral e pediu aos camponeses dos vilarejos vizinhos que acudissem a cidade com armamentos, mas o número de armas disponíveis era muito pequeno. Durante a tarde, os trabalhadores construíram barricadas nos subúrbios, foram incendiadas onze igrejas e também a fábrica de tecidos, mas logo Queipo se apoderou da rádio, e às oito da noite transmitiu a primeira de suas famosas locuções. Com sua voz entoada por anos de beber jerez¹, declarou que a Espanha estava a salvo e que os canalhas que resistissem ao levante morreriam como cães (Thomas, 2004: 247).

1. Jerez é um vinho típico da cidade de Jerez de La Frontera, sul da Espanha.

A partir da ação de Queipo, as rádios passaram a fazer parte da guerra, desempenhando papel essencial no êxito parcial dos rebeldes no levante, apesar das grandes emissoras permanecerem nas mãos do governo, com exceção da Rádio Sevilha. Na mesma data, o General Varela e o General López Pinto se sublevaram em Cádiz, em Córdoba, o governador era o militar coronel Ciriaco Cascajo, e este conseguiu, com a artilharia oficial, a rendição do governo militar da cidade. A rebelião triunfou também em Algeciras e Jerez. Em Jaén, onde não havia guarnição, os falangistas e os requetés locais esperavam o sinal, mas não aconteceu nada, porque o coronel Pablo Iglesias se manteve leal à República. Em Málaga, os guardas permaneceram leais à República e lutaram contra uma companhia de soldados que tentava se apoderar dos edifícios públicos. Os trabalhadores atacaram os soldados, fazendo com que muitos desertassem, e a população tomou as armas dos quartéis. O comandante da companhia dos sublevados foi linchado pela multidão. Mas essa foi a última vitória do governo, e ao entardecer, a última resistência na África havia caído.

Em Granada, o governador militar era o general Miguel Campins. Ele fez um pronunciamento para seus oficiais, no qual condenava o “indigno levante do Marrocos”, enquanto nas ruas os seguidores da Frente Popular organizaram manifestações durante todo o dia. Os conspiradores da cidade se mantiveram na expectativa, enquanto seguiam as transmissões de rádio de Queipo de Llano. No caso da Andaluzia, a guerra se reduziu a batalhas menores, porém, os fuzilamentos e a repressão foram abundantes.

Ondas de violências se abateram sobre a Espanha, desaguando as lutas acumuladas durante gerações inteiras, e cada cidade se encontrou sozinha, representando seu próprio drama, à mercê das dificuldades geradas em tempos e locais em conflito. Os governadores que foram nomeados pela Frente Popular foram quase todos fuzilados. As pessoas comuns, os grevistas, sindicalistas, comunistas e anarquistas, não foram julgados, mas fuzilados diretamente. As prisões e fuzilamentos, durante vários meses, aconteciam à noite, e na manhã seguinte se encontravam os cadáveres pelos cantos e ruas das cidades tomadas. Os cadáveres eram expostos para contemplação pública e era proibido guardar luto pelos fuzilados. Iniciaram-se os fuzilamentos em fossas, momentos nos quais muitos presos eram executados de uma só vez e enterrados em uma mesma vala, sem registro dos mortos, nem dos locais onde eram depositados estes corpos.

Um importante estudo independente e o mais convincente sobre a chacina dos primeiros meses de guerra é o que foi feito sobre a cidade de Granada. Segundo o estudo, entre 26 de julho de 1936 e março de 1939, o número ultrapassa quatro mil fuzilamentos, sendo que, apenas nos muros do cemitério

São José, em Granada, atualmente são estimadas 3.969 mortes². Apenas no mês de agosto de 1936, teriam sido fuziladas, aproximadamente, 570 pessoas. Entre esses mortos, estão o diretor do jornal de esquerda “El defensor de Granada”, muitos catedráticos da Universidade de Granada, o prefeito e 23 vereadores eleitos em 1936, mas a grande maioria eram pessoas comuns, dificilmente reconhecíveis pelo sobrenome. Segundo os dados recolhidos após o final da ditadura franquista, aproximadamente 600 dos corpos ainda não estão identificados. Entre todos esses mortos, sem dúvida o nome mais citado, tanto pela direita quanto pela esquerda espanhola, é o de García Lorca.

Em 1936, às vésperas do levante militar, coordenado pelo General Franco, Lorca foi para Granada, onde foi preso e fuzilado no primeiro mês do golpe franquista. Até hoje não se sabe as circunstâncias da morte do poeta, nem quem foram os envolvidos e menos ainda o que foi feito de seu corpo. Seu assassinato até hoje é muito mais relacionado a sua homossexualidade ou a elementos de sua vida pessoal do que a uma resposta das alas mais conservadoras da sociedade espanhola à postura questionadora da obra do escritor. Porém, o assassinato de Lorca, inesquecível e inexplicável, não pode ser considerado uma mera decorrência das ações de guerra por parte dos exércitos de Franco, mas sim o entendimento de que o poeta foi eliminado, visto como um artista influente, revolucionário e perigoso.

A Guerra Civil Espanhola foi, principalmente, um conflito local, uma tentativa de dar fim, por meios militares, um grande número de questões sociais e políticas que estiveram presentes entre os espanhóis por várias gerações. Essa guerra está profundamente enraizada na história do país, no fanatismo religioso – em grande parte inspirado na legendária Reconquista e nos 800 anos de lutas para expulsar os mouros da península –, no confronto entre o centralismo estatal e os nacionalismos periféricos, nas guerras civis do século XIX, travadas entre carlistas e liberais. Seria possível afirmar também que as sementes do conflito foram plantadas durante o meio século de existência do regime anterior, na Monarquia Bourbon restaurada, de dezembro de 1874 a abril de 1931 (Salvadó, 2008:9).

Em cenários de relações conflituosas, Lorca muitas vezes se posicionou, em conferências, entrevistas e obras, ao lado daqueles que eram massacrados pelo poder e ordem vigentes. Assim, em *Romancero Gitano*, o poeta expõe a violência

2. A documentação relativa aos fuzilados foi apresentada em maio de 2010 à Junta de Andaluzia pela Associação de Recuperação da Memoria Histórica para que se declare o lugar como Sitio Histórico. O número de fuzilados foi publicado no jornal “El País” de 04/08/2011, disponível em: http://www.elpais.com/articulo/espana/Documentados/3969/fusilamientos/tapia/Granada/elpepiesp/20100527elpepinac_22/Tes

da guarda civil contra os ciganos, que foram o primeiro símbolo usado pelo autor para tratar daqueles que tinham sua liberdade cerceada por valores sociais, chegando ao embate físico. Já em *Poeta em Nova York*, em muitos poemas o escritor se coloca solidário aos negros, vítimas do racismo norte americano, enquanto que em *Sonetos del amor Oscuro* são os homossexuais que ganham, mais claramente, espaço na obra de Lorca. Em suas obras dramáticas, o escritor privilegia a mulher como eixo central, não apenas na trilogia rural, mas também em peças como *Mariana Pineda*; *Doña Rosita, la Soltera* ou *La Zapatera Prodigiosa*, que contam com protagonistas femininas, personagens que se relacionam aos ciganos, negros e homossexuais das obras poéticas por estarem circundadas por papéis sociais marcados pela obediência, imposição da submissão, silêncio e falta de liberdade, vivendo sob a vigília constante dos olhos da sociedade.

A última obra escrita por Lorca, a peça de teatro *A casa de Bernarda Alba*, foi finalizada em 19 de junho de 1936³, dois meses antes da possível⁴ data da morte de García Lorca. O autor não chegou a ver a peça montada. *Bernarda Alba* foi pela primeira vez encenada em março de 1945, no “Teatro Avenida” de Buenos Aires, pela companhia de Margarita Xirgu. Na Espanha, a montagem da peça só foi liberada pela censura franquista em 1964, e mesmo assim com pequeno número de apresentações⁵. Quando Lorca escreve *A casa de Bernarda Alba*, a Espanha já vivia sob a ameaça da ditadura de Franco, prestes a estourar a Guerra Civil Espanhola. Assim, pode-se relacionar uma peça de caráter tão opressor com a opressão do momento vivido pelo escritor, entendendo que ele se referia ao seu tempo, à sua sociedade, à falta de liberdade vivida naqueles tempos.

Lorca não chegou a ver sua última obra encenada, pois a Guerra Civil Espanhola eclodiu antes e, com ela, a violência tomou lugar dos gritos da direita na plateia dos teatros e respondeu ao próprio corpo de Lorca. E como fez a personagem Bernarda Alba, da peça homônima, os fuzis da direita espanhola gritaram “Silêncio!” para autor. Porém, não foi isso o que aconteceu e o assassinato de Lorca fez suas obras ganharem ainda mais projeção nacional e internacional.

3. Data escrita por Lorca junto a sua assinatura, sendo então considerada a data de finalização da peça.

4. Supõe-se que Lorca foi morto em 18 de agosto de 1936, segundo documentos da época referente às prisões e fuzilamentos do período da Guerra Civil Espanhola. Porém, como até hoje não foi encontrado o corpo do poeta, não é possível afirmar com plena certeza o que lhe aconteceu, muito menos a exata data de seu falecimento.

5. Não passando de 150 apresentações, quando o normal era uma média de 500 apresentações, como nos informa Eutímio Martín em “Antologia Comentada”.

O legado de García Lorca

O assassinato de Lorca intensifica a popularidade do autor e o interesse em seu trabalho e, contra todos os esforços para silenciá-lo em sua terra natal, a voz de Lorca é tomada como impossível de silenciar, não só na Espanha, mas em toda a comunidade linguística de Espanha e América. No momento de sua morte, a comunidade latino-americana, junto com a comunidade espanhola, seja imigrada ou exilada como resultado da guerra civil, reafirma seu compromisso e aceitação do poeta de Granada. Suas obras foram publicadas de maneira independente, circulou por rodas de artistas e intelectuais, foi e ainda hoje é estudada, imitada, venerada. Pode-se citar, por exemplo, a editora argentina Losada que, no ano de sua fundação, 1938, dois anos após a morte de Lorca, começa a publicar as obras completas de Lorca, alcançando, de acordo com Martínez Cuitiño. A editora publicou também vários estudos sobre Granada, sobre o poeta e seu mundo, e preserva um corpus epistolar de extraordinário valor histórico e literário (Cuitiño, 1999).

Já no México, país no qual Lorca nunca esteve, de acordo com Carlos Monsiváis, o trabalho do escritor se torna uma parte indispensável da cultura poética e, ainda mais, antecipa e facilita a recepção de poetas contemporâneos como Neruda e Vallejo, Cernuda e Aleixandre (Anderson, 1999).

A morte e as suas circunstâncias coincidem com os processos sociais e políticos na América Latina, fato que aumenta a projeção da imagem posterior e mais politizada do poeta de Granada. Na segunda metade da década de 1930, após a morte de Lorca, a Espanha seguiu vivendo a Guerra Civil que levou o país a 40 anos de ditadura franquista. Enquanto isso, na América Latina vivia-se, por um lado, o impacto da Revolução Mexicana e as várias manifestações de luta por mudança e reforma social, e por outro, ficava cada vez mais forte a tendência de restringir esses movimentos através de ditaduras militares, além da ameaça do imperialismo norte-americano, que se intensificava visivelmente. Ainda assim, a comunidade espanhola saída de seu país foi acolhida por comunidades intelectuais progressistas em vários países latino-americanos, com quem compartilham experiências políticas e aspirações artísticas. Neste contexto, Lorca, por sua reputação como escritor “popular”, e em especial por haver expressado ser sempre “partidário dos pobres”, “partidário dos que não têm nada e até a tranquilidade do nada lhes é negada” (Lorca, 2008, v. VI: 656), surge como modelo para poetas latino-americanos e afirma uma veia poética que mais tarde será consolidada na linha poética que chamamos de poesia de compromisso. A obra de Lorca e sua morte promoveram uma mudança importante na poética das décadas de 1930 e 1940, tanto com relação a sua forma, quanto em conteúdo. A sequência dos

acontecimentos da Guerra Civil Espanhola e da morte de Lorca podem ser vistas em obras poéticas escritas na América Latina, como “Espanha, tire este cálice de mim”, de César Vallejo, e “Espanha no coração”, de Pablo Neruda.

É inegável que a vida e a obra de Lorca criaram e alimentaram desafetos, seja pela postura liberal na política que sua família apresentava, seja pelo êxito artístico e internacional do próprio Lorca, seja, ainda, por sua homossexualidade. Porém, se é verdade que Ruiz Alonso justificou a prisão de Lorca pelo fato de ele ser “mais perigoso com uma pena na mão do que muitos com uma pistola”, então é importante olhar o que de tão perigoso escreveu sua pena, o que de tão indesejável para a direita espanhola Lorca expressou por meio de sua arte.

Das condições sociais nascem as obras que refletem a sociedade e que carregam o desejo de intervir nela. É na arte que não se engaja de forma direta com a política, mas que se relaciona com a sociedade, que se pode encontrar um potencial da radicalidade talvez ainda maior do que nas obras de um artista explicitamente engajado, por oferecer as condições para a emergência dos questionamentos livres, da transgressão e da resistência. Mais do que arte engajada, o que se vê nas obras de Lorca é uma arte crítica. A arte crítica se caracteriza por carregar em si elementos de ordem filosófica, intelectual e ou analítica e, dessa maneira, o artista se aproxima do estudioso social ou do cidadão combativo.

Pode-se falar, assim, de arte crítica pela independência que a obra de Federico apresenta, não só em relação à sociedade e à política, mas também com relação aos estilos artísticos de sua época, afinal, Lorca recusou tanto os rótulos de que sua obra estaria a favor da República, quanto de que ele era um poeta cigano ou surrealista – maneiras como o escritor foi descrito especialmente por sua obra poética. E como artista independente, Lorca soube resguardar a sua obra da pressão política, não levantando ideologias por meio delas, mas sim posicionando-se. Há quem relacione Lorca com a República, seja por sua amizade com Fernando de Los Ríos, seja por seu trabalho em La Barraca – que era um grupo que representava os interesses do governo republicano – ou pelo manifesto a favor da Frente Popular, assinado por Lorca. Porém, tampouco se pode afirmar que Lorca *era* republicano, mas ele *esteve* republicano, pois, em uma Espanha que via a monarquia sucumbir, sendo substituída pelos sete anos de ditadura, e assistindo o fascismo crescendo e tomando força no mundo, a República, como sistema de governo, era a única possibilidade de um regime que respeitasse as liberdades dos indivíduos. Porém, a posição política assumida pelo escritor a não subjugava a obra que mantém sua liberdade ideológica e estética.

No final da conferência “Charla sobre teatro”, Lorca afirma que sua arte não tem sentido utilitarista comercial, nem se preocupa com a temporalidade do imediato, mas busca reverberar mais além do agora, procurando quem a escute, mesmo que em outros tempos e sociedades. Pois a arte se mostra um lugar possível de resistência e de mudança na sociedade, e nisso ela se torna política, e não pelos discursos partidários ou panfletários. E assim Lorca segue vivo, pois sua arte levava à luz as práticas que se desenrolam em torno do poder – seja da família, da sociedade em geral ou da religião. Pois sua arte não era apenas para o momento presente, mas para o futuro, no entendimento de que a arte é um meio de transformação da sociedade: “Eu sei que não tem razão aquele que diz: ‘Agora mesmo, agora, agora’, com os olhos voltados para as pequenas fauces da bilheteria, mas sim aquele que diz ‘Amanhã, amanhã, amanhã’ e sente chegar a nova vida que se paira sobre o mundo” (Lorca, *apud* Alves, 2011: 196 – tradução nossa)

Referências

- ALVES, Syntia. *Teatro de García Lorca: a arte que se levanta da vida*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC-SP, 2011.
- ANDERSON, Andrew. *América en un poeta – los viajes de Federrico García Lorca al Nuevo Mundo y la repercusión de su obra en la literatura americana*. Sevilla, Universidad Internacional de Andalucía y Fundación Focus-Abengoa, 1999.
- CHAIA, Miguel (org.). *Arte e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Azougue, 2007.
- CUITIÑO, Luis Martínez. La obra y el mito lorquianos en poetas y dramaturgos argentinos. In *América en un poeta – los viajes de Federrico García Lorca al Nuevo Mundo y la repercusión de su obra en la literatura americana*. Sevilla, Universidad Internacional de Andalucía y Fundación Focus-Abengoa, 1999.
- GARCÍA LORCA, Federico. *Obras Completas*. Madrid, Ediciones Akal, 2008.
- GIBSON, Ian. *A Nova Espanha*. São Paulo, Ed. Globo, 1992.
- El hombre que detuvo a García Lorca*. Madrid, Aguilar, 2007.
- Federico García Lorca*. Barcelona, Ed. Grijalbo Mondadori, 1998.
- Lorca*. Granada, Publicaciones de la Diputación de Granada, 1997.
- HUGH, Thomas. *La Guerra Civil Española*. Barcelona, Ed. Debolsillo, 2004.
- MARTÍN, Eutimio. “Yerma o la imperfecta casada”. in DOMENECH, Ricardo (ed.) *La casa de Bernarda Alba y el teatro de García Lorca*. Madrid: Cátedra, 1985.
- SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2008.

Repercusión de los intelectuales españoles desterrados en la formación del Grupo Orígenes en Cuba¹

Jesús J. Barquet

La aparición en La Habana de la revista *Verbum* (1937) significó el nacimiento de un grupo literario y artístico que, años más tarde, encontraría una mayor configuración coral en la revista *Espuela de Plata* (1939-1941). Aunque por algún tiempo se le llamó el grupo de *Espuela de Plata*, con el paso del tiempo, la incorporación de otros miembros y la publicación posterior de la importante revista *Orígenes* (1944-1956), se le llegó finalmente a conocer como el Grupo Orígenes, liderado por José Lezama Lima y compuesto, entre otros creadores, por Gastón Baquero, Virgilio Piñera, Justo Rodríguez Santos, Eliseo Diego, Cintio Vitier, Octavio Smith, Fina García Marruz (Premio Reina Sofía en 2011) y el Presbítero Ángel Gaztelu, quien nació en España en 1914 y llegó a Cuba en 1927.

Desde el período iniciático de *Verbum* y *Espuela de Plata*, la actividad literaria de muchos origenistas se vio marcada profundamente por la presencia en la Isla de varios españoles de prestigio. Asimismo, España y la reflexión sobre su significación dentro de la expresión literaria y la circunstancia cubanas fueron constantes en las diversas revistas publicadas por el grupo entre 1937 y 1956.

Juan Ramón en La Habana

Juan Ramón Jiménez, quien al principio de su exilio residió en Cuba desde noviembre de 1936 hasta principios de 1939, entabló contactos intelectuales y amistosos con el grupo de jóvenes escritores antes mencionado, así como con miembros de generaciones anteriores como José María Chacón y Calvo, quien prepara con el poeta andaluz la antología *La poesía cubana en 1936* (1937), en la que aparecen ya incluidos Lezama, Gaztelu, Piñera y Rodríguez Santos.

El propio Baquero se ha referido a la positiva repercusión que tuvo, fundamentalmente entre ellos, aquel paso de Jiménez por el ambiente intelectual cubano de la época. Sus recitales de poesía, charlas, tertulias y meras reuniones casuales fueron dispersando por La Habana un espíritu de creación y de respeto hacia la literatura por sí misma, espíritu este que dichos jóvenes no encontraban

1. Una versión previa de este artículo apareció con la bibliografía parcialmente mutilada en la revista académica *Letras Peninsulares* 5.1 (1992): 138-148.

ya ni en las agonizantes hogueras literarias domésticas ni en la participación directa en la vida política nacional de varios creadores cubanos de la generación anterior. Así recuerda Baquero al español:

“Su presencia en La Habana fue para mí, como para todo amigo de la poesía, un espectáculo maravilloso, una incitación al rigor, a la exigencia propia. Juan Ramón callado, solo, tranquilo o leyendo sus prosas y sus versos era una lección de poesía viva. (...) Con su sola mirada obligaba a tomar en serio a la poesía” (en Lázaro, 1987: 19).

Con los jóvenes Jiménez desplegó, además, una generosidad que, según Baquero, otros escritores mayores no conocieron: “es de recordar que Juan Ramón, muy duro en sus juicios con las personas mayores, duro en la crueldad en ocasiones, era muy acogedor y abierto para la gente que comenzaba” (Baquero, 1981: 84). Según Vitier, la generosidad de Jiménez fue general durante su estancia en Cuba:

“Juan Ramón venía precedido de una fama de hombre terrible, fama que parece que siguió manteniendo, incluso aumentando, después que se fue de Cuba. Pero en Cuba se portó maravillosamente con todo el mundo. Se sintió muy bien, y se portó muy bien con todos” (en Díaz Quiñones, 1987: 95).

El primer poemario de Vitier, *Poemas* (1938), al que Jiménez sugirió titular “Luz ya sueño”, contó con la colaboración crítica y los comentarios escritos suyos. Asimismo, la estrechísima amistad que establecieron Jiménez y Lezama originó el fundamental *Coloquio con Juan Ramón Jiménez* (1938), de Lezama. Este texto constituye, según Vitier, la primera vez que en las letras cubanas “se discuten los problemas del destino cultural de la Isla, no desde la sociología o la crítica, sino desde la poesía” (en Lezama, 1975: xviii). Dicho *Coloquio* y el poema-libro *Muerte de Narciso* (1938), también de Lezama, significaron la liberación crítica y poética, respectivamente, de esta nueva promoción generacional: ambos textos, según declara Piñera en su revista *Poeta* en 1942, liberaron a la crítica de su manifiesta indigencia conceptual y sacaron a la poesía cubana del impasse Florit-Ballagas (*Poeta* 1, 1942: 1).

La amistad de Jiménez y Lezama también sirvió para que el cubano comenzara a alcanzar el reconocimiento intelectual de sus coterráneos y un merecido liderazgo entre los nuevos creadores que, ya prematuramente, a partir de unos escasísimos poemas y artículos suyos aparecidos en revistas locales, intuían su genio. Baquero señala que Jiménez

“se convertiría de hecho en el padrino o carta de recomendación de Lezama ante la grey literaria”, la cual, en aquella época de tanta frustración social, estaba compuesta mayormente, según Baquero, de “desconfiados”, “burlones”, “gratuitos malquerientes” y “envidiosos del saber y del ser ajenos” (Baquero, 1981: 88).

Las frecuentes colaboraciones de Jiménez en casi todas las revistas origenistas, demuestran que su apadrinamiento intelectual no abarcó solamente a Vitier y Lezama, sino a todo el grupo. Según confiesa Vitier, el propio Jiménez constituyó un importante factor de aglutinación del Grupo Orígenes:

“Lo cierto es que cuando llega Juan Ramón nosotros no nos conocemos unos a otros. Yo creo que Juan Ramón comienza a ser como un vínculo unitivo entre nosotros, por una razón o por otra. Para Fina y para mí era el maestro, mientras que para Lezama era el primer hombre con quien podía dialogar de altos temas de cultura. Nosotros en ese momento no nos conocíamos, pero empezábamos a conocernos y a reconocernos en Juan Ramón, sin conocernos personalmente todavía. Había como una convergencia un poco misteriosa en torno a la figura de Juan Ramón. Por otro lado, esa fue una actitud explícita de Juan Ramón en Cuba: la de unir a los poetas” (en Díaz Quiñones, 1987: 92-93).

Débase anotar, sin embargo, que, si bien Jiménez contribuyó al inicio a la conformación del grupo, hacia 1954 su figura fue motivo de una grave ruptura entre los coeditores (Lezama y José Rodríguez Feo) de la revista *Orígenes*. Ajena esta a históricas rencillas internas entre Jiménez y otros poetas de la Generación del 27, sus páginas fueron partícipe de un agresivo intercambio verbal entre ellos en que no faltaron insultos personales más o menos cifrados.

Aunque Alberto Baeza Flores llama la atención, sin especificar ni ejemplificar, hacia una supuesta influencia estilística de Jiménez en los poetas origenistas (Baeza Flores, 1981: 76-77), resulta más acertada al respecto la opinión de Vitier de que la influencia del español en ellos se observa más en lo conceptual y moral que en lo estrictamente estilístico. Por eso afirma lo siguiente:

Aceptando desde luego esa influencia, que para algunos de los más jóvenes adquirió los bellísimos caracteres de una revelación de la Poesía, es también innegable que la visita del maravilloso andaluz sirvió más bien para airear, comunicar y definir posiciones, sin que el curso posterior de nuestra historia poética (desde la aparición de *Espuela de Plata*) pueda calificarse, ni remotamente, de juanramoniano. Un lúcido instinto nos ha salvado de caer en órbitas que, como las de J.R.J., Guillén o Neruda, solo admiten, fuera de ellos, (...) repeticiones y refinamientos más o menos diferenciados, pero en suma estériles para el parto de una sustancia poética nacional y universal (Vitier, 1948: 11).

Durante su estancia en La Habana, Jiménez colabora en una humilde revista destinada a recolectar fondos para los niños españoles, y, además de reunirse con los poetas cubanos, se reúne con los niños huérfanos de la ciudad. Todo esto deja honda impresión moral en Vitier, quien asegura así que su grupo tuvo la vivencia de un Juan Ramón integral, hombre y poeta, y no la de un mero esteticista intolerante: Jiménez “tuvo una actitud y unas actividades en La Habana todas regidas por la poesía, la generosidad y la nobleza”, afirma Vitier (en Díaz Quiñones, 1987: 96).

En La Habana, Jiménez dio muestras también de un límpido comportamiento moral e independencia de criterio frente al conflicto político por el que atravesaba España en aquellos años. Esto contrastaba con la corrupción moral y el entreguismo del ambiente político y cultural cubano, el cual constituía, a los ojos de muchos origenistas como Diego, una “diabólica farsa, donde los profesores resultaban mercaderes; los policías, ladrones; los gobernantes, fantoches, y la nación misma una comedia trágica” (Diego, *Prosas*, 1983: 483).

Baeza Flores describe así la actitud de lealtad de Jiménez hacia la causa republicana española en 1937, dos años antes de su salida de Cuba rumbo a Puerto Rico: “Su partido es el republicanismo español en su conjunto, y esto es un ejemplo de independencia. La carta pública de Juan Ramón al director del *Diario de la Marina*, de La Habana, escrita el 17 de marzo de 1937, es meridiana. Aclara que antes de lo que califica ‘levantamiento militarista’ tenía compromisos literarios con el Departamento de Educación de Puerto Rico, y que está cumpliendo ahora. Señala su acción en los primeros meses de la Guerra Civil. (...) Aclara: ‘no he pertenecido nunca a ningún partido político’. Agradece al gobierno de la República española las facilidades para su viaje a América (‘Sería yo un ingrato si lo callara, en momentos difíciles para el gobierno español, por tales o cuales miramientos egoístas’). Reitera su amor por el pueblo y la democracia (‘Yo he sido siempre libremente leal a la democracia y a mí mismo, y respeto, hoy como siempre también, toda verdadera lealtad’). Esto lo escribe Juan Ramón al periódico que defiende la causa nacionalista y que es el más poderoso periódico de Cuba entonces” (Baeza Flores, 1981: 75-76).

Resulta curioso señalar que la influencia de Jiménez sobre los origenistas se incorporará a la influencia que, con los años, irá generando el propio Lezama sobre sus compañeros de grupo: la revelación de la poesía, la infinita búsqueda de un estilo personal no imitativo, la limpidez moral y la literatura como dedicación total y alto oficio riguroso son lecciones juanramonianas que Lezama añadirá a sus propias lecciones sobre la ética del individuo y de la escritura y sobre la necesaria consecución de una expresión que sea, a la vez, nacional y universal. Todo ello sería su legado no solo para sus contemporáneos sino también para las futuras generaciones literarias cubanas.

Otros españoles en La Habana

Durante los años de la Guerra Civil (1936-1939), el destino sociopolítico de España se convirtió en una gran preocupación para prestigiosos escritores hispanoamericanos como Nicolás Guillén, Pablo Neruda, César Vallejo y Octavio Paz, quienes así lo expresaron en sus conductas y obras respectivas. Entre los jóvenes origenistas, la preocupación por España se manifestó inicialmente en *Verbum* a través del interés por la cultura española, tanto la representada por los contemporáneos republicanos (Jiménez, Federico García Lorca y Pablo Picasso)

como la representada por las figuras clásicas del Renacimiento y del Siglo de Oro (Garcilaso de la Vega, Fray Luis de León y San Juan de la Cruz).² Este interés había sido aupado, en parte, por el conocimiento personal de Jiménez y de la ensayista española María Zambrano, quien, en azaroso paso por La Habana durante su viaje de bodas en 1936, establece sus primeros contactos con el grupo. La propia Zambrano narra esos iniciales encuentros:

“Al llegar a La Habana, bajo el poder del general Fulgencio Batista, el barco fue detenido, su tripulación encarcelada, y nosotros, solamente sustraídos a esta suerte por un pasaporte diplomático. (...) Prodigiosamente en un lugar llamado La Bodeguita de Enmedio [sic], nos ofrecieron una cena unos cuantos intelectuales de izquierda, entre ellos, el muy joven e inédito José Lezama Lima, quien me sorprendió por su silencio y por referirse a lo poco que yo había publicado en la *Revista de Occidente*. (...) Fui invitada también a dar una conferencia en el Lyceum Club Femenino. (...) No olvidaré nunca, y me cabe decir que tampoco durante muchos años fue olvidada, aquella conferencia mía, sobre mi maestro Ortega y Gasset” (Zambrano, *Filosofía*, 1987: 8).

En 1939, a fines de la Guerra Civil, Zambrano regresa a América (Cuba y México) ya como exiliada republicana y estrecha sus vínculos con los integrantes y las revistas del Grupo Orígenes. Suele reunirse con los origenistas en casa de uno de los músicos del grupo, Julián Orbón, según recuerda Diego, admirado de que la gran pensadora, que contaba con amigos tan importantes como José Ortega y Gasset, compartiera tan generosamente con aquellos jóvenes entonces escasamente conocidos y comprendidos en el ambiente cultural cubano. La presencia de Zambrano entre ellos los ratificaba como creadores: “conversa ahora con nosotros como sus iguales, nos mira, nos ha visto. Somos”, afirma exaltadamente Diego (en Zambrano, *María*, 1987: x) sobre aquellos primeros años del grupo.

La efusiva admiración por Zambrano y Jiménez no puede llevarnos a señalar, sin embargo, rasgos de colonialismo cultural entre los origenistas. En ellos se trataba de la misma admiración intelectual que explícitamente mostraban ante otras figuras nacionales y extranjeras (i.a. José Martí, Alejo Carpentier, Alfonso Reyes, César Vallejo y Octavio Paz) y de la incipiente preocupación origenista por lograr una expresión literaria y un reconocimiento que fueran, a la vez, nacionales y universales, como fijaría Lezama entre los “objetivos estéticos del grupo desde los años de *Espuela de Plata*” (Barquet, 1991: 342).

Al reseñar la antología del grupo, *Diez poetas cubanos, 1937-1947* (1948), hecha por Vitier, Zambrano escribe uno de los primeros ensayos interpretativos

2. Sobre otros aspectos y autores de la cultura española no relacionados con la Guerra Civil que influyeron en la conformación del Grupo Orígenes, véase mi artículo “El Grupo Orígenes y España” en *Cuadernos Hispanoamericanos* 513 (1993): 31-48.

de la obra poética de los origenistas dentro del contexto histórico y cultural cubano, “La Cuba secreta”, publicado en *Orígenes* en 1948. Afín a los propios enfoques de Lezama y Vitier sobre el grupo, Zambrano afirma allí que en los diez poetas origenistas se puede encontrar la historia secreta de una nación dormida pero a punto de despertar para la *otra* historia desde la poesía: “Despertar poético, decimos, de su íntima sustancia, de lo que ha de ser el soporte, una vez revelado, de la historia y que ha de acompañar al pensamiento como su interna música” (Zambrano, *María*, 1987: 48).

Manuel Altolaguirre, por su parte, constituye otra de las importantes figuras del exilio español que entra en contacto con el Grupo Orígenes después de Jiménez y Zambrano. Al legado de dignidad poética y moral de Jiménez y de sencilla gravedad intelectual de Zambrano sobre el grupo, Altolaguirre añadirá ahora su experiencia como aglutinador de escritores y como editor de libros y revistas de su generación. Llegaba él a Cuba con cierto reconocimiento como poeta y editor de importantes libros y revistas literarias en su país. Estas últimas, en particular, habían ayudado a agrupar y a difundir a la Generación del 27, muchos de cuyos integrantes eran amigos personales suyos. La labor generacional de Altolaguirre en la España anterior a la Guerra Civil parece ser similar a la que tendrá Lezama en la Cuba posmachadista, en especial si tenemos en cuenta las siguientes observaciones de James Valender: “nadie podía hablar con más autoridad de la Generación del 27 que el propio Altolaguirre. Si el grupo existía como tal, esto se debía en gran medida a los esfuerzos que él había hecho, primero en colaboración con Emilio Prados y después ayudado por su esposa Concha Méndez, por difundir la obra de sus amigos. Fueron especialmente importantes en este sentido las diferentes revistas editadas por él: primero *Litoral* (1926-1929) y luego *Poesía* (1930-1931), *Héroe* (1932-1933), *1616* (1934-1935) y *Caballo Verde para la Poesía* (1935-1936). Los demás poetas podían de vez en cuando dirigir sus propias revistas; y, por supuesto, podían colaborar en otras publicaciones de la época, en *La Gaceta Literaria*, por ejemplo, o en *Revista de Occidente*. Pero lo que hizo de todos estos un grupo con una identidad propia fue, más que nada, el trabajo editorial de Altolaguirre” (en Altolaguirre, 1986: 9).

Así como se habla del Grupo Orígenes para referirse a los escritores cubanos que giran en torno a Lezama y a la revista homóloga que este funda más adelante con Rodríguez Feo, la Generación del 27, según Valender, también se denominaba a veces el Grupo de *Litoral* en reconocimiento a la labor de aglutinación generacional de Altolaguirre. Él y su esposa, la poeta Concha Méndez, también exiliada en La Habana, habían sido los editores no solo de muchos poemarios clave de la Generación del 27, sino también de algunos de los libros aparecidos con motivo del Segundo Congreso Internacional de Escritores y Artistas

Antifascistas por la Defensa de la Cultura, celebrado en Madrid y Valencia en el verano de 1937; a saber, *Bajo tu clara sombra y otros poemas sobre España*, de Paz, *Momento español*, de Juan Marinello, *España: Poema en cuatro angustias y una esperanza*, de Nicolás Guillén, y la antología *Poetas en la España leal*.³ Mediante esta asociación con Altolaguirre, los origenistas manifestaban, implícitamente, su posición antifascista.

Además de ser amigo de muchos escritores españoles de su generación, Altolaguirre tenía amistad con Picasso, el escritor inglés Stephen Spender, el uruguayo de habla francesa Jules Supervielle y el francés Paul Eluard. De todos ellos hay colaboraciones en las revistas del Grupo Orígenes, aunque por falta de documentación al respecto resulta difícil saber si algunas de ellas se debieron a la intermediación de Altolaguirre. Documentados están, sin embargo, su efímero ingreso en el Consejo de Redacción de *Espuela de Plata* (del segundo al cuarto número) y el eventual traslado en 1939 de la impresión de esta revista (a partir de su tercer número) de los talleres de Úcar, García y Cía. a la imprenta habanera de Altolaguirre llamada La Verónica. Posteriormente, durante la transitoria escisión interna del grupo (1941-1944), Altolaguirre parece seguir manteniendo relaciones con los origenistas (Baquero, Vitier, Diego y Rodríguez Santos, entre otros) que fundaron la siguiente revista origenista, *Clavileño* (1942-1943).

La estancia de Altolaguirre y Méndez en la Isla (1939-1943) y su experiencia editorial significaron, sin dudas, un estímulo y enriquecimiento para la entonces incipiente gestión editorial (revistas y libros) del Grupo Orígenes, la cual debe también muchos de sus logros a la excelente labor del maestro impresor español Fernando García Mora al frente de su imprenta Úcar, García y Cía., cuna de la gran mayoría de las revistas, libros y catálogos de exhibiciones plásticas del grupo. En su homenaje a “Don Fernando, el impresor”, Lezama afirma que el trabajo de impresión del español desterrado, quien muere en 1957, “podía ser considerado un acto de cultura”, “un momento brillante de predominio del gusto sobre la técnica, del esfuerzo en el taller sobre el causalismo de la fábrica” (Lezama Lima, 1975: 593).

Significación del acercamiento a España

Como en *Verbum*, es notoria la presencia de España, recién salida de la Guerra Civil, en la revista *Espuela de Plata*: en esta aparecen colaboraciones de Jiménez, Zambrano, Altolaguirre, Méndez, Luis Cernuda, Jorge Guillén, Pedro

3. Dichos ejemplos y los restantes mencionados en este trabajo corroboran la afirmación de Rafael Rosa Hagemeyer de que la Guerra Civil movilizó no solo a las fuerzas internas de España, sino también a “pessoas no mundo inteiro” que se identificaban, particularmente en el caso de los origenistas, con la defensa de la democracia (Hagemeyer, 2016: 149).

Salinas y José Ferrater Mora, todos ellos exiliados en el hemisferio americano y varios de ellos de paso por La Habana. Estas colaboraciones de españoles contemporáneos le transfieren a *Espuela de Plata* parte del prestigio que muchos de ellos habían alcanzado ya en su país de origen. También está presente España a través de artículos sobre figuras de la literatura peninsular, tales como el propio Jiménez, Ramón del Valle Inclán y los republicanos Antonio Machado y Miguel Hernández. Dichos artículos constituían una forma de homenaje y reconocimiento del grupo a esos autores. Dentro de la resuelta tensión entre lo nacional y lo universal mostrada por la revista, esta preponderante órbita española en ella era índice de una significativa preferencia y orientación ideológica del grupo, como veremos a continuación.

Según Baquero, los años que siguieron a la Guerra de Independencia contra España en la Isla se caracterizaron, entre otras cosas, por un rechazo a todo lo que fuera el siglo XIX cubano, por ser un siglo colonial marcado por la que consideraban ominosa presencia de la Metrópoli.

“Como hubo un apartamiento político de España, también lo hubo espiritual”, e ingenuamente se creía que “la ruptura de un nexo político implicaba la automática autoctonía de una cultura”, sin comprender aún, afirma el origenista Baquero, que “el espíritu no sabe de instituciones, y que su ambiente propio es la continuidad, la atención y cuidado de las raíces, el enriquecimiento de sus direcciones y caracteres” (Baquero, 1944: 262).

Fue únicamente después de 1927 que la investigación y preocupación por el pasado cubano dejó de ser un mero culto a las glorias nacionales para ser, además y fundamentalmente, una tendencia cultural enfrascada en la búsqueda de un escalón en que apoyarse para ascender, de una “razón de permanencia” que ya los creadores de entonces, agrupados en torno a la *Revista de Avance* (1927-1930), sentían que les faltaba. Por eso afirma Baquero que “[s]i para el ser cívico teníamos sobrado con la lección de los creadores de la patria, el ser cultural, el más auténtico ser del hombre, requería más profundos cimientos, más hondas raíces” (Baquero, 1944: 263). De estas observaciones de Baquero sobre la revaloración y asimilación espiritual del siglo XIX cubano por las nuevas generaciones, se puede extraer un corolario que atañe a España como parte integrante e insoslayable de la identidad nacional: un mayor y más tolerante acercamiento a la sustancia espiritual de la ex Metrópoli les permitiría a los creadores cubanos, en última instancia, un mejor conocimiento de sí mismos.

En la obra individual y colectiva del Grupo Orígenes, Baquero observa el desarrollo de esa “voluntad cultural genuina” que había detectado ya en la *Revista de Avance*. En el nuevo contexto sociopolítico de la frustración posmachadista, dicha voluntad cultural se volvía a plantear, sin embargo, con diferentes perspectivas y propuestas de solución: “La nación había consistido en una

dilución de sus jugos, en un escaparse sus aromas mejores. Se imponía concentrarla en espíritu, en forma, en expresión”, afirma Baquero en 1944 (Baquero, 1944: 264). Por eso el grupo, al dirigirse a los orígenes de la nación, se identifica primero con la España clásica y contemporánea, y después, en *Clavileño*, con el período colonial cubano, fundamentalmente el siglo XIX. Dos factores histórico-sociales contribuyeron a lo primero: la estancia en (o el paso por) la Isla de los exiliados españoles a partir de 1936, como ya hemos visto, y la creciente influencia de los Estados Unidos en la Isla.

Según Oscar Pino Santos, el sistema de dominación imperialista yanqui en Cuba experimentó algunos cambios sustanciales entre 1934 y 1958: “El período semicolonial había llegado a su fin – mayo de 1934: abrogación de la Enmienda Platt— para abrir paso al inicio de un período neocolonial” (Pino Santos, 1973: 52). Cuando Fulgencio Batista, hombre de confianza de Washington, llegó al poder en Cuba en 1940, se agudizó la penetración ideológica del imperialismo estadounidense. Según Oleg Darushenkov, el imperialismo yanqui, “apoyándose en el dominio económico y político en la Isla, aprovechando ampliamente los medios de difusión masiva, el cine, la literatura, etc., (...) aspiraba a subordinar a su influencia la vida espiritual del pueblo” (Darushenkov, 1978: 42).

A pesar de la penetración estadounidense y del carácter dependiente y entreguista de un sector de la oligarquía doméstica hacia los intereses yanquis en la Isla,

“la conciencia nacional antimperialista del pueblo cubano, bien sensibilizada por tres décadas largas de experiencia semicolonial, permanecía, sin duda, latente y receptiva, presta a reaccionar ante cualquier recidiva ostensible del intervencionismo” (Pino Santos, 1973: 53).

Por lo que este nuevo acercamiento a España, auspiciado y llevado a cabo ampliamente por el Grupo Orígenes, tenía, de manera consciente o intuitiva por parte de ellos, además de la función cultural apuntada por Baquero, una función social: significaba una actitud de oposición a la creciente influencia estadounidense en la Isla. Se trataba así de fijar lo hispánico no solo como componente fundamental, entre otros, de una identidad nacional no-anglosajona, sino también como sólido bastión desde donde comenzar a resistir por el espíritu los embates desintegradores de lo nacional provenientes del exterior, pues como afirma Vitier en 1957, Cuba era víctima

“de la más sutilmente corruptora influencia que haya sufrido jamás el mundo Occidental, y digo esto no porque le atribuya una malignidad específica, sino porque lo propio del ingenuo *American way of life* es desustanciar desde la raíz los valores y esencias de todo lo que toca” (Vitier, 1970: 584).

Aunque a fines de la década del treinta e inicios de la del cuarenta no todos los origenistas revelaran tener la misma lucidez de Baquero y Lezama ante los propósitos generacionales del grupo, ello no impidió, sin embargo, que todos ellos se vieran envueltos en una misma obra y misión cultural colectiva. Recordemos que el grupo lo componían escritores, pintores y músicos que no pretendían ser ni ideólogos ni filósofos ni mucho menos políticos, sino creadores que, bajo la égida de Lezama, se nucleaban en torno a una similar dedicación y fidelidad por la literatura y las artes en revistas que, como tales, dialogaban en primera instancia con su contexto inmediato.

En su acercamiento a lo hispánico, *Espuela de Plata* enfatiza entonces el período contemporáneo español y, dentro de este, la España republicana, defensora de los ideales democráticos y representada por las figuras del exilio. El prestigio y la calidad intelectual de aquellos exiliados, así como la conducta personal y los ideales humanistas que representaban, les hacían más factible su presencia en las revistas del grupo, pues era ya preocupación de varios origenistas la fusión en el creador de una práctica artística de calidad universal con una ética profesional y social incorruptibles. Con la presencia de estos exiliados españoles, *Espuela de Plata* tomaba partido, de manera implícita, contra la dictadura franquista (cuyo vocero en Cuba era el poderoso *Diario de la Marina*) y, por extensión, a favor de los ideales democráticos (republicanos) que también estaban en crisis en la Isla.

Esto último se puede inferir de ciertas similitudes que guarda el Grupo Orígenes con los escritores dominicanos que, unos años después, durante la dictadura de Rafael Leónidas Trujillo, se nuclearon en torno a la revista *La Poesía Sorprendida* (1943-1947), la cual mantuvo vínculos con algunos origenistas. Al igual que las revistas origenistas, *La Poesía Sorprendida* simpatizará con los exiliados españoles; y analizando el sentido profundo de dicha simpatía en el contexto político dominicano de entonces, uno de los fundadores sorprendidos, Freddy Gatón Arce, afirma que esta significaba un rechazo “al bando contrario, la tiranía franquista, tan semejante en sus recovecos al trujillato” (en Olivera, 1988: 215). Similar actitud podría observarse, entonces, en la simpatía del Grupo Orígenes por los exiliados republicanos en el contexto político cubano, ya que, aunque se había liquidado la dictadura de Gerardo Machado en 1933, el país atravesaba un período en que los ideales democráticos eran flagrantemente violados debido a factores tales como la presencia (a veces en el poder y otras detrás del poder) de los militares encabezados por Batista y respaldados por el gobierno estadounidense, la corrupción política y administrativa de los diferentes gobiernos y la siempre posible injerencia norteamericana ante algún movimiento social o presidente electo que no logran adecuar a sus intereses.

Curiosamente, el período de formación y madurez del Grupo Orígenes coincide con lo que Hugh Thomas denomina “the age of democracy (1934-1952)” en la historia de Cuba (Thomas, 1971: 689). La fragilidad de dicha democracia se revela, sin embargo, cuando comprobamos que, solamente entre 1933 y 1944 -años iniciales del grupo-, “no fewer than seven presidents were installed in the national palace, each largely following a populist political program” (Ebel, Taras y Cochrane, 1991: 171). Ni gobiernos posteriores más estables, como el del presidente populista Ramón Grau San Martín (1944-1948) y el de Carlos Prío Socarrás (1948-1952), depuesto por un movimiento armado capitaneado por Batista en 1952, lograron satisfacer las esperanzas democráticas del pueblo cubano. Por el contrario, “the patronage, nepotism, and embezzlement which was rife during the Grau government, and in the Prío Socarrás administration that followed, undermined the fragile legitimacy of the Cuban political system” (Ebel, Taras y Cochrane, 1991: 171). Un poema de Diego en aquellos años expresaba ese ambiente de frustrado ideal republicano en la Isla: “Tendrá que ver / cómo mi padre lo decía: / la República. (. . .) / Yo, que no sé / decirlo: la República” (Diego, *Poesía*, 1983: 64-65). Ese ideal republicano que en Cuba constituía un espejismo, vendría a encarnarse, pues, en los españoles recién llegados.

Refiriéndose a Jiménez (pero haciéndolo aquí extensivo al grupo de exiliados españoles), apunta Baeza Flores que en lo íntimo emocional y extraliterario, aquellas prestigiosas figuras del exilio español promovieron, además, “afinidades emocionales en un escenario de largos y múltiples exilios como el caribeño” (Baeza Flores, 1981: 75).

Un acercamiento similar al ocurrido en Cuba está presente en México entre los republicanos españoles desterrados y los integrantes de la revista *Taller* (1938-1941). Paz, director de *Taller* por varios años, ve en el común instrumento de trabajo de todos ellos, la lengua española, una razón más de dicho acercamiento, razón extensiva también a las revistas cubanas: “El ingreso de los jóvenes españoles no fue solo una definición política sino histórica y literaria. Fue un acto de fraternidad pero también una declaración de principios: la verdadera nacionalidad de un escritor es su lengua” (Paz, 1987: 17).

Todas estas circunstancias (culturales, literarias, éticas, sociopolíticas, afectivas y lingüísticas) pertinentes al acercamiento a España en las dos primeras revistas del Grupo Orígenes (a saber, *Verbum* y *Espuela de Plata*) operaban, con mayor o menor conciencia e intuición, en los escritores origenistas durante aquellos años de su conformación como grupo. Y la presencia de los intelectuales españoles desterrados producto de la Guerra Civil en los primeros proyectos origenistas significó para el joven grupo no solo un alto estímulo y guía para la creación y la conducta ciudadana, sino también un importante factor que desde muy temprano los legitimó dentro de la cultura cubana.

Referencias

- ALTOLAGUIRRE, Manuel. *Obras completas*. Tomo I. Ed. e intro. James Valender. Madrid: Istmo, 1986.
- BAEZA FLORES, Alberto. Juan Ramón Jiménez y las Antillas Mayores. En: *Cuadernos Hispanoamericanos* 376-378: (1980) 64-80.
- BAQUERO, Gastón. Tendencias de nuestra literatura. In: *Anuario cultural de Cuba, 1943*. Por Dirección General de Relaciones Culturales del Ministerio de Estado. La Habana: ImprentaÚcar, García, 261-287, 1944.
- _____. Juan Ramón, vivo en el recuerdo. En: *Cuadernos Hispanoamericanos* 376-378 (1981): 81-89.
- BARQUET, Jesús J. *El Grupo Orígenes y la eticidad cubana: Recuento de un proceso*. Dis. Tulane U, New Orleans, 1990. Ann Arbor, MI: University Microfilms International, 1991.
- DARUSHENKOV, Oleg. *Cuba, el camino de la Revolución*. Moscú: Progreso, 1978.
- DÍAZ QUIÑONES, Arcadio. *Cintio Vitier: La memoria integradora*. San Juan: Sin Nombre, 1987.
- DIEGO, Eliseo. *Prosas escogidas*. Ed. Josué Marrero. La Habana: Letras Cubanas, 1983.
- _____. *Poesía*. Ed. Eliana Dávila. La Habana: Letras Cubanas, 1983.
- EBEL, Roland H.; Taras, Raymond; y Cochrane, James D. *Political Culture and Foreign Policy in Latin America. Case Studies from the Circum-Caribbean*. Albany: SUNY, 1991.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. A revolução na Guerra Civil Espanhola. En: Carlos Alberto Sampaio Barbosa, ed. *As revoluções contemporâneas paradigmáticas*. Maringá, Brasil: UEM/PGH/História, 2016. 145-165.
- LÁZARO, Felipe. *Conversación con Gastón Baquero*. Madrid: Betania, 1987.
- LEZAMA LIMA, José. *Obras completas*. Tomo I. Ed. e intro. Cintio Vitier. México: Aguilar, 1975.
- OLIVERA, Otto. Del ideal estético a la alusión patriótica. En: *La Poesía Sorprendida*. "Revista Iberoamericana" 54.142 (1988): 213-227.
- PAZ, Octavio. Antevíspera: *Taller* (1938-1941). En: *Octavio Paz. 3. Literatura Contemporánea*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. 11-34.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

PINO SANTOS, Oscar. Intervencionismo yanqui en Cuba: de Magoon a Batista.
En: *Casa de las Américas* 14.80 (1973): 48-61.

POETA. La Habana, 1941-1942.

THOMAS, Hugh. *Cuba. The Pursuit of Freedom*. New York: Harper & Row, 1971.

VITIER, Cintio, comp. e intro. *Diez poetas cubanos, 1937-1947*. La Habana: Orígenes, 1948.

_____. *Lo cubano en la poesía*. 1958. La Habana: Instituto Cubano del Libro, 1970.

ZAMBRANO, María. *Filosofía y poesía*. 1939. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____. *María Zambrano en "Orígenes"*. Ed. e intro. Eliseo Diego. México: Del Equilibrista, 1987.

Os poetas de "Madre España": Guerra Civil Espanhola e frentismo cultural no Partido Comunista do Chile

Carine Dalmás

O escritor comunista Gerardo Seguel¹ organizou a coletânea de poesias intitulada "Madre España" (1937) com o objetivo de homenagear o poeta espanhol Federico García Lorca assassinado na Espanha no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Os periódicos comunistas chilenos publicados em 1936² deram amplo destaque à vitória da Frente Popular na Espanha (FPE)³ e à guerra civil que assolou o país poucos meses depois⁴.

1. Gerardo Seguel militou ativamente com os quadros culturais do PCCh durante a ditadura de Carlos Ibáñez (1927-1931), quando os comunistas atuavam na clandestinidade e suas reuniões, muitas vezes, eram realizadas na casa do poeta comunista Pablo de Rokha. Nesse período, foi exonerado de seu cargo de professor de ensino básico e, a partir de então, assumiu integralmente a militância comunista ainda na clandestinidade. Integrou a Associação de Escritores e Artistas Revolucionários (AEAR), vinculada ao PCCh, apresentando uma conduta marcada pelo sectarismo. (Vergara, 1974:173 e 195). Em suas memórias, Teitelboim referiu-se a Seguel como escritor esquecido no Chile. (Teitelboim, 2006: 421). Naín Nómez endossou esta constatação ao destacar a escassez de estudos sobre o escritor, afirmando que essa desconsideração teria resultado da tentativa de desenvolver uma obra comprometida politicamente e que não conseguiu evitar o conteúdo panfletário. (Nómez, 2000: 73).
2. As constatações sobre os periódicos comunistas chilenos mencionadas neste texto resultaram da pesquisa de doutorado intitulada "*Frentismo Cultural* em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)" e defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.
3. Nesta reflexão utilizarei a abreviação "FPE" para me referir à coligação Frente Popular, vitoriosa nas eleições espanholas de 1936. A FPE era composta pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), o Partido Comunista da Espanha (PCE), o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), os partidos republicanos *Izquierda Republicana* (IR) de Manuel Azaña e a União Republicana (UR). Os principais representantes do governo foram o presidente Manuel Azaña e Casares Quiroga (chefe de governo). A FPE contou com o apoio eleitoral da ampla maioria das cortes espanholas que demonstraram o descontentamento da sociedade com os rumos sociais e políticos do país após a retomada do poder pela direita unificada. Logo depois da vitória eleitoral, a FPE iniciou arrojadas reformas políticas, tais como: redistribuição de terras improdutivas para camponeses, aumentos salariais, criação do salário-mínimo, reforma fiscal, ampliação do crédito, diminuição dos privilégios clericais, libertação dos presos políticos, igualdade de direitos para as mulheres, campanhas de alfabetização generalizadas. A implementação das reformas deparou-se com graves problemas: sequelas econômicas da crise de 1929, evasão fiscal, fuga de capitais para o

O jornal *Frente Popular* (1936-1940), porta-voz oficial do Partido Comunista do Chile (PCCh) na época, noticiou, regularmente, os ataques e perseguições dos golpistas a artistas, escritores e intelectuais defensores do governo republicano até o desfecho final do conflito. O caderno "Arte y Literatura", dirigido por Seguel, publicou análises sobre a repercussão do episódio na América Latina, na Europa e no movimento comunista internacional, atestando a participação de importantes produtores culturais na resistência republicana e divulgando declarações e homenagens direcionadas aos defensores da República e vítimas da guerra.

Tomo um jornal como documento central no texto, porque a revisão bibliográfica e documental realizada para estudar o desenvolvimento do frentismo cultural nos partidos comunistas do Brasil e do Chile (1935-1948) demonstrou a relevância dos periódicos comunistas para analisar o tema (Dalmás, 2012). O *Frente Popular*, em particular, atestou a existência do esforço político dos comunistas chilenos para orientar as produções literárias, particularmente, a poesia, e forma como as concepções e projetos relacionados a esse campo revelavam transformações na atuação cultural do PCCh após adoção da estratégia da frente popular⁵.

estrangeiro e hostilidade dos bancos internacionais. As dificuldades econômicas intensificaram tensões sociais e culminaram numa intensa crise política entre governistas e setores de oposição que defendiam interesses da monarquia, da Igreja Católica e do Exército. (Cerqueira, 2005: 19-20).

4. A guerra civil espanhola resultou da reação do governo da FPE a uma tentativa de golpe militar que ocorreu em 17 de julho de 1936. O grupo golpista era formado por facções do exército, monarquistas e a organização de extrema-direita denominada de Falange, com o apoio dos principais setores econômicos da sociedade (oligarquias rural, industrial e financeira; a Igreja Católica; os conservadores, além do suporte internacional oferecido pelos governos fascista italiano e nazista alemão. A reação republicana contou com a adesão espontânea e significativa de setores populares para impedir a tomada imediata do poder pelos golpistas. A capacidade de resistência dos defensores da República foi surpreendente e contou com o auxílio da União Soviética e de Brigadas Internacionais. A guerra atingiu todo o país e configurou confrontos violentos que se estenderam até 28 de março de 1939, com a tomada de Madrid pelos golpistas sob a liderança do Gal. Francisco Franco. A Guerra Civil na Espanha repercutiu internacionalmente, envolveu e expressou tensões e contradições que contribuíram para a eclosão da Segunda Guerra Mundial poucos tempo depois do seu desfecho. (Cerqueira, 2005: 20-23)
5. O sociólogo chileno José Joaquim Brunner, estudiosos do amplo espectro de desenvolvimento de políticas culturais (Estado, partidos políticos, instituições culturais, etc.) delimitou categorias fundamentais para se pensar a incidências de programas políticos na esfera cultural. Dentre elas, destaco a que o autor denomina de circuitos culturais. Os circuitos culturais constituem o principal lugar e objeto para incidência de políticas culturais, são locais onde ocorrem a produção, a transmissão e a recepção de bens simbólicos e correspondem a espaços e equipamentos culturais (Brunner, 1992: 252-259). Neste texto amplio a utilização dessa ideia para tratar o jornal comunista *Frente Popular* como circuito e produto cultural simultaneamente, ou seja, é um produto que acaba por constituir um circuito cultural, porque seus produtores, colaboradores e leitores formam, em muitos casos, uma determinada sociabilidade. O jornal em questão apresenta abertamente a intenção de se tornar um espaço em que o público se identificasse com o "produto" consumido e quisesse contribuir para sua legitimação no conjunto mais amplo da sociedade chilena.

O livro "Madre España" ganhou destaque no caderno "Arte y Literatura", não apenas por ser uma iniciativa de um dos principais quadros culturais do PCCh na época, mas principalmente porque contou com poesias de vinte autores chilenos ou residentes no Chile reconhecidos nos circuitos literários locais ou internacionais, e um epílogo escrito pela filósofa espanhola María Zambrano⁶.

As vinte poesias que constituem "Madre España" dividem-se entre as seguintes temáticas: homenagens a combatentes e mártires da Guerra Civil espanhola; valorização do sacrifício em benefício do futuro almejado; condenação dos golpistas e seus aliados nazifascistas; e reconhecimento da herança literária da Espanha. Do ponto de vista formal, as poesias seguiram peculiaridades estilísticas de seus autores. Os poetas colaboradores da coletânea foram: Vicente Huidobro, Carlos Préndez Saldías, Pablo de Rokha, Gerardo Seguel, Pablo Neruda, Winett de Rokha, Julio Barrenechea, Blanca Luz Brum, Volodia Teitelboim, Rosamel del Valle, Braulio Arenas, Hernán Cañas, Robinson Gaete, Julio Molina, Eduardo Anguita, Enrique Gómez, Juvencio Valle, Eduardo Molina, Helio Rodríguez e Carlos de Rokha.

Nesta análise não pretendo discutir o potencial literário de "Madre España". Mas ressaltar sua representatividade enquanto expressão do aspecto mobilizador e agregador do frentismo cultural⁷ realizado pelos comunistas chilenos no contexto de formação e campanha eleitoral da coligação Frente Popular no Chile. O elemento mobilizador expressou-se pelo fato da obra materializar a importância política e cultural que a Guerra Civil Espanhola desempenhou entre escritores comunistas chilenos que ganharam destaque ou colaboraram no Frente Popular. O potencial

6. María Zambrano (1904-1991) foi uma filósofa, feminista, republicana que apoiou a FPE. Participou da fundação da Aliança de Intelectuais para Defesa da Cultura e, após o desfecho da Guerra Civil exilou-se no México. Proferiu cursos em Porto Rico e Havana. No final da década de 1940, mudou-se para Paris, voltando para a Espanha apenas após o fim da ditadura franquista. Estes dados biográficos foram consultados na página oficial da Fundação María Zambrano. Disponível em: <https://www.fundacionmariazambrano.org/> Acesso: 15/12/17. Zambrano esteve no Chile quatro meses após o golpe militar de Franco na Espanha, acompanhada seu marido, Alfonso Rodríguez Aldave, que havia sido nomeado secretário da Embaixada espanhola no Chile. Sua estada durou apenas seis meses, mas foi o suficiente para que ela publicizasse na imprensa e por meio de livros autorais, antologias e coletâneas algumas reflexões sobre a Guerra Civil Espanhola e a expansão nazifascista. (Sánchez e Hernández, 2014: 128).

7. Chamo de *frentismo cultural* as intervenções de escritores e da imprensa partidária nos debates nacionais e internacionais sobre a produção literária de uma determinada época, tendo como objetivo difundir propostas que expressavam concepções e intencões políticas e culturais do partido ou de seus quadros culturais. (Dalmás, 2017:198) Esta concepção procura contribuir para a compreensão do papel ocupado pela "questão cultural" e, em particular, pelo debate literário (prosa e poesia) no PCB e no PCCh, a partir de pesquisas baseadas nos periódicos partidários. É importante considerar que na década de 1930 o PCCh não possuía uma política cultural clara e, sendo assim, necessitava da atuação de seus escritores/poetas para intervir nos debates e na produção literária do país.

agregador relaciona-se à capacidade da coletânea para reunir a colaboração de poetas que declaravam suas rivalidades abertamente no meios literários chilenos. Refiro-me, particularmente, a Vicente Huidobro, Pablo de Rokha e Pablo Neruda⁸.

Huidobro colaborou no "Madre España" com a poesia intitulada "Gloria y Sangre"⁹. Seus versos destacaram o valor da experiência dos republicanos espanhóis para realização de mudanças políticas e sociais com potencial de transformação mundial:

Como sangre, España, como sangre
Sangre de la historia devuelta a su cauce de campanas
Sangre de madre, sangre de raíz, herida de semilla
He ahí el futuro
[...]
He ahí el futuro saliendo de su herida
[...]
He ahí España entre abrazos y cánticos y sonido de sangre
Ese dulce sonido del mito que se torna espiga
He ahí la ruta que sube hacia el milagro
He ahí un planeta empujado por hombres hacia el amanecer (Seguel, 1931:6-8).

O poema utiliza-se de ideia de maternidade como metáfora ("sangre de madre") para representar o valor do exemplo presente na experiência da FPE e da resistência republicana na Guerra Civil. Refere-se assim a situações-limite, como a guerra civil, que envolvia violência e dor ("sangre"), mas também esperança,

8. Na década de 1930, Vicente Huidobro, Pablo de Rokha e Pablo Neruda disputavam espaço e preponderância pessoal, literária e política, no estrito ambiente literário chileno. Neruda construiu e usufruiu de uma carreira glamourosa como poeta e diplomata pelo mundo. Huidobro, reconhecido poeta *criacionista*, era conhecido internacionalmente e vivia no Chile, assim como Rokha. Ambos afirmavam-se publicamente como comunistas e colaboravam na imprensa partidária. Rokha fez carreira no Chile, recebeu prêmios nacionais e teve sua trajetória marcada pela rivalidade com Neruda. A gradual aproximação deste com os comunistas, a partir de 1937, culminou no afastamento de Rokha do PCCh. O livro de Faride Zerán intitulado "La Guerrilla Literaria" permite dimensionar a importância dessas disputas no ambiente literário chileno. (Zerán, 2005).

9. O poeta chileno Vicente Huidobro filiou-se ao PCCh no início da década de 1930 e permaneceu até a assinatura do pacto germano-soviético em 1939. Participava dos movimentos de escritores antifascistas europeus e, no período da Guerra Civil, era correspondente/colaborador do *Frente Popular*. Comoveu-se profundamente com a tragédia espanhola e declarou publicamente seu apoio aos republicanos, viajando para Espanha em 1936 logo no início da guerra. Na Europa e no Chile realizou discursos políticos, entrevistas, declarações à imprensa, leituras de poemas, sobre o tema. Sublinhou recorrentemente O sentido antidemocrático do conflito e a necessidade do continente americano posicionar-se pela integridade da República. Em 1937, Huidobro visitou novamente a Espanha para representar o Chile no II Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura (celebrado em Valência, Madrid e Paris, sucessivamente). Ao regressar do evento, continuou manifestando-se publicamente por meio de entrevistas, artigos e poesias. (Morales, 2001)

pois os propósitos da resistência fariam do "sangue" germinar um futuro transformado ("herida de semilla", "... futuro saliendo de su herida"), como a mãe que gera um filho e amplia sua existência.

Na época, Huidobro realizou reflexões que identificavam nos legados literários de poetas republicanos como García Lorca, matrizes fundamentais para uma renovação da produção poética chilena. Esta relação entre gênero literário e as ações combativas dos escritores republicanos na Guerra Civil Espanhola apareceram como pressupostos da atuação política e cultural e constituíram, como veremos, elementos centrais do frentismo cultural dos comunistas incorporados à proposta do livro "Madre España".

Rokha utilizou seis páginas para amaldiçoar os golpistas espanhóis e seus apoiadores com a poesia intitulada "Imprecación a la bestia fascista"¹⁰. Nesta, não economizou termos ofensivos, como pode ser observado nos seus versos finais reproduzidos abaixo:

Cara a cara a la historia, os crucifico:
que aborten, horriblemente, vuestras hijas en los pántanos,
que os estalle hinchada la lengua,
que la maldición proletaria se os enrosque a la garganta ensangrentada, como
una gran víbora,
y vuestros descendientes se averguencen de sus antepasados,
que la tierra, ardiendo, abra la tenaza de sus abismos y os tragus,
despernancándoos,
como a bestias funestas, escarnio de sabandijas y alimañas. (Seguel, 1937:13)

Rokha valeu-se da característica estrutura combativa e indignada de seus versos para condenar atos dos golpistas contra o povo espanhol (representado na FPE). Ao lançar uma "maldição proletária", o poeta reiterou o compromisso político-ideológico com o PCCh e reafirmou a determinação de adequar sua produção poética aos parâmetros da "literatura proletária" soviética.

"Canto a las madres de los milicianos muertos", de Neruda, manifestou as marcas de duas tragédias que marcaram profundamente sua vida e obra: a Guerra

10. Em 1930, Pablo de Rokha era considerado um proeminente defensor do marxismo-leninismo e do stalinismo no Chile. Apoiou a Frente Popular e colaborou na imprensa comunista até o final da década. Militou disciplinadamente no PCCh, mas nunca obteve o reconhecimento almejado. Segundo Marta Vergara: "este mismo hombre de tantos recursos, frente al Partido Comunista ni pedía ni atacaba. Este hombre tan ácido y tan difícil se tornaba en un palomo. Lo arrullaba, le aceptaba sus zigzagueos como el más obligado militante. (...). Seguía jadeante, a cualquier paso, la línea del Comité Central, en condiciones hasta desairadas, porque de los tres grandes es De Rokha, a lo largo de su vida, el menos agraciado por el partido nacional e internacional." (Vergara, 1974: 188) Do ponto de vista literário, procurou adequar sua produção poética ao realismo socialista soviético. A poesia "Imprecación a la bestia fascista" e considerada foi uma tentativa nesse sentido. (Nómez, 2000:73)

Civil Espanhola e a morte de García Lorca¹¹. A estrofe final da poesia expressou a ambivalência de sentidos e sentimentos vivenciados pelo poeta:

Pero
más que la maldición a las hienas sedientas, al estertor bestial
que aúlla desde el África sus patentes inmundas,
más que la cólera, más que el desprecio, más que el llanto,
madres atravesadas por la angustia y la muerte,
mirad el corazón del noble día que nace,
y sabed que vuestros muertos sonríen desde la tierra
levantando los puños sobre el trigo. (Seguel, 1937:20-21)

Neruda dirigiu-se às mães dos jovens mortos na guerra civil, amaldiçoou aqueles que lhe provocaram dor, mas, ao mesmo tempo, lembrou também da esperança semeada pelos atos heroicos de seus filhos mortos. Neste canto, observa-se o nascimento do Neruda "cronista da guerra" que, inspirado e transformado pela tragédia, começava a expressar uma dimensão político-social na poesia e a posicionar-se frente aos temas políticos do momento: ao nazifascismo e ao comunismo soviético (Costa, 2007:95-96).

A possibilidade de reunião de Huidobro, Rokha e Neruda em torno de um projeto comum, como o livro "Madre España", resultou de um frentismo cultural embasado em pressupostos mobilizadores que atingiram produtores culturais de distintas vertentes políticas e estéticas. Nesse caso, a perspectiva antifascista associada à guerra civil tornou-se um eixo fundamental do conteúdo político e cultural veiculado no Frente Popular.

É possível afirmar que, a partir de 1936, Huidobro, Rokha, Neruda e seus seguidores, abandonaram momentaneamente as disputas e a postura sectária dos primeiros anos da década e participaram ativamente num ambiente em que reflexões sobre a relação entre produção literária e revolução desenvolviam-se de maneira produtiva. Segundo Bernardo Subercaseaux, desde o início dos

11. Quando eclodiu a Guerra Civil na Espanha, Pablo Neruda vivia o ápice de sua carreira diplomática. Em 1935, foi nomeado cônsul do Chile em Madrid e ingressou na Associação de Internacional de Escritores Antifascistas. A amizade com o poeta Federico García Lorca contribuiu para sua rápida inserção nos meios literários espanhóis. (Carson, 1973). Em Madrid, dirigiu a revista *Caballo Verde para la poesía*, defendeu uma "poesia sem pureza" e junto a um grupo de amigos literatos apoiou a eleição da FPE. O golpe de estado e a violência da guerra civil, especialmente o fuzilamento de Federico García Lorca, afetaram profundamente sua vida e obra. Neruda tomou partido ao lado dos republicanos o que levou o governo chileno a afastá-lo do cargo ainda em 1936, sob a justificativa de que sua postura contrariava o princípio da neutralidade diplomática. Destituído, Neruda mudou-se para a França e se integrou na organização do II Congresso Internacional de Escritores Antifascistas, realizado em julho de 1937. Em Paris, editou revistas, organizou uma conferência sobre García Lorca junto ao poeta peruano César Vallejos e fundou o Grupo Hispano-Americano de Ajuda à Espanha (Costa, 2007: 93 e 104).

anos 1930 o imaginário da revolução infiltrou-se inclusive nos programas de alguns partidos tradicionalmente de centro, como o Partido Radical e, em meados da década, diversas editoras dedicaram-se a publicar obras sobre a Rússia, a China e, mais tarde, sobre a República Espanhola, alimentando o interesse de artistas e intelectuais chilenos pelo mundo socialista (Subercaseaux, 2008:222-224).

O livro "Madre España" resultou do momento de abertura intelectual que a adesão à política das frentes populares e a repercussão da Guerra Civil Espanhola proporcionou aos escritores comunistas chilenos. Nesta obra a Espanha foi valorizada, por um lado, como a "mãe" do idioma e das tradições literárias fundamentais da cultura chilena. Por outro, era a "mãe" da mudança política, da revolução representada pela Frente Popular.

Guerra Civil Espanhola, Frente Popular e mobilização cultural

O escritor comunista Volodia Teitelboim recordou o impacto da Guerra Civil Espanhola no Frente Popular da seguinte maneira:

Las bombas sobre Madrid resuenan en Santiago. Intuyendo desgracias, aparto un cable de junio del treinta y seis. Lo titulo: ¡Viva la muerte! Millán Astray en la Universidad de Salamanca se lo grita a su rector, Miguel de Unamuno. Es el lema de la Legión Extranjera. En esas estamos. No un viva la vida sino un viva la muerte. [...] España era una emoción diaria. Pocos días después de la sublevación llegó un cable estremecedor: 'Ha sido asesinado García Lorca'. Otra mañana recibo la información del bombardeo de Guernica. (Teitelboim, 2006: 420-423).

Teitelboim era o responsável pela transcrição das mensagens internacionais enviadas para o jornal e sua recordação permite dimensionar a importância cultural atribuída ao acontecimento pelos comunistas. Nas páginas do Frente Popular observamos o desenvolvimento de um frentismo cultural determinado a divulgar opiniões, manifestos e obras literárias preocupadas em denunciar o significado da guerra e a importância do apoio à resistência republicana para preservar a cultura hispânica. Nessa perspectiva, o lugar atribuído à cultura na luta antifascista, o apoio do governo soviético aos republicanos espanhóis e a situação nacional favorável, são elementos fundamentais para compreender a disposição e o potencial de mobilização cultural dos comunistas chilenos.

Na América Latina a relação dos comunistas com os movimentos antifascistas ainda constitui um fenômeno político e cultural pouco estudado¹². Costuma-se afirmar que como a ameaça fascista era pouco expressiva até o início da década

12. Um trabalho recente que esclarece importantes nuances da relação entre comunistas e antifascismo na América Latina é o livro "Palavras como Balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)", de Angela Meirelles Oliveira (2016).

de 1930, o antifascismo no continente converteu-se, sobretudo para os partidos comunistas, em outra maneira de lutar contra o capitalismo. (Groppo, 2007:107). Porém, o avanço do fascismo na Europa e a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, mudou esse quadro. Na França, assim como na Espanha e no Chile, também foi eleito um governo de Frente Popular. Especialmente após a eclosão da Guerra Civil Espanhola, movimentos de escritores, artistas e intelectuais intensificaram sua articulação internacional na luta contra o fascismo.

Para o movimento comunistas internacional, o antifascismo tornou-se uma questão política e cultural relevante quando, diante do apoio de Hitler e Mussolini ao general Franco, a União Soviética tomou partido do governo republicano espanhol. A partir de então, os soviéticos disponibilizaram armamentos e os dirigentes da Internacional Comunista (IC) iniciaram o recrutamento de voluntários em suas secções nacionais para formar as Brigadas Internacionais de apoio à Espanha Republicana. Diferentes escritores, artistas e intelectuais comunistas europeus, latino-americanos, entre outros, integraram-se às brigadas. Distintamente, os governos das democracias europeias, receosas da expansão comunista e do poder alemão, optaram por uma política de neutralidade. Até mesmo a França, governada por uma Frente Popular, assinou com os demais países europeus um Pacto de Não-Intervenção (Cerqueira, 2005: 15).

O enfrentamento determinado dos soviéticos aos nazifascistas, durante os primeiros anos da guerra na Espanha, ampliou o prestígio da União Soviética e do movimento comunista internacional no Ocidente. A batalha contra o general Franco tornou os comunistas sinônimo da luta pela manutenção da liberdade e da cultura na Europa e na América (Hobsbawm, 1989: 264-265).

É importante ressaltar que o tema da "defesa da cultura" foi um dos eixos que unificaram os escritores na luta contra o fascismo internacionalmente, tendo em vista que a ideia de "cultura" era tomada como sinônimo de paz e contraposição à "barbárie" representada pelas ações dos fascistas e nazistas. Exponentes da produção cultural mundial reuniram-se num movimento internacional em defesa da cultura com intensa participação dos militantes dos partidos comunistas.

O sentido cultural da crítica ao fascismo explicitou como esse fenômeno não era apenas a expressão política da extrema direita, mas representava uma ameaça ao futuro de toda a civilização ocidental. Os nazifascistas, ao mesmo tempo em que negavam Marx, o socialismo e o comunismo, também se opunham ao liberalismo de Voltaire e Stuart Mill. Por essa razão, segundo Hobsbawm:

É impossível entender a relutância de homens e mulheres de esquerda em criticar, e muitas vezes até mesmo admitir diante de si mesmos, o que ocorria na URSS naqueles anos, ou o isolamento dos críticos de esquerda da URSS, se não se leva em conta a convicção de que, na luta contra o fascismo, comunismo

e liberalismo estavam combatendo, no sentido mais profundo, pela mesma causa; e isto para não falar do fato mais óbvio, a saber, que um tinha necessidade do outro e que, na situação dos anos 30, o que Stalin fazia, por mais constrangedor que fosse, era assunto dos russos, ao passo que o que Hitler fazia constituía uma ameaça para todos (Hobsbawm, 1989: 265).

A perspectiva política e cultural do antifascismo estava em fase de debate e implementação no PCCh desde o final de 1935, após a aprovação da estratégia das Frentes Populares no VII Congresso da IC¹³. Estabelecia-se um novo horizonte revolucionário para os partidos comunistas que pressupunha a participação no sistema democrático baseada em alianças cada vez mais amplas dos comunistas com outros setores sociais. A nova estratégia transformou profundamente a conduta dos comunistas chilenos no jogo político-institucional nacional e nos debates culturais¹⁴.

Do ponto de vista organizacional, em 1936, o PCCh direcionou seus esforços para a formação da coligação Frente Popular (FP) no Chile¹⁵. Esta opção exigiu mudanças profundas nas suas práticas, levando o partido a matizar discursos e abandonar algumas posições sectárias que marcaram suas intervenções no início da década de 1930.

13. Na *Conferência Latino-americana de Partidos Comunistas* realizada em Moscou, em 1934, os Partidos Comunistas da região foram orientados a iniciar uma política de formação de frentes antifascistas e a abandonar a linha “obreirista” vigente desde 1928. O processo de estruturação da nova política ocorreu ao longo de 1935 e se consolidou em agosto deste ano, no *VII Congresso da Internacional Comunista*.

14. Até 1935, o PCCh orientava sua conduta política e cultural na perspectiva “obreirista” ou “classista”. O “obreirismo” representou o ápice do processo de “bolchevização” vivido pelos partidos comunistas ocidentais e teve duas características principais: o rompimento com a perspectiva de formação de uma frente única e a proletarianização dos partidos comunistas latino-americanos. A “bolchevização”, conhecida ainda como política de “classe contra classe” ou do “terceiro período”, resultou da interpretação stalinista de que o fascismo era a expressão e a última demonstração de força de uma burguesia que agonizava desde a crise de 1929. A IC entendia que os operários ocidentais estavam preparados para a ação revolucionária e buscavam reforçar a identidade de classe dos partidos comunistas afiliados. (Priestland, 2010: 193-194). Nesse período muitos escritores, artistas e intelectuais foram afastados da direção partidária e substituídos por operários para evitar os “desvios burgueses”. Entre 1935 e 1936, a política de alianças adotada pelos partidos comunistas assumiu duas formas: a de “Frente Única” e a de “Frente Popular”. A tática de “Frente Única” remonta aos debates do *III Congresso da IC*, realizado em 1921, e foi adotada efetivamente no PCB e no PCCh no final de 1934. A partir de então, passou-se a questionar o sectarismo e o *putschismo* praticados nos partidos comunistas e a buscar o estabelecimento de alianças com organizações de trabalhadores. O essencial desta política era que os partidos comunistas se constituíssem como forças hegemônicas no seio do proletariado, ganhando a maioria da classe para o seu projeto. No contexto de realização das estratégias da “Frente Única”, os jornais comunistas chilenos atacaram veementemente Neruda, classificando-o como poeta “diplomata-burguês”. Aspectos do *frentismo cultural* realizado nos periódicos comunistas desse período abordei no artigo “Frentismo cultural dos comunistas no Brasil e no Chile: Literatura, escritores e virada aliancista (1935-1936)”, publicado em 2013.

15. Utilizarei a abreviação “FP” toda vez que me referir à Frente Popular do Chile.

A formação da FP encontrava possibilidades político-institucionais profícuas no Chile. O governo de Arturo Alessandri (1932-1938), apesar de ter sido a expressão da retomada do sistema democrático após a ditadura do general Carlos Ibáñez (1927-1931), utilizava indiscriminadamente "faculdades extraordinárias"¹⁶ para governar. O principal alvo das arbitrariedades do governo chileno foram os movimentos sociais que reivindicavam ações governamentais eficazes para enfrentar a crise econômica.

Ciente das condições favoráveis, o Partido Radical (PR) colocou-se como defensor das "liberdades públicas", ampliou sua base política (originalmente constituída por empresários) e passou a incorporar setores médios prejudicados pela crise econômica e favoráveis ao discurso antiliberal. As novas circunstâncias levaram à ruptura com os Liberais, seus tradicionais aliados políticos, e abriram possibilidades para alianças com os partidos de esquerda. Paralelamente, os partidos comunista e socialista do Chile resolveram, momentaneamente, suas diferenças e se dispuseram a enfrentar em conjunto as políticas anti-operárias do governo Alessandri.

O estudo do contexto sociopolítico chileno demonstra a viabilidade do projeto e, assim, contraria interpretações que consideram a formação de frentes populares como resultado direto das determinações da IC sobre os partidos comunistas. Conforme demonstrou Alberto Aggio:

a Frente Popular não nasceu e emergiu no cenário chileno da década de 1930 como uma determinação externa, previamente traçada, e tampouco seu processo de constituição assumiu uma trajetória simples e linear. Ela se formou lentamente, desde os primeiros anos da década, a partir de uma série de iniciativas políticas que propugnavam alianças entre forças políticas genericamente consideradas como defensoras das "liberdades públicas" ou pertencentes à "esquerda", para definir-se, posteriormente, como pacto eleitoral [...]. (Aggio, 1999: 102)

Nas eleições parlamentares de 1937, os socialistas apresentaram um crescimento eleitoral expressivo e, mesmo disputando com os radicais a hegemonia no interior da coligação, contribuíram para o triunfo presidencial do candidato frentista, Pedro Aguirre Cerda, em 1938. (Aggio, 1999: 102-105)¹⁷.

16. As leis de "faculdades extraordinárias" autorizavam o Presidente da República a restringir liberdades individuais em nome de possíveis ameaças ao regime constitucional ou à paz interna. Dentre as medidas previstas num ambiente regido por essas leis inseria-se a possibilidade de aprisionamento de indivíduos em locais que não fossem instituições prisionais estabelecidas. (Huneus, 2008: 39-40).

17. Alberto Aggio apresentou uma síntese sobre a elaboração e as principais propostas do programa de governo da FP. Nas palavras desse autor: "O programa do candidato presidencial da Frente Popular foi elaborado por representantes dos partidos envolvidos na coalizão, com a colaboração da Confederação de Trabalhadores do Chile (CTCH). O texto aprovado pelo Comité Ejecutivo Nacional da Frente Popular foi

Os comunistas significaram uma força menor na FP, mas compreenderam que integrá-la e fomentá-la representava uma oportunidade para ampliar a inserção social e apoio eleitoral do partido. Para isso, arbitram disputas entre socialistas e radicais ressaltando a necessidade de superação da crise econômica e política no Chile e da união das forças progressistas para barrar a expansão nazifascista no mundo¹⁸.

Os comunistas também enfrentaram acusações dos socialistas de que sua filiação à IC contradizia os pressupostos nacionalistas do programa da FP. Em contrapartida, os discursos dos líderes partidários resgataram a história do PCCh, enfatizando a estreita relação de sua origem com o movimento operário chileno¹⁹. De acordo com Alfredo Riquelme, em distintas ocasiões os discursos políticos dos comunistas substituíram a ênfase na perspectiva classista pela apresentação do PCCh como um partido nacional²⁰.

divulgado no dia 14 de abril, um dia antes da abertura dos trabalhos da Convenção. Tratava-se de um texto que procurava responder aos problemas nacionais, com base nos elementos mais consensuais do debate político que se vinha travando já por bastante tempo. A ênfase na resolução destes problemas era marcadamente popular. No plano político, afirmava a defesa da democracia, ao respeito aos direitos individuais e a liberdade de expressão e crença; revogava-se a legislação repressiva. Em relação à vida econômica, o programa postulava o estímulo à produção nacional e a uma distribuição mais equitativa e justa da renda, o controle das empresas estrangeiras, a supressão dos monopólios, uma reforma agrária. No plano social, objetivava o aperfeiçoamento da legislação correspondente, afirmava o direito ao trabalho, com salários razoáveis, o controle dos aluguéis, a construção de moradias para os trabalhadores e uma reforma da saúde pública. Uma das dimensões consideradas fundamentais e que, por isso mesmo, ganhou destaque no programa, foi a educacional, na qual se propugnava por uma reforma da educação no sentido de torná-la função do Estado, propiciando gratuidade ao ensino e um maior acesso à universidade; defendia-se também a criação de institutos e universidades voltadas para o trabalho. Por fim, no plano internacional, o programa da Frente Popular se propunha a defender a paz no continente americano e a soberania do país.” (Aggio, 1999: 111-112).

18. O livro do historiador chileno Pedros Milos (2008) apresenta detalhadamente os acordos e os impasses superados entre PR, Partido Socialista do Chile (PSCh) e PCCh para a formação da FP. Um dos objetivos do livro é demonstrar as diversas e, muitas vezes, questionáveis concessões realizadas pelos comunistas para que a aliança se consolidasse.

19. Diversos textos históricos e historiográficos atestam a estreita relação da origem do PCCh com o movimento operário chileno. Dentre eles destaque: Ramírez Necochea (1984), Loyola e Rojas (2000) e Massardo (2008).

20. O informe do secretário-geral, Carlos Contreras Labarca, proferido numa plenária realizada logo após a vitória eleitoral da FP, explicitou a mudança de enfoque: “el Partido Comunista debe llegar a ser un partido nacional, es decir, que exprese los intereses e ideales de nuestro pueblo, de Chile entero. El sentido nacional de nuestro Partido significa que somos el Partido de los obreros, campesinos, artesanos, y al mismo tiempo luchamos por la industrialización de nuestro país, por la prosperidad de la agricultura, por el desarrollo de la cultura, la ciencia y el arte. LABARCA, Carlos Contreras. Unidad para defender la Victoria. Informe al pleno del Comité Central del Partido Comunista, noviembre de 1938. (Riquelme, 2009: 61)

A tensão entre o fundamento internacionalista dos partidos comunistas e a inserção política nacional marcou profundamente suas trajetórias. Do ponto de vista cultural, a perspectiva nacionalista do programa da FP incorporou-se nas práticas e concepções dos comunistas chilenos recorrentemente associada à valorização do aspecto hispânico da formação cultural do país, pelo menos até 1938²¹. As páginas do Frente Popular registraram essa tendência que se desdobrou na publicação e divulgação do livro "Madre España".

No final de 1936, o caderno "Arte y Literatura" publicou declarações de escritores de diferentes tendências políticas a respeito do tema da solidariedade à Espanha. Ricardo Latcham, Augusto D'Halmar, Mariano Latorre, Huidobro, Rokha, Manuel Rojas, Sepúlveda Leyton, Julio Barrenechea, entre outros, afirmaram para o jornal comunista a defesa incondicional dos republicanos espanhóis e condenaram escritores que se isentavam ou se opunham a tal posicionamento (Frente Popular, 26/09/1936: 3-4).

Na mesma época a Sociedade de Escritores do Chile (SECH) organizou I Congresso de Escritores. Durante a preparação do evento, o Frente Popular realizou entrevistas com organizadores e participantes indagando-os sobre a situação da Espanha e as expectativas relacionadas a possíveis atitudes do governo chileno. Todos declararam solidariedade ao governo republicano, porém houve divergências a respeito da necessidade de intervenções externas no conflito (Frente Popular, 01/12/1936: 7). Manuel Rojas (Presidente da SECH), por exemplo, ao ser indagado sobre qual deveria ser a postura do governo chileno frente a Guerra Civil Espanhola respondeu: "Pedir que los dejen pelear solos, enviar remedios para los heridos y esperar" (Frente Popular, 19/01/1937: 2).

Além de entrevistas, o Frente Popular criou a coluna "No pasarán" para divulgar livros e poesias que homenageavam a resistência dos republicanos. Neste espaço apareceu o "Canto a los milicianos muertos", de Neruda (Frente Popular, 01/12/1936: 9), primeira menção ao poeta encontrada na imprensa comunista depois de duras críticas proferidas contra ele em 1935.

No mês do lançamento do livro "Madre España", o Frente Popular divulgou uma pesquisa de opinião, organizada por Teitelboim, que indagava escritores residentes no Chile a respeito do porquê escreviam e para quem. Segundo o jornal, esperava-se identificar as posições e opiniões dos escritores chilenos sobre as tensões e conflitos internacionais da época (Frente Popular, 27/01/1937:5). Os entrevistados foram Hernández Catá, Domingo Melfi, Pablo de Rokha e

21. A análise do conteúdo dos cadernos e suplementos culturais do *Frente Popular* permitiu-me identificar dois momentos bem demarcados em sua linha editorial: o primeiro, circunscrito ao período de formação e campanha eleitoral da FP, entre maio de 1936 e outubro de 1938. O segundo, caracterizado pelo gradual afastamento do PCCh da coalizão do governo e sua busca por restabelecer a representatividade nos setores operários, entre 1939 e agosto de 1940.

Carlos Préndez Saldías. No encerramento da pesquisa o jornal publicou a tradução de uma entrevista com o escritor antifascista francês Romain Rolland, pautada nos mesmos questionamentos e que havia sido realizada pela revista francesa "Comune" (Frente Popular, 24/02/1937:5).

As entrevistas expressam a correlação entre o sentido integrador e mobilizador do frentismo cultural dos comunistas na mesma iniciativa. Integrador porque, como demonstraremos a partir da análise das posições de Rokha e Préndez Saldías, abarcou posições divergentes sobre o papel do escritor e de sua obra naquele momento histórico. Mobilizador porque reconheceu a importância do envolvimento de escritores de esquerda com diferentes visões sobre a produção literária em ações culturais de denúncia e resistência política como "Madre España".

Teitelboim apresentou Rokha como pioneiro na tentativa de orientar seu ofício pelo compromisso político como as necessidades dos setores populares chilenos (Frente Popular, 11/02/1937:6). Reproduziu uma declaração em que o poeta classificava-se como "operário da técnica artística", "proletariado da cultura" e, portanto, também uma vítima das explorações próprias do sistema social capitalista como qualquer trabalhador. Em outro trecho, Rokha afirmou que colocava seu "ofício a serviço do povo", de acordo com os princípios do materialismo dialético: reconhecia o legado da produção cultural burguesa, mas utilizava-o para representar o potencial revolucionário dos setores populares.

As afirmações atribuídas a Rokha expressam sua concordância e valorização da adequação da criação poética aos paradigmas culturais soviéticos. A definição do escritor como "proletário da cultura" aproximava-se da categoria de "escritor proletário" (autor dos "romances proletários") conforme foi formulado pelos defensores do realismo socialista, parâmetro político-cultural oficializado na União Soviética após o Congresso de Escritores de 1934²².

Dois dias depois, Teitelboim apresentou a entrevista com Préndez Saldías da seguinte maneira:

Teníamos gran interés en interrogar a Préndez Saldías sobre los objetivos de su trabajo literario; sobre todo desde que constatamos que participó en "Madre España" con un poema dedicado a García Lorca, impregnado de un sentido social democrático. No lo creíamos un enemigo de la literatura política y hemos tenido una respuesta - que si no está de acuerdo en todos sus puntos con nuestro modo de pensar - estimamos altamente satisfactoria para los escritores de izquierda (Frente Popular, 13/02/1937:6).

22. No Congresso de Escritores Soviéticos de 1934, reconheceu-se o uso "crítico" da "herança cultural" burguesa para representar as lutas e objetivos do proletariado de maneira coerente com o que se esperava da "cultura soviética". Nessa perspectiva, aos escritores e artistas autorizava-se o uso dos recursos do "realismo burguês" para representar as lutas das populares de maneira heroica, valorizando seu cotidiano e abusando do didatismo.(ROBIN, 1986: 243).

O significado social e democrático atribuído ao ato de colaborar com a coletânea "Madre España" enfatizava a intenção de demonstrar uma mudança de atitude em relação aos escritores que não se alinhavam às concepções literárias valorizadas no PCCh. As declarações de Préndez Saldías reproduzidas no jornal reforçam tal constatação:

No creo que la obra literaria deba ponerse irremediabilmente al servicio de una causa política o social, ni hay razón para que siempre deban confundirse el escritor en su actitud creadora, y el ciudadano de cualquier bando ideológico, que hay en él. Pueden escribirse buenos madrigales a todas las mujeres lindas del mundo y ser, al mismo tiempo, luchador constante y convencido de las ideas políticas de vanguardia, o de las otras.

No concibo, es claro, que en la sensibilidad del escritor, más afinada que la del común de los mortales, no tengan resonancia las miserias del proletariado [ni] las aberraciones del régimen capitalista en que se debate la sociedad moderna. La cultura, que se supone en todo escritor, le obliga a interesarse en la vida política de su país. Cada cual según su ideología, su ética y su nobleza de alma tendrá sus afectos de uno o de otro lado. En esta materia, lo ruin es el equilibrio, tan común entre los escritores de Chile. Contesto así la segunda pregunta: escribo para todos y para nadie. Y separo por completo mi obra literaria de mi fervoroso credo político (Frente Popular, 16/02/1937:6).

O poeta lírico, apresentou posições sobre o papel do escritor e das obras diametralmente opostas às de Rokha. Essencialmente, ele defendia a possibilidade de um escritor posicionar-se em relação às questões do presente e identificar-se com certas concepções político-ideológicas sem, necessariamente, usar sua obra literária para defender e divulgar suas ideias. Observa-se que, por trás destas colocações, havia uma defesa irrestrita da liberdade de criação. Tema que afastou militantes dos partidos comunistas no período da "bolchevização" e durante a vigência da política cultural do realismo socialista.

A abertura do jornal comunista a posições literárias heterogêneas, desde que alinhadas politicamente na sensibilidade aos prejuízos sociais resultantes do sistema capitalista e no combate ao nazifascismo, atestam outros dois aspectos fundamentais do frentismo cultural colocado em prática a partir de 1936: primeiramente, a supremacia da preocupação com o ponto de vista sociopolítico dos escritores, sobre o aspecto estritamente cultural. Em segundo lugar, que a visibilidade atribuída a esta diversidade de posições não significou que os comunistas tenham deixado de insistir na apresentação e legitimação de certas concepções culturais.

Nesse sentido, a reprodução da entrevista de escritor comunista e antifascista francês no encerramento da série realizada por Teitelboim torna-se bastante significativa. Nela Rolland afirmou:

Carine Dalmás

Yo he escrito siempre para los que marchan, pues he estado siempre en marcha y espero no detenerme hasta la muerte. [...]. Y es por esto que estoy con los pueblos y las clases que abren la ruta al río de la humanidad, con las masas de trabajadores proletarios organizados y su Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Ellos son llevados por el impulso irresistible de la evolución histórica y yo obedezco al mismo destino.

¿Por quiénes escribo, entonces? Para los que son la vanguardia del ejército en marcha, para los que libran la gran batalla internacional, cuya victoria debe saludar el establecimiento de la comunidad humana sin fronteras y sin clases. (Frente Popular, 24/02/1937: 6)

O trecho acima afirma a intenção de alinhamento dos comunistas chilenos com as concepções culturais soviéticas. Estas desdobram-se em textos do próprio jornal, como o intitulado "La poesía y el pueblo", em que declarou-se o objetivo de incentivar criações poéticas dirigidas à formação e conscientização dos setores populares sobre o potencial de transformação social do programa político e cultural da FP (Frente Popular, 15/01/1937:5). O objetivo, segundo o texto, era embasar e fomentar a elaboração de "poesias revolucionárias autênticas" a exemplo de poetas (comunistas) consagrados como Bertold Brecht, Rafael Alberti e Louis Aragón:

Me parece que ahora hay que hacer poesía renovadora. Esto quiere decir que los demás poetas, si son poetas, dejen de serlo al no sentir la necesidad de expresarse revolucionariamente en el sentido de la propaganda. Lo que exigimos de ellos es una actitud antifascista concreta porque el fascismo es el enemigo de la cultura y del arte, tanto como de la dignidad humana (Frente Popular, 15/01/1937:5).

O *Frente Popular* assim reiterou pressupostos presentes nas reflexões de Rokha e Rolland sobre o papel do escritor e da literatura: esperava-se que os poetas elaborassem poesias de propaganda, ou seja, de conteúdo antifascista, recorrendo a uma linguagem de fácil compreensão, capaz de se conectar com os setores populares para orientá-los. Esta era a condição esperada de uma poesia que se pretendia revolucionária. O sentido atribuído à obra "Madre Espanha" permite-nos aprofundar essa constatação.

"Madre España", frentismo cultural e revolução social

Em janeiro de 1937, mês de lançamento do livro "Madre España", o jornal *Frente Popular* publicou uma entrevista com Huidobro. Das sete perguntas dirigidas ao poeta, três indagaram-no sobre a Guerra Civil espanhola. A última delas, que encerrou a entrevista, questionou sobre o dever da América com a Espanha naquele contexto. A posição de Huidobro sintetizou concepções centrais para a compreensão das justificativas cultural e política para a organização do livro:

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Ayudarla por todos los medios posibles y de un modo real y efectivo. Pienso que en todos los países de América deberían levantarse legiones para ir a defender al pueblo español. Y nosotros no seríamos allí los grotescos intrusos al estilo de los gorilas fascistas de otras razas y otras lenguas, sino los hijos que devuelven a su madre, al defenderla, una parte de la deuda contraída al empezar la vida. ¡Pronto, pronto, formemos legiones y corramos en ayuda de la madre en peligro!(Frente Popular, 16/01/1937: 2)

Na resposta de Huidobro, a metáfora da maternidade atribuiu centralidade à matriz hispânica da constituição cultural chilena. A Espanha era a "mãe" do idioma, das tradições literárias com arraigo popular e das possibilidades de profundas transformações sociais e políticas representadas pela FP. Nessa perspectiva, sendo o fascismo inimigo da civilização, a destruição realizada pelos golpistas na Guerra Civil Espanhola consistia também numa ameaça à cultura chilena.

No prólogo intitulado "Nuestra deuda con España", Seguel desenvolveu a ideia de que apoiar os republicanos espanhóis era um compromisso irrevogável do Chile, pois os escritores chilenos teriam herdado da Espanha toda uma tradição cultural baseada na relação de troca com os setores populares. Do ponto de vista literário, inseriam-se nessa perspectiva a produção poética dos trovadores medievais (chamados de juglares ou romanceros); poetas e escritores dos séculos XVI e XVII como Garcilaso, Góngora, Cervantes, Lope de Vega; além de contemporâneos como Juan Ramón Jiménez, García Lorca, Rafael Alberti, Pérez Galdós, Valle Inclán, Pérez de Ayala e Bergamín. Para Seguel, o fato de estarem impregnados dessas referências, explicava o envolvimento incondicional de poetas como García Lorca com a defesa dos republicanos na guerra civil:

Tenemos ante nuestros ojos, como ejemplos de magníficas dimensiones, la adhesión política a la causa del pueblo, de todos los altos y profundos valores artísticos, literarios y científicos. Ellos no han intentado siquiera refugiarse en la cómoda butaca de la ambigüedad abstencionista, observando el aso agitado de los acontecimientos: se han precipitado unánimemente a participar en ellos y han contribuido a forjarlos. El mismo día de Julio en que las masas corrían tras las armas y transformaban los fusiles en instrumentos de libertad, Ortega y Gasset, Marañón, Del Río Ortega, Antonio Machado, Menéndez Pidal, Jacinto Benavente y todas las voces más vigorosas del espíritu español, cogían la pluma para enarbolar su voz ante el mundo, guardando las espaldas a su pueblo, reforzando, con su presencia, las trincheras de la democracia y forjando, en el seno de la más áspera guerra civil, el frente de la cultura popular. No pocos de ellos han tomado el fusil y vestido el overall miliciano, y varios de ellos como García Lorca, en nombre de la poesía, y Emiliano Barral, en representación de la escultura, entregaron ya sus vidas, a cambio de la cual reciben para siempre un hermoso capítulo de la Historia. Apenas una que otra personalidad desmantelada por los años ha faltado a esta cita de conciencia y altivez. (Seguel, 1937: 3-4).

Seguel procurou ressaltar a dignidade presente no ato dos escritores, artistas e intelectuais que se entregavam à luta do povo. O assassinato de García Lorca indicava uma ação violenta contra essa matriz cultural combativa e comprometida, portanto, homenageá-lo representava um esforço para preservá-la.

Em seguida, ainda pautado em exemplos da guerra civil, Seguel enfatizou a retribuição popular ao apoio dos escritores, artistas e intelectuais:

Hace apenas pocos días el pueblo ha relevado a los intelectuales de su presencia en la capital, cuando ésta ya afrontaba el más terrible temporal de hierro y fuego de la guerra civil, para que vayan a servir en el frente de la inteligencia, lejos de los cañones, y las bombas fascistas. El pueblo ha comprendido fácil y generosamente, que un miliciano caído puede ser reemplazado por otro más vigoroso, pero que a un hombre de ciencia o un poeta sacrificado, no se les halla el sustituto. Y los ha hecho transportar, en sus más seguros coches blindados y guardados por sus mejores milicianos. (Seguel, 1937: 4)

A atitude descrita no trecho representava uma relação de apoio mútuo entre escritores, artistas e intelectuais republicanos e os setores populares. Na instituição desta ligação encontrava-se a essência da dívida cultural que deveria ser "honrada" pelos chilenos ao manifestarem solidariedade e apoio à luta contra o nazifascismo na Espanha. Além disso, e, talvez, principalmente, era esse o apoio esperado pelos comunistas dos produtores culturais comprometidos com a realização do programa da FP no Chile.

Enquanto no prólogo o escritor comunista enfatizou o sentido cultural do apoio à Espanha, no epílogo²³, dirigindo-se aos poetas que colaboraram no livro, María Zambrano explorou a metáfora da "maternidade" para explicitar o significado revolucionário da violenta batalha que se desenrolava:

Madre del 'nuevo mundo' siempre España. Os sentís ahora alumbrados por ella, renacidos, transformados en descubridores de la nueva época histórica que hemos de cuajar entre todos. Y para que nazca esa nueva época, ese mundo justo, luminoso e infinitamente humano, se quiebra hoy su tierra amarilla, se queman sus finos olivos bajo la metralla, se trastorna su luz y su cielo y vienen abajo las altas torres puestas en pie por voluntades de siglos. [...] Llorad, sí, poetas hermanos sobre su tierra humeante de pólvora, caliente de sangre y helada de cadáveres; llorad por todo eso que desaparece – belleza única e irreconstruible - ametrallado, herido, derrumbado y pisoteado por cascos de caballos africanos y por ciego odio sin entrañas. Una iniquidad sin nombre se ha conjurado sobre nuestra madre España para aniquilar su fecunda maternidad y sustraer al mundo su fruto. No podrán lograrlo porque la realidad histórica tiene algo invulnerable como la vida misma y el pueblo español que encarna hoy el punto más alto – más real – de la historia sabe no retroceder. [...]. Por

23. Este epílogo também foi publicado no Frente Popular: ZAMBRANO, María. A los poetas chilenos de "Madre España". Frente Popular, nº 119, Santiago de Chile 22 de janeiro de 1937. p. 8.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

extraño que parezca, la verdad es que España es una promesa, algo en lo que pesa más la tarea por hacer, que su largo pasado ya hecho y esta verdad hasta ahora sabida por unos pocos, es ahora evidente para todos los que son capaces de entender. [...] [E]l pueblo español [...] constituye hoy en el viejo mundo, el germen poderoso, el renacimiento de un mundo nuevo (Seguel, 1937: 38-39).

A metáfora da maternidade espanhola, anteriormente associada à origem do "novo mundo" (das nações hispano-americanas), foi ressignificada e relacionada à ideia de gestação de uma transformação social profunda no "velho mundo" (Espanha) que, como o conjunto da Europa, encontrava-se ameaçada pela expansão nazifascista. Nessa perspectiva, a exaltação da experiência da FPE, boicotada pelo golpe e ameaçada pela guerra civil, ganhou um sentido revolucionário internacionalista ao gosto dos comunistas: tornou-se exemplo de uma experiência de luta social e cultural capaz de fazer germinar a revolução em outras regiões, como estava acontecendo no Chile.

Zambrano encerrou sua reflexão procurando dimensionar o valor político e cultural da atitude dos poetas chilenos reunidos no "Madre España":

Y es con la poesía y con la palabra, es con la razón creadora y con la inteligencia activa en conjunción con esa sangre que corre a torrentes, como hay que forjar este Renacimiento del pueblo español que traerá un mundo nuevo para todos los pueblos. [...]. Solo el dolor no bastaría porque la pasividad nunca es suficiente, ni tan siquiera la fiera lucha armada; es preciso y más que nunca el ejercicio de la razón y de la razón poética que encuentra en instantáneo descubrimiento lo que la inteligencia desgrana paso a paso en sus elementos. Es necesaria y más que nunca la poesía y por eso es que brota entre vosotros, hermanos chilenos que contribuís así a la lucha de España acompañándola, dándole vuestra voz de amor y de esperanza, de afirmación filial en instantes en que sus entrañas maternas sufren la agonía de la vida creadora (Seguel, 1937: 39).

Para Zambrano, com "Madre España", os poetas chilenos teriam conseguido demonstrar o papel revolucionário da "razão poética"²⁴, ou seja, da habilidade de expressar de forma totalizante o significado revolucionário da combatividade e resistência dos republicanos e de seus apoiadores na Guerra Civil Espanhola.

As reflexões de Seguel e Zambrano conectaram pressupostos comuns que embasaram a proposta do livro e podem ser consideradas expressão de aspectos fundamentais do frentismo cultural dos comunistas chilenos até 1938: relacionaram o significado do popular a certo nacionalismo cultural composto por uma dimensão revolucionária e significado trágico, tendo em vista as referências à

24. De acordo com Sanches e Hernández, o epílogo de "Madre España" constitui um dos primeiros textos em que María Zambrano usou a noção de "razão poética", ideia que marcaria suas reflexões posteriores sobre uma particular síntese entre pensamento e poesia (Sanches e Hernández, 2014: 131).

Guerra Civil Espanhola e, por consequência, ao antifascismo no seu conteúdo. Além disso, endossaram um sentido interpelador do papel do escritor/poeta com frequentes referências à íntima relação entre o Chile e a Espanha²⁵.

Por último, cabe ressaltar que a metáfora da maternidade, utilizada para exaltar a hispanidade dos chilenos, foi comum também em discursos nacionalistas de direita, tanto na Espanha como nos países da América Latina (Chile, inclusive). Portanto, seu uso com sentido oposto, ou seja, da Espanha como "Madre" da revolução comunista, demonstra como no campo dos imaginários sociais, a guerra de imagens adquire importância na luta política e social. O sentido cultural que os escritores chilenos deram à hispanidade, colocou a valorização do contato e do conhecimento do povo no centro da busca por um sentido nacional e revolucionário das produções poéticas que passariam a ser difundidas nos jornais partidários.

Referências

- AGGIO, Alberto. *Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. São Paulo: Annablume, 1999.
- BRUNNER, José Joaquín. *Cultura y Modernidad*. Ciudad de México: Grijalbo, 1992.
- CARSON, Morris E. *Pablo Neruda: regresó el caminante*. (Aspectos sobresalientes en la obra y la vida de Pablo Neruda): Madrid: Plaza Mayor, 1973.
- CERQUEIRA, João. *Arte e literatura na guerra civil de Espanha*. Porto Alegre: Zouk, 2005.
- COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- CUERVO SÁNCHEZ, Antolín e TOLEDO HERNÁNDEZ, Sebastián. *La estancia de María Zambrano en Chile*. Universun. Vol. 29. nº 1. 2014. Universidad de Talca. p. 125 a 137.
- DALMÁS, Carine. *Frentismo Cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos. (1935-1948)*. 234p. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, 2012.

25. Sánchez e Hernández demonstram que temas como: a relação entre nacional e popular, e sua dimensão revolucionária e significado trágico no contexto da Guerra Civil, caracterizaram as inquietações intelectuais de María Zambrano na época. Da mesma forma, observaram sua preocupação com o papel dos intelectuais e o apontamento de estreitas relações entre Espanha e América Latina. (Sánchez e Hernández, 2014: 132).

_____. *Frentismo cultural dos comunistas no Brasil e no Chile: Literatura, escritores e virada aliancista (1935-1936)*. Projeto História, São Paulo, nº 47. Ago., 2013.

_____. Jorge amado, pablo neruda y la conformación del frentismo cultural de los comunistas en América Latina (1939-1945). In: HERRERAS GONZÁLEZ, Patricio. (coord.) *El comunismo en América Latina: Experiências militantes, intelectuales y transnacionales (1917-1955)*. Valparaíso/Chile: Universidad de Valparaíso, 2017. p. 195-240.

GROPPO, Bruno. El antifascismo en la cultura política comunista. In: CONCHEIRO BÓRQUEZ, Elvira; MODONESI, Massimo e CRESPO, Horacio. (coord.). *El comunismo: otras miradas desde América Latina*. México: UNAM, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. Os intelectuais e o antifascismo. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *Historia do Marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. 2ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HUNEEUS, Carlos. *La Guerra Fría chilena. Gabriel González Videla y la Ley Maldita*. Santiago: Random House Mondadori, 2008.

LOYOLA, Manuel. e ROJAS, J. *Por un rojo amanecer. Hacia la historia de los comunistas chilenos*. Santiago de Chile, CENDA, 2000.

MASSARDO, Jaime. *La formación del imaginario político de Luis Emilio Recabarren. Contribución al estudio crítico de la cultura política de las clases subalternas de la sociedad chilena*. Santiago de Chile, LOM Ediciones, 2008.

MILOS, Pedro. *Frente Popular en Chile*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2008.

MORALES, Andrés. *Huidobro em Espanha*. Universidad de Chile. Revista de la Facultad de Filosofía y Humanidades - Universidad de Chile, nº 17, 2001. Disponível em: <https://web.uchile.cl/publicaciones/cyber/17/tx3.html> Acesso em: 10/12/2017

NÓMEZ, Naín. *Antología crítica de la poesía chilena*. Tomo II. Santiago de Chile: LOM, 2000.

_____. *Antología crítica de la poesía chilena*. Tomo III. Santiago de Chile: LOM, 2002.

OLIVEIRA, Angela Meirelles. *Palavras como balas: Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. São Paulo: Alameda, 2016.

PRIESTLAND, David. *Bandera Roja: historia política y cultural del comunismo*. Trad. Juanmari Madariaga. Buenos Aires: Crítica, 2010.

Carine Dalmás

- RAMÍREZ NECOCHEA, Hernán. *Origen y formación del Partido Comunista de Chile. Ensayo de historia política y social de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Progreso, 1984.
- RIQUELME, S. Alfredo. *Rojo atardecer. El comunismo chileno entre dictadura y demcoracia*. Santiago de Chile: DIBAM, 2009.
- ROBIN, Regine. *Le réalisme socialiste: une esthétique impossible*. Paris: Payot, 1986.
- SEGUEL, Gerardo. (coord.). *Madre España*. Santiago de Chile: Panorama, 1937.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. *Editoriales y círculos intelectuales en Chile 1930-1950*. Revista Chilena de Literatura, n° 72, 2008.
- TEITELBOIM, Volodia. *Un muchacho del siglo XX*. Santiago: Editorial Universitaria, 2006.
- VERGARA, Marta. *Memorias de una mujer irreverente*. Santiago de Chile: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1974.

Documentos citados no texto:

- LATCHAM, Ricardo. *Los escritores chilenos y la revolución española*. Frente Popular, Santiago de Chile, 26 de septiembre de 1936. p. 3-4.
- NERUDA, Pablo. *Canto a las madres de los milicianos muertos*. Frente Popular, n° 77, Santiago de Chile 1 de diciembre de 1936. p. 9.
- "Se organizaran 'amigos de España'. Para la ayuda humanitaria al pueblo de la madre patria..." Frente Popular, Santiago de Chile, 1 de diciembre de 1936 p. 7.
- "La misión del escritor chileno". Frente Popular, n° 111, 13 enero de 1937, p. 5.
- "La poesía y el pueblo". Frente Popular, n° 113, Santiago de Chile, 15 de enero, de 1937, p. 5.
- "Siete preguntas a Vicente Huidobro". Frente Popular, n° 114, Santiago de Chile, 16 de enero de 1937. p. 2.
- "Manuel Rojas habla del Congreso de Escritores". Frente Popular, n° 116, Santiago de Chile, 19 de enero de 1937, p. 2.
- "Hernández Catá: Responde". Frente Popular, n° 123. Santiago de Chile, 27 de enero de 1937. p. 5.
- "El escritor actua cuando escribe". Frente Popular, n° 136, Santiago de Chile, 11 de febrero de 1937, p. 6.

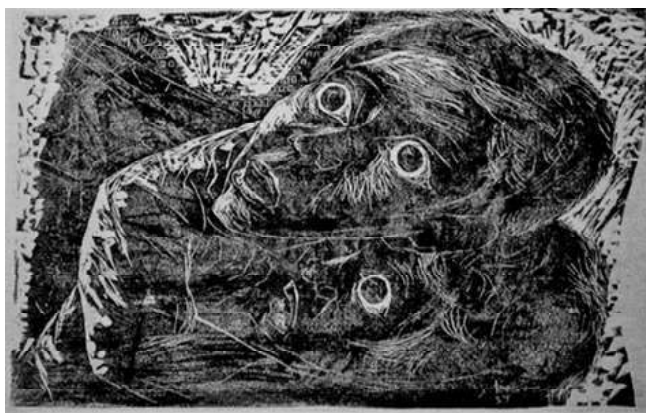
A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

"No concibo que en la sensibilidad del escrito no tengan resonancia las miserias del pueblo". Carlos Prendes Saldías responde a nuestra encuesta. Frente Popular, n° 138, Santiago de Chile, 13 de febrero de 1937. p. 6 .

"Yo escribo siempre para los que marchan, pues he estado siempre en marcha" dice Romain Rolland. Frente Popular, n° 147, Santiago de Chile, 24 de febrero de 1937, p. 5.

Espanhóis na América Latina: refúgio, resistência e arte

Margarida Nepomuceno



Livio Abramo. Medo. Xilogravura, 1936.

O presente trabalho pretende refletir em que medida a Guerra Civil Espanhola e as tensões políticas internacionais decorrentes desse conflito, teriam colaborado para a construção de manifestações culturais e artísticas de apoio à causa republicana na América Latina, para cujos países centenas de refugiados espanhóis dirigiram-se, durante a Guerra e no seu término, após a vitória do franquismo.

Em várias sociedades latino americanas os campos da arte e cultura refletiram o embate de ideias que se verificava no cenário internacional, um verdadeiro confronto entre projetos e ideologias manifestadamente monarquistas, conservadoras e franquistas, de um lado, e reformistas, democráticas e republicanas de outro. Os ecos das movimentações contrárias à guerra e ao nazi-fascismo crescente, no plano internacional, reunindo escritores e artistas revolucionários em congressos mundiais a partir de 1932; o Congresso da Juventude contra a Guerra e o Fascismo, em Paris, 1933; a Aliança de Intelectuais Antifascistas pela Defesa da Cultura, criada na Espanha em 1935, todas essas manifestações circularam entre amplos segmentos da população dos países latino-americanos provocando uma definição política de vários setores no seio das sociedades latino-americanas.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Esses confrontos se manifestavam por meio da produção de embates parlamentares, de editoriais e manifestos publicados em jornais e revistas, através dos posicionamentos de governos, na produção artística de peças de teatro, obras de arte, entre outros caminhos. Alguns trabalhos publicados na presente coletânea discorrem com bastante precisão sobre os diferentes posicionamentos políticos de espanhóis imigrantes já residentes na América Latina desde o século XIX¹ acerca do conflito na Espanha e de governos que se colocavam contra ou a favor dos principais atores da Guerra².

Destacarei nesse estudo a produção artística de espanhóis refugiados que se estabeleceram em países da América Latina e que procuraram adaptar-se à nova vida longe do próprio país criando uma prática de cooperação com a comunidade local formada de literatos, artistas plásticos, arquitetos, dramaturgos, escultores e jornalistas. Busco mostrar, igualmente, o interesse de intelectuais latino americanos, artistas que acompanhavam à distância, através de jornais e de suas redes, a situação na Espanha e que se juntaram na grande campanha internacional de apoio aos republicanos espanhóis, contribuindo com suas obras culturais. Identifico como exemplo o trabalho gráfico do brasileiro Lívio Abramo, em 1937, que se uniu às denúncias públicas e ao inconformismo com a Guerra, produzindo um dos únicos registros artísticos que se tem notícias aqui no Brasil sobre a tragédia na Espanha. Dentre os refugiados espanhóis, centenas eram ligados às artes, à literatura e ao jornalismo, dezenas eram catedráticos e profissionais gráficos. Boa parte não voltou para seu país de origem após o término do conflito, uma vez que estavam expostos à ameaças de prisão e perseguição por parte dos franquistas vitoriosos. Conforme mostram vários estudos, México e Argentina foram os principais destinos dos espanhóis na América Latina.

Cultura, terreno de disputa

É necessário ressaltar, primeiramente, a importância conferida pelos espanhóis à Cultura, sobretudo a partir da instalação da Segunda República, em 14 de abril de 1931, data que marca a vitória dos republicanos. Como parte de um projeto modernizador de implantação das reformas sociais e econômicas no

1. Para o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1904 até 1913, entraram no país 224.672 espanhóis, mais do que italianos (196.521) só ficando atrás dos portugueses (384.672). Após esse período, a entrada de espanhóis no Brasil descreceu chegando a 4.092 de 1934 a 1944, por várias razões. Mais informações sobre a imigração dos espanhóis no Brasil e sobre a posição que assumiram durante a Guerra Civil Espanhola leia nessa coletânea: Esther Gambi Giménez, Juliana Sada e Rodrigo Valente, Ismara Izepe de Souza, Maria Luiza Tucci Carneiro.

2. Ler mais sobre o tema nessa coletânea.

país, o governo republicano dava atenção especial à cultura. Através de programas culturais específicos eram veiculados os projetos e realizações do governo e elaborado um trabalho de educação cultural popular. Esse é um dos pontos que revela o confronto entre os nacionalistas e o governo da Frente Popular. João Cerqueira, historiador português, autor do livro *Arte e Literatura na Guerra Civil Espanhola* aponta muito claramente:

“ (...) enquanto os nacionalistas temem que ela (a cultura) mine os fundamentos de autoridade e a tradição católica espanhola, os republicanos acreditam que o progresso só pode ser alcançado com o livre acesso do povo à cultura e total liberdade de expressão” (Cerqueira, 2005:9).

Como ocorreu na Itália e Alemanha, na Espanha – antes da instalação da Segunda República – durante o governo de Primo de Rivera – os livros eram censurados, queimados e impedidos de serem retirados das bibliotecas. A cultura, para os conservadores nacionais trazia o saudosismo e a pretensão da continuidade do Império, da monarquia teocrática, da hegemonia nacionalista. E para os republicanos, a cultura era mobilizadora de todas as forças vivas da sociedade no esforço único e conjunto para estender o acesso à ampla alfabetização do país, a emancipação do povo, a separação da Igreja do Estado, etc. Ainda segundo Cerqueira:

“ (...) com o apoio de escritores e artistas, (os republicanos) utilizaram-na (a cultura) como arma de guerra, difundindo-a através da imprensa, do rádio e das Brigadas da Cultura, na propaganda pública em festivais populares e no teatro”.(Idem:10).

Do empenho cultural do governo da Frente Popular de orientação democrático-socialista, que deteve a presidência do país de 1931 a 1936, e fragilmente durante os três anos de guerra civil, resultou: a alfabetização de 75 mil soldados, 300 mil civis, a criação de 800 escolas, mil bibliotecas e a inclusão de 60 mil crianças em colônias escolares”. Houve um gigantesco aumento da publicação de livros, instituíram-se salários dignos para os professores e as famílias carentes receberam subsídios para encaminharem os filhos nas escolas, retirando-os dos ambientes nefastos do trabalho. As mulheres adquiriram igualdade jurídica e foram incorporadas à vida pública e às forças militares ou milicianas. Os privilégios do clero que haviam sido eliminados com Manuel Azaña, em 1931, e restaurados durante o Biênio Negro – um retrocesso temporário dos conservadores – voltam a ser cortados com a vitória do governo da Frente Popular, em 1936 (Cf. Cerqueira, 2005).

Os escritores espanhóis contribuíram criando as alianças antifascistas que funcionavam nos centros culturais com bibliotecas, salas de espetáculos, onde

havia exibição de filmes, saraus de poesias, encenação de peças de teatro de Lorca e de Rafael Alberdi, este último, exilado posteriormente ao Chile e Argentina. Ações estas que recebem adesão em massa (Cerqueira, 2005:10).

As revistas político-literárias criadas pelos intelectuais tiveram importância máxima na criação de espaços para a reflexão do pensamento crítico pois circulavam livremente. Dentre elas destaco as revistas *Caballo Verde para la Poesia*, *Cruz y Aura*, *El Mono Azul*, *Octubre* e *Hora de España* (Idem:12). Importante mencionar os jornais populares criados com o intuito de mobilizar grandes massas para as reformas pretendidas e para os problemas que se apresentavam com a aproximação dos conflitos. Publicações essas, que circularam além das fronteiras da Espanha e que por certo chegaram à América Latina.³

A República estava atenta, em alerta. Entretanto, não conseguiu evitar a aliança internacional que se enfileirou ao lado de Franco e dos nacionalistas-falangistas que foram aos poucos, arrasando com cidades, eliminando as principais lideranças, massacrando populações civis e conquistando as principais regiões até então sob o comando dos republicanos. A fuga do cerco, prisões, perseguições e morte levaram, como se sabe, ao desterro de milhares de espanhóis.

Em diversas partes do mundo artistas e intelectuais declararam seu apoio à causa dos republicanos e trocaram seus pinceis ou lápis por armas lutando lado a lado com os espanhóis. Utilizaram seus instrumentos de trabalho para denunciar ao mundo as violências cometidas contra o povo espanhol.

Esse apoio intensifica-se em todo o mundo, inclusive em países da América Latina, após a execução sumária do poeta Federico Garcia Lorca (19 de agosto de 1936). Nesse momento, os artistas e intelectuais solidários, organizados em associações de escritores posicionaram-se contra o desaparecimento de Lorca e o conflito espanhol.⁴

Da América Latina saíram dezenas de indivíduos para a Espanha, alguns descendentes de imigrantes que viviam na América desde finais do século XIX, e boa parte eram militantes comunistas. Do Brasil, militantes do PCB, ligados à ALN – Aliança Nacional Libertadora – criada em oposição ao governo de Getúlio Vargas, e os anarquistas, juntaram-se as chamadas Brigadas Internacionais, compostas de centenas de outros militantes de países de todos os continentes,

3. Quem faz um detalhado levantamento sobre a atuação de intelectuais e artistas na Espanha desde o início do século XX é o historiador José Álvarez Lopera em “Arte para uma guerra: a atividade artística na Espanha republicana durante a guerra civil”.

4. A revista Ensaíos, segundo Pablo Rocca – um dos autores desta coletânea – foi a publicação pioneira, na América Latina a homenagear Garcia Lorca, logo após seu sumário assassinato, agrupando um conjunto de textos sobre a vida e obra do poeta. Essa revista circulou de 1936 até 1939, no Uruguai.

na luta com os espanhóis. Mencionando novamente o historiador João Cerqueira, de 40 mil brigatistas somente 12 mil voltaram.

Desdobramentos na América Latina

Como esse conflito repercutiu nos países da América Latina no campo da cultura? Em *Artistas Desterrados*, o historiador espanhol Miguel Cabañas Bravo tenta definir algumas características dos refugiados levando em consideração a complexidade da formação cultural de alguns grupos de espanhóis, a origem, a trajetória – do exílio ao retorno – a interação com as sociedades com as quais passam a conviver. Portanto, cada história tem suas especificidades. E justifica:

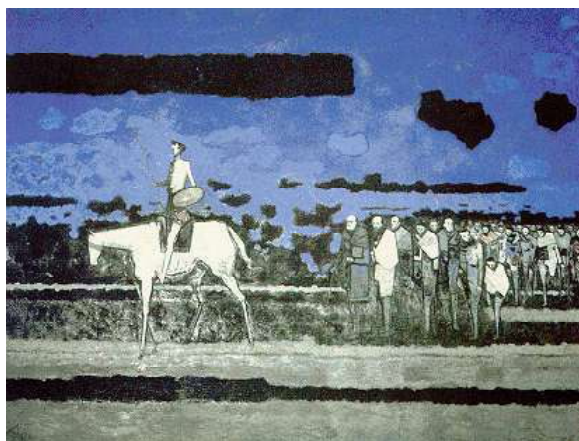
“a dispersão geográfica dos artistas foi ampla e suas atividades criativas, suas conexões e suas trajetórias em cada um dos núcleos de assento ou trânsito foram complexas, diferentes e mutáveis” (Bravo, 2014:10).

Segundo os historiadores mais de 1 milhão de pessoas já haviam deixado a Espanha antes mesmo do final do conflito em 1939. Dirigiram-se principalmente à França, pelo norte da Espanha onde atravessaram os Pirineus concentrando-se nos campos de concentração até tomarem um rumo diferente. Na América Latina, dirigiram-se principalmente ao México, onde o presidente Lázaro Cárdenas fez do Consulado Espanhol daquele país, a sede administrativa do derrotado governo republicano, medida que perdurou até 1946. Cárdenas não reconheceu o governo de Franco e essa atitude impactou os demais países.

A saga de D.Quixote no exílio espanhol do Mexico

Até 1941, o México já havia recebido cerca de 20 mil exilados espanhóis e próximo a 500 eram catedráticos de várias áreas do conhecimento. Nesse momento o México se torna herdeiro de um grande patrimônio cultural espanhol, pois esses professores vão ter uma grande importância no campo do ensino superior, no campo gráfico, literário e artístico do país. O SERE - Serviço de Emigração de Refugiados Espanhóis com a ajuda de associações culturais e de intelectuais, ajudou no traslado de espanhóis ao México. O próprio governo republicano espanhol, sentindo a proximidade da derrota, enviou grande quantidade de reforço em dinheiro ao México para que o país abrigasse os espanhóis. Criou-se a Casa de España, no México, transformada depois em Escola de México, onde eminentes artistas e arquitetos espanhóis, alguns já no exercício da profissão desde a Espanha, deram continuidade à tradição do país de origem.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina



Antonio Rodríguez Luna. “Don Quijote en el exilio”, mural em tela, técnica mista, 200 X 350, 1973. Museu Iconográfico del Quijote. Guanajuato, México.

Nesse país destaca a presença do pintor espanhol Antonio Rodríguez Luna, exilado no México de 1939 até bem próximo aos anos 70, quando regressou à terra natal, em Córdoba. Luna nasceu em Montoro, na Espanha, em 1910, e viveu no México 46 anos, só retornando em 1985. Já era artista consagrado na Espanha, conhecido de grandes artistas como Picasso. No México, elaborou uma série de desenhos e pinturas, reveladoras do sofrimento dos espanhóis, desde os Pirineus até os campos de concentração da França e intitulou esses trabalhos de “desterrados”, “emigrados”, “caminhantes”, “éxodo”, “exílio de los desplazados y desposeídos”. Pintou uma de suas mais emblemáticas telas, “Don Quijote en el exilio”, um mural de 200cm X 350cm, em técnica mista (óleo, guache) ressaltando um personagem ícone que, segundo os próprios espanhóis, é a expressão mais verdadeira da solidão, do sonho, da errância, da mitologia fundacional do país. Embora já exaustivamente estudada em vários de seus aspectos, essa obra vale a pena ser revista. Oriundo da Escola Surrealista europeia onde figuram nomes como Salvador Dalí e o cineasta Luis Buñel, que exilou-se também no México⁵, Rodríguez Luna já se preocupava em registrar a Guerra Civil Espanhola desde 1936, em telas e gravuras, utilizando uma linguagem de forte impacto visual. Gravou o drama dos refugiados nos campos de concentração da França, mostrando o cotidiano de fome, frio além de mostrar as cenas devastadoras com o morticínio cruel de civis e a destruição de cidades inteiras.

5. Ler nesta coletânea trabalho de Yanet Aguilera sobre a importância do cineasta Luis Buñel no cinema latino-americano.

Alguns trabalhos artísticos de Luna foram produzidos nos campos de concentração na França onde esteve confinado, Argeles-sur-Mer, por exemplo.

Sua trajetória foi vigorosa como artista, como atestam as análises de vários historiadores que se dedicam ao exílio espanhol⁶.

Para Cabañas, Luna “acabara por configurar a imagem mais reveladora e aclamada da associação do cavaleiro andante aos espanhóis exilados” (Cabañas.2014:6).

Don Quijote, tratado pictoricamente como um refugiado, passa a representar com muita potência, esse sofrido deslocamento dos espanhóis para terras longínquas. Essa obra torna-se ícone da saga dos espanhóis desterrados, de seus ideais, seus valores culturais e sua inspiração criativa (Ibid:9).

Na pintura de Luna, Quijote aparece liderando uma caminhada de refugiados dentre os quais alguns intelectuais, artistas, escritores identificados como sendo León Felipe, Antonio Machado, Ramon Gimenez. O quadro encontra-se no Museu Iconográfico de Quijote da Cidade de Guanajuato (Estado de Guanajuato), México⁷. Picasso aparece ao lado de outros artistas de renome da Espanha, como Juan Miró, uma homenagem do museu aos que foram solidários com os refugiados levantando fundos de ajuda, ajudando no seu deslocamento para outros países, etc, desde os primeiros tempos de exílio.

A disposição dos personagens na tela nos mostra o cavaleiro de Luna distante dos demais que vem ao fundo, mas ao contrário do personagem de Cervantes, o cavaleiro não está só. Reúne atrás de si milhares de desesperançosos espanhóis para uma longa e incerta caminhada. A apropriação do cavaleiro fidalgo de Cervantes, aclimatado na trágica situação dos desterrados espanhóis do século XX, acrescenta, ou transfere ao personagem do pintor espanhol a representação da força-simbolo da reconstrução da vida de milhares de espanhóis. Os exilados, ao fundo, podem ser identificados como personagens da vida real, no México. O historiador de arte Rubens Pérez Moreno reconhece a figura emblemática e a importância de Don Quijote para os refugiados espanhóis, bem anterior, inclusive, à pintura de Luna e identifica na narrativa de Don Quijote no exílio:

“(…) um paisaje alargado, desolado, de azules oscuros y grises, em uma ambientación incerta y triste, vemos el Caballero de la triste Figura sobre un escuálido Rocinante con los ojos vendados, vencido, cansado, sin rumbo. Tras él un cortejo de españoles exilados, peregrinos abatidos, con hombros caídos, que miran al suelo. (...) Protagonistas de una aventura quijotesca que en muchos casos no tuvo retorno, pero expresión a su vez del espíritu de libertad y de su universalidad. (Moreno, 2014)

6. Ler mais sobre Antonio Rodriguez Luna em Cabañas Bravo. Refugio de los Artistas Espanholes del Exilio em 1939. 2014. México.

7. Este museu mexicano abriga obras dos espanhóis refugiados que viveram no México.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Cabañas, em seu texto *Los artistas españoles del exilio en Francia*, detalha os artistas espanhóis que viveram em campos de concentração na França e foram aos poucos sendo levados para os países europeus e de outros continentes com ajuda de artistas já fixados na França.

Lívio Abramo: a gravura como registro da dor



Lívio Abramo. Guerra. Xilogravura, 1937

No Século XX, as décadas de vinte e trinta, foram definidoras para os novos rumos da arte brasileira. O cenário internacional e nacional, cujos ecos da revolução russa se fizeram presentes para a articulação das tendências de esquerda, tais como a formação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, e do Partido Socialista, em 1934; seguiram-se as movimentações operário-

Margarida Nepomuceno

anarquistas, em São Paulo; a Semana de Arte Moderna de 22; o golpe de Estado das forças getulistas em 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932, os levantes comunistas em 1935 e em seguida a instalação do estado Novo, em 1937; as reformas de Estado de Getúlio. Todos esses eventos, aliados ao que acontecia no cenário internacional com os avanços do nazismo e fascismo na Europa e as consequentes formações de governos autoritários na América Latina; a deflagração do conflito espanhol de proporções internacionais; e por fim, a eminência da Segunda Guerra Mundial, todos esses episódios enterraram de vez o fazer “desinteressado” da arte, expresso pelo academicismo artístico ainda presente no início do século. Rompe-se uma fronteira passadista pela aliança entre o modernismo e o compromisso social de uma arte que se pretendia livre e autônoma, desde a Semana da Arte Moderna.⁸



Lívio Abramo. Milicianos(esq) e Bombardeio(dir). Xilogravuras, ambas 1936

Lívio Abramo, paulista de Araraquara (1903/São Paulo-1992/Paraguai), neto de anarquista italiano, era um jornalista e artista principiantes nos anos 1920 e 1930. Colaborou como L'Arrotino, O Espaguetto, o Jornal do Partido Comunista, 'Luta de Classes', e ainda, para o 'Homem Livre', um jornal da Frente Antifascista, que reuniu, a partir de 1933, boa parte dos intelectuais paulistas e ativistas políticos.

Fazia desenhos, charges e outros serviços gráficos menores, mas sua ocupação principal, era como jornalista no jornal O Diário da Noite, do grupo Assis Chateaubriand, em São Paulo, onde trabalhou até aposentar-se. Durante um tempo foi ilustrador mas passa a retransmitir os faxes recebidos das agências de notícias internacionais para as editorias correspondentes, ajudando na titulação das matérias.

8. Ler mais sobre esse período em Amaral, Aracy. "Arte para quê?" A Preocupação Social da Arte Brasileira 1930-1970", 2003. Araujo, Olívio Tavares. 2007.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Durante dias, meses e anos seguidos Livio Abramo acompanhou o noticiário da Espanha. Pode entender como um conflito de contornos inicialmente nacionais, ultrapassa suas fronteiras e passa a mobilizar não somente o interesse internacional, com a adesão das forças autoritárias europeias aliadas ao franquismo. Ficava evidente a desvantagem das forças republicanas, agravada pelo Pacto da Não Intervenção firmado pelas potências da Sociedade das Nações. Livio Abramo acompanhou passo a passo essa tragédia pelas agências de notícias que chegavam até os jornais brasileiros e pelos folhetos e folhetins que chegavam pelas mãos da militância política de esquerda da época.



Lívio Abramo. Espanha (esq). Xilogravura e Miliciano (dir). Linóleo, ambas 1937.

E desse momento a primeira série de gravuras do artista-jornalista, elaborada em xilo (madeira) e em linóleo (uma espécie de placa derivada da borracha) e que marcou sua entrada definitiva na arte.

Guerra, Bombardeio, Espanha, Milicianos e Dor, alguns dos títulos das gravuras produzidas pelo impacto da tragédia e derrota dos republicanos. Em entrevista Livio Abramo afirmou para o crítico Olívio Tavares de Araújo “(...) *sentimo-nos todos derrotados e achávamos que iríamos terminar todos perdidos*” (Olívio, 2007:30).

Os trabalhos da série Espanha, os únicos trabalhos artísticos elaborados no Brasil sobre o conflito, foram pouco estudados, mas marcaram o posicionamento do artista de aliar a forma expressiva do claro e escuro provocado pela madeira rasgada ao conteúdo político que definiu a estética do compromisso social e da qualidade artística presente em toda a sua trajetória.

O Brasil queria ser uma Itália ou Alemanha,.. nunca uma Espanha

Um ano após a produção dessas gravuras, o governo brasileiro promove uma grande exposição em comemoração às realizações do Estado Novo. Junto aos pavilhões da exposição, realizada no Rio de Janeiro, o governo construiu um pavilhão específico denominado Exposição anticomunista, para mostrar as ações nessa área. A mostra apresentava cópias de documentos de reuniões realizadas pelas células do Partido Comunista Brasileiro, de documentos pessoais de militantes, do levante fracassado de 1935, e também documentos, jornais e folhetins sobre a Guerra Civil Espanhola.

O Brasil queria demonstrar que as mudanças promovidas desde a Revolução de 30 pelo presidente Getúlio Vargas, não levariam o país na direção tomada pela Espanha, com domínio de um governo de vertente socialista (a Frente Popular) e de “consequente caos”, conforme julgavam setores do governo brasileiro.

Tal era a propaganda anticomunista desferida contra países de governos de esquerda que o embaixador da Espanha no Brasil enviou um memorando em 23 de dezembro de 1938 desqualificando o tratamento do governo brasileiro na exposição ao referir-se à Espanha. O embaixador da Espanha no Brasil envia um ofício ao Ministério das Relações Exteriores criticando e denunciando como não autênticas as informações fornecidas pelo governo brasileiro sobre a guerra Civil Espanhola. Acusa o embaixador, entre várias coisas, que os espanhóis residentes no Brasil e que se organizaram na “Ayuda a la España Republicana”, eram da colônia espanhola, e não poderiam ser definidos como apoiadores dos comunistas. Esclarece o embaixador:

“El Pueblo español, que sufre la prueba más dura de su heroica historia, no merece este trato tan injusto (...). Los esfuerzos titánicos realizados por la república para establecer el orden perturbado por el levantamiento fascista, merecen mas respecto”. (AHDI-RJ, ofício 18009, 23/12/1938:2)

Dias antes, em 20 de dezembro de 1938, em pleno curso da exposição anticomunista, o Ministro do Estado das Relações Externas recebe um memorando (nº 500) dando conta de que o encarregado dos Negócios da Espanha no Brasil denunciava a falsidade das informações do governo brasileiro sobre o governo espanhol solicitando que as informações da Espanha fossem retiradas imediatamente da exposição pois mostravam uma tentativa tendenciosa e organizada para envenenar a opinião pública, atribuindo ao governo espanhol atos infundados de barbárie. (Cf. AHDI-RJ, lata 980. 473/ 501.1). Esse episódio gerou um trânsito intenso de ofícios entre o governo brasileiro e a representação espanhola no Brasil. Também trouxe constrangimentos entre as partes e uma troca intensa de ofícios diplomáticos, ao final dos quais o chanceler brasileiro pede desculpas ao governo espanhol.

Espanhóis na Argentina

Ao contrário do México, o governo conservador argentino de Roberto Ortiz (1938-1940), reconhece em 1939 o governo de Franco e dificulta a entrada de espanhóis em seu solo. Mesmo diante dessa resistência, a Argentina representou o segundo núcleo importante de espanhóis refugiados e de artistas exilados. Concentrou-se nesse país grande número de intelectuais republicanos e pintores da Galícia como Alfonso Rodríguez Castelano, Luis Seoane, Rafael Alberti, Nestor Batrechea, Bernardino Bienabé, Maruja Mallo, e dezenas de outros. Segundo a historiadora brasileira Gabriela Pellegrino, do final dos anos 1930 aos anos 1950, a Argentina constituiu-se no maior centro editorial de língua hispânica no mundo, em parte pelo ingresso dos espanhóis refugiados ao mercado editorial da capital portenha. Muitos foram para o Chile, Venezuela, Perú e Uruguai.

A pesquisa é extensa e contempla cada um dos países citados com suficientes detalhes. Demonstra, sobretudo, que não só esses artistas uniram-se às comunidades artísticas de toda a América Latina, como também contribuíram para o desenvolvimento intelectual e artístico nos países que os acolheram. Muitos criaram periódicos para estabelecer canais de integração com os demais artistas e intelectuais exilados, como as revistas *Litoral*, *España Peregrina*, *Hora de España*. Dedicaram-se ao ensino e à prática das artes gráficas e das artes plásticas, trabalharam com pesquisa folclórica, com crítica literária e de arte, tornaram-se músicos e arquitetos de renome, desenvolveram o teatro fundando companhias e encenando peças, enfim, envolveram-se em diversas atividades culturais. A maioria dos artistas havia participado dos processos de efervescência cultural e modernização nas artes na Espanha, ocorrido especialmente durante a Segunda República, e viram nesses países a possibilidade de refazerem suas vidas e suas atividades ceifadas brutalmente em decorrência da guerra e da derrota das forças democráticas.

Os espanhóis na Argentina eram, desde os tempos dos fluxos migratórios do século XIX, a segunda população estrangeira dentro do país, perdendo somente para os italianos. E foi com muita articulação da sociedade intelectual argentina que os espanhóis puderam entrar e estabelecer-se no país. Muitos continuaram refugiados, mesmo dentro da Argentina, pois não conseguiram a legalização imediata perante as instituições públicas.

De todos os países latino americanos somente México, Chile e República Dominicana se prontificaram a recebê-los. A condição básica determinada pelos governos era de que os refugiados deveriam ter um rendimento para custear as despesas básicas nos primeiros tempos. Dirigiram-se ao México cerca de 35 mil refugiados espanhóis e cerca de 3.500 ao Chile .

Dos Países da América do Sul o país que mais recebeu exilados foi a Argentina e em segundo lugar o Chile, devido a uma manobra política de verdadeiro resgate dos refugiados espanhóis confinados nos campos de concentração da França, pelo poeta e diplomata do governo chileno, Pablo Neruda.

Apresento alguns artistas espanhóis refugiados que se adaptaram ao meio cultura e tiveram condições para desenvolverem trabalhos com demais artistas.

Ao iniciar a guerra civil, a artista espanhola Maruja Malo (1902/Espanha-1995/Espanha) dirigiu-se a Portugal onde foi recebida pela poeta Gabriela Mistral, na época embaixadora do Chile, em Lisboa.

Maruja desde muito cedo se encaixa entre os grupos artísticos espanhóis no período que antecede à Guerra, e já tem uma grande produção de cerâmicas que é toda destruída na Guerra. Pertenceu a mesma geração de Salvador Dalí, Frederico Garcia Lorca, Luiz Buñel, Rafael Alberti. Recebe uma bolsa para Paris e se encontra com René Magritte, de Chirico, Juan Miró e Max Ernest iniciando-se na fase do realismo fantástico, da nova objetividade. Convive com a vanguarda espanhola em Paris e com o construtivista uruguaio Joaquín Torres García, que também já havia vivido na Espanha, e conviveu com a vanguarda europeia nos anos 1920 em Paris. Maruja Malo vai reencontrar-se com Torres García, anos mais tarde, em Montevideu. Sua primeira exposição de arte na Espanha foi produzida por Ortega y Gasset, em 1928.

No período da Guerra, Gabriela Mistral ajuda-a ir a Buenos Aires onde se integrou aos intelectuais da *Asociación de Amigos del Arte* participando dos processos de discussão sobre as novas estéticas na arte. Atuou ao lado do escritor Jorge Luiz Borges na Revista *Sur*. Da Argentina trasladou-se para Montevideu permanecendo naquela cidade por 25 anos. Amiga de Pablo Neruda, Maruja esteve no Chile inúmeras vezes e seus trabalhos em grande parte são inspirados na paisagem (ressignificada) do mar. Nesses países continua a pintar e desenvolver oficinas de arte. Maruja morre após o seu retorno à Espanha, em 1995.

Ativo republicano, o espanhol Gori Munhoz (1906-1978/Argentina) exilou-se na França acabando nos campos de refugiados de Argeles-sur-Mer. Embarcou no Massilla com destino ao Chile, mas permaneceu em Buenos Aires onde deveria ser somente uma parada até chegar ao destino final. Arquiteto, artista plástico, cenógrafo, caricaturista, entrosou-se no meio cultural da capital portenha tomando-se um dos grandes cenógrafos do teatro e cinema argentinos. Incorporou-se no campo editorial ilustrando livros além de produzir pinturas e realizando exposições.

O escultor Eduardo Diaz Yepes: (1910-Espanha-1978/Uruguai) alistou-se como miliciano em defesa da República. Foi preso, encarcerado e perseguido

durante vários anos, mesmo depois de encontrar-se em liberdade. Ao terminar a guerra Yepes sai do país e instala-se na França onde a situação da Segunda Guerra Mundial o impulsiona a sair para a América do Sul. Instala-se em Montevideu e desenvolve sua escultura juntando-se aos intelectuais do Ateneu de Montevideu. Eduardo foi acompanhado pela mulher Olimpia Torres Garcia, filha mais velha de Joaquin Torres-Garcia, também artista, junto da qual faz inúmeras exposições, fazendo parte do movimento de artistas de Montevideu. Sua principal obra é o Monumento Lucha...ou “*en homenagem a los caídos en el Mar!*”. Suas esculturas estão espalhadas por coleções particulares e pela cidade. Apesar de genro de Torres Garcia, não incorporou-se à *Escuela del Sur*, mantendo-se distante do construtivismo de Torres Garcia. Seus filhos tornaram-se também artistas, escultores como o pai, a mãe e o avô famosos.

A teatróloga Margarita Xirgu (1888, Catalã – 1969 Montevideo) atuou desde jovem no teatro, na Espanha, encenando as peças de Lorca. Junto com Lorca participou do ambiente cultural das Missões Pedagógicas que levavam teatro e música aos povoados. Bem antes da Guerra Civil Espanhola esteve pela América do sul e Caribe, visitando Cuba, países como a Argentina, Chile, com a sua companhia de teatro. Em 1936 saiu em excursão pela América Latina, mas não retornou. Federico Garcia Lorca morre neste ano e Margarita Xirgu passa a homenagear pelo resto de seus dias o amigo Lorca.

Exilou-se primeiro na Argentina, onde encenou várias peças de teatro sempre sobre fascismo, Espanha e Lorca. Encena a peça *Cantata a la tumba de Federico Garcia Lorca*, escrita pelo mexicano poeta e diplomata, Alfonso Reis. Encena peças do espanhol Rafael Alberti, que estava na Argentina e todas as peças de Lorca, inclusive *A casa de Bernarda Alba*, publicada postumamente. Interpreta Pirandello, Lope de la Vega, Sheskspeare e vários autores argentinos. Sua companhia de teatro viaja por toda a Argentina e lota os espaços culturais de Buenos Aires. É denunciada como comunista. Vai para o Chile, mas fixa-se em Montevideu onde veio a falecer, em 1969, após exercer papel importante na formação de jovens do teatro. Foi diretora da *Escola de Artes Dramáticas de Montevideu*, vivendo naquela cidade seus últimos 20 anos de vida.

Refugiados espanhóis receita de Trujillo para branquear a população

Desde 1939 até o começo dos anos 1940 chegaram à República Dominicana cerca de 4 mil exilados espanhóis. Pertenciam a variadas categorias profissionais e a associações políticas e sindicais deixando marcas na sociedade dominicana. Segundo Jeanette Miller, historiadora da arte, “os espanhóis, apesar da tragédia que os acometeu, trouxeram otimismo e paixão na defesa de seus princípios contribuindo para o avanço das populações que os acolheu” (Miller, 2010:10. In: Fernández, 2010).

Em relação ao campo das artes nesse país, os espanhóis foram fundamentais para o processo de modernidade nas artes da República Dominicana.

A mostra *Huellas por la mar. Deslumbramiento-Alumbramiento*, realizada em 2010, com 110 obras dos artistas espanhóis naquele país teve como objetivo mostrar e reconhecer o trabalho de artistas espanhóis exilados desde a chegada em novembro de 1939. Puderam ser vistos trabalhos de 16 artistas espanhóis e de seus alunos.

Esta mostra revela o trabalho de jovens estudantes dominicanos que frequentaram a Escola de Bellas Artes, cujas oficinas de gravura, pintura e história da arte estavam a cargo artistas refugiados espanhóis.

A mostra, realizada pelo governo dominicano, foi uma homenagem aos 70 anos da chegada dos exilados espanhóis. O Arquivo Geral da Nação, participou dessa exposição mostrando o acervo fotográfico com a chegada dos espanhóis. Na época, o presidente Leonel Fernández disse que a República Dominicana tinha uma enorme dívida com os republicanos espanhóis e uma obrigação moral de contribuir com a documentação da memória histórica do povo dominicano e do povo español.

No seu artigo *El exilio Republicano Español y sus aportes a la modernidad en el arte dominicano* (Miller, 2010: 161. In Reina Fernández, 2010), os espanhóis exilados levam para Santo Domingo as novas tendências do modernismo europeu, em várias áreas. Afirma a historiadora que: “A modernidade em Santo Domingo surge em contraposição à política reformista nacionalista de Trujillo que governou 30 anos⁸ e que imprimia uma visão falseada e artificial da sociedade”.

A incorporação dos exilados espanhóis na cultura dominicana representou, no dizer da historiadora: “ (...) uma busca do que éramos em realidade, do ponto de vista de raça, geográfico e histórico: criollos, mulatos, negros, país de sol forte, população rural”, ou seja, diferente do que fazia crer a estética do ditador Trujillo, os dominicanos não eram brancos e a paisagem não era romântica nem neoclássica.

Para branquear a população, Trujillo ordenou a matança de 5 mil haitianos que passavam a fronteira estabelecendo-se em Santo Domingo, fixando-se no local, formando família. Trujillo ao trazer os espanhóis tinha 3 motivos: branquear a população; obter mão de obra europeia para o campo e amenizar a opinião internacional sobre as truculências cometidas pelo seu governo, durante o massacre de haitianos em 1937.

Maria Ugarte, espanhola, literata e crítica, além de historiadora, uma das primeiras a chegar em Santo Domingo afirmou que ao chegarem os refugiados espanhóis iriam remover, sacudir a apatia que se encontrava o país produzindo

8. Rafael Leónidas Trujillo Molina governou de 1930 a 1961, quando foi assassinado.

uma explosão cultural, onde projetos e trabalhos de artistas locais põem-se em marcha.

Em seu livro *La huella española en el arte moderno dominicano*, a historiadora reflete que o regime político do governo Trujillo fez com que muitos espanhóis não ficassem, saindo do país em busca de um lugar mais tranquilo pra se viver. Dos 4 mil que chegaram ficaram cerca de 300.

Após 1945, iniciou-se a deportação de espanhóis que segundo o governo não produziam, conforme as expectativas iniciais.

Os artistas que tiveram influência na formação de um campo artístico em Santo Domingo foram, entre muitos, Manolo Pascual (escultor, professor da Escola Nacional de Belas Artes, capitão do Exército Republicano); José Gausaches (pintor e prof. da ENBA - Escola nacional de Belas Artes de Santo Domingo); Eugenio Granel (músico, pintor e professor na ENBA), Fco Rivera Gil (desenhista e muralista) José Vela Zanetti (pintor, professor muralista, que havia estudado com o mexicano muralista Orozco).

Os músicos espanhóis criaram o *Conservatório Musical Nacional*, o primeiro *Teatro Escuela de Arte Nacional*. Dedicaram-se ao jornalismo e à docência. Como catedráticos tiveram grande presença na Universidade de Santo Domingo (fundada em 1538 pela ordem dos Dominicanos). A partir de 1939 houve várias mudanças na universidade e o reitor convocou um professorado espanhol para conferir maior prestígio à Instituição. Entre eles encontravam-se figuras de renome internacional como Vicente Llorens Castillo (historia da literatura espanhola); Constancio de Quirós Pérez (cátedra de criminologia) Javier Malagón Barceló (cátedras de direito romano e de história do direito espanhol e das Índias) e muitos outros que se encarregariam das cátedras de Sociologia, gramáticas latina e espanhola, pedagogia, geografia, matemática. Alguns foram transferidos para a Faculdade de Ciências e Direito e outros para as cátedras de Psicologia e Educação y Didáctica. Cátedras de Literatura e Língua portuguesas. (Cf. Miller:69-70).

Francisco Vera y Fernández de Córdoba, na Espanha, antigo diretor dos Anais da Universidade de Madri foi incorporado à Universidade como professor especial.

Outros professores foram recrutados para compor os quadros da universidade: Lozano, como diretor da Biblioteca; Ricardo Martín, farmacêutico que tinha a seu cargo os laboratórios da faculdade de farmácia quem também deu aulas de química. Além de outros professores e profissionais que foram incorporados aos quadros da universidade.

Esses intelectuais colaboravam nas revistas e anais da Universidade bem como nos periódicos locais e do exterior: *Cuadernos Dominicanos de Cultura*, Boletín

del Archivo General de la Nacion, Revista Jurídica Dominicana, Juventude Universitárias.

Colaboravam em *La Nación* e em *La Opinión*, entre outros. Os caricaturistas refugiados espanhóis também eram chamados a contribuírem nas publicações: Antonio Tony Bernard Gonzalez. Alguns não ficavam muito tempo. Eram despedidos por Trujillo.

Os intelectuais espanhóis foram incorporados às demais áreas culturais do país, uma vez que o governo criou um programa de convencimento de que os espanhóis eram necessários à expansão cultural do país. Eram proferidas palestras sobre história, literatura espanhola, economia e política, com certa frequência, muito embora elas fossem controladas por Trujillo (Miller, 2010:72). Em 1943 criou-se o Club Cultural Desportivo dos Estudantes de Direito, com programas a cargo de professores espanhóis e estudantes com cursos de literatura para estudantes de todas as faculdades.¹⁰

Conclusões

Durante o conflito espanhol, e no longo período que se seguiu após a guerra – com os 40 anos de franquismo – as artes, em suas múltiplas expressões, quer fosse na música, no teatro, nas artes plásticas e na produção de filmes e fotografias, além da literatura, constituíram-se em registros do sofrimento do povo espanhol.

Registraram-se as batalhas, o envolvimento das mulheres e crianças na guerra, e fizeram-se denúncias das milhares de mortes, da violência e massacre dos que ficaram na Espanha e dos que saíram em exílio, após a derrota de 1939, para países distantes.

No Brasil, várias mostras e também debates já foram realizados por instituições que reúnem intelectuais conscientes de seus papéis críticos, de não deixarem no esquecimento tão trágico episódio. Citaria, mais recentemente, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016), Universidade de São Paulo (2016), Instituto Cervantes (SP). Exposição recente na Caixa Econômica Federal, em São Paulo, Brasil, denominada de *A Valise Mexicana*, mostrou a descoberta de negativos de três fotógrafos americanos que estiveram registrando o conflito: Robert Capa e da mulher Gerda Taro (1910-1937) e Seymour (Shim) que além de mostrarem a guerra, mantiveram uma rede de contatos no exterior para ajudar a denunciar as atrocidades da guerra (Catálogo *A Valise Mexicana*, 2016).

10. Ler mais em FERNÁNDEZ, Reina C. Rosario. (org.). *El Exílio Republicano Espanhol em la Sociedad Dominicana*. Seminário Internacional.

Toda essa produção literária e artística, que ainda precisa ser costurada a tudo que foi feito por toda a América Latina, são documentos preciosos aos olhos do que podemos denominar de uma reconstrução histórica não só do conflito e suas causas, mas de todo esse período que é marcado na Espanha pelo início da chamada República Espanhola e derrubada da Monarquia, que culminaria na Guerra Civil de 1936 e o fortalecimentos dos fascismos no mundo. Um período de turbulência histórica que seria seguido pelo triunfo do franquismo, a volta da monarquia e pelo banimento dos resquícios do republicanismo. A América Latina não ficou indiferente a esse processo.

Referências

- ARQUIVOS Diplomáticos. Assunto: *A Guerra Civil Espanhola na Exposição anticomunista do governo Vargas*. AHDI-RJ, lata 980. 473/ 501.1.
- ARAÚJO, Olívio Tavares de. *A gravura de Livio Abramo*. São Paulo. Projeto Ateliê de Gravura/Instituto Tomie Ohtake, 2006.
- BELLESTER, José Maria. El Exilio de los artistas plásticos. In: *El exilio español de 1939*. Vol.V. Madrid, Ed.Taurus, 1976.
- CABAÑAS BRAVO, Miguel. Artistas Transterrados. México, refúgio de los artistas españoles no exílio en 1939. In: *Pinceladas dos raízes, dos tierras, dos esperanzas*. HORTZ, Helena (Org.). p. 3-39.
- CATÁLOGO. *A Valise Mexicana*. Centro Cultural da Caixa Econômica Federal. São Paulo, 2016.
- FERNÁNDEZ, Reina C. Rosario. (org.). *El Exílio Republicano Espanhol en la Sociedad Dominicana*. Seminário Internacional. Academia Dominicana de la Historia Volume LXXXIX. Santo Domingo, março de 2010. Publicação em comemoração aos 70 anos da chegada de espanhóis na República Dominicana.
- GATTAZ, Andrés. Nas trevas do Franquismo. In: *Revista História Viva*. Ano VI, nº 70. São Paulo.
- GINER DE LOS RÍOS, Juan B. Alfonseca. *Incidente del vapor Cuba o los oscuros móviles de una política de inmigración en la Era de Trujillo*. In *El Exílio Republicano Espanhol*.
- LOPERA, José Álvarez. Arte para uma guerra. A Atividade artística na Espanha republicana durante a guerra civil. In: *Revista da Fundação Universitária Espanhola*.

Margarida Nepomuceno

- MARTÍNEZ, Barbara Ortuño. *En busca de un submarino. Crónica a bordo del buque insignia del exilio republicano en Argentina: el Massilia. Cahiers de civilización espagnhole contemporaine. De 1808 au temps présent, 2012.* (<http://ccec.revues.org/4242>).
- MEYHE, José Carlos Sebe Bom . *Apontamentos de fim de século: reflexões sobre a guerra civil espanhola a partir da América Latina.* CLIO. Historia do Nordeste. Número 16, 1906. <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/789/642>.
- MILLER, Jeannette. El exilio republicano español y sus aportes a la modernidade en el arte. In: FERNÁNDEZ, Reina C. Rosario. (org.). *El Exílio Republicano Espanhol em la Sociedade Dominicana.* Seminário Internacional. Academia Dominicana de la Historia Volume LXXXIX. Santo Domingo, março de 2010.
- NEPOMUCENO, Margarida. *A Guerra Civil Espanhola na Visão de Lívio Abramo.* São Paulo. Jornal da USP, ed. 27 de junho a 3 de julho de 2011, p. 13.
- _____. *A criação de uma agência anticomunista no governo Vargas.* Texto apresentado no II Colóquio Internacional sobre Violência Política no século XXI, na Mesa de Debates: “Violência Política no Governo Vargas”, 27-30 de junho de 2017, na Universidade Federal Fluminense. Publicação para a Revista de História. Dossiê Dimensões do Governo Vargas”, no prelo.
- PELEGRINO, Gabriella. *Novos meridianos da produção editorial em castelhano.* VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, p. 386-398, Jul/Dez 2007. Portal da Sielo: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n38/v23n38a09.pdf>
- QUIRÓS, Constâncio Cassá Bernaldo de. Influencia de los refugiados republicanos españoles em la Universidad de Santo Domingo, 1940-1947, p. 67-78. In: FERNÁNDEZ, Reina C. Rosario. (org.). *El Exílio Republicano Espanhol em la Sociedade Dominicana.* Volume LXXXIX. Santo Domingo, março de 2010.
- ROCCA, Pablo. Dos revistas culturales en la guerra civil espanhola: literatura e imaïgenes. In: *Boletiin de A.I.A.P.E. y Ensayos de Montevideo (1936-1939).* Montevidéu. CCE - Centro Cultural de España, 2009.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional. A Comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946).* São Paulo, 2005.
- WEBER, Regina. *Revista História: Questões e Debates*, nº 56, p.137-157, jan/jun 2012. Editora UFPR.

*Un petit con no México*¹

Yanet Aguilera

Luís Buñuel é um dos mais respeitados cineastas do mundo. Exilado da guerra civil espanhola, no México, produziu, neste país, quase a metade de sua filmografia. A sua importância para o cinema de América Latina é inegável. É comum ouvir dizer que Buñuel contribuiu enormemente para retirar o cinema mexicano do conservadorismo nacionalista, no qual estaria submerso. Segundo Acevedo Muñoz, *Los olvidados* constitui um “historical marker of the ‘crisis of the nationalism’ in Mexican cinema” (57. In Medina, 2014, p. 226). Assim, Buñuel teria, para parte da crítica, iniciado a modernização do cinema latino-americano. Tratando-se de um espanhol, este tipo de leitura, que menospreza os cinemas mexicano e latino-americano anteriores ao cineasta, beira a eurocentrismo ou neocolonialismo. De qualquer forma, entre seus fãs não estão apenas os intelectuais europeizados, como o “afrancesado” Octávio Paz², por exemplo. Glauber Rocha também lhe dedicou longas análises entusiasmadas em *Os 12 mandamentos do nosso senhor Buñuel e A moral de um novo Cristo*, em *O século do cinema* (1963/2003). As críticas favoráveis aos filmes de Buñuel feitos no México têm em comum a abordagem de uma relação entre o surrealismo, cinematográfico e literário, e a América Latina.

Octavio Paz, que fez parte da segunda leva do movimento surrealista, é personagem obrigatório para mapear esta ligação, mesmo porque a aproximação com o grupo vanguardista esteve também mediada pela sua amizade com Buñuel (Paranaguá, 2015). No texto que Paz escreveu para defender e apresentar *Los Olvidados*, no festival de Cannes de 1951, vislumbra-se aquilo que é fundamental na relação que sustenta entre o surrealismo, a Espanha e o México. O crítico vê, nesse filme, o enlace da melhor tradição espanhola do humor negro e da pintura com as imagens arquetípicas do povo mexicano. A Goya, Cervantes, Quevedo, Velásquez e Murillo se conectam Posada, Coaticlue, a mãe, o sacrifício e a morte (Paz, 1951). A junção se daria, fundamentalmente, na sequência em que Pedro, uma das crianças de *Los Olvidados*, tem pesadelos depois de ter

1. Luís Buñuel contou a Elena Poniatowska que, ao recusar ser assistente de Jean Cocteau, Jean Epstein teria dito: “Qu’un **petit con** comme vous ose parler comme cela, d’une grande personnalité que celle de Gance...”. (Poniatowska, 1961). Que um pequeno imbecil como você ouse falar assim de uma grande personalidade como Gance... (tradução minha)

2. É assim que Paranaguá nomeia o crítico mexicano (2015).

presenciado e se tornado cúmplice do assassinato de um amigo. Imagens de pessoas e aves, deformadas pelas lentes grande angular, criam uma atmosfera onírica diferente da “transparência” dos outros planos do filme. Essas personagens estranhas e fantasmagóricas, segundo Paz, são imagens arquetípicas dos mexicanos. Como as imagens ameríndias se insinuam na representação do sonho, o fenômeno onírico, cerne do surrealismo, apareceria independente da cultura ocidental. O estranhamento provocado pelas imagens arquetípicas mostraria que o surrealismo é um dado interno às culturas da América pré-colombiana e, portanto, da América pós-colonial. Fora dos esquemas racionalizantes ocidentais, o inconsciente da cultura mexicana, por assim dizer, coincidiria com as propostas surrealistas, chegando até, talvez, amplia-las. De certa forma, esta visão repercutiu a de outros artistas e pensadores da América Latina ligados ao surrealismo, como é o caso de Alejo Carpentier³, entre outros.

Para Glauber Rocha:

Buñuel, no absurdo quadro da realidade do Terceiro Mundo, é a consciência possível: diante da opressão, do policialesco, do obscurantismo e da hipocrisia institucionalizada. Buñuel representa a moral libertária, abertura de caminho, constante processo de rebeldia clarificadora. (Columbianum, 1967, p.189)

O aragonês seria, para o cineasta brasileiro, a possibilidade clara de expressão da realidade da América Latina para além do paternalismo piedoso do colonizador. Buñuel quebraria o espelho eurocêntrico, que apresenta em seu reflexo, tanto para os europeus como para os próprios americanos, uma sociedade miserável, digna de ser assistida. Trata-se de recusar a pieguice do humanismo, aquele que surge com a modernidade, no Renascimento, quando se deu o mau-encontro⁴ dos americanos com os europeus. Para Glauber “O colonizador nos compreende não pela clareza de nosso diálogo, mas pelo sentido humano do próprio colonizador. Uma vez mais o paternalismo é o meio utilizado para a compreensão de uma linguagem de lágrima e de muda dor”. (Columbianum, 1967, p. 435). A América exige outra linguagem, que não replique a imagem de nós mesmos que o colonizador nos impõe, mas que o constranja a exibir o núcleo de sua violência. A brutalidade está invisibilizada pela hipócrita atitude piedosa com que olha o dominador àquele a quem explora. O cineasta espanhol,

3. Não é apenas o movimento surrealista que entusiasma os latino-americanos, mas as convergências que este movimento parece ter com o realismo mágico, o realismo fantástico e o realismo maravilhoso. Ver Carpentier, 1975. Na bibliografia brasileira ver: Schenberg, 1970 e Chiampi, 1980.

4. Mau-encontro, no sentido que Sergio Dominguez lhe deu ao tratar da metafísica indígena, num texto inédito sobre o filme *Serras da Desordem*, de Andrea Tonacci. Para Dominguez, as práticas ritualísticas dos ameríndios, especificamente daqueles que vivem nas terras baixas, estão voltadas para evitar o mau-encontro ou o tropeço com a morte. (Texto inédito) Foi outra coisa, por acaso, o significado da chegada dos europeus para o ameríndio?

para Glauber, tenta quebrar a violência simbólica da hipocrisia ao atacar diretamente a moral cristã que subjaz ao colonialismo.

Entretanto, Buñuel não é uma unanimidade. Ainda bem. Alguns pesquisadores, ligados aos estudos pós-coloniais, colocam na berlinda tanto a pessoa do cineasta como a sua obra. O espanhol Fernando Gabriel Martín põe sob suspeita o papel desempenhado pelo cineasta na América Latina, dada as ligações laborais que Buñuel teve com o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*⁵ (Martín, 2010, In, Medina, 2014, p. 230). Esta instituição promoveu um pan-americanismo para se opor às políticas dos países da América Latina não alinhados aos Estados Unidos, ajudando a desencadear os sangrentos golpes de estados que assolaram o subcontinente na segunda metade do século XX⁶. O peruano Hernán Medina Jiménez acrescenta ao pan-americanismo, promovido pelos Estados Unidos, um pan-hispanismo de teor colonialista, que estava presente em parte dos exilados espanhóis que se refugiaram no México.⁷ Medina também retoma, numa outra direção, a crítica de George Sadoul a *Los Olvidados*, que foi tachada de “stalinista” e, portanto, silenciada⁸. O crítico francês teria dito: “Não gostei nada desse filme, que me parece um retrocesso em relação a *Terra sem pão*. As crianças criminosas estão representadas vivendo num mundo de miséria completamente separado do mundo rico”. Separação e exclusão muito comprometedoras. “Ao não apontar as responsabilidades das classes dominantes, a descrição dessa Corte dos Milagres mexicana está falseada”⁹, conclui Sadoul (In Paranaguá, 2015, p. 159).

5. Oscar Dancigers, produtor de vários dos filmes de Buñuel realizados no México, também estava ligado a esta associação. (Martín, 2010, In, Medina, 2014, p. 231)

6. O pan-americanismo seguia as políticas do Good Neighbor y Goodwill Policy e colocava os valores ocidentais em oposição à esquerda comunista. (Martín, 2010, In, Medina, 2014, p. 230). Segundo Medina, “Quizá Buñuel le dijera a Carlos Fuentes que su trabajo en la OIAA se limitó a ‘desk work, pure Kafka’, pero lo cierto es que su capacidad de intervención fue permanente desde la posición de Asesor y Montador Jefe, en donde si bien no realizó ningún film, sí supervisó las versiones de materiales ya filmados, “[lo] que comprendía tareas como la discusión y selección del material, la traducción y adaptación de textos y diálogos, la grabación de la banda sonora, el montaje final, o en ciertos casos, remontajes de los documentales originales” (Martín 413-14, In Medina, p. 231), confundiendo así la línea divisoria entre crítica cultural, educación y propaganda.

7. Teriam sido mais de 30.000 exilados, entre os quais estava o círculo de Buñuel. O cineasta teria quase sempre trabalhado com seus conterrâneos, apenas incluindo mexicanos por força de uma lei que obrigava a contratar naturais do país. Um bom número dos exilados compartilhava a ideia de valores ocidentais, não mais em oposição à esquerda como o pan-americanismo, mas com uma visão ainda colonial sobre o México. (Medina, 2014, p. 223).

8. George Sadoul se viu obrigado a se retratar quando Vsevolod Pudovkin se manifestou favoravelmente sobre o filme. (In Paranaguá, 2015, p. 159). Glauber Rocha também faz uma referência à imagem de um Buñuel de direita, criticando-a, evidentemente (Rocha, 2003).

9. Numa resenha do semanário comunista Les Lettres Françaises, Sadoul considera o documentário *Tierra sin pan* (Las Hurdes, Espanha, 1933) a obra-prima do cineasta. (In, Paranaguá, 2015, p. 159)

Los Olvidados é central nesse debate e para entendê-lo melhor é necessário expor os principais argumentos da crítica, tanto os favoráveis como os contrários ao filme. Octavio Paz considera que com esta obra se “inicia el segundo y gran período creador de Buñuel” (Paz, 1983). De modo que, poderíamos pensar que Paz está propondo uma relação de mão dupla, reivindicando o papel que o México representaria na obra do cineasta. Glauber, em “A moral do novo Cristo”, considera o filme, junto a *Las Hurdes*, “uma obra de nítido caráter social e político, enfrentando a moral da Igreja e do Estado sem se colocar como moralista” (Glauber, 2003, p. 177). Segundo Medina, “La bibliografía crítica, en general, considera *Los olvidados* (1950) como una película fundacional en el cine latinoamericano, y en especial, como capital cultural mexicano.” (Medina, 2014, p. 251). Hoje, *Los Olvidados* faz parte da “Memória do Mundo” (2003), da UNESCO, e, como afirma Paulo Antônio Paranaguá, é “objeto de exposições monográficas e de livros luxuosos, ilustrados, editados no México e na Espanha”¹⁰. Meio século antes desse sucesso total, houve uma autêntica batalha cultural em torno da fita. Não foi apenas Sadoul que não gostou do filme, no México, teve uma péssima acolhida. Pedro de Urdimalas, mexicano que criou o tom tipicamente mexicano dos diálogos, decidiu retirar seu nome. Atribuiu-se a má vontade com o filme a uma visão retrógrada dos mexicanos endinheirados e conservadores, que diziam que *Los Olvidados* maculava a imagem do México no exterior. Trata-se de um clichê sobre a recepção dos filmes dos anos 1950 e 1960 que traziam um conteúdo social. As classes dominantes da América Latina censuravam esse tipo de obra, ao mesmo tempo que aceitavam tranquilamente, sem remorso, que tal realidade existisse no país. Octavio Paz teria detonado uma batalha campal contra a censura mexicana chamando toda a hoste surrealista para que o filme tivesse uma boa acolhida em Cannes. Buñuel ganhou a palma de ouro como diretor. Depois do sucesso no exterior, o filme foi aceito no México. Haveria um silenciamento da recepção negativa ao relacioná-la exclusivamente com o conservadorismo hipócrita das classes exploradoras mexicanas?

De qualquer forma, a sua institucionalização e monumentalização levantam suspeitas. Como um filme que trata de uma realidade tão dura pode fazer parte de um mercado editorial que dispende altas somas para tornar o objeto, como diz Paranaguá, luxuoso? Hernán Medina abandona a visão comprometedora de obra prima, acima de qualquer problematização. O estudioso peruano sugere

10. SÁNCHEZ Vidal Agustin, FIGUEROA Gabriel, AVIÑA Rafael, MONSIVÁIS Carlos, *Los Olvidados: una película de Luis Buñuel*, Fundación Televisa, México, 2004. PEÑA Ardid Carmen e LAHUERTA Guillén Victor M., *Buñuel 1950 : Los Olvidados*, Instituto de Estudios Turolenses-Gobierno de Aragón-Caja Rural de Teruel, Teruel-Zaragoza, 2007p. (Paranaguá, 2015, p. 158)

que dentro do contexto da indústria mexicana da época do filme há que considerar, além da subvenção estatal, a “ajuda” norte-americana, para não fetichizar as realizações de Buñuel com relação à produção local¹¹. Ainda segundo Medina, é “arbitrario fundamentar una interpretación de la obra cinematográfica de Buñuel sólo con los resultados de una comparación con las políticas de un cine nacional” (Medina, 2014 p. 238). O peruano alia aos dados históricos uma análise detalhada de *Los Olvidados*, com o intuito de mostrar

las premisas de la crítica poscolonial; es decir, una nueva lectura de *Los olvidados* debe reconocer que la representación (y percepción) sobre la alteridad proyecta convenciones y prácticas miméticas desde una tensión entre un sistema colonial y el imperialismo europeo. (Medina, 2014 p.238).

Los Olvidados oblitera, assim como o cinema mexicano da época de ouro, o sujeito indígena representado por “Ojitos”, o menino índio do filme. Segundo Medina:

“Si en la agenda del cine de la ‘Época de oro’ el Estado debía ‘romantizar’ (pero también borrar) al sujeto indígena en favor de un proyecto nacional, aquí [en *Los Olvidados*] la representación de la subalternidad se desarrolla a partir de una “patologización” del discurso social en directa contradicción con el discurso del mestizaje. Despliega la misma tesis y clasifica la alteridad casi a modo de espectáculo etnográfico y contrapunto patológico de Europa. Estas representaciones manifestadas de un ‘pueblo enfermo’ le permiten a Buñuel, por lo tanto, repetir imágenes y estereotipos sobre una alteridad cultural e inferioridad biológica, funcionales a la construcción de una diferencia entre el sujeto subalterno e Estado benefactor” (Medina, 2014 p. 247).

São principalmente duas sequências que sustentam os argumentos de Medina. Primeiro, os agradecimentos do início de *Los Olvidados* ao Estado – representado pela *Secretaria de Educación Pública*, pela *Secretaria de Gobernación* e pela *Escuela Granja* –, atribuindo-lhe o papel de civilizador. Escamoteia-se o poder opressor estatal que permite e fomenta essa realidade miserável. Soma-se ainda à propaganda estatal, a longa sequência (terrível) que mostra a instituição correcional como a possibilidade de regeneração da juventude. De modo que a infância e adolescência pobres e mestiças são criminalizadas, apagando a violência a que foram submetidas historicamente pelo Estado e pela grande imprensa. Assim, o filme de Buñuel estaria impregnado de propaganda estatal, repetindo ou talvez exacerbando o conservadorismo do cinema “nacionalista”

11. Segundo, Medina, “los primeros proyectos de Buñuel en México, como *Gran casino* (1947) y *El gran calavera* (1949), constituyen encargos netamente comerciales para casas productoras como Películas Anáhuac y Ultramar Films S.A. No hace falta indagar mucho para advertir que no fue una casualidad que el productor general de las tres primeras películas de Buñuel fuera Oscar Dancigers” (Medina, 2014, p. 229)

mexicano. Acrescentaria ainda que a obliteração do elemento indígena é prior em *Los Olvidados*, pois vai além de mostra-lo como um sujeito histórico passivo diante da população mestiça do México. O filme é problemático de uma forma mais comprometedora, pois “Ojitos” é abandonado pelo seu pai no mercado, sem explicar o motivo. Independente do abandono ter a pobreza das camadas camponesas do México como fundamento, este gesto supõe que os núcleos comunitários indígenas não existem mais, estão desintegrados. O filme invisibiliza ainda mais a existência dos indígenas e seus movimentos históricos. Assim, é justa a crítica de que o pan-americanismo e pan-hispanismos impregnam os filmes mexicanos de Buñuel, tal como Medina e Martin sustentam.

Entretanto, esta leitura pós-colonial é também questionável, principalmente pela sua posição a respeito do cinema mexicano anterior a Buñuel. O problema não é a crítica justa à subordinação deste cinema a sua agência de fomento, o Estado. A objeção aos estudos de Medina e Martin é pelo fato de assumir a problemática chave comparativa sem questiona-la. Os processos comparativos são uma das heranças mais inabaláveis do colonialismo, pois eles estabeleceram a hierarquia entre colonizadores e colonizados, que reaparece de diversas maneiras e nos lugares mais inesperados, mesmo sendo criticada. Embora não seja explícito, a comparação entre o cinema “nacionalista” mexicano e o cinema de Buñuel feito no México conclui que os dois são ruins. Consequentemente, não apenas o cinema mexicano é ruim, como o cinema de Buñuel, aclamado pelo mundo todo, tornou-se ruim no México. Desenha-se, assim, a imagem da América degradada que faz parte do imaginário europeu e americano desde o século XVIII (Esguerra 2011): não apenas os americanos somos ruins, miseráveis e subdesenvolvidos, mas os europeus que habitam essas terras acabam também contaminados. Além disso, ajuíza-se de maneira preconceituosa o cinema do México e, consequentemente, o da América Latina.

Por outro lado, acho que essas análises pós-coloniais não esgotam o cinema de Buñuel feito no México e se tornam parciais. Elas desconsideram a aguda crítica à modernidade e, concomitantemente ao capitalismo, seu irmão gêmeo, que Buñuel trabalha em *Los Olvidados*. Assim, não compartilho a leitura que Medina faz da primeira sequência de *Los Olvidados*. As cidades dos EUA e da Europa não são apresentadas pelo filme como modelo, do qual a cidade latino-americana é uma versão adaptada. Essa interpretação é uma suposição do crítico. Ao enquadra várias cidades – New York, Paris, Londres e México –, não há, de fato, uma distinção entre elas. Os bolsões da miséria são resultado da própria constituição da cidade moderna. A crítica à modernidade, que se insinua nessa primeira imagens, explicita-se principalmente na sequência em que o cego é agredido pelos jovens. A ação terrível tem como cenário as carcaças de metal

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

de prédios modernos, que são insistentemente enquadrados. A pulsação da avenida *Eje Central* da Cidade do México, assim como as avenidas ou os monumentos apresentados das outras cidades, não representam um modelo positivo. A fusão da imagem da rua movimentada do mercado e dos prédios abandonados é bastante eloquente nesse sentido. A “favela” e as ruínas não são uma excrescência da cidade, mas seu reflexo, a imagem que o espelho lhe devolve. O espaço urbano moderno é o lugar do abandono e dos desencontros, ou melhor, dos maus encontros. A cidade do México e seus bolsões de miséria não representam uma modernidade conservadora, são exemplos do que está invisibilizado nos outros espaços urbanos.



Outra questão importante da relação de Buñuel com o cinema mexicano é a condenação do melodrama, um dos gêneros mais importante do cinema da América Latina. O aragonês adotou o melodrama na maior parte da sua filmografia realizada no México. A crítica lê esta opção, em geral, como uma concessão ao público mexicano. O tom de rebaixamento da plateia latino-americana com relação à europeia nunca se manifesta explicitamente, mas é o pressuposto que comanda este tipo de leitura. Para não cair neste involucro preconceituoso é necessário pensar em duas questões. Primeiro, é óbvio que o melodrama não é um gênero menor ou necessariamente conservador. Embora hoje não se possa simplesmente condenar uma manifestação cultural tão ampla como foi o melodrama, ainda se sustenta que o melodrama latino-americano é pior que o hollywoodiano pela exacerbação do sentimentalismo. Ainda bem que este tipo de abordagem vem sendo questionado desde a década de 1990.

Um exemplo é *Melodrama: Cinema de Lágrima da América Latina*, de Silvia Oroz (1990). O contínuo rebaixamento de nosso cinema tem como origem, além do neocolonialismo internalizado, uma disputa mercadológica. Os filmes mexicanos dominaram durante um bom tempo o mercado da América Latina, é esta lembrança que se gostaria de apagar.

Condenar isto ou aquilo, não leva a nada. O melodrama é uma forma que – do seu modo – exerce um tipo de pressão sobre a vida social. O mérito dos primeiros estudos culturais foi enxergar em manifestações de origem popular – neste caso, o melodrama – formas válidas de cultura e à altura de qualquer outra (Oroz, In. Cola, 2015, p. 213)

Seguindo o argumento de Silvia Oroz, sustento que o diálogo que Buñuel estabeleceu com o melodrama é um processo equivalente àquele que teve com a psicanálise nos filmes posteriores ao período mexicano. Tanto numa época como na outra, em alguns casos foi feliz e em outros não. Obviamente que este tipo de equivalência não entra no mérito de saber se o melodrama ou a psicanálise tem mais “profundidade” ou qual é mais “fundamental”. Aliás, é justamente essa comparação que quero evitar. Vejo-os como duas maneira de se lidar com o “real”, o “mundo, a “vida” ou como se queira chamar os contextos, nos quais melodrama e psicanálise estão inseridos. Costuma-se dizer que o diálogo dos filmes de Buñuel com a psicanálise visa uma reflexão sobre o “desejo”. Não há para a relação com o melodrama uma análise parecida, dado que se supõe que esta opção é meramente alienante e não produz pensamento. Mero preconceito.

Caso desejemos ir além da banal crítica condenatória ao melodrama e ter um mínimo de rigor ao estudar nosso cinema, também temos que abandonar a falsa questão de saber como o melodrama mexicano foi melhorado por Buñuel. Este gênero é fundamental para pensar a relação com o espectador e não apenas no cinema de Buñuel. Aliás, o movimento surrealista, ao se contrapor à tradição ocidental, visava tanto atingir o espectador como tratar as problemáticas, conceituais ou históricas, do desejo ou da crítica social. Em *Un perro andaluz e La edad del Oro* há diversas maneiras de provocar reações no público, e a mais assídua é a de suscitar o choque – são famosas as sequências do olho cortado ou da vaca na cama. No melodrama, o que se procura são cenas que desenvolvam processos empático com o público. Não se trata de julgar qual é melhor, o choque ou a empatia. Poderíamos problematizar ambos. Como se trata de um cinema de lágrimas, vale perguntar, seguindo as pegadas de Glauber Rocha, se o melodrama é intrinsecamente paternalista? Não necessariamente. E o caso de Buñuel não é o único exemplo em que os processos melodramáticos não se reduzem a um sentimentalismo piegas, como se costuma dizer. O cinema mexicano da época de ouro, em muitos filmes, ultrapassa a visão condescendente do dominador mencionada por Glauber. Por exemplo, em *Rio Escondido* (1948),

Emilio Fernandez amalgama à brutalidade do latifundiário uma tal exacerbação do sofrimento da professora que a empatia condescendente não é produzida. Pode-se dizer que a comiseração despertada é tão intensa que não há catarse, mas apenas choque. Esta situação limítrofe provoca horror diante dos acontecimentos, que deixam de ser um drama do casal amoroso para se tornar coletivo. Assim, o desconforto não pode ser controlado pela simples conversão do malvado brutal. Esta quebra da comiseração é resultado também do claro escuro intenso da fotografia de Gabriel Figueroa. Esta opção estética usa a composição expressionista do quadro e da luz que circularam nas gravuras, que tiveram um papel fundamental nas lutas insurgentes na América Latina e que entraram no subcontinente via México. Não estamos falando apenas de Posada, mas também do brasileiro Lívio Abramo, entre outros. O fato de Figueroa ter participado em grande parte dos filmes mexicanos de Buñuel é bem significativo.

Em geral, o que se pode constatar nos filmes é que Buñuel segue a risca o processo convencional do gênero, mas introduz algumas sequências que o subvertem, assim como fizeram vários filmes da época de ouro mexicana ao exacerbar até o limite o melodrama, como já foi exposto. Os processos são diferentes, mas ambos chegam ao mesmo resultado com respeito à perturbação da plateia. Um exemplo é a sequência do cego (ainda ela), em *Los Olvidados*. É uma cena bastante melodramática, que busca provocar a empatia do espectador ao mostrar o roubo a surra dada pelos adolescentes antes que conheçamos o lado malvado do cego com relação a “Ojitos”. Este esquema narrativo será repetido com o homem que não tem as pernas e anda num carrinho. Entretanto, a empatia, que faz com que nos condoamos do cego, fica comprometida pelo enquadramento de alguns “acontecimentos”. No final da sequência, o personagem, estatelado no chão, levanta o dorso aflito e, por um segundo, o espectador, também preocupado, se pergunta o que mais pode acontecer de ruim? No final, a câmera desliza pelo corpo caído do cego até enquadrá-lo “olhando” para uma galinha. O *travelling* lateral só se detém quando o animal fica sozinho no plano. O espectador não pode deixar de rir. O riso é comprometedor e liquefaz o sentimento de comiseração que tinha se despertado no público. É um diálogo tenso com o melodrama. Apresenta-se a cena cruel e desumana, porém o riso impede que nos sintamos aliviados pelo sentimento de comiseração que desperta em nós essa tragédia. Rirmos de tal desgraça é incômodo e impede a catarse conservadora melodramática.



Cenas do filme *Ojitos*

O uso de animais, uma constante nos filmes de Buñuel, é quase sempre um estratagemma que busca a associação inesperada, ligada ao acaso, entre duas imagens ou elementos dentro de um mesmo plano. O resultado final dessa ligação é, em geral, hilário e surpreendente. No caso de *Los Olvidados*, a artimanha surrealista é mais sofisticada, pois o encontro inaudito não é gratuito e arbitrário, sem perder, no entanto, seu aspecto de choque eficaz sobre as expectativas habituais do espectador. Nesta sequência, a galinha é, ao mesmo tempo, tanto o animal de “los ojos rencorosos” do poeta surrealista¹² como um elemento verossímil dentro do contexto¹³. A vaca na cama de *La edad del Oro*, por exemplo, assim como outros animais que aparecem nos filmes sem explicação, remete a um diálogo, até certo ponto facilitado¹⁴, entre diretor e espectador. Na sequência do cego e a galinha, a relação dual se torna uma tríade, impedindo que o diálogo seja descolado do contexto social e cinematográfico. Evita-se assim o narcisismo autoral que de certa forma sempre está contido na mera *boutade* surrealista. Assim, a quebra da empatia conservadora do melodrama é também um trabalho mais complexo da ironia surrealista que aparecia nos outros filmes. O que se

12. Trata-se do poema: *No me parece ni bien ni mal*, de Buñuel

“Yo creo que nos contemplan
por delante por detrás por los costados
unos ojos rencorosos de gallina
más temible que el agua podrida de las grutas
incestuosos como los ojos de la madre
que murió en el patíbulo
pegajosos como un cóito
como la gelatina que tragan los buitres
Yo creo que he de morir
con las manos hundidas en el lodo de los caminos
Yo creo que si me naciese un hijo
se quedaría mirando eternamente
Las bestias que copulan en los atardeceres”
(Buñuel, 1982, In Cañizales, 19993, p. 79)

13. Estamos na periferia da cidade do México, onde se tem burros e outros animais como o filme mostra.

14. As associações arbitrárias deste tipo, que colocam o cineasta em evidência, são estratagemmas extremamente simplistas.

abandona é a atribuição metafórica, às vezes facilitadora, da crítica à religião, aos bons costumes etc. Em *Los Olvidados*, há um diálogo tenso entre um diretor, seu espectador e um gênero cinematográfico, que é tão eloquente e eficaz como os melhores *non sense* metafóricos de seus outros filmes, que às vezes são banais. Ou seja, de certa forma, as fitas mexicanas trouxeram um componente bastante interessante ao cinema de Buñuel: imagens de um contexto que supõe a luta de classes, e que estava obliterada nos outros filmes.

Suzana, la mujer diabólica (1951) pode ser visto como um melodrama conservador, no sentido dado pela estudos pós-coloniais. Afinal, a menina é um Jaibo feminino (o adolescente malvado de *Los Olvidados*), que se escapou do reformatório para desequilibrar a paz de uma família de proprietários de terras. Porém, além de ser desproporcional o embate entre a adolescente e os latifundiários com seus sicários, Buñuel coloca uma sequência, assim como em *Los Olvidados*, que torna espúria a volta à normalidade da família boa e cristã do final do filme. A madame que perdoa o marido e o filho, é a mesma que, deformada pelo sadismo, chicoteia a menina, durante uma longa sequência em que não há dúvidas sobre o prazer doentio que esta mulher sente. Estamos longe da boa senhora caridosa que acolheu a menina e foi traída como a história quer nos fazer engolir.



Cenas de *Suzana, la mujer diabólica* (1951)

Além disso, como alguém já disse, com *Suzana, la mujer diabólica*, Buñuel teria antecipado *Teorema* (1968), de Pier Paolo Pasolini. Terence Stamp seria, então, a versão masculina de Rosita Quintana, a protagonista do filme mexicano, feito 18 anos antes. As mulheres de Buñuel, desde *El perro andaluz*, ao mesmo tempo que reproduzem os esquemas conservadores mais patriarcais, são sempre surpreendentes. Porém, nos filmes do México, as mulheres se tornam maravilhosamente diabólicas. Vale mencionar que uma das maiores atrizes do Cinema Mexicano da Época de Ouro, Maria Félix, celebrizou vários papéis de mulheres fortes. Segundo Silvia Oroz

Maria Félix teve uma história de vida marcada por repressão e violências. Ela passou toda essa carga nos seus melodramas, interpretando mulheres fortes que não têm como objetivo o amor ou o sexo, mas sim o poder. Era uma

Yanet Aguilera

mulher que não deixava passar nada. Eu queria ser como ela, pois sou do tipo que deixa passar tudo [Risos]. Tem um filme maravilhoso com ela, de 1949, chamado “Doña Diabla”, em que o marido, depois de comunicar que está falido, pergunta à mulher, interpretada por Maria Félix: “O que vamos fazer?”. Ela, do alto de uma escada e olhando com desprezo para aquele homem, dispara: “Eu é que lhe pergunto: o que você vai fazer?”. Eu adoraria ter a coragem de dar uma resposta como essa (Oroz, In. Cola, 2015. p. 215)

Então, podemos aventar a hipótese que Buñuel recria em suas heroínas esta tradição mexicana. Suzana, a adolescente rebelde, é desta estirpe, dela surgirão Veridiana, Severine, Tristana e outras da galeria feminina que Buñuel compôs em parceria com grandes atrizes como Rosita Quintana, Silvia Pinal e Catherine Deneuve¹⁵. *Suzana, a mulher diabólica* é um dos melodramas mais instigantes de Buñuel.

Outro diálogo importante é com a comédia mexicana. *Simón del desierto*, que tem Silvia Pinal e Claudio Brook como parceiros de Buñuel, (1965) é talvez aquele que alia mais a ironia surrealista ao simples deboche. O embate performático e discursivo dos dois atores mexicanos é muito engraçado e insere a ironia numa comédia debochada. Além disso, a mistura de iconografias é das mais profanadoras, no sentido angambiano do termo. Em outros filmes, Buñuel já tinha recriado imagens blasfemas de quadros religiosos *pops*. É o caso da parodia da Última Ceia¹⁶, de Leonardo da Vinci, em *Veridiana*.



Cenas do filme *Veridiana*

15. Embora Silvia Pinal tenha ganho inúmeros prêmios, a crítica cinematográfica que analisa os filmes de Buñuel mal a menciona. Mesmo Glauber chega a falar apenas da “Bela Silvia Pinal”. Em geral, a crítica autoral, completamente errada, não atribui ao ator nenhum papel na construção do filme. Se todos os atores são considerados injustamente mera massa de manobra do diretor, os de América Latina quase desaparecem nas leituras críticas.

16. Afresco de 1498 e está no Convento de Santa Maria delle Grazie, em Milão.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Em *Simón del desierto*, La Pinal encarna estampas que se distribuem quando as crianças/adolescentes fazem a primeira comunhão. Trata-se de um dos rituais mais importantes da igreja católica. A atriz está impagável parodiando Jesus adolescente como bom pastor. Pode-se fazer todo tipo de associações blasfematórias, desde relações homossexuais até pedófilas.



Cenas do filme *Simón del desierto*¹⁷

Em *La edad del Oro*, Jesus já tinha sido representado pelo personagem do Duque de Blangis, um dos mais celerados nobres dos *120 dias de Sodoma*, do Marquês de Sade. Porém, em *Simón del desierto*, a maior das blasfêmias se realiza: a de Jesus ser representado por uma mulher, que ainda por cima vai encarnar uma espécie de corista fantasiada de menininha. É claro que se trata do diabo. Porém entre a sedução sacrílega da Pinal e o Simón ridículo de Brook não há dúvida para onde se dirige a munição buñueliana.

Neste filme, assim como em vários outros feitos no México, Buñuel não se limita à revolta moral, cria enquadramentos e associações de imagens poderosas que não se dirigem apenas à moral encampada pela igreja católica, mas também à simbologia da cultura ocidental que é manifestada pela arte.

17. Retirada fonte 17/02/2018: <https://www.pinterest.es/pin/326018460497760378>

Segundo Hans Belting, o historiador da arte, assim como o do cinema (acrescento eu), não pode mais esquecer o eurocentrismo e o elitismo da arte ocidental, na qual está incluso o surrealismo. Diante dessas acusações, “A problemática do *High and Low* conduz ao centro de nossa situação cultural, depois que a história da arte, como tradição, tornou-se aqui não o símbolo, mas a imagem negativa da atividade artística” (Belting, 2006, p. 11). O surrealismo, ao se contrapor à tradição, introduziu a questão do *alto e do baixo*, entretanto, como vanguarda é ainda elitista, segundo Belting. Nos filmes que Buñuel fez no México ou que teve Silvia Pinal como protagonista, expõe-se a corporalidade degradada desse outro, pobre ou não europeu, que estava obliterado em grande parte da sua filmografia que não dialoga com o México¹⁸. Em *Simón del desierto*, o *alto e o baixo* são levados até suas últimas consequências, porque a corporalidade, além de degradada, é grosseiramente engraçada, transformando a ironia em mero deboche.

A relação entre o *alto e o baixo* no cinema de Buñuel é associada, em geral, a sua biografia¹⁹. Nascido em Calanda, o cineasta traria a sua filmografia a carnavalização medieval que ainda era vivenciada na velha cidade. Em geral, estes trabalhos, sérios e bastante informativos, tentam conciliar, sem apontar nenhuma tensão, o Buñuel moderno/surrealista e o medievalista, criando um emaranhado confuso. Carnavalização medieval ou não, prefiro a ligação que Buñuel estabelece com a comédia pobre e corporal do cinema mexicano, do qual a Pinal é uma ilustre representante²⁰. Em *Simón del desierto*, Brook e Buñuel tornam o anacoreta um personagem histriônico, pretensioso, que julga os demais por meio de sua suposta sabedoria. Trata-se de um *alazon*, personagem da comédia antiga que era identificado com um fanfarrão. A Pinal/diaba, por sua vez, é apenas uma debochada. Não há em *Simón del desierto*, o *eiron* ou Sócrates, aquele que produz *eironia*, que é o par do *Alazón*, no diálogo platônico *Ion*, paradigma da cena cômica que tem a ironia socrática como ponto central e (Platão, 1998, p. 26). O riso que o filme provoca não é produto da ironia surrealista ou socrática, mas do deboche aliado à gabolice. Este deslocamento tem consequências no arcabouço gnosiológico e político que se delineava no cinema surrealista de Buñuel.

18. A burguesia não é só podre nos relacionamentos que mantém entre si, mas pelo sistema opressor que impõe à maioria da população. *Veridiana* e *Simón del desierto* podem ser considerados como transição de sua volta ao velho continente como realizador. Porém, a presença dos atores e do produtor mexicanos ainda impõe um diálogo com o México. Além disso, o roteirista não era ainda Jean-Claude Carrière, que vai trabalhar em todos os outros filmes de Buñuel.

19. Ver os escritos de Eduardo Peñuela Cañizal (1992 e 1998) e a Tese de Doutorado de Ricardo Zani (2010).

20. Silvia Pinal trabalhou em *Veridiana* (1961), *O anjo exterminador* (1962) e *Simón del desierto* (1965).

Em geral, o deboche não é nada diante da ironia, porque sempre foi tratado como uma forma “menor” e “grosseira” da comédia. Segundo Quintiliano, a ironia diz coisa diferente ou oposta ao sentido literal do que está sendo dito²¹. Portanto, é essencialmente metafórica e apela para o intelecto de seu alvo, que é diminuído pela zombaria fraca que toda ironia contém. Estamos diante da concepção do riso tradicional, que vai de Aristóteles à Henri Bergson, no qual se estabelece uma relação de superioridade daquele que produz o riso às custas da inferiorização do outro que está na sua mira. É uma relação política hierarquizada, uma luta que busca destituir o outro do lugar que antes ocupava. A ironia coloca o *eiron* num lugar mais elevado, suprimindo as relações entre iguais que estavam supostas antes da contenda. No deboche, aquele que produz o riso já está rebaixado de antemão, pois se trata de um personagem que tem uma vida devassa, moralmente condenável. O debochado é alguém rebaixado, como a mulher e os latino-americanos, que ao provocar o riso atira contra aquele que o rebaixou para reinstaurar aquilo que se lhe tinha subtraído, o lugar das relações entre iguais. É na visibilização dos corpos e seus fluídos que a diferença entre as pessoas se apaga. A profanação para Agamben, “significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência, que ignora a separação, ou melhor, faz dela um uso particular”²²(2007, pg. 59). Como profanar é um dos objetivos mais caros do surrealismo e o deboche é ignorar a separação hierárquica, a Pinal/diaba/Buñuel convida, a nós, *petits cons* do subcontinente, a pensar politicamente a relação entre o surrealismo e o cinema da América Latina.

21. QUINTILIANO, *Institutio oratoria* 9. 22. 44, (In VLASTOS, 1987, p. 79)

22. Agamben escreveu algumas linhas acima deste significado de profanar: “à religião não se opõem a incredulidade e a indiferença com relação ao divino, mas a “negligência”, uma atitude livre e “distraída” – ou seja, desvinculada da religião das normas – diante das coisas e do seu uso, diante das formas da separação e do seu significado. Profanar significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência” (2007, p. 59)

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.
- BELTING, Hans. *O fim da história da arte*. São Paulo, CosacNaify, 2006.
- ACEVEDO-Muñoz, Ernesto R. *Buñuel and Mexico: the Crisis of National Cinema*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- BUÑUEL, Luís. *Obra Literária*, Zaragoza, Herald de Aragón, 1982.
- CAÑIZALES, Peñuela, Eduardo. Metáfora e Regressão em obras de Buñuel. In: *Revistausp*, 16, São Paulo, 1993.
- CHIAMPI, Irlemar. Carpentier e o Surrealismo. In: *Revistausp Lingua e Literatura*. São Paulo, 1980. <http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/115864/0>. Consultado em 24/01/2018.
- COLUMBIANUM. *Terzo Mondo e Comunità Mondiale*. Genova, Ediotre Marzorati, 1967.
- COLA DI, FLAVIO. Silvia Oroz e o cinema de lágrimas que explica o amor e dá sentido à vida. *Trama: indústria criativa em revista. Dossiê: a cidade e a questões do urbano*. Ano 1, vol.1, julho a novembro de 2015. 209-219. <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/trama/article/viewFile/1774/848> Consultado em 15/02/2018.
- DURÁN, Rafael Bajadas (el Fisgón). Posada: mito y Mitote: la caricatura política de José Guadalupe Posada y Manuel Alfonso Manilla. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- ESGUERRA, Jorge Cañizares. *Como escrever a história do Novo Mundo?* São Paulo, Edusp, 2011.
- MARTÍN, Fernando Gabriel. *El ermitaño errante Buñuel en Estados Unidos*. Madrid: Tres Fronteras Ediciones, 2010.
- MEDINA, Jiménez Hernán. “Pedagogia Subalternidad y fatum en Los Olvidados (1950), de Luís Buñuel: ambivalencias entre la diáspora republicana en México y la ‘Época de Oro’ como cine nacional”. *A Contracorriente: una revista de historia social y literatura de América Latina*. Vol. 11, nº 2, Winter 2014, 221-256.
- OROZ, Silvia. *Melodrama: o cinema de lágrimas da América Latina*. Rio, Funarte, 1990.

- PARANAGUÁ, Paulo Antonio. "Octavio Paz, o Surrealismo y Luís Buñuel". *O que nos faz pensar: Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio*. Vol. 24, nº 37, setembro 2015. <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/468>. Consultado em 17/02/2018.
- PAZ, Octavio, "Cannes, 1951: Los Olvidados (1982), Luis Buñuel: *El doble arco de la belleza y de la rebeldía*, México, Fondo de Cultura Económica, 2012
- _____. *Estrella de tres puntas: André Breton y el surrealismo*, México, editorial Vuelta, 1996.
- _____. *La cinefilia no es patriota*. 1951. file:///Users/mariaaguilerafranklindematos/Desktop/buñuel/la%20cinefilia%20no%20es%20patriota_%20el%20poeta%20buñuel.%20pop%20octavio%20paz.html. Consultado em 09/02/2018.
- PEÑUELA CAÑIZAL, Eduardo. "Metáfora e Regressão em Obras de Buñuel e Picasso". In: *Revista USP*, nº 16. Dossiê Palavra/Imagem. São Paulo: USP, 1992-1993. Pp. 76-88.
- _____. Sobre a Poética da Carnavaização em Luis Buñuel. In: *Cinemas*, nº 14. São Paulo, 1998. Pp. 77-98.
- PLATÃO. *Ion*. Paris, Flammarion, 1989.
- PONIATOWSKA, Elena. Buñuel, o olho do século. In: MENEZES, Cinara. *Entrevistas históricas: Elena Poniatowska entrevista Luís Buñuel, em 1961*. Socialista Morena, 2012. www.socialistamorena.com.br/entrevistas-historicas-elena-poniatowska-entrevista-luis-bunuel-em-1961/ Consultado no 17/02/2018.
- ROCHA, Glauber. *O Século do Cinema*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.
- SADE, Donatien, Alphonse, Marquês de. *Os 120 dias de Sodoma*. São Paulo, Iluminuras, 2008.
- SCHENBERG, Mario. Realismo fantástico, Arte Mágica e Surrealismo. *Centro Mario Schenberg de documentação e Pesquisa em Arte ECA-USP*, 1970 http://www2.eca.usp.br/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=92:-realismo-fantastico-arte-magica-e-surrealismo-&catid=17:artigos-de-mario-shenberg&Itemid=15. Consultado em 30/01/2018.
- VLASTOS, G. Socratic Irony. *Classical Quaterly*, v. 37, p. 79-86, 1987.
- ZANI, Ricardo. *O carnaval buñuelesco: uma aurora ao entardecer*. Campinas, Tese de doutorado do Instituto de Arte/ UNICAMP, 2010.

Gustavo Cochet: Um compromisso gravado

Margareth Santos

Em 1936, o pintor argentino Gustavo Cochet anotava em seu *Diario de un pintor* a seguinte afirmação: *En mi oficio de pintor o grabador huyo de lo vacuo y lo grandilocuente para acercarme lo más posible a lo comprimido y agudo* (Cochet, 1932:89).

Sem dúvida essa declaração de Cochet estaria em consonância não apenas com seu conceito de arte, em que conjugava contenção e expressão feroz, mas também com o momento convulso pelo que passava: a Guerra Civil Espanhola.

Vivendo em Barcelona com sua família, em um grande centro de resistência em meio ao conflito, Cochet usou sua arte e seu discurso como armas contra o fascismo e a favor da revolução espanhola. Portanto, acercar-se à sua experiência e atuação, pressupõe reconhecer a relevância do papel de artistas latino-americanos que se sentiram compelidos a lutar pelo ideal republicano junto a tantos outros personagens de diversa origem.

Filho de pai francês e mãe *criolla*, o artista resumiu assim sua biografia:

¿Cuál es su nacionalidad? En la Argentina, provincia de Santa Fe, y a orillas del Paraná nací, hijo de un francés rubicundo y de una criolla santafecina. Entre Cataluña y Francia he pasado la mitad de mi vida; en la primera de éstas conocí el amor, aprendí a trabajar, fui feliz. En Francia despertóse mi herencia espiritual paterna, mi cultura es francesa. De la Argentina llevo en lo más hondo de mi ser, como marca indeleble, la llanura de la pampa que significa en mí: atavismos de horizontes sin límites y de sentimentalismo profundo. Así que: ¿cuál es su patria, amigo?... Pues, cualquiera de las tres naciones o las tres a la vez (Cochet, 1941:44).

Esse breve resumo biográfico pode nos servir como coordenadas para pensarmos a arte desse argentino, cujo forte caráter libertário foi alimentado desde muito cedo: no seio de sua família mestiça e em sua formação intelectual, cujo primeiro momento de inflexão se deu aos dezoito anos, quando deixou o pequeno povoado de Maciel, onde nascera em 1894, rumo a Rosario com o intuito de estudar artes plásticas.

Ali, conviveu intensamente com ativistas libertários e movimentos anarcossindicalistas. A partir desses contatos, fica clara a opção de Cochet por formar-se como pintor com artistas locais que compartilhavam um ideário libertário, tampouco se estranha que, na condição de franco-argentino, tenha se engajado pela luta contra o golpe de estado de 1936 e a favor do governo legítimo da Segunda República espanhola.

Não obstante, para compreender essa escolha de vida e de causa, é necessário que ampliemos um pouco as pistas biográficas de Cochet até o momento de sua atuação na Guerra Civil Espanhola.

Depois de três anos estudando em Rosario e com o desejo de conhecer a terra natal de seu pai, o pintor parte em barco rumo à Europa. Mas, antes de chegar à Paris, aporta em Barcelona em 1915 – em plena Primeira Guerra Mundial – onde permanece até 1921.

Em Barcelona estuda e trabalha como restaurador para o marchand Josep Dalmau, figura famosa por seu apoio às vanguardas internacionais e um dos primeiros a organizar, em 1912, uma exposição sobre a arte cubista na Europa. Em meio à efervescência das vanguardas, Cochet experimenta seu segundo momento de inflexão em sua formação como artista e cidadão do mundo: em Barcelona ele tem contato com inúmeros artistas que expunham nas Galeries Dalmau, tais como, Joaquín Torres García, Joan Miró e com intelectuais que frequentavam o círculo de uma burguesia catalã próspera e inclinada às artes. Podemos afirmar que sua participação nesses debates estéticos se prolongou com sua estância em Paris, para aonde partirá junto à sua esposa, a catalã Francisca Alfonso, companheira de toda uma vida.

Uma vez em Paris, nos idos de 1921, cumpre o serviço militar na condição de filho de pai francês e, um ano depois, já com ateliê montado, nasce seu filho Fernando. Da confluência dessas duas geografias artísticas e sentimentais emerge um artista mais maduro, consciente de sua formação e convicções:

A una feliz conjunción debo mi formación artística: Barcelona y París. En la primera me hice al trabajo, la sentido artesano del oficio; como, saturando mi cuerpo con la savia de los pinos, por la montaña, aprendí a amar la naturaleza. En París comprendí el sentido heroico. Allí la llama del ideal se incendió para mientras dure mi vida (Cochet, 1941:89).

A declaração do pintor nos chama a atenção tanto por seu tom objetivo, como por expor certas afinidades com o discurso do célebre poeta Antonio Machado. Afinal, o grande poeta espanhol também afirmou um compromisso com a imagem de um artista de caráter cívico e negou a representação do boêmio. Em sua obra *Campos de Castilla*, Machado propõe que se sonhe de olhos abertos e que o artista se posicione frente ao mundo e estabeleça com ele um diálogo, sempre a partir da elaboração de uma voz capaz de conjugar intimidade e realidade.

Se tomarmos como ponto de partida essa conjugação, veremos como ambos, poeta e pintor, buscaram um difícil equilíbrio entre o diálogo com a realidade e a compreensão de que a arte se configura como um exercício cívico. Na corda bamba entre o público e o privado, o coletivo e o individual, pode-se dizer que Cochet e Machado lançam um olhar indagador que rompe com a figura do

esteta para impor a reflexão, a ética e a voz da consciência. Ambos reivindicam vínculos com a realidade, uma vida em que se possa escapar da esterilidade dos mundos ilusórios. Ao negá-los, forjam uma estética em que a preocupação com o Homem se sobressai:

Al revelar mis ideas y mis pensamientos, que giran casi siempre en torno de un mismo tema, no lo hago con la pretensión de crear nuevos sistemas filosóficos o nuevas religiones; lo hago con el mismo sentimiento que pinto una tela o acaricio la cara de un niño; sinceridad y buena fe. No me guía otra cosa que acercarme a la verdad. ¡Ojalá logre algo y habré contribuido con ello a la eterna aspiración de la humanidad! Barcelona, 1936 (Cochet, 1941:72).

Essa mesma preocupação de Cochet faz eco às reflexões machadianas:

– La poesía es – decía Mairena – el diálogo del hombre, de un hombre con su tiempo. Eso es lo que el poeta pretende eternizar, sacándolo fuera del tiempo, labor difícil y que requiere mucho tiempo, casi todo el tiempo de que el poeta dispone (Machado, 1973:743).

Como se vê, são vozes que dialogam com seu momento, são vozes de sujeitos despidos de heroísmo, que fogem da falta de vínculos com a sociedade e que conseguem constituir um contato entre a vida e a estética.

Situado nesse cruzamento entre o compromisso e a estética, o artista deixou documentado em seu *Diario de un pintor* uma longa sequência de reflexões, crônicas e frases à maneira de aforismos em que circunscreve sua vivência nos anos da Guerra Civil Espanhola. Sem dúvida, resgatar essa perspectiva, pressupõe recuperar o papel da sua série de gravuras “Caprichos”, através da qual, Cochet pôde mover-se por terrenos artísticos em que seu olhar analítico revelou-se como elemento deflagrador de suas concepções da contenda e suas implicações. Identificado com a causa republicana, o pintor declararia em 1936 que deixara de lado a pintura para tornar-se um miliciano a mais:

El 19 de julio de 1936 cerré las puertas de mi taller en Barcelona y allí quedaron inconclusas las obras que estaban en curso de ejecución; ¿en qué podían servirles mis pinturas al pueblo en armas en su magna lucha? En nada absolutamente. Me consideré entonces un miliciano más... (Cochet, 1932:105).

No entanto, essa declaração não seria de todo verdade, pois ainda que Cochet tenha de fato abandonado a pintura, naquele mesmo período começou a dedicar-se à gravura como forma de expressão idônea para configurar o conflito com a sobriedade e a minúcia que requeria uma guerra civil. Concomitantemente ao labor artístico, Cochet assumiu o posto de Comisario de Propaganda del Casal de la Cultura de Barcelona, por meio dele, contribuiu para a causa com locuções radiofônicas, discursos públicos e ilustrações para artigos da imprensa anarquista, como os editados na revista *Tierra y Libertad*.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

No rastro dessas atuações, unindo imagem e palavra, o pintor compôs sua série “Caprichos”¹, filiada a outras três séries de gravuras: *Les Misères et Malheurs de la Guerre*, de Jacques Callot (1633), *Los Caprichos* (1799) e *Los Desastres de la Guerra* (1810), ambas de Francisco de Goya y Lucientes. Tal filiação pode ser atestada pelo frontispício da gravura-prólogo da série:



Cochet. “Mis caprichos...” 1936-1938. ©Museo Gustavo Cochet.

O texto incluído na imagem funciona como uma carta de intenções do conjunto, ao mesmo tempo em que o filia à tradição capitaneada pelas figuras de Callot e Goya, que igualmente retrataram o horror da guerra. No entanto, apesar do frontispício de Cochet explicitar essa dupla vinculação, acreditamos que suas afinidades pendem especialmente para o universo goyesco, como esperamos comprovar mais adiante. Ambos aproximam-se tanto pelo uso da técnica de água-forte de maneira inovadora, como pelo tratamento fragmentário da guerra. Ademais, a coincidência da mensagem do frontispício do artista argentino aproxima-o de maneira incontestável ao pintor aragonês:

1. Todas as imagens da série *Caprichos* de Gustavo Cochet foram gentilmente cedidas pela neta do pintor, Silvia Cochet, diretora do Museo Gustavo Cochet, em Funes, Argentina.

Margareth Santos

Fatales consecuencias
de la sangrienta guerra en España con Buenaparte
Y otros Caprichos enfáticos
En 85 estampas
Inventadas, dibuxadas y grabadas
Por el pintor original
D. Francisco de Goya y Lucientes
En Madrid. (Goya y Lucientes, 1799).

O texto escrito de próprio punho por Goya indica o assunto e a natureza das estampas: entre a imaginação e a história, ele anuncia uma série original, cujo intuito é o de refletir sobre a Guerra de Independência, numa cronologia que abarca desde o cerco a Saragoça, em junho de 1808, passa pela ofensiva francesa e pelas imagens que retratam a grande fome que assolou Madri em 1811 e finaliza com uma etapa conhecida como *Caprichos Enfáticos*, em que ataca duramente a Restauração de Fernando VII.

Ao contemplarmos a série de Cochet, podemos entrever como o pintor argentino exercita sua originalidade ao captar o sentido moral e libertário da série goyesca para convertê-la em uma representação própria do momento histórico avassalador, anunciado em “Mis caprichos”.

Na gravura-prólogo visualizamos a imagem de uma reunião de militantes. As siglas da FAI, situadas ao fundo da cena, nos permitem identificar a mesa central da assembleia, em que dirigentes da Federación Anarquista Ibérica presidem o encontro. Cercando essa mesa, uma multidão se agita, entre os mesmos, destacam-se em primeiro plano três soldados com armas nos ombros. A posição, de costas para o espectador, cria uma perspectiva que nos situa no mesmo patamar dos militantes, o que instaura uma aura de conclama à cena. Num jogo entre o coletivo e o individual, entre uma cena panorâmica e o *close-up*, Cochet desloca levemente a perspectiva renascentista ao desrespeitar a organização da cena em uma pirâmide visual, ao jogar com tamanhos e proporções que se embaralham na cena, como se pode constatar na articulação entre as siglas da FAI, os milicianos destacados e o frontispício.

Para chamar a atenção do espectador para distintas instâncias da gravura, Cochet conjuga elementos que se complementam: a inclinação ideológica, a entrega a uma causa e a mensagem que denuncia, filia e congrega.

Uma combinação similar de proporções e hierarquia de imagens pode ser vista na gravura intitulada “19 de julio”:

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina



Cochet. "19 de julio" 1936-1936. ©Museo Gustavo Cochet.

Na estampa divisamos uma cena de guerra, que aparentemente aglutina todos os elementos necessários para a representação de um fato histórico em sua referencialidade: chamas de um bombardeio, fumaça cobrindo todo o fundo da paisagem urbana, correria, homens agitando armas e um cavalo empinando, num rastro de sentido épico.

A esses elementos se une o título da gravura, que alude à data em que os trabalhadores catalães concentraram-se na praça Catalunha de Barcelona nos primeiros momentos de eclosão do conflito para pedir armas ao presidente da Generalitat, Lluís Companys. No entanto, os fatos se precipitam e em meio a reunião chega o anúncio do avanço das tropas nacionalistas. Como resposta, a população espalha-se pela cidade em busca de qualquer armamento para defender a capital, cujo cerco durou de 19 de julho de 1936 até janeiro de 1939.

Ciente dos problemas políticos que impunham à população entraves para a reação armada, Cochet não poupou suas críticas ao governo catalão, assinalada em seu diário, quando a região já havia sido tomada:

La caída de Barcelona se juzgará claramente y con justicia cuando se conozca el heroísmo sin par, la abnegación nunca superada de los obreros de las fábricas catalanas (...) Cataluña fue la fuente inagotable en hombres, material, abastecimiento general. Barcelona cayó sin gloriosa lucha, pero no por falta de fiero coraje ni valor, pues su gloria es la de haber contribuido más que nadie a la resistencia sin lo cual no habría sido posible (Cochet, 1932:93).

Aparentemente, ao unirmos o elogio à coragem dos catalães, o título da gravura e a contextualização do acontecimento, teremos a construção de um fato histórico na plenitude de seu efeito do real. Não obstante, o artista não se limita a conceber uma cena em que o elemento anedótico impera, pois em sua forma e sentido, Cochet introduz personagens e proporções que rompem com a anedota, com a perspectiva renascentista e com a noção panorâmica de campo de batalha.

O primeiro exercício de ruptura configura-se no gesto da mulher na imagem: trata-se de uma figura feminina de grandes dimensões – atestada pela altura do poste ao seu lado – que flutua no centro da cena de guerra. Com sua farta cabeleira e o punho erguido, a jovem guia e incita um grupo de civis à luta. A profusão de traços em negro concede-lhe movimento e potência aos cabelos, ao vestido e aos gestos da mulher e seu gigantismo confere um caráter simbólico ao combate. Por sua vez, a abundância de personagens, de cenas e ações concomitantes, aliadas aos jogos de claro-escuro imprimem à cena a sensação do caos do combate em praça pública. Dinamismo, simultaneidade e proximidade, nos levam à constatação do abandono da preocupação clássica pela relação plano/fundo, pois tanto a performance feminina, quanto a dos trabalhadores espelham-se no gesto do braço em riste e no ato precipitado rumo à contenda.

Esse espírito combativo e heroico da mulher também pode ser visto em outra gravura de Cochet, intitulada “Qué corage!”:



Cochet. “Qué corage”. Julio de 1936. ©Museo Gustavo Cochet.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Em uma praça, uma milicianiana está prestes a disparar contra o inimigo a fim de proteger um camarada ferido que se arrasta no lado esquerdo da gravura. Curiosamente, a cena ao redor é plácida, vemos árvores viçosas ao fundo, que inspiram calma. No entanto, o vazio da praça, com apenas os dois milicianos, expõe a configuração do confronto pela ausência de civis. A concentração dos sulcos está dirigida à milicianiana e ao entorno do ferido, proporcionando dramatismo à imagem. Observa-se que tanto aqui, como na gravura “19 de julio”, as figuras femininas estão de costas para o espectador e a expectativa pelo momento do disparo e do embate carrega ambas as estampas de tensão.

No rastro de representações da mulher destemida, é possível que Cochet tenha recorrido a algumas gravuras goyescas da série de *Los desastres de la guerra*, em que a mulher aparece com um forte caráter aguerrido, tais como “Qué valor!” (título que a gravura de Cochet repercute) e “Y son fieras!”:



Goya y Lucientes. “Qué valor!” (nº 7). Biblioteca Nacional: Madri.

Goya y Lucientes. “Y son fieras” (nº 5). Biblioteca Nacional: Madri.

Em *Qué valor!*, Goya nos mostra uma jovem pronta a disparar um canhão contra o inimigo. A ação, certamente, se situa no primeiro sítio à Saragoça durante a invasão napoleônica, na Guerra de Independência, em que as mulheres se destacaram em uma ação destemida diante dos imprevistos. Naquele momento, a defesa das portas da cidade estava confiada, em grande medida, à artilharia, mas já nos primeiros ataques franceses, ela caiu e entre os dias 12 e 15 de julho de 1808, alguns canhões foram alimentados e disparados por mulheres. O clima era de entusiasmo pela defesa da pátria, com a população que resistia com bravura. Como resultado, rapidamente foram decantando-se figuras emblemáticas tanto no meio militar, como no civil.

No meio civil, a heroína popular por excelência foi Agustina Aragón, “hermosa joven de buen tallo y bella figura, de negra cabellera recogida en desorden”, cuja façanha amplificou-se até chegar à alcunha, em muitas representações da época, de “diosa de la guerra”. Seguramente, é com a figura de Agustina e dos relatos

sobre a mesma que Goya identifica a imagem, disposta de costas, totalmente despreocupada por um possível retrato, o que valoriza ainda mais sua proeza. O que importa aqui é sua ação e o objeto de seu gesto, o canhão. Ainda que pise entre vítimas, estas não perdem sua dignidade, pois estão devidamente iluminadas e postas como apoio aos pés delicados da jovem, que obstinada, combate a invasão. Com similar valor lutam as figuras femininas de “Y son fieras”, com vigor e com o que têm às mãos – pedras, lanças –, enfrentam soldados franceses armados com carabinas. À desvantagem em número e armamentos, impõe-se a coragem.

Nessa confluência estética, tanto nas imagens goyescas como nas estampas de Cochet, percebemos que, entre gestos contidos e largos, os gravadores vão construindo um universo no qual a proximidade dá o tom de catástrofe e nos mostra o absurdo do conflito em si, em que ferocidade e barbárie se mesclam com resistência e indomável constância. E nesse meio, a mulher merece um papel de destaque, seja como vítima, seja como heroína, revestida de contornos alegóricos, simbólicos ou realistas.

Muitos desses perfis aparecem na série de Cochet, como por exemplo na imagem da mulher suspensa no ar por uma corda na gravura *¡¡Arriba España!!*:



Cochet. “¡¡Arriba España!!” 1936. ©Museo Gustavo Cochet.

Novamente, a destreza do gravador se reflete na precisão do traço e no domínio da técnica de água-forte pela distribuição de luzes no jogo de claro-escuro da estampa. Ao fundo da cena, em segundo plano, vemos homens que “içam”

uma mulher junto ao que parece ser uma torre de um castelo ou um forte, a figura traja um vestido em frangalhos, suas partes íntimas estão expostas e seus pés e mãos atados. A concentração dos traços da composição acumula-se na jovem, o que acentua sua expressão de dor e, por contiguidade, exhibe as crueldades cometidas com seu corpo, que parece ter sido violado e agora é oferecido em humilhação pública. Seu rosto inclinado, com o olhar dirigido para os céus, indica que ainda está viva, apesar do desalento e da agonia. A figura, por sua dimensão, cabeleira e vestido, evoca a figura alegórica do capricho “19 de julio”. Mas, se antes destemida, agora, ela aponta para um sentimento de derrota e avilte, configurando outro momento da guerra civil.

A esse quadro degradante se soma a ironia do título, que ao mesmo tempo em que resgata a saudação fascista entoada pelo bando nacionalista², joga com o duplo sentido dos verbos “içar” e “alçar”. De modo que talvez possamos ler na imagem da mulher o corpo alegórico de uma Espanha republicana subjugada e vexada. O braço bravio da estampa anterior é substituído pelo içar de corpos.

No interior dessa figuração de Cochet emerge, uma vez mais, seu diálogo com os desastres goyescos conjugado em palavra e em representação pictórica:

Así como los espejismos en el desierto nos hacen ver lo que no existe, nuestra imaginación cree ver monstruos gigantes, en las siluetas de las montañas o cuerpos humanos torturados en los troncos de los árboles. Así la verdad en el arte no dependerá nunca de una realidad convencional, sino de la que emerge desde el fondo del alma del artista (Cochet, 1941, p. 105).



Goya y Lucientes. “Tampoco” (n.º 39). 1810-1814. Biblioteca Nacional: Madrid

2. Vale a pena lembrar que à medida que as tropas nacionalistas iam avançando sobre o território republicano, durante o decorrer da guerra, governos locais eram constituídos em distintas instâncias: política, militar e burocrática. Uma prova dessa organização do exército nacionalista era a obrigatoriedade do emblema “¡Arriba España!” em toda documentação tramitada na época nesses territórios tomados.

Como na imagem de Cochet, na estampa goyesca “Tampoco” não se vê a contorção desesperada do enforcado. Tudo ali é insuportavelmente calmo: um soldado francês contempla um cadáver pendurado com as calças ariadas, em uma situação de dupla humilhação, tal qual a mulher violada na composição dos anos 1930.

A figura evoca uma prática comum durante a Guerra de Independência: o enforcamento de espanhóis ao léu tinha a função de advertir aqueles que pensassem em rebelar-se contra o invasor francês. A contundência do ato exprime-se em planos distintos: no olhar complacente do soldado, no corpo pendurado em primeiro plano e na fileira de cadáveres suspensos em uma linha que se prolonga a perder de vista.

Na transfiguração do corpo mutilado e rebaixado, os gravadores espanhol e argentino se encontram esteticamente para representar as atrocidades da guerra. Em ambos, há uma negativa frente ao anedótico e a conceitos bélicos imediatos, para privilegiar a conformação da guerra em seu aspecto cotidiano, miúdo e dilacerante, em que o horror toma conta das ações humanas e recompõe-se em qualquer lugar e momento, como nas estampas “Fusilamientos”, “No hay remedio” e “No se puede mirar”:



Goya y Lucientes. “Qué valor!” (nº 7). Biblioteca Nacional: Madrid

Goya y Lucientes. “Y son fieras” (nº 5). Biblioteca Nacional: Madrid

Cochet. “Fusilamientos”. ©Museo Gustavo Cochet

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Nas gravuras de ambos os artistas, dimensionam-se cenas de execução. Em Goya, as linhas que proliferam na composição atraem e sugam o olhar do espectador, os personagens abandonam a pose da batalha, preenchem todo o enquadramento e nos levam ao centro dos acontecimentos. Nota-se que as cenas de grandes batalhas panorâmicas transmutam-se em cenas diminutas, que mostram o horror e a crueldade da guerra de maneira concentrada e próxima. Essa aproximação desmedida expressa uma mudança significativa na representação da guerra, pois introduz a violência em *close-up*.

Por sua vez, Cochet relê as cenas goyescas de maneira inovadora e projeta a execução em três tempos: em primeiro plano há um grupo de alguns homens e uma mulher dirigindo-se ao campo de fuzilamento, ao fundo, conjugam-se dois momentos distintos, o da iminência do disparo, marcada pela imagem do oficial com a espada erguida, prestes a dar a ordem de execução e, no canto direito da imagem, vemos alguns corpos caídos. Os ciprestes atrás do paredão anunciam o fim de todas as personagens ali perfiladas. Assim, em um jogo múltiplo de perspectivas, Cochet compõe um quadro terrível dos fuzilamentos arbitrários durante a contenda.

A esse tratamento inovador da série de Cochet e de Goya, contrapõe-se a obra *Les Misères et Malheurs de la Guerre*, conjunto de dezoito pranchas de Jacques Callot, elaborada em 1633, que representou a invasão de Lorena pelas tropas de Luís XIII:



Callot. "L'Arquebusade" (nº12), 1633©British Museum.

Em "L'arquebusade" também ocorre a execução de um homem amarrado a um tronco; sob o olhar dos soldados e curiosos, a artilharia prepara-se para executá-lo. Embora o gesto coincida com uma das cenas de "Fusilamientos", o tratamento é diverso, pois, ainda que Callot retrate as atrocidades da guerra, ele mantém o distanciamento da cena e a pose dos personagens. Ao passo que

Cochet e Goya aproximam a visão do espectador para a execução e desconjuntam a noção clássica de campo de batalha, tensionam o clímax do fuzilamento, seja combinando temporalidades e espacialidades diversas, como em Cochet, seja eliminando a anedota e cortando o sujeito da ação, numa clara desobediência às regras renascentistas, como em Goya.

E em suas inovações, os dois pintores transformam qualquer espaço em um grande campo de luta e essa configuração reaviva a natureza do combate na Guerra Civil Espanhola: um conflito que se havia transformado, em seu decorrer, em uma guerra de guerrilhas, em uma guerra total. Tal qual a Guerra de Independência. Ao propor essa dinâmica em suas estampas, Cochet e Goya demolem a noção panorâmica do campo de batalha, herdada do Século XVII, e instaurarem em qualquer espaço, desde uma praça até o “quintal” do cemitério, um sítio de peleja.

Nessa estrutura fragmentária qualquer ideia de causa e efeito é desobedecida por fuzilamentos e violações que bombardeiam a percepção do observador como se ele estivesse no meio da batalha sangrenta que se travou pelos campos espanhóis. No rastro dessas atrocidades, ambos os artistas convertem o campo de batalha em campos semânticos de perda de vidas. Estas, anônimas ou não, se transfiguram em cantos veementes e comprometidos com uma causa no presente e com esperança de um futuro libertário, no qual ressoa o lema emblemático de Cochet: “Vive como te gustaría que se viviera en el futuro”.

Referências

- BLANCO AGUINAGA, Carlos et alii. *Historia social de la literatura española*. Madrid: Castalia, Tomos II y III, 1979.
- COCHET, Gustavo. *Diario de un pintor. Con treinta y siete grabados impresos con el taco original*. Buenos aires: Ediciones Conducta, 1941.
- GOYA Y LUCIENTES, Francisco de. “Anuncio de venta”. In: *Diario de Madrid*, s/p, 1799 (copia microfilmada).
- KARP LUGO, Laura. *Los Caprichos de Gustavo Cochet*, memorias de la Guerra Civil, Amnis, 2, 2011.<http://amnis.revues.org/1506>; DOI: 10.4000/amnis.1506. Consultado em 15 de janeiro de 2017.
- LAFUENTE FERRARI, Enrique (1982). *Desastres de la Guerra y dibujos preparatorios*. Barcelona: Central Hispano, 1982.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

PRECE, María Eugenia (org.). *Gustavo Cochet: Caprichos. Estampas 1936-1938*. Santa Fe: Espacio Santafesino Ediciones, 2014.

RICO, Francisco (Dir.). *Historia y crítica de la literatura española*. Barcelona: Grijalbo, Tomos 7, 8 e 9, 1981.

RUEDA, Manuel de (1761). *Instrucción para gravar en cobre*. Edición facsímil. Reed. en Granada: Universidad de Granada, 1991.

SÁNCHEZ, Eleanor A. Sayre y otros (1988). *Goya y el espíritu de la Ilustración*. Madrid: Museo del Prado.

TUÑÓN DE LARA, Manuel. *La España del siglo XX*. Barcelona: Laia, 3 vol., 1974

As marcas do impacto. Narrativas e representações da Guerra Civil Espanhola

Maria Luiza Tucci Carneiro

Diante dos desafios

A extensão do impacto da Guerra Civil Espanhola no cotidiano dos países da Europa e da América Latina ainda está em aberto mesmo após 80 anos do término do conflito. Em primeiro lugar porque os acervos oficiais e pessoais ainda guardam preciosidades inéditas, e também por ser um tema que permite abordagens distintas em múltiplas áreas do conhecimento. Sabemos que a partir de 1975, com o término da ditadura franquista, muito se escreveu sobre a guerra trazendo à luz informações até então desconhecidas. Mesmo para o Brasil, a data de 1975 é simbólica por expressar os piores anos da repressão e censura impostas pela Ditadura Militar (1964-1983). Importantes arquivos institucionais estavam censurados, sendo o conflito na Espanha um tema tabu, dentre tantos outros assuntos indigestos. Essa documentação (diplomática e policial) permaneceu secreta e confidencial até 1985, quando os arquivos do Itamaraty e da Polícia Política do Estado de São Paulo (Deops/SP) foram abertos para consulta pública após a mobilização de um grupo de pesquisadores brasileiros. Com a criação do Arquivo Edgard Leuenroth-AEL, na Unicamp, novas possibilidades de pesquisa se abriram considerando-se o grande volume de jornais e revistas ali arquivados.

Estava aberta a “Caixa de Pandora”!

Caberia a nós, historiadores, adentrar aos arquivos daquelas máquinas de controle e tentar lidar com a brutalidade da censura em meio aos respiros de liberdade. Apesar da abertura plena, precisaríamos de muitos anos de investigação sistemática para conseguir entender a lógica arquivística dessas instituições, guardiãs da História Política do Brasil Contemporâneo. Como docente do Departamento de História da FFLCH, da Universidade de São Paulo, eu respondia pelas disciplinas de História do Brasil Contemporâneo e História Ibérica, ao lado dos meus colegas José Carlos Sebe Bom Meihy e Vera Ferlini. A partir de 1996, tive o privilégio de pesquisar junto ao Arquivo Público do Estado organizando os primeiros inventários da documentação da Polícia Política do

Estado de São Paulo. Através do Projeto Integrado Arquivo/USP – PROIN/Fapesp adentramos ao mundo da repressão e da resistência cobrindo o período de 1924-1983, momento que a população brasileira viveu em um imenso universo carcerário.

Durante esse mapeamento, alguns assuntos mereceram a nossa atenção, considerando o ineditismo das fontes, sendo a Guerra Civil Espanhola, questão-chave para entendermos a perseguição aos comunistas no Brasil. Lembro-me que, através da disciplina História Ibérica II, formamos uma frente de investigação que abriu caminhos para a produção historiográfica brasileira sobre a Guerra Civil Espanhola que, até então, carecia de estudos sobre o envolvimento do Brasil naquele conflito. O historiador José Carlos Sebe Bom Meihy foi o nosso mentor, insistindo no registro das memórias dos soldados brasileiros que integraram a Brigadas Internacionais. Ao mesmo tempo, Bom Meihy nos instigava a questionar as várias manifestações culturais que, tanto na Espanha como no Brasil, poderiam servir para o aprofundamento da nossa compreensão sobre as frentes de resistência à ditadura Vargas, ao fascismo e ao franquismo.

Não precisamos de muita imaginação para nos aventurarmos a ler poesias, romances, peças teatrais, além de sairmos em busca de diários, livros de memórias, obras de arte, cartazes de propaganda política, jornais, revistas ilustradas, charges e outros tantos testemunhos que nos instigaram a sair da superfície para adentrar ao mundo da clandestinidade. Descemos aos subterrâneos da liberdade, vibramos com os poemas de (e sobre) Garcia Lorca declamado em nossas aulas, escutamos os “sinos dobrarem” lendo Ernest Hemingway e “desconstruímos Guernica” buscando conexões com as imagens produzidas por Velásquez e Goya. Realmente, foi um grande desafio, mas conseguimos sair das sombras (Meihy, 2011: 119-137).

Em busca de narrativas e representações

É deste escombro de experiências que tirei a proposta para esse ensaio dedicado a analisar narrativas e as representações que circularam no Brasil – antes, durante e após o conflito na Espanha – procurando reconstituir as marcas do impacto sobre a comunidade brasileira. É fato que, entre 1936 e 1939, o tema da Guerra Civil Espanhola ocupou um lugar privilegiado na grande imprensa brasileira, assim como na documentação produzida por diplomatas brasileiros em missão na Espanha e autoridades policiais sediadas no Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo - Deops/SP. Enquanto as notícias sobre a guerra pipocavam diariamente nos principais jornais e revistas ilustradas daquela época, os registros diplomáticos e policiais eram mantidos em segredo e cadastrados como assunto de segurança

nacional. Tratava-se, na maioria das vezes, de vigilância e repressão ao comunismo, interpretado como o vilão do conflito na Espanha.

Aos olhos do mundo, a Espanha havia se transformado numa arena de combate aberto entre duas facções que convulsionavam o continente europeu numa luta fratricida: fascismo *versus* comunismo. Segundo o *Editors Press*, de Nova York, a Espanha estava envolvida numa “luta de morte, sem trégua e nem quartel, há muito esboçada no cenário pleno de indecisões” e que a projetava no futuro nublado e ameaçador daquele continente. Enfim, argumentava-se que essa luta havia sido precipitada pela Espanha por fomentar um cenário propício a “fazer germinar a semente das rebeliões”.¹

É sob este viés – do fascismo *versus* comunismo – que dou continuidade aos textos anteriores que já elaborei sobre o tema (Carneiro, 1991; 2011: 117-189; 2016: 115-143). Com o propósito de analisar os vários discursos que circularam no Brasil sobre a Guerra Civil Espanhola tomei como base um *corpus* documental selecionado junto ao Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro e ao Fundo Deops/SP, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, considerando que o Itamaraty e a Polícia Política brasileira trabalhavam em conjunto com o objetivo de prevenir a infiltração comunista no Brasil e articular meios práticos de combatê-lo. Reuni também alguns escritos de renomados artistas e intelectuais que, exilados na França ou no Brasil, projetavam-se por suas posturas de resistência ao nazifascismo, pronunciando-se sobre o conflito na Espanha.

Basicamente, as narrativas e as representações da Guerra Civil Espanhola que circularam no Brasil entre 1936-1945 configuram a imagem desoladora de uma Espanha sangrenta e convulsionada pelo embate entre o fascismo e o comunismo. Persiste em nosso imaginário a imagem de um grande desastre – simbolicamente repre-sentado em *Guernica*, de Picasso – não apenas pela monumentalidade do conflito, que deixou um rastro de sangue na população civil espanhola, mas também por ser considerado como a ante-sala da Segunda Guerra Mundial.

Naquele momento, esses discursos serviam ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945), dedicado a justificar sua permanência no poder, sob a alegação de que tentava impedir que o Brasil vivenciasse uma guerra civil, arquitetada pelos comunistas que já haviam se manifestado no Levante de 1935. Por outro lado, essa mesma Guerra Civil servia também aos antifascistas que, organizados em diferentes frentes, investiam contra a política coercitiva de Getúlio Vargas e de Franco. Fica evidente que a neutralidade propagada pelo governo brasileiro

1. Exemplo dessa abordagem é a matéria “A luta fratricida na península ibérica é a guerra social do mundo”, In: *Editors Press*. Nova York, 5 de agosto de 1936.

era falsa pois, nos bastidores, Vargas identifica-se com as propostas dos regimes nazifascistas e nacionalistas em voga na Europa, que encontravam adeptos no Brasil. Vargas não ocultava seu apoio ao franquismo, representado pela Embaixada da Espanha no Brasil e pelo Centro Espanhol Nacionalista, sediado em Porto Alegre. Em vários momentos, Vargas aproveitou-se das notícias sobre a Guerra Civil Espanhola publicadas pela grande imprensa brasileira para justificar a vigilância e a repressão aos comunistas no Brasil que, segundo versão oficial, identificavam-se com a causa dos republicanos espanhóis.

Com o objetivo de analisar um conjunto desses discursos que circularam no Brasil, sobre a Guerra Civil Espanhola, procuramos agrupá-los em dois grupos distintos:

1. *Anticomunista, fascista e xenófobo*, que reforçavam a imagem estereotipada dos comunistas envolvidos com o conflito na Espanha. Geralmente, eles eram descritos como um bando de vândalos, incendiários, assassinos de civis e destruidores dos povos. Com relação aos emissores desse discurso, podemos citar: o Estado brasileiro – nacionalista, autoritário e xenófobo –, presidido por Getúlio Vargas. Este, apoiado por autoridades políticas, militares e diplomáticas, não ocultava as suas simpatias pelo fascismo em ascensão na Europa. Dentre aqueles que pactuavam com o poder cumpre citar: Filinto Muller, Góis Monteiro e Francisco Campos. Esse discurso era também endossado pela Igreja Católica, um segmento da grande imprensa e os diplomatas que serviam junto ao Itamaraty no Rio de Janeiro (D.F.) e/ou nas missões sediadas no exterior.

2. *Pró-Espanha revolucionária*, antifascista, representada pelas lideranças comunistas e por um grupo de refugiados do nazifascismo exilados no Brasil e/ou na França, sendo a maioria judeus e/ou expatriados. Dentre os intelectuais e artistas cito Stefan Zweig, Cícero Dias, George Bernanos e Fedor Ganz.

Olhares sobre a Espanha: pólos de observação

Anos antes da eclosão da guerra civil na Espanha, o governo brasileiro já se mostrava atento à mobilização dos comunistas naquele país em busca de conexões que ajudassem a inibir as propostas de uma revolução bolchevique no Brasil. Em dezembro de 1931, o diplomata brasileiro A. C. Moreira Telles, sediado em Almeria, assegurava ao ministro de Estado das Relações do Brasil, Afrânio de Mello Franco, que o partido comunista daquela região estava desorganizado limitando-se a receber manifestos enviados de outras localidades da Espanha. No entanto, informações colhidas junto à imprensa espanhola e ao comércio local, confirmavam que a propaganda comunista nas províncias do sul da Espanha, principalmente em Granada, Málaga, Sevilha e Valência, havia formado “os mais importantes e perigosos focos de propaganda revolucionária” insuflada por

elementos de outros países que ali exerciam “influência nefasta”. Alertava para a intensidade dessas ações doutrinadoras que, por atingir o operariado dos centros agrícolas e indústrias, estavam provocando “greves e distúrbios graves, com grande prejuízo para a tranquilidade pública e para os interesses econômicos dessas regiões”. Na sua opinião, o perigo estava ali instalado. Sobre o a atuação de comunistas espanhóis no Brasil, nada a declarar até aquele presente momento, mas estaria atento².

Meses depois, em abril de 1932, o cônsul-geral do Brasil, em Las Palmas, Manoel Moreira de Barros e Silva, informava sobre os vários acontecimentos ocorridos naquela cidade por ocasião da chegada do vapor “Buenos Aires”, precedente de Villa Cisneros, Rio de Ouro, conduzindo um grupo de deportados políticos envolvidos com o movimento comunista irrompido recentemente na Catalunha. Por ordem do *Ministerio de Gobernacion*, os presos foram autorizados a desembarcar enquanto o vapor permanecesse naquele porto, considerando que seriam libertados em Madrid. Usufruindo desses momentos de liberdade, os presos improvisaram um comício e, na condição de oradores, pregaram o comunismo à frente de uma grande massa de povo. Em seguida, do balcão da sede do governo local, um dos oradores deu vivas à anarquia e ao comunismo, arrancando aplausos do público seduzido por suas propostas de revolução social. Somente após ameaças do governo civil, é que os presos foram recolhidos a bordo do “Buenos Aires” que, no dia seguinte, deixou o porto escoltado pelo cruzador “Canovas del Castilho”. Segundo Barros e Silva, a consequência foi imediata: a disseminação de ideias e a fundação do partido comunista, dirigido por muitos dos presos que por ali ficaram, sem aguardar pela liberdade em Madrid³.

Em dezembro de 1935, Moreira Telles, desta vez cônsul-geral do Brasil em Málaga, alertou Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores, para o fato da propaganda comunista circular com certa liberdade naquela província, sem impedimento de qualquer autoridade. Ao discurrir sobre os vários comícios ocorridos naquela região, frisou que os oradores comunistas não fizeram nenhuma menção ao levante liderado por Luiz Carlos Prestes em novembro passado. De certa forma, tentava-se impedir que tais projetos políticos de subversão se alastrassem pelo Brasil e pelo continente gerando uma base propícia à ação

2. Ofício nº 58 de A. C. Moreira Telles, do Consulado Geral do Brasil para Afrânio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Almeria 16.12.1931. Lata 1101, Maço 21169 [cópia]. AHI/RJ.

3. Ofício nº 21 (reservado), de Manoel Moreira de Barros e Silva, Cônsul-Geral do Brasil em Las Palmas, para Afrânio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Las Palmas, 04.04.1932. Lata 1101, Maço 21169. AHI/RJ.

moscovita⁴. No entanto, logo após a repressão aos comunistas no Brasil, a embaixada brasileira em Madrid apressou-se a informar que os centros políticos espanhóis, filiados às organizações soviéticas, estavam indignados com as ações repressivas do governo brasileiro. Dentre essas organizações foram citadas a “Agrupación socialista” de La Línea (Cádiz) e a dos operários da Empresa “Casas Brasil”. Com a proximidade das eleições, que tendiam a convulsionar a Espanha, o embaixador Alcebíades Peçanha temia que tais “elementos subversivos” cometessem violências contra o edifício-sede da embaixada brasileira em Madrid⁵.

Em 28 de janeiro de 1936 – portanto antes do início do conflito na Espanha em 17 de julho de 1936 – Odette de Carvalho e Souza encaminhou ao ministro José Carlos de Macedo Soares, das Relações Exteriores do Brasil, um memorial expondo os motivos daqueles que defendiam a criação dos Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I.). Este era uma secção especial junto aos Serviços do Itamaraty, para tratar da obra de repressão ao comunismo. Entendiam – ainda que esse trabalho parecesse, a primeira vista, de competência exclusiva da polícia – que o Itamaraty poderia prestar relevantes serviços à ação policial ao contribuir com informações sobre a proliferação e as investidas do comunismo no exterior. Argumentava-se que, devido ao caráter internacional do comunismo e do seu princípio de revolução mundial, a luta anti-bolchevista deveria “ser empreendida em terreno internacional estabelecendo uma estreita ligação entre a acção de todos os países contra o Kumintern [sic]”⁶.

Entendia-se que as missões diplomáticas sediadas no exterior poderiam se transformar em “pólos de observação sobre as ações, táticas e palavras de ordem lançadas por Moscou para estender ao mundo inteiro a sua obra nefasta de destruição”.⁷ Essa proposta, certamente, vinha de experiências anteriores que tinham a Espanha como uma espécie de “laboratório experimental” desde o início da década de 1930. Mesmo antes do levante comunista de 1935 no Brasil

4. Ofício nº 82 de A. C. Moreira Telles, do Consulado Geral do Brasil em Málaga para José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Málaga, 10/12/1935. Lata 1101, Maço 21169 [cópia]. AHI/RJ.

5. Ofício nº 10 de Alcebíades Peçanha, da Embaixada do Brasil na Espanha para José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores. Madrid, 19 de Janeiro de 1936. Lata 1101, Maço 21160. AHI/RJ.

6. Alguns desses registros foram analisados pelos historiadores Ismara Izepe de Souza, João Henrique Botteri Negrão e Rodrigo Tavares que, sob a minha orientação, desenvolveram suas teses de doutorado em História Social no Departamento de História da FFLCH- Universidade de São Paulo. Esses estudos são hoje referência para as pesquisas sobre a Guerra Civil Espanhola, o fascismo e antifascismo no Brasil, assim como sobre a construção do mito do complô comunista.

7. Memorial de Odette de Carvalho e Souza ao ministro de Estado das Relações Exteriores. José Carlos de Macedo Soares. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1936, Lata 1.377, Maço 31.915. AHI/RJ.

e da eclosão do conflito na Espanha, as autoridades diplomáticas brasileiras, em missão naquele país, estavam atentas a proliferação da propaganda comunista que, principalmente nas províncias do sul da Espanha, criava raízes e conquistava adeptos. Em seus ofícios e relatórios políticos, os cônsules brasileiros transmitiam as informações coletadas sobre as ações do Partido Comunista na Espanha e suas conexões com os espanhóis radicados no Brasil.

Em 25 de março de 1936, o jornal *L'Indépendance Belge* questionava sob a possibilidade da imposição de uma ditadura soviética à Espanha, com a cumplicidade dos socialistas e dos sindicalistas da Península. Um dos permenores comentados por esse jornal belga é que o Komintern havia decidido enviar para a Espanha dois emissários: Lozowski e Bela Kun, sendo esse definido como “bruto, sanguinário e torturador”⁸ Stefan Zweig, em seu livro *O mundo de ontem*, chegou a comentar sobre esse episódio:

À direita, na Baviera, fora instaurada a República Comunista dos Conselheiros; à esquerda, a Hungria, sob Bela Kun, tornara-se bolchevista; ainda hoje é incompreensível para mim que a revolução não tenha contaminado também a Áustria” (Zweig, 2002).

No calor da campanha eleitoral, feita com grande ardor em toda a Espanha, os diplomatas brasileiros em missão na Espanha, procuravam fornecer ao Itamaraty o maior número possível de informações sobre a propaganda comunista, as habilidades dos agentes revolucionários, os principais jornais comunistas, a captação de fundos através de cupons comercializados entre as classes operárias, reuniões realizadas na França, entre outros. Ildefonso Navarra Leitão, cônsul-geral do Brasil em Valência, anunciava que “o próximo dia 1º de maio, Dia do Trabalho, iria marcar o início de uma nova época na Espanha... existindo um profundo mal estar geral e grande desassocêgo nos meios conservadores”.⁹ Realmente o esperado aconteceu: em Málaga, o comício de propaganda foi realizado na praça de touros daquela cidade, momento em que os vários oradores fizeram apologia de suas ideias e atacaram os governos de diferentes países, dentre os quais o Brasil. Desfilando pelas ruas de Málaga, os comunistas conduziram cartazes com os dizeres: “Por la libertat de Thaelmann, Prestes y todos los antifascistas”; “Libertad de Thaelmann y Prestes”, reforçando o conteúdo dos artigos publicados no mês anterior pela revista *Información*

8. Ofício nº 62 do [assin. ilegível], embaixador do Brasil na Bélgica, à José Carlos de Macedo Soares, ministro de Estado das Relações Exteriores. Bruxelas, 25 de março de 1936. Lata 1101, Maço 21.169. AHI.

9. Ofício nº 23 de Ildefonso Navarra Leitão, cônsul-geral do Brasil, à José Carlos de Macedo Soares, ministro de Estado das Relações Exteriores. Valencia, 30 de abril de 1936. Lata 1101, Maço 21.169. AHI.

Internacional combatendo as medidas do governo brasileiro em defesa da ordem social no nosso país.¹⁰

Em 17 de maio de 1936, Ildefonso Navarra Leão assim escreveu (em caráter confidencial) ao chanceler brasileiro Macedo Soares:

Si o Brasil não fosse tão brasileiro e o espírito de brasilidade dos seus Governantes não fosse tão forte, as ordens de Moscou teriam sido executadas em Novembro último e talvez estivéssemos agora assitindo e soffrendo os horrores que de um certo tempo à parte vêm infelicitado este bello paiz.

Dis-se-ia que Espanha está entregue à anarchia e que aqui impera o extremismo demolidor...No dia 13 do corrente, nas pequenas mas ricas cidades de Carcagente e Alcira, as turbas marxistas incendiaram cinco igrejas e conventos; profanaram sepulturas e nichos alli existentes, retirando esqueletos de monjas e cadáveres em decomposição, sobre os quaes eram feitas as mais baixas, as mais sórdidas apreciações na presença de crianças e mulheres”.¹¹

A partir de junho, os diplomatas brasileiros em missão na Espanha, posicionaram-se como “observadores imparciais”, procurando manter o governo brasileiro informado sobre a agitação social naquele país. O alerta era de que o operariado caminhava “afoitamente” para o comunismo, implantava-se a violência praticada de forma “chronométrica”, “methodicamente”. A opinião de algumas pessoas era “que o communismo não teria vida longa na Espanha, mas... no caso de uma tentativa revolucionária, irromperia uma guerra civil, provocada pelos partidos conservadores”¹².

A guerra civil não tardou. Quatro dias após o assassinato do deputado Calvo Soterlo, precipitaram-se os acontecimentos e o movimento irrompeu, apoiado, principalmente, pelo Exército. Iniciava-se a luta fratricida. Das 49 províncias espanholas, 31 estavam em poder dos rebeldes. Não tardariam os comentários de que a profecia de Lenine em 1920, por ocasião do II Congresso do Komintern, se tornava realidade: “Affirmo, e a História me dará razão, que o segundo paiz de ditadura soviética na Europa será seguramente a Espanha”¹³.

10. Ofícios nºs 41 e 34 de A. C. Moreira Telles, cônsul-geral do Brasil, à José Carlos de Macedo Soares, ministro de Estado das Relações Exteriores. Málaga, 2 de abril e 4 de maio de 1936. Lata 1101, Maço 21.169. AHI.

11. Ofício nº 28 (confidencial) de Ildefonso Navarra Leitão, cônsul-geral do Brasil, à José Carlos de Macedo Soares, ministro de Estado das Relações Exteriores. Valencia, 17 de maio de 1936. Lata 1101, Maço 21.169. AHI.

12. Ofício nº 55 de A. C. Moreira Telles, cônsul-geral do Brasil, à José Carlos de Macedo Soares, ministro de Estado das Relações Exteriores. Málaga, 4 de junho de 1936. Lata 1101, Maço 21.169. AHI.

13. “Espanha Espanhola e Espanha Soviética” (sem assinatura). Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1936, 11 pp. Lata 1101, Maço 21169.

Enquanto isso, o governo de Vargas decretava a expulsão dos estrangeiros comunistas radicados no Brasil. Entre eles estava Ida Chazan (ou Sasam) – também chamada de Helena Lazarovitz ou Elena Chaceneite. A jovem lituana era uma operária de ativa militância política. Por esse motivo, já havia sido presa em seu país de origem e voltaria a ser detida por quase um ano, dessa vez no Brasil. Expulsa do Brasil, embarcou para a Espanha, em junho de 1937, onde foi trabalhar em hospitais. Nos três países nos quais viveu, Ida sempre esteve filiada ao partido comunista local. Não se sabe qual foi seu destino após o fim da guerra. Saímos em busca dos outros deportados que, no Brasil ou na Europa, formavam as frentes de resistência pró-Espanha republicana. Vamos até eles!

Frentes de resistência pró-Espanha republicana

Após o Levante comunista de novembro de 1935, que culminou com a prisão de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, seguido do golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em 1937, aumentou ainda mais a preocupação com a eclosão de uma guerra civil no Brasil, nos moldes daquela que abalava a Espanha. Em 1936, o Partido Comunista Brasileiro cuidou, de imediato, de arregimentar voluntários para a Espanha. Os primeiros brasileiros a partirem para a Espanha foram os militares comunistas Alberto Bomílcar Besouchet, Paulo Machado Carrion, Celso Tovar Bicudo de Castro e Ernest Joske. Além desses, outros 10 militares (Apolônio de Carvalho, Carlos da Costa Leite, David Capistrano da Costa, Delcy Silveira, Dinarco Reis, Eneas Jorge Andrade, Hermenegildo de Assis Brasil, Homero de Castro Jobim, Joaquim Silveira dos Santos, José Gay da Cunha, José Correa de Sá, Nelson de Souza Alves, Nemo Canabrarro Lucas) e dois civis (Roberto Morena e Eny Silveira) partiram em solidariedade à República espanhola engajando-se na luta contra o fascismo. Dentre os 14 militares, nove participaram da insurreição comunista de 1935.

Sobre esse grupo muito já se escreveu, principalmente sobre Apolônio de Carvalho e José Gay da Cunha. Haja vista o grande número de livros de memórias e biografias publicadas a partir de 1980 (Rodrigues, 1980:125-158; Meihy, 1996: 117-122), além de teses e dissertações sobre os brigadistas brasileiros. A historiadora Thais Battibugli foi pioneira ao resgatar a trajetória da militância antifascista desse grupo, que lutou na Guerra Civil Espanhola (Battibugli, 2004). Dentre esses chamo atenção para um grupo de judeus civis expulsos do Brasil por suas atividades comunistas e que foram combater nas Brigadas Internacionais em defesa da causa republicana. Ao mesmo tempo, identificavam-se com os movimentos antifascistas organizados na Europa e nos países latino-americanos. Este grupo também estava preocupado com o recrudescimento do antisemitismo na Europa, enquanto política do Estado alemão, que previa a “Solução Final do

Povo Judeu”. Segundo Raquel Ibáñez Sperber, cerca de 20% dos Brigadistas eram judeus¹⁴.

Dentre os judeus comunistas que saíram do Brasil, para lutar nas Brigadas Internacionais, citamos: Ernest Joske, Ejber Bajnerman e Wolf Reutberg, raramente reverenciados pela historiografia brasileira, talvez pela ausência de pesquisas dedicadas a reconstituir suas histórias de vida.

Brigadistas “quase” anônimos

Considerando a presença marcante dos judeus nos movimentos de resistência ao nazifascismo na Europa e no Brasil, retomo aqui a trajetória de Ernest Joske (Joske), cujo nome aparece grafado de maneiras distintas dificultando o acesso aos registros que podem nos ajudar a reconstituir seu perfil político e social. Joske nasceu em Pozen (Alemanha) em 1898, filho de Siejbert Joske, emigrou para o Brasil em 1920, onde trabalhou inicialmente como agricultor, sendo contador de profissão. Era guarda-livros e funcionário do Banco Transatlântico Alemão. Após o levante comunista de novembro de 1935, Joske foi preso em 17 de janeiro de 1936, em São Paulo. Ele foi preso juntamente com Ejber Bajnerman, barbeiro judeu polonês, sendo ambos acusados de militarem nos seus respectivos sindicatos. Como provas do crime político praticado por Joske foram apreendidos selos de contribuição para o Socorro Vermelho Internacional, livros de literatura antinazista, antifascista e marxista, um jornal comunista editado na Espanha e uma lista de estrangeiros expulsos do Brasil¹⁵. Com eles também foi presa Sidéria Galvão, irmã de Pagú, sendo levados para o presídio de São Paulo. Condenado, Joske foi expulso do Brasil por portaria expedida em 30 de março de 1936 e embarcado pelo governo brasileiro no vapor Cuyabá em junho daquele mesmo ano com destino à Alemanha (Ribeiro: 2015).

14. Raquel Ibáñez Sperber, de origem espanhola, organizou em 2003 uma exposição na Universidade Hebraica de Jerusalém, que reuniu fotos, documentos e objetos sobre os voluntários judeus das Brigadas Internacionais. Uma outra mostra – “From here to Madri” (De aqui a Madrid) – instalada no Museu de Eretz Israel, de Tel Aviv em 2013, homenageou os 267 voluntários judeus nascidos na antiga Israel sob o mandato britânico que combateram na guerra civil ao lado dos espanhóis republicanos. Essa história foi também contada no documentário *Madrid before Hanita* produzido em 2007 pelo israelense Eran Torbiner. Ver SACKS, Sheila, “Os voluntários judeus na Guerra Civil espanhola”, in: Observatório da Imprensa, 18/08/2015, edição 864. Disponível em <http://observatorioidaimprensa.com.br/memoria/os-voluntarios-judeus-na-guerra-civil-espanhola/>

15. *Pront. nº 509, de Ernest Joske*. Datas-limite: 20/11/1935 a 28/06/1947. Fundo Deops/SP. APESP.

Maria Luiza Tucci Carneiro

N.º _____

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME ERNESTO JOSKE

Admitido em território nacional em caráter _____

Nacionalidade ALEMA 33 ANOS

Pat. STEFERET MOSKE Mês _____

Profissão _____

Carteira de identidade n.º 390.110 Registro n.º _____

Residência _____

Emprego _____ Local _____

20.8.42

Boletim 102

Simão
DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Imagem 1

Ficha de Ernesto Joske, São Paulo, 20 de agosto de 1942.
Registro de Estrangeiros. Delegacia de Fiscalização de Entrada
de Estrangeiros, Permanência e Saída. APESP/SP.

Joske deveria desembarcar em Hamburgo, na Alemanha, mas conseguiu fugir do navio e, com a ajuda de estivadores do porto e do Partido Comunista Francês (PCF)¹⁶, desembarcou em Paris para, a partir daí, se engajar nas Brigadas Internacionais. Em fins de maio de 1937 já estavam na Espanha e, em 8 de agosto, o PCF informou ao Partido Comunista Espanhol (PCE) que Joske estava em Albacete, onde desempenhava tarefas administrativas na base das Brigadas Internacionais. Na ficha político-militar de Joske nas Brigadas Internacionais consta que ele aceitou plenamente a linha da Frente Popular proposta pelo PCE, renunciando a sua “posição “esquerdista””: “Si.... Porque unió todas las fuerzas de todas las capas democráticas, tanto burgueses como proletários, en la lucha contra el enemigo común, el fascismo”. Sobre as Brigadas Internacionais, enquanto organização política e militar, ele respondeu:

16. Essa estratégia de “resgate” já havia sido aplicada para salvar a romena Genny Gleiser, natural de Gruzdei, expulsa do Brasil com apenas 17 anos, acusada de ser “agitadora infiltrada nas escolas e fábricas”. Em outubro de 1935, junto com outros militantes judeus, Genny Gleiser foi deportada através de Santos, no cargueiro francês Aurigny, para ser entregue ao governo fascista da Romênia. Na França, em conluio com o capitão do barco, estivadores e operários do porto a libertaram. Genny escapou dos nazistas e alguns dos companheiros foram lutar na Espanha. Seu pai desapareceu. Após a guerra, Genny Gleiser teria conseguido emigrar para os Estados Unidos onde teve uma filha e ali viveu até a sua morte.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Con la idea de la creación de B.I. se ha dado a las masas antifascistas del mundo intero (sic) una nueva arma que puede ser de grande provecho para el futuro. En España hube (sic) en las B.I. bastante sectarismo que impidió (sic) el desenvolvimiento de una buena política de Frente Popular. Administrativamente eran malas provocando muchos desfalques y demoralizando muchos camaradas por falta de un control eficiente. Militarmente eran en la primera fase de guerra unidades de choque, que levantaron mucho el espíritu de combate de los camaradas españoles¹⁷.

Ernest Joske trabalhou também no departamento de censura militar e no serviço de efetivos até ser enviado a servir no segundo e no quarto grupo de artilharia. Foi quando encontrou o Jorge Cetl, desenhista e membro do PCB e da ANL, também expulso do Brasil. Cetl havia sido colega de Wolf Reutberg, um outro jovem judeu romeno, na *Light and Power Company* de São Paulo. Nas Brigadas Internacionais, Cetl era também um dos membros do Comitê que emitiu um parecer positivo a respeito de Joske como um “bom” camarada. Até onde interferiu Cetl, difícil saber.

Sobre Ejber Bajnerman sabemos muito pouco. Era natural de Ostrovia (Polônia) e radicado em São Paulo, onde possuía uma barbearia no bairro do Bom Retiro. Havia participado como orador do comício realizado pela Aliança Nacional Libertadora, no Rink São Paulo em 1935. Foi detido pelo Deops/SP, em 7 de janeiro de 1936, e identificado pelo investigador de polícia entre os estrangeiros que haviam participado do comício do Partido Socialista Brasileiro no Parque D. Pedro, ao qual compareceram cerca de oitocentas pessoas. Em seu poder foi apreendido uma lista de subscrição em iídiche, com diversos nomes, segundo o auto de exibição e apreensão de janeiro de 1936. Nesse mesmo dia, declarou ser membro da Diretoria do Sindicato Patronal dos Barbeiros, que trabalhava em colaboração com o Sindicato dos Oficiais. Em abril de 1936, aquela lista foi identificada como uma relação de contribuições ao Partido Comunista. Bajnerman foi classificado como comunista, em informação reservada de novembro de 1935, sendo associado a “elementos ativíssimos” e pede a sua expulsão¹⁸ (Wiazovski, 2001: 123-124).

17. “Nous vous prions de faire le necessaire pour aider tous les camerades brésiliens sauf Beinermann et Joske au sujet desquels on doit faire quelques réserves étant autrefois des trotskistes actifs, et quioque ils aient reconnu leurs fautes ils désirent malgré tout se rendre au Mexique, ce qui démontre qu’ils n’ont pas renoncé a leur position. Or, nous venons de recevoir une lettre de Joske suivant laquelle il se trouve em Espagne.”. Carta do PCF ao PCE, 06/08/1937. Arquivo da IC, microfilme número 10, AEL. Ver Anexo F. Comissariado de Guerra de las BI: Ficha de Ernesto Joske, s.d., Arquivo da IC, microfilme número 10, AE; Ficha de Ernest Joske, Comissariado de Guerra das Brigadas Internacionais, s.d.; Ficha de Jorge Cetl, Comissariado de Guerra das Brigadas Internacionais, s.d. Arquivo da IC, microfilme nº 10, AEL, apud DULLES, 1985: 174 e ss.

18. Prontuário 1698, de Ejber Bajnerman. Datas-baliza: 13/01/1935 a 29/10/1937. Fundo Deops/SP. APESP.

Bajnerman foi expulso por portaria expedida em 11 de maio de 1936, tendo embarcado a bordo do vapor *Kerguelen*, com destino a Varsóvia, em 13 de junho do mesmo ano. No entanto, como vamos constatar, ele não chegou ao seu destino. Vamos encontrá-lo na Espanha, como voluntário das Brigadas Internacionais, conforme anotação do PCF, de 8 de agosto de 1936, além de estar citado em um documento sobre Besouchet assinado por E. M. Elliott, datado de 15 de janeiro de 1939. Nesse registro, o major Costa Leite, afirma que Bajnerman manteve relações com trotskistas e que teria sido morto nos acontecimentos de maio de 1937, em Barcelona.

Walter Krivitsky, um ex-agente da NKVD, relata em suas memórias que, a partir do momento que um voluntário se oferecia para integrar as Brigadas Internacionais, ele era submetido a uma investigação da NKVD sobre seus antecedentes políticos (Krivitsky, 1941: 113). O fato de Bajnerman e Joske terem sido ativos trotskistas gerou certas reservas por parte do PCE. Joske, inclusive, anotou em sua inscrição, junto ao Comissariado de Guerra das Brigadas Internacionais, sediado em Barcelona, que pretendia ir para o Chile ou México, conforme consta em um relatório de 1938. Este relatório está localizado nos arquivos da Internacional Comunista em Moscou sobre os brigadistas brasileiros na Espanha. (Fernandez, 2003: 198-199).

Com o término da Guerra Civil na Espanha, o governo francês permitiu aos brigadistas o trânsito pela França desde que seus países de origem os aceitassem de volta, a exemplo dos canadenses, ingleses, holandeses e americanos. Cerca de 6 mil refugiados políticos alemães, italianos ou outros não tinham para onde voltar, pois eram oriundos de países com governos de direita, como o Brasil sob a ditadura de Getúlio Vargas. O governo mexicano, representado pelo presidente Cárdenas, havia se oferecido para receber voluntários apátridas. A partir de 27 de janeiro de 1938, os primeiros grupos de militares feridos e civis, que haviam participado da guerra na Espanha, começaram a atravessar a fronteira da Espanha em direção à França, dentre os quais estavam Joske, na condição de exilado.

Para abrigar os refugiados bascos, após a queda da frente da Catalunha, o governo francês criou o campo de Gurs, situado nos Pirineus Atlânticos, em março de 1939, e que permaneceu em funcionamento até 1946, com alterações funcionais. Diante do aumento do fluxo de refugiados, as autoridades francesas passaram a abrigar também os demais combatentes que haviam lutado ao lado da Espanha republicana. Neste momento, a Polícia Política brasileira estava de prontidão para prender possíveis brigadistas brasileiros que ousassem desembarcar no Brasil. Em 17 de março de 1939, o capitão Baptista Teixeira, Delegado Especial de Segurança Política e Social da Polícia Civil do Distrito

Federal, enviou ao Doutor Carneiro da Fonte, Delegado de Segurança Política e Social de São Paulo, a relação de nomes dos brasileiros que haviam integrado as Brigadas Internacionais, a serviço da Espanha Republicana. Solicitava total vigilância nos portos e demais pontos de desembarque, argumentando que, devido ao fracasso previsível dos republicanos na luta da Espanha, era natural que esses elementos procurassem retornar aos pontos de origem. Dessa relação constam 39 brigadistas, identificados por nome, idade e, apenas alguns, por Unidade onde serviram¹⁹.

A situação de Joske havia se complicado a partir de 1º de setembro de 1939, seis meses após a derrota dos republicanos na Espanha, quando os exércitos de Hitler e Stalin invadiram a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial. O PCF decidiu manter a fidelidade à URSS e apoiar o pacto nazi-soviético, postura que colocou Joske em situação de ilegalidade pelo governo francês. Nesse momento, a Internacional emitiu ordens para que os partidos comunistas não prestassem auxílio para o repatriamento ou asilo àqueles elementos não alinhados com as diretrizes do partido. Todos os comunistas internos de Gurs e em outros campos deixaram de receber o apoio material das organizações tornadas ilegais. A situação desses prisioneiros tornou-se, cada vez mais insuportável. Apolônio de Carvalho, que estava alojado nesse mesmo campo, narra em suas memórias as péssimas condições do lugar (Carvalho, 1997: 135 e 137).

19. Ofício Reservado 258-3 do capitão Baptista Teixeira, Delegado Especial de Segurança Política e Social da Polícia Civil do Distrito Federal, ao Doutor Carneiro da Fonte, Delegado de Segurança Política e Social de São Paulo. Rio de Janeiro (D.F.), 17 de março de 1939. *Pront. nº 5294*, de David Capistrano, Fl. 02. Fundo Deops/SP. APESP.

RELAÇÃO de nomes de brasileiros que fizeram parte das Brigadas Internacionais a serviço da ESPAÑA REPUBLICANA.

<u>NOMES</u>	<u>IDADE</u>	<u>UNIDADE</u>
CARLOS DA COSTA LEITE.....	43 anos	Artilharia, 12 Corpo.
NEMO CANABARRO.....	31 "	Ten. Est. Maior-218-Brig.
DAVID CAPISTRANO.....	25 "	12a. Brigada
MANUEL CORREIA DE SOUZA.....	28 "	Artilharia
JOSE HOMER CORREIA.....	26 "	12a. Brigada.
HERMENEGILDO DE ASSIS.....	29 "	62a. Brigada-248-B.
ANDRE FERNANDEZ HARO.....	40 "	Fortificações
MANUEL FERNANDEZ.....	23 "	179a. B. M.
JOSE GAY DA CUNHA.....	28 "	143a. Brigada.
IGUAL GARCIA.....	20 "	
HOMERO JOBIM.....	26 "	142a. Brigada-32-Divis
GABRIEL ALAMEDA LIEBANAS.....	26 "	145a. Brigada
FRANCISCO MARTINEZ.....	30 "	46a. Divisão.
RAMOS MARIN MEDINA.....	19 "	Corpo de Engenheiros
LUIZ OMS.....	21 "	12a. Brigada
DELEY SILVEIRA.....	23 "	12a. Brigada.
HELSON ALVES DE SOUZA.....	26 "	3a Batalhão Trens Blindad
JOSE LUIZ ALONSO.....	26 "	225a. Brigada
MANUEL ALVARES LOPES.....	30 "	76a. Brigada.
JOAO BERNABE BERNABE.....	26 "	37a. Brigada Sanitária
AGOSTINHO CAMPOS VELASCO.....	27 "	Artilharia.
APOLONIO DE CARVALHO.....	27 "	
MATIAS GARCIA.....	29 "	
JORGE GML.....	25 "	
ERNESTO JOAKE.....	41 "	
MANUEL SANCHEZ LORENO.....	28 "	
RAMON LUIZ MARTIN.....	20 "	
RAMON MIGUEL GINEZ.....	20 "	
VICENTE LOLA MENTESSINO.....	32 "	
ALBINO MONTEIRO CARVALHO.....	25 "	
JAYME OLIVE BALLESTER.....	20 "	
ANTONIO RAES LOPEZ.....	25 "	
JOSE SANCHEZ RODRIGUEZ.....	22 "	
JOSE SANCHEZ SANCHEZ.....	22 "	
JOSE JOAQUIM SILVEIRA DOS SANTOS.....	24 "	
NICOLAG MARITCHEVSKY.....	38 "	
JOSE LOPEZ GARCIA.....	20 "	
JOAO ARTHUR URQUIJA.....	40 "	
JOSE VALERA BLANES.....	22 "	

RIO DE JANEIRO, 17 DE MARÇO DE 1939.

(a) BAPTISTA TEIXEIRA.

CAP.

DELEGADO ESPECIAL DE SEGURANÇA POLITICA E SOCIAL.

Imagem 2

Relação dos brasileiros integrantes das Brigadas Internacionais a serviço da Espanha Republicana. Rio de Janeiro, 17 de março de 1939. Fundo Deops/SP. APESP.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Em junho de 1940, após o armistício assinado com a Alemanha nazista, pelo governo de Vichy, Gurs transformou-se em campo de concentração para os judeus de qualquer nacionalidade. Após a libertação da França, o campo de Gurs passou a abrigar os prisioneiros de guerra alemães, colaboracionistas franceses e combatentes espanhóis que haviam participado na resistência contra a ocupação alemã. De Gurs, Joske e Apolônio de Carvalho foram transferidos para o campo de concentração de Argelès-sur-Mer. Segundo Apolônio, Joske foi arrancado desse campo e entregue, como judeu apátrida, às autoridades nazistas.

De lá, Joske foi levado para o campo de concentração de *Vernet d'Ariège*, cujo comando foi assumido pelos alemães, em 10 de junho de 1944, que resolveram deportar os 398 homens e 5 mulheres que ali estavam prisioneiros. Em 30 de junho, esses 403 prisioneiros, dentre os quais estava Joske, foram levados em caminhões e ônibus até Toulouse e, dali deportados em um comboio que ficou conhecido como “Trem Fantasma”, com um total de 700 prisioneiros. Essa jornada de dois meses foi marcada por fugas e mortes, sendo que em Sorgues, no Vaucluse, a população conseguiu retirar algumas pessoas dos vagões salvando-lhes a vida. O trem chegou ao seu destino em 28 de agosto: o campo de concentração de Dachau. No início de setembro, as mulheres desse grupo foram levadas Ravensbrück. Joske, registrado como prisioneiro brasileiro nº 149.508, morreu em 27 de dezembro de 1944 naquele campo.²⁰

JOSKE, Ernesto, 15/02/1898 <i>Partie I, liste n°261. (I.261.)</i>						
25/08/1944		Lecourt (52)		* Lors du transport		
94226	JOSKE	Ernesto		M	15/02/1898	Poznan (PL.)

Transport parti le 3 juillet 1944 de Toulouse et arrivé le 28 août 1944 au KL Dachau
Last Name: JOSKE First Name: Ernesto Title: Birth Day: 15 Birth Month: Feb
Birth Year: 1898 Birth Place: Poznan Came From: Residence (town): Sao Paulo
Residence (street): Prisoner Number: 94226 Date of Arrival: zug. 28 Aug 1944
Disposition: gest. 27 Dec 1944 Disposition (translated): died 27 Dec 1944
Category: Sch. Bresil. Category (translated): prisoner Brazilian ID: 149508 Page:
2.495/Ky. Disk: 3 Frame: 688. Disponível em: <http://www.campduvernet.eu/pages/expedition-en-pret.html>. Consultado em: 12.11.2017.

20. Meus agradecimentos à Blima Lorber, pesquisadora do projeto *Vozes do Holocausto*, do Núcleo de Estudos Arqshoah- LEER/USP, responsável pelas pesquisas sobre Ernest Joske, junto aos arquivos estrangeiros.

Maria Luiza Tucci Carneiro

Registro de Ernest Joske no Campo de Concentração de Dachau					
Page	Name	Date of Birth	Town of Residence	Prisoner #	Arrived
	Title	Town of Birth	Street and#	Category	<u>Disposition</u>
2.495/Ky.	JOSKE, Ernesto	15 Feb 1898	Sao Paulo	94 226	zug. 28 Aug 1944
		Poznan		Sch. Bresil.	gest. 27 Dec 1944

Fonte: <https://www.jewishgen.org/databases/>

O círculo dos refugiados em Paris

Esse mundo desfigurado pela violência totalitária foi também vivenciado pelo pintor pernambucano Cícero Dias (1907, Escada, Brasil; Paris, 2003), refugiado em Paris, fugindo das perseguições empreendidas pelo governo Vargas. A proximidade de Cícero Dias com a Espanha se fez repleta de calor humano e experiências inusitadas. Cícero desembarcou em Paris, em 1937, onde conheceu Di Cavalcanti, Henri Matisse, Pablo Picasso, Marc Chagall e o embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas. Sobre este momento, escreveu Cícero Dias:

A grande agitação política continuava em toda a Europa. Já estávamos às vésperas do fim da Guerra Civil Espanhola. Todas as correntes políticas se agitavam, tanto de esquerda como de direita. [...] Todo mundo politizado. A arte se salvara com dificuldade. Desfiles políticos em Paris. A Alemanha de Hitler se armava às vistas do mundo. Bombardaram Guernica. O impacto foi geral". (Dias, 2011: 113-114).

Não demorou muito para Cícero Dias estar diante de *Guernica*, exposta ao público pela primeira vez na Exposição Internacional de Paris. Emocionado, Cícero parou diante da representação daquela Espanha ensanguentada, convulsionada pela guerra civil. Ali estava, no pequeno espaço do pavilhão da Espanha Republicana, a expressão plástica e política como nenhum outro país poderia mostrar: *Guernica*, de Picasso, e a maravilhosa *Fonte de Mercúrio*, de Calder.



Imagem 3

Cícero Dias diante de Guernica. Fotografia não identificado,
Pavilhão da Espanha Republicana, Exposição Internacional. Paris, 1938.²¹

Verdadeiros monumentos da cultura moderna. Mas foi como símbolo do antimilitarismo mundial e da luta pela liberdade do homem que Cícero Dias identificou-se com *Guernica*. Após a desmontagem do pavilhão espanhol, Picasso levou *Guernica* para o seu ateliê na *Rue des Grands-Augustins* onde costumava interpelar seus amigos – dentre os quais estava Cícero Dias – sobre se colocava “cor ou não” naquelas imagens? Um cinza? Seguiu a opinião de Chagall: “Deixa *Guernica* como tu fizeste. Deixa, não toca, deixa como está” (Dias, 2011: 107-108, 117).

Aos poucos, Cícero Dias mergulhou no mundo de Picasso, cercado por espanhóis refugiados, que, em situação irregular, entravam na França fugindo das hordas franquistas. Identificado com a causa republicana, Cícero assinou um pedido ao governo francês, a fim de facilitar o tratamento dado aos espanhóis que estavam no campo de Gurs. Em vários momentos, acompanhou-os até o ateliê de Picasso, na *Rue des Grands-Augustins*, onde costumavam discutir sobre a situação da Espanha, do fascismo, comunismo, exposição surrealista, Breton, Éluard, entre outros. Além do ateliê de Picasso, Cícero Dias costumava também encontrar-se nos cafés de Paris com os brasileiros exilados e outros tantos espanhóis que haviam integrado a Brigada Internacional Republicana. Não temos

21. Disponível em: http://4.bp.blogspot.com/PqpNSNuY0hU/T6_8pCeQzJI/AAAAAAAAAJj8/VRTRQcFU2_U/s1600/Cicero-Dias-1938.jpg. Acesso em 18.11.2017.

Maria Luiza Tucci Carneiro

aqui os nomes, apenas o do ex-combatente e seu amigo, o médico brasileiro Eliézer Magalhães. Foi quando ficou sabendo da morte por fuzilamento de Alberto Besouchet, até hoje uma incógnita. Quem matou Besouchet?

Parte desse grupo que permaneceu na França, quando da invasão alemã em 1940, se engajou na Resistência Francesa. Essa foi a trajetória do judeu romeno Wolf Reutberg, um dos estrangeiros expulsos do Brasil. Ao ser detido por alemães em 1944, foi fuzilado. Segundo Raymonde Dias (1918-2013), viúva de Cícero, durante o momento que estavam em Paris eram “os duros tempos da guerra Civil na Espanha”:

Cícero convivia com espanhóis refugiados e já estava bem próximo de Picasso, que logo o “adotou, como se diz no Brasil (...) A gente vivia o dia a dia, sem pensar no amanhã, sem sequer saber se estaríamos vivos no minuto seguinte (...). Em agosto de 1941, Cícero foi mandado para o Brenner Park Hotel, uma espécie de prisão em Baden-Baden, com um grupo de sul-americanos trocados por prisioneiros alemães, que se encontravam na América do Sul. Com ele estava o diplomata e escritor Guimarães Rosa” (Dias: 164).

Gritos da resistência espanhola

Novos impactos: em 3 setembro de 1939 a França declarou guerra à Alemanha e, em 14 de junho de 1940, os alemães entraram em Paris alterando drasticamente o destino dos refugiados espanhóis ali abrigados, assim como de milhares de judeus radicados na Cidade Luz. Esses “indesejados” – por sua ideologia política ou por sua raça – entraram para o mundo das trevas, sem opção de volta. Entre eles, Ernest Joske. Cícero Dias – envolvido nessa guerra estranha – chegou a escrever que centenas de outros pintores e intelectuais “estavam vazios de espírito”. Em 16 ou 17 de julho de 1942, acompanhado de Di Cavalcanti, o artista pernambucano dirigiu-se até o Velódromo de Inverno (Velódrome d’ Hiver) para ouvir a líder comunista basca, La Pasionaria²² “aos gritos de toda a assistência: viva geral à Espanha republicana!”. A cena deve ter sido inesquecível! (Dias, 2011: 149, 157).

22. Imagino que *La Pasionaria* dispensa apresentação, mas considero importante deixar registrado seu verdadeiro nome: Isidora Dolores Ibárruri Gómez, natural de Gallarta, localidade da província de Biscaia, no País Basco (Espanha). Nasceu em 9 de dezembro de 1895 e faleceu em Madrid, em 12 de novembro de 1989. *La Pasionaria* é o pseudônimo escolhido por Dolores Ibárruri para assinar seu primeiro artigo a ser publicado em um jornal em 1918.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina



Imagem 4

Velódromo de Inverno (Velódrome d' Hiver), transformado em espaço de exclusão.

Paris, 16-17 de julho de 1942. Fotógrafo não identificado.

Fonte: Revista Life.

Se a presença de *La Pasionaria* não conseguiu impedir os alemães de propagarem o Terror totalitário na França ocupada, serviu para reforçar a imagem da mulher espanhola, rebelde, forte. Esse mesmo semblante encontrou ecos no Brasil entre aqueles que apoiavam a Espanha republicana. No arquivo Deops/SP, entre as imagens sufocadas pelas autoridades policiais adeptas do fascismo, encontramos uma aquarela de Lívio Abramo confiscada como prova de crime político: o retrato de *La Pasionaria*.²³

23. Pront. nº 712, de Lívio Abramo, Fundo Deops/SP. APESP.



Imagem 5²⁴:

La Pasionaria, por Lívio Abramo, São Paulo, s.d. aquarela. Pront. 712.

Fonte: Deops/SP. APESP.

Em 1953, graças à amizade de Cícero Dias com Picasso, a grande *Guernica*, chegou ao Brasil para participar da II Bienal de São Paulo. Em 23 de abril, um telegrama enviado pelo diplomata Paulo Carneiro, chefe do escritório do 4º Centenário na Europa, confirmava o empréstimo de *Guernica* para a II Bienal de São Paulo²⁵. A obra-ícone da Guerra Civil Espanhola apresentou-se como um manifesto contra a violência, o autoritarismo e um alerta contra o Terror totalitário. Demonstrou que o grito de dor perpetuado por *Guernica* é universal. Mesmo assim, o homem não aprendeu a lição: recentemente, na Organização das Nações Unidas (ONU), os bairros devastados da cidade síria de Aleppo foram descritos como um “*Guernica* do século 21”.

As profecias de escritores entre guerras

Importante ressaltar que um grupo de intelectuais refugiados do nazismo (judeus e não judeus) radicados no Brasil, nas décadas de 30 e 40, marcaram suas posições sobre a Guerra Civil Espanhola. Seus testemunhos podem ser considerados como profecias e, ao mesmo tempo, libelos contra o franquismo, a intolerância e violência que abalaram a Europa a partir de 1933. Alguns optaram por dar odes à liberdade; outros encontraram no suicídio a sua porta de escape.

24. <http://i.f1g.fr/media/ext/1200x/madame.lefigaro.fr/sites/default/files/img/2015/01/femmes-au-combat-3.jpg>. Acesso em 18.11.2017.

25. <https://i.pinimg.com/564x/eb/88/e1/eb88e178b8c22297d6cbb03df4d3500d-guernica-pablo-picasso.jpg>; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2005200103.htm>. Acesso: 18.11.2017

Infelizmente, nem todos tiveram tempo para acalmar seus nervos, pois os perpetradores chegaram antes levando consigo seus corpos, seus pensamentos e suas utopias.

Stefan Zweig (Viena, Áustria, 1881; Petrópolis, Brasil, 1942), olhando para o “mundo de ontem”, interpretou o conflito na Espanha como uma “manobra preparatória dos dois grupos de poder ideológicos para o seu futuro embate”. Por acaso, quando teve início a guerra na Espanha, naquele verão de 1936, Zweig estava a caminho da América do Sul, convidado a participar do congresso organizado pelo PEN Club Internacional. Como escritor judeu execrado pelo nazismo, Zweig interpretou essa viagem como uma oportunidade para reforçar a ideia de solidariedade espiritual, considerando que as últimas horas passadas na Europa apresentaram-se como um “sério aviso”. Mostrava-se preocupado com aquela “dolorosa Europa que nos destroçava os nervos”. (Zweig, 2002: 497).

Sua intuição era de que tempos tenebrosos se aproximavam, sentimento reforçado assim que aportou em Vigo, após ter partido de Southampton em um navio inglês em direção a América do Sul. Zweig estranhou ao constatar que o vapor atracaria em Vigo, porto que estava nas mãos dos franquistas²⁶. Para a sua surpresa, o navio não apenas entrou no porto como permitiu aos passageiros descerem por algumas horas. Zweig viu o suficiente para ficar aflito, assustado e pensativo, pois já havia presenciado cenas semelhantes na Itália e na Alemanha. Reconheceu, de imediato, aqueles uniformes reluzentes, novos e impecáveis, assim como os automóveis novos e as metralhadoras:

Diante da prefeitura, onde tremulava a bandeira de Franco, havia jovens rapazes enfileirados em trajes camponeses, conduzidos em geral por sacerdotes, que haviam sido evidentemente trazidos das aldeias vizinhas. Num primeiro momento, não compreendi o que pretendiam fazer com eles. Seriam trabalhadores que estavam sendo aliciados para algum serviço de emergência? Seriam desempregados que receberiam comida? Mas quinze minutos depois vi os mesmos jovens saindo da prefeitura transformados. Trajavam uniformes reluzentes e novos, estavam armados de espingardas e baionetas; sob a supervisão de oficiais, foram colocados em automóveis igualmente novos e reluzentes e saíram cidade afora em alta velocidade (Zweig, 2002: 498).²⁷

26. Para contextualizar esse momento, importante lembrar que a guerra civil havia eclodido na Espanha logo após o assassinato de um dos líderes dos conservadores, José Calvo Sotelo, pelas milícias republicanas em 13 de julho de 1936. Esse atentado serviu de alibi para a deflagração da rebelião militar contra o governo republicano. Quatro dias depois, os militares deram um golpe de estado e o generalíssimo Francisco Franco assumiu a liderança do exército espanhol. Franco assumiu o controle de regiões como Navarra, Galícia e Aragão, enquanto Madri, Barcelona e Valencia permaneceram nas mãos da frente Popular, dividindo o país.

27. Tradução de Carol Colffield, pesquisadora do projeto *Vozes do Holocausto* junto ao Núcleo de Estudos Arqshoah/LEER-USP, sob a minha coordenação. Agradeço-lhe a indicação de vários textos produzidos pelos intelectuais refugiados no Brasil, citados nesse artigo.

Intrigado, questionou sobre esse novo poder que queria dominar, aqui e acolá, através da violência, fazendo minar a paz, a humanidade, a conciliação, interpretadas como fraquezas antiquadas por aqueles que seduziam os jovens e financiavam o ódio:

(...) quem fornece e financia esses uniformes novos, quem organizava esses jovens exangues, quem os impele contra o poder constituído, contra o parlamento eleito, contra sua própria representação popular legal? O tesouro do Estado estava em mãos do governo legal, isso eu sabia, assim como os depósitos de armamentos. Portanto, esses automóveis, essas armas, deviam ter sido fornecidos pelo exterior, e sem dúvida haviam cruzado a fronteira vindos de Portugal, país próximo. Mas quem os fornecera, quem os financiara? (Zweig, 2002:499)

Para Zweig, esses grupos “misteriosos, escondidos em seus escritórios e em suas empresas, abusavam do idealismo ingênuo da juventude para chegar ao poder e para suas negociatas”. Preocupado – tendo como referência suas experiências na Áustria, sua pátria-mãe que o expulsara – reconhecia ali a velha barbárie da guerra reavivada com uma nova técnica, mais sutil. Teve a intuição de que algo haveria de acontecer “a nós, à Europa (...) Europa parecia fadada à morte por sua própria loucura, a Europa, nossa pátria sagrada, berço e Partenon da nossa civilização ocidental”. Desde aquele último olhar para a guerra que chegava, Zweig deu a Europa por perdida, lançando suas esperanças e fé “sob o cruzeiro do Sul”. Sua esperança maior, naquele momento, estava no Brasil, “país prodigamente presenteado pela natureza”, um país que havia sido preservado do embrutecimento trazido pela Primeira Guerra Mundial que ainda não penetrara nos costumes, no espírito das nações.

Por mais que se afastasse da Europa, Zweig não conseguiu ficar alheio aos acontecimentos que abalavam a Espanha. Ao desembarcar em Pernambuco, tendo sob a sua cabeça o cruzeiro do Sul – além de perceber que estava rodeado por “pessoas de pele escura na rua” – leu em uma folha (de jornal, talvez), sobre o bombardeio de Barcelona e o fuzilamento de um amigo espanhol com o qual meses antes, passara horas agradáveis. Não era mais o mundo “de ontem”, e sim o mundo daquele momento, um prenúncio de que um desastre maior ainda estava por vir.

Este mesmo prenúncio foi anunciado também por Georges Bernanos (Paris, 1888; Neuilly-sur-Seine, 1948), escritor francês, católico, antissemita e monarquista, lutou na Primeira Guerra Mundial. Entre 1934-1937, viveu exilado em Palma de Maiorca. O deflagrar da guerra civil na Espanha serviu-lhe de fonte de inspiração para o panfleto de combate, definido por ele mesmo como um “testemunho de fé diante da comunidade de seus irmãos”. *Os Grandes Cemitérios sob a Lua*, publicado na França em 1938, deve ser lido como um livro de expiação de uma catarse (Bernanos, 2015: 20).

De simpatizante, Bernanos passa a antifranquista, revoltando-se contra a violência e a cumplicidade do clero espanhol que apoiou Franco, principalmente o cardeal Isidro Goma y Tomás, arcebispo de Toledo. Vai além do *voyeurismo*, observando o mundo de cima para baixo, como se estivesse na Lua, mirando a Terra como uma grande fossa. Deprimido com aquele degradante espetáculo da injustiça, afirma ter plena consciência do que acontece na Espanha (e com o restante da Europa) corroída por ácidos que deformam o homem, desarmado diante da Ideia totalitária. O mundo visto por Bernanos “eco a cólera” e está inundado com sangue e com cadáveres”. Um mar de raivas e tristezas.

Valendo-se de metáforas e antíteses define esse mundo como uma “colônia de imbecis”, ocupada por “bando de moluscos presos à rocha”. Em várias passagens representa a tragédia espanhola como uma “grande fossa”, um ossuário que se estende desde Maiorca para atingir Paris, Roma, Berlim, Varsóvia, Praga, Minsk, Verdun. Sua reflexão moral é a de um homem apartidário, livre – *leitmotiv* que percorre o livro – que prevê etapas para esse Terror organizado na Espanha, que carrega o espírito do fascio, uma das marcas do Mal que toma conta dos homens. Ainda que católico, sua voz se ergue contra o cristianismo ultrajado, “manchado pelos cardeais, bispos espanhóis e o papado” (Bernanos, 2015: 22, 37-40).

Convencido por um amigo de que aquela guerra não era sua guerra, Bernanos retornou à França, onde permaneceu até 20 de julho de 1938. Revoltado com a fraqueza dos franceses diante dos nazistas, exilou-se no Paraguai e, em seguida, foi para o Rio de Janeiro, onde decidiu ficar. Em agosto de 1940, mudou-se para Barbacena onde recebeu Stefan Zweig, alguns dias antes do escritor austríaco suicidar-se ao lado de sua esposa Lotte, em 22 de fevereiro de 1942, em Petrópolis. Esse mesmo ácido correu Fedor Ganz, também antifascista, refugiado no Brasil, amante da liberdade. Em 6 de março de 1943, o *Diário de Notícias* de São Paulo, noticiou uma tentativa de suicídio: “Fedor Ganz, alemão, aos 33 anos, solteiro, escritor, morador à rua Conde de Baependi, 48, tentou suicidar-se ingerindo um sedativo”.

Em 1945, Bernanos deixou seu sítio “Almas Cruzadas” para retornar à França, onde faleceu em 1948. Tanto Zweig, como Bernanos e Fedor Ganz se tornaram os grandes incentivadores espirituais da resistência ao nazifascismo, movidos pela acidez do Terror totalitário que corroeu as raízes de suas almas “cruzadas”, em algum momento, tanto na Espanha como no Brasil. A guerra mundial havia chegado ao fim dando vitória aos Aliados: contavam-se os mortos, julgavam-se os nazistas.

A Guerra Civil Espanhola passou a ser interpretada como a ante-sala desse conflito que carregou consigo um genocídio, o Holocausto. Assim a definiu o escritor apátrida, Fedor Ganz, em seu artigo publicado em 11 de março de 1945:

Foi precisamente a guerra civil espanhola, prelúdio ou ensaio geral da nova guerra dos mundos, a pedra de toque onde íamos experimentar a fidelidade dos nossos irmãos escritores aos princípios que tinham proclamado em Paris, no ano precedente (*O Jornal*, 1945:7).

Fedor Ganz (Hamburgo, 1918; Paris, 1983) inscreve-se entre as centenas de intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil e que não se calou diante do drama dos escritores que viveram entre essas duas guerras. Criado em Genebra (Suíça) e educado na Sorbonne (França), Ganz, por ser alemão e judeu, havia perdido a cidadania sendo, então, um apátrida (*Heimatlos*), um homem sem documentos e sem cidadania. Somente na década de 1960 reivindicou a cidadania alemã. Seu *Ensayo marxista da história de Espanha* (Ensaio marxista sobre a história da Espanha) foi publicado pela primeira vez em 1934. Logo após a publicação, ele foi detido em Madrid, durante a greve geral de outubro. Anos depois, regressou a Espanha e, após as eleições de 1936 e com o início da guerra civil, percorreu diversas frentes de batalha, algumas simbólicas.

Como artista e escritor, Ganz deixou importantes obras de arte e ensaios políticos, dentre os quais “Recado sobre los judíos”, essencial para compreendermos a sua aflição espiritual diante dos perigos que ainda abalavam a Europa. Sua rota de fuga vai desde a Europa, passando pelo Peru, Chile, Argentina e, finalmente, o Brasil. Após a guerra continuou sua vida itinerante como tradutor das Nações Unidas e outras organizações diplomáticas e culturais. O seu artigo “Escritores entre duas guerras” pode ser lido na edição de domingo da revista d’ *O Jornal* que tem como fio condutor o exercício pleno da liberdade que, também na Espanha – sob os governos de Lerroux e Gil Robles – não era satisfatória; nem depois. Ganz chama a atenção para a insurreção das Astúrias e das greves de Madrid e Barcelona, assim como para os “mais de cinquenta mil presos políticos que ainda aguardavam julgamento. Liberdade de pensamento, dizia ele, “parecia ser possível somente detrás de muros e grades”. Referindo-se a Garcia Lorca, o maior poeta espanhol dos nossos tempos, deixou a sua mensagem, citada aqui, como considerações, sem final: *Para seu pleno desenvolvimento, a liberdade, uma liberdade absoluta, lhe era tão necessária como o ar e a luz* (Ganz, *O Jornal*, Parte II).

Referências

- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas: Autores Associados; São Paulo, Edusp, 2004.
- BAUMANN, Gino Gerold. *Los Voluntários Latinoamericanos en la Guerra Civil Española*. San José: Guayacán, 1997.
- BERNANOS, Georges. *Os Grandes Cemiterios sob a Lua: um testemunho de fé diante da Guerra Civil Espanhola*. Tradução e Notas: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: É Realizações, 2015).
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DIAS, Cícero. *Eu Vi o Mundo*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- _____. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FERNANDEZ, Jorge Christian. *Voluntários da Liberdade: Militares Brasileiros nas Forças Armadas Republicanas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. *Mestrado em História*, Área de Estudos Históricos Latino Americanos, UNISINOS Centro de Ciencias Humanas, São Leopoldo, 2003.
- GANZ, Fedor. *Ensayo marxista de la historia de España*. Spanish Edition, 1977.
- HEMINGWAY, Ernest. *Por quem os sinos dobram?* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- KRIVITSKY, Walter. *Agente de Staline*. Porto, Educação Nacional, 1941.
- NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e Incendiários. O discurso anticomunista do governo Vargas*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP; FAPESP; LEI, 2005.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso. *Venha o Decreto de Expulsão. A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2015.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional: A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política durante a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2005.
- WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo & Judaísmo: A comunidade judaica sob o olhar do Deops*. São Paulo: Arquivo do estado; Imprensa Oficial, 2001.

ZWEIG, Stefan. *El Mundo de Ayer. Memórias de un europeo*. Trad. De J. Fontcuberta y A. Orzesek. Barcelona: Acantilado, 2002.

Artigos

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poema: Federico Garcia Lorca, In: *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, pp. 252-253, 1979.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, A Guerra Civil Espanhola sob o Olhar do Deops/ SP, In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Or.). *Guerra Civil Espanhola, 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 117-187.

_____. Colecionando heróis e inimigos: álbuns, panfletos e manuais de propaganda durante o governo Vargas (1930-1945), In: PENA-RODRIGUEZ, Alberto; PAULO, Heloisa (coord.). *A Cultura do Poder: A Propaganda nos Estados Autoritários*. Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 115-143, 2016.

_____. La Guerra Civil Española a través de las revistas ilustradas brasileñas: imágenes y simbolismos, In: *Estúdios Interdisciplinarios de America Latina y Caribe*, vol. 2, nº 2, Diciembre, 1991. Disponível em: <http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/1279/1305>.

FERNÁNDEZ, Alberto, *Judios en La Guerra de España*, texto disponível na Biblioteca Digital da Universidade de Salamanca.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, A Guerra civil Espanhola e a Crítica Intelectual brasileira ao Franquismo, In: *Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, pp. 119-137, 2011.

_____. O Brasil no contexto da Guerra Civil Espanhola, In: *O Olho da História. Revista de História Contemporânea*, Salvador, vol. 2, nº 2, pp. 117-122. São Paulo: Ática, 1996.

MORAIS, Vinícius. A Morte de Madrugada, década 1940, In: *Antologia Poética*, seleção de João Cabral de Melo Neto, tradução de José Merquior. Rio de Janeiro, Brasília: Fontana, INL, 1976.

RODRIGUES, P., Brasileiros na Espanha, In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, nº 9, Livraria Editora Ciências Humanas, pp. 125-158.

A Guerra Civil Espanhola chega ao Brasil: trajetórias interrompidas pelo conflito

Juliana Sada
Rodrigo Valente

A marca dos oitenta anos do início da guerra civil espanhola pode sugerir a falsa impressão de que o conflito é um acontecimento historicamente distante. Após mais de oito décadas e a sucessão de três ou quatro gerações, entretanto, os traumas do violento conflito insistem em se fazer presentes. Até hoje, por exemplo, não são poucas as famílias que seguem profundamente marcadas pelos eventos relacionados àquela guerra e suas consequências trágicas e brutais seguem ecoando, inclusive muito além das fronteiras espanholas.

Diferentemente do que muitas vezes se pode imaginar, o conflito espanhol atravessou o Atlântico e também chegou ao Brasil, impactando principalmente a numerosa colônia de imigrantes do país ibérico que estava concentrada sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. À época, o Brasil vivia tempos politicamente conturbados e de feroz repressão estatal, com o fechamento autoritário do regime liderado por Getúlio Vargas. Tal período também foi marcado por uma escalada de perseguições aos estrangeiros residentes no país, muitas vezes vistos como “perigosos” e tratados com especial desconfiança. Dentro de um contexto mais amplo de violenta repressão aos movimentos sociais e de oposição, a perseguição aos estrangeiros resultaria, entre outras punições, em uma temida expulsão do país, o que em uma conjuntura dramática de ascensão do nazifascismo na Europa, poderia significar inclusive a morte a muitos deles (Venturini, 2015: 22, 23).

Este contexto nacional aliado às convulsões sociais vividas no país ibérico resultou em um cenário extremamente delicado aos imigrantes espanhóis. Durante a Era Vargas (1930-1945), este grupo foi a segunda nacionalidade mais expulsa do país: 101 pessoas, o que corresponde a 15% dos 671 estrangeiros oficialmente enviados de volta aos seus países (Ribeiro, 2012: 153). Uma análise detalhada de tais dados demonstra uma perseguição ainda mais intensa aos espanhóis durante os meses anteriores e o período inicial da guerra civil. Entre novembro de 1935 e outubro de 1937, os espanhóis foram quase metade (46%) dos expulsos – grande parte deles por questões políticas – a cargo da Delegacia de Ordem e Política Social de São Paulo (Prontuário 265: 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23. DEOPS/Arquivo do Estado de São Paulo).

A situação dramática dos numerosos espanhóis expulsos era agravada pelo destino que os esperava em sua terra natal. Desembarcar em uma Espanha dividida entre nacionalistas e republicanos, ainda mais levando um carimbo de subversivo e, na maioria dos casos, de comunista, significava graves riscos, inclusive de morte, para esses indivíduos. Entre os expulsos sabe-se que alguns não sobreviveram ao conflito ou ao seu período posterior, marcado pela ditadura franquista e pela Segunda Guerra Mundial. No entanto, a investigação de tais casos demonstra que isto não parecia ser uma preocupação para o governo brasileiro, cujas decisões em relação ao destino desses estrangeiros revelam “descomprometimento” com a garantia da segurança de muitos deles (Souza, 2005: 171).

Um dos casos mais exemplares de tal descompromisso é relatado por Aurora Marques Cianciarullo. Bióloga paulistana, criada em São Caetano do Sul, Aurora é neta de Francisco Marquez Martinez¹, imigrante espanhol que chegou ao Brasil quando criança, junto de sua família em 1912. As péssimas condições laborais e um acidente de trabalho, que acaba vitimando o pai de Francisco, levam o espanhol a envolver-se em movimentos políticos e reivindicatórios (Cianciarullo, 2017). Uma onda de repressão política leva Francisco à prisão no início de 1936, o que resultaria em sua expulsão do país. Enviado de volta à Espanha em agosto do mesmo ano, Francisco tem o seu destino selado pela explosão da guerra civil espanhola, que começara poucas semanas antes de seu embarque. Ele fora enviado à cidade portuária de Vigo, na região da Galícia, então tomada pelos nacionalistas e, ao desembarcar, acabou fuzilado sumariamente (Souza, 2005: 168). Destino de milhares de pessoas naquelas sangrentas primeiras semanas da guerra (Beevor 2007: 145).

Outra impressionante história é narrada por Víctor García Fernández, um espanhol apaixonado pelo Brasil, mesmo sem nunca ter posto os pés em seu território. Seus avós Vicente e Adelaide García migraram ao país em 1924, com três filhos: Víctor (seu pai), Zulmira e Julia. Como tantos outros conterrâneos, deixavam para trás a Espanha, e no caso deles, o povoado de Muriellos, no interior da região de Astúrias, para tentar uma vida melhor no Brasil (Fernández, 2017). As difíceis condições encontradas no novo país e um período de efervescência política levaram o jovem Víctor García y García a um vigoroso envolvimento com o movimento operário e o Partido Comunista do Brasil.

Depois de prisões e perseguições, o destino do jovem seria a expulsão em 1933. Víctor foi embarcado antes da guerra civil, mas, ainda assim, chega a

1. No Brasil, os novos membros da família Marquez foram registrados com a versão abreviada do sobrenome, virando então “Marques”. A mudança na escrita do nome e o fato de Francisco ter o mesmo nome de seu pai geraram algumas dificuldades e confusões nas pesquisas acadêmicas.

uma Espanha já profundamente dividida e que caminhava para uma convulsão interna, contexto do qual não escapa, sendo preso em 1934 na chamada Revolução de Astúrias. Com o início da guerra civil, Víctor combaterá ao lado dos republicanos e, após a derrota, participará ativamente da resistência ao franquismo na década de 1940, quando será assassinado, deixando órfão seu filho de apenas seis anos (Fernández, 2017).

Cerca de quatro anos após Víctor ser embarcado para a Espanha, sua irmã Julia García y García também acabou expulsa, acusada de crimes políticos por supostamente receber material considerado subversivo enviado pelo irmão. Embarcada para o porto de Marselha, na França, partiu para uma Espanha em plena guerra civil. Perto da cidade de Valência encontraria ainda uma única e última vez seu irmão, embora mantivessem contato por correspondência. Na década de 1950, mais de 20 anos depois da expulsão, ela imigraria uma segunda vez ao Brasil, em uma infrutífera busca por encontrar o país de sua infância e juventude (Souza, 2002: 7).

Por meio das entrevistas com Aurora Marques Cianciarullo e Víctor García Fernández, o presente artigo procura reconstruir a trajetória de três espanhóis que migraram ainda jovens ao Brasil, mas que acabaram sendo enviados forçosamente de volta à sua terra natal. Mais do que as trajetórias destes personagens, que dizem muito sobre aquele difícil período, os testemunhos aqui apresentados revelam como a expulsão do Brasil e a Guerra Civil Espanhola determinaram o destino dessas famílias como um todo, com tais acontecimentos ainda sendo profundamente sentidos até hoje. Além de estas e outras entrevistas, este trabalho se baseia em uma bibliografia relacionada ao tema e em documentos policiais sobre os processos de expulsão.

García y García: uma família dividida entre dois países

Os irmãos espanhóis Víctor e Julia García y García vivenciaram duas verdadeiras odisseias ao serem expulsos do Brasil nos anos 1930 e acabarem atirados no olho do furacão de uma Espanha conflagrada. Nascidos na região das Astúrias, os dois imigraram ainda crianças, com seus pais e mais uma irmã, em 1924. Ele aos 16 e ela aos 11 anos (Souza, 2002: 1). A expulsão dos irmãos García mais do que uma esperada mudança radical em suas trajetórias e um forte impacto no pequeno núcleo familiar, trouxe consequências sentidas até hoje.

Os García viviam em Santos, Víctor trabalhava como guarda-livros, uma espécie de contador da época, e Julia tornou-se costureira. A cidade portuária naqueles tempos era marcada pela forte presença imigrante, principalmente de

espanhóis e portugueses, e era um dos locais de movimento operário mais organizado no país. É neste ambiente que Víctor inicia uma intensa militância política, se filiando ao Partido Comunista Brasileiro em 1930 (Fernández, 2009b).

No ano seguinte, em agosto de 1931, o destino de Víctor mudaria drasticamente por conta de uma manifestação em Santos que deixaria um operário morto e vários feridos, inclusive ele. O comício marcava o aniversário da execução por uma condenação injusta de dois anarquistas italianos nos Estados Unidos, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti. O protesto não estava permitido e a polícia reprimiu violentamente a manifestação. Quando Víctor discursava foi atingido por um tiro na perna. Ao presenciar o disparo, um companheiro do espanhol, Herculano de Sousa, um ensacador de café de 36 anos, atacou o atirador com uma barra de ferro, sendo assim alvo dos tiros de outros policiais. Ferido, Herculano seria levado para a Santa Casa, mas não sobreviveria (Souza, 2003: 2). Víctor, após sair do hospital, foi encaminhado para o presídio da ilha dos Porcos, hoje Anchieta, em Ubatuba. Segundo o relato da irmã, o espanhol conseguiu fugir com outros dois presos em uma jangada e, após uma noite na casa da família, partiu para o Rio de Janeiro (Souza, 2003: 3).

Enquanto isso, a polícia seguia atrás do jovem. Uma diligência de setembro de 1932, que pede a recaptura para expulsão de Víctor, assim o descreve: “Tal elemento é comunista, agitador perigosíssimo e fomentador de greves, por estas razões, foi instaurado, nesta delegacia, um processo de expulsão do território nacional, o qual foi encaminhado há tempos, à chefatura de polícia” (Fernández, 2009b). Ao voltar a São Paulo, o espanhol acabou preso quando participava de uma reunião que estava sendo vigiada. Julia descreve que o irmão fora submetido à tortura no cárcere, tendo arrancadas as unhas dos pés e das mãos, e sua sola do pé queimada com ferro quente (Souza, 2002: 8).

Em pouco tempo, a expulsão se concretizaria e Víctor nunca mais pisaria no Brasil. Em novembro de 1933, foi embarcado no navio Bagé, de Santos com rumo a Vigo, na Galícia. De volta à Espanha, o jovem se reencontraria com seu irmão Manuel, único membro da família que não havia emigrado, e passa a viver com ele em Astúrias, sua região natal (Fernández, 2017). Não demoraria muito para que o jovem se envolvesse com política e, em outubro do ano seguinte, participaria da chamada Revolução de 1934, um levante popular que precedeu a guerra civil espanhola e cujo epicentro foi exatamente Astúrias. Víctor García seria preso e só sairia do cárcere no começo de 1936, junto a outros muitos presos políticos, com a vitória da Frente Popular nas eleições espanholas (Fernández, 2009b).



Imagem 1

Víctor García y García, durante o período de sua clandestinidade nos anos 40, em uma de suas poucas fotografias, s/a, s/d. Fonte: Acervo pessoal Víctor García Fernández.

Depois do período preso, Víctor supostamente envia uma carta a sua irmã Julia, em abril de 1936, que compromete a continuidade dela no Brasil. Na correspondência, interceptada pela polícia brasileira, que mantinha um forte esquema de vigilância das cartas, Víctor afirmava que “estavam desde a Espanha fazendo uma extensa campanha contra a reação do Brasil [à Intentona Comunista] e pela liberdade dos presos” (Femández, 2009b).

O simples fato de a espanhola ser a receptora de uma carta com aquele conteúdo fez com que ela se tornasse alvo da polícia. Em seu relato, Julia relembra que foi surpreendida pela prisão: “A polícia apareceu um dia em casa e disse que o Víctor tinha mandado uma carta pra mim que a censura pegou, timbrada com o emblema do Partido Comunista de Astúrias e que já veio do Rio de Janeiro censurada” (Souza, 2002: 3). Segundo ela, os agentes declaravam que, sendo estrangeira, seu destino seria a expulsão. A espanhola ainda afirma que seu irmão nunca a teria enviado a correspondência: “Essa carta, o Víctor disse que jamais... nunca, nunca ele me escreveu. E ele nunca ia mandar uma carta timbrada com papel do Partido Comunista” (Souza, 2002: 3).

Julia García ficou presa por 13 meses até que se concretizasse sua expulsão. Embora negue ter sofrido tortura física no cárcere, ela relata que presenciou maus tratos e interrogatórios violentos de outros presos também acusados de crimes políticos (Souza, 2002: 5, 8). Segundo a pesquisadora Ismara Izepe de

Souza, aquele período foi marcado pelo mito de uma trama conspiratória internacional comunista e que, neste contexto, a carta de Víctor seria um indício suficiente deste complô, tornando Julia uma intermediária entre os conspiradores espanhóis e brasileiros (Souza, 2005: 177).

A expulsão da jovem ocorreu em junho de 1937 junto a quase três dezenas de espanhóis. Todos foram embarcados no vapor *Alsina* rumo à Marselha, após forte pressão da comunidade para que eles não fossem enviados a Vigo (Souza, 2005: 168). Neste episódio, teve papel relevante o então vice-cônsul do país em Santos, Andrés Barbeito, que teria arrumado dinheiro para pagar o transporte dos conterrâneos a um porto seguro (Souza, 2002: 6). O próprio diplomata espanhol também teria o mesmo destino ao ser expulso alguns meses mais tarde. Julia era a única mulher espanhola do grupo e tinha então 23 anos.

Ao chegarem a Marselha, os espanhóis rumariam à sua terra natal. Julia será uma das duas estrangeiras expulsas do Brasil a participarem da guerra civil – a outra é a lituana Ida Sazan – colaborando na retaguarda do conflito (Venturini, 2015: 324, 325). Julia relata que durante um dos bombardeios nacionalistas à cidade valenciana de Sagunto, alguns dos espanhóis expulsos do Brasil teriam morrido, citando nominalmente três: José Maria Clemente Ibernón, José Moreno Sanchez e José Iglesias y Iglesias. A espanhola conta ainda que, após reconhecerem alguns corpos, ela e outros companheiros teriam comprado uma sepultura aos mortos caso algum dia a família os procurasse, mas já no dia seguinte outro bombardeio teria destruído o cemitério (Souza, 2002: 7).

Os irmãos García teriam se encontrado uma única vez na Espanha em guerra, embora se comunicassem por cartas. “Quando eu cheguei na Espanha, eu procurei o Víctor e foi muito difícil... Víctor já sabia por um avião brasileiro, porque ele era Comissário Político das Brigadas Internacionais”, conta Julia (Souza, 2002: 4). Seu irmão, apelidado “El Brasileño”, participou da guerra civil desde o começo, tendo combatido na frente norte do conflito até a vitória de Franco na região em outubro de 1937. Poucos meses antes de escapar para a Catalunha, onde continuaria a lutar, Víctor se casou com a espanhola María de Los Angeles Fernández Rocés, também combatente republicana (Fernández, 2017).

Com o triunfo definitivo dos franquistas na Catalunha, no começo de 1939, Víctor é obrigado a fugir para a França, caminho de centenas de milhares de espanhóis republicanos. Enquanto isso, María de Los Angeles, sua esposa, retorna para Astúrias, onde ela e sua família sofrem perseguições e torturas dos franquistas que buscavam informações sobre o paradeiro do “brasileño”, violência que só diminuiu quando o sacerdote do povoado interveio dizendo que já bastava de sofrimento para aquela família (Fernández, 2017). Muito emocionado, Víctor García Fernández nos relatou a humilhação pública sofrida por sua mãe:

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

cortaram seu cabelo e colocaram um cartaz nas suas costas que dizia “por puta roja” [por puta comunista] – puta, já sabem, prostituta. Então, fizeram um cartaz pendurado atrás que dizia “puta roja” e, com o cabelo cortado, a obrigavam a varrer as ruas do povoado, varrer todos os dias as ruas do povoado para o escâmio dos que a viam. [choro] A trajetória é um pouco triste, minha trajetória, claro, e me sinto muito orgulhoso de todo o sofrimento de meus pais e de minha família (Fernández, 2017).

O combatente Víctor retornaria à Espanha no começo da década de 1940, após ser orientado pela Internacional Comunista a organizar uma resistência no norte de Portugal, contra o ditador António Salazar, e na Galícia, contra Francisco Franco (Fernández, 2009a). A movimentação entre os dois países facilitava uma intensa atividade política clandestina. Em uma das publicações de seu blog – sobre qual falaremos adiante – o filho Víctor destaca um trecho da biografia do histórico comunista português Álvaro Cunhal, escrita por José Pacheco Pereira, que revela que Víctor teve papel de destaque na organização da resistência na cidade do Porto, adotando nomes falsos na clandestinidade como Antonio Brasileño e Víctor Estanillo, com os quais também aparece em algumas obras sobre a resistência antifranquista na Galícia (Fernández, 2009a).

O retorno à Espanha também possibilitou o reencontro com María e durante este período de intensa atividade política, nasceria seu filho Víctor García Fernández. A clandestinidade fez com que o contato entre pai e filho fora muito restrito. O militante teria convivido com seu filho em momentos esparsos, quando este tinha entre quatro e seis anos de idade. Agora já com 72 anos, Víctor rememora assim a convivência com seu pai:

Vivíamos em uma casinha num bosque, isolada, e acontece que meu pai não estava muito com nós. Vinha de maneira esporádica e se ia. Ficava dois, três, quatro dias e ia embora porque tinha que estar em um lugar ou outro, se escondendo. Meu pai sempre vinha com um chapéu e me lembro de uma gabardina, me lembro que sempre trazia uma mala, como de viagem. Ele era muito carinhoso comigo. (...) Meu pai era muito rígido, me ensinou como se comia, como que se deveria sentar à mesa, a cumprimentar os senhores com um aperto de mão. Enfim, meu pai era uma pessoa muito educada (Fernández, 2017).



Imagem 2

Víctor García Fernández, ainda criança, e sua mãe María de Los Angeles Fernández Rocés, s/a, s/d. Fonte: Acervo pessoal Víctor García Fernández.

O contato com o filho seria breve, pois a trajetória de Víctor García terminaria com seu prematuro assassinato em janeiro de 1948. Sua esposa María teria sido comunicada da morte do marido por membros da resistência antifranquista em sua casa, em Vigo, e a família sempre acreditou que o assassinato teria se dado durante um enfrentamento com agentes da guarda-civil, numa localidade do interior da Galícia (Fernández, 2017). Tal versão também é descrita por Julia García em sua entrevista aos pesquisadores Ismara Izepe de Souza e Rodrigo Rodrigues Tavares em 2002.

A história de Víctor, no entanto, sofreu uma grande reviravolta em 2009, quando seu filho, ao se aposentar como médico cirurgião e docente, começa uma busca por encontrar a tumba de seu pai e conhecer sua trajetória, cujos detalhes nunca soube. “O que eu sabia do meu pai era muito limitado porque minha mãe só me contou o básico, sempre me ocultou a informação sobre meu pai. Me ocultou porque não queria que eu caísse em tentação de ser também político como meu pai e sofrer tanto como ele”, relata (Fernández, 2017).

Em sua busca pela história de seu pai, Víctor conta que escreveu ao secretariado-geral do Partido Comunista de Espanha (PCE) perguntando por informações. A resposta recebida foi a revelação de que seu pai havia sido executado pelo próprio Partido após ser considerado um “traidor”, o que desmentia a versão contada à família que acreditava que o assassinato teria se dado num confronto com agentes franquistas (Fernández, 2017).

Ao não obter mais informações do PCE, que explicassem as acusações contra “El Brasileño”, o filho Víctor inicia uma busca no Arquivo Histórico da organização e na bibliografia existente, descobrindo uma nova versão para o trágico assassinato de seu pai. “Tomei conhecimento do fato de que meu pai não havia sido um traidor, que havia sido um bom comunista e que o único que havia acontecido era uma luta de poder de Carrillo [Santiago Carrillo, membro do Comitê Central do PCE no exílio na França]”, relata Víctor (2017), explicando que a morte de seu pai estava relacionada a disputas internas na organização e a expurgos violentos ocorridos naquele momento. “Eu e toda a família éramos comunistas e depois a decepção que tivemos quando nos deparamos com esta realidade foi monstruosa. Bom, minha mãe, felizmente, não ficou sabendo porque já havia falecido, senão, voltaria a falecer”, relata Víctor (Fernández, 2017).

Para relatar essas descobertas, Víctor García Fernández produziu o blog “Víctor García G. Estanillo el Brasileño”², onde conta tal história e publica memórias da família e documentos sobre a trajetória do pai. As pesquisas também possibilitaram encontrar o local onde descansavam os restos mortais de seu pai. Após ser assassinado o corpo de Víctor García foi abandonado em uma zona de bosque, onde após certo tempo acabou encontrado por camponeses e levado para ser enterrado ao lado de uma das janelas de uma igreja do povoado de Moalde, na Galícia. Através de sua busca, Víctor entrou em contato com pesquisadores que sabiam do paradeiro do corpo de seu pai e, desde então, conseguiu prestar as devidas homenagens (Fernández, 2017).

2. O blog pode ser acessado em <http://blocs.tinet.cat/lt/blog/victor-garcia-g.-estanillo-el-brasilenio>



Imagem 3.

Víctor García Fernández, seu filho e neto prestam homenagem no local do enterramento, ainda sem lápide, s/a, s/d. Fonte: Acervo pessoal Víctor García Fernández.

Enquanto a trajetória de Víctor chegava ao seu final trágico em 1948, sua irmã vivia na capital espanhola em Madrid, trabalhando como costureira. Julia manteve contato com seu sobrinho e cunhada, após o assassinato de seu irmão, e se encontraram algumas vezes antes que retornasse ao Brasil (Fernández, 2017). Víctor recorda de visitas da tia em Astúrias, aonde foi morar com a família após a morte do pai, e de uma vez que o levou para conhecer a capital espanhola. “Ela me levou a Madrid durante alguns dias e me mostrou a cidade, me levou ao cinema... eu era um menino de aldeia, um menino pobre, então, aquilo para mim foi impressionante”, conta (Fernández, 2017).

O regresso de Julia ao Brasil aconteceu vinte anos após a expulsão, em maio de 1957, no navio argentino Yapeyu, em um momento de intensa emigração espanhola. Questionada o porquê da volta, respondeu: “eu voltei por saudades” (Souza, 2002: 7). Ela relatou, porém, que ao retomar não encontrou o Brasil que havia sido obrigada a deixar: “quando eu voltei, não achei o lugar que eu deixei. Porque todo mundo mudou, a cidade mudou, as pessoas morreram, cresceram, quer dizer, a Santos que eu guardei não existia mais” (Souza, 2002: 7).

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina



Nome JULIA GARCIA GARCIA Sobrenome VICTOR GARCIA Nome do pai ADOLFO GARCIA		Ministério da Segurança Pública Diretoria de Estrangeiros N.º XXXXXX 964.970 D. O. 2, III, 1917 FOLHA DE REGISTRO - F. N. OTI 1917 1917 - GARCIA Registro no que trabalha	
Profissão SECRETARIA Estado Civil CADETA Estado de nascimento ESPANHA Idade 1, 70 Sexo FEMININO Estado Civil CADETA	Nacionalidade ESPANHA Data de entrada 2, III, 1917 Assinatura Julia Garcia Garcia SANTOS 2.ª VIA	Registro no Registro 1, 1917 Art. 9 Keros. seção 19 Assinatura do Oficial [Assinatura]	

Imagem 4 A/B.

Julia García y García em dois momentos:

(A) prisão em 1937 e (B) documento de retorno ao Brasil em 1957.

Fontes: (A) Prontuário Júlia García, nº 3828, DEOPS/SP, APESP.

(B) Cartões de Imigração, 1902-1980, FamilySearch/APESP.

Víctor relata que viu sua tia pela última vez quando ela foi a Astúrias despedir-se antes de embarcar retornando ao Brasil. Ele relata que Julia não voltou a escrever para a família nem mesmo para avisar que havia chegado bem da viagem de regresso (Fernández, 2017). “Não sei que trauma passou com Julia, se quis esquecer de todo o pesar e sofrimento de estar castigada na Espanha”, pensa Víctor (Fernández, 2017), que por conta das buscas por seu pai também conseguiu retomar o contato com a tia. “Eu a localizei faz uns cinco ou seis anos. Ligava todos os meses, mas não me atrevi a perguntar porque ela nunca havia entrado em contato, ela já era idosa”, relata Víctor, que afirma que a tia faleceu há cerca de dois anos, já aos 103 anos (Fernández, 2017).

Francisco Marquez: expulsão representou sentença de morte

“A família chorou a morte dele, cada um, até o último dia de sua vida” (Cianciarullo, 2017). A lembrança trazida por Aurora Marques Cianciarullo revela o profundo impacto familiar que teve a expulsão do Brasil e o consequente assassinato na Espanha de seu avô, Francisco Marquez Martinez, em agosto 1936. A dor da abrupta separação ultrapassou gerações, marcando não somente esposa e filhos, como também repercutindo na família até hoje. Ao se preparar para a entrevista aos autores deste artigo, Aurora entrou em contato com primos em busca de mais informações e conta que, no processo de recordar as histórias do avô, a sensação de luto voltou a aparecer: “eu fiz a família inteira chorar, eles estão chorando até hoje” (2017).

Francisco Marquez Martinez era uma criança de nove anos quando veio ao Brasil com sua família em 1912, da região do golfo de Almería, no sul da Espanha. Os pais Francisco Marquez Sanchez e Francisca Martinez optaram por emigrar em busca de melhores condições de vida para a família, à época composta pelo casal e três filhos: Francisco, Martin e José. Duas crianças ainda nasceriam no Brasil, Ana e Rodrigo. A família se instalou primeiramente no bairro do Brás, na capital, e em seguida em São Caetano do Sul, onde Francisco se dedicava à fabricação de calçados artesanais para mulheres e cidade na qual acabaria por conhecer sua futura esposa, a também espanhola Antônia Caparróz Guevara. O casal teria quatro filhos, entre eles, o pai de Aurora, Honorato Marques (Cianciarullo, 2017).



Imagem 5.

Família Marquez Martinez:

Da esquerda para a direita: Oswaldo, Antónia, Francisco, Floreal, Arnaldo e Honorato (pai de Aurora), na única foto que a família tem de Francisco, s/a, s/d.

Fonte: Acervo pessoal família Marques.

A trajetória de Francisco e de sua família começa a mudar de rumo quando seu pai, que trabalhava em uma empresa do Complexo do Gasômetro, sofre um acidente de trabalho que algum tempo depois o levaria ao óbito em 1925. “Os filhos ficaram extremamente indignados, qualquer um ficaria. Aí eles passaram a lutar por condições mais seguras, no fundo eles lutavam por leis trabalhistas melhores que amparassem os trabalhadores”, relata Aurora (Cianciarullo, 2017). O engajamento político posterior à morte do pai rendeu inclusive uma prisão a Francisco quando supostamente procedia a distribuição de “boletins subversivos” nos subúrbios de São Caetano, em 1931 (Prontuário 0733: 2).

O agravamento da repressão a movimentos políticos de oposição como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), após o fracassado levante comunista de novembro 1935, levaria ao cárcere nos meses seguintes – e no caso de estrangeiros também à expulsão – centenas de pessoas. Em fevereiro de 1936, em um sábado de carnaval, apenas em São Caetano do Sul, à época um distrito de Santo André, uma operação policial realizou oitenta prisões políticas (Martins, 2002: 17). Entre os detidos, estava Francisco Marquez Martinez. Segundo Aurora, todo o episódio foi “muito brutal”. Na ocasião, o primogênito Honorato, seu pai, tinha entre 13 e 14 anos, já o caçula Arnaldo tinha apenas um ano de vida (Cianciarullo, 2017). A neta descreveu assim os relatos que ouvira sobre a noite da prisão, quando a polícia entrou na casa:

estacionou um caminhão do exército na porta da casa, do qual desceram soldados armados que invadiram a residência. Fizeram uma fogueira no quintal com todos os livros dele e atearam fogo de madrugada. Tudo isso na presença dos filhos. O meu pai teve um problema neurológico, por causa do choque de ter presenciado tudo isso, a casa invadida, policiais armados para tirar uma pessoa da cama, um trabalhador decente, honrado, pai de quatro filhos. Arrancaram ele da família, levaram para a prisão e esses filhos nunca mais viram o pai (Cianciarullo, 2017).

Aurora destaca que a maioria dos livros encontrados pela polícia não eram políticos e sim de medicina naturalista. Seu avô teria chegado ao Brasil com a escolaridade básica concluída e seguiu estudando de maneira autodidata. A neta ainda relata que Francisco se dedicava a estudos naturalistas e que, por essa razão, recomendava alimentação saudável e uso de produtos naturais às pessoas que comentavam sofrer de algum mal-estar: “ninguém tinha muito dinheiro para ficar comprando remédio e tudo mais, ele recomendava o uso da medicina naturalista”, conta (Cianciarullo, 2017). Por sua vez, a pesquisa do professor José de Souza Martins, nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, revelaria também a apreensão de material de cunho político: “o crime de Marquez foi o de ter em casa alguns livros políticos, folhetos incitando as operárias da Indústria Aliberti à greve e brocha e tinta usados em pichações de muros” (Martins, 2002: 18).

O prontuário do espanhol no DEOPS descreve em detalhes os livros e materiais que supostamente foram encontrados naquele dia. Entre os títulos elencados, estão obras de Leon Tolstói, Anton Tchecov, Pierre-Joseph Proudhon e John Reed, o que provavelmente chamou a atenção dos agentes policiais. Além disso, teriam sido encontrados na casa 268 boletins impressos da ANL, pincéis, brochas e demais apetrechos de pintura, o que é interpretado nos documentos policiais como materiais para propaganda política. Em depoimento, o espanhol teria supostamente reconhecido que o material pertencia a ele (Prontuário 0733: 6). Nesta mesma declaração, porém, Francisco afirma jamais ter pertencido à ANL ou ao PCB, além de negar conhecer um procurado comunista da região de nome Antonio Josephino, conhecido como “Tigre”. No entanto, o espanhol teria confirmado sua simpatia por “teorias e partidos que prometiam melhorias econômicas para o operariado” (Prontuário 0733: 1). A neta Aurora relativiza e considera falsas muitas das informações contidas no prontuário de Francisco, argumentando que confissões de presos políticos eram obtidas mediante torturas e ameaças a seus familiares (Cianciarullo, 2017).

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

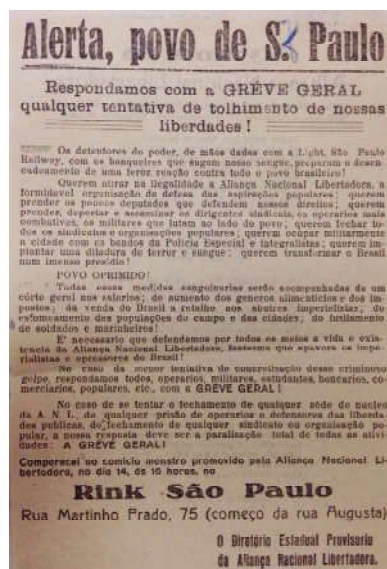


Imagem 6.

Cópia do panfleto da ANL anexado ao prontuário de Francisco e utilizado como um dos elementos para a sua acusação por “propaganda comunista”.

Fonte: Prontuário Francisco Marquez Martinez, nº 0733, Deops/SP, APESP.

A prisão de Francisco naquela noite de carnaval foi seguida por um período de quase nenhum contato com a família. Esporadicamente o irmão José tinha permissão para vê-lo e uma única vez sua mãe Francisca e a irmã Ana receberam autorização para visitá-lo, quando relataram aos familiares que o teriam encontrado bastante machucado devido às sessões de torturas (Cianciarullo, 2017). Um vizinho de Francisco, o espanhol e operário gráfico, Manoel Medeiros, também detido na mesma onda repressiva, não sobreviveria às violentas torturas que sofrera no cárcere (Martins, 2002: 18).

Em 11 de março de 1936, foi aberto pela polícia o inquérito de expulsão de Francisco por propaganda subversiva, que gerou o processo 180/36, que tinha como motivo “comunismo” (Ribeiro, 2012: 319, 332). Segundo uma lista de “extremistas expulsos do território nacional” elaborada pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, anexada ao prontuário 265 do mesmo órgão, Francisco teve sua portaria de expulsão expedida em 11 de maio e foi embarcado com destino a Vigo em 05 de agosto no vapor Groix (Prontuário 265: 19). Um parecer recomendando a expulsão do espanhol presente em seu prontuário assim defende a medida: “Não resta dúvida, portanto, que Francisco Marques é um estrangeiro indesejável ao regime e ao país. Trata-se de um

espanhol que tornou-se nocivo aos interesses da comunidade e perigoso à ordem pública” (Prontuário 0733: 11).

A guerra civil espanhola havia começado há menos de vinte dias quando Francisco foi expulso do Brasil e a eclosão do conflito selaria seu destino. Já no início de agosto, a Espanha estava dividida em duas grandes zonas, entre republicanos legalistas e nacionalistas sublevados (Beevor, 2007: 133). A região da Galícia, onde está o importante porto de Vigo, ficou nas mãos dos militares golpistas logo após a explosão do conflito e, assim como aconteceu em outras localidades, teve início um processo de “limpeza” com o assassinato primeiramente de líderes sindicais e representantes do governo republicano e, em seguida, expurgos menos criteriosos e que se voltavam à população civil (Beevor, 2007: 127, 146). Esse é o contexto que aguardava Francisco ao desembarcar em Vigo.

Não é fácil reconstruir os acontecimentos deste trágico episódio. Segundo Martins (2002: 174), Francisco foi entregue às autoridades franquista pelo capitão do navio, a partir de ordens do governo brasileiro, e então teria sido fuzilado. Francisco, no entanto, não teria sido o único espanhol expulso naquele navio com destino a Vigo e que acabara fuzilado. O livro “Solidariedade Internacional”, de Ismara Izepe de Souza, destaca a enorme repercussão do episódio na comunidade espanhola, registrando que, além de Francisco, outros espanhóis teriam sido fuzilados na ocasião (Souza, 2005: 104).

Até hoje, no entanto, não se sabe quem acompanhou Francisco nesta triste viagem. Segundo um documento policial, Francisco foi expulso no mesmo barco e data que José Gonzalez Leiras, de 32 anos (Prontuário 265: 19), espanhol que residia em Santos e era membro do Sindicato da Construção Civil e do Centro Republicano Espanhol do município (Souza, 2005: 154). A pesquisadora Mariana Ribeiro dos Santos, entretanto, afirma que ele teria sido embarcado em fevereiro e não em agosto: “José Gonzalez Leiras, servente de pedreiro, foi expulso em 17 de fevereiro de 1936” (Ribeiro, 2012: 235).

Por sua vez, a pesquisadora Esther Gambi Giménez, do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, afirma que quem teria sido expulso no vapor Groix, junto a Francisco, teria sido o espanhol Ignacio Martinez Balaguer, também sapateiro, residente na cidade de Nova Granada (interior de São Paulo) e membro da Aliança Nacional Libertadora (Giménez, 2016). “Em plena Guerra Civil ambos foram fuzilados assim que desembarcaram no porto galego, em poder das tropas de Franco desde el inicio del conflicto”, afirma Giménez (2016). As contradições presentes em notícias, relatos e documentos oficiais não permitem confirmar por completo quem seria o outro espanhol expulso e morto.

As notícias sobre o fuzilamento teriam chegado primeiramente por correspondência consular e, posteriormente, foram intensamente divulgadas pela imprensa da comunidade espanhola (Giménez, 2016). O episódio gerou agitação

à colônia e entidades representativas dos imigrantes responsabilizam o então cônsul-geral José Maria Sempere por não agir para evitar o episódio. Além disso, algumas sociedades espanholas de São Paulo redigiram uma carta em conjunto, destinada ao governo espanhol, registrando a situação precária da esposa e dos quatro filhos de Francisco (Souza, 2005: 169). A pesquisadora Giménez considera o caso do vapor Groix emblemático da situação de vulnerabilidade daqueles imigrantes: “os espanhóis compreenderam que não estavam a salvo dos perigos da guerra e que esta era capaz de alcançá-los inclusive do outro lado do Atlântico” (Giménez, 2016).

A repercussão do caso e o temor de novos fuzilamentos foi tão grande que, em 1937, quando um grande grupo de espanhóis foi condenado à expulsão, o então vice-cônsul Andrés Rodríguez Barbeito se mobilizou para enviá-los ao porto francês de Marselha como maneira de garantir sua segurança (Souza, 2005: 167). À época, o jornal “Gaceta Hispanica” noticiou o fato destacando que haviam se salvado do fuzilamento. Exatamente neste grupo, estava Julia García y García. Neste ponto, é possível conectar as duas trajetórias, considerando que a tragédia de Francisco ajudou a evitar que mais conterrâneos fossem entregues às zonas espanholas dominadas pelos nacionalistas.



Imagem 7.

Jornal anuncia que expulsos espanhóis serão levados à França, ao invés da Espanha. No canto esquerdo superior, a foto de Júlia García.

Fonte: Prontuário Andrés Barbeito, nº 3817, Deops/SP, APESP.

Enquanto a trajetória de Francisco encontrava seu trágico final, a vida de sua família mudava drasticamente. Além de sua esposa e dos filhos, permaneciam no Brasil sua mãe Francisca e seus quatro irmãos. A família ficou sabendo da morte de Francisco ao receber um jornal clandestino que noticiava o fato (Cianciarullo, 2017). “Nunca apareceu ninguém do governo para dar nenhuma satisfação, nenhuma informação”, conta Aurora (2017) ressaltando a situação delicada de sua avó, “uma viúva que não tem o atestado de óbito do marido”. Com quatro filhos sob sua responsabilidade, Antônia teve que batalhar arduamente para sobreviver e garantir o sustento deles, todos menores de idade. A neta conta que ela trabalhou fazendo cigarros para empresa Sousa Cruz, cozinhando bolos sob encomenda e até montou uma pequena loja. Com emoção e orgulho, Aurora recorda que sua avó voltou à sala de aula já idosa. “Ela dizia que não queria morrer analfabeta”, conta (2017). Com relação à sua bisavó e avó, ambas viúvas precocemente e com filhos, Aurora mostra sua admiração e enfatiza a força delas: “foram mulheres que não se entregaram, elas arregaçaram as mangas e foram à luta” (2017).



Imagem 8.

Fotografia da família Marques anos após a expulsão e morte de Francisco.
Da esquerda para a direita: Oswaldo, Floreal, Honorato, Antônia e Amaldo, s/a, s/d.
Fonte: Acervo pessoal família Marques.

Muitas décadas após o assassinato de Francisco, na década de 1990, a família Marques ainda sofreria mais um baque. Com a pesquisa do professor José de Souza Martins, para seu livro “Subúrbio”, os filhos de Francisco descobririam que a prisão de seu pai aconteceu em decorrência de uma delação à polícia realizada por um familiar. Teria sido o marido de uma das irmãs de Antônia, esposa de Francisco, que teria o delatado e o que desencadeou sua expulsão e morte. “Isso para o meu pai... ficou até o último dia da vida dele, ele morreu lamentando a morte do pai”, relembra Aurora (2017).

Apesar de não ter conhecido o avô, Aurora tem muito conhecimento do episódio. A família sempre foi muito unida e esta foi uma lembrança que, claro, se manteve viva. “Os tios contavam muita coisa e eu sempre estive por perto, tinha prazer de ouvir. (...) Não se podia tocar no assunto porque era aquela choradeira...”, relembra (Cianciarullo, 2017). Ainda com todo o sofrimento que traz a lembrança da história de seu avô, Aurora tem felizes recordações de sua família. Como, por exemplo, a infância e juventude em São Caetano do Sul, em um bairro com muitas famílias de imigrantes e uma rede de apoio entre todos. “É a solidariedade que ajuda as pessoas a vencer essas dificuldades maiores que a vida impõe”, considera (Cianciarullo, 2017).

Em suas memórias, ocupa um lugar especial a sua vó, Antônia Caparróz, viúva de Francisco. “A minha avó teve esse talento de que, mesmo naquela pobreza, naquelas circunstâncias difíceis, ela sempre deixou a nossa vida alegre, nunca deixou que faltasse um presentinho de natal. Ela trabalhava muito o ano todo por esse dia, no qual nos reuníamos os filhos, noras e netos, e ela realizava a entrega tão esperada, por nós primos, dos presentes de Natal (...) Talvez meu avô pudesse ter convivido conosco por mais tempo, mas quem fez tudo em duplicata foi a minha avó. Ela buscou suprir toda a ausência dele” (Cianciarullo, 2017).

Considerações finais

Para essas e inúmeras outras famílias, os eventos da guerra civil são até hoje assustadoramente presentes. Há apenas dez anos, em 2009, Víctor encontrou a tumba de seu pai e pôde colocar uma lápide, acompanhada de flores. Já para a família de Francisco, após 80 anos de sua morte, persiste a ausência de um atestado de óbito ou mesmo de qualquer informação de onde estaria enterrado seu corpo. “Jamais houve um comunicado proveniente da Espanha ou do Brasil, informando absolutamente nada à família”, relata Aurora (2017).

Estas histórias estão longe de serem casos isolados. Na Espanha, existem milhares de fossas comuns do período da guerra civil e da posterior repressão

franquista – o governo espanhol estima em duas mil, enquanto a *Asociación por la Memoria Histórica* sugere ser o dobro³. Somente na Galícia (região dos assassinatos de Víctor e Francisco), se estima que cerca de 5000 pessoas foram mortas durante a guerra civil (Informe de resultados: vítimas Galicia/Nomes e voces). Já se encontraram em torno de 40 fossas comuns nesta região, sendo que apenas nove teriam sido escavadas (Lugares de enterramento/Nomes e voces).

Enquanto na Espanha, a investigação desse passado e suas milhares de vítimas caminha, ainda que muitas vezes lentamente, a relação do conflito com o Brasil e a trajetória de muitos dos protagonistas destes acontecimentos continuam pouco conhecidas. Os depoimentos e recordações de familiares são fontes preciosas para a investigação de histórias como a de Víctor, Julia, Francisco e tantos outros, que se dividiram entre duas terras, oscilando entre esperanças de uma vida melhor e a imposição de uma violenta realidade sobre seus sonhos e aspirações.

Referências

- BEEVOR, Antony. *A Batalha pela Espanha*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- CIANCIARULLO, Aurora Marques. Entrevista Aurora Marques Cianciarullo [17 de maio 2017]. Entrevistadores: Juliana Sada Castro e Rodrigo Colson Valente. 1 arquivo.mp4 (182 min.).
- DEOPS/Arquivo do Estado de São Paulo. Prontuário 0733 – Francisco Marquez Martinez. Fundo DEOPS/SP – Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- DEOPS/Arquivo do Estado de São Paulo. Prontuário 265 – Ignacio Martinez Balaguer. Fundo DEOPS/SP – Delegacia de Orem Política e Social do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- FERNÁNDEZ, Víctor García. Entrevista Víctor García Fernández [8 de junho 2017]. Entrevistadores: Juliana Sada Castro e Rodrigo Colson Valente. 1 arquivo.wav (63 min.).

3. “En doce años solo se han abierto 332 de las más de 2.000 fosas comunes que hay en España”: http://www.eldiario.es/sociedad/muestra-Espana-abandona-victimas-franquismo_0_417858516.html

FERNÁNDEZ, Víctor García. *Años 1936-1939*, 21 de setembro de 2009a. Disponível em <http://blocs.tinet.cat/lt/blog/victor-garcia-g.-estanillo-el-brasileno/category/688/general/2009/09/21/victor-garc-a-g.-estanillo-el-brasile-o> Acesso em 30 de julho de 2017.

_____. *Principio de una historia*, 21 de setembro de 2009b. Disponível em <http://blocs.tinet.cat/lt/blog/victor-garcia-g.-estanillo-el-brasileno/category/688/general/2009/09/21/principio-de-una-historia> Acesso em 15 de julho de 2017.

GIMÉNEZ, Esther Gambi. Entrevista Esther Gambi Giménez [27 de outubro de 2016 e 10 de fevereiro de 2017, por e-mail]. Entrevistador: Rodrigo Colson Valente.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

NOME E VOCES. *Informe de resultados: vítimas Galicia (1936-1939)*. Disponível em <http://www.nomesevoces.net/gl/informe/informe-de-resultados-vitimas-galicia-1936-1939/> Acesso em 20 de julho de 2017.

_____. *Lugares de enterramento: fosas escavadas*. Disponível em <http://www.nomesevoces.net/gl/mapas-google/lugares-de-enterramento-fosas-escavadas/> Acesso em 20 de julho de 2017.

RIBEIRO, Mariana Cardoso. *Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas*. São Paulo: Humanitas, 2012.

SOUZA, Ismara Izepe; TAVARES, Rodrigo Rodrigues. Entrevista com Julia García. *Seminários*, v. 1, p. 33-44, novembro de 2002.

SOUZA, Ismara Izepe. *Solidariedade Internacional – A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

Pelos caminhos de um ex-combatente da Guerra Civil Espanhola: testemunho, experiências e resistências na cidade de São Paulo (década de 1950)¹

Geny Brillas Tomanik

Este trabalho objetiva rastrear e analisar parte da trajetória e da escrita de si do ex-combatente antifranquista da Guerra Civil Espanhola (1936-39), Pedro Brillas (1919-2006), como protagonista e testemunha do conflito bélico. As consequências do conflito nas vidas dos refugiados hispânicos e as experiências do autobiógrafo na cidade de São Paulo, no início da década de 1950, também serão consideradas. Os seus diários e, posteriormente, suas memórias, tiveram como motivação fatos históricos inesquecíveis, como as guerras e batalhas das quais participou e o êxodo massivo de espanhóis republicanos rumo à França, além das suas estratégias de sobrevivência. Tais manuscritos sistemáticos podem ter, inicialmente, servido para registrar as suas experiências cotidianas² e incomuns em momentos dramáticos, para autorreflexão, introspecção e leitura posterior. Pode-se afirmar que a escrita de si – em todas as vertentes – é um recurso estratégico do escrevente em busca de apoio moral e psicológico, de suma relevância para equilíbrio emocional, e da constituição de si³ como sujeito social, sobretudo em circunstâncias extremas como as guerras, em que a mera sobrevivência aos recorrentes perigos é uma incerteza.

Ao cruzar a fronteira francesa e deixar a sua pátria, no dia 8 de fevereiro de 1939, próximo ao fim da Guerra Civil Espanhola e da derrota republicana, Pedro – somado à multidão de refugiados – desconhecia a saga exílica à sua frente, a qual findou-se apenas uma década depois, em 1951, ao ingressar no Brasil, e tornar-se imigrante permanente.

1. Este artigo integra a tese de doutorado defendida na PUC-SP sob o título de “Memórias, deslocamentos, lutas e experiências de um exilado espanhol: Pedro Brillas (1919-2006)”.

2. Mesmo nos campos de batalha, percebe-se a rotina diária nos relatos de Pedro Brillas: higiene pessoal (precária, sem banho quente), distribuição de tarefas, alimentação, preparo de refeições, arrumação dos leitos e das barracas, entre outras atividades. Ou seja, o cotidiano se fazia presente. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

3. FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: MOTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e Escritos*. V - Ética, sexualidade e política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 143-162.

Pedro Brillas: a Guerra Civil Espanhola e o exílio

Com apenas 17 anos⁴, o jovem catalão anarquista de Barcelona alistou-se voluntariamente na *Columna Roja Negra*, junto ao seu irmão Andrés, no combate antifranquista da guerra, logo no início do conflito. Primeiramente, foi levado para a sua primeira missão ao navio *Mar Negro*⁵ rumo às Ilhas Baleares. No entanto, não pôde atirar contra o inimigo devido à sua inexperiência em combate. Segundo suas memórias, teria sido a sua primeira “humilhação” e batismo de fogo:

[sic] Ao chegar perto da ilha de Mallorca e de receber instruções pelo alto-falante, e depois de receber o desjejum, fomos aconselhados a limpar nossas armas, fuzil, e revolver ou pistola, e nos foi distribuído pedaços de pano e pequenas latas de óleo lubrificante. Nem Andrés nem eu, nunca tínhamos manuseado uma arma, de maneira que não sabíamos o que realmente tínhamos que fazer. Na realidade a tal Coluna Roja y Negra, era composta por varias “centúrias” de milicianos, cujas centúrias eram compostas por dez grupo de dez homens, sendo um chefe e mais nove milicianos. Nosso grupo de dez era composto por um chefe, catalão de perto dos 50 anos, de um antigo mineiro, também catalão de passados 60 anos, de três galegos residentes em Barcelona, de mais de 30 anos, um murciano e mais quatro catalães, entre os quais Andrés e eu. De todo o grupo, os quatro últimos catalães que éramos os mais jovens nunca tínhamos tido uma arma nas mãos, e por tanto não sabíamos como desmontar o fuzil, para o limpar, e tuvimos que pedir ajuda dos outros companheiros, que nos mostraram como o debíamos fazer. [...] Infelizmente, eu não desmontei o disparador com o debido cuidado, em consequência, a mola interna pulou de dentro do cilindro do disparador e a perdi, sem conseguir acha-la mesmo com ajuda de todo o grupo. Resultado, fiquei com um fuzil inútil. Assim sendo quando apareceram os aviões inimigos, todo o mundo disparava com o seu fuzil, e eu incapacitado, só olhava por onde voavam os aviões.⁶

Ao retornarem à Barcelona, por todas as estações em que o trem passava havia gente aplaudindo e oferecendo comida, sucos e frutas: “Éramos recebidos como heróis, quando na realidade, ainda não tínhamos entrado em combate. E quanto a mim pessoalmente, em vez de herói, deveria ser o anti-herói, pois ainda não havia disparado um só tiro”⁷. Nota-se, portanto, que o autor não se furta à autocrítica, um pouco exacerbada.

4. Jovens combatentes entre 17 e 18 integravam a assim denominada “*La Quinta del Bibéron*”.

5. Também citado pelo autor nas suas memórias como *Rio Negro*.

6. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p.13 (cap.2). Acervo pessoal.

7. Pedro Brillas. *Juventude 2ª. parte - Guerra civil espanhola*. Caderno 6. Texto manuscrito (não publicado), entre 1997 e 2001, p.7. Acervo pessoal.

Após duas semanas, foram chamados pelo rádio para se apresentarem com seus pertences, munidos das suas armas. Embarcaram em um trem rumo à Huesca, em Aragão.

Entraram em combate, entre ordens e contraordens confusas, passaram fome, frio, privações diversas, perigos, medo, doenças, incertezas, além da carência afetiva e saudades, amenizadas por Pedro por intermédio da escrita epistolar⁸ e de diários. O autobiógrafo menciona a presença do então comandante Tito⁹, que comandava uma unidade de voluntários das Brigadas Internacionais. Pedro permaneceu no front de Aragão, com recorrentes deslocamentos entre trincheiras, de setembro de 1936 a abril de 1937, e foi afastado da guerra devido à doença oftalmológica contagiosa. E afirma “Não tenho vergonha de minha atuação no front”¹⁰.

No intervalo das batalhas, Pedro foi curado da doença, retornou ao trabalho em uma fábrica e integrou-se às *Juventudes Libertarias* (JJ. LL.) da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) em Barcelona. Mediante a participação em assembleias, ateneus, palestras e muita leitura, tornou-se um anarquista militante, e não apenas simpatizante.

Em abril de 1938, Pedro e vários companheiros das JJ. LL. engajaram-se novamente voluntariamente na Guerra Civil Espanhola. Ele foi incorporado ao 3º. Pelotão, 2ª. Seção, 2ª. Cia., 3º. Batalhão¹¹, 121ª. Brigada, 26ª. Divisão, 2ª. Companhia do Exército Popular Republicano. Tendo em vista que já participara das milícias, foi nomeado sargento no *Ejército Popular de la República*, conforme publicado no Diário Oficial meses depois, em outubro de 1938. Ele recebeu seu

8. SIERRA BLAS, Verónica. Escribir en campaña. Cartas de soldados desde el frente. *Cultura escrita & Sociedad*. Madrid, n.º. 4, 2007, p.106.

9. “TITO, Josip Broz (1892-1980). Político yugoslavo que fue jefe del Partido Comunista de su país y que en 1936, hallándose en París, fue uno de los organizadores del reclutamiento de voluntarios con destino a las Brigadas Internacionales que habrían de combatir en la guerra civil española junto al ejército republicano, los cuales enviaba por una especie de ‘ferrocarril secreto’ que atravesaba Francia tratando de pasar inadvertido. Al parecer – aunque él lo haya negado rotundamente –, visitó la zona republicana al menos en una ocasión, inspeccionando los cuarteles de dichas brigadas. Durante la segunda guerra mundial reorganizó el Partido Comunista yugoslavo, pasando a presidir el Gobierno de su país una vez concluida esta contienda. En 1943 fue nombrado mariscal, y dos años después, comandante en jefe del ejército yugoslavo. Proclamada la República Socialista Federativa de Yugoslavia, en 1945 fue elegido presidente de la misma, cargo que conservó hasta su fallecimiento.” RUBIO CABEZA, Manuel. *Diccionario de la Guerra Civil Española*. Barcelona: Planeta, 1987, p.750 (grifo nosso).

10. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas: A Guerra Civil Espanhola – Aragão*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p. 36 (cap.2). Acervo pessoal.

11. Um batalhão contava com cerca de 400 homens. Cf. ORWELL, George. *Lutando na Espanha*. Homenagem à Catalunha, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos. Tradução de Ana Helena Souz. São Paulo: Globo, 2006.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

carnet de identidad como sargento (figura a seguir), e estavam sob seu comando um pelotão com dois cabos e 12 soldados, totalizando 15 soldados.

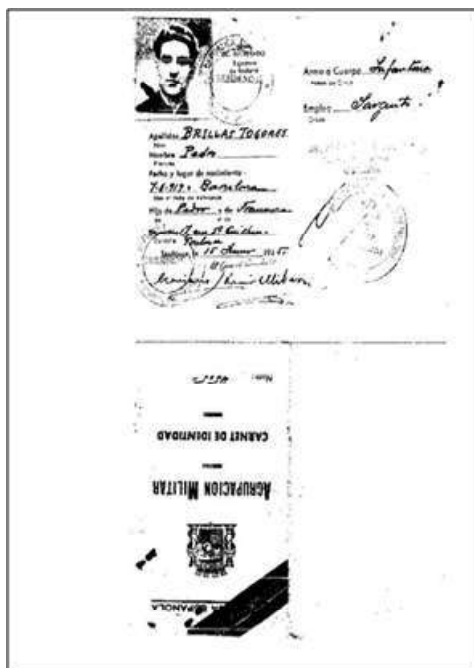


Imagem 1

Carteira de identidade de sargento de Pedro Brillas, 1945. Acervo pessoal.

O memorialista participou de ataques e contra-ataques, atuou sobretudo nas frentes de batalha e, esporadicamente, na retaguarda. Participou como oficial durante um mês nas *Escuelas de Guerra*,¹² na Artesa de Segre, na Catalunha, com aulas “interessantísimas”¹³, sobretudo as práticas, direcionadas aos sargentos do batalhão.

12. Durante a guerra havia também escolas e cursos de alfabetização destinados aos soldados iletrados, trazendo a possibilidade de escrever cartas aos seus familiares. Cf. SIERRA BLAS, Verónica. *Escribir en campaña. Cartas de soldados desde el frente. Dossier Alfabetización y cultura escrita durante la Guerra Civil española. Cultura escrita & Sociedad*. Madrid, nº 4, 2007, p. 95-116. CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SIERRA BLAS, Verónica. *Si mi pluma valiera tu pistola. Adquisición y usos de la escritura en los frentes republicanos durante la Guerra Civil española. Ayer*. Madrid, v. 67, 2007, p.179-205.

13. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p. 58/22 (cap.3). Acervo pessoal. Cabe esclarecer que essa numeração de página e do capítulo é a que consta no original dos escritos do autor.

Geny Brillas Tomanik

Dentre fragmentos dos seus diários disponíveis, encontram-se escritos na frente de combate em formulário originário da Artesa de Segre, conforme figura a seguir:



Imagem 2

Diário da frente de batalha do Rio Segre, Guerra Civil Espanhola¹⁴.

Em seus escritos, o autor insiste no bordão “Não fui/fomos heróis, nem covardes”, talvez porque atos heroicos representassem risco maior de morte e fossem inúteis diante de um inimigo mais bem armado e estruturado, como os nacionalistas aparentavam ser. Atos de covardia também eram reprimidos com deserções e outras punições, além da exposição vexatória diante da tropa. Portanto, deve-se considerar que, durante as batalhas, tanto atos de valentia como os de acovardamento poderiam expor a riscos perigosos a si próprio e a todo o pelotão.

Com a morte do tenente Aguilera, muito estimado por todos e por Pedro, o autor foi chamado a ocupar sua vaga, passando a comandar teoricamente, como tenente¹⁵, 3 sargentos, 9 cabos e 45 soldados, mas só contava com 40 soldados. Ele foi bem aceito pelos novos subordinados, que já o conheciam. No

14. Pedro Brillas. Diário escrito no campo de batalha do Rio Segre. Texto manuscrito (sem título, não publicado), 1938, p. 3-10. Acervo pessoal.

15. Todavia, não foi localizado o registro dele como tenente no Diário Oficial da Espanha. Talvez porque ele foi ferido pouco tempo depois, em dezembro de 1938, não tenha sido oficialmente nomeado.

início de dezembro de 1938, o exército nacionalista iniciou uma forte ofensiva contra os setores da 119^a., 120^a. e 121^a. Brigadas, pertencentes à 26^a. Divisão, ou seja, as posições onde Pedro se encontrava. Na batalha do Rio Segre o memorialista foi ferido no crânio, perdendo os sentidos e todos os seus pertences, inclusive os seus escritos.

Pedro Brillas atuou na Catalunha de maio a dezembro de 1938. Próximo do fim da guerra e da derrota republicana, ao sair do último hospital em Olot, no norte da Catalunha, integrou-se ao êxodo republicano massivo rumo à França conhecido como *La Retirada*. Tornou-se exilado/refugiado de guerra aos 19 anos, ao cruzar a fronteira francesa por Le Perthus, no dia 8 de fevereiro de 1939.

A saga exílica em consequência da Guerra Civil Espanhola, na vida de Pedro, similar a de milhares de espanhóis antifranquistas abrangeu a detenção em dois campos de internamento na França, também conhecidos como campos de concentração; a vivência da Segunda Guerra Mundial na França e Alemanha; a paixão por uma alemã, em plena guerra, no território germânico (união proibida pelo regime nazista); a vida no pós-guerra na cidade de Paris, como refugiado espanhol e a atuação como administrador no periódico *Solidaridad Obrera* (porta voz da CNT da Espanha no exílio, em Paris).

Cabe destacar que um indivíduo se torna refugiado por motivos exógenos, isto é, ele se torna um imigrante involuntário por problemas alheios à sua vontade, quando não há alternativa para resguardar a sua segurança e a da sua família. O exílio gera rupturas incuráveis entre o sujeito histórico e seu lugar natal; juntamente com a urgência em reconstruir a vida, recuperar vínculos, buscar novas interações, desencadeia sensibilidades de não pertencimento junto à sociedade receptora, além da incessante nostalgia. Nesse contexto, são significativas as reflexões de que:

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre.¹⁶

16. SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46.

Geny Brillas Tomanik

No dia 24 de novembro de 1951, um dia bonito e frio de inverno, Pedro, Maria e o filho Germinal embarcaram, com esperanças renovadas, em Marselha, França, rumo ao Brasil, no vapor *Campana* (figura a seguir), segundo o autor, uma velha embarcação cujos motores haviam perdido a sua potência.

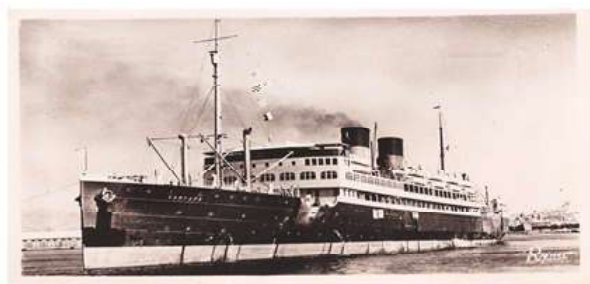


Imagem 3 - Vapor Campana.¹⁷

Segundo o memorialista, finalmente o seu exílio se encerrou a partir do dia em que embarcou no vapor em Marselha, França, rumo ao Rio de Janeiro e do seu ingresso no Brasil, em 9 de dezembro de 1951, como imigrante permanente:

(sic) Fui um menino muito sofrido pela fome e quase pela miséria, um jovem que não tive tempo ou oportunidade de desfrutar a juventude, um homem, que teve grande parte da sua vida e “dirigida” pelas circunstâncias, e praticamente dono de si mesmo, a partir da minha chegada ao Brasil em 1951.¹⁸

Brasil: terra de novas esperanças no pós-guerra e as hospedarias de imigrantes

As imigrações e/ou o exílio são impulsionados por diversos motivos, entre eles, por apelo econômico, novas oportunidades, reagrupamento familiar, desastres ambientais, ou movidos pela fome, miséria, criminalidade, conflitos étnicos, revoluções, guerras, perseguições políticas, e consequentemente a busca de segurança, impossível na terra natal. Foi o caso do antifranquista Pedro Brillas, impossibilitado de retornar à Espanha devido ao regime totalitarista de Franco.

Mediante o temor de novo conflito bélico na Europa, a família multicultural Brillas (ele espanhol, esposa de origem alemã e filho francês) em comum acordo com a família amiga Macip¹⁹ (ele valenciano, esposa e filhos franceses) ingressaram

17. Collections Cartes Postales. Editions Modernes France. Acervo pessoal.

18. Pedro Brillas. *Lembranças - Infância*. Caderno 1. Texto manuscrito (não publicado), 1995, p. 5. Acervo pessoal.

19. O valenciano Joaquim Macip (1917-2011) foi amigo fraterno de Pedro Brillas por mais de sessenta décadas, desde que se conheceram em Hagen, Alemanha, em meados de 1943, onde os dois trabalhavam durante a Segunda Guerra Mundial. Talvez influenciado pelo amigo, Joaquim, no fim da vida, aos 90

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

no país subsidiados pela *International Refugee Organization* (IRO/OIR) por serem refugiados de guerra.

Cabe salientar que Pedro, sua esposa Kätke Maria Brillas²⁰ e seu amigo Joaquim Macip receberam subsídios da IRO para a viagem transatlântica com destino ao Brasil como refugiados espanhóis, porém ingressaram no país como imigrantes permanentes, conforme respectivas fichas consulares²¹ expedidas pelas autoridades brasileiras na França, pelo Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
Esta ficha, expedida em *uma via*, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso: **BRILLAS TOGORES Fierre**
Admissão em território nacional em caráter: **permanente**
Nos termos do art. 9º letra **a** do dec. n. 7967, de 1945
Local e data de nascimento: **Barcelona 20.6.19**
Nacionalidade: **Espanhola** Estado civil: **casado**
Função (nome do pai e da mãe): **Brillas Fierre e Togores Francisca** Profissão: **operário**
Residência no país de origem: **Paris**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **2130** expedido pelas autoridades de **Cons. Espanha Paris** na data **9.10.51**
Visto n. **2491**

Assinatura do portador: *[assinatura]*

Consulado: **Consul do Brasil em Paris**
Em **28 de outubro** de **1951**
[assinatura]

Imagem 4

Ficha Consular de Qualificação (República dos Estados Unidos do Brasil, 1951).

anos, também manuscreeu sua história de vida (Joaquim Macip. *A minha História*. Texto não publicado. Curitiba, 2008, p. 38. Acervo pessoal.) e experiências resumidamente em 38 páginas, digitadas e editadas por seu neto em 2008. Esporadicamente foram utilizadas as suas memórias inter cruzando com as de Pedro Brillas.

20. Cabe salientar que, ao casar-se com Pedro em Paris, no dia 27 de julho de 1946, Maria perdeu a nacionalidade alemã e adquiriu a nacionalidade espanhola, tornando-se também uma “refugiada espanhola”, segundo *Certificat d’identité et de Voyage n° 48-AA 17666 pour les réfugiés Espagnols* (acervo pessoal), sem que ela tivesse lutado na Guerra Civil Espanhola e nem sequer entrado em território espanhol.

21. Observa-se no documento que Pedro foi registrado como “operário”, quando na realidade era administrador no periódico *Solidaridad Obrera*, de Paris, mas no consulado informaram que seria conveniente conhecimento de mecânica, e para tal obteve um atestado como “ajustador/mecânico” no jornal. Por outro lado, na Ficha Consular de Maria, embora ela fosse diplomada como fotógrafa em Paris, a sua profissão foi registrada como “prendas domésticas”. Apesar de ter sempre trabalhado até os 60 anos, aposentando-se como executiva, inúmeras vezes foi registrada como “do lar” ou “prendas domésticas”, denotando uma visão preconceituosa das autoridades brasileiras em relação ao trabalho feminino.

Apesar da política e/imigratória contraditória e ambígua²², havia no país equipamentos destinados ao acolhimento de e/imigrantes estrangeiros, como a Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, para onde a família Brillas foi conduzida temporariamente quando ingressou no Brasil, no início da década de 1950.

A chegada do vapor Campana à baía da Guanabara, logo pela manhã do dia 9 de dezembro de 1951, foi acompanhada pelos seus passageiros e/imigrantes, encantados pelo cenário:

[sic] Fazia um bonito dia com sol ainda muito alto. Nos juntamos com nossos companheiros de viagem que já estavam no convés contemplando o bonito panorama. Francamente dava prazer em ver o barco deslizar devagar puxado pelos rebocadores, no meio da bahia, cruzando com diversas embarcações de diversos tamanhos, incluso alguns buques de guerra ancorados a certa distancia do porto. Ao fundo, cada vez mais visível a cidade de rio de Janeiro, com suas colinas, sobressaindo o que depois soubemos era o Pão de Açúcar e o Corcovado com a estatua de Cristo com os braços abertos, e mais longe os morros com as suas favelas. Praticamente todos os passageiros estavam encantados com o bonito espetáculo, muitos fazendo fotografias.²³

Nesse contexto, era estabelecida a interação inicial entre imigrantes e país anfitrião, não apenas começando pela boa impressão da bela paisagem e da maneira como eram recebidos, mas também pela legislação e regras de acolhimento, que partia do domínio público, ao estabelecer diretrizes para a admissão do estrangeiro. Essas diretrizes – que literalmente abriam as portas e novas oportunidades aos e/imigrantes e refugiados de guerra europeus – já caracterizavam o início do acolhimento, ao facilitar-lhes o trespassar da fronteira brasileira, tanto no plano legal, como no psicológico. As primeiras informações recebidas (mesmo em outro idioma, causando dúvidas), a recepção, o seu encaminhamento e, inclusive, os trâmites legais fazem parte do processo de acolhimento aos forasteiros. Nesse sentido, são representativas as palavras de Pedro Brillas por ocasião da sua chegada ao país:

[sic] Mesmo não falando português, compreendimos as ordens recebidas. [...] Seguindo instruções, andamos alguns metros pelo porto, até alcançar vários onibus que estavam enfileirados, nos quais iamos subindo assim que íamos chegando. [...]

22. PERES, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade”? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n° 2, jul./dez. 1997.

23. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p. 1 (cap. 11, complemento intitulado “24/11 Viagem a bordo do Campana de Marseille ao Rio 9/12”). *Acervo pessoal*.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Dahi, fomos destribuidos os que estávamos no mesmo ônibus, em 2 embarcações, sendo que os 5 de Paris, subimos de novo juntos numa embarcação, que ficou repleta com mais uns 20 passageiros, a qual acionando o motor começou a navegar, e +- 20 minutos chegou a um ancoradouro artificial do que me pareceu uma ilha, que pouco depois ficamos sabendo, por moças que vieram nos dar as boas vindas, se tratava da “Ilha das Flores”, ainda na bahia da Guanavara. [...]. Na realidade fomos cadastrados como emigrantes recién chegados e anotado nosso destino. S.Paulo.²⁴

Passado o controle, eles foram conduzidos em um ônibus até uma lancha em um embarcadouro. Após meia hora, chegaram a outro embarcadouro, na Ilha das Flores, como souberam posteriormente, tratava-se de uma hospedaria destinada aos imigrantes.²⁵ Aquela hospedaria representava o primeiro porto seguro em solo brasileiro aos e/imigrantes do *Campana*.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, fundada em 1883 no Rio de Janeiro e extinta em 1966, era a porta de entrada no Brasil de milhares de homens, mulheres e crianças, com sonhos e em busca de uma vida nova: “A Ilha das Flores é um espaço rico em experiências de configurações sociais e de memórias pouco conhecidas.” No pós-Segunda Guerra Mundial houve um fluxo imigratório de refugiados de guerra.²⁶

Foram direcionados a um grande salão. A poucos metros da entrada, uma funcionária pediu-lhes o passaporte e os registrou²⁷ em um grande caderno, entregando-lhes um cartão de identificação, o qual deveriam apresentar no refeitório para retirar as refeições e ao retornar, caso deixassem o local. A seguir, indicou o dormitório para os três e informou que, após guardar seus pertences, poderiam almoçar no refeitório. No espaço havia muitas mesas e cadeiras, ao fundo encontrava-se a cozinha e em frente, um balcão comprido, em que várias funcionárias enchiam as bandejas dos imigrantes. Pela primeira vez se serviram em bandejas com cavidades para os alimentos. Almoçaram junto ao outro casal que conheceram no *Campana* e apreciaram a comida servida, sem estranhá-la.

Na área externa havia um bosque, com árvores desconhecidas, algumas com frutos, também desconhecidos. Chamou a atenção deles quando um fruto gigante caiu de uma das árvores, que souberam depois ser uma jaca. Após o jantar, aguardaram o filho adormecer e retornaram ao salão, folhearam algumas revistas e jornais brasileiros, nos quais com frequência aparecia a figura do

24. Pedro Brillas. Caderno 1A. Texto manuscrito (não publicado), sem data, p. 2-3. Acervo pessoal.

25. REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História*. São Paulo, v. 33, nº 1, jan./jun. 2014, p.234-253.

26. CENTRO DE MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO DA ILHA DAS FLORES. Disponível em: <<http://www.hospedariailhadasflores.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2016.

27. Registro não disponível.

então presidente Getúlio Vargas, bem como na televisão ligada no salão – entendiam quase tudo o que liam e assistiam. O autor recorda:

[sic] Passamos dois dias sem novidades, sempre na Ilha das Flores, passeando em volta da hospedaria, no bosque, conversando com nossos amigos e outras pessoas, esperando ser-mos liberados para ir ao nosso destino, ou seja S.Paulo. Até aquele momento ainda não sabíamos quando.²⁸

No terceiro dia foi anunciado de que, quem desejasse poderia visitar a cidade do Rio de Janeiro, e que duas lanchas sairiam em breve. Tanto Pedro e Maria como o casal se juntaram ao grupo total de 20 imigrantes, rumo à cidade. O autor tinha o endereço de um companheiro anarquista que vivia no Rio, ao qual ele enviava jornais quando era administrador do “Soli”, (*Solidaridad Obrera*) e decidiu visitá-lo. Os cinco foram juntos, pois não era distante do porto. Perez, o residente imigrado, mostrou muita satisfação em conhecê-lo pessoalmente e apresentou a sua companheira. A moradia era uma simples casa térrea com um pequeno jardim, e na sala de visitas a dona da casa ofereceu-lhes um refresco, “muito atenta e admirada com o Germi”²⁹.

[sic] Ficamos umas duas horas entre conversar, particularmente sobre a situação na Espanha, e o movimento anarquista em geral, e almoçar pois que tanto Perez como sua companheira, fizeram questão. Ao contar eu que pretendia visitar ao nosso companheiro, também anarquista, residente em São Paulo, Navarro, Perez me informou que mantinha contato com ele, e me pediu lhe transmitisse suas lembranças.³⁰

Nesse relato em epígrafe, destaca-se primeiramente o acolhimento doméstico dos anfitriões perante os imigrantes desconhecidos. Além disso, observa-se que, naquela época, havia uma rede de solidariedade entre os anarquistas, mesmo em cidades diferentes, que promovia também a sociabilidade e proporcionava oportunidades.

Retornaram a pé para tomar a lancha de volta à hospedaria, a qual já estava cheia. O casal conhecido não quis jantar, pois havia comido lanche e frutas enquanto aguardava a lancha. Pedro e Maria foram surpreendidos com a declaração de que estavam decepcionados com a cidade e os comentários pejorativos de Jaqueline e do marido:

28. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p. 4 (cap. 11). Acervo pessoal.

29. O filho do casal chamava-se Germinal. Esse nome tem origem no primeiro mês da primavera do calendário da Revolução Francesa, sendo que a obra homônima retrata a luta de classes no século XIX e marca o despertar (germinar) da consciência dos direitos das classes trabalhadoras. ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

30. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p. 5 (cap. 11). Acervo pessoal.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

[sic] Fomos informados que o casal tinha decidido voltar para a França, pois não gostaram do que viram no Rio. [...] e muita sujeira nas ruas. Eles pretendiam, no dia seguinte voltar à cidade e procurar uma agência de viagens, um barco para voltar a Paris, pagando eles mesmos a passagem.³¹

Pedro e Maria não entendiam a decisão, pois não consideravam a área da cidade que conheceram “tão feia”, ao contrário, achavam-na bonita. Também não compreendiam o seu desconhecimento acerca das condições que encontrariam, pois havia bastante literatura a respeito em Paris, e estavam informados delas.

Devido ao calor, Maria pediu para que fossem para fora tomar ar fresco, enquanto o filho dormia. Ela deitou-se em um gramado, e observavam o céu e a lua, que iluminava o lugar. Naquele momento, segundo Pedro relata, estavam felizes, afinal, se amavam, tinham um filho bonito e com saúde e estavam com coragem para enfrentar a vida nova. Todavia, ocorreu um grave incidente: repentinamente surgiu um policial militar armado, ameaçando-os.

[sic] Surpresos e revoltados, levantamos em pé, e eu falei que nós lá estávamos descansando, aproveitando a temperatura agradável, e que si ele achava que nós não podíamos ficar lá naquela hora, que nos levasse ao seu chefe. [...] Quando Maria já estava bastante longe, eu também saí correndo, sem que o policial disparasse, conseguindo chegar até a calçada perto da porta principal da hospedaria, onde Maria estava me esperando. Ambos nos abraçamos e nos beijamos, contentes de ter escapado.³²

Esse relato é estarrecedor, e espera-se que o incidente tenha sido único, pois como era possível uma situação de constrangimento desse porte em um equipamento oficial de “acolhimento e recepção” ao imigrante estrangeiro? Ainda mais levando em conta o avançado estágio de gravidez dela. A segurança é elemento essencial para que um estrangeiro se sinta acolhido e confortável em um ambiente estranho. Não se sabe da ocorrência de outras violências contra imigrantes na Hospedaria da Ilha das Flores, possivelmente ocultadas ou não reportadas. Maria tinha dificuldade para dormir e acordava diversas vezes sobressaltada e apavorada durante a noite. A experiência adversa nunca foi relatada pelo casal à família.

Após quase uma semana de estadia na Ilha das Flores, receberam ordem para preparar a bagagem para a viagem a São Paulo. Cerca de vinte e imigrantes foram levados de ônibus até a estação ferroviária central e ingressaram num antigo trem de passageiros, puxado por duas locomotivas a carvão, conhecido como “Trem dos Baianos”, que já estava lotado. A viagem foi extremamente

31. Ibidem, p. 6 (cap. 11).

32. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p.7 (cap. 11). Acervo pessoal.

desconfortável para Maria, devido ao calor e à sua gestação avançada. No dia 15 de dezembro de 1951, às 8h da manhã, o trem parou na estação Roosevelt de São Paulo, onde dois funcionários anunciaram em voz alta para que os emigrantes vindos do Rio de Janeiro se apresentassem.

Os passageiros foram conduzidos até um prédio ao lado do portão da estação, a Hospedaria de Imigrantes³³, como souberam pouco depois. Vários funcionários pediram os seus documentos, cujos dados foram registrados num livro³⁴. Em seguida, souberam que todos aqueles que não tivessem parentes ou lugar para morar seriam alojados num hotel, onde poderiam permanecer durante oito dias, incluindo as refeições; caso o prazo fosse ultrapassado, as despesas seriam por conta dos e/imigrantes. Foram levados à Hospedaria, onde o gerente deu-lhes as boas-vindas e incumbiu a um funcionário a tarefa de distribuí-los nos diversos dormitórios. Eles ficaram no 3º andar. Pedro relembra:

[sic] Francamente nem o hotel nem o quarto eram para gostar. O prédio era velho, de 5 andares, fachada descorida pelo sol e chuva, a gerencia onde o funcionário da hospedaria nos deixou junto com o gerente, também era para assustar. Em resumo nem Maria nem eu gostamos, mas tivemos que aceitar.³⁵

Em outro manuscrito, o autor articula mais comentários sobre a Hospedaria, podendo-se notar que ele não fez transcrição idêntica de seus escritos anteriores: [sic] “Francamente, levamos um susto de ver o tal hotel. Era um velho prédio de 3 andares com a fachada com a pintura descascada, que mais parecia um bordel do que hotel.”³⁶ Permaneceram alojados uma semana na Hospedaria dos Imigrantes, prazo determinado pelas autoridades.

33. A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, inaugurada oficialmente também em 1888, atuou até 1978 na “recepção, triagem e encaminhamento” de 3,5 milhões de i/migrantes destinados a diversos setores da indústria e da agricultura paulista, entre eles 1,9 milhão de estrangeiros. Em certos períodos chegou a alojar 10.000 pessoas, sob condições precárias de alimentação e higiene. PAIVA, Odair da Cruz. Arquivos da imigração no contexto da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. *Patrimônio e Memória*. Assis - SP, UNESP-FCLAs-CEDAP, v. 5, n.º. 2, dez. 2009. PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. SÃO PAULO (Governo da Província). Lei n.º. 36, de 21 de fevereiro de 1881. São Paulo, 1881. Apud: UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem Flores: hospedaria de imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

34. Família 34730, Livro 164, Página 042. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/memoria_do_imigrante/pesquisa_livros_hospedaria. Acesso em 22 mar. 2018.

35. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p.9 (cap. 11). Acervo pessoal.

36. Pedro Brillas. Caderno 1A. Texto manuscrito (não publicado), sem data, p.21. Acervo pessoal.

Segundo os relatos de Pedro, evidencia-se que, embora houvesse uma estrutura de recepção no país destinada aos e/í migrantes estrangeiros, o acolhimento público no país frustrava as suas expectativas.

Trabalho, cotidiano e redes na cidade de São Paulo, no início da década de 1950

A família Brillas conheceu as proximidades da hospedaria e o centro da cidade, além de estabelecer contatos com a rede de imigrantes espanhóis, alguns anarquistas, assinantes do *Soli*. Apresentaram-se e foram cordialmente recebidos pela família Navarro, Pedro contou o motivo da presença da família na cidade e perguntou como poderiam encontrar trabalho e domicílio. Por sua vez, Navarro forneceu o endereço de Hernandez Contreras, insistindo para que o visitassem. O casal ficou encantado com o acolhimento, e confiante de que teria boa sorte na cidade de São Paulo. Cabe lembrar que nos primeiros dias em um país estrangeiro tudo é incerto, estranho, e observa-se como são importantes as redes na sociedade de acolhimento.

A casa da família Contreras situava-se à Rua da Mooca junto ao seu comércio, onde um dos filhos atendia os clientes. Hernandez, assim como Pedro, era de tendência anarquista e havia emigrado para fugir do totalitarismo e do serviço militar, pois os jovens espanhóis eram obrigados a entrar em combate nas colônias espanholas da África, na guerra contra o Marrocos. Chegaram ao Brasil em 1925, onde nasceram todos os filhos, não batizados e com nomes não católicos: a filha chamava-se *Libertad*, os filhos *Progreso* e *Amor*, além de outro filho cujo nome o autor não recorda. Foram convidados para o almoço com a família, permaneceram na residência até a tarde e o novo conhecido conterrâneo ficou de procurar uma moradia para eles e de apresentá-los a outros patrícios.

Pedro e Maria estavam animados com a visita, a receptividade da família e por Maria Contreras ter se prontificado a levá-la a um hospital para fazer pré-natal. Dois dias depois, visitaram novamente os Navarro, em busca de notícias de emprego e de moradia. Após cinco dias de estadia na Hospedaria, o gerente avisou-lhes que teriam apenas mais dois dias garantidos. Após esse prazo precisariam arcar com os custos da diária. Diante disso, procuraram novamente os Contreras, pedindo indicação sobre onde poderiam alugar uma moradia, sendo que Hernandez levou-os até o domicílio de um casal, também espanhol e refugiado da França, que residia há bastante tempo no bairro.

[sic] O tal casal nos recebeu muito bem, também nos oferecendo bolachas e suco de abacaxi gelado, que parece era praxis naquela época. Naturalmente todos contamos nossas aventuras e desventuras, em parte muito parecidas, pois Montoliu, o marido, também participou da guerra civil espanhola, se refugiou na

França, e lá estava com sua esposa e filho vivendo no Brasil, não se queixando da situação atual, pois trabalhava e dava para viver decentemente. Não eram nem ricos nem pobres.³⁷

Esse trecho revelador das suas memórias corrobora que tais experiências, boas e ruins, eram coletivas, compartilhadas pelos ex-combatentes da Guerra Civil Espanhola, que provocou o êxodo e exílio na França e a reemigração para terras longínquas. Além disso, nota-se o acolhimento doméstico entre os hispânicos, bem como de que a vida na cidade de São Paulo, no início da década de 1950, era digna para os imigrantes espanhóis.

Os dias passavam e ele não conseguia emprego, o que o preocupava, já com compromissos financeiros e com pouco capital restante. A conselho do Navarro, o autor procurou emprego nos classificados de jornais, e encontrou um anúncio que buscava um fotógrafo para trabalhar em um laboratório fotográfico de uma ótica:

[sic] Se sáísse bem da experiência naquele dia, me contrataria para um mês de experiência, e o salário seria de acordo com a produção ou fixo, a combinar. [...] o dono me contratou, devendo começar no dia seguinte. Sobre salário decidiria mais tarde, dependendo da produção. No dia seguinte comecei a trabalhar como empregado fotógrafo, sem contrato escrito, só de palavra, sem carteira assinada e com salário ainda a combinar, mesmo assim confiante.³⁸

Todavia, o salário era o mesmo montante do aluguel, ou seja, insuficiente para a subsistência da família, o que levou Pedro a se demitir sumariamente. Maria também procurou emprego em jornais, e se apresentou num estúdio na Av. Ipiranga, onde fez um teste como “retoquista” de fotografias sendo aprovada, mas, ao notarem a sua gestação adiantada, não a aceitaram. Para evitar mais vexames, o casal decidiu que ela procuraria serviço novamente depois do parto.

Por sua vez, Joaquim esclarece o motivo da demora da família para emigrar e, assim como Pedro, menciona que o temor de uma nova guerra na Europa os levou a essa decisão:

[sic] Até que enfim, eu e a família de Pedro decidimos nos inscrever para ir ao Brasil. E só fizemos isso para não passar por uma guerra novamente. Tínhamos medo, pois agora tínhamos família e filhos. Pedro e sua família embarcaram primeiro, pois como Dina era francesa, nós não tínhamos prioridade em relação às pessoas que não estavam em seus países. Mas depois de alguns dias, fomos colocados no lugar de algumas pessoas que tinham desistido e marcaram a data para irmos ao Brasil. Isto era final de dezembro ou início de janeiro de 1952.³⁹

37. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p. 12 (cap. 11). Acervo pessoal.

38. Ibidem, p. 14-15 (cap. 11).

39. Joaquim Macip. *A minha História*. Texto não publicado. Curitiba, 2008, p. 38. Acervo pessoal.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

O memorialista tentou novamente outro emprego, porém foi reprovado, devido à sua baixa produtividade, por falta de prática na revelação de fotografias, e às instalações mais modernas, que ele não conhecia. Estava chegando a hora do parto de Maria, previsto para início de março, e ainda estavam sem notícias dos Macip.

[sic] [...] chegaram os Macip e depois de ver o apartamento, do qual gostaram, disseram que preferiam morar numa casa térrea e mais barata. Foi grande a alegria por ambas partes. Abraços, beijos e muitas perguntas e respostas, combinando que o Joaquim procuraria uma moradia para as duas famílias e tão pronto, achasse viria nos buscar. Entretanto, se fosse necessário, procurariam um hotel.⁴⁰

No dia 3 de março de 1952, Joaquim foi buscá-los com uma caminhonete alugada, na qual carregaram todos os móveis e pertences e passaram na casa dos Contreras para apresentá-los à família Macip e se despedirem, com a promessa de voltarem em breve, agradecendo a atenção e apoio. A nova casa alugada situava-se à Av. Madrid, 251, no Parque Sevilha, onde Dina e os filhos os aguardavam.

Nesse contexto, cabe destacar que, em entrevista pessoal, Dina Macip⁴¹ rememorou os primeiros dias na cidade de São Paulo, o entusiasmo com as “novidades” e o encantamento com a fartura de alimentos e as frutas exóticas na cidade de São Paulo. Tal encantamento também se faz presente em outras memórias de imigrantes, que “passavam a desfrutar o prazer de usufruir de algo que até então desconheciam, a fartura de alimentos e a facilidade em comprar o que e quando quisessem, sem racionamento, desde os gêneros de primeira necessidade até os supérfluos”⁴².

Alguns dias depois, Joaquim conseguiu emprego numa oficina mecânica, que lhe agradava. Pedro ajudou Maria no pós-parto e, dez dias depois, voltou a procurar serviço, fazendo testes. Ele encontrou trabalho em uma empresa de fotografia de um argentino, um uruguaio e um espanhol, com uma equipe de fotógrafos e apresentadoras, que se dedicava a visitar domicílios oferecendo composições coloridas de criança. [sic] “Naquele dia, eu comí com mais vontade, brinquei com as crianças e a noite dormi mais sossegado. Eu tinha certeza que desta vez eu daria conta do recado, e ganharia muito mais que os 1.500 cruzeiros”⁴³.

40. Ibidem, p. 17 (cap. 11).

41. Esposa francesa de Joaquim Macip, a única ainda em vida e lúcida hoje aos 98 anos. Depoimentos colhidos entre 2012 e 2015 durante entrevistas pessoais.

42. MORAES, Maria Candelária Volponi. *CDE - um pedaço da Espanha no coração de São Paulo: centro de cultura e resistência ao franquismo, 1957-1975*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 1997, p. 92.

43. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p. 20 (cap. 11). Acervo pessoal.

Ao longo do relato observa-se o empenho do autor para a obtenção de um emprego digno que garantisse o sustento da família, pois buscava superar as barreiras e percalços impostos no estrangeiro, reunindo as suas forças nessa empreitada, ainda mais desconhecendo as regras, usos e costumes locais, inclusive no ambiente de trabalho. O desejo de “fazer a América”⁴⁴ gerava expectativa de ascensão social e de uma vida digna por meio do trabalho, que representava a força motriz e organizadora da experiência como imigrante, com poder transformador da sua condição.

Nesse ínterim, Maria passou a colorir alguns quadros que Pedro trazia do trabalho, ganhando uma porcentagem por peça, serviço que ela realizava depois do jantar. Algumas vezes o memorialista notou discussões entre os sócios. Um dia o sócio argentino informou-lhe que sairia da empresa, pois não se sentia mais à vontade na firma, e propôs que trabalhasse para ele, em um laboratório emprestado de um fotógrafo espanhol, com melhor salário fixo e uma porcentagem. Pedro aceitou o novo emprego, embora simpatizasse com Don Ricardo, que o tratava bem, uma vez que, além da renda maior, o local de trabalho seria mais próximo da sua residência. Maria também continuou colorindo as ampliações que o marido levava para casa. O novo laboratório tinha equipamento mais moderno, instalado no porão da residência do hispânico.

Conforme se depreende da trajetória de Pedro Brillas e da sua mulher, muitos imigrantes internacionais reuniam todas as suas forças para enfrentar as adversidades, preconceitos, deixando de lado o seu orgulho na obtenção de trabalho:

Para Sayad (2000) o fenômeno migratório está sempre associado a uma ausência: trabalho. É pela falta dele que milhares de pessoas abandonam o espaço físico no qual está construído seu sentido de ser e de pertencer ao mundo. Necessidade que se transforma em ilusão de uma criadora de mobilidade social, pretensamente a ser encontrada em outra cidade ou país.⁴⁵

Enquanto isso, Joaquim conseguiu comprar um velho caminhão, que, depois de alguns reparos, utilizava para transportar material de construção para um depósito do bairro. O dinheiro foi obtido de um empréstimo do dono de uma padaria, conhecido do seu vizinho andaluz Sanchez:

44. FAUSTO, Boris. *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. PERES, Elena Pájar. *A inexistência da terra firme: a imigração galega em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.

45. DADALTO, Maria Cristina. Imigração e permanência do sonho. *Matrizes*. São Paulo, v. 7, n° 2, USP, jul./dez. 2013, p. 249-263.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

[sic] Graças ao caminhão, aos domingos se o tempo era bom, passeávamos por diversos lugares de S. Paulo, Museum do Ipiranga, aeródromo de Congonhas⁴⁶, Sto. Amaro, Brooklin, onde tinha um circo e um parque de diversões, etc. Tanto para os Brillas, como para os Macip, a situação não era ruim. Ganhavamos o suficiente para viver decentemente, e nosso relacionamento era muito cordial. Maria e eu, eramos os “tios” de Jacki e Anita, e Dina e Joaquim os “Tontón” (tios) de Germi e Edith.⁴⁷

Cabe esclarecer que ambas as famílias optaram inicialmente pelo idioma francês, priorizando a sua prática, embora Pedro e Joaquim se comunicassem em catalão quando a sós, enquanto Pedro e Maria falavam em alemão entre si, até o fim das suas vidas, pois se conheceram falando o idioma e namoraram na Alemanha. Aqui se evidencia claramente o hibridismo cultural⁴⁸, com as uniões mistas provocadas pelas guerras e o deslocamento de milhões de indivíduos. O idioma alemão era mal visto naquele período, tanto na França, como no Brasil, por isso o casal Brillas optou por só falar a língua na privacidade do lar, apenas entre si.

Desde que moravam na Vila Prudente, os Brillas não deixavam de visitar as famílias Navarro e Contreras, acompanhados dos Macip, estabelecendo novas amizades com companheiros anarquistas espanhóis, pois a casa dos Contreras era considerada “o consulado dos anarquistas espanhóis”⁴⁹. Ou seja, era o ponto de encontro dos hispânicos e lugar de sociabilidade. Foi graças a esses companheiros que conheceram o Centro de Cultura Social, que situava-se numa travessa da Av. Celso Garcia, frequentado por anarquistas brasileiros, italianos e espanhóis.⁵⁰

O Centro de Cultura Social (CCS) é uma organização apartidária, sem fins lucrativos, fundado em 14 de janeiro de 1933 nos padrões das entidades culturais criadas pelo movimento anarcossindicalista e libertário nas primeiras décadas do século XX. Nos oitenta anos de existência, o CCS foi encerrado no período

46. Atualmente Aeroporto de Congonhas.

47. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p.22 (cap. 11). Acervo pessoal.

48. CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

49. Pedro Brillas. *Lembranças de Pedro Brillas*. Texto datilografado (não publicado), ca. entre 1999 e 2006, p.23 (cap. 11). Acervo pessoal.

50. No mesmo período, os espanhóis republicanos, com trajetórias similares, residentes na cidade de São Paulo também tinham como opção cultural, de sociabilidade e de resistência ao franquismo o Centro Democrático Espanhol, “transformando o antifranquista fora da Espanha em um indivíduo ‘pró’ ações políticas em favor da liberdade, da cultura e da tradição hispânicas”. MORAES, Maria Candelária Volponi. *CDE - um pedaço da Espanha no coração de São Paulo: centro de cultura e resistência ao franquismo, 1957-1975*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, 1997, p. 97.

de 1937 a 1945, no Estado Novo da era Vargas, reaberto entre 1945 a 1968 (segunda fase) e fechado com a promulgação do Ato Institucional nº 5, no governo militar – e a terceira fase compreende desde 1985 até a atualidade. Localiza-se atualmente à Rua General Jardim, 253, sala 22, Vila Buarque, São Paulo-SP, e em seus estatutos consta que:

O Centro trabalhará para desenvolver nos meios populares o espírito de solidariedade, condena todas as formas de tiranias que prejudicam as liberdades individuais e coletivas; todas as formas de exploração, que anulam as possibilidades econômicas para o desenvolvimento do indivíduo. (Centro de Cultura Social, 2018)

Pode-se supor que Pedro pode ter tido algum destaque nas suas atividades no CCS, pois chegou a ser representante do CCS-SP no Congresso das Federações Locais da C.N.T. no Exílio do Brasil em outubro de 1961, segundo o periódico anarquista *Espoir* de 18 fevereiro de 1961, número 7⁵¹.

Em geral, os imigrantes residiam em cortiços ou vilas operárias, traziam consigo seus valores identitários, usos e costumes, cultura e experiências. Buscavam se organizar por etnia em sociedades e associações de ajuda mútua, pois se encontravam “destituídos de qualquer legislação social efetiva e sujeitos a crises periódicas de desemprego”⁵². Essas “associações mutualistas de caráter previdenciário e sócio recreativo tinham por objetivo acolher e apoiar os recém-chegados, facilitar a adaptação, promover a integração, defender os interesses de seus associados”⁵³.

Segundo Pedro, por insistência dos espanhóis, a diretoria do Centro promovia conferências, trazendo intelectuais ou políticos de tendência de esquerda para discorrer sobre a Guerra Civil Espanhola e contra Franco. Gratuitas e abertas ao público, essas conferências políticas promovidas no Centro também eram assistidas por um bom número de brasileiros, graças à distribuição de folhetos.

Em razão do contato na casa dos Contreras e no Centro da Cultura Social (CCS), um grupo de espanhóis, todos exilados, se formou na cidade de São Paulo fundou a F.L. da CNT de Espanha no Exílio (*Federación Local de la Confederación Nacional de España en el Exilio*), de tendência anarcossindicalista, que alugou um local à Rua Pacheco e Silva, onde se reuniam com frequência.

51. JEREMIAS, Marcolino. Breve Biografia de Anita e Carlo Aldegheri. In: *Carlo e Anita Aldegheri: vidas dedicadas ao anarquismo*. Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri: Centro de Cultura Social, 2017.

52. HALL, Michael. Imigrantes. *Revista Trabalhadores*. Campinas-SP, Fundo de Assistência à Cultura, nº 3, 1989, p. 11. Apud: MORAES, op. cit., p. 100.

53. Entre 1906 e 1932 foram fundadas 16 sociedades espanholas mutualistas na capital e no interior do Estado de São Paulo. MORAES, Maria Candelária Volponi. *CDE - um pedaço da Espanha no coração de São Paulo: centro de cultura e resistência ao franquismo, 1957-1975*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 100.

Naquele período, São Paulo era o maior polo industrial, econômico e financeiro do país⁵⁴, a “Locomotiva do progresso”⁵⁵, sendo motivo de atração e gerando expansão demográfica. O ramo da construção civil era promissor e importante atrativo de mão de obra, inclusive de migrantes internos. Apesar disso, a situação de emprego não era estável, gerando subempregos, atividades temporárias e domiciliares.⁵⁶

Depreende-se nos escritos do autor de que, entre empregos temporários, desconhecimento das leis e normas de conduta da sociedade de acolhimento pelos imigrantes acarretou contratemplos, adversidades e novos desafios em todas as esferas – tanto na pública como na privada, nas relações empregatícias, na obtenção de trabalho, no cotidiano, nas relações sociais, no entendimento da nova língua. Havia um confronto intercultural a ser negociada a todo momento, em todos os âmbitos, gerando incertezas e preocupações, até que houvesse uma compreensão da organização e das relações interpessoais na sociedade estrangeira pelos recém-chegados.

Pedro trabalhou em laboratórios de fotografia, como fotógrafo autônomo junto com a sua mulher, como apontador em obras de construção civil, como representante comercial de material de propaganda (flâmulas) para um amigo espanhol. Finalmente, o memorialista estabilizou-se profissionalmente como comerciante, entre altos e baixos, sobretudo em razão da instabilidade econômica do país, permanecendo com o seu comércio até os 65 anos, quando se aposentou. Contudo, Pedro não se esquecia do ideário anarquista, o qual abraçou muito jovem:

[sic] Não sou rico nem pobre. Trabalhei muito, comecei aos 15 anos até os 65 anos, quando me aposentei. Quiçás desperdicei a oportunidade de enriquecer, quando comecei a comerciar com a loja de ferragens, pois que durante algum tempo era o único no lugar [...]. Como comerciante fui um fracasso, em parte porque meu filho não se interessou pelo negócio, preferindo trabalhar para outros, **em parte porque minha consciência anarquista me impedia de cobrar preços abusivos.**⁵⁷

54. MATOS, Maria Izilda Santos de; GONÇALVES, Leandro Pereira. Exílios e Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil – o Jornal Portugal Democrático: Questões e Debates (1958-1977). *Projeto História*. São Paulo, nº 50, ago. 2014, p. 224-246.

55. Segundo Dina Macip, antes de emigrarem em janeiro de 1952, disseminara-se na França a ideia de que o Brasil seria “o país do futuro”, conforme entrevistas pessoais realizadas em Brodowski - SP.

56. MATOS, Maria Izilda Santos de. Escrituras, memórias e deslocamentos: viver, escrever e sentir – Imigrantes espanhóis em São Paulo. *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Santos, 2014.

57. Pedro Brillas. *Lembranças - Infância*. Caderno 1. Texto manuscrito (não publicado), 1995, p. 6. Acervo pessoal. Grifos nossos.

Considerações Finais

A Guerra Civil Espanhola acarretou severas consequências à população espanhola. Em primeira instância, além das milhares de vítimas de ambos os lados e dos danos materiais, a polarização entre vencedores e vencidos, dentro de um mesmo país. Ademais, provocou o êxodo massivo de republicanos espanhóis, conhecido como *La Retirada*, em fevereiro de 1939, rumo à França, próximo ao fim da guerra e da derrota republicana. Milhares de espanhóis tomaram-se exilados/refugiados de guerra ao cruzarem a fronteira francesa.

A guerra também foi o gatilho para a escrita de si de Pedro Brillas, primeiramente em diários das frentes de batalhas e depois em memórias ao longo de quase sete décadas. Os seus escritos retratam não apenas suas subjetividades, questões de fórum íntimo e experiências pessoais, como a de milhares de espanhóis refugiados, devido à sua resistência antifranquista, e trazem à visibilidade um passado que foi silenciado pelas historiografias espanhola e francesa e recuperado, sobretudo a partir da década de 2000.

Incertos de seus destinos, os hispânicos foram conduzidos rudemente a campos de concentração improvisados pelas autoridades francesas. A multidão foi submetida a condições desumanas, vexatórias, sem nenhum teto para proteção às intempéries e ao inverno rigoroso europeu, sem latrinas, sem água potável, sofreu com doenças e pragas, onde muitos vieram a falecer, sobretudo crianças. Era o início da saga exílica dos republicanos espanhóis, entre eles, Pedro Brillas.

Após sobreviver aos perigos da Guerra Civil Espanhola, aos maus tratos nos campos de internamento, ao trabalho forçado na França sob comando e vigilância dos exércitos francês e nazista, com recorrentes deslocamentos involuntários; ao trabalho na Alemanha e aos frequentes bombardeios no país durante a Segunda Guerra Mundial, eram restritas as possibilidades do memorialista e de seus conterrâneos republicanos retomarem a sua vida na terra natal sob o regime do governo de Franco, mesmo no pós-guerra.

Por fim, em dezembro de 1951, após doze anos de exílio forçado na Europa, Pedro Brillas tomou as rédeas da sua própria vida ao cruzar o Atlântico, com esperanças renovadas, em busca de segurança para a sua família e tornar-se imigrante permanente e cidadão, sem sofrer represálias pelo seu protagonismo na Guerra Civil Espanhola. O autobiógrafo fixou raízes, aumentou a família na cidade de São Paulo e desistiu da resistência ao franquismo no exílio, por ter se mostrado inútil, porém, viu-se obrigado a suportar outro regime totalitarista no estrangeiro, pois:

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.⁵⁸

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/memoria_do_imigrante/pesquisa_livros_hospedaria. Acesso em 22 mar. 2018.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SIERRA BLAS, Verónica. *Si mi pluma valiera tu pistola. Adquisición y usos de la escritura en los frentes republicanos durante la Guerra Civil española*. Ayer. Madrid, v. 67, 2007, p. 179-205.
- CENTRO DE MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO DA ILHA DAS FLORES. Disponível em: <<http://www.hospedariailhadasflores.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DADALTO, Maria Cristina. *Imigração e permanência do sonho. Matrizes*. São Paulo, v. 7, nº 2, USP, jul./dez. 2013, p. 249-263.
- FAUSTO, Boris. *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: MOTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e Escritos*. V - Ética, sexualidade e política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 143-162.

58. SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo, CEM, ano XIII, v. 13, jan. 2000, p.14.

HALL, Michael. Imigrantes. *Revista Trabalhadores*. Campinas-SP, Fundo de Assistência à Cultura, nº 3, 1989, p. 11.

[HTTP://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/memoria_do_imigrante/pesquisa_livros_hospedaria](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/memoria_do_imigrante/pesquisa_livros_hospedaria). Acesso em 22 mar. 2018.

JEREMIAS, Marcolino. Breve Biografia de Anita e Carlo Aldegheri. In: *Carlo e Anita Aldegheri: vidas dedicadas ao anarquismo*. Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldeghari: Centro de Cultura Social, 2017.

MATOS, Maria Izilda Santos de; GONÇALVES, Leandro Pereira. Exílios e Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil – o Jornal Portugal Democrático: Questões e Debates (1958-1977). *Projeto História*. São Paulo, nº 50, ago. 2014, p. 224-246.

_____. Escrituras, memórias e deslocamentos: viver, escrever e sentir – Imigrantes espanhóis em São Paulo. *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Santos, 2014.

MORAES, Maria Candelária Volponi. *CDE - um pedaço da Espanha no coração de São Paulo: centro de cultura e resistência ao franquismo, 1957-1975*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 1997, p.92.

ORWELL, George. *Lutando na Espanha*. Homenagem à Catalunha, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos. Tradução de Ana Helena Souza. São Paulo: Globo, 2006.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. SÃO PAULO (Governo da Província). Lei nº 36, de 21 de fevereiro de 1881. São Paulo, 1881.

PAIVA, Odair da Cruz. Arquivos da imigração no contexto da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. *Patrimônio e Memória*. Assis - SP, UNESP-FCLAS-CEDAP, v. 5, nº. 2, dez. 2009.

PERES, Elena Pájar. “Proverbial Hospitalidade”? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, nº. 2, jul./dez. 1997.

PERES, Elena Pájar. *A inexistência da terra firme: a imigração galega em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

- REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História*. São Paulo, v. 33, n° 1, jan./jun. 2014, p.234-253.
- RUBIO CABEZA, Manuel. *Diccionario de la Guerra Civil Española*. Barcelona: Planeta, 1987, p. 750 (grifo nosso).
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo, CEM, ano XIII, v. 13, jan. 2000, p. 14.
- SIERRA BLAS, Verónica. Escribir en campaña. Cartas de soldados desde el frente. *Cultura escrita & Sociedad*. Madrid, n° 4, 2007.
- _____. Escribir en campaña. Cartas de soldados desde el frente. Dossier Alfabetización y cultura escrita durante la Guerra Civil española. *Cultura escrita & Sociedad*. Madrid, n° 4, 2007, p. 95-116.
- TOMANIK, Geny Brillas. *Memórias, deslocamentos, lutas e experiências de um exilado espanhol: Pedro Brillas (1919-2006)* – Vol. 1, 383 p. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.
- _____. *Memórias, deslocamentos, lutas e experiências de um exilado espanhol: Pedro Brillas (1919-2006)*. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 2017.
- UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem Flores: hospedaria de imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 2013.
- ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANEXOS

Arquivos e fontes online sobre a Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Mayra Coan Lago
André Luiz Lanza

Nosso objetivo é mapear alguns dos arquivos online que contêm fontes primárias e secundárias sobre a Guerra Civil Espanhola e a América Latina¹. Também procuramos explorar e apresentar algumas de suas potencialidades. Para isto, dividimos este capítulo em três grandes partes, sendo a primeira dedicada, majoritariamente, às fontes primárias, e a segunda e a terceira às secundárias.

A primeira parte ainda foi subdividida em cinco tópicos, de acordo com temáticas, intitulados: *A Guerra Civil Espanhola nos periódicos; Iconografia e material audiovisual da Guerra Civil Espanhola; Combatentes, Brigadas Internacionais e Brigadistas; Movimentos migratórios, imigrantes e exilados; e Política Externa e Relações Internacionais*. No primeiro tópico, fizemos um levantamento de periódicos e revistas latino-americanas da época, que trataram da Guerra Civil Espanhola, e que estão online. Dentre os títulos, consideramos os que cobriram o conflito, os que foram editados por exilados na América Latina e os que serviram de material propagandístico da ditadura franquista. Também disponibilizamos os sites das hemerotecas digitais do Brasil, México e Espanha por conterem uma vasta gama de periódicos nacionais digitalizados. No segundo, reunimos arquivos e sites que possuem materiais iconográficos e audiovisuais digitalizados, permitindo ao pesquisador o contato com fotografias, panfletos e cartazes, além de documentários e filmes produzidos durante o conflito. Por exemplo, a coleção do Partido Comunista da Espanha, disponibilizada pela *Universidad Complutense de Madrid*, que possui mais de 3200 fotografias tiradas no período da guerra; o *Digital Public Library of America*, uma organização sem fins lucrativos, localizada em Boston e que congrega em um mesmo ambiente documentos de museus, arquivos e bibliotecas norte-americanas, possui mais de 600 desenhos digitalizados feitos por estudantes na Espanha e em centros de refugiados durante a guerra civil, além de materiais propagandísticos pró e anti-franquista.

1. Em alguns casos, inserimos sites de outros países do continente americano, como dos Estados Unidos e Canadá, por considerarmos os mesmos importantes para o desenvolvimento das pesquisas sobre a relação destes países com a Espanha e os impactos do conflito espanhol no continente.

O terceiro tópico é dedicado aos Brigadistas Internacionais, grupos de unidades militares compostos por voluntários e estrangeiros que lutaram na Guerra Civil ao lado dos republicanos. Existe uma ampla documentação online sobre os Brigadistas, como biografia dos combatentes, memórias, documentos pessoais, material fotográfico, entrevistas e documentos relativos às brigadas. Dado o caráter internacional das brigadas, vários arquivos de diversos países reúnem material sobre os seus cidadãos que lutaram no conflito. Compilamos sites norte-americanos, canadenses, uruguaios, brasileiros e russos que contém materiais ricos sobre esse tema.

O quarto tópico foi reservado para os exilados e refugiados da Guerra Civil Espanhola. A extensa documentação online sobre esse tema demonstra a importância do mesmo e sua relação com a América Latina. Ao longo dos quatro anos de conflito, o continente recebeu milhares de imigrantes espanhóis fugidos do terror do combate. Diversos centros de estudos e órgãos governamentais realizaram o esforço conjunto para disponibilizarem na internet documentos oficiais, dados estatísticos, fotos e relatos daqueles que buscaram um recomeço nos países latino-americanos. Muitos sites – alguns governamentais, outros resultados de projetos de memória nacionais – trazem listas de passageiros – como é o caso da *Fundación Pablo Iglesias*, da Espanha; da *Biblioteca Nacional de Chile*; o *Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos*, na Argentina; o *Arquivo Nacional*, do Rio de Janeiro, dentre outros listados no tópico.

No quinto e último tópico, compilamos materiais relevantes ao estudo das relações internacionais e política externa da Espanha com a América Latina durante o conflito, com especial atenção das relações com a Argentina e o Brasil. Apesar da nossa intenção de apresentar arquivos e fontes com estes aspectos, de mais de um país latino-americano, a ausência de fontes disponibilizadas online impossibilitou a realização da proposta inicial. De todo modo, consideramos interessante apresentar os dois sites brasileiros, visto que podem contribuir para o desenvolvimento das pesquisas em outras partes do continente.

Já na segunda e terceira partes do capítulo, reunimos uma gama de fontes secundárias sobre a Guerra Civil e a América Latina. Na segunda parte agrupamos entrevistas relacionadas ao tema em questão, que conduzem o leitor para as particularidades das situações. Na última parte reunimos alguns programas, séries e documentários, que apresentaram algumas das fontes disponibilizadas online ou que trataram de alguns dos temas, que relacionam o conflito com a América Latina, como a questão dos exilados no México e em Cuba.

Não temos a pretensão, com este capítulo, de esgotar os arquivos e fontes online sobre o tema ou mesmo as potencialidades de cada um dos mencionados. Pretendemos, sim, contribuir para o conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas

sobre a Guerra Civil Espanhola e a América Latina, possibilitando a consulta às fontes aos pesquisadores que não têm disponibilidade para deslocarem-se até os arquivos físicos, que querem fazer consultas pontuais ou mesmo utilizar as fontes em sala de aula.

Arquivos e fontes online sobre a Guerra Civil Espanhola e a América Latina

1) A Guerra Civil Espanhola nos periódicos

Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional

Os diversos periódicos – jornais e revistas – existentes à época do conflito e que o noticiaram amplamente pelo continente são uma possibilidade. No Brasil, dentre os que cobriram a Guerra, destacamos: O Correio da Manhã (RJ), O Jornal (RJ), Gazeta de Notícias (RJ), Correio Paulistano (SP), Jornal do Commercio (RJ) e Jornal do Brasil (RJ). Além destes, as revistas Caretas (RJ), Cultura (RJ) e Vamos Ler (RJ) também dedicaram algumas capas e páginas ao conflito espanhol.

Os periódicos podem ser acessados na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional Digital, que permite a busca por título do periódico, por período ou por local de publicação. A consulta mais prática, nesse caso, é por período e por palavra-chave, já que assim é possível consultar todos os periódicos disponíveis de uma só vez: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>.

Hemeroteca Nacional Digital de México

Contém centenas de jornais e periódicos em PDF. A busca pode ser feita por palavras-chave, períodos, título da publicação, local de publicação e idioma. Do mesmo modo que na do Brasil, sugerimos a busca por período e por palavra-chave.

Disponível em: <http://www.hndm.unam.mx/index.php/es/>

Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional de España

Contém centenas de jornais e periódicos em PDF. A busca pode ser realizada por palavras-chave, períodos, título da publicação, local de publicação e idioma.

Disponível em: <http://hemerotecadigital.bne.es/>

Dentro da Hemeroteca digital da Espanha, destacamos:

Arriba España – Peru

Revista pró-Franco

Disponível em: hemerotecadigital.bne.es/

results.vm?q=parent%3A0029882269&s=0&lang=es

Caras y Caretas – Argentina

Disponível em:

[http://hemerotecadigital.bne.es/
results.vm?q=parent%3A0004080157&lang=es&s=2120](http://hemerotecadigital.bne.es/results.vm?q=parent%3A0004080157&lang=es&s=2120)

Facetas de Actualidad Española – Cuba

Revista mensal anti-franquista, porta-voz da “*España democrática y libre*”, editada em Havana, Cuba. A revista difundiu a propaganda republicana e publicou artigos, biografias dos dirigentes republicanos, crônicas, desenhos, discursos, documentos, entrevistas, fotografias, notícias, reportagens e poemas referentes à Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Disponível em: [http://hemerotecadigital.bne.es/
details.vm?q=id:0004106723&lang=es](http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0004106723&lang=es)

The War in Spain – Inglaterra

Jornal semanal editado em Londres, em inglês, pela Embaixada da República da Espanha; material propagandístico com o objetivo de divulgar a imagem de um estado reformista e democrático contra um exército e uma igreja católica golpista e rebelde, e denunciar a intervenção militar estrangeira no conflito espanhol.

Disponível em: [http://hemerotecadigital.bne.es/
details.vm?q=id:0026239176&lang=es](http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0026239176&lang=es)

O Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo cobriu extensivamente o período da Guerra Civil Espanhola e a ditadura de Franco. O jornal possui acervo online próprio, em que o pesquisador pode buscar por palavras-chave e períodos. O acervo está disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>

Portal de Revistas del Centro de Estudios de Migraciones y Exilios de la Universidad Nacional de Educación a Distancia de España (CEME/ UNED)

Portal com diversas revistas digitalizadas, publicadas durante a Guerra Civil, em diversos idiomas. Destaque para o volume da publicação francesa “*L’illustration*” intitulado “*L’illustration: Guerre Civile en Espagne*” dedicado inteiramente ao tema; e para a publicação catalã “*Revista dels Catalans d’America*” editada na Cidade do México entre os anos de 1939 e 1940.

Disponível em: [http://www.cervantesvirtual.com/portales/
revistas_de_migraciones_y_exilios](http://www.cervantesvirtual.com/portales/revistas_de_migraciones_y_exilios)

2) Iconografia e material audiovisual da Guerra Civil Espanhola

Colección Digital Complutense

No arquivo histórico do Partido Comunista da Espanha, disponibilizado pela biblioteca da *Universidad Complutense de Madrid*, o pesquisador pode encontrar mais de 3200 fotografias e 2000 negativos do período. Dentre os subtemas, destacam-se: bombardeios; brigadas internacionais; dirigentes; exército popular; hospitais; indústria de guerra; manifestações; população civil; e propaganda.

Disponível em: <http://biblioteca.ucm.es/atencion/17952.php>

Digital Public Library of America

Congrega diversos arquivos online norte-americanos em uma mesma base de dados, permitindo a busca por palavras-chave, refinando por ano, tópico e tipo de mídia (impressa, manuscrita, imagens). Ao realizar uma busca por “*Spanish Civil War*” encontram-se online 634 desenhos feitos por crianças durante a Guerra Civil nas escolas de Madrid, Valencia e outras localidades da Espanha, além de centros de refugiados na França. Encontram-se nessa base também pôsteres e propaganda tanto do governo quanto dos combatentes.

Disponível em: <https://dp.la/>

Filмотeca Española – RTVE

O site conta com uma série de produções audiovisuais espanholas, inclusive da época da guerra civil. Dentre as abas, destacam-se: de noticiários, de documentários em branco e preto, de documentários coloridos, arquivo histórico, imagens de esporte, revista de imagens e arquivo real. Na aba intitulada “*Archivo Historico*”, dentre os subtemas, o pesquisador pode encontrar vídeos intitulados “*República y Guerra Civil*” e, inclusive, posteriores, que cobrem o governo franquista.

Disponível em: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/archivo-historico/grandesfile-victoria-madrid/2836276/>

Na aba “*películas*” é possível encontrar filmes que fazem referências às Brigadas Internacionais, como *Sierra de Turiel* (1938). Link disponível em: <http://www.rtve.es/filмотeca/peliculas/>

Finalmente, na aba “*documentales*”, o pesquisador pode ter acesso a alguns documentários sobre a Guerra Civil Espanhola e o período posterior.

Disponível em: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/la-guerra-filmada/guerra-filmada-guerra-internacional/858556/>

International Center of Photography (ICP)

Neste site estão disponibilizadas algumas das fotografias da “caixa mexicana”, tiradas por Robert Capa, durante o conflito.

Disponível em: <https://www.icp.org/browse/archive/collections/the-mexican-suitcase>

La Guerra Civil Española – Tisch Library

A coleção da biblioteca Tisch conta com mais de 3000 panfletos, incluindo publicações da Espanha, Portugal, América Latina e Filipinas. Estes folhetos foram distribuídos pela Espanha, Alemanha, Itália, União Soviética e América do Norte.

Disponível: <https://tischlibrary.tufts.edu/find/database/la-guerra-civil-esp%C3%B1ola>.

3) Combatentes, Brigadas Internacionais e Brigadistas

Asociación de Amigos de las Brigadas Internacionales (AABI)

O objetivo da *Asociación de amigos de las Brigadas Internacionales* é manter viva a memória dos homens e mulheres que lutaram na Espanha entre os anos 1936-1939. O site da Associação está disponível em nove idiomas e reúne uma série de informações sobre as brigadas e os brigadistas, como documentos, memórias, publicações, as atividades atuais, entre outros.

Disponível em: <http://brigadasinternacionales.org/>

Asociación de Aviadores de la República (A.D.A.R)

O site da *Asociación de Aviadores de la República* reúne uma série de documentos, como biografias, documentos pessoais, expedientes, fotos dos aviadores e dos aviões, dos aviadores espanhóis e estrangeiros que lutaram durante a Guerra Civil Espanhola. A base de dados está disponível neste link: <https://web.ua.es/archivo-adar>.

Disponível em: <http://www.adar.es/>.

Abraham Lincoln Brigade (ALBA)

O site é dedicado à promoção do ativismo social e dos direitos humanos. O trabalho é inspirado nos norte-americanos brigadistas, cuja brigada ficou conhecida como *Abraham Lincoln Brigade*. Deste modo, o site reúne uma série de documentos da coleção da *New York University's Tamiment Library* -como biografias dos brigadistas, cartões postais, cartas, cartazes, envelopes, entre muitos outros- e trabalha para expandir o legado da brigada como uma inspiração para as gerações do presente e as futuras. Para iniciar a pesquisa, basta aceder as abas intituladas “*ALB Database*” ou “*Resources*” e clicar no

tema desejado.

Disponível em: <http://www.alba-valb.org/>

Contato: info@alba-valb.org

Centro de estudios y documentación de las Brigadas Internacionales (CEDOBI)

O *Centro de Estudios y Documentación de las Brigadas Internacionales* foi criado em 2012, como fruto de um acordo entre o *Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”* (IEA) e a *Universidad de Castilla-La Mancha* (UCLM). O site tem uma seção de arquivos digitais que reúne: documentos dos brigadistas, fundos fotográficos, recursos digitais e notícias. Além disto, o site conta com uma aba somente com publicações (livros, artigos, revistas, entre outros) sobre a Guerra Civil Espanhola e seus subtemas, disponíveis em PDF.

A página inicial já facilita a visita ao site, uma vez que apresenta os últimos materiais adicionados. Para os que tiverem a possibilidade de visitar o centro, a página também conta com abas sobre seus fundos, com a descrição dos mesmos e de seus documentos.

Disponível em: <http://www.brigadasinternacionales.uclm.es/>.

Contato: cedobi@iealbacetenses.com.

Canada and the Spanish Civil War

O site foi criado por um grupo de estudantes e professores que desejam investigar a participação canadense na Guerra Civil. O site tem quatro abas principais, a saber: “fontes primárias”, “estudos de casos e entrevistas”; “módulos de ensino”; e “voluntários”. Na primeira, intituladas “fontes primárias”, o pesquisador encontra fotos, cartazes, folhetos e livros da época. Além disto, manifestos, relatórios e outros documentos, que versam sobre a participação dos canadenses, também podem ser acessados. Na segunda, “estudos de casos e entrevistas”, o pesquisador tem acesso às transcrições completas das mesmas. A terceira oferece ferramentas para a introdução ao estudo da Guerra Civil Espanhola e a participação dos canadenses. Já a quarta disponibiliza a lista dos voluntários canadenses, com dados básicos sobre eles.

Disponível em: <http://spanishcivilwar.ca/>.

Combatientes

Site que conta com um guia dos arquivos espanhóis sobre a Guerra Civil e diversos subtemas.

Disponível em: <http://www.combatientes.es/Busquedas.htm>.

Federación Estatal de Foros por la Memoria (FEFFM)

A *Federación Estatal de Foros por la Memoria* foi constituída em 2004 e tem como objetivos: recuperar a memória histórica dos (as) antifascistas que lutaram pela República e acabar com a impunidade dos crimes franquistas. O site reúne uma série de documentos, notícias e eventos, que se referem à Guerra Civil Espanhola e à ditadura de Franco, tal como os seus impactos para os nacionais e os estrangeiros. Para iniciar a busca, o pesquisador pode ingressar nas abas “*Comunicados y documentos de la federación*” ou “*artículos y documentos*”. Outra forma de pesquisar é pelo espaço da busca por palavras-chave, no canto superior esquerdo da tela.

Disponível em: <http://www.foroporlamemoria.info/>

La Columna Uruguaya

O blog, criado por pesquisadores espanhóis, resulta de um projeto de pesquisa intitulado “*Los voluntarios uruguayos en la Guerra Civil española*”, que tem por objetivo recuperar a biografia dos voluntários uruguaios que lutaram na Guerra Civil Espanhola.

Disponível em: <https://columnauruguay.wordpress.com/>

Memórias da Ditadura

O portal *Memórias da Ditadura* é uma realização do *Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog*, que responde à demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de criação de um portal com o objetivo de divulgar a História do Brasil durante os anos 1964-1985, ao grande público, em especial à população jovem. O site reúne uma série de documentos sobre o período da Guerra Civil Espanhola, sendo que a parte intitulada “Biografias da resistência” contém informações sobre alguns dos brasileiros que participaram das Brigadas Internacionais, como é o caso de Apolônio de Carvalho. Para ter informações, basta clicar na foto ou buscar o nome desejado no canto superior esquerdo, que reúne os nomes dos biografados. No caso mencionado, a aba do brigadista conta com uma pequena biografia e dois vídeos, sendo que o primeiro é o documentário *Vale a Pena Sonhar* e o segundo é um vídeo mais curto, do programa *Memória e Contexto* da TVT, intitulado “*Memória e contexto: Apolônio de Carvalho*”

Disponível em: <http://memoriasdeditadura.org.br/biografias-da-resistencia/>

Nomes e Voces

O projeto nasceu em 2006, através de um convênio de três universidades galegas, cujos objetivos são: estudar a repressão da Galícia durante a Guerra Civil e o franquismo; recompilar informação; e oferecer dados relativos às

vítimas. Pelo site, é possível buscar os nomes dos nacionais e estrangeiros que lutaram na Galícia, neste período.

Disponível em: <http://vitimas.nomesevoces.net/>

Russian state archive of socio-political history (RGASPI)

O *Arquivo Estadual Russo de História Social e Política* foi criado em 1999, com a Resolução nº 283 do Governo da Federação Russa, fruto da fusão do *Centro Russo de Armazenamento e Estudo de Documentos Recentes* (RChIDNI) e do *Centro de Documentos de Organizações de Jovens* (TSKHMO). Os documentos do fundo 545, intitulado *Interbrigadas do Exército Republicano de Espanha*, em sua maioria, estão em espanhol e tratam das atividades de brigadas e formações internacionais que lutaram nas fileiras do Exército Republicano de Espanha durante a guerra. O fundo está dividido em seis inventários, versando sobre: documentos do comissariado militar da interbrigada; documentos da administração militar central da interbrigada; documentos das divisões; documentos fotográficos; e listas e arquivos pessoais dos combatentes.

O fundo ultrapassa o marco temporal da Guerra Civil Espanhola, tendo como marco temporal o período de 1936-1945.

Disponível em: <http://sovdoc.rusarchives.ru/#tematicchilds&rootId=94999>

Sistema d'Informació Digital sobre les Brigades Internacionals (SIDBRINT)

O site está disponível em oito idiomas e reúne uma série de documentos das Brigadas Internacionais e dos brigadistas, como biografias, cartas, cartazes, entrevistas, panfletos, fotos, entre muitos outros. Para iniciar a busca, o pesquisador pode acessar, na página inicial, as abas intituladas “*Brigaders*”, “*Documentary Source*” ou “*Military Framework*”. Ao entrar nestas páginas, no canto esquerdo da página, é possível filtrar a pesquisa, de acordo com as particularidades da aba selecionada. No caso dos brigadistas, é possível filtrar por palavra-chave, tipo de documento, país de origem, ano e gênero. No caso dos documentos, é possível filtrar por palavra-chave, tipo de documento, país de origem da produção do documento e subtemas. Outra opção de busca é na aba “*search engine*”, em que se pode filtrar por tipo de conteúdo e palavras-chave. Finalmente, o site conta com um mapa, identificando os países dos brigadistas.

Disponível em: <http://sidbrint.ub.edu/en>.

4) Movimentos migratórios, imigrantes e exilados

Asociación para el estudio de los exilios y las migraciones ibéricas contemporáneas (AEMIC)

O site conta com projetos de pesquisa e publicações sobre a repressão às espanholas, o exílio espanhol para o México e uma série de outros eventos dedicados ao tema. A associação também tem uma revista, que conta com uma diversidade de artigos sobre exílios e imigrações ibéricas, de forma geral, e espanhola, de forma específica (destacamos o número 4, de 2003, tem como tema o exílio espanhol para a América Latina; e o número 9, de 2008 é dedicado ao exílio espanhol de 1939 para a América Latina). O site também conta com links interessantes, de associações, centros, entre outros.

Disponível em: <http://www.aemic.org/>.

Archive of the Spanish Civil War and the Francoist dictatorship

Esse arquivo digital é uma iniciativa da Universidade da Califórnia, em São Diego, com colaboração de outras associações espanholas e de outros lugares. O site conta com inúmeras entrevistas de espanhóis que sobreviveram à Guerra Civil Espanhola e a ditadura franquista, dentro e fora da Espanha.

Disponível em: <https://library.ucsd.edu/speccoll/scwmemory/about-eng.html>.

Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional disponibilizou uma série de documentos referentes aos passageiros desembarcados no porto do Rio de Janeiro, desde 1875 até 1950. Uma parte destes documentos está online e podem ser consultados através da base de dados SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional – (<http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp>). Neste sistema, o usuário tem acesso às imagens digitais das Relações de Passageiros originais, pertencentes ao fundo Inspetoria de Terras e Colonização (3D) de 1873 a 1875 e as da Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras (OL), ordenadas por portos, datas e nomes de navios, desde 1875 até 1950. Outra opção é buscar a aba “entradas de estrangeiros no Brasil” e inserir alguns dos dados solicitados, sendo pessoais ou de viagem.

Disponível em: http://bases.an.gov.br/rv/menu_externo/menu_externo.php

Arquivo Público do Estado de São Paulo

No site do Arquivo Público do Estado de São Paulo é possível acessar o livro de registros da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, as listas com os nomes dos passageiros que desembarcaram no porto de Santos, entre os anos 1888-1978, e as certidões de registro, entre os anos 1939-1984, expedidas pela Delegacia Especializada de Estrangeiros de São Paulo. Estas fichas também estão disponíveis em: <https://www.familysearch.org/>.

Para a busca, o pesquisador deve inserir alguns dos dados pessoais ou de viagem solicitados.

Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/memoria_do_imigrante

Biblioteca del Exilio - Instituto Cervantes

O site da *Biblioteca del Exilio* é um portal temático, que pretende reunir e difundir um fundo especializado no exílio republicano espanhol de 1939. O destaque é dado as revistas e aos periódicos, produzidos nos diferentes destinos dos espanhóis, assim como nos materiais de audiovisual e testemunhal. O site conta com as seguintes abas para pesquisa: hemeroteca, fonoteca, imagens e itinerários do exílio. Destacamos as abas do site “*Estudios*” e “*enlaces*”, pois ambas contam com extensa bibliografia e links sobre o tema. O site da biblioteca também abriga fundos de arquivos pessoais, como o *Archivo Carlos Esplá*, que inclui um amplo fundo documental do político e periodista espanhol, que se refugiou no México. O fundo é composto por cartas, conferências, discursos, documentos de organizações políticas, fotografias, manifestos, material de imprensa e outros documentos de Carlos Esplá e outros, sendo que boa parte está disponível online. O fundo está disponível em:

http://www.cervantesvirtual.com/portales/archivo_carlos_espla/

Outro fundo interessante é o da FOARE- *Federación de Organismos de Ayuda a la República Española*, que reúne uma série de documentos como cartas, manifestos, resumos das notícias espanholas, entre outros.

Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/partes/342846/foare-342846>.

Finalmente, o site conta com parte das publicações *Cuadernos Americanos*, que contava também com a colaboração dos exilados espanhóis, e *Cuadernos Hispanoamericanos* disponíveis em PDF. Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/partes/709566/cuadernos-americanos> e

<http://www.cervantesvirtual.com/partes/235792/cuadernos-hispanoamericanos-80>

O site está disponível em:

http://www.cervantesvirtual.com/portales/biblioteca_del_exilio/presentacion/

Boletín del archivo general de la nación (BAGN) - República Dominicana

O número 135 do boletim, de 2013, contém um catálogo das fontes para o estudo do exílio espanhol na República Dominicana. Contém também a lista com os nomes dos exilados espanhóis que chegaram ao país, entre os anos 1939-1940, e uma entrevista com um dos exilados.

Disponível em:

<http://pt.calameo.com/books/000530775975da25d9012>

Centro de Memória de Imigração Ilha das Flores

No acervo digital do museu é possível buscar pelos espanhóis que chegaram ao Brasil durante ou logo após o conflito. No site é possível encontrar histórias de vida, fotos da época e alguns vídeos dos imigrantes.

Disponível em: <http://www.hospedariailhadasflores.com.br/index.asp>

Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA)

O site oferece uma base de dados online para a consulta dos passageiros e imigrantes que chegaram no Porto de Buenos Aires desde 1882 até 1950. A ferramenta de busca oferece as seguintes opções: nome, sobrenome, lugar de nascimento, estado civil, idade, profissão, religião, porto de embarque, nome do barco e data de chegada. Vale dizer que não é necessário ter todos os dados para realizar a busca.

Disponível em: <http://cemla.com/buscador/>

El exilio español de la Guerra Civil: los niños de la guerra

O site reúne uma série de documentos sobre o exílio das crianças durante a guerra civil, para os mais diversos países. O site tem uma parte dedicada ao exílio para o México, que conta com uma breve história, fotografias, cartas e outros documentos.

Disponível em: <http://portal.ugt.org/fflc/exposiciones/ninosguerra/ninos00.htm>

E-xiliad@s

É um projeto interativo sobre o exílio republicano espanhol, desde a guerra até a ditadura franquista. O site conta com abas sobre a biografia, os testemunhos e diários. Na parte de biografia, o pesquisador tem acesso à uma lista dos exilados, com nome e sobrenome, cidade de origem, ano em que saiu da Espanha e o país de destino. Na dos testemunhos, o pesquisador pode acessar fontes produzidas pelos espanhóis nos campos de concentração, como partes da revista “Exílio”, publicada em 1939, e o livro de poesia de Luís Alvarez Yuste, intitulado “Nuestra Lucha”. Na parte de diários, encontramos alguns diários de viagens das crianças espanholas. Além destas três abas principais, o site conta com outras que tratam do perfil das exiladas (disponibilizando dois artigos), uma galeria de imagens dos exilados e dos campos de concentração, um mapa do exílio republicano espanhol (com os principais destinos destacados) e listas de filmografia (documentários e filmes) e bibliografia sobre o tema. Merece destaque a aba com os links divididos por subtemas, a saber: associações; campos de concentração; grupos de estudos,

projetos, centros documentais e revistas; e redes sociais.

Disponível em: <http://www.exiliadosrepublicanos.info/es/historia-exilio>

Fundación Pablo Iglesias

O site conta com uma lista de documentos da época, disponibilizados em PDF, especialmente sobre o exílio para os mais diversos países, incluindo dados biográficos de alguns exilados, listas com os nomes dos passageiros dos barcos, documentos sobre a imprensa opositora ao Franco, entre muitos outros.

Disponível em:

<http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/documentos>.

Fundación Pablo Iglesias. Colección Exilio - Biblioteca Miguel de Cervantes

O portal da *Fundación Pablo Iglesias*, que está no site da Biblioteca Miguel de Cervantes, tem como objetivo difundir a obra dos exilados espanhóis. Neste portal, o pesquisador pode encontrar desde revistas e periódicos literários, culturais e políticos até documentários sobre o exílio espanhol. O pesquisador também tem acesso a diversos artigos sobre o exílio espanhol, inclusive para a América Latina. O link para o acesso deste material está disponível em:

http://www.cervantesvirtual.com/portales/fundacion_pablo_iglesias/exilio/

O portal está disponível em:

http://www.cervantesvirtual.com/portales/fundacion_pablo_iglesias/

Los niños que nunca volvieron

Site com documentário interativo que conta as histórias das crianças espanholas que tiveram que se exilar, sozinhas, durante a Guerra Civil Espanhola.

Disponível em: <http://www.losninosquenuncavolvieron.es/>.

Memoria Chilena – Biblioteca Nacional de Chile

O site reúne documentos e imagens sobre diversos temas que contribuíram para a formação da identidade chilena. A questão dos exilados espanhóis é amplamente documentada. Os esforços empreendidos pelo presidente Pedro Aguirre Cerda, tendo como resultado o traslado de mais de 2200 refugiados para o Chile no ano de 1939 também é apresentado. A página principal do site possui hiperlinks que direcionam a outras páginas sobre o exílio espanhol que merecem destaque. Em “testemunhos e entrevistas” encontram-se publicações sobre a experiência de crianças espanholas exiladas no Chile,

sobre a experiência dos espanhóis no navio cargueiro Winnipeg, que trouxe da França para o país mais 2200 exilados e um relato da primeira noite de um jovem de 19 anos nesse navio, todas disponíveis em PDF. O “*Comité Chileno de Ayuda a los Refugiados Españoles*” contém fotos, recortes de jornais e outros documentos referentes ao Comitê Nacional da Frente Popular, encabeçado por Pablo Neruda. Na parte dedicada aos “*refugiados españoles*”, é possível acessar a lista com os nomes das pessoas que estavam no Winnipeg. Na dos “*poetas nacionales*”, o pesquisador encontra um livro de poesias de poetas chilenos sobre a Guerra Civil Espanhola, disponível em PDF. Finalmente, na de Winnipeg, o pesquisador pode acessar fotos do barco. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-732.html#bibliografia>

Memoria del exilio - Proyecto Clío

É um projeto da revista espanhola Clío, que reúne uma série de artigos e depoimentos de exilados espanhóis, em diversas partes do mundo. Disponível em: http://clio.rediris.es/index_exilio.htm#

Museu da Imigração do Estado de São Paulo

No acervo digital do museu é possível buscar pelos espanhóis que chegaram ao Brasil na época ou logo após o conflito. Dentre os documentos estão listas de bordo, cartas de chamadas, registros de matrícula de imigrantes na Hospedaria dos Imigrantes, fotos e periódicos diversos. A busca nas listas de bordo e registros de matrícula pode ser feita por nomes e sobrenomes, datas e pelos nomes dos navios chegados ao estado. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/index.php>

PARES- Movimientos Migratorios Iberoamericanos

É um projeto coordenado pela *Subdirección General de los Archivos Estatales del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte* espanhol, cujo objetivo é fomentar e facilitar o acesso aos fundos documentais relativos à emigração espanhola para a América Latina na época contemporânea. O site oferece um link, listando os principais arquivos sobre o tema em alguns países da América Latina. Futuramente, o site também pretende oferecer o acesso livre e gratuito a qualquer usuário interessado em ter acesso aos documentos e imagens digitalizadas destes fundos.

Disponível em:

<http://pares.mcu.es/MovimientosMigratorios/staticContent.form?viewName=fuentes>

PARES - portal de víctimas de la guerra civil y represaliados del franquismo

A partir deste portal, o pesquisador pode consultar os arquivos do Ministério de Educação, Cultura e Esporte espanhol que reúne os mais diversos documentos do período. O pesquisador tem como facilidades a aba de busca rápida e avançada, além de poder solicitar os documentos pelo site.

Disponível em:

<http://pares.mcu.es/victimasGCFPortal/staticContent.form?viewName=presentacion>

Red de Estudios y Difusión del Exilio Republicano de 1939 (REDER)

A rede é uma iniciativa de um grupo interdisciplinar de oitenta pesquisadores e professores de dez países, entre Europa e América, com o propósito de difundir e estudar o exílio republicano de 1939. Para acessar a rede é preciso fazer um cadastro.

Disponível em: <http://www.rediris.es/list/info/reder.html>

VERBETES/CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Os verbetes fazem parte do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, cuja primeira edição impressa foi lançada em 1984. Atualmente, após duas atualizações, foi integralmente disponibilizada no portal do CPDOC. A parte do site dedicada aos verbetes pode ser interessante para àqueles que estejam buscando biografias sobre os brigadistas brasileiros.

O endereço para consulta é: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca>

5) Política Externa e Relações Internacionais

Center for Research Libraries (CRL)- brazilian government documents

O *Center for Research Libraries*, um consórcio internacional de universidades, faculdades e centros de pesquisas, tem uma série de documentos online, dos Estados Unidos e de outros países, inclusive da América Latina. Na seção sobre o Brasil, o pesquisador pode ter acesso a relatórios ministeriais e discursos presidenciais, digitalizados e disponibilizados por ano. Os Relatórios das Relações Exteriores, em especial, trazem informações sobre as relações internacionais e a política externa para a Espanha durante o período. Ver, em específico, os relatórios relativos ao período de 1936-1944.

Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

No CPDOC encontram-se correspondências políticas dos Embaixadores do Brasil no exterior e dos Ministros das Relações Exteriores. Para o presente tema, interessa principalmente as correspondências trocadas entre o Presidente Getúlio Vargas e os embaixadores brasileiros na Europa e Estados Unidos no período. Dentre os vários telegramas, visar os de Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil nos Estados Unidos de 1934 a 1937 e Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1940.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Expedientes da Câmara dos Deputados da Argentina

Por meio de busca por datas e palavras-chave, a base de dados da Câmara dos Deputados da Argentina permite consultar os debates parlamentares e projetos de lei relativos a temas diversos da relação da nação platina com a Espanha durante o conflito, como: ajudas à Cruz Vermelha; acolhida de órfãos espanhóis exilados. Encontram-se também ofícios diversos, como solicitações feita por partidos de esquerda, por sindicatos e associações para que fossem cortadas as relações diplomáticas com a Espanha, e um comunicado da Câmara dos Deputados do Peru dirigido aos parlamentares latino-americanos buscando unir forças para negociar a libertação de presos e perseguidos políticos do regime espanhol.

Disponível em: <http://apym.hcdn.gob.ar/expedientes>

Entrevistas e Centros de Documentação sobre a Guerra Civil Espanhola e a América Latina

1) Entrevistas

Teoria e debate – Memória: Apolônio de Carvalho

No site *Teoria e Debate* é possível aceder à uma entrevista com Apolônio de Carvalho, de 1989 em que, dentre os temas, está a sua participação nas brigadas internacionais durante a guerra.

Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1989/04/01/memoria-apolonio-de-carvalho/>.

Víctor García G. Estanillo el Brasileño

O blog foi produzido pelo filho de Víctor García G Estanillo, Víctor García Fernández. Neste podemos encontrar a história do pai, documentos da época, memórias da família e parte de uma entrevista que Víctor García Fernández concedeu à dois pesquisadores brasileiros, que estão nesta coletânea: Ismara Izepe de Souza e Rodrigo Rodrigues Tavares.

Disponível em: <http://blocs.tinet.cat/lt/blog/victor-garcia-g.-estanillo-el-brasileno>.

Voluntarios de la libertad: las voces de la memoria

Elizabet Rodríguez e Idania Trujillo apresentam parte dos estudos que desenvolveram com entrevistas de cubanos que foram brigadistas.

Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-literatura-y-la-cultura-del-exilio-republicano-espanol-de-1939-actas-del-iv-coloquio-internacional-hotel-las-lagrunas-del-16-al-19-de-julio-de-2002-san-antonio-de-banos-la-habana-cuba-0/html/>

2) Centros documentais gerais

Anuario Americanista Europeo

O número 3, de 2005, intitulado “*Archivos de Españoles en América (Argentina y México)*” apresenta o projeto de recuperação de testemunhos de espanhóis republicanos exilados nos diversos países latino-americanos, com especial atenção para os casos da Argentina e do México.

Disponível em: <http://www.red-redial.net/revista/anuario-americanista-europeo/article/viewFile/108/93>

Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano (BDPI)

O site é um projeto da *Asociación de Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica* (ABINIA), que tem como objetivo criar um portal que permita o acesso desde um ponto único de consulta aos recursos digitais de todas as bibliotecas participantes. O pesquisador consegue encontrar alguns documentos online e bibliografia referentes à Guerra Civil Espanhola se digitar as palavras-chave nos espaços de busca.

Disponível em: <http://www.iberoamericadigital.net/es/acerca-de-bdpi/>

Centro Documental de la Memoria Histórica

O site do *Centro Documental de la Memoria Histórica* reúne documentação diversa sobre a Guerra Civil Espanhola e seus subtemas, além de disponibilizar os catálogos dos seus acervos. No site também está disponível o catálogo da biblioteca, base de dados, exposições e atividades do centro e links de interesse.

Disponível em:

<https://www.mecd.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/archivos/cdmh/portada.html>.

Contato: cdmh@mecd.es

Cuaderno Rayuela – Bibliografías sobre America Latina

O número 1 do caderno, produzido pelo *Centro de Información y Documentación del CSIC*, é dedicado ao “Exílio Espanhol na América Latina”, reunindo 170 registros bibliográficos, produzidos entre os anos 1975-1992.

Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/33529/1/Rayuela1.pdf>

El asilo diplomático y naval argentino durante la guerra civil española. Los marinos argentinos del torpedero Tucumán y del crucero 25 de mayo en 1936/1937

O *Boletín del Centro Naval* oferece um panorama sobre o asilo diplomático argentino para os espanhóis durante a guerra.

Disponível em: <http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN844/844-MERINO.pdf>

El impacto de la Guerra Civil Española en la vida intelectual de Hispanoamérica

O site é parte de um projeto amplo, com o mesmo título, financiado desde 2007 pelo *Ministerio de Educación y Ciencia de España*. Os pesquisadores pretendem elaborar e organizar um corpus de textos de autores hispano-americanos escritos sobre a guerra da Espanha, com o objetivo de preparar artigos e antologias sobre o impacto da guerra nos intelectuais dos países da região. No site, é possível acessar a longa lista dos intelectuais dos diversos países, que trataram do tema, e as publicações do projeto.

Disponível em: <http://impactoguerracivil.blogspot.com.br/>

Fuentes de archivo para la investigación del exilio español como consecuencia de la Guerra Civil de 1936-1939 en Colombia y Venezuela

O artigo de María Eugenia Martínez Gorroño, que está no dossiê intitulado “*Fuentes archivísticas para el estudio del exilio republicano de 1939*”, da revista *Migraciones & Exilio*, é um guia de alguns arquivos colombianos e venezuelanos.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2547756>

Revista Olivar - Guía de fuentes documentales de archivos españoles

No artigo intitulado “*Noticia sobre la Guía de Fuentes para la historia de la guerra civil española, exilio y movimiento obrero. Una base de datos para acceder a información puntual de fuentes documentales*”, Carmen Sierra, do *Centro de Información Documental de Archivos*, apresenta uma descrição dos fundos do arquivo, destacando as fontes que o pesquisador pode encontrar

nos arquivos, inclusive referentes às relações e os impactos na América Latina. Disponível em: <http://www.olivar.fahce.unlp.edu.ar/article/view/OLlv07n08a12>

Tres fuentes para el estudio del exilio español en México

O artigo de Magdalena Ordóñez Belén Santos e Enriqueta Tuñón também está no dossiê intitulado “*Fuentes archivísticas para el estudio del exilio republicano de 1939*”, da revista *Migraciones & Exilio*, trata de três arquivos mexicanos.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2547750>

3) Filmografia sobre a Guerra Civil Espanhola e a América Latina

Cartas en el tiempo (Espanha, 2018)

A série documental utiliza as cartas, ao longo dos séculos, para viajar pela história política, social e cultural no país. Dentre as cartas selecionadas figuram as das crianças espanholas, que foram viver no México e na Rússia.

Disponível em: <http://www.rtve.es/television/cartas-en-el-tiempo/>

Carteles de la Guerra. 1936 – 1939 (Espanha, 2004)

O programa do Canal da *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (UNED) cobriu parte da exposição *Carteles de la Guerra*, que exibiu 2000 cartazes da Guerra Civil Espanhola, pertencentes à *Fundación Pablo Iglesias*, que ficaram expostos na Sala Picasso do *Círculo de Bellas Artes*, em 2004. Disponível em: <https://canal.uned.es/video/5a6f57d1b1111f5c628b4c52>

El exilio de los niños (Espanha, 2005)

O programa do Canal UNED cobriu parte da exposição *El exilio de los niños* sobre as crianças espanholas exiladas durante a Guerra Civil Espanhola para diversas partes do mundo, incluindo as Américas, que apresentou mais de 300 fotos, cartas, documentos e objetos das crianças, em 2005.

Esos mismos Hombres -Voluntarios Argentinos en La Guerra Civil Española (Argentina, 2006)

Documentário realizado em 2006 pelo grupo “*Historia desde Abajo*”, composto por Ernesto Sómmano, Jerónimo Boragina, Gustavo Dorado, Lucas González e Jose Luis Bramante. O mesmo conta com diversas fotografias e testemunhos dos militantes políticos que recordam as campanhas de apoio à República Espanhola. Do mesmo modo, conta com entrevistas dos voluntários argentinos que foram lutar contra o fascismo, desenvolvendo algumas explicações sobre o conflito, sobre o papel do país e dos argentinos na Guerra Civil Espanhola. Ademais, recompila imagens do arquivo e testemunhos dos

voluntários na guerra como ativistas do movimento de *Solidaridad con la República Española*.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VpfGp5egA9A>.

Exilio: documental / idea y argumento, Alfonso Guerra ; guión Pedro Carvajal y Julio Martín Casas; música Jorge Maletá; montaje Amparo Martínez Dorado; director Pedro Carvajal (Espanha, 2017)

O documentário espanhol trata do exílio espanhol entre os anos 1939-1978. Parte do documentário está disponível na coleção exílio da *Fundación Pablo Iglesias*.

Disponível em:

http://www.cervantesvirtual.com/portales/fundacion_pablo_iglesias/847469_documental/

Las canciones de la Guerra Civil (Espanha, 2000)

A série *Las canciones de la Guerra Civil*, proposta pelo Canal UNED, em 2000, tem como objetivo apresentar e analisar alguns dos cantos de guerra, entre os anos 1936-1939. Para tal, o programa foi dividido em quatro partes- *cantos republicanos, cantos de las organizaciones y autonomias, de la zona nacional, voluntários extranjeros en la zona nacional e las brigadas internacionales*-, sendo a última dedicada aos cantos dos brigadistas americanos.

Disponível em: <https://canal.uned.es/video/5a6f281cb1111ff2568b477a>

La voz de los vencidos. El exilio español en Cuba (Espanha, 2005)

O documentário é baseado no livro da historiadora da UNED, Alicia Altet, intitulado *La voz de los vencidos. El exilio republicano de 1939*. O documentário trata do exílio republicano de 1939 a partir das histórias dos exilados espanhóis. A segunda parte do documentário é dedicada ao exílio espanhol em Cuba. Ambas estão online no Canal UNED.

Disponível em:

Parte I: <https://canal.uned.es/video/5a6f22a1b1111f2a3a8b45c8>

Parte II:

https://canal.uned.es/video/5a6f22a1b1111f2a3a8b45cd?track_id=5a6f22a2b1111f2a3a8b45d0

Los colegios del exilio en México (Espanha, 2005)

O programa do Canal UNED, de 2005, cobre e trata parte da exposição sobre os colégios de exílio no México.

Disponível em: <https://canal.uned.es/video/5a6f65afb1111f472b8b45a4>

Transterrados Españoles (Chile, 2001)

O documentário chileno trata das histórias de vida de Enrique Cueto, Roser Bru, Piedad Bollada e Leopoldo Castedo, que chegam ao Chile no barco Winnipeg, no fim dos anos 1930, como refugiados da Guerra Civil Espanhola.

Disponível em: <http://es.arcoiris.tv/scheda/es/402/>

<http://www.bibliotecanacionaldigital.cl/bnd/625/w3-article-331363.html>

Niños de la guerra: Solidaridad uruguaya con la República Española (1936-1939)

Claudia Romero Duarte

El libro, *Niños de la Guerra: Solidaridad con la República Española, 1936-1939*, escrito por el historiador, genealogista y docente uruguayo Carlos Zubillaga y publicado por la editorial Linardi y Riso en el año 2013, trae a la luz un tema de absoluta actualidad: las repercusiones de los conflictos armados en la vida de los niños.

Si bien el libro del profesor Zubillaga trata sobre la forma particular en que los uruguayos se solidarizaron con los niños víctimas del conflicto bélico español (1936-1939); a lo largo de sus páginas, el lector encontrará paralelismos y lecciones sobre un problema que -por desgracia- sigue estando vigente: la violencia y abusos de los que son objeto los niños en las guerras.

Producto de una minuciosa labor de investigación realizada en varias instituciones tanto uruguayas como españolas (Archivo General de la Nación, Departamento de Investigaciones, Archivo Literario de la Biblioteca Nacional, archivo del Centro Republicano Español de Montevideo, archivo del ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid, entre otros); este libro de 154 páginas aborda en siete capítulos un tema aún poco estudiado en la historiografía uruguaya: la ayuda que Uruguay brindó a los niños españoles durante la guerra civil de este país. A lo largo de sus páginas, el libro consigue develar al lector las “características de una empresa que comprometió activamente a un grupo de uruguayos, de orígenes políticos diversos, en el servicio posible a las víctimas más débiles de la situación bélica peninsular: los niños” (Zubillaga, 2013, p.7).

Contexto Político Uruguayo de la Solidaridad con la República Española

El capítulo uno del libro, presenta el contexto político uruguayo en los años treinta, lo cual nos ayuda a situar y entender el surgimiento en ese país de un grupo de apoyo a la causa republicana española y más concretamente a los niños españoles.

A Guerra Civil Espanhola e a América Latina

“En las tres primeras décadas del siglo XX (Uruguay) fue construyendo un Estado de bienestar que signó su peculiaridad en el contexto latinoamericano” -relata el autor-, sin embargo -continúa- “si bien se hizo frecuente aludir a Uruguay como un *pequeño país modelo* (“la Suiza de América”), los cambios operados en su economía para viabilizar la inserción en los mercados internacionales no se tradujeron en modificaciones estructurales: la producción nacional se siguió asentando en la exportación pecuaria (lana, carne vacuna), al tiempo que se registraba un débil proceso de industrialización (...) (Zubillaga, 2013, p.12).

El crack de 1929 acabó desnudando la fragilidad de la economía y política uruguayas y ya en 1930 -de acuerdo al autor- la agudización de la crisis en la periferia del sistema capitalista arrasó con los regímenes democráticos en el Río de la Plata; así, en 1933, el Presidente uruguayo Gabriel Terra, encabezó la reacción conservadora con un auto-golpe de Estado. El deterioro de la institucionalidad democrática en el Uruguay, se correspondió con las ideologías totalitarias en ascenso, de allí que al producirse el alzamiento militar de julio de 1936 en España, “(éste) fue bien visto por los sectores políticos hegemónicos en los países del Plata” (Zubillaga, 2013, p.12).

Es en este marco político que el Uruguay reaccionó ante el *alzamiento* en España. Los alineamientos fueron nítidos: el oficialismo (el coloradismo conservador con Terra a la cabeza y el nacionalismo mayoritario) se decantaron del lado faccioso, mientras que los partidos de oposición (coloradismo batllista, nacionalismo independiente, socialismo y comunismo) expresaron de modo a veces consensuado y otras veces marcando diferencias ideológicas entre sí, su apoyo a la República, así como su repudio al falangismo y su crítica severa al régimen que comenzaba a estructurarse en Burgos.

El clima político imperante del Uruguay durante los años de la guerra civil española (1936-1939) se caracterizó pues por ser más bien autoritario; de esta forma, los amplios sectores de la población uruguaya que se adhirieron a la causa republicana española debieron sortear muchas dificultades a la hora de llevar adelante acciones públicas de solidaridad con dicho país. “Las primeras modalidades de organización sólo pudieron asumir el rango de Comités de Ayuda (en agosto de 1936 el Comité de Ayuda a España Republicana; en abril de 1937, el Comité Nacional Pro Defensa de la República Democrática Española)... Recién en julio de 1938 culminaron los intentos por nuclear en una entidad representativa a la mayoría de los sectores de la inmigración que en febrero de 1936 adhirieran al Frente Popular; surgió así Casa de España” (Zubillaga, 2013, p.19).

Paulina Luisi: una luchadora

En el capítulo dos, el autor hace un breve repaso a la vida de la militante social uruguaya Paulina Luisi exponiendo a su vez su vinculación con el conflicto bélico español y con los niños refugiados españoles.

El autor presenta a Luisi como una mujer adelantada a su tiempo, que en su condición de educadora y médica, se comprometió con varias “causas”: la lucha contra la trata de mujeres, la enseñanza profiláctica y de la educación sexual a través del magisterio escolar, la protección de la infancia o el derecho irrestricto de la mujer a la educación, entre otras. En tales campos dictó conferencias, participó de congresos y organizaciones internacionales, publicó artículos y libros. “Precisamente, en una combinación de militancia local e internacional, Paulina Luisi se acercó al gran drama español de la guerra civil, inscribiendo su labor en la definición más amplia de la lucha contra el fascismo y todas las otras formas de totalitarismo” (Zubillaga, 2013, p.24).

Paulina Luisi llegó a establecer vínculos con numerosos personeros del republicanismo, así, la correspondencia intercambiada con ellos, tanto durante la guerra civil como después de terminar ésta, “constituyen testimonio fehaciente de una comunidad de ideales mantenida a despecho de las derrotas” (Zubillaga, 2013, p.25). En sus cartas, es posible darse cuenta no sólo de su posicionamiento a favor de la causa republicana o de su dedicación a la niñez refugiada, sino también, de su capacidad de organizar y mover las múltiples redes de relaciones con la sociedad uruguaya a favor de la niñez española. Fue por su capacidad y por su compromiso con la niñez refugiada que el Comité de Ayuda a España Republicana le pidió que organizase una Comité de Damas encargado de prestar auxilio a los españoles que se vieses afectados por la situación bélica.

Comité de Damas pro ayuda al Pueblo Español y Comité Pro Casas en España Leal

Los capítulos tres y cuatro nos ayudan a entender como fueron estructuradas las organizaciones uruguayas encargadas de brindar ayuda a las víctimas de la guerra civil española.

La primera organización creada fue el Comité de Ayuda a España Republicana (surge en agosto de 1936). La acción de este Comité fue principalmente de propaganda y de obtención de recursos materiales, y con esos objetivos en mente, hacia fines de octubre de 1936, solicitó a Paulina Luisi la organización de un Comité de Damas que colaborase con la

recolección de fondos para envíos a España. Fue así como, el 6 de noviembre de 1936, en la sede del Ateneo de Montevideo, tuvo lugar la reunión fundacional del Comité de Damas pro ayuda al Pueblo Español, formado por mujeres provenientes de un amplio espectro social y político. Las acciones de la nueva organización se fijaron en cuatro puntos: dirigir una circular al comercio y al público para solicitar ayuda al pueblo español, designar varias personas para realizar gestiones varias, dirigirse oficialmente y por medio de vinculaciones personales a las diversas localidades del interior del país, y requerir la colaboración de la prensa de los distintos Departamentos del país. Los destinatarios preferenciales de la asistencia serían las fuerzas combatientes, las víctimas de los bombardeos y los desplazados de sus hogares.

Poco después de su fundación, el Comité de Damas ya desplegó una intensa campaña para la obtención de recursos, visitando a empresarios, sindicatos y particulares. Las organizaciones que en ese momento se mostraron más dispuestas a colaborar fueron el Sindicato de Aguja (que confeccionó ropa para los niños) y la Unión de Obreros en Calzado (que confeccionó mil pares de zapatos). La obtención de ayudas en dinero fue producto principalmente de las redes de amistad. Otras modalidades de recaudación de fondos consistieron en funciones de cine, venta de flores y colocación de bonos de bajo costo. Ya en el primer semestre de 1937 se decantó claramente la atención del Comité de Damas hacia las necesidades de los niños españoles evacuados de las áreas de mayor riesgo bélico; de hecho, el envío de ropa realizado por el Comité en abril de 1937 se compuso fundamentalmente de prendas para niños. Mientras estas acciones se desarrollaban, el Comité de Ayuda a España Republicana convocó a una asamblea para organizar sobre mejores bases su constitución y trabajo, la idea era ampliar el carácter representativo del organismo de forma de unificar las fuerzas republicanas del colectivo inmigratorio e incorporar el mayor número de figuras del espectro político uruguayo, fue así como se constituyó el Comité Nacional Pro Defensa de la República Democrática Española.

Este hecho, supuso el inicio de divergencias; así, mientras el Comité Nacional quería infundir un mayor tinte político a su quehacer, el Comité de Damas pedía libertad de acción, y el “no hacer política tomando como medio y no como fin a los a los Hogares Infantiles, para movilizar a las mujeres” (Zubillaga, 2013, p.43). El 5 de agosto de 1937 se selló la ruptura, “las renunciantes decidieron el mismo 6 de agosto entregar los haberes disponibles en las arcas del Comité “a una obra de ayuda a la infancia española” (Zubillaga, 2013, p. 45). Entre septiembre y octubre de ese año fueron transferidos los fondos del Comité de Damas a una nueva organización de

carácter mixto y con amplia base social y política que nacía: el Comité Nacional Pro Casas para Niños en España Leal.

El Comité Pro Casas para Niños en España Leal, fue integrado por más de cuarenta miembros provenientes de la Unión Cristiana Socialista, el Círculo Republicano Español, el Comité Central de Españoles, entre otros. Ejerció la presidencia del Comité el médico Carlos Murguía y la Secretaría General, Paulina Luisi. “El 16 de octubre de 1937, el nuevo comité comunicó al Comité International de Coordination e d’information en París, el ofrecimiento para sostener una Colonia Escolar de treinta niños (remitiendo ya el importe correspondiente a los gastos de instalación de la misma y su mantenimiento por un mes)” (Zubillaga, 2013, p.51).

Apadrinamiento de la Colonia Escolar N°1 de Torrente (Casa de la Democracia Uruguay)

En el capítulo cinco se presenta en forma más detallada el surgimiento y funcionamiento de la Colonia Escolar N°1 de Torrente (Casa de la Democracia Uruguay) y la forma en que el Comité Nacional Pro Casas para niños en la España Leal (de Uruguay) proporcionó ayuda a esta Colonia ubicada en España.

En este capítulo, el autor nos presenta en primer lugar, el contexto en el que surge el proyecto de las Colonias Escolares : “el inicio del cerco sobre Madrid, con el sistemático bombardeo del que fue víctima su población civil, movió al Gobierno republicano a encauzar la evacuación de parte de aquella al este peninsular: Valencia, Alicante, Aragón y Cataluña (zona en la que por haber fracasado el *alzamiento* se hallaban las mejores condiciones de recepción de los contingentes -en especial niños-)...era preciso no sólo arbitrar medidas de protección física, alimenticias y sanitarias, sino también de continuidad educativa...el modelo al que se apeló fue el de las Colonias Escolares de Verano” (Zubillaga, 2013, p.71). Hubo dos tipos de colonias: las familiares y las colectivas, en las primeras los niños eran acogidos en un núcleo familiar, y en las segundas (preferidas por las autoridades) se establecían alojamientos comunes (hoteles, casas de veraneo, colegios, masías, mansiones señoriales, etc.) con capacidad para un conjunto entre 20 y 100 niños. Hacia fines de 1937, había 160 colonias colectivas que atendían 8.652 niños; 37 de ellas en Valencia, con 2.294 niños acogidos. 19 de esas colonias estaban apadrinadas por comités extranjeros: una de ellas (la N°19 del conjunto y N°1 de Torrente) era la Casa de la Democracia Uruguay, la única solventada desde un país latinoamericano.

La Colonia Escolar N°1 de Torrente se instaló en la Masía del Juez (Mas de Jutge) a cuatro kilómetros del núcleo urbano y a dieciséis de la ciudad de Valencia. “El número de niños alojados en la Casa de la Democracia Uruguay fue variable: aunque el Comité Nacional pro Casas para Niños en España Leal se había propuesto en principio contribuir al mantenimiento de una Colonia de 20 niños, cuando se le adjudicó el padrinazgo de la de torrente, esta tenía una población de 52 niños...hasta alcanzar el número de 75” (Zubillaga, 2013, p.77). Para algunos lectores interesados en conocer más detalles, un vacío de este capítulo es la descripción de la forma en que los niños fueron llevados a la Colonia, ya que el autor no ahonda en detalles sobre el proceso de selección de los niños que serían acogidos en las Colonias (de que ciudades españolas venían y cómo y por qué eran elegidos los niños, por ejemplo).

Respecto del funcionamiento de la Colonia, el autor nos relata que ésta contaba con el director y su esposa (ambos docentes), dos maestras y cuatro mujeres dedicadas a las labores domésticas. Las clases se desarrollaban durante tres horas por la mañana y dos horas por la tarde, complementándose con otras actividades formativas y lúdicas. Merece especial interés la misiva que el director de la Colonia, Ángel Gómez Andrés, dirige al Comité Nacional Pro Casas para Niños en España Leal (páginas ochenta y dos y ochenta y tres del libro), ya que la carta ofrece en trazos ágiles un panorama del quehacer cotidiano en la Colonia. También es relevante el relato de la visita hecha por el delegado del Comité montevideano, residente por entonces en Valencia, Rafael Coello de Portugal, “el suyo constituyó un vívido relato, no sólo de la vida en la Colonia sino también de las dificultades que a esa altura de la guerra debía enfrentar la población civil” (Zubillaga, 2013, p. 84).

Por otro lado, de acuerdo con el autor, lo que comenzó siendo un vínculo más bien financiero, se transformó en un vínculo afectivo entre el Comité montevideano y los niños de la Colonia. “Nosotros queríamos algo más que el frío aporte material, queríamos que los niños recogidos en nuestra Colonia, sintieran un poco de calor de afecto, comprendieran que los acompañábamos también con el corazón; que a lo lejos, había quienes les querían bien” diría al respecto Paulina Luisi en su libro *Bajo el Signo de Marte* (Zubillaga, 2013, p.79). Luisi insistiría en ese punto en una de sus cartas: “Estimamos muy útil estar en contacto con los niños y con quienes les cuidan: ello creará lazos que les podrán ser útiles más tarde. Puede ser que entre esos pequeños haya quienes tengan parientes o familiares cercanos en nuestro país. Sepan ustedes que la mitad de la población (uruguaya) es de procedencia o de origen español” (Zubillaga, 2013, p.80).

Ese vínculo afectivo se tradujo por ejemplo en envíos no monetarios, así como en un intercambio de correspondencia y dibujos. En cuanto a los envíos no monetarios cabe mencionar el *Aguinaldo de Navidad* remitido en diciembre de 1937 consistente en cajones de chocolate, dulce de membrillo, corned beef, leche en polvo, juguetes, libros, pelotas de football, entre otros artículos y por otro; y el envío hecho en septiembre de 1938 conteniendo ropa de abrigo y cama, lápices, cuadernos, libros, juguetes, chocolate, etc.. En cuanto al intercambio de correspondencia, el capítulo siguiente brinda más detalles al lector.

Dos formas de comunicación: escribir y dibujar

El capítulo seis es un capítulo emotivo que trata sobre la correspondencia sostenida entre el Comité Uruguayo y los niños de la Casa de la Democracia Uruguay; así como trata sobre los dibujos realizados por los niños refugiados en el marco de iniciativas en España por la organización “Cultura Popular” (entidad cercana al Partido Comunista), la Spanish Welfare Association of America y el American Friends Service Committee.

Respecto de la comunicación epistolar, la carta que abre el intercambio de correspondencia fue la enviada por Paulina Luisi acompañando el aguinaldo de Navidad que el Comité montevideano envió a la Colonia en 1937. El siguiente fragmento da una idea del contenido de dicha carta: “en un [continente] muy lejano que se llama América, hay otro país más pequeño llamado Uruguay, donde se habla el mismo idioma que vosotros, nuestra querida lengua española. /La gente de nuestro pueblo quiere mucho a la gente del pueblo español [...] También le tiene mucho cariño a los niñitos de España y muy especialmente a vosotros, los que habitáis esa casa que ahora se llamará “Democracia Uruguay” (Zubillaga, 2013, p. 90).

Fueron múltiples las respuestas de parte de los niños acogidos en la Casa de la Democracia Uruguay a esta misiva. De acuerdo al autor, el contenido de las cartas presenta ciertos elementos comunes, posiblemente producto de la injerencia del director o de las maestras de la Colonia. El encabezado solía abrirse con fórmulas tales como: “Queridos camaradas” o “Queridos camaradas uruguayos”. En la despedida se optaba por cerrar con saludos tales como: “Vivan los uruguayos”, “Viva el pueblo uruguayo y la República” y en un caso “Salud a todos los antifascistas uruguayos”. En el cuerpo de la carta la temática predominante era el agradecimiento a la ayuda tanto material como moral brindada por el Comité Nacional pro Casas para Niños en España Leal del Uruguay.

Tristemente, el intercambio de correspondencia cesó en marzo de 1939. La zozobra del fin trágico de la guerra es magistralmente transmitida al lector por Zubillaga al reproducir éste una carta redactada por Paulina Luisi tres años después de acabar la guerra española. La carta, constituye una expresión de las preocupación en torno a la incertidumbre sobre el paradero de los niños de la Casa de la Democracia Uruguay, así como también “constituyó una expresión de las angustias de la hora en torno al drama de tantos otros niños que en el escenario de la guerra mundial también sufrían orfandad, hambre y persecución” (Zubillaga, 2013, p. 94).

En cuanto a los dibujos, el autor nos relata cómo fue que se les animó a los niños a realizar esta actividad creativa: los niños, impulsados por las organizaciones mencionadas arriba, crearían dibujos que tendrían una finalidad terapéutica. Al mismo tiempo, con los dibujos las organizaciones podrían contar con un registro documental, así como con una herramienta de propaganda. Los dibujos fueron usados para recaudar fondos, y en general para establecer un medio con el que los niños pudieran comunicarse con el exterior. En cuanto a los motivos representados en los dibujos, de acuerdo al autor, éstos tenían una relación importante con la guerra: combates en tierra o mar, bombardeos, defensas antiaéreas, evacuaciones, llegada de ayuda humanitaria. Otros dibujos, representaban la vida en las Colonias Escolares: clases, juegos. También habían dibujos que simplemente representaban elementos de la vida cotidiana: paisajes, animales, etc. Por su parte, los dibujos que los niños de la Casa de la Democracia Uruguay hicieron para su contraparte, muestran afinidad y agradecimiento al Comité Uruguayo (expresado por ejemplo en la reproducción del escudo uruguayo), hacen una denuncia de la guerra; y muestran una faceta del proceso de adoctrinamiento del que ellos eran objeto (dibujo de la hoz y el martillo).

Esfuerzos por crear una colonia de niños refugiados en el Uruguay

El último capítulo del libro, el autor hace un relato del proyecto fracasado de crear una colonia de niños refugiados españoles en el Uruguay¹.

1. Tras los bombardeos de Guernica y Durango, en la primavera de 1937, se intensificaron los llamamientos de parte del gobierno español a la Comunidad Internacional para ayudar a los niños españoles. Fue así como varios países comenzaron a organizarse para acoger a éstos; así, Francia, Bélgica, la Unión Soviética, Reino Unido y México fueron los países que más acogieron niños. Suiza, Dinamarca y Holanda también acogieron a algunos niños; y otros países, como Suecia o Noruega, financiaron colonias para los niños en territorio francés.

Ya en los meses previos a la ofensiva del Ebro (julio de 1938), el Comité Nacional pro Casas para Niños en España Leal de Uruguay comenzó a definir la eventual organización en dicho país de una colonia escolar con los niños que habían sido acogidos en la Casa de la Democracia Uruguay en Torrente, España. En principio, la idea sería crear en Uruguay, una Colonia que alojara entre 100 y 120 niños (incluida la totalidad de los acogidos en Torrente). Estos niños llegarían acompañados del personal docente español. Con esa idea en mente, el Comité resolvió llevar a cabo dos gestiones simultáneas: una ante el Gobierno español y otra ante el Gobierno uruguayo.

Poco después, en agosto de 1938 surgió en Uruguay la Sección Uruguaya de Solidaridad Antifascista con el programa de “luchar en contra del fascismo y de todas las fuerzas opresoras que esclavizan la humanidad” (Zubillaga, 2013, p.106), este organismo, a su vez, creó la Comisión Uruguaya pro Hogares para Niños Españoles, con la finalidad de promover la instalación de una Colonia de niños evacuados de la Península en Uruguay. Sin embargo, todos los esfuerzos fueron en vano; ya que, por un lado, los primeros días del mes de febrero de 1939, el aparato gubernamental español había dejado de operar; y por otro ya para el 17 de febrero de 1939 el Gobierno uruguayo, había reconocido *de iure* al general Franco. En ese sentido, en este capítulo, el autor nos transmite la angustia de quienes vieron fracasar la iniciativa por la que tanto lucharon, al recoger un comentario de Paulina Luisi al respecto: “Sólo Franco tenía jurisdicción sobre los niños españoles, lo mismo en Francia que en España. Quedaron a merced de los facciosos, esos pequeños educados en los sanos principios de la República, esos niños de una Colonia Democrática, esas criaturas, hijos en su mayoría de republicanos españoles” (Zubillaga, 2013, p. 117).

Lo que sigue a este último capítulo son interesantes anexos que contienen: un discurso y un artículo de Paulina Luisi; así como, tres manifiestos de varios Comités uruguayos posicionándose a favor de brindar ayuda al Pueblo español. Los anexos también contiene la nómina parcial de los niños acogidos en la Colonia Escolar de Torrente y el contenido de una carta manuscrita hecha por uno de los niños acogidos en la Colonia.

Consideraciones finales

El libro de Carlos Zubillaga aporta elementos de importancia que nos ayudan tanto a visualizar, como a entender el drama en que vivieron los niños españoles durante la guerra civil española. El libro, asimismo, nos ayuda a re-descubrir aquellas iniciativas surgidas en países de América Latina para

apoyar a estos niños. La obra del profesor Zubillaga no sólo enriquece la bibliografía existente al respecto, sino además es una clara invitación a realizar investigaciones más amplias y profundas sobre la forma en que varios países de la región han ofrecido y continúan ofreciendo ayuda a niños refugiados de otras partes del mundo. Un ejemplo de esa situación es el Plan de Reasentamiento para Familias de Origen Sirio en Uruguay (PRFOSU) implementado por el gobierno uruguayo entre agosto de 2014 y diciembre de 2015.²

São do autor dois outros libros sobre o conflito.

Una Historia Silenciada. Las relaciones diplomáticas de España y Uruguay durante el primer franquismo (1936-1955) TOMO II. Ediciones Cruz del Sur. Montevideo. 2017.

Imagem da capa: Intervención del afiche elaborado por Julio E. Suárez para la Convención Pro Republica Española celebrada en Montevideo em dezembro de 1945.

libros@linardiyrisso.com

www.linardiyrisso.com

2. El Plan en su origen buscaba establecer un programa de reasentamiento para un grupo de ciento veinte personas en ese momento refugiadas en Líbano. El grupo estaría compuesto en su mayoría por niños, niñas y adolescentes (menores de 18 años), que llegarían acompañados por sus familias, respetando un contexto de protección de los lazos afectivos, pero reinsertándose en un medio que garantizase su protección y el ejercicio de sus derechos fundamentales.

Sobre os autores e organizadores

Alejandra Noemí Ferreyra

Magíster en Investigación Histórica por la Universidad de San Andrés (2014) y Profesora de Enseñanza Media y Superior en Historia por la Universidad de Buenos Aires (2010). En la actualidad, se encuentra desarrollando sus estudios de Doctorado en Historia en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y se desempeña como docente en la misma casa de estudios. Asimismo, es becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con sede de trabajo en el Centro de Estudios Sociales de América Latina (UNICEN).

André Luiz Lanza

Doutorando em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Mestre em Ciências em Integração da América Latina pelo Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) - área de concentração: Sociedade, Economia e Estado (2015). Possui Graduação em Economia Empresarial e Controladoria, habilitação em Economia com ênfase em Negócios Internacionais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FEARP/USP (2012), Intercâmbio acadêmico na University of Oulu, Oulu, Finlândia (Setembro de 2011 a Janeiro de 2012).

Antolín Sánchez Cuervo

Doctor en Filosofía y Científico Titular del Instituto de Filosofía del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, en donde forma parte del grupo de investigación Filosofía social y política. Es Investigador principal del proyecto El legado filosófico del exilio español de 1939: razón crítica, identidad y memoria (FFI2016-70009-R) financiado por el gobierno de España, y autor de numerosas publicaciones sobre esta temática y otras afines.

Carine Dalmás

Historiadora. Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná (2002). Mestre (2006) e doutora (2013) em História Social pela Universidade de São Paulo. Especializou-se em História da América Latina. Analisa as relações entre cultura e política em projetos e realizações culturais de

governos e partidos políticos latino-americanos. Pesquisou os seguintes temas: MPB e Política Cultural em Curitiba durante o Regime Militar; propaganda política da Unidade Popular (Chile); História Comparada (Frentismo Cultural dos comunistas no Brasil e no Chile). Autora do livro *“Imagens de uma revolução alegre: murais e cartazes de propaganda da experiência chilena (1970-1973)”*. Atualmente atua como professora de História das Américas (Séculos XIX e XX) e é Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Orienta pesquisas nas áreas de História da América Latina, História e Ensino e coordena o Núcleo de Estudos de História das Américas (NEHA).

Claudia Romero Duarte

Graduada e Mestre em Administração de Empresas. Diplomada em Desenvolvimento Humano (FLACSO). Linhas de pesquisa: Política Económica, Migración, Políticas de Integración en América Latina, Emprendimiento Femenino. Publicaciones de artículos sobre economía en revistas especializadas.

Elena Romero

Profesora de la Universidad Diego Portales, Chile. Vice-rectora de Posgrado en la misma Universidad. Doctora en Historia con mención en Historia de Chile Contemporáneo. Con 10 años de docencia en Educación Superior, mi línea principal de investigación son las relaciones bilaterales entre el Franquismo y el Cono Sur, en particular con Chile. Un ejemplo de mis artículos es: “Persecución franquista hacia los disidentes ¿obsesión de sus representantes en el Cono Sur (Argentina – Chile)?”, Revista *Épocas*, número 11, Argentina, disponible en: <http://p3.usal.edu.ar/index.php/epocas/article/view/3417>.

Eliane Venturini

Doutora em História Contemporânea pela Universidad de Valencia, Espanha. Tese de doutorado: *“Republicanos y Rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española”* (2015). Professora no Colégio Carmo de Viçosa-MG e cursos preparatórios para o ENEM.

Esther Gambi Giménez

Doctora en Historia por la Universidad de Salamanca (2008). Desde 2008 trabaja para la Fundación Cultural Hispano-Brasileña como coordinadora de proyectos en el Centro de Estudios Brasileños de la USAL. Ha realizado estancias de investigación en Río de Janeiro, São Paulo y Dayton (EEUU) y ha publicado el libro *La emigración castellano-leonesa a Brasil, 1946-1962* (Ediciones Universidad de Salamanca), pudiendo destacar también el artículo “Volver a casa: algunas

reflexiones sobre el retorno (y el no retorno) de los inmigrantes españoles en Brasil”, aparecido en la *Revista UFG* nº 10.

Gabriela Dalla-Corte Caballero

Professora Titular de História da América, Departamento de Historia y Arqueología na Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Barcelona. Tem interesse nos seguintes temas: educação, cidadania e construção do Estado nacional; migrações e relações socioeconômicas entre Espanha e Cone Sul latino-americano, com especial referência ao *Gran Chaco*, séculos XIX e XX. Integra o Taller de Estudios e Investigaciones Andino-Amazónicas (TEIAA) e a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Espana).

Geny Brillas Tomanik

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil, bolsista CNPq e CAPES. Mestre em Hospitalidade (Ciências Sociais Aplicadas) pela Universidade Anhembi-Morumbi. Possui experiência em História, História Oral, pesquisa qualitativa e traduções técnicas, atuando em pesquisas sobre memória, escrita de si/autobiografias, guerra civil espanhola, exílio republicano espanhol, e/imigração, hospitalidade, turismo e lazer.

Horacio Gutiérrez

Professor titular da Universidade de São Paulo e Diretor do Centro de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL). Doutor e Livre-Docente em História pela mesma universidade. Ministrou cursos, como visitante, em universidades do Chile e da Argentina, foi editor de revistas acadêmicas, e é autor de livros e diversos artigos no campo da história latino-americana. Leciona, desenvolve pesquisas e orienta trabalhos de graduação e pós-graduação na área de História da América.

Ismara Izepe de Souza

Professora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no Departamento de Relações Internacionais, na área Política Externa Brasileira: História e Contemporânea. Doutora (2009) e mestre (2002) em História Social pela Universidade de São Paulo. Atua nos seguintes temas: História da Política Externa Brasileira; Política Externa Brasileira Contemporânea; Política Externa e Imprensa; Relações Hispano-Brasileiras; Guerra Civil Espanhola; Imigração Espanhola.

Jerónimo Boragina

Nació en La Plata (provincia de Buenos Aires) en 1978. Es licenciado y profesor en Historia (Universidad Nacional de Mar del Plata). Dirige el archivo Voluntarios Argentinos en la Guerra Civil Española (AVAGCE). Realizó la investigación histórica del documental “Esos mismos Hombres” sobre los voluntarios argentinos en 2006. Es co-autor del libro “*Voluntarios de Argentina en la Guerra Civil Española*” (Ediciones del CCC, 2008) y “*Voluntarios Judeoargentinos en la Guerra Civil Española*” (Ediciones del CCC 2016). Publicó numerosos artículos sobre esta temática en revistas de México, Estados Unidos, Argentina, España, Inglaterra, Alemania y otros.

Jesús J. Barquet

Doctorado en Español por Tulane University, en el área de Literaturas Hispánicas. Profesor Emérito de New Mexico State University. Autor de “*Consagración de La Habana*” (Premio Letras de Oro, University of Miami, Coral Gables), “*Escrituras poéticas de una nación*” (Premio Lourdes Casal, UNEAC, La Habana), “*Teatro y Revolución Cubana: subversión y utopía en “Los siete contra Tebas” de Antón Arrufat*”, “*Poesía cubana del siglo XX*” y “*Ediciones El Puente en La Habana de los años 60*”.

Juliana Sada

É jornalista e mestra em Estudos Internacionais pela Universidade de Barcelona, com a dissertação “*El impacto del Sistema Interamericano de Protección a los Derechos Humanos en la erradicación del trabajo análogo a la esclavitud en Brasil - Un análisis de los casos José Pereira y Hacienda Brasil Verde*”. Produziu uma série de artigos e reportagens relacionados a Brasil e Espanha das décadas de 1930 e 1940. Entre elas, a matéria “*Brasileiros na Guerra Civil Espanhola*” para o Le Monde Diplomatique, disponível em: <http://diplomatique.org.br/brasileiros-na-guerra-civil-espanhola/>.

Lidia Bocanegra Barbecho

Doctora en Historia Contemporánea, especialista en exilio político en Latinoamérica y Humanidades Digitales. Igualmente es especialista en proyectos internacionales de investigación de la Comunidad Europea para el área de Humanidades y Ciencias Sociales en la Universidad de Granada, España. Actualmente forma parte del equipo investigador del Medialab UGR - Laboratorio de Investigación en Cultura y Sociedad Digital, en donde es responsable y coordina todas las actividades relacionadas con las Humanidades Digitales y ciencia ciudadana. Sus últimas líneas de investigación versan acerca del estudio de la participación social en los proyectos de investigación, metodologías de obtención de datos en línea e identidades culturales en la red Internet.

Marco Antônio Machado Lima Pereira

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com tese indicada para publicação. Realizou estágio sanduíche na Universidad de Castilla-La Mancha (2013-2014, Bolsa CAPES). Atualmente é professor do curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranaguá. Atua principalmente no campo da História Política, pesquisando temas que se inserem na perspectiva da chamada “história vista de baixo”. Suas pesquisas mais recentes concentram-se em questões relacionadas ao anticomunismo católico no Brasil republicano e à atuação das esquerdas no século XX, notadamente no período entre guerras.

Margareth Santos

Doutora em Literatura Espanhola pela USP, professora do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo (USP). Suas linhas de pesquisa compreendem o exame das relações entre literatura, história e arte no século XX, tanto na Espanha como no contexto ibero-americano na produção vinculada à Guerra Civil espanhola e ao pós-Guerra Civil espanhola. Autora da obra *“Desastres do Pós-guerra Civil Espanhola”* e organizadora do dossiê *“80 anos da Guerra Civil Espanhola: leituras e releituras”*. Revista Caracol. Atualmente desenvolve o projeto “Joan Ponç e o Brasil: pintura e literatura em movimento, em que discute relações entre arte e literatura”.

Maria Antonia Dias Martins

Formou-se pelo Departamento de História da FFLCH-USP, onde fez mestrado e doutorado. Seus temas de pesquisa têm como objeto principal a história intelectual no espaço ibero-americano, abordando principalmente discussões sobre democracia e autoritarismo no século XX. Atualmente é coordenadora do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André e professora, onde leciona as disciplinas de História Ibérica e História das Relações Internacionais para os cursos de História e de Relações Internacionais.

Maria Luiza Tucci Carneiro

Historiadora, Professora Sênior do Departamento de História, FFLCH-Universidade de São Paulo, coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Etnidade, Racismo e Discriminação-LEER. Autora de: *“Cidadão do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos refugiados do nazifascismo, 1933-1948”* (Perspectiva, 2010; L’Harmattan, 2016); *“Diez Mitos sobre los Judios”* (Cátedra Ediciones, 2016; Ateliê Editorial, 2015); *“Brasil Judaico, Mosaico de Nacionalidades”* (Maaynot, 2015); *“O Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração”*, 3ª ed. (Perspectiva, 2001), dentre outros.

Margarida Nepomuceno

Jornalista, doutora em Estudos Latino Americanos pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, PROLAM, da Universidade de São Paulo, uma das coordenadoras do EPAL- Encontro dos Pesquisadores da América Latina (PROLAM/USP), especialista em História da Arte e em História dos Museus. Desenvolve estudos sobre a diplomacia cultural do Brasil na América Latina.

Mayra Coan Lago

Internacionalista, mestre em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), doutoranda em História Social pela mesma universidade e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Atualmente é professora do curso de Relações Internacionais da Fundação Santo André e membro-fundadora do Encontro de Pesquisadores da América Latina (EPAL). Desenvolve pesquisas nas áreas de Relações Internacionais e História, com ênfase em História das Relações Internacionais, História da América Latina e Política Externa brasileira, séculos XX e XXI.

Pablo Rocca

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. Professor titular de Literatura uruguaia na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Udelar, Montevideo). Fundou em 1999 e dirigiu até 2016 o arquivo literário desta instituição universitária pública. Pesquisador nível II da ANII (MEC, Uruguay). Ensinou em várias Universidades da Argentina, Brasil e México. Tradutor do português, entre outros, de Machado de Assis, Murilo Rubião, Lima Barreto, Sergio Faraco. Entre seus livros, destacam-se: “35 años en Marcha (*Crítica y literatura en el semanario Marcha y en Uruguay*)”, 1991 [reed. corrigida: 2015]; “*Horacio Quiroga, el escritor y el mito*”, 1996 [reed. 2007]; “*Historia de la literatura uruguaya contemporánea, 1996-1997*”, em co-autoria com Heber Raviolo; “*Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: Dos caras de un proyecto latinoamericano*”, 2006; “*Las revistas culturales del Río de la Plata (1942-1964) (2009, I y 2012, II)*”. Editou em 2016 a correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama, que foi publicada em português em 2018. Co-dirige um grupo de pesquisa CSIC desde 2017: “*El nacimiento de la ficción. La Guerra Grande, Dumas, la narración y sus mediadores*”. Publicou vários ensaios e artigos sobre problemas culturais e literários relacionados com a Guerra Civil Espanhola e o Rio da Prata.

Rodrigo Valente

É jornalista, professor de História e mestre em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade Autônoma de Barcelona, com a dissertação “*Las articulaciones en red del patrimonio arqueológico catalán: las experiencias del MAC (Museo de Arqueología de Cataluña) y de la Arqueoxarxa*”. Produziu uma série de artigos e reportagens relacionados a Brasil e Espanha das décadas de 1930 e 1940. Entre elas, a matéria “*Brasileiros na Guerra Civil Espanhola*” para o Le Monde Diplomatique, disponível em: <http://diplomatique.org.br/brasileiros-na-guerra-civil-espanhola/>.

Syntia Alves

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidad Complutense de Madrid, pesquisadora e fotógrafa do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP) e autora da tese de doutorado “*Teatro de García Lorca: a arte que se levanta da vida*”.

Thaís Battibugli

Possui graduação em História - Unicamp (1996); graduação tecnológica em Gestão Pública - FGV (2016), mestrado em História Social - USP (2000); doutorado em Ciência Política - USP (2007). É coordenadora do curso de pós-graduação em Gestão Pública pela Faculdade Campo Limpo Paulista (Faccamp). Atualmente é pesquisadora do Observatório de Segurança Pública (OSP) da UNESP/Marília (2014), na área de políticas públicas de segurança. É professora do curso de História da Faccamp (Faculdade Campo Limpo Paulista), do curso de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta) e da Faccamp. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP - 2001-2007).

Verónica Sierra Blas

Doctora en Historia y Profesora de Historia de la Cultura Escrita en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Alcalá, donde coordina el Seminario Interdisciplinar de Estudios sobre Cultura Escrita (SIECE) y el Grupo de Investigación LEA (Lectura, Escritura, Alfabetización). Su línea principal de investigación es el estudio de los testimonios escritos de carácter personal, especialmente las cartas, producidos por la gente anónima durante la Guerra Civil y el Franquismo. En este sentido, ha trabajado, entre otros muchos temas, sobre la correspondencia entre los soldados y las madrinas de guerra, sobre la escritura epistolar en prisión y sobre las cartas de niños evacuados y exiliados. Actualmente es la coordinadora científica de la Red de Archivos e Investigadores de la Escritura Popular en España (RedAIEP), la comisaria de la exposición

itinerante *Entre España y Rusia. Recuperando la historia de los Niños de la Guerra* (Ministerio de la Presidencia) y la responsable científica de la Fundación Antonio Machado de Collioure, en cuyo seno dirige desde 2010 el proyecto *Palabras en el tiempo*, consistente en la recuperación y catalogación de los mensajes y cartas enviados a Antonio Machado al buzón que hay anexo a su tumba en el Cementerio Municipal de Collioure. Como autora, destacan sus libros *Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*; *Palabras huérfanas. Los niños y la Guerra Civil*; y *Cartas presas. La correspondencia carcelaria durante la Guerra Civil y el Franquismo*.

Vivian Urquidí

Possui Mestrado Interdisciplinar em América Latina, área da Cultura, Sociedade e Política (1994) e Doutorado (2001) em Sociologia, ambos pela Universidade de São Paulo (2001). Durante um ano (1998) realizou um estágio de pesquisa no Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México. Entre 2012 e 2013 realizou um Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Estas pesquisas foram financiadas pela FAPESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de São Paulo no curso de Gestão de Políticas Públicas, áreas de Sociedade, Interculturalidade e Direitos; e nos Programas de Pós-graduação em (a) Estudos Culturais (PEC/USP) e (b) Integração da América Latina (PROLAM/USP). Ambos nas áreas de Estudos Pós-Coloniais e da Teoria Crítica sobre a Latino-Americana. Desde 2011 desenvolve uma pesquisa sobre os processos de "Descolonização nos Estados Plurinacionais" e sobre o "Pensamento crítico Latino-americano", com financiamento do CNPq e da FAPESP. Em 2016, iniciou uma nova linha sobre o "Pensamento Crítico Brasileiro sobre a América Latina".

Yanet Aguilera

Professora de História do Cinema do Curso de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo. Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1985), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2007). Atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, estética, ética, artes plásticas e política. Profa. Dra. do Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo. Autora/organizadora de *Imagem e Exílio* (2015), *Imagem, Memória e Resistência* (2016). Coordenadora do Colóquio de Cinema e Arte da América Latina.